

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA



EDITORA

UnB

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

**AMÉRICA LATINA:
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — presidente
José Walter Bautista Vidal
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau
Murilo Bastos da Cunha
Odilon Ribeiro Coutinho
Paulo Espírito Santo Saraiva
Ruy Mauro de Araújo Marini
Timothy Martin Mulholland
Vladimir Carvalho
Wilson Ferreira Hargreaves

Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”

Geralda Dias Aparecida
Ruy Mauro Marini
Vitor de Paes Leonardi

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

Pablo González Casanova (org.)

René Zavaleta Mercado

Antonio García

Agustín Cueva

Julio Cotler

D. F. Maza Zavala

Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)
Alberto de los Santos (Equador)

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

América Latina: história de médio século
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva
Patrícia Maria Silva de Assis
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo
González Casanova, org.; [colaboradores]
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	

PREFÁCIO

Dando prosseguimento à série *América Latina: história de meio século*, publica-se agora o segundo volume, em que se reúnem as análises do período 1925-1975 nos países sul-americanos do chamado grupo “andino”: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Cada capítulo é assinado, tal como no primeiro volume, por um estudioso natural do país descrito e, malgrado as diferenças de estilo e de organização do conteúdo, o instrumento metodológico utilizado é praticamente o mesmo: a análise da história a partir das perspectivas de cada classe social.

Como não poderia deixar de ser, os estudos aqui reunidos apresentam, em seu conjunto, o panorama comum a toda a América Latina e ao chamado Terceiro Mundo em geral: a luta das classes populares, reprimidas e exploradas, contra as oligarquias que detêm o poder, freqüentemente graças à intervenção militar, para através dele permitir a desenfreada intervenção do imperialismo na vida nacional.

Os estudos que ora se publicam interrompem sua análise em 1975. Para que se possa ter, após a leitura de cada capítulo, uma noção de como as coisas evoluíram em cada um dos países estudados, trataremos de fazer uma breve retrospectiva dos acontecimentos políticos de 1975 até os dias presentes.

1. BOLÍVIA

A Bolívia continua detendo, dentro do panorama geral da América do Sul, algumas tristes primeiras posições: maior número de analfabetos, mais baixo índice de industrialização, maior número de golpes de Estado do continente. É também o segundo produtor mundial de coca, superada somente pelo Peru.

O ano de 1975 encontra no poder o general Hugo Banzer Suárez, 58.^o presidente da Bolívia em 146 anos de independência. Banzer governou ditatorialmente, fazendo intervenções nas universidades e ordenando a prisão de estudantes e trabalhadores. Em 1976 o ex-presidente Juan José Torres, deposto por um golpe em 1971 após algumas tentativas de reformas de índole nacionalista, foi seqüestrado e morto em Buenos Aires, onde se refugiara. Este fato gerou grande inquietação política na Bolívia, que forçou o governo a decretar por três meses o Estado de Sítio. Uma grande pressão popular, no entanto, obrigou Banzer a algumas concessões: anistia geral para prisioneiros e exilados políticos e restabelecimento das atividades sindicais e políticas, proibidas desde 1974. Finalmente, após promessas reiteradas e não-cumpridas, realizaram-se eleições em 1978: o general Juan Pareda Asbún, candidato do governo, obteve 70 por cento dos votos contra o

oposicionista Siles Zuazo, que contou com 22 por cento. Diante, porém, de denúncias contra uma indubitável fraude, determinou-se a anulação dos votos.

Uma grande agitação militar dominou a Bolívia em 1978-1979. O candidato Pereda rebelou-se e assumiu o poder após a renúncia de Banzer. Um novo levantamento depôs Pereda e o general rebelado, David Padilla Arancibia, convocou o povo às eleições, nas quais o ex-presidente Banzer obteve a terceira colocação. Os dois candidatos mais votados, Siles Zuazo e Paz Estenssoro, não obtiveram a suficiente maioria, o que levou o congresso a eleger um terceiro nome, o do presidente do Senado, Walter Guevara Arce. Este tomou posse em agosto, mas já em novembro derrubava-o o general Alberto Natush Bush que, por seu turno, menos de um mês depois de seu golpe, foi deposto.

Desta vez coube a uma mulher, Lidia Gueiler Tejada, presidente do Senado, exercer interinamente a presidência e convocar eleições. Os resultados novamente foram impugnados e não houve tempo para qualquer decisão do congresso, pois o general Luis García Mesa Tejada, à frente de um triunvirato, assaltou o poder em 1980. Com García Mesa a Bolívia viveu um verdadeiro estado de terror institucionalizado. As nebulosas relações do ditador com o tráfico internacional de cocaína tornaram-no uma figura incômoda para todos os grupos interessados na política boliviana. Foi deposto em 1981 para que uma nova junta militar nomeasse presidente o general Guido Vildoso Calderón. Com greves paralisando todo o país, foi convocado o congresso para que decidisse os rumos da política nacional. Deste modo, reconheceu-se Hernán Siles Zuazo (exilado no Peru), vencedor das últimas eleições, realizadas em 1980, legítimo presidente da Bolívia.

Assume Siles Zuazo a presidência, mas a insatisfação popular e uma crise nacional generalizada levam-no a reduzir o próprio mandato. Convoca eleições em 1985, nas quais é eleito Victor Paz Estenssoro, do MNR, Movimento Nacional Revolucionário. Para conter uma inflação mirabolante de 23.000 por cento ao ano, Paz Estenssoro aplica um “choque heterodoxo” na economia boliviana, criando uma nova unidade monetária, o *boliviano*, sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional. O caráter do partido de Paz Estenssoro e de sua própria personalidade política pode ser conhecido no texto de René Zavaleta Mercado, incluído no presente volume.

2. COLÔMBIA

A Colômbia está diariamente presente nos noticiários internacionais, graças às ações espetaculares do chamado “Cartel de Medellín”, grupo criminoso responsável pelo tráfico de drogas no país. Multimilionários traficantes desafiam todas as leis nacionais e internacionais e todas as tentativas

que faz o governo de condená-los à prisão: seqüestram magistrados, assassinam ministros de Estado, fazem explodir carros-bombas em prédios residenciais, enfrentam-se com toda a violência uns contra os outros. A rede de conexões do “Cartel” se estende por toda a América do Sul, tendo mesmo seus pontos-chaves no Brasil. Ao mesmo tempo, as ações do grupo guerrilheiro M-19 desnorteiam o governo e seus aliados imperialistas, que tentam vincular o movimento com o tráfico de narcóticos, a fim de justificarem a implacável repressão que lhe é movida pelas forças de segurança.

No plano político, a Colômbia tem sido uma ditadura disfarçada de bipartidarismo. Depois de uma luta sangrenta e secular, os partidos Liberal e Conservador, ambos porta-vozes das oligarquias, firmaram em 1957 um pacto através do qual se alternariam no poder. Desde então assim tem sido.

Em 1975 está no poder o liberal Alfonso López Michelsen, que implanta o Estado de Sítio como resposta à inquietação política e à revitalização do movimento guerrilheiro. Os liberais continuam no poder em 1978 ao elegerem, com pequena margem, Julio César Turbay Ayala, que empreendeu uma forte campanha repressiva contra o M-19. A escalada de violência culminou no mesmo ano com o assassinato do ex-ministro do Interior, Rafael Pardo Buelvas. Em 1982 foi eleito o conservador Belisario Betancur Cuartas, que derrotou a López Michelsen.

3. EQUADOR

Depois da última deposição do general populista Velasco Ibarra, presidente do Equador por cinco vezes, eleito com as maiores votações da história do país -(1934-35, 1944-47, 1952-56, 1960-61 e 1968-72), a partir de 1972 a vida política equatoriana será dominada pelos militares. Até 1976 se manteve no governo o general Guillermo Rodríguez Lara, que promoveu eleições em 1979, quando se elegeu Jaime Roldós Anguillera, social-democrata que se apoiava numa plataforma de tipo reformista. O governo de Roldós promulgou uma nova carta constitucional. Sua popularidade cresceu, principalmente depois do conflito com o Peru, em janeiro de 1981. Em maio do mesmo ano, porém, o presidente morreu num acidente de aviação.

Roldós foi substituído pelo seu vice-presidente, Eduardo Hurtado Larrea, que enfrentou grandes oposições da esquerda e dos conservadores. Após uma crise ministerial, a exoneração do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, em janeiro de 1982, a situação nacional continuou instável. Em outubro do mesmo ano se decretou o estado de emergência como resposta a uma greve geral e às violentas manifestações contra a alta dos preços.

Em 1984 assume o poder, após duas votações, o candidato do Partido Social Cristão, León Febres Cordero. Em março de 1986 o general de aviação Frank Vargas Pazzos lidera uma rebelião contra o governo e ocupa a base aérea de Quito. A revolta foi logo esmagada, mas teve como consequência a derrota, nas eleições de junho, da coligação direitista no poder, que perdeu sua débil maioria parlamentar. A esquerda viu, então, aumentado seu número de assentos no Congresso. Em 16 de janeiro de 1987, ao visitar uma base aérea próxima a Guayaquil, o presidente Febres Cordero, o ministro da Defesa e o chefe da Força Aérea foram seqüestrados pela tropa rebelada de pára-quedistas, que os reteve como reféns. Queriam os rebelados a libertação do general Frank Vargas. Febres Cordero aquiesceu, depois de ter sido espancado e ameaçado de morte. A decisão do presidente gerou severas reprimendas por parte da oposição, que o acusou de haver vilipendiado a honra nacional. No entanto, Febres Cordero permaneceu no governo, contando com o apoio dos comandantes militares.

4. PERU

O Peru tem merecido destaque no noticiário internacional desde que, em 1985, assumiu o poder, após eleição, o mítico partido APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), fundado em 1924 pelo não menos mítico Víctor Raúl Haya de la Torre. Depois de décadas de participação ativa na vida pública peruana, sem jamais, porém, ocupar o cargo máximo da nação, a APRA finalmente, na figura do jovem Alán García, ganha a presidência da República. Uma vez instalada, mostrou-se um partido de velhas idéias reformistas e populistas, muitas delas já sepultadas há muito em outros países vizinhos. Com a ascensão de García, intensificou-se o trabalho revolucionário do grupo Sendero Luminoso, guerrilheiros que têm demonstrado sua força e habilidade estratégica por meio de ataques audaciosos e espetaculares não-somente nos meios rurais, mas também na própria capital, Lima, cujo fornecimento de energia elétrica já foi várias vezes interrompido por ações dos guerrilheiros.

Em 1975, com a derrubada do carismático general Velasco Alvarado, líder de um reformismo militar que se vinha implantando desde 1968, sobe ao poder um outro general, Francisco Morales Bermúdez, que se fortaleceu rapidamente até expulsar do poder todos os que haviam participado do movimento de 1968. O governo assumiu, então, atitudes francamente direitistas. A crise econômica gerou greves e motins populares em 1978; em consequência, o governo convocou uma assembléia constituinte e marcou eleições para 1980. Delas saiu vitorioso Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular, cujo governo caracterizou-se por uma corrupção generalizada e uma violência fora do comum na repressão à guerrilha.

Os ataques guerrilheiros marcam sua entrada na vida política do país em 1981, e o Sendero Luminoso responsabiliza-se por diversas ações contra propriedades públicas e privadas dominadas por interesses norte-americanos. No mesmo ano dá-se um conflito territorial com o Equador: os dois países disputam a posse da Cordilheira do Condor, que os países signatários do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 concedem ao Peru, concessão que não é reconhecida por Quito.

Em 1985 as eleições presidenciais levam ao poder Alán García Pérez. Tentando implementar uma política nacionalista, faz ameaças ao Fundo Monetário Internacional de não sacrificar a economia peruana no pagamento da dívida externa. Em 1986 um gravíssimo incidente desestabilizou a vida nacional: por motivo de uma rebelião de presos nas penitenciárias de Luringancho, Santa Bárbara e El Frontón, no dia 18 de junho, tropas do Exército e dos fuzileiros navais massacraram mais de quatrocentos presos, entre os quais cento e vinte e quatro senderistas que já tinham deposto armas e apresentado sua rendição. O terrível sucesso, além de levar à prisão de vários militares e à renúncia de todo o ministério um mês depois, provocou uma onda de represálias da parte da guerrilha: para cada senderista morto foi jurada a morte de dez militantes da APRA. A promessa tem sido cumprida, e muitos apriistas e militares têm sido executados em atentados.

Além de combater uma grave crise econômica, o governo de García Pérez tem como principal tarefa enfrentar a ação guerrilheira que já se alastra por todo o território peruano, desestabilizando a vida política e econômica da nação inca.

5. VENEZUELA

Durante os anos sessenta, quando toda a América Latina estava sob jugo de ferozes ditaduras militares, havia um mito de que a Venezuela ela era a única “democracia” da América do Sul. No entanto, uma breve mirada à história do país nos mostra que o último governo militar só deixou o poder em 1959, quando Rómulo Bettancourt, da Ação Democrática, é eleito presidente. Além disso, a Venezuela conheceu algumas das ditaduras mais longas na história do continente, bastando citar a do general Juan Vicente Gómez, que durou de 1906 a 1935.

O poder político conquistado pelo petróleo a partir de 1973 e a elevação súbita dos preços dos combustíveis fizeram com que a Venezuela se tornasse uma nação muito rica e de grande influência na vida latino-americana. Entretanto, a prosperidade trazida pelo petróleo só beneficiou as camadas altas e médias da população: as grandes favelas que rodeiam as principais cidades e a pobreza das zonas rurais dão uma idéia do processo de distribuição da riqueza no país.

Em 1975 o presidente Carlos Andres Pérez, que assumiu em 1973, nacionaliza as indústrias de ferro e de petróleo. Em 1974 a Venezuela, ignorando as pressões norte-americanas, restabeleceu relações diplomáticas com Cuba. Em 1978, Carlos Andres Pérez, da Ação Democrática, é substituído na presidência por Luis Herrera Campins, do partido COPEI (democrata-cristão). Campins assina um acordo com os países centro-americanos através do qual a Venezuela se compromete a suprir as necessidades de petróleo daqueles países por meio de condições bastante vantajosas.

Em política externa, a Venezuela tem patrocinado a busca de uma solução pacífica para os conflitos centro-americanos, conflitos que, de fato, não existem: são, simplesmente, a interferência militar norte-americana nos processos revolucionários da Nicarágua e de El Salvador. Juntamente com o México, o Panamá e a Colômbia, a Venezuela integra o chamado Grupo de Contadora, cujas atividades se iniciam em 1982.

Desde 1984 está de novo no poder o partido AD, desta vez representado pelo presidente Jaime Lusinchi.

6. CONCLUSÃO

Como nos demais países da América do Sul (com exceção do Chile e do Uruguai), vê-se um retorno à chamada “vida democrática” nos cinco países de cuja história recente trata o livro que ora publicamos. Não se deve, contudo, esquecer que a tão desgastada palavra “democracia” representa algo que jamais existiu, sequer entre os gregos, a quem é atribuída sua “invenção”. É por isso que convém falar-se de “democracia burguesa”, pois, de fato, o que temos é um retorno da classe dominante ao poder político, que ela momentaneamente passou aos militares para que sufocassem os movimentos das grandes maiorias econômica e socialmente subjugadas. Em alguns países houve a ascensão de uma classe média ao poder; em outros, foram as oligarquias que, mais uma vez, recuperaram seu papel de elite predominante. No entanto, a conscientização das massas não se interrompe e, pelo contrário, cresce a cada dia. As medidas conciliatórias e paliativas tentam mascarar as cada vez mais agudas contradições sociais: a Bolívia e o Peru, por exemplo, adotaram novas unidades monetárias (o boliviano e o inti, respectivamente) para tentar vencer a inflação massacrante que diminuiu drasticamente as condições de vida das populações. Tais medidas, porém, já se mostraram praticamente inúteis, principalmente porque visam a dar resposta aos credores internacionais e não a satisfazer aos anseios nacionais: o cruzado brasileiro e o austral argentino até agora não cumpriram os prometidos milagres de estabilização econômica.

Tal como no primeiro volume desta coleção, a leitura dos capítulos que aqui se imprimem leva-nos à conclusão de que a solução para todos os gra-

Prefácio

ves problemas que afligem a América Latina passa necessariamente por uma integração regional, livre das interferências das grandes potências, e por uma nova ordem econômica, que não submeta tantos milhões de pessoas ao criminoso jugo que o capitalismo lhes impõe.

Recife, 3 de agosto, 1988.
Marcos Bagno

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DA BOLÍVIA (1932-1971)

René Zavaleta Mercado

O amor, o poder, a guerra. Nisso consiste a verdade da vida. Pois bem, foi no Chaco, lugar sem vida, que a Bolívia foi perguntar em que consistia sua vida. Aqui, onde mesmo os arbustos se contorcem como se a secura se houvesse transformado em dor, é onde se deu a guerra, ponto de partida do período que analisaremos, mas também de toda a Bolívia moderna. Boquerón, Nana-wa, Picuiba, Kilómetro 7, Caada Strongest deixam de ser topônimos inertes; agora contêm seus próprios mortos. Nomes vivos para todo o mundo. É como se ali, e somente ali, a história tivesse perdido sua própria rotina, e não há dúvida de que então, somente então, os bolivianos aprenderam que o poder é algo por que se deve matar e morrer.

I. A MEMÓRIA HISTÓRICA

A guerra, desde cedo, era evitável. Qualquer que fosse o grau de variação dos motivos alegados pelas partes, não importa o grau de gravidade dos incidentes anteriores à guerra. De qualquer forma, parece evidente que teria sido possível chegar-se a uma solução diplomática. É uma má política de Estado pensar que a única saída para tudo é a imposição total do princípio que alguém sozinho sustenta. Por que, com efeito, os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Era como se a sentissem como uma obrigação para consigo mesmos, talvez porque supunham que a única solução lhes restava era sua honra. A negociação era o que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deviam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas. Nisso, que parece quase a vontade, um pouco niilista e misteriosa, de destruir-se, talvez onde haja que tentar buscar uma explicação não seja no raciocínio coetâneo aos acontecimentos, mas sim na carga que o condicionava, isto é, no fundo histórico dos dois países. Além do mais, por acaso não é verdade que tinha sido Assunção o centro da colonização do Rio da Prata inteiro e depois, no tempo republicano, logo o Paraguai, um país modesto mas também progressista e harmônico, comparável nisso ao Chile de então, mas de uma maneira talvez mais salutar? Há nisto um desencontro. Os historiadores vêem os países a partir da perspectiva do presente e não erram ao fazê-lo porque a coisa se conhece em seu arremate; cada país, porém, se vê a si mesmo com os olhos de sua memória. Que o país como tal estanque seu conhecimento num momento de seu pas-

sado ou que o mistifique carece de importância substancial, porque aqui o que importa é aquilo que ele é. O componente da memória coletiva na ideologia é, sem dúvida, algo mais importante do que se supõe comumente.

Outro tanto ocorre quando se pensa no vice-reino do Rio da Prata, em teoria o marco de referência ao qual devia remeter-se a Bolívia quanto a suas origens políticas. Costuma dar-se por assentado que o centro do vice-reino esteve sempre em Buenos Aires. O certo, no entanto, é que não foi Charcas que se constituiu em relação ao vice-reino, mas sim o vice-reino que se constituiu fundando-se em Charcas. O vice-reino do Peru esteve formado por duas audiências e a de Charcas reunia os atuais Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Já no vice-reino, quando se cria outra audiência em Buenos Aires, na de Charcas permanecem a metade das províncias e a maior parte da população. A região inteira, ademais, vive de Potos e em relação a ele.

II. DECADÊNCIA DE CHARCAS E DO PARAGUAI

Trata-se, portanto, em ambos os casos, de países cuja importância relativa na zona não havia feito mais que decrescer continuamente. Na substituição de uma economia de estanco, assentada nos centros interiores como derivação da avidez pelos metais preciosos, por uma economia assentada na periferia comercial dos portos, a serviço da fase expansiva do comércio inglês, ambos os países viram-se prejudicados pela nova ordem de colocação da economia da América do Sul.

O Paraguai, pelo que se sabe, embora com um conhecimento envolto pelas exultações, era sem dúvida um dos centros mais interessantes em meio aos que giravam em torno da economia de Potos. Ao separar-se das Províncias Unidas (ou da Confederação, como teria preferido dizer Francia), era sem dúvida uma província mais povoada que as demais, consideradas de modo individual. Era um país construído sob a modalidade das missões dos jesuítas e, portanto, o peso de um setor latifundiário senhorial era aqui insignificante ao passo que o domínio de princípio sobre a terra não tardou a corresponder ao Estado. Os ditadores — Francia e os López — ratificaram o estatuto que vinha dos jesuítas e o desenvolveram a sua maneira, com o que criaram uma república despótica e paternalista, mas também mais igualitária. As notícias que se tem do país anterior à guerra da Tríplice Aliança falam de um certo bem-estar na vida das gentes, de um analfabetismo em todo caso mais baixo que em qualquer parte do subcontinente, e sabe-se que o Paraguai esteve entre os primeiros países que tiveram estradas de ferro, o primeiro a ter estaleiros e sua própria indústria militar. Tudo isso tem de se reduzir, como é natural, às proporções de um país pequeno e isolado. Era, ao mesmo tempo, um país que havia sido clausurado pelos ditadores não só para toda gente estranha mas também para o comércio inglês. Os avatares da abertura do comércio paraguaio são os que fizeram com

que as novas capitais do comércio dos ingleses na região, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevidéu, organizassem a guerra da Tríplice Aliança, saqueassem o país e produzissem uma espécie de catástrofe demográfica particular da qual o Paraguai jamais se recuperou.

A história da Bolívia do século XIX é diferente, mas só para chegar a um ponto semelhante. Como país mesmo, ela é resultado de dois fatos: da crise do azougue, que era resultado do bloqueio inglês de Bonaparte, e da feroz guerra das republiquetas ou facções (as guerrilhas, que abarcaram todo o país), que durou quinze anos, entre 1809 e 1824. Com a crise do azougue, a economia de Potos, que já estava em decadência, acabou de arruinar-se, e o próprio vice-reino, que se havia organizado em torno do Potos, perdeu nexos concretos com as províncias ditas altas; e a violência da guerra, fundamentalmente, fez com que os governantes portenhos, com Rivadavia à frente (aliás, toda a história da Argentina no século XIX e talvez algo mais não foi senão o desenvolvimento das idéias europeístas e racistas de Rivadavia), vissem como algo indesejável sua permanência (das chamadas Províncias Altas) como parte da Confederação. Eram, por certo, províncias que, com mais população que as demais, não podiam senão potencializar as do Norte que, por outro lado, somente se reduziram ao poderio de Buenos Aires na segunda metade do século.

Bolívar, como o prova sua correspondência com Sucre, não podia compreender como a mesma capital — Buenos Aires — que havia mostrado um tão grande desinteresse por estas províncias que, entretanto, eram as que guardavam a fronteira independente do resto do vice-reino, mostrasse, ao mesmo tempo, um interesse quase apaixonado por sua separação. Em suma, Alvear, em nome de Buenos Aires, negociou com Bolívar para o que se chamou finalmente de colônia do Alto Peru (Charcas, a rigor) não fizesse parte das Províncias Unidas. Isso contrariava o propósito do país que havia recebido Sucre com a bandeira azul e branca de Belgrano; mas Bolívar, ditador do Peru, ou seja, de um lugar que nunca perdera seu odor hispanófilo, sentiu então talvez pela primeira vez seu grão-colombianismo e decretou (veja-se, outra vez, a correspondência) que era indesejável a formação de um enorme país fronteiriço com a Grã-Colômbia como o que seria fruto da união do Alto e do Baixo Peru. Mas era algo que ninguém queria, e se Buenos Aires, que ao fim e ao cabo havia sido um poderoso centro revolucionário, via com receio o gênio desacatado das facções alto-peruanas, Lima já tinha sido, com dinheiro, armas e sentimentos, o lugar a partir do qual eram perseguidas. Lima era portanto, na prática, uma terra tornada independente contra a sua vontade, e o Alto Peru, isto é, Charcas, com a oligarquia dos azougueiros arruinada e com cem republiquetas instaladas na violência de um geografia invencível, constituídas por uma sorte de democracia direta de guerra e dotadas de logística autônoma, era um conjunto político-territorial sem núcleo hegemônico, incapaz de resolver por si só a questão de seu poder político. Os mesmos alto-peruanos que com paz de consciên-

cia haviam erguido a bandeira de Belgrano à chegada do exército de Bolívar, tiveram de resignar-se, não sem certa perplexidade, a serem um país independente.

III. DUPLO CARÁTER DO PAÍS

Ainda assim, os próprios fatos poderiam tê-los advertido (se tivessem sido homens prudentes, mas a classe dominante só tem homens prudentes no momento de sua glória, isto é, em sua recente dominação) de que algo estava mudando no que eles pensavam como a natureza das coisas. Com isto talvez queiramos justificar, mas *a contrarii*, o certo orgulho ou injustificada segurança de si mesma com que nascia esta república, destinada todavia a sofrer todas as inseguranças do mundo. Mas era uma segurança que não lhe vinha de si mesma e nisso devemos ver uma paranóia que se repetirá depois (se é verdade que a paranóia contém uma ruptura entre a inteligência das coisas e a sensibilidade das coisas). As próprias facções ou republiquetas (elas chamavam a si mesmas de *facción* ou *montonera*; os espanhóis chamavam-nas *republiquetas*) estavam mostrando uma inexplicável e às vezes atroz capacidade de resistência (posto que nunca foram vencidas por ninguém), mas também o caráter centrífugo do poder que preparavam (o que explica o apelido de republiquetas). Muito depois, Tamayo verá nisto a aplicação do caráter indígena a seu condicionamento alheio¹. Num outro conceito, pois ali o chefe era nomeado pelos combatentes e a logística é dada pelos índios, posto que a própria existência da facção significa, pela via de fato (embora não por sua aceitação como legalidade), que os patrões não ingressam nas possessões dos patrões, trata-se de uma guerra de massas com todas as características das guerras camponesas clássicas: grande resistência, baixa capacidade de vitória. Para os aficionados das comparações — Toynbee por exemplo —, as semelhanças entre a formação da guerra tupamara e a de Münzer serão sempre a de uma aproximação inexplicável. Isso se herdará na república e tornar-se-á uma espécie de caráter da nação. Será um país com uma grande capacidade militar em suas massas, invencível sempre no que Tamayo chamará seu *home* central, mas também, reproduzindo algumas das limitações do poder político incaico, um Estado incapaz de empreender guerras exitosas fora de tal habitat. Será, por outro lado, herança da facção, dos hábitos democráticos instalados nas massas, a pátria do que Arguedas denominará “caudilhos bárbaros” e a “plebe em ação”. Pode explicar-se aqui a grande distância que há entre dois países, contudo semelhantes, como o Peru e a Bolívia. É aqui que se encontram as marcas distintivas da natureza social do país.

1. Veja-se *La creación de la pedagogía nacional*, La Paz.

IV. ORGULHO DE CHARCAS

A catástrofe da prata punha fim à oligarquia dos azougueiros e isso significava que era um país que nascia isolado do mundo, de um mundo que, por outro lado, este país tinha feito nascer. Será, por conseguinte, um Estado fraco que terá de viver quase até o fim do século XIX (pelo menos até o quarto final deste século) das contribuições indígenas, o que significa que será um Estado em guerra perpétua com sua própria população.

Os doutores de Charcas, que foram os recipientes da independência, não pensavam, no entanto, em nada disso. Pensavam na glória de Potos, em seu esplendor; sentiam-se como um centro das coisas, não se convenciam por razão nenhuma de que haviam sido postos de lado, sequer quando os portenhos lho diziam na voz mais alta possível por meio de Alvear ou de Anchorena ou de quantos haviam tratado da questão. A vaidade com que Charcas pensou na independência, sua presunção e auto-adoração só pode explicar-se como a patologia de uma classe superior que jamais havia trabalhado, que se havia acostumado a ser um eixo das coisas sem se perguntar por quê. A prata de Potos e a servidão dos índios deixaram o país enfermo, e o que se podia pensar como sua contraparte humana não tinha capacidade de concretizar-se como poder por parte alguma.

V. PROJETO DE SANTA CRUZ

Tal ênfase, pois é uma ênfase a consciência postergada ou crer no que não mais existe, se manifesta bastante bem no primeiro poder político “boliviano” que existe, com Santa Cruz, logo que se retiraram os colombianos. Na conformação de seu mito estão a linha de sua estirpe, que falava por si mesma de uma reminiscência do Império dos incas (pois era um Calahumana) num momento em que, como o prova o monarquismo de Belgrano, isso exercia certa atração, o fato de pertencer à casta clássica da dominação local e os consequentes hábitos naturais do mando, mas somados a uma boa carreira militar e a um precoce gênio administrativo. Mas uma coisa é o mito *a posteriori* de Santa Cruz e outra o que Santa Cruz pensava como projeto de si mesmo para a terra sua. Aqui o que se tentava fundamentalmente era a reconstrução oligárquica da “zona clássica das agitações”, como a chamou Moreno, que se havia feito democrático e plebeísta nas emergências bárbaras de uma guerra que parecia não ter fim. Com um projeto conservador no seu âmago, para suprimir o hábito democrático das massas, o restaurador no princípio, restaurador inclusive das modalidades comerciais do monopólio espanhol, Santa Cruz toma o Peru a partir de dentro, dando um projeto nacional a um país que não o tinha, e tenta fazer o mesmo com as províncias do norte argentino. Há nisto, sem dúvida, embora se tenha querido ver aí uma tentativa de restauração

do Império inca, antes a restauração de um eixo perdido, a aplicação do centralismo de províncias — Charcas — que tinham deixado de ser centrais. Portales e Rosas, cujos próprios projetos nacionais se parecem em mais de um aspecto ao do próprio Santa Cruz, destroem esta tendência fundada numa representação obsoleta das coisas e por isso, na derrota de Santa Cruz, deve-se ver a imposição do novo eixo econômico, que passava por Valparaíso e Buenos Aires, sobre o velho centro de Charcas-Potos; mas, além disso, aqui se inicia a política de clausura do país boliviano, clausura esta que só terá sua conclusão geográfica definitiva com a guerra do Pacífico.

É certo que Santa Cruz mesmo desertou de suas ilusões protecionistas e seguiu uma política pró-inglesa e livre-cambista na segunda fase de seu governo, no próprio Protetorado; os ingleses, porém (embora Palmersten e quase todas as personagens da época tivessem um grande respeito por este homem coerente em meio a um carnaval de libertinos), não tinham por que preferir um governo que quase não tinha mais que oferecer além da personalidade de seu chefe, frente aos novos mercados abertos pelo trigo do Chile e pelos couros e carnes secas do Rio da Prata. Os chilenos, na guerra do Pacífico, que se levou a cabo para compensar os declínios do comércio exterior do Chile com a entrega do guano e do salitre a John North, não fizeram mais que prosseguir as características desta imposição ditada pela nova maneira comercial do mundo, completando o enclausuramento da Bolívia em suas altas montanhas, que eram como o símbolo de seu enclausuramento histórico. Era o comércio capitalista em forma, impondo-se de maneira decidida a uma região pré-capitalista em seu conjunto, incapaz para os novos tempos.

VI. ADMIRAÇÃO DO PARAGUAI E DA BOLÍVIA POR SEUS VENCEDORES

Nem o modelo despótico-nacional do Paraguai dos grandes ditadores, nem o jamais resolvido sistema de classes, castas, regiões e modos de produção desarticulados entre si da Bolívia podiam, com a guerra da Tríplice Aliança ou sem ela, com Yungay e guerra do Pacífico ou sem eles, avançar rumo à constituição de países capitalistas modernos, sequer nos moldes do Chile de então, que constituiu de fato uma democracia burguesa dentro de sua dominação oligárquica, nem da Argentina, que resolveu os problemas de sua unidade nacional sob a hegemonia indisputável de Buenos Aires. Um e outro, ademais, eram, para usarmos termos de nossos dias, verdadeiros satélites privilegiados do Império britânico. Por isso, quando se pensa no protecionismo de França ou dos López ou no de Santa Cruz e de Belzu, vale a pena recordar sempre que não é tão importante assim o protecionismo abstratamente considerado, mas sim o que é protegido pelo protecionismo.

As reflexões de ambos os países acerca de suas derrotas respectivas se limitaram à admiração por quem os havia vencido, à tentativa de repetir seus es-

quemas de desenvolvimento, mas em condições muito mais dificultosas. É difícil encontrar algo mais aparatado e inútil que as experiências liberais do Paraguai e da Bolívia nas três primeiras décadas deste século. Em todo caso, o Paraguai acabou transformado em pouco menos que uma fazenda dos Casado e, até hoje, um terço de seu território (sequer de suas áreas cultiváveis) é propriedade de empresas inglesas, norte-americanas, argentinas e brasileiras. Na Bolívia, por sua vez, durante a era liberal, chegou-se até a pensar — através de Montes — em formar um só país com o Chile, e com o descobrimento das grandes jazidas de estanho, acabou por se tornar um país em mãos do que se denominou o super-Estado mineiro, termo usado para referir-se às três empresas associadas a capitais norte-americanos e ingleses.

A razão pela qual dois países que haviam surgido de um mesmo processo de balcanização, que deveriam ser partes de um mesmo Estado nacional apesar de a América não ser una, vítimas ambos da fase expansionista do imperialismo inglês, mutilados e humilhados da mesma terrível maneira, se lançaram um contra o outro por uma questão de limites na qual ambas as partes podiam emitir argumentos jurídicos *ad infinitum*, em segredo, de hidrocarbonetos que só existiam como hipótese dentro das hipóteses, é algo que demonstra tão-somente o grau de absurdo e alienação que pode assumir a história em mãos de coletividades atrasadas e estupefatas.

Dentro dos mesmos fatos, a Bolívia reclamava territórios cuja ponta chegava até Assunção. Era isso algo tão insustentável que, se de fato as tropas bolivianas tivessem podido chegar até lá, não teriam podido impedir-se a si mesmas de tomar a capital do país e iniciar a conquista dele por inteiro. Ou seja, já que o objetivo da guerra era *d'après* Salamanca “ganhar a guerra”, o Paraguai teria acabado por ser anexado à Bolívia.

O Paraguai por seu turno, num verdadeiro desmando bélico, tomou o forte de Laguna Chuquisaca e não se privou de degolar toda a sua guarnição. Como era previsível dentro de um exame elementar das possibilidades logísticas, a guerra se reduziu a uma ofensiva boliviana que chegou bastante longe mas só para ser batida pelos paraguaios, que aqui se moviam com comodidade já que estavam mais próximos da região; os paraguaios, por seu lado, passaram então também à ofensiva para chegarem até às primeiras elevações da cordilheira dos Andes, onde foram batidos por sua vez. Aqueles que têm falado desta como uma guerra colonial tentada pelas mais tristes semicolônias dizem, pois, algo cruel e verdadeiro².

VII. OS OBJETIVOS FALAZES

Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo. Por exemplo, tem-se querido ver neste duelo no Cha-

2. Veja-se CÉSPEDES, *El dictador suicida*, Ed. Juventud, La Paz.

co um efeito das contradições *in crescendo* entre o imperialismo inglês, já instalado, e o ascendente imperialismo norte-americano na região. É certo que a Argentina respaldou o Paraguai com armas e víveres em grande escala e que, nesse momento (que os argentinos chamam “década infame”), a ocupação inglesa do país era tão extensa que um de seus vice-presidentes, o senhor Roca, chegou a dizer que a Argentina era de fato parte do Império britânico. É verdade, por outro lado, que o mercado argentino, já então bastante desenvolvido para a época, era uma parte mais que fundamental na região para os interesses da Royal Dutch Shell. As jazidas bolivianas estavam nas mãos da Standard Oil; depois se descobriu, no entanto, que esta companhia exportava petróleo para a Argentina por um oleoduto clandestino e que a gasolina ia dar nas mãos, precisamente, do próprio Paraguai, em guerra com a Bolívia³. Esta foi, como comprovação, a base da nacionalização posterior dessas jazidas (1937), de tal sorte que se a motivação imperialista tivesse sido a determinante dava-se o caso de a Standard estar a favor do triunfo de seus inimigos. Parece mais lógico supor que a Standard Oil sabia a dimensão das jazidas e também sua localização (o que explica sua falta de interesse na guerra) e que a Royal Dutch Shell, em contrapartida, não tinha senão uma visão expectatória do assunto como saqueadora de um triunfo que sobretudo podia afetar os Casado. São os Casado e não a Royal Dutch Shell, ou esta sozinha, o que explica o interesse exorbitante da Argentina neste pleito.

Ninguém pôde encarar o resultado desta pura loucura na Bolívia senão como uma derrota sem atenuantes, e era sem dúvida uma derrota sem retorno já que o objeto da guerra era, do ponto de vista dos dirigentes bolivianos, a conquista do Paraguai, com a condição de que tais fins metafísicos se encarregassem estadistas alentados por impulsos irracionais. Mas ambos os países não demonstraram ali outra coisa além de seu alcance estatal real sobre um território vazio, sem obter nenhum deles aquilo que buscava ou acreditava buscar. O petróleo não existia nas zonas importantes do ponto de vista estratégico senão em quantidades muito inferiores às pensadas e, para beneficiar-se em grau relevante com este produto, o Paraguai teria tido que conquistar quase a metade de um imenso país, tal a demência dos objetivos perseguidos por uma e outra parte.

VIII. CRISE ESTATAL PÓS-BÉLICA

É certo que nem toda guerra contém uma crise social geral. O caráter de tal fenômeno, a crise nacional geral ou situação revolucionária, exige a caducidade da capacidade de dominação por parte da classe à qual serve o Estado

3. Veja-se Carlos MONTENEGRO, *Los derechos de Bolivia contra el oro de la Standard*.

e, ao mesmo tempo, certa incapacidade coetânea por parte dos oprimidos quanto à construção de seu próprio poder, incapacidade ainda que momentânea. Nada disso aconteceu no Chaco nem num lado, nem no outro; a natureza de classe de ambos os sistemas estatais se manteve intacta, pelo menos na aparência ou na hora imediata. Pelo contrário, a própria maneira de racionalizar a guerra era diferente por parte das duas populações: enquanto o Paraguai, talvez por causa de sua unidade cultural mais compacta que fazia um contraste marcante com a maneira variegada da Bolívia, viveu a guerra como uma tensão nacional geral (pois, em teoria, estava em jogo a existência do próprio país como país independente), na Bolívia não ocorreu tal coisa. É claro que de nenhuma maneira deve desprezar-se o papel da guerra na formação dos aspectos subjetivos de base do Estado nacional e da construção da própria nação. Contudo, nunca como aqui pôde ver-se tão claramente até que ponto a sociedade civil boliviana não correspondia nem em sua dimensão nem em nenhum outro aspecto a seu Estado político, a não ser de um modo relativo ou circunscrito. Afinal, o que havia de Estado nacional na Bolívia era o Estado correspondente ao mercado interno gerado em torno da área capitalista mineira. Neste sentido, embora não devamos absolutizar as coisas, ou não era um Estado nacional porque não existia ainda a nação em sua definição moderna ou só o era em relação às áreas vinculadas ao mercado interno. Este raciocínio deve atenuar-se, no entanto, porque eram zonas que haviam estado vinculadas de uma maneira primária e havia deixado de está-lo; tampouco o país existia como um mero acaso sem premissas. Isolado, porém, disperso e diverso, viveu a guerra como algo que ocorria no Chaco, tal como se tem a vivência de uma guerra colonial não referente ao núcleo de existência da coletividade.

De qualquer forma, o que havia de Estado nacional, como sói acontecer nos países que vivem esta fase, se manifestava sobretudo no exército. O próprio aparelho militar muda de caráter em certo sentido ao deixar de ser um mero sistema de repressão desprendido da coletividade para ser um organismo de massas militarizadas. Isto tem sua repercussão sobre o próprio aparelho estatal que o convoca a tal massificação: uma guerra, de fato, comporta a hipertrofia, a superatuação da fase repressiva do Estado que, na normalidade, não tem por que atuar com tal extensão e intensidade. Para manter a “paz liberal” havia sido suficiente até então o exercício da retórica montista, que era a ideologia deste Estado. Agora, o aparato ideológico não era suficiente; a burocracia civil (encarnada à perfeição, até no físico, em Salamanca) havia conduzido o país, com suas concepções geopolíticas impossíveis, ao desastre puro. Em geral, porém, qualquer um que conheça destas coisas sabe que não se pode apelar continuamente aos mecanismos de emergência de um Estado sem que tal Estado se debilite como conjunto.

IX. SALAMANCA

Diante da guerra, o Estado oligárquico teve de acudir a seu mecanismo mais tenso e fundamental que era o exército. É assim que se inaugura, pela lógica dos fatos que se produziam uns aos outros, o que se pode designar como o primeiro ciclo militar no poder político boliviano deste século. O poder político se concentra no exército, mas isso não significa que as contradições desapareçam, e sim que passam a manifestar-se ali onde se concentrou o poder. Já era uma prova do atraso estatal o fato de não poder ratificar-se a forma do poder na emergência da guerra; mas o exército, longe de suprimir a política, transforma-se em cenário dela, fato que se reproduzirá quase nos mesmos termos no segundo ciclo militar, na fase termidoriana da revolução burguesa.

Até então, de fato, as contradições só se haviam dado entre um setor ou outro deste bloco do poder oligárquico, porque não era um Estado de massas; o fato estatal não contemplava a participação da maioria real. Os governos respondiam a um setor ou a outro da grande mineração ou, no melhor dos casos, aos grupos de latifundiários ligados à mineração, como Salamanca. Este era o herdeiro culminante de uma cultura mórbida que era resultado da servidão e do isolamento, da cultura da classe superior do país, de gente que não havia trabalhado nunca por muitas gerações e desde o princípio; uma cultura, enfim, provinciana, variegada, arrogante e cega. Ele era um homem brilhante no contexto dessa cultura mas, por isso mesmo, não era um homem realista. A realidade era um dado alheio a seu raciocínio, e a tentativa de incorporar o mundo objetivo a um silogismo que não tinha outra premissa além da suposição do sujeito que o formulava não podia mais que voltar-se contra o próprio sujeito para destruí-lo. Se isso serve para algo, deve-se dizer que amava, sem dúvida, a Bolívia, mas não tal como era e sim a Bolívia em que ele pensava; identificava o país com sua classe, com a classe que o havia feito seu dirigente e, por isso mesmo, que o tornava tão pouco viável quanto sua classe. Enquanto havia paz, o país daquele sistema podia alimentar-se em sua forma de poder dos discursos; à primeira convulsão, porém, apelava de imediato à repressão dos camponeses índios e dos mineiros do modo mais feroz, conforme uma rotina de séculos, porque estava na raiz cultural desta classe a idéia do castigo dos índios. Era Salamanca o fruto dos trinta anos da estabilidade liberal e por isso é tão ridículo atribuir à instabilidade política — que querem ver como o segredo do atraso boliviano — a derrota do Chaco. Pelo contrário, o exército, assim como Salamanca, era a conseqüência de trinta anos de uma estabilidade viciosa ou falsa estabilidade. Um país que não resolveu seus problemas de integração nacional, que mantém a maioria de sua população na opressão generalizada, no exílio político e na ignorância é um país muito vulnerável e o é duas vezes se, além disso, mostra-se estável dentro desta situação. A saúde, neste caso, deve expressar-se como descontentamento organizado, como instabilidade.

A cultura racista da oligarquia deste país de índios se exacerbou com a república, recebeu um impulso com os êxitos da política de importação de europeus da Argentina e se consolidou com sua reintegração ao mercado mundial por causa da economia do estanho. Não foi, portanto, em nada casual que Arguedas escrevesse seu livro *Pueblo enfermo* nesse momento⁴. Os liberais, na aplicação desta mentalidade que deseja fugir das coisas, organizam um exército com oficiais prussianos que comandam soldados obrigados a marchar com o passo do ganso e ao compasso de bandas engalanadas com fanfarras à prusiana que ninguém sabia para que se serviam. A falta de fé desta classe em si mesma se nota de modo surpreendente quando encarrega Hans Kundt, um oficial alemão que havia organizado o exército liberal, da condução da guerra. Conduziu-a, de fato, não se sabe se com maior desprezo para com os paraguaios, aos quais supunha que ia vencer em poucas semanas, ou para com os bolivianos, que mandava matar com a tranqüilidade com que se assiste ao extermínio das lagostas.

Pois era um exército que quis constituir-se com as melhores pessoas do país, já que sua vontade era ser um exército de casta; sua oficialidade, portanto, provinha em bom número da classe oligárquica. Mas o privilégio não cria bons soldados. “A causa da ruína da Itália” — escreveu Maquiavel — “não é outra senão ter fiado sua segurança durante muitos anos a exércitos mercenários que às vezes prestaram serviços a alguns, e em lutas entre si pareciam valorosos, mas ao chegarem os estrangeiros se mostraram tal qual eram.” E aqui está a oligarquia boliviana a confiar que os mercenários no comando da plebe tirem as castanhas do fogo para ela, a serviço de seus irrealis objetivos e da confirmação de seu poder. O comportamento dos homens da classe dominante era o que se podia esperar de uma casta sem vitalidade, e os soldados inventaram a palavra *emboscado* para designar esta classe de homens que usavam seu privilégio para não chegar jamais à verdade de frente. O vórtice das próprias coisas, em contrapartida, trouxe à luz uma geração de oficiais que vinham dos setores médios pobres e aos quais se somaram os oficiais improvisados *ad hoc* e o vasto corpo de suboficiais e classes que compusera, o exército que travou a guerra como tal. Esta dupla formação do exército não tardou a se manifestar. A destituição de Salamanca naquilo que a oligarquia chamou o “curralzinho” de Villamontes, ou seja, sua defenestração no próprio campo de batalha, é também a destituição, pelo menos, do setor civil daquele Estado; mas estava, ao mesmo tempo, expressando o impulso inconsciente de destruir um Estado que, na realidade, não desaparecerá como tal senão por volta de 1952. O desprezo

4. Nem que dedicasse sua *Historia de Bolivia* a Patiño, que pagou a edição, como prova de que esta ideologia racista e pré-capitalista sem disfarces servia à perfeição ao poder político gerado pela grande mineração.

com que os oficiais que atuam no fato — Busch, o principal — tratam Salamanca presidente está mostrando como a guerra havia posto fim nas respeitabilidades e na própria ideologia do Estado oligárquico. A Busch não importavam os recursos oratórios do doutor Salamanca; pelo contrário, ele, herói sem discussão da batalha, detestava-os e é o mesmo ato mental, ao fim e ao cabo, com que castiga fisicamente Arguedas, outro doutor da oligarquia, em seu próprio gabinete, sendo já presidente, num incidente que se fará famoso na Bolívia.

X. O HOMEM SÍMBOLO

Chegando a este ponto temos de retroceder um pouco. Com Salamanca, na realidade, cai moralmente um Estado que só depois será dissolvido em sua materialidade. Por isso chamaram-no “o homem símbolo”. De fato, quando Salamanca chegou ao poder, o país oficial acreditou ter encontrado (talvez porque soubesse que uma classe dominante que não produz chefes não merece viver) algo que este setor não havia produzido durante muito tempo, isto é, um homem de Estado em plena forma. Era, sem dúvida, a personagem menos convencional entre todas as de sua época: era sóbrio em meio a uma classe que não o era; na aparência, era penetrante como um punhal onde o jogo era de cascas; parecia um representante triste e solene da própria história; só seu grande sarcasmo geral contrabalançava um pouco com sua melancolia. Sem dúvida este homem, com o carisma endurecido que tinha para esta classe e para o alcance desta classe, desejou a guerra. Não importa com que argumentos de Estado disfarçara o assunto, mas desejava a guerra; era um requisito que vinha de sua psicologia, e nisso há uma grande diferença entre a sanidade que enfrenta a violência que não pode evitar e a falta de sanidade que deseja uma violência que se pode evitar. Importa pouco se a desejou antes ou depois de seus colegas paraguaios, e havia neste *élan* algo de misterioso talvez porque, como havia escrito Medinaceli, era de uma raça que agonizava numa paisagem que não era a sua. Por que a desejou? Talvez jamais se possa responder a isso, para compensar a Bolívia de uma história republicana de frustrações. Queria presentear a Bolívia com uma vitória, algo que devolvesse a este país (àquilo que ele pensava como este país: um grupo de homens sensuais e desalentados em sua essência) sua fé em si mesmo, o que era, na realidade, um eco distante da guerra do Pacífico.

Este Savonarola da terra sem mar impôs seus critérios belicistas como um *diktat*. Não se conhecem, talvez com a exceção de Saavedra, que era um homem muito mais natural, vozes substanciais que se tenham oposto àquela epopéia fúnebre a cargo de um lírico morto antes de sua morte. Portanto, embora o projeto fosse impossível, tinha contudo a exultação e o atrativo perigoso de qualquer guerra de conquista e era, em outros conceitos, o único projeto com certa grandeza que havia podido conceber essa classe que agonizava pelo me-

nos desde Santa Cruz, como se o verdadeiro objetivo fosse reconquistar-se a si mesma.

Quando se produz a derrota sem atenuantes, torna-se necessário oferecer explicações. Salamanca, de fato, acusava os militares (“não lhes posso confiar nada”), o que era incongruente já que o exército era filho do mesmo poder que havia engendrado Salamanca e composto por oficiais de idênticos sangue e pele de oligarcas. O exército, por seu turno, acusava Salamanca e isso também era infundado porque não se podia culpar de tudo aquele cujas teses tinham sido aceitas de maneira tão acalorada. Mas o que de fato se produz é a desorientação do poder oligárquico que já não retomará mais sua coerência; é aqui que começa sua decadência, que não fará mais que acentuar-se mais e mais até 1952. Decerto é normal que um exército saia como o amo das situações depois de uma guerra por mais que tenha sido incapaz de cumprir os objetivos externos que lhe foram assinalados e talvez por isso mesmo. Tal é a razão pela qual o imediato à guerra foi uma sucessão de governos militares. Mas seria de uma grande superficialidade pensar nisto como uma linearidade; na realidade, cada governo militar representou uma coisa distinta: às vezes como saldos impotentes de um passado irresgatável, germes às vezes de um futuro ainda impenetrável.

XI. DISSIPACÃO DE TORO

A mentalidade dos primeiros períodos militares (os de Toro e Busch) é similar já que o objeto primeiro é a inculpação e o castigo dos culpados do fracasso, embora não se soubesse quais eram os culpados, nem houvesse ninguém que pudesse jamais concretizar a descrição do fracasso que era, como se disse, um sentimento antes de mais nada, um paradigma desesperado e incolocável. Mas é como se a própria falta de captação das coisas como um todo se revelasse, primeiro como incongruência, em seguida como tragédia. Os pregões nacionalistas e antioligárquicos vinham das trincheiras de uma maneira tão densa quanto diluída. Diluída ou não, porém, foram eles que obrigaram Toro a nacionalizar o petróleo e a expulsar a Standard Oil ou a criar o primeiro ministério do trabalho, que foi entregue ademais a um operário. Toro em si mesmo e por si mesmo era, contudo, algo assim como a dissipação de uma corrente verdadeira; se havia sido capaz de viver com frivolidade nada menos que acontecimentos como a retirada de Picuiba, na qual morreram de sede três mil homens e que não o levou a nada além de redigir alguns telegramas engenhosos. Era evidente que era o homem que não pode ir mais longe, que não sabe como nem quer fazê-lo. Na realidade, era tão frívolo que era capaz de fazer chistes no enterro de sua mãe e não podia ver as coisas senão como uma ocasião de aplicar o gracejo, com certo ceticismo que fazia com que o que pudesse haver nele de inteligência não fosse mais que algo entregue aos lugares-comuns da

corrente imperante. Em geral, um indivíduo tão sensual quanto Toro só podia ser alguém sem convicções e, por isso, inclusive quando acatava as dos outros, transformava-as num fantasma, porque não acreditava nelas. Busch não era assim, de forma alguma.

XII. GERMÁN BUSCH

Aqui, pelo contrário, o patriotismo é a característica central do indivíduo; é curioso como, por conseguinte, todos os demais acontecimentos de sua vida se mostram apagados por esta paixão fundamental, original, duradoura e mortal. No oposto de Toro, Busch, homem saído da pureza da terra, cuja força política não era mais que um acessório de sua vitalidade natural, homem que não devia nada a ninguém e cuja titularidade como herói era o fruto da verdade da guerra, era enfim a convicção pura. Pureza da convicção nascida sem dúvida de certa elementaridade intelectual mas também, engendrando aqui já um protótipo, das convicções convertidas em periculosidade. Era uma sensação de temor físico a que sentiam a oligarquia e o conjunto da rotina do país oficial ao mero encontro com este oficial que pensava que os culpados mereciam sanção e que seus soldados — portadores da pátria — eram os credores de uma reivindicação. Em seu instinto de guerreiro acostumado às patrulhagens e às pilhagens, Busch engendrou, por fim, uma visão sombriamente patriótica da política e começou a cultivar, com razão certa, uma desconfiança essencial que abarcava tanto os doutores em geral quanto seus próprios chefes. A dor da pátria jazia em seu coração com a profundidade de uma paixão total: se a pátria estava encurralada, Busch não queria viver. Toro acreditava dominar Busch, mas não se dava conta de que, entre chiste e chiste, largando um ou outro aforismo explicativo nos festins, estava gerando uma força que afinal o próprio autor, Toro, não podia conter nem compreender. Para Busch está claro acima de tudo que a oligarquia tem de saldar contas com o país.

A história de um país atrasado costuma avançar pela via de seus heróis elementares. Busch, como é natural, não podia ter uma consciência do processo que se estava desatando e com ele como um de seus elementos patéticos. O próprio fato de ser um *oriental**, isto é, nativo de uma zona marginal em relação à compreendida pelo mercado interno e, ao mesmo tempo, um oficial do exército, isto é, do único organismo centralizado num país que não havia cumprido a tarefa de sua centralização, e o fato de, entretanto, se tornar uma grande personagem surgida da guerra já estão falando de certos aspectos que não podem ser transpostos. Isto significa, em boa lógica, que a guerra havia criado as tendências subjetivas para a construção da unidade nacional e do Es-

* natural da província de Santa Cruz, no oriente boliviano.

tado nacional. Cumpria-se aqui, além do mais, o que é uma norma clássica: os elementos subjetivos da nacionalização precedem sempre à formulação objetiva de tais tarefas.

A violência dos sentimentos nacionalistas de Busch, porém, nada tinha que ver com sua viabilidade. Era uma operação-comando realizada de surpresa contra o estatuto oligárquico, que pôde organizar todavia uma resposta com desenvoltura, em primeiro lugar rodeando e penetrando a própria ditadura que não tinha outra consistência senão a personalidade do próprio Busch, que era uma mescla de produto superior da natureza e de fragilidade intelectual. O ditador morreu pouco depois de um ano no poder. O povo considerou que havia sido assassinado friamente e descartou desde o princípio a hipótese oficial do suicídio. É verdade, contudo, que havia antecedentes acerca de inclinações suicidas nele. Na realidade, a conseqüência é a mesma: se se suicidou foi porque, com efeito, sua ditadura não podia chegar mais além de onde chegou; se foi assassinado é porque seus inimigos ainda tinham a força suficiente para assassiná-lo. Ainda assim, era o primeiro presidente que morria por causa violenta no século e isso não era um mero acaso: o próprio Busch havia colocado as coisas, num estilo característico, como uma questão de vida ou de morte. As lutas políticas estavam assumindo uma profundidade que não abandonariam mais depois. Nunca se pôde estabelecer com certeza se se tratou de um suicídio ou de um assassinato, mas era expressivo que não se permitisse uma sucessão “buschista” a Busch. Os próprios militares da corrente oligárquica impediram que Baldivieso, que era o vice-presidente de Busch, assumisse o poder.

XIII. CRISE NO APARELHO REPRESSIVO DO ESTADO OLIGÁRQUICO

O Estado criado pela grande burguesia mineira do estanho depois da revolução federal, em princípios do século, começa a viver a derrocada de sua legitimação ideológica. Pois a própria eficácia da coerção ou violência estatal não é mais que a conseqüência da ideologia; no resto da década dos quarenta poder-se-á comprovar também a perda de eficácia de seu aparelho repressivo. Está se gerando a revolução democrático-burguesa de 1952 e a seqüela de acontecimentos de dissolução daquele Estado é algo que nos dá muitas lições.

Quintanilla (presidente provisório, sucessor de Busch) fez um interinato imediato à morte de Busch e entregou o poder a Peñaranda, que venceu nas eleições sob o voto qualificado contra o candidato esquerdista José Antonio Arze. Ambos, Quintanilla e Peñaranda, eram generais da oligarquia e respondiam sem atenuantes aos interesses do bloco de poder da grande mineração e dos latifundiários. Com isso, a oligarquia (que foi chamada “mineiro-feudal”, no jargão local, de discutível exatidão) tentou voltar a sua fase mais exitosa e estável, ou seja, ao ciclo democrático-formal que havia praticado nas três primeiras déca-

das do século. A mesma democracia formal, que servia para a legitimação eficiente da grande mineração em sua fase de ascensão, serviu aqui como elemento de sua dissolução; nisto como em tudo o processo boliviano ratifica certos princípios da teoria do Estado como aquele que se refere ao duplo papel da democracia burguesa que funciona primeiro como assento de um momento culminante da superestrutura capitalista e depois como cenário de sua dissolução, embora seja óbvio que aqui não se está gestando uma revolução socialista, mas sim uma revolução democrática de traço particular porque o proletariado terá nela já um papel protagonista. O primeiro resultado da crise ideológica da época é a eliminação dos partidos tradicionais e a aparição dos modernos partidos políticos, desde o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR) até o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Falange Socialista Boliviana (FSB).

Uma questão importante, sem dúvida, é por que o MNR canaliza para si as derivações sociais da decadência do Estado oligárquico e por que congrega em seu seio as novas zonas classistas que ingressarão na política, isto é, os operários e camponeses. É algo que só tem, a princípio, uma difícil explicação. Na realidade, o PIR, com uma definição marxista próxima à III Internacional, dispunha do mais numeroso corpo de intelectuais; o POR, a corrente trotskista, se dirigia sem vacilações, assim como o PIR, à classe operária, que ia ser um fator preponderante no devir próximo dos fatos, e a própria Falange se apresentava com um *pathos* patriótico fervoroso, muito da época, pelo menos tão intenso quanto o do próprio MNR. Mas este, o MNR, era um partido formado por ex-combatentes da guerra e, por conseguinte, podia conseguir uma fácil comunicação com os jovens oficiais nacionalistas, o que era mais difícil para os partidos marxistas já que seus dirigentes, pelo menos os mais relevantes, não haviam participado da campanha do Chaco. A Falange, por sua parte, tinha um obstáculo dentro de si mesma a partir de postulações hispanizantes de duvidosa viabilidade num país no qual a presença indígena é tão rotunda e no qual a política tendia sem reparos a converter-se numa política de massas.

O MNR, além do mais, em seu núcleo de origem pequeno-burguês da forma mais específica, era composto por jovens políticos que de um modo ou de outro tinham que ver com a própria casta política que tratavam de derrubar. Em sua maioria, eram filhos de ex-presidentes ou de gerentes de empresas quebradas, enfim, toda uma gama de parentes pobres da oligarquia que já não acreditavam na própria oligarquia. Desprezavam aquela que em algum grau era sua própria classe, talvez por que fossem o final postergado dela. Sua própria postergação fazia-os ver as coisas com maior lucidez. Aqui opera, sem dúvida, um fato singular. As classes novas, aqui como em qualquer parte, se introduzem na política, ou seja, no jogo do poder, pelas portas que lhes abre a divisão da classe dominante que tende a dividir-se com maior rapidez e facilidade quanto mais atrasada for, precisamente, como classe dominante. Era a

ignorância da grande burguesia mineira o que a induzia a praticar suas modalidades oligárquicas, a ter, sendo um setor capitalista, uma ideologia pré-capitalista⁵. Não importa se de maneira consciente ou inconsciente, o proletariado utilizou os políticos do MNR para ingressar na política da Bolívia: o MNR, por seu turno, estava interessado em organizar os mineiros, o centro proletário, para dispor de um equilíbrio (ou, como Guevara disse depois, de um garrote) frente a seus aliados, os militares nacionalistas que acreditavam na pátria, mas não nas classes, que eles viam como uma deformação da pátria.

É necessário, em síntese, levar em conta os seguintes fatos. Por um lado, divisão do aparelho repressivo do Estado que, em seu setor de oficiais jovens, deixa de responder à natureza de classe do Estado. A maneira de comunicar-se com o descontentamento civil por parte destes oficiais radicava nos ex-combatentes civis, ou seja, no MNR, essencialmente. Por outro lado, a pulverização da ideologia do Estado oligárquico. As próprias palavras de ordem, os programas, exposições e agitações dos outros partidos se canalizam em último termo rumo àquele que tinha melhor viabilidade para o poder, porque na política as coisas têm horror à incerteza e tendem a capturar o poder ou a recebê-lo, mas não a vacilar entre uma coisa e a outra. O maior acerto tático do MNR se localiza, sem embargo, em sua conexão com o proletariado mineiro que se precipita por causa do massacre de Catavi (1942). Foi o único partido que denunciou efetivamente o fato e, portanto, através da soma destas condições, está capacitado para tomar o poder em aliança com os oficiais jovens encabeçados pelo major Gualberto Villarroel.

XIV. VILLARROEL E RADEPA

Villarroel era também, como Busch, uma figura nascida da guerra, mas de maneira menos fulgurante. A diferença que há entre ambas as personagens é a que se dá em suas próprias especialidades militares: é a que há entre um oficial de artilharia, que deve seguir as normas da guerra militar, e um chefe militar que, devido às emergências da campanha, se vê obrigado a travar uma sorte de guerra irregular dentro da mesma guerra regular. Daí, Villarroel, um chefe desconhecido, um organizador paciente da impaciência militar, uma figura relevante que não se propunha sê-lo.

Se se avalia o governo de Villarroel do ponto de vista de suas medidas administrativas fica incompreensível o caráter que assumiu nele a luta de classes. No concreto, limitou-se a impor certa modernização tributária sobre a grande mineração e atos quase simbólicos a favor dos camponeses, como a supressão do *pongueaje* (trabalho gratuito para o latifundiário). É claro que estava dis-

5. De que era um indício tão claro o patrocínio de Patiño à obra de Arguedas.

posto a conviver com a grande mineração, pois não se pedia a esta mais que admitir a existência de um poder estatal não dependente de maneira direta dela. E a conviver com os próprios *gamonales* (a classe dos latifundiários senhoriais), pois não se lhes pedia mais que suprimir as formas mais abjetas da servidão pessoal dos camponeses. Porque não teve tempo ou por qualquer razão, Busch tinha feito menos e lhe custou a vida. Agora Villarroel se apresentava com um buschismo aumentado. Contudo, a existência de um Estado independente pelo menos em relação à grande burguesia e aos grandes latifundiários era algo inadmissível para a classe dominante. Se é preciso classificar o regime de Villarroel, classifiquemo-lo como um bonapartismo em esboço, já com certas idéias acerca do “dever estatal” ou da independência do Estado, mas idéias levadas à realidade com uma grande timidez; além do mais, na vacilação entre as tarefas nacionais e as democráticas, que estavam em pauta desde o tempo de Busch, não havia dúvida de que a preponderância seguia correspondendo às primeiras. Os reformadores, em todo caso, não podem ser moderados porque suas reformas, não importa se moderadas ou não, são interpretadas sempre pela classe dominante como uma ameaça total; portanto, é melhor ir mais longe do que se quer ir porque a partir daí pode-se retroceder até aonde se queria chegar. Do contrário, a proposição da mera reforma só pode adquirir o conteúdo de uma provocação sem possibilidades. O bloco dominante, por seu turno, em particular se é um bloco com as características do boliviano daquele tempo (ou seja, já intranquilo, com o sossego perdido e a lucidez atordoada tanto quanto estava quebrado aquilo que pensou como sua normalidade), precisamente porque começa a esfacelar-se, está menos disposto que nunca aos retrocessos parciais, à recepção das reformas ou reivindicações parciais.

Pois bem, dentro da campanha nacionalista que arruinou a ideologia oligárquica, a questão dos preços do estanho ocupou um lugar considerável. Era o que os jornalistas de *La Calle* chamavam “os preços da democracia”⁶, por causa dos quais se obrigava a Bolívia a contribuir à causa dos Aliados e a vender seus minerais a preços abaixo dos preponderantes no mercado mundial. O que diziam, com eufemismos e diretamente, era que a guerra mundial era um confronto que não tinha por que interessar à Bolívia como país, o que era um raciocínio muito próprio dos que haviam vivido a guerra do Chaco: o mundo não nos salvará; o mundo, quando existe na Bolívia, existe contra a Bolívia; uma nação não tem amigos, só se tem a si mesma; na verdade seu destino é estar só para sempre. Mas também, de modo mais resolutivo, radevistas e emeneristas pensavam e diziam, *sotto voce*, que quanto mais gringos morressem em sua magnífica guerra, tanto melhor para a Bolívia. Aqui se estava manifestando

6. Uma demorada descrição destes fatos se encontra em CÉSPEDES, *El presidente colgado*, ED. Juventud, La Paz.

um rancor secular, muito peculiar ao país; por sua própria extração, a Bolívia não podia fazer a mesma vivência da guerra mundial que o Uruguai, por exemplo; a Bolívia, nem em seu coração nem em sua carne tinha razão alguma para sentir-se próxima ao que se chama civilização ocidental.

Villaruel, na realidade, vive já as conseqüências desta discussão que demonstrava duas coisas: primeiro que na postulação das tarefas nacionais há um grau de endocentrismo que é inevitável; segundo, que essa mesma auto-referência ao mesmo tempo em que dá poderio ao programa torna-o impotente na prática porque não há dúvida de que o próprio interesse nacional, qualquer que seja o assunto em que se assente, só se resolve dentro dos conflitos do mundo. É já um vaticínio do futuro do nacionalismo boliviano: ao tratar de negar o mundo, isto é, ao negar-se a racionalizar o mundo, o que ocorrerá é que terá de aceitar o mundo não de acordo com o raciocínio que consiga ter a respeito dele, mas como um objeto da força do mundo. *La Calle*, é claro, expressava a desobediência de intelectuais que falavam coisas semelhantes à do sentimento popular; era a guerra que havia formado este tipo de intelectuais de cor popular assim como o hábito de aceitação dos atos intelectuais por parte do povo. O caso dos “preços da democracia”⁷ foi transformado, pelos serviços de inteligência norte-americano e inglês (a coisa ocorria nas vésperas do golpe que daria a presidência a Villaruel, ainda no governo de Peñaranda), num complô pró-alemão. Nas memórias de Braden está comprovado como se forjou isto que se chamou o *putsch* nazista, segundo o qual o MNR, em cumplicidade com a embaixada alemã, preparava a tomada do poder pelo Eixo. O único que podia ter o MNR em comum com os nazistas era sua xenofobia, mas neste caso uma xenofobia que compreendia também os próprios alemães. Pois aquela intriga não impediu o golpe que levou ao poder o MNR junto com a Radepa. Veio de imediato a época do não reconhecimento do governo de Villaruel por parte dos Estados Unidos. Foi uma pressão que, combinada com outras ainda mais canalhescas e dentro dos próprios países latino-americanos (como o Comitê Guani e a doutrina Rodríguez Larreta da intervenção coletiva, antecedentes da quarentena contra a Revolução cubana), enfraqueceu os voláteis propósitos neutralistas do regime, difusos propósitos como todos os seus e demonstrou que tampouco neste caso Villaruel via a necessidade de ir mais longe no confronto com o imperialismo. Suas metas, em suma, eram modestas como a própria humildade: reduziam-se a pedir que o país mais pobre do continente não fosse obrigado a perder nada menos que várias centenas de milhões de dólares (que eram dólares melhores que os atuais) a serviço de uma causa que não importava para ele. Ninguém havia feito nada no mundo para que essa causa tivesse importância para a Bolívia.

7. Por causa do que, em chistes, foram chamados “contratos irreprocháveis”. Preços mais baixos que os do mercado mundial como contribuição boliviana à guerra mundial.

XV. RADEPA - MNR

Confusos, débeis, transigentes, tais atos de contradição ante o imperialismo eram de tal índole que se haveriam negado se lhes perguntasse se queriam ser chamados de antiimperialistas. Tinham, entretanto, sua correlação mais profunda nas idéias antioligarquicas que estavam entranhadas tanto na Radepa como no MNR. Radepa significa “razão da pátria”, isto é, para eles, a causa final, a razão em sua justificação última. A pátria está por sobre tudo o que se deva fazer e torna coerente o que se faça. Era como se Busch houvesse reencarnado num número mais ou menos grande de oficiais, agora com a inclinação de pensar na saída para as coisas como uma solução militar. O primeiro objetivo era a liquidação do inimigo, se necessário fisicamente; o inimigo era a oligarquia ou, como se dizia então, a antipátria. Há que se dizer que entre as idéias da Radepa predominava o conceito de que o MNR era apenas um aliado incômodo, um parasita imprescindível somente em grau relativo dentro do poder dos jovens oficiais a quem correspondia carregar a história.

Combinava-se neste grupo um certo receio, que às vezes se tornava desprezo, para com os políticos civis com um rancor essencial contra a oligarquia, que era considerada culpada da história do Chaco, das perdas territoriais, da morte de Busch, das matanças de operários e camponeses. O próprio grupo, como é natural, era já a forma de organização de oficiais que negavam a lógica de autoridade do exército formal, fato por demais relevante porque, de algum modo, um exército se está formando dentro do anterior; é óbvio que aqui se dão os elementos da reorganização militar de depois de 1952, que veremos em seu momento.

Mas o simples fato de reconhecer um inimigo comum não dá unidade ao aparelho do poder e, enquanto a Radepa não tentava outra coisa mais que uma vingança nacional ou a recomposição da supremacia da razão da pátria, o MNR, como é óbvio, tinha projetos mais concretos no que concerne instituir uma ordem estatal de novo tipo. Um e outro setores são, sem dúvida, os que formam os embriões da futura burocracia do Estado burguês de 1952 em sua forma civil e militar. Ambos chegarão, em seu remate, a pontos que jamais tinham imaginado. Em todo caso, o receio militar que tinha força por si mesmo e em si mesmo obrigou o lado civil a buscar seu próprio respaldo. O MNR se deu conta logo de que sua posição dentro do pacto de governo era precária e se apressou em compensar o poder da Radepa com a organização do movimento operário que, além disso, havia sido iniciada anteriormente por diversas formas de predecessores sindicais. Lenin diz que a consciência do proletariado lhe vem de fora. Aqui não se pode falar de consciência proletária em rigor pois não estamos senão nos albores políticos da classe. Mas a própria organização inicial desta classe lhe vem de fora; os setores pequeno-burgueses, que são portadores das idéias democrático-burguesas, necessitam, para se imporem sobre a

velha burguesia, do apoio da classe operária. Dá-se então, por um lado, que a burguesia real não tem uma ideologia burguesa, mas sim uma ideologia pré burguesa; que a pequena burguesia atua como uma pré-burguesia porque, embora não seja ainda burguesia no objetivo, contudo, tem uma consciência burguesa mais cabal que a própria burguesia; finalmente, um proletariado que, para ingressar na revelação superestrutural (que como aparição mesma implica um avanço das forças produtivas), deve, não obstante, prontamente, entregar-se ao programa pequeno-burguês ou prestar-se ao programa da pequena burguesia porque jamais seria possível sua integração ao sistema político se o fizesse em guerra com todas as demais classes em conjunto. Esse foi o sentido da fundação da FSTMB (Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia), por exemplo. Foi o MNR que propôs e obteve, por outro lado, a designação de Lechín para subprefeito de Uncía, centro civil da principal concentração mineira. Lechín, que havia sido mineiro, embora por breve tempo, chamou a seu gabinete o gerente da empresa (Patiño Mines), dona das minas do distrito. Havia nisso clara consciência de que se estava desafiando a ordem concreta da região, o modo de funcionar específico do poder no distrito; propunha-se um salto insuportável que a empresa devia repelir sem necessidade de consultar seu centro administrativo. De fato, o gerente negou-se a atender à intimação de Lechín e, inversamente, convidou-o a visitar a gerência da empresa. Tudo é muito revelador da relação Estado-empresa. Ao recusar-se o gerente a vir vê-lo, como era previsível sem margem de erro, Lechín ordenou sua prisão. Isto foi visto como um ato de vitória do Estado sobre a empresa, do MNR sobre toda a velha política, de Lechín sobre todo o sindicalismo anterior. Originará também a modalidade do sindicalismo lechinista, nunca muito afastado do *status* do poder, mas tampouco tão conectado ao poder a ponto de afastar-se do movimento das massas. Tal incidente, tão secundário nas aparências, mostrava o novo caráter da relação que o MNR pretendia com as grandes empresas: uma relação que haveria sido normal para qualquer Estado que não fosse este, dominado pela grande mineração durante um século. O subprefeito de Uncía estava demonstrando, pela primeira vez, que exercia a função de algo mais importante que a empresa lá onde a empresa havia demonstrado cem vezes que era mais poderosa que o país inteiro.

Não eram, pois, as medidas de governo, sim o que havia por baixo delas como conteúdo de classes (ou seja, como tendência histórica) o que preocupava a oligarquia e agora também o próprio imperialismo norte-americano. O sistema oligárquico estava em decadência, mas não o bastante para não perceber que a ideologia da Radepa, com seu acento irracionalista mas também irrenunciável, e que a organização do movimento operário, sujeito novo porém mais temível que a própria violência do patriotismo militar, organização ademais favorecida pelo aparelho do Estado (tecnicamente, o bloco antioligárquico havia capturado aqui o aparelho do Estado; mas o poder do Estado ou sua

natureza final continuava nas mãos do bloco oligárquico) faziam uma combinação absolutamente incompatível com as modalidades *rosqueras* (*rosca*, apelido boliviano da oligarquia) de opressão política. Isto é o que explica que, em lugar de lutar contra as modestas medidas de poder, a oligarquia se lançasse de fato contra o regime como tal, isto é, que numa espécie de supremo *tour de force* tentasse exterminar finalmente o bloco Radepa-MNR.

A consciência da classe agredida em seu domínio é muito mais desperta que a daqueles que encarnam tal agressão. Nem Villarroel, nem a Radepa, nem o MNR nesse momento pensavam numa aniquilação daquele Estado; o que queriam, na verdade, era sua modernização. Mas, na História, quase nunca se sabe do que se é portador. Os radepistas tinham, como é natural, sua juramentada vontade de sacrifício. Esta era sua força. Mas a oligarquia tinha o hábito do poder, o costume de haver manejado um país desde sempre, a mesquinhez concreta de pessoas que se moviam em meio a algo que conheciam: resolveram matar Villarroel; há provas de que se tramou seu assassinato e o de seus imediatos. Era uma classe demasiadamente experimentada, porém, para matar sem preparar o clima ideológico de prejustificação do fato. Montou, por isso, uma campanha perfeita, talvez a última de sua história. A resposta dos militares nacionalistas se deu dentro do tom ajustado ao caráter emocionado e patético de sua ideologia secreta nascida do rancor do Chaco. A Radepa, em reunião solene e por votação regular, selecionou uma dezena de políticos proeminentes da oligarquia, tratando de fazer com que aparecesse pelo menos um por região e que tivesse, no tocante a sobrenomes, traços e figurações, a maior conotação oligárquica possível e ordenou seu fuzilamento. Era uma inversão completa da história da Bolívia porque até então, se cabe dizê-lo, sempre se havia matado ao revés, na direção oposta. Aliás, nos momentos finais antes de sua morte, segundo o testemunho dos executores, as personagens estavam convencidas de que os radepistas não se atreveriam. Seus corpos ficaram pendurados em Chuspipata e Caracollo. Lacônico e terrível, um comunicado informou do assunto na manhã seguinte: Por Razão da Pátria, até o momento foram fuzilados os seguintes...

XVI. QUEDA DE VILLARROEL

A esquerda, o que então era a esquerda marxista, entendeu mal este processo. É óbvio que os nacionalistas colocavam os termos da luta política no quadro de um localismo quase indomável. Por outro lado, é explicável que os marxistas, em contrapartida, tenham vivido com tensão a luta contra o fascismo no mundo. Mas o lado do fracasso da história ensina-nos tanto quanto o de seu êxito. Definir Villarroel como um regime fascista demonstrava uma fraqueza na análise marxista quase desesperadora, a um extremo tal que é algo que ainda hoje não se pode levantar sequer como discussão. O tom obsessivo

com que se propôs a questão, incentivada pelos rancores regionais, foi uma das causas para que o movimento operário se convertesse depois numa espécie de punho fechado do nacionalismo, matizado apenas pela presença dos trotskistas. Em todo caso, o PIR, por exemplo, entrou na chamada Frente Antifascista, que se transformou, à força, num dos instrumentos políticos da oligarquia, dando mais importância às fortuitas veleidades neutralistas dos princípios do regime, do que às contradições de classe que estavam ocorrendo por baixo das inofensivas medidas da administração. Já aqui, bem cedo, se presentiam as grandes dificuldades que há para a subsunção das lutas mundiais nas lutas locais, da própria teoria frente aos casos específicos de poder.

A oligarquia, agora com o apoio destes setores esquerdistas, não tardou a obter núcleos de respaldo dentro do próprio exército villarroelista. Militares como Pinto, Arenas, Mercado, que ocupavam os mais altos cargos dentro do regime, foram os que deram as bases para a derrubada do regime, na qual atuaram setores estudantis e populares movidos pelo PIR. A oligarquia pensou nesta ação como uma vingança definitiva e uma restauração total; só assim se explica o grau mórbido, até bárbaro, da conclusão do movimento subversivo, que foi pendurar Villarroel e seus colaboradores na praça Murillo. Villarroel, numa atitude que se parece muito com a que adotaria depois Allende no Chile, não se defendeu: esperou seus algozes no Palácio Quemado, negou-se a fugir, com uma espécie de dignidade acusatória que foi, sem dúvida, um ato de grandeza.

Era impossível que um episódio como este deixasse de ter conseqüências porque, ademais, o país, como conjunto, havia posto em movimento o esquema de suas classes sociais de uma maneira que já a direita não podia racionalizar. Os mineiros, por exemplo, quiseram de fato avançar sobre La Paz. Mas as investigações que se fizeram depois revelam que o acontecimento teve um alcance inesperado, que compreendeu inclusive setores que pareciam mais alheios à política tal como estava colocada. Tal o que ocorreu, por exemplo, com os camponeses da região de Independencia, em Cochabamba. No momento mesmo do assassinato de Villarroel, estava realizando-se o chamado Congresso Indígenal, que reuniu dirigentes mais ou menos improvisados dos camponeses de todo o país, em grande parte para avalizarem com sua presença a supressão do *pongueaje*. Um dirigente camponês da zona de Independencia presenciou quando penduraram o corpo de Villarroel na praça. Pertencia à mesma região na qual tinha suas propriedades o coronel José Mercado, um dos membros da Radepa que tinha passado a tomar parte da conspiração oligárquica contra Villarroel. Apesar disso, Mercado foi também perseguido pelo novo regime e se refugiou em sua fazenda, aonde chegou quase ao mesmo tempo que o mencionado dirigente camponês. Este, segundo a reconstrução que fez Dandler⁸, reu-

8. Numa investigação inédita.

niu os caciques do lugar e explicou os acontecimentos de La Paz (começou dizendo: “Morreu nosso pai”). O resultado foi uma rebelião camponesa em toda a região e o assassinato de Mercado. Tal o grau que havia alcançado a comunicação entre as classes, fato impossível nas etapas históricas anteriores.

Costuma-se situar em 1952 o momento da destruição do Estado chamado mineiro-feudal. É, com efeito, o momento de sua queda concreta. Mas, um Estado agoniza durante longo tempo antes de cair e trata, vez por outra, de restabelecer os momentos de seu florescimento. Com o assassinato de Villaruel se abre o período de uma luta aberta entre um Estado em decadência e o movimento democrático burguês em ascensão invencível. Com as armas e sem elas, em todos os cenários, se dá um confronto destinado a concretizar no Estado o que, no fundo, já havia ocorrido na sociedade; depois de tudo, quando se fala das relações entre a sociedade civil e o Estado político, fala-se da relação entre as classes de verdade, isto é, em suas relações produtivas e a forma de sua manifestação política.

A partir daqui vemos os fatos como uma fatalidade, como um curso incoercível. Mas talvez não o fossem naquele momento. De todas as maneiras, o fato de o MNR, como cabeça dessa tendência, poder ver as coisas e a política oligárquica não o poder mostrar a primeira característica de um sujeito de poder caduco: o sinal de sua perdição está em seu fracasso na discriminação objetiva da situação, em seu engeuecimento. Por conseguinte, o que chamamos de lucidez de um momento ou sua estupidez não são mais que a aplicação de dados do indivíduo a capacidades que aqui nascem de uma determinação material. Ninguém é lúcido quando seu suporte classista não lhe dá elementos para sê-lo.

A experiência forneceu, então, aos homens do MNR o conhecimento robusto de três fatos simples, irremovíveis. Eles sabiam, por um lado, posto que haviam estado dentro do poder oligárquico (Paz Estenssoro tinha sido empregado da Patiño etc.), que a classe dominante era derrubável, que seu poder era vulnerável. Estavam demasiadamente próximos desta classe para crer em sua superioridade. Sabiam, por outro lado, que os militares, nem mesmo os mais robespierreanos, não tinham a capacidade suficiente para integrar as novas classes da política (ou seja, que elas se integrariam, neste caso, contra os militares, mas numa maré revolucionária que o MNR sinceramente não deseja). Nem a fração radepista do exército nem a oligárquica tinham a possibilidade de prognóstico da situação revolucionária que, entretanto, se preparava a olhos vistos. Sabiam, por exemplo, isto é o capital, que a nova personagem central era a classe operária. Isto é o importante. Não era um conhecimento da classe operária pela via do marxismo, mas pela prática política; isto é, conheciam-na *não a partir do ponto de vista operário, mas sim do ponto de vista do projeto burguês que continham*; como era um projeto burguês muito mais avançado que o existente nas mãos da oligarquia, davam-se conta, portanto, de que ou se

dava um papel aos operários ou eles o tomariam para si mais cedo ou mais tarde. Da tentativa de manter o proletariado como grupo, tão exilado como os camponeses índios (como fazia a oligarquia), a este momento, há uma grande distância, que mostra como a força das coisas — e não as leituras — é o que moderniza as classes. Desde o princípio, o MNR se constituiu numa ponte entre os militares e a classe operária — e aqui estão as raízes da burocracia que tentará se constituir na hora de seu pleno poder.

XVII. GUERRA CIVIL DE 1949

A guerra civil de 1949 indica a envergadura que fora ganhando o movimento através dos fatos. Primeiro, que o núcleo democrático-burguês está no proletariado mineiro e não no camponês; aqui uma classe está chamada a libertar a outra, e o fato de seu coração ser o movimento operário faz com que seja uma revolução democrático-burguesa, que se sentirá frustrada quando não puder ir mais além da revolução democrática. Segundo, que é uma revolução nacional; trata-se, pela primeira vez, de acontecimentos nacionais em seu espaço, porque já participam todas as regiões. Isso desmente de forma cortante os que crêem que podem definir os índices de participação a partir dos meros indicadores funcionais ou econômicos; a difusão ideológica, em especial se ela se tornou mais fácil em casos como o dado pela guerra do Chaco, torna-se um fator objetivo. Quando todos tendem à unificação, tudo ocorre para todos.

Numa ação relâmpago, o MNR acabou por apoderar-se de cinco dos nove departamentos* do país. Que isso pudesse acontecer sem que na prática se dispusesse de armas demonstra o caráter nebuloso — no que diz respeito a números — do movimento. É certo que a tentativa fracassa em La Paz e Oruro, ou seja na zona do poder central. Mas se apodera dos distritos mineiros e de uma grande extensão do país. Isso significa que era o centro político o único lugar onde ainda o Estado tinha superioridade: ao afastar-se de seu ponto de eficácia ou ao encontrar-se com concentrações definidas, as coisas estão perdidas para ele. O próprio modo de ação militar da oligarquia demonstra então uma psicologia: sem armas, os operários foram cercados em Catavi pelo exército e, em represália, tomaram como reféns os gerentes e técnicos norte-americanos da empresa. Quando o exército atacou (note-se que se trata de um exército do qual foram expurgados os radepistas, que estão combatendo com o MNR, ao qual se assimilaram), os mineiros executaram seus reféns.

As duas principais batalhas se travam em Potosí e na quebrada de Incahuasi, dentro do departamento de Santa Cruz mas, passagem para Chuquisaca. Os mineiros de Potosí fizeram uma emboscada eficaz contra o exército que

* divisão territorial da Bolívia, equivalente aos estados brasileiros (N. do T.).

marchava sobre eles e lhe ocasionaram um número descomunal de baixas. Reforçado o exército, foram obrigados a resistir na própria cidade de Potosí, onde o combate foi encarniçado num grau incrível. Ressuscitando costumes que não reapareciam desde a guerra da Independência, o exército pendurava os cadáveres nos postes e árvores e fuzilou um grande número de resistentes, enquanto os demais se retiraram para Chuquisaca e finalmente depois para Santa Cruz (Incahuasi), onde se travaria a batalha final. Mas, é ainda mais eloqüente que o movimento triunfante em Santa Cruz e a batalha de Incahuasi tenham sido sustentados por camponeses de uma região desvinculada em absoluto do centro econômico nacional. O fato de o MNR ter podido mobilizar então a gente da mesma região, onde depois ia tentar estabelecer-se a guerrilha em 1967, mostra bem a diferença que há entre tentar um movimento armado sem mobilização nacional prévia de massas e um movimento que dispunha disso em grande extensão. Ou seja, é a hegemonia de classe que torna possível levantar a questão do poder e só excepcionalmente pode o poder, *a posteriori*, construir a hegemonia de classe. Aqui a frente democrático-burguesa era a maioria absoluta, tinha seu núcleo efficacíssimo de operações no proletariado mineiro e ainda sua própria perspectiva de aparelho estatal no MNR. Ou seja, as massas criam as armas; a guerra civil preexiste à disposição das armas, ela deve estar já no ânimo das pessoas. A aquisição das armas é apenas um resultado desta difusão. No subjetivo, a situação revolucionária consiste nisto: em estar-se disposto a arriscar a vida pelas coisas do poder. Como nota adicional, deve-se observar que se o MNR tem de propor aqui como guerra civil que aspirava a avançar desde a periferia até o centro, distribuindo a terra, o que havia proposto em 1943 como conspiração civil-militar, é também algo bem ilustrativo da nova situação. Em 1943 isso era uma inovação porque, até então, toda conspiração era militar. Exploraram então o que tinham de superior, que era sua capacidade de atuar dentro do aparelho militar, capacidade que, como vimos, não tinha nenhum outro setor. Expurgado o exército, o MNR explora em 1949 a perda que teve entre os militares compensando-a com sua influência nas massas mesmas e por isso tem de propor como guerra civil o que antes teve de existir como conspiração.

O que vem em seguida é típico de um poder em desagregação. Apesar de o sistema eleitoral ser de voto qualificado, o que excluía a maior parte dos operários e todos os camponeses, Paz Estenssoro, chefe do MNR, saiu vencedor das eleições de 1951. Se a oligarquia tivesse tido confiança no funcionamento de sua própria democracia e, em particular, em seu controle sobre o exército, ter-lhe-ia sido factível entregar o poder ao vencedor e, entretanto, bloquear legalmente seu programa ou condicioná-lo e inclusive (isto já é uma hipótese) apoiar o MNR em suas relações com os aliados perigosos, que eram os mineiros (tal como fez a direita no Chile, com Allende). Preferiu, porém, o caminho mais rotineiro de desconhecer as eleições, alçar no poder uma nova junta mili-

tar e, enfim, suprimir todas as alternativas democráticas. Com isso se completaram as condições subjetivas para que, menos de um ano depois, existisse a insurreição de massas de 9 de abril de 1952.

XVIII. INSURREIÇÃO POPULAR DE 1952

Este é talvez o acontecimento mais extraordinário de toda a história da República⁹. O fato de, em sua forma, se tratar de um golpe de Estado transformado em insurreição significa a um só tempo que o MNR — cujos negociadores ou conspiradores eram, no caso, Lechin e Siles —, propunha como simples mudança do aparelho estatal o que ia ocorrer na realidade em termos muito maiores, ou seja, a substituição de um Estado por outro, de um bloco de classes por outro, isto é, uma revolução completa. Explorando as condições que vinham do prolongado processo de dissolução do poder oligárquico, Lechin comprometeu na conspiração inicial nada menos que Seleme, ministro do Interior e, sem dúvida, o segundo homem do regime. Travado o combate, Seleme não pôde senão entregar algumas centenas de fuzis que foram dar em mãos dos fabris de La Paz e dos mineiros de Milluni, que tinham sido massacrados com crueldade em 1950. O exército resistiu, sobretudo por meio de suas tropas seletas, como o Colégio Militar, mas a tática popular se fundamentou em dois pivôs de êxito: primeiro, no obrigar o exército a dividir o combate numa infinidade de pequenos combates, com a qual ele teve de entrar em contato com a massa da população; em tais condições, a deserção de soldados alcançou uma proporção enorme. Era a aplicação da tática dos “curraizinhos”, usada pelos paraguaios contra os bolivianos, mas aplicada a uma insurreição urbana. Depois, obstruindo a logística militar. No combate na cidade o dilema se apresentava aos oficiais em termos crudelíssimos: ou arrasavam os bairros um a um, com a aviação e as armas pesadas ou tinham de se resignar a lutar quase com os mesmos elementos de guerra que usava o povo, ou seja, as armas ligeiras, com o fator adicional de que o número de armas em mãos civis não fazia mais que aumentar pela deserção dos soldados ou sua captura. A massa anônima era, portanto, o cenário natural no qual se travava esta guerra de três dias. Os oficiais não se atreveram, a não ser ocasionalmente, ao uso das armas pesadas. Por outro lado, enquanto os combatentes populares recebiam o caloroso apoio do povo, em abrigo, alimentos e todo tipo de proteção, o exército tinha de abastecer-se, ou saqueando o povo, ou enfrentando o cerco dos atiradores espalhados por tetos, becos e esquinas.

Teve, sem dúvida, grande importância a tomada de Oruro, que foi obra dos operários da mina de San José. Isso permitiu que organizassem um sacrifi-

9. Quadra popular: “Caralho, dêem-me um fuzil/dêem-me um fuzil, companheiros/Manuel morreu em abril” (*Cueca con pañuelo negro para Manuel Sombrerero*, de Jorge Suárez).

cado combate que impediu a passagem das tropas do sul sobre La Paz e favoreceu em troca a concentração na cidade dos operários que vinham dos distritos mineiros. Em tais condições, logo que o avanço dos mineiros de Milluni colocou o regimento Bolívar entre dois fogos e o aniquilou, o exército não pôde resistir mais de três dias de combate e começou a ser desarmado, primeiro em grande escala, com a tomada do arsenal, e depois parte por parte, em ações a cargo do povo em geral e sem comando centralizado algum. O exército havia sido dissolvido pela própria insurreição, e o general Torres Ortiz, seu comandante, teve de render-se formalmente em Lajas, a uns 20 quilômetros de La Paz. Tal é, num resumo que se mostra frustrante, o conteúdo daquelas extraordinárias jornadas.

Na qualidade de sua conclusão, a insurreição tem, sem sombra de dúvida, um caráter espontâneo, porque ninguém podia avaliar previamente o modo de concorrência das classes nem a (simbólica) direção da ação das massas podia medir a dimensão do acontecimento, que estava assinalada pela liquidação material e concreta do Estado oligárquico e pela constituição de um Estado distinto. Os portadores da nova burguesia entravam no novo Estado nas condições dadas pelas massas. Não haviam pensado nisso; é verdade, todavia, que haviam planejado introduzir essas massas na política, através do uso do velho aparelho estatal, desta vez em suas mãos, mas intacto em seu caráter. Havia, pois, uma diferença entre uma coisa e a outra. Por outro lado, se aqui falamos de massas é tão-somente uma maneira de dizer; são as massas — artesãos, lumpen, pequena burguesia, estudantes — *ao redor* do esqueleto combatente, que era a classe operária. Os operários, de fato, que haviam desempenhado o papel central no combate e que haviam desbaratado o exército, se comportaram como o que eram, isto é, como os donos da situação. Havia, porém, no movimento proletário uma duplicação; sentiam-se, por um lado, integrantes do movimento democrático considerado como generalidade e, portanto, impuseram como algo natural o retorno de Paz Estenssoro e a reivindicação de sua presidência, como emergência da vitória nas eleições de 1951. Mas, por outro lado, eram portadores semi-conscientes de seu próprio programa, que era o que figurava na tese de Pulacayo, aprovada em 1947. Lechín expressava o movimento democrático; o programa operário, por seu turno, demonstrou ser um germe impossível de desenvolver-se enquanto não se diferenciasse a classe do movimento geral democrático, vale dizer, já como partido operário.

XIX. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

Uma coisa é que os grandes sentimentos e a própria grandeza se realizem nos indivíduos ou nos grupos, e outra coisa que assumam eles um caráter de massa. Por isso, no nível boliviano, pode-se dizer da insurreição de 1952 o mesmo que escreveu Hegel da Revolução Francesa: “Todos os seres pensantes ce-

lebraram esta época. Uma emoção sublime reinava naquele tempo. O entusiasmo do espírito estremeceu o mundo, como se só então se tivesse chegado à efetiva reconciliação do divino com o mundo”.

A insurreição triunfante, de fato, cria um momento de disponibilidade total do poder. A chave foi dada pelas massas, porque se situa na destruição do velho aparato repressivo. Se não houvesse ocorrido aquilo, teríamos estado somente diante de uma mudança dentro do velho Estado. Para isso houve necessidade de duas condições: primeiro, a divisão do próprio aparato repressivo, que não era senão um eco material da dissolução ideológica daquele Estado; segundo, a participação das massas. Com tudo isso se configura o caráter de uma autêntica insurreição democrático-burguesa; mas é algo que propõe ao mesmo tempo vários problemas conseqüentes à análise.

É certo que o Estado oligárquico tinha uma cúpula efetivamente burguesa ou capitalista. Ninguém pode dizer que Patiño, Aramayo ou Hoschild (e não só eles) não fossem burgueses. Sua ideologia, porém, não o era, e se falamos de Estado oligárquico é, precisamente, para fixar certa conotação. Era uma burguesia que não era burguesa, a não ser em certos aspectos muito específicos de sua acumulação, ou seja, burguesa em sua riqueza mas não em seu projeto; como alcance nacional, por outro lado, fundava seu próprio poder numa articulação não burguesa das relações produtivas existentes no país e, em último termo, era a burguesia que impedia a realização *in pleno* das tarefas burguesas. É o próprio Marx que prevê em alguns de seus textos a necessidade de a revolução burguesa lutar contra certos setores da burguesia ligados à superestrutura anterior, como a burguesia comercial em relação à monarquia absoluta etc. Pode-se aduzir também que na frente democrática (isto era o MNR) não figuravam senão de modo esporádico elementos provenientes da burguesia e que, portanto, mal pode chamar-se burguesa uma revolução na qual não concorre a burguesia efetiva e que, além disso, derruba a burguesia verdadeira, a existente. Isto é verdade, mas é aqui que a pequena burguesia, por sua familiaridade tradicional com a classe dominante, funcionava como uma sorte de exército de reserva daquela classe dominante e que, na circunstância, passou a comportar-se como uma sorte de pré-burguesia porquanto tendia de maneira inelutável a criar burguesia e a converter-se em burguesia ela própria. É aqui que os mesmos que não são ainda burgueses têm, contudo, uma consciência atual muito mais profunda das tarefas burguesas que a burguesia que, por outro lado, estava resolvida a obstruir.

Não há muitas novidades em tudo isto. A presença de um setor capitalista, ainda que seja um tão pequeno como o que havia na Bolívia, cria incentivos de aburguesamento. Mas, se a burguesia origina ao mesmo tempo modalidades não de expansão mas de restrição ou fechamento, isto é, se tem um comportamento oligárquico, os setores que querem aburguesar-se acabam por atuar como verdadeiras frações burguesas descontentes e embora, a princípio, não

se proponham mais que a ampliação de uma classe, vêm-se obrigadas a destruí-la para reconstruí-la de imediato com maior amplitude e autenticidade. O elemento de “substituição de uma classe por outra na natureza de classe do poder político” se dá aqui neste sentido. Primeiramente, o poder foi dar em mãos da frente de massas e, por um momento, se concentrou na classe operária. Depois, vista a impotência das massas ante si mesmas, o poder foi dar em mãos, no essencial, da pequena burguesia em seu conteúdo pré-burguês. Mas, de qualquer maneira, não há dúvida de que aqui uma classe substitui outra, que um Estado se ergueu sobre a destruição do anterior e que o papel decisivo foi desempenhado pelas massas.

Agora então, nestas ordens tão matizadas do fundo classista, temos de nos perguntar que é que define o caráter de uma revolução. Apresentam-se aspectos subjetivos e objetivos. Primeiramente, o objeto que se busca e também o sujeito classista que desempenha o papel protagônico. Não é raro o caso de alguns que definem as tarefas pela via de quem as realiza e, neste caso, por exemplo, seria proletário tudo o que o proletariado faz. Em tal sentido, posto que a classe preponderante no momento de clímax foi o proletariado, que oficiava de organizador elementar e chefe de todos os demais setores oprimidos, então teríamos de falar de 1952 como de uma revolução proletária. É um critério impertinente sob todos os aspectos. Tampouco é um ponto forte de definição o objeto que o processo busca. Aqui, dito de modo mais simples, buscavam-se objetivos diferentes, segundo a classe e o setor da classe, embora todos eles estivessem dentro do pacto revolucionário. Além do mais, não estava tão claro para cada um destes setores o que é que queria com efeito extrair de tal processo, salvo talvez para os camponeses. O proletariado, por seu turno, não era ainda na realidade proletariado; estava plasmando sua introdução material não mais nas disputas históricas em geral, mas sim na questão do poder, que é sua culminação. Mas não era um questionamento consciente do tema do poder e, em geral, pode dizer-se ao mesmo tempo que era uma classe tão vitoriosa quanto impotente, ainda distante de sua própria ideologia, que é o marxismo. Não se havia dado no proletariado a fusão entre seu impulso democrático espontâneo e o socialismo como ciência, ou seja entre a massa pura e a consciência. O que define portanto uma revolução em geral e esta em particular não é o que se supõe que se quer nela, nem o caráter dos sujeitos classistas executantes, embora um aspecto e outro tenham óbvia transcendência, mas sim o curso objetivo ou as tarefas que se executam, que são o comprovável dentro do processo revolucionário, seu resultante como soma das coordenadas compostas pelas influências classistas.

XX. LECHIN

Tal é o que pode chamar-se o acervo de classe da revolução. Temos uma situação revolucionária típica: é a festa da plebe. Agora, a maneira como se

resolve uma situação revolucionária (porque, sendo uma definição em si mesma, contém não obstante sua própria indefinição) é o que determina o curso das coisas por um longo período. Hoje, por exemplo, o que vivemos é resultado da maneira como se concretizou a situação revolucionária de 1952. Aqui se produzem fatos que se apresentam como misteriosos mas que não o são; dentro da força das coisas está escondida a fraqueza das coisas. Neste momento, os amos são os operários, amos em andrajos — ou *khestis*¹⁰ — mas amos verdadeiros. Por que se detêm, porém, diante do forte histórico da classe dominante, como os *communards* diante das portas do Banco da França? Cada classe atrasada tem um Banco da França que não pode derrubar. Não havia aparato repressivo capaz de resistir-lhes (havia sido dissolvido, com suas mãos e por eles mesmos); entretanto, entregam seu poder de bom ou mau grado à pequena burguesia, dentro da qual havia alguns jacobinos e outros que não o eram tanto. Por que o fazem? Em princípio porque, embora aqui atuassem como o partido operário (no sentido do primeiro Marx), contudo, isso nada significava porque o partido operário não se havia desprendido do partido democrático em geral. Quando não se produz esta diferenciação, não é o partido operário que impõe seu caráter ao movimento democrático, mas sim o movimento democrático que recebe caráter da pequena burguesia. Esta relação se concretiza de um modo bem definido em Lechín, o chefe indiscutível da classe operária. Temos aqui uma personalidade tão sedutora quanto entregue à aventura histórica, tão combativa e insistente quanto não despojável de um hálito de insólita frivolidade. Como se disséssemos, a ação enamorada da ação e sem outro fim que não fosse ela mesma. Foi Lechín, certamente, um instrumento de eficácia imprevista para a classe operária em sua necessidade de dialogar com a pequena burguesia; mas não há dúvida de que foi, ao mesmo tempo, a classe operária um instrumento de Lechín para existir ante a pequena burguesia, que privilegiava outro estilo: o paradigma dos pequeno-burgueses era Paz Estenssoro, isto é, aquele que tivesse as virtudes de um burocrata moderno. Nem Paz nem seus congêneres puderam expressar a profundidade da revolução — havia mil razões para tanto —, mas tampouco Lechín, que aspirava a triunfar entre os pequeno-burgueses e não a que a classe operária, como classe para si mesma, triunfasse entre as classes da revolução¹¹. Quando a relação marchou pelo curso previsto, parecia não haver um problema: dir-se-ia que então se dava por evidente que os operários deviam pôr a coragem e o sacrifício e que os doutores, seu bom conhecimento das coisas do Estado. Mas quando uma coisa começou a incomodar a outra, o próprio Lechín teve de cumprir seu papel com maior dificuldade a cada vez. Afinal, por que tinha de seguir a classe que re-

10. Tisnados (termo aymará).

11. O êxito do estilo entre austero e literal de Paz Estenssoro manifestava a impaciência da pequena burguesia por modernizar um país que ela sentia provinciano e caótico.

presentava com certa conseqüência, ainda que em meio a suas veleidades intermináveis, suas próprias relações com a pequena burguesia tiveram de arruinar-se. Ele era, sem dúvida, para a pequena burguesia do MNR, cada vez mais determinada a cumprir seu projeto burguês, uma personagem irritante, impositiva e indecifrável, pelo menos no manejo das formas; mas também, personagem necessária — como uma venda — porque representava o verdadeiro poder que não se atrevia a concretizar-se como poder ou não sabia como fazê-lo e, por último, personagem submissa no fundo porque jamais deixou de admitir o programa histórico, de aparência muito mais coerente, que lhe ofereciam os doutores do MNR. Ora, o programa daquela pequena burguesia era a unidade nacional, a construção do Estado nacional, e tudo isso entendido como a reconstrução da burguesia, mas desta vez em termos nacionais, isto é, globais. Queriam um patifnismo muito mais numeroso, não localizado numa região e com um Estado que o administrasse como poder; uma burguesia fora do aparelho de Estado, uma burguesia dotada de sua própria ideologia nacional-burguesa. Idéias burguesas, sem dúvida, mas não absurdas, se fundamentavam em requerimentos por certo reais da estrutura do país. A classe operária tinha, por seu turno, teses arrojadas mas não um programa de classe; por conseguinte, Lechín não fazia outra coisa senão apoiar o programa da pequena burguesia, mas dando-lhe um tom radical que só servia para fortalecê-la. “*A Bolívia — escreveu um teórico reacionário de então — tem sido sempre um país extremista.*”¹²

XXI. GRANDEZA E MISÉRIA DA ÉPOCA

Idéias, todas — por outro lado — corretas em seu contexto mas irrealizáveis a não ser de uma maneira muito mais reacionária do que o ponto do qual haviam pensado ou de um modo muito mais radical do que aquele setor de pensadores podia aceitar. A própria enumeração das medidas dá o tom das coisas, mas aqui deve-se ter em conta que uma medida não se propõe e sequer se apóia; para existir no terreno objetivo, ela deve já estar presente, dessa maneira, na cabeça das pessoas. Assim ocorreu. A nacionalização das minas, por exemplo, significou a expropriação de quase todo o capital estrangeiro investido naquele momento no país. Mas o imperialismo, que seguia de muito perto os fatos da Bolívia, não tardou a impor indenizações excessivas e, além disso, manteve o controle dos setores-chaves da mineração, impedindo a instalação das fundições, monopolizando o transporte etc. É certo que, em determinado momento, pode-se retroceder ou que a economia pode postergar-se a serviço da política; mas isso é válido somente se a transigência na tática serve para assegurar a certeza da estratégia. Aqui não houve nada disso, e tudo resultou num grande negócio para os velhos donos das minas.

12. Jorge Siles SALINAS VEGA, em *A propósito de la ejemplaridad*.

Quanto à reforma agrária, temos já, aqui, uma obra das massas mesmas sob o impulso da classe operária. Em sua realização, muito anterior à lei e, depois, dando a forma e a aplicação que queria à lei, atuaram centenas de agitadores sociais que surgiram da entranha das lutas sociais do país; a origem política desta classe de reformadores do campo ultrapassava amplamente o MNR ou qualquer grupo específico. Tratava-se de uma expressão em grande escala de quanto havia acumulado, com dificuldades ou sem elas, a consciência social sobre o problema. Por isso não se mostrava estranho que seu resultado fosse a liquidação, total na prática, da classe dos latifundiários senhoriais como classe mesmo, sua extinção material. Foi, sem dúvida, uma desorganizada tarefa de distribuição de parcelas e uma organização empírica do campesinado a imagem e semelhança do sindicato operário; com isso, a produção só podia ficar desorganizada, mas a exploração da terra era tão atrasada que, apesar de tudo, a produção aumentou bastante depois de poucos anos.

Falou-se muito também da reforma educacional, mas ela se reduziu à construção de um número maior de escolas no campo, o que não era difícil já que quase não existia educação alguma no campo antes de 1952. Por outro lado, dando coerência a medidas que pareciam não tê-la, a empresa estatal mineira engendrada com a nacionalização da Grande Mineração, a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) tornou-se um centro de acumulação capitalista, e é a partir dela que se cria a nova burguesia mineira (a chamada mineração média) que se converterá num dos pólos centrais da burguesia pós-1952. Nisto se manifesta o caráter precocemente capitalista do Estado de 1952: a mineração nacionalizada é utilizada pelo MNR, de fato, como uma propriedade de toda a classe burguesa em gestação ou já existente e é um campo de geração de burguesia a partir do Estado. Por outro lado, os esforços se concentram na abertura da região de Santa Cruz, dentro do pensamento de integração geográfica do Estado nacional, região onde, sob uma intensa promoção do processo de acumulação a partir do aparelho do Estado, gera-se o outro pólo burguês moderno, o da burguesia capitalista agrícola.

Pois bem, assim como Busch e Villarroel haviam mostrado o momento heróico da pequena burguesia, o MNR demonstrará aqui, por um lado, as dificuldades objetivas para o surgimento de um processo burguês eficiente (as que são próprias de um projeto de burguesia tardia, na fase do imperialismo) e também a pobreza de seus horizontes intelectuais. Podíamos culpá-los de não serem homens grandes em meio a acontecimentos impregnados de grandeza popular; por ser homens, ao fim e ao cabo, vulgares em meio aos fatos supremos. Mas expressavam o que o país havia podido dar como racionalidade e ordenamento. Depois de tudo, Paz Estenssoro é o que Busch teria querido ser, embora seja evidente que Paz Estenssoro jamais teria podido ser Busch. O próprio fato de que Paz Estenssoro pudesse tornar-se chefe do MNR era expressivo: era como a medida exata; enquanto homens como Montenegro aturdiavam a pe-

quena burguesia emenerista com a exuberância de seu talento e sua cultura; por outro lado, homens como Siles Zuazo, que não ofereciam mais que virtudes de outra época em troca de uma formação convencional, tampouco acabavam por satisfazer um projeto que, afinal de contas, não deixava de ter suas aspirações. Elegeram Paz Estenssoro, isto é, um homem capaz de fazer um bom orçamento e que pretendia o bem do país em termos de projetos módicos e possíveis. Desejava algo assim como um país bem alimentado, com escolas suficientes e bons costumes pessoais. Isso, num lugar onde tudo havia sido confrontação, desordem, traições monstruosas e grandezas inexplicáveis, resultava, de veras, num programa atraente, pacífico e construtivo.

Para realizar o plano econômico de integração do país e de acumulação burguesa, em qualquer outro país, não teria sido necessário fazer uma revolução. Eram tarefas que cumpre qualquer Estado burguês, embora seja apenas uma das características dos latino-americanos. A Corfo no Chile, a partir de Aguirre Cerda, ou a política protecionista de Perón tinha ido mais longe sem semelhantes exagerações no processo social. Entretanto, aqui, para um plano tão modesto que sequer implicava ainda a aparição de uma burguesia industrial, era necessário destruir todo o aparato estatal prévio. Por isso, embora seja fácil deter-se na anedota burocrática de Paz ou no civismo à moda do século XIX, que enfeitava a mediocridade da visão que Siles tinha do processo, é preciso ter em conta a outra face da medalha. A consciência do atraso do país, de um atraso patente, insultante, agressivo, era tão tensa em Paz Estenssoro que o conduzia a imaginar que não devia pensar-se em grandes planos duvidosos, mas sim em realizar planos concretos possíveis, não importava se ao preço de certas abdições. Siles Zuazo, por seu turno, de fato, viveu a fase mais árdua da anarquia revolucionária. É evidente que ele se entregou a uma saída conservadora em sua luta contra a anarquia, mas é também evidente que a anarquia existia. O atraso escondia seu bem paradoxal porque, sem ele, o velho Estado não teria sido destrutível. A anarquia, por certo, não era só desordem: dentro dela estava o movimento do povo, a não passividade. Mas há por acaso algo mais temível para uma destas pequenas pessoas que o atraso e a anarquia?

XXII. O IRREVERSÍVEL DAS MASSAS E DE SEUS INIMIGOS

Que faziam, entrementes, seus rivais ou os que pensamos agora como seus rivais, posto que eles mesmos não se sentiam como tais nesse momento? Eram os operários, em primeiro lugar, a força para frustrar as tentativas contrarrevolucionárias da oligarquia. Esta, sem dúvida, não podia propor uma guerra civil porque não tinha, após sua derrubada ideológica, o número de homens necessário, mas se os operários não tivessem atuado com efetivo braço repressivo da nova ordem, o próprio exército reorganizado não teria demorado a tentar

uma espécie de restauração. Executavam, por outro lado, a reforma agrária, é certo que com a cumplicidade consciente ou inconsciente de milhares de homens saídos da pobreza das camadas intermediárias. De onde vinha, de fato, o maior poder dos operários? De sua colocação efetiva no processo da produção, o qual se derivava de imediato numa tendência organizativa mais compacta, embora seja claro que, por enquanto, aquilo não chegava a expressar-se mais além do universo do sindicato. Vemos aqui, aliás, como um grande poder relativo serve de muito pouco quando os operários não estão em condições de utilizar o maior fruto do proletariado no capitalismo em geral, que é o socialismo científico. Sem isto, eram como uma força cega e perambulante. Estavam criando as condições de êxito para seus futuros inimigos; por um lado, vencendo todos os dias com seus próprios braços os inimigos de seus inimigos; por outro lado, constituindo a classe dos produtores independentes do campo, setor que ia ser, não muito depois, o principal suporte do novo Estado para dar-lhe a paz social necessária para que a burguesia completasse sua nova acumulação e pudesse resistir ao duradouro assédio proletário. Tudo isso pertence à índole das alternativas duríssimas que tem de atravessar uma classe para formar-se a si mesma.

Tal coisa tem, como é natural, seus próprios conteúdos. O principal resultado do período foi a presença global das massas e sua organização. O fato de os operários não saberem explorar seu poder suprime toda a importância do fato irreversível de que atuavam como classe de poder¹³. Pelo contrário, não há nada mais normal no mundo que uma classe nova não saber das coisas do poder. De outra parte, o fato de que a organização dos camponeses acabasse por vinculá-los ao Estado (ao novo Estado burguês) e não à classe operária e que os convertesse na base social da experiência daquele tampouco suprime o desiderato de que uma massa secularmente reduzida a objeto inerte da história se converta de pronto num fator do poder político e, às vezes, como se verá de imediato, em fator de primeira ordem, ainda que esse poder se utilize contra a mesma classe operária que os havia libertado. Estamos acostumados a uma aliança operário-camponesa na qual os camponeses asseguram o porvir do poder proletário, como ocorreu no esquema soviético; mas aqui, foram os operários que retrocederam em sua própria vida política como resultado de sua honradez democrática para com os camponeses. Nem todas as alianças de classe conduzem, pois, ao mesmo fim.

Quando se pensa nestes problemas — se é que deveras se quer compreender a importância suprema do fato que consiste na presença sem retorno das massas dentro do novo Estado —, há que se enlaçar a questão com a história da classe dominante como tal na Bolívia. Em geral, é discutível falar de uma

13. A palavra *irreversível* se usava então com frequência extrema. Isto — o ser classe de poder, classe que pensa no poder como coisa sua — era, porém, o único deveras irreversível.

classe dominante como continuidade, salvo por exceção¹⁴. Na realidade, a história é a sucessão de suas classes dominantes. Algumas vezes, porém, o que se produz é uma mutação dentro da mesmice de uma dominação, uma metamorfose dentro do estatuto opressivo. Temos visto, embora talvez não com a necessária clareza, como, ao fim e ao cabo, estes que chamamos os ativos pequeno-burgueses do MNR eram, na verdade, membros deserdados da velha casta maldita dominante no país, cujas origens estão na própria conquista. É bastante explicável que, ante o comportamento excludente e oligárquico do núcleo desta casta, tanto mais endogênico quanto mais arraigado enquistamento de sua ideologia, o setor menos beneficiado e crescentemente despojado dentro de tal *status* se expressasse como grupo protestante, revisionista e jacobiano. Era o que temia uma mais direta visibilidade do fato. Isto no tocante à autodestruição interna da casta capaz, entretanto, de atravessar a diversidade de suas formas classistas.

XXIII. OS ÍNDIOS E A CASTA MALDITA

Por outro lado, a presença dos camponeses índios (este grupo que não se pode reduzir a sua diferenciação cultural por causa das mediações intermináveis da mestiçagem, e tampouco a seu mero traço classista por causa de seus poderosos conteúdos culturais diferenciados) é, na história do país, uma presença sempre esporádica e por explosões. Quando entram nela, na história do país, é como se entrassem no movimento vindo a partir da geografia, isto é, como um *malón**. Catari proibiu o pão porque era espanhol e mandou cortar a língua de alguns que se atreveram a expressar-se na língua de Castela diante dele; Belzu lançou os índios contra os ballivianistas, mas depois se intimidou de um modo bem parecido ao dos emeneristas com as barafunda do ingresso das massas índias; os índios mataram a escolta acompanhante de Melgarejo, “besta bêbada” como o chamou Neruda, que só se salvou por sua sobre-humana força maldita mas, não eram aptos mais que para uma vingança, sabendo que a vingança não constitui nada. Talvez o mais parecido com 1952 tenha sido o episódio de Willka, na guerra federal; aqui, porém, outra vez, o poder índio se colocava como o extermínio do não-índio, num país onde ninguém saberá nunca onde começa a cor de uma pele. Os séculos inteiros do país estão marcados pelos levantamentos ou alçamentos; é como se a Bolívia inteira não fosse mais que o que se construiu intramuros das defesas levantadas contra um território povoado pela indiada. É por isso que Juan Francisco Bedregal se perguntava se aqui era o índio um problema para o branco ou o branco um problema

* *malón*: ataque inesperado dos índios (N. do T.).

14. Mas uma classe dominante pode, de fato, atravessar diferentes fases produtivas conservando-

para o índio. A questão do poder deste país encurralado no flanco de sua minoria era, portanto, como no tempo das guerras entre os Pizarro e os Almagro, a que se resolvia dentro dos limites desta casta superior brancoíde.

Agora, em 1952, entretanto, os índios, já consideravelmente mestiçados, que eram como brancos confusos que “riam em quíchua” (segundo a feliz expressão de Carlos Medinaceli), fizeram churrasco dos reprodutores que Patiño trouxera para sua fazenda de Pairumani e sapatearam com suas mulas nas quadras de tênis preparadas com pó de tijolo inglês por Aramayo, milionário inglês em suas preferências mas, de sobrenome quíchua ele próprio. Portanto, o reaparecimento do *malón* ganha um caráter fartamente diverso. Não é mais Martín Fierro lutando contra o índio e sim o índio entrando pela porta de Martín Fierro e com sua cumplicidade. É, em suma, uma reaparição para permanecer. A própria reação que havia escrito *El pueblo enfermo*¹⁵ se tornará indigenista para defender-se do poder dos mineiros. É o assédio operário que obriga a velha casta desgraçada à tarefa de abrir de porta em porta o ingresso dos índios para convertê-los, agora tranquilos com suas quatro conquistas por causa de seu triste atraso, em seus aliados. A partir daí, tudo deverá resolver-se tendo em conta os índios, que se tornam, pela primeira vez e para sempre, homens interiores na base humana do Estado, fato que implica uma vasta democratização da sociedade boliviana.

XXIV. RECONSTRUÇÃO DA CASTA SECULAR

A mobilização, entretanto, é tão extensa que ameaça de fato dar um fim material à casta dominante secular. É isto que produz um ato quase instintivo da classe: os dissidentes da velha casta dominante (o MNR e os demais impugnadores), que para vencer haviam precipitado a mobilização operário-camponesa, tornam-se, querendo-o ou não (aqui importa pouco a profundidade das convicções) o conduto pelo qual se reconstrói a mesma velha casta, só que agora dentro dos novos termos e desta vez como burguesia e não como mera oligarquia. Que o MNR em sua cúpula dirigente estivesse consciente disso ou não é pouco relevante; nos fatos, seu papel objetivo foi esse. Tal é o resultado principal da revolução: a casta dominante se converte de oligarquia em burguesia, embora tenha de se arranjar para sobreviver. O preço que deve pagar é a aceitação na esfera estatal da massa que havia estado sempre fora dela. O *quantum* dessa massa eram os camponeses índios e são os próprios operários que, graças a seu atraso ideológico, criam as condições para que o campeonado se alie com a nova burguesia, que agora tem de abandonar seus sentimentos racistas, pelo menos nas palavras.

15. É uma alusão ao reacionário livro racista de Alcides Arguedas, livro que foi como um evangelho da ideologia oligárquica.

Há aqui uma correlação de objetivos de classe. A convocatória ao movimento democrático-burguês havia saído da pequena burguesia urbana que, não em vão, tinha uma parte do monopólio ideológico¹⁶, a exclusividade no uso da oferta intelectual do país. Buscava ela, a pequena burguesia, a ampliação burguesa e o cumprimento das tarefas nacional-burguesas. A própria expansão democrática do âmbito de alcance estatal é uma conquista material das massas e não parte do programa pequeno-burguês, ainda que aceita por ele. Mas quando se fazem presentes os operários (e num primeiro momento também os camponeses), estes buscam já a destruição da casta secular dominante como tal. Neste momento, que é o do poder operário, ou da supremacia operária, a pequena burguesia passa a conduzir-se como funcionário ou delegado das massas. Acompanhava o poder proletário mas não acreditava nele. Isto mesmo contém dois fatos: primeiro, que a classe operária não sabia ou não podia, por qualquer razão, exercer seu poder por si mesma; segundo, que carecia de um projeto de concretização no tempo da liquidação da casta dominante como tal. Esta última comprovou, por seu turno, algo que é freqüente na história do mundo, que é a capacidade de classes sociais ou grupos determinados de atravessarem diferentes modos de produção, sobrevivendo e ao mesmo tempo transformando-se internamente. Aqui, porém, a sobrevivência se dá, não pela consistência do setor (considerável de todas as maneiras, pelo menos na obstinação de seus mitos), mas pela invertebração do movimento revolucionário.

Em seu momento mais revolucionário, a pequena burguesia crê no Estado (mas não no projeto operário, que não existiu senão na consistência das proclamações). É ridículo pensar nisso como um complô desde o princípio contra a classe operária; mas a pequena burguesia acreditava numa abstração — o Estado — e isto era como crer no esquema classista tal como se reproduzira. Quando se vê encurralada e acossada (pela própria equação classista, pela eternidade aparente do instante estatal), utiliza o Estado não só para converter-se a si mesma em burguesia, mas também para reconstituir a classe dominante como tal, pensando que não havia outro remédio senão esse. Quando é burguesia, pois transformou-se nessa nova entidade, *torna-se tão reacionária, inclusive de um modo já antiestatal*, como a própria oligarquia transfigurada em burguesia por meio daquela pequena burguesia.

Temos aqui um caso próximo (mas de forma alguma idêntico) ao que Lenin chama a via junker na formação da classe capitalista. A revolução democrática, entregue em sua condução à pequena burguesia que atua como pré-burguesia, transforma a classe dominante deste Estado de duas maneiras: por um lado, destruindo o setor que impedia a ampliação que era, por contraste, o único capitalista em sua atualidade; por outro, fazendo uma verdadeira trans-

16. Compartilhada com a oligarquia. Mas a sua, a ideologia de que era portadora a pequena burguesia, fez-se hegemônica frente à ruína da ideologia oligárquica.

ferência do setor pré-capitalista, impedindo-lhe sua sobrevivência como setor pré-capitalista, para zonas de acumulação capitalista. Além disso, o que no princípio parecia somente um mero matiz ou querela tática na situação revolucionária cresce, na medida em que tem de manifestar-se como formação econômico-política, até converte-se numa característica. Vê-se o mui diferente matiz que adquirem aquelas que são as mesmas tarefas — as mesmas enquanto forma — de acordo com o poder, isto é, a classe social que as execute. Ocorreu assim na revolução alemã de 1848: aquilo que o povo não pode fazer, fê-lo Bismarck, mas de cima para baixo e o povo teve de pagar um elevado preço por não ter sido capaz de realizar no devido momento as tarefas devidas. Não há nada tão terrível quanto não sermos donos da vitória que nós mesmos obtivemos.

Todas as tentativas de restauração oligárquica são derrotadas, e são os operários e agora também os camponeses que atuam, tal como apontamos, como o braço armado e aparato repressivo do novo Estado. O próprio tempo, porém, irá atenuando as aspirações restauradores da oligarquia e este apetite restaurador se irá aproximando, sem dúvida, dos próprios contornos, cada vez mais conservadores, do novo Estado. No projeto de reconstrução do exército, por exemplo, sabe-se que Ovando desempenhou desde o princípio um papel bastante importante; tanto ele quanto outros oficiais (digamos Sanjinés Goitia¹⁷, pensavam na reconstrução do velho exército oligárquico e não em coisa diferente. O fato de terem podido levar a cabo seu projeto *dentro* da revolução é um sinal bem claro de que este mesmo processo havia criado suas tendências conservadoras, similares às dos setores reacionários do antigo regime.

XXV. PAVOR DAS CLASSES MÉDIAS

Uma fase revolucionária é, para as sociedades, o mesmo que um cataclisma para a geografia. Há uma fase de caos, de incerteza e indefinição que é inseparável de tal tipo de acontecimentos. É difícil ver em outros casos, com a nitidez que este nos oferece, o papel do Estado como atmosfera das relações produtivas, ou seja, atuando em sua função reprodutiva ao mesmo tempo que como uma verdadeira força de produção. Ao não se saber, na situação revolucionária, o que o Estado quer (levando-se em conta que o querer do Estado é algo muito distinto do ato individual de vontade), mas, sobretudo, se há a dúvida acerca da irresistibilidade da vontade do novo Estado, as próprias relações de produção tentam reacomodar-se por si mesmas e é a economia que primeiro sente a falta de existência definida na ordem dos conceitos da sociedade. A conversão do servo em produtor independente de tipo mercantil contém um parênteses no qual ele não é uma coisa nem outra: deixou de ser escravo,

17. Jovem oficial da oligarquia. Homem de confiança dos norte-americanos na preparação do golpe que levou Barrientos ao poder.

mas ainda não é o que já pode ser, isto é, produtor independente que compete no mercado. Os técnicos e engenheiros nas unidades capitalistas, como as minas, estão muito mais vinculadas pela ideologia com os antigos patrões que com o Estado que tomou as empresas. A própria repressão, numa situação tão fluída, não podia exercitar-se senão como um fato classista, desordenado e amiúde arbitrário. Os oprimidos de sempre não tinham por que tratar com luvas de pelica aqueles que haviam sido os mais cruéis opressores. Mas os grupos intermediários não faziam a vivência disso senão como pura crueldade. Os declínios da produção se sentiram primeiramente no setor agrícola; mas não demoraram a alcançar a mineração, fonte única então do mercado exterior.

É bem conhecida a tendência autoritária própria da pequena burguesia. Exatamente por ser um setor que não pode encontrar a homogeneidade, a coerência nem a organização dentro de si mesmo, torna-se um desejo grupal autêntico o querer uma autoridade que venha de fora. Não é necessário abundar os exemplos sobre esta tendência. Na Bolívia, ela atingia sobretudo a pequena burguesia urbana, já que a nova classe dos camponeses parcelários era o que se chama uma *classe conforme*, por razões óbvias. A inflação, que fez passar o tipo de câmbio de 40 para 14 mil unidades por dólar, era como o símbolo desta situação povoada pelo terror dos milicianos, pela inexistência de exército, pelo controle operário com direito a veto, pela falta de alimentos e pelo empobrecimento de todos os setores com salários fixos. Se, ademais, se leva em conta que, no sistema de voto qualificado, estas classes médias elegiam em nome de todos, como única consolação por sua pobreza, é preciso imaginar o que elas podiam pensar de um mundo onde os sindicatos haviam substituído o Parlamento, as milícias o exército, e o voto universal o voto qualificado. A depredação da classe média urbana era evidente.

Ela viveu a época, portanto, como um pesadelo no qual, a seu ver, a própria nação era destruída; o peso da ideologia oligárquica fazia também com que as classes médias unificassem, no fundo de seu ser, a nação com a supremacia da velha casta. Os preconceitos antiindígenas não deixavam de desempenhar um papel considerável nestas posições. Aquele descontentamento adquiriu um acento desesperado. E foi um partido hispanista e nacionalista — a Falange¹⁸ — e os grupos que exerciam nela sua militância que, tal como se cumprissem um dever ardente, se entregaram aos sucessivos levantamentos que, embora financiados pela Grande Mineração, não deixavam de manifestar o descontentamento verdadeiro das camadas médias. O último destes alçamentos foi o de 19 de abril de 1959, no qual perdeu a vida o chefe desse movimento, Óscar Unzaga de la Vega.

18. Falange Socialista Boliviana. Partido fundado e chefiado por Oscar Unzaga de la Vega. Nacionalista de direita, foi o instrumento das classes conservadoras durante o período revolucionário seguinte a 1952.

A própria burguesia do MNR, porém, convertida agora em burocracia estatal, estava longe de não compartilhar de certa forma de tal estado de ânimo, embora com os devidos matizes, como é natural. No suicídio ou morte de Unzaga esteve presente um descontentamento classista, que pretendia representar a nação como conjunto; mas estava presente, também, um certo messianismo pessoal, uma apaixonada ambição subjetiva de poder. Unzaga se sentia o titular vivo de uma nação que pensava estar sendo destruída. Mas a dissidência de Guevara Arze¹⁹, que o conduziu finalmente a separar-se do poder do MNR e a lutar contra ele, e a própria reorganização do exército expressavam o mesmo: a idéia de que a superatuação operária estava desorganizando a Revolução e desvirtuando-a, de que nenhum plano coerente era compatível com esta presença ofuscante. Intelectuais, mais relevantes pela mediocridade de seu meio que por sua verdadeira penetração nas coisas, concluíram — posto que o setor operário era o mais imperativo na luta por seus salários na sucessão inflacionária —, como se fossem os mais vulgares empresários, que a causa da inflação eram as reivindicações operárias. Mas tanto aí quanto no que veremos em seguida — que é o momento do governo de Siles Zuazo — havia um fundo de verdade em tais conclusões: toda sociedade, inclusive a menos vertebrada, detesta a desordem; se o setor revolucionário não é capaz de propor, impor e construir uma ordem, o setor conservador do poder assumirá tal tarefa. Ou seja: aquilo que dizia de um modo reacionário a direita do MNR era verdadeiro, já que a classe operária era produtora de caos, não por causa de suas reivindicações, mas por causa de sua incapacidade de impor uma espécie de paz operária.

XXVI. COLONIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO NACIONAL PELO IMPERIALISMO

O ponto máximo da crise econômica se produz por volta de 1956, coincidindo com a chegada de Siles Zuazo ao poder. Este era um homem valoroso, conciso e também opaco; construiu uma carreira política a força de caráter e não era, sem dúvida, o mais dotado para imprimir uma compreensão universal da situação revolucionária. Siles pensava que o 9 de abril havia acontecido como consequência de sua direção (não dava voltas nisso) e que o papel fundamental havia sido desempenhado pelas classes médias que ele identificava com seus seguidores, ou seja, que não se dava conta finalmente dos próprios fatos que havia vivenciado no centro das coisas. Nesse momento, sem dúvida, a situação econômica se havia tornado desesperadora. O imperialismo norte-americano, que já havia obtido um *modus vivendi* provisório com o MNR a

19. Walter Guevara Arze, autor do “Manifesto aos Eleitores de Ayopaya”, a figura mais interessante do setor conservador do MNR.

partir da ajuda em alimentos (o que havia fluído, sem sombra de dúvida, na reorganização do exército e nas primeiras concessões petrolíferas), pôde então impor um plano econômico global. O enviado econômico dos Estados Unidos, George Jackson Eder, atuou com plenos poderes e suas memórias são talvez o documento mais humilhante que existe para a soberania da Bolívia. Atuou como um enviado da metrópole à colônia; mas isso foi possível não só pelas urgências da situação mas também pela desmoralização do nacionalismo, que estava mais preocupado com a “destruição” da economia por parte dos operários do que com a penetração imperialista. Eder impôs um plano de estabilização monetária que implicava a possibilidade de desenvolver a industrialização em torno da mineração e que condenava as empresas estatais a não serem outra coisa mais do que simples centros de acumulação da nova burguesia. O enviado se mostrava como um economista imperativo diante de interlocutores que estavam dispostos à aceitação do que se lhes dissesse, pois estavam convencidos de que a inflação era um pesadelo terrível e que a revolução, por seu turno, nada mais era que uma palavra, uma reconstrução amanhada dos fatos. Mas se um economista tão elementar como Eder pôde ter êxito no freio da inflação é fato que se deveu, em primeiro lugar, ao ânimo da pequena burguesia urbana, que apoiava Siles resolutamente, pelo menos neste aspecto; mais que isso, porém, pesou a quietude camponesa, que não era afetada pela inflação e que dava uma enorme margem política de manobra, inclusive para um plano tão torpe como o do estulto Eder. As conseqüências de se entregar a inteligência econômica a um estrangeiro eram as mesmas que se haviam vivido com a entrega da condução militar a Kundt, na guerra do Chaco. A presença do imperialismo norte-americano se fez invencível em seu crescimento e é uma derivação dela o fato de que todos os egressos do novo Colégio Militar passassem a treinar na Zona do Canal do Panamá; o fato de que, a partir de certo momento, não houvesse um só ministro do Interior que não acabasse por trabalhar com a inteligência norte-americana, ou que os gerentes das empresas norte-americanas, como a Grace, viessem a ser, ao mesmo tempo, dirigentes da empresa mineira estatal. Alguém poderia perguntar aqui, e da maneira mais legítima, como é que os mesmos que haviam vivido, na fundação de seu movimento, emoções tão nacionalistas que limitavam com o chauvinismo, uma desconfiança para com o estrangeiro que se convertia sem cessar em xenofobia, pudessem, com o passar dos anos, acabar fazendo tudo aquilo e entregando o mesmo petróleo por cuja defesa se supõe que haviam lutado. Nisto, sem dúvida, operou já certo terror às massas; pensaram que tinham de escolher entre a sobrevivência organizada do país e a sobrevivência desorganizada das massas, e elegeram a primeira. Por outro lado, é claro que o chauvinismo não produz consciência, não uma consciência capaz de defender-se, em todo caso. O que ele produz é um bloqueio que se parece com o isolamento e, por isso, suprimir o mundo como ato psicológico não significa, todavia, que o mundo de-

saparece. Quando reapareceu a necessidade do mundo, os nacionalistas não tinham uma visão lógica nem atual do mesmo e por isso se entregaram a algo desconhecido, pensando, talvez, que o podiam controlar. O provincianismo teve aqui efeitos dilaceradores; eram efeitos que não se diferenciavam do entreguismo.

XXVII. REFLUXO OPERÁRIO

Assim, o governo de Siles Zuazo assinala a decadência ou periclitção da influência operária. Em determinado momento tentou criar um movimento operário “próprio” (os chamados reestruturadores), paralelo e substitutivo do tradicional, o que demonstra até que ponto Siles pensava que o proletariado político era uma conseqüência lateral do MNR, isto é, fruto de algo maior e mais coerente, que ele tinha de acatar. Os excessos operários eram vistos, portanto, como resultado da agitação comunista, impura com relação à verdade do movimento. Embora Siles tenha fracassado em sua tentativa de fazer um sindicalismo “silista”, não há dúvida de que aqui o proletariado vivia um refluxo, que seu êxito não consistia agora mais que em sobreviver com um mínimo de autonomia e de que, por outro lado, o Estado de 1952 já tinha a força suficiente para acozá-lo sem ter a necessidade de recebê-lo. A fase bonapartista do processo revolucionário, que havia começado na segunda parte do governo de Paz Estenssoro, chegou a seu ápice. A burocracia jamais conseguiu um sindicalismo subordinado ao poder (o que vale dizer que a burocracia civil não submeteu a sindical, enquanto a militar aguardava sua hora), mas a época do poder subordinado ao sindicalismo tinha acabado. Mas os operários ainda saíam à luta toda vez que se davam tentativas propriamente contra-revolucionárias (como os de Unzaga ou o levantamento dos carabineiros de 1960), mas já estavam em contradição com os alinhamentos do poder, sobretudo, com o Plano de Estabilização Monetária. A desorientação operária era, contudo, algo muito evidente. Lechín mesmo, cujo corpo e cuja vida estavam no movimento operário mas cuja cabeça pertencia sem dúvida à pequena burguesia, a serviço de suas ambições tão voláteis, aspirava a obter uma convivência com os norte-americanos. Não se explica de outra maneira o fato de, ao mesmo tempo em que se opusera ao Plano de Estabilização, Lechín subscrever o chamado Plano Triangular, que era o resultado daquele no tangente à reorganização da mineração estatal. Ainda assim, a oposição operária a Siles Zuazo tinha ainda a força necessária para impor a reeleição de Paz Estenssoro para a sucessão e o nome de Lechín como seu vice-presidente (1960).

Era uma ilusão não só dos operários mas de toda a esquerda supor que a imposição deste binômio implicaria o retorno à fase revolucionária. Isto é algo recorrente na história. A fixação sentimental numa hora do passado costuma ser uma das mais ruins formas de alienação com relação ao imediato; em

nome do resgate do momento do passado que se considera que foi o da glória ou plenitude cometem-se as mais dolorosas arbitrariedades na análise das coisas tal como são em sua atualidade. Com efeito, assim como o governo de Siles Zuazo não foi mais que o desenvolvimento da parte final do primeiro período de Paz Estenssoro, o segundo governo deste foi a continuação dos alinhamentos dados pelos norte-americanos à política de Siles Zuazo. O país inteiro, seu exército, o próprio processo democrático-burguês, tudo estava ocupado pelo imperialismo norte-americano. Isso não podia mudar com Paz Estenssoro porque este, acostumado a mover-se segundo a força dos fatos, com a mesma atitude mental com que havia aceitado, como parte da natureza das coisas, as massas em ação em 1952, aceitava agora os norte-americanos; o importante agora para ele era canalizar a presença norte-americana rumo aos planos de desenvolvimento e assim o fez. Propôs um tipo de desenvolvimento econômico dentro do aceite ou do exigido pelo imperialismo²⁰.

Que o sucessor de Paz Estenssoro devia ser, na nova situação, Lechín era, por sua parte, uma espécie de subentendido e é verdade que o movimento operário estava disposto a conceder bastante, no que pensava ser uma mera tática, a serviço deste projeto. O plano norte-americano, porém, havia passado então da economia à política e estava longe de restringir-se somente ao freio de um assédio de massas; consistia, precisamente, no contrário do plano de Lechín, ou seja, na ruptura concreta de todo laço entre o MNR e o movimento operário e na aniquilação política deste.

Já no crepúsculo do regime de Siles, o exército chegou a cercar Siglo XX-Catavi, a maior concentração mineira, como emergência de um incidente grevista. Os operários repetiram então o que haviam feito na guerra civil de 1949: tomaram como reféns os engenheiros norte-americanos e ameaçaram de executá-los caso o exército ingressasse nas minas. A mediação de Lechín impediu que as coisas chegassem a esse ponto, mas era visível a decomposição de tudo. A prova de que se tratava de um plano previsto e não de uma mera emergência se deu quando Henderson, embaixador norte-americano da estação, propôs a Paz Estenssoro em 1964 uma sorte de silogismo não tão diplomático, embora seja certo que aquele ianque não estava de forma alguma dotado pela natureza para saber o que fosse um silogismo. Em todo caso, a proposta podia resumir-se assim:

Premissa primeira: A segunda parte do Plano Triangular não se pode concretizar se expertos americanos não supervisionam *in situ* a execução da primeira parte.

20. Ao contrário do que fez o no período de 1952-55, quando tentou um tipo de desenvolvimento sustentado pela poupança interna. Esta experiência, que pertence à fase do maior compromisso revolucionário, foi o fundamento, por exemplo, de todo o desenvolvimento posterior da região de Santa Cruz.

Premissa segunda: Tal supervisão não é possível se não se oferecem garantias aos ditos técnicos para o cumprimento de sua missão, e essas garantias não são possíveis sem a presença do exército nos distritos mineiros.

Logo, intervenção militar pura e simples. Intervenção não pacífica, ademais, já que os mineiros, sempre a bordo de um instinto recoso para com os militares, de nenhuma maneira admitiriam a presença militar sem contrapor-lhe seu próprio aparato armado. Todavia, Paz Estenssoro avaliou as coisas com correção, deu-se conta de que a coisa continua matanças garantidas e se negou a aceitar a coisa. Henderson então recuou e acabou por aceitar, rangendo os dentes, aquela posição do Presidente. Mas foi apenas um adiamento. Um ano depois, deposto Paz, o exército entraria a sangue e a fogo em todos os distritos mineiros, através daquilo que seria conhecido como as grandes matanças de 1965.

A história do país começa aqui a mover-se dentro dos perfis dados pelas modalidades norte-americanas de ação através de seus serviços de inteligência, sobretudo a CIA. O *entourage* de Lechín, como se supõe, mesclava lutadores sociais verdadeiros com uma burocracia sindical que se havia corrompido cada vez mais no transcurso do exercício do poder. Pois bem: um dos “homens de confiança” do caudilho sindical invadiu por azar uma fábrica de cocaína em Cochabamba. Não entregou às autoridades a quantidade de drogas que havia capturado, comercializando-a por conta própria com o objetivo, segundo ele, de “adquirir armamento”. Em todo caso, com anuência de Lechín ou sem ela para a operação, o assunto foi detectado, não pelas autoridades, mas pela CIA, que tinha estreitos contactos com o então ministro do Interior, José Antonio Arze Murillo. Este, portanto, num verdadeiro acesso de moralidade, levantou o assunto, passando por cima do próprio Paz Estenssoro, a fim de produzir escândalo político e acusou de modo direto o vice-presidente Lechín, cujo julgamento solicitou ao Congresso. Lechín preferiu pensar que Arze Murillo havia agido aqui por encargo de Paz Estenssoro e não dos norte-americanos²¹; Paz Estenssoro, por seu turno, tentado pela possibilidade de uma reeleição, optou por calar-se no foro e, finalmente, ninguém remexeu a verdade das coisas que consistia em que a CIA impunha, com suas confusões e complôs, as decisões políticas. Uma duvidosa transação, que consistiu em afastar Lechín dando-lhe a embaixada na Itália e, ao mesmo tempo, impedir o julgamento, freou por enquanto o assunto. Mas já estava claro que o MNR havia rompido com o movimento operário. O fato de o movimento operário ter rompido com o MNR por uma questão de drogas, precipitada pela CIA, demonstra até onde se havia degenerado a política dentro daquilo que só mesmo por inércia continuava a chamar-se Revolução. O mundo agora não vinha à Bolívia com os em-

21. Philip Agee, porém, descreve em seu diário os contatos de Arze Murillo com a CIA. Ver Philip AGE, *CIA diary*.

préstimos nem com as idéias trazidas de Paris por gente como Alcides Arguedas; agora estava aqui, com seus próprios agentes. No costume da colonização, a classe política só aspirava acomodar-se da melhor maneira com os agentes do imperialismo. Poucas decadências têm sido tão pouco sensíveis ao interesse nacional quanto a decadência do nacionalismo. O nacionalismo havia baixado desde o fervor de Busch até o aluguel que Arze Murillo fazia de si mesmo para receber o dinheiro de Agee.

XXVIII. O DÉSPOTA IDIOTA

A justificativa que Paz Estenssoro dava para a aventura da reeleição era a busca de um *status quo*, com o objetivo de contentar os norte-americanos (como se seu único objetivo tivesse sido o impedimento de Lechín) e, ao mesmo tempo, obter margem para a reconstrução de uma autonomia mínima para o poder político. Os norte-americanos, porém, já haviam tomado a iniciativa das coisas e se moviam como donos do país. Esta gente, elementar e ao mesmo tempo poderosa, tinha nisso — na facilidade com que tomaram tudo para si — a chave de seus êxitos; mas também a de sua indefectível perdição. Nenhum sonho é tão absurdo quanto o do infinito poder. Tamayo, com o grande poder de seu espírito, havia escrito sobre eles: “não se é impunemente poderoso”.

Aqui é onde aparece a figura de René Barrientos²². Assim como os liberais haviam organizado o exército da oligarquia à maneira prussiana, marcan-

22. Eis aqui um retrato que pertence a outro trabalho meu, de Barrientos, fazendo notar o entrelaçamento dos oficiais, da oligarquia tradicional e do imperialismo:

Barrientos era um homem bem afeiçoado, de pele bronzeada e de uma estatura mediana, perto da alta; poderia dizer-se que era atlético, sem chegar a ser rude e até o fim de seus dias apareceu sempre com o ar particular de um oficial respeitador e bem-educado. Esta primeira impressão, todavia, logo se derrubava, em consequência de uma voz aguda, na qual se havia instalado um trejeito de seminarista, que era só uma parte de uma aura de indefensão que ele havia desenvolvido graças a sua astúcia, que era considerável, intuitiva mas também eficaz. Entusiasta partidário da roupa de estilo ianque, comprazia-se em levar o cabelo cortado bem rente como os aviadores norte-americanos, sendo aviador ele próprio e ademais treinado nos Estados Unidos. Era flagrante a órbita estreita onde se haviam refugiado seus olhos, que transmitiam um olhar mesquinho e como que aterrorizado. Mas esta labilidade geral, que ele aprendera a continuar tendo com um tratamento solicitante em relação aos outros, era absolutamente enganosa. No fundo era um homem resolutivo, a natureza o superdotou com uma selvagem audácia que contradizia aquela aparente falta de meios e, tremendo-lhe as mãos, acabava entretanto por levar a cabo empenhos pelo menos insólitos, como a destituição de Ovando no Palácio, que foi obra só sua, ou seu salto em pára-quadras, depois que dois homens haviam morrido antes usando os pára-quadras da mesma série. É evidente que o aspecto de sua coragem foi exagerado até o absurdo pelos que o promoveram, e nesta ordem de coisas tinha a conduta comum de um homem boliviano. Contudo, no fundo de sua personalidade residia uma essencial falta de capacidade para captar as proporções do mundo e de si mesmo: a realidade era-lhe um dado alheio e, a partir deste *quid*, compôs uma personalidade sem dúvida patológica. A cruel determinação com que usou do poder, muito além do que lhe pediam os ianques

do o *links-recht* e marchando com o passo do ganso, a revolução nacional reorganizou o exército com as armas norte-americanas, os uniformes norte-americanos, e, obviamente, a doutrina norte-americana. Já nas outras armas sobrevivia algo do Chaco e sua geração; na Força Aérea Boliviana, FAB, porém, posto que quase não havia existido antes, o ambiente era de uma norte-americanização total. O próprio Barrientos, que tinha a aparência de um oficial ianque, se ocupou em detalhes de explorar seus treinamentos. Ascendeu na Força Aérea e por volta de 1963, já comandante da arma, no mês de janeiro, davam-se as condições para que, numa recepção que se levou a cabo em Fort Myers, Virgínia, o general Curtis Le May, comandante da Força Aérea dos Estados Unidos, brindasse pela futura e inevitável presidência da Bolívia do general Barrientos. Barrientos voltou desta viagem com carta branca, a mesma que havia sido dada ao coronel Sanjinés Goitia. Esta personagem, filho de um general que se havia apoderado de Pillapi ao despojar os índios no tempo de Montes, havia tudo planejado para ser, a um só tempo, empregado do Ponto IV, vale dizer, da embaixada dos Estados Unidos, presidente da empresa editora *El Diario*, que expressava a opinião oligárquica remanescente, e nada menos que oficial em serviço ativo do exército. Barrientos era um homem intelectualmente insignificante e de uma personalidade que só adquiriu certa relevância brutal com o poder; naquele momento, fazia quase um culto de sua própria indefensão psicológica e isto servia para gratificar a Paz, que se comprazia em fazer sentir sua superioridade sobre o oficial. Mas Barrientos era dota-

ou quem quer que fosse, recordava, por contraste, o modo entre rastejante e aflito, a tão pouca dignidade com que, em seus momentos adversos, recebia, por exemplo, as interpelações pessoais de Paz Estenssoro, no período conspirador. A virilidade de seu gesto realmente não era muito impressionante. Mas aquela dubiedade tornava-se, ao fim e ao cabo, mais ou menos normal; não o é, porém, a tentativa de reconstruir o próprio passado, contra toda evidência, como quando disse que era doutor em economia, porque nesse momento espiçava Paz Estenssoro que era economista, ou que fora porta-bandeira do Colégio Militar, porque estava torturando Vázquez Semper-tegui, que o havia sido realmente, ou quando apresentava seu diário de combatente político, porque acabava de publicar-se o do Che Guevara. Não era uma cândida megalomania, como a de querer ser o morto no enterro ou a noiva no casamento, como disse em brincadeira certa vez Quiroga Santa Cruz. Era já uma personalidade que se via a um só tempo desdobrada e aterrorizada, que reagia ante o mundo, que lhe aparecia como um eterno inimigo, com um ódio, este sim, poderoso de um modo quase biológico, para com quem lhe fazia recordar um setor ou outro de suas inferioridades. Que nomeasse depois como ministros, ao mesmo tempo, seu irmão e seus dois cunhados, enquanto um de seus sogros era embaixador em Paris e o outro, cônsul em Antofagasta, ou que oficialmente se mostrasse, de acordo com a cidade, com suas duas esposas, tudo não parece mais que zombaria truculenta que Valle Inclán esquecera de dar ao Tirano Banderas. Mas teve, sim, o ímpeto de batizar seu helicóptero com o nome do cavalo de Melgarejo, porque de fato não lhe importava a opinião do país estupefacto. *Holofernes* se chamou, a partir de então, aquele helicóptero, presente da Gulf, que Barrientos amava tanto quanto Melgarejo seu cavalo. Em troca deste equino, Melgarejo acabou cedendo Ladário aos brasileiros, que lho haviam dado de presente, assim como o Gulf a máquina um século depois.

do de uma selvagem audácia; seu instinto o levava a seguir de um modo elementar e sem dubiedades os norte-americanos, e sua própria insensibilidade frente às coisas, fruto de sua infelicíssima vida pessoal, fazia-o agir com uma espécie de poderosa falta de escrúpulos frente a tudo o que acontecesse. Só o grau de destruição moral e de sistemática abolição da memória histórica no exército, somadas à mediatização do campesinado, à corrupção da pequena burguesia (que era a forma que tomou a acumulação capitalista) e à ruptura com a classe operária, podiam tornar possível a aparição de um tipo de personagem inferior como este. Mas aqui também se vê de que maneira, na história, o trato com a grandeza — que havia existido com a Revolução — não imuniza os sujeitos em relação à ação possível dos indivíduos elementares. Foram os serviços de inteligência norte-americanos que montaram as campanhas políticas de Barrientos, primeiro como vice-presidente de Paz, depois como chefe do golpe que derrubou o MNR, logo como co-presidente junto de Ovando, finalmente como ditador da Bolívia. Custou-lhes pouquíssimo trabalho, na verdade, organizar manifestações com o lumpen de La Paz ou utilizar o Plano de Ação Cívica para ir comprando um a um os dirigentes camponeses, que já estavam, ademais, comprados por quem quer que fosse.

XXIX. MISÉRIA CAMPONESA

Em todo caso, o regime de Barrientos se fundou no que se batizou como “pacto militar-camponês”, isto é, entre o setor menos politizado do movimen-

Sua história formal é menos interessante. É certo que teve um nascimento infeliz e que foi criada num orfanato de Tarata, povoado natal seu e também de Melgarejo, o que talvez explique, junto com outras causas, a veneração por aquele cavalo. A falta de vocações sacras fez com que seus protetores o induzissem a fazer-se padre e sua passagem pelo seminário lhe deixou algumas marcas menores — como sua voz —, mas seu destino não era ser bispo de Cochabamba, mas ditador da Bolívia. Se a lógica tem algum valor, teve de ser um estudante mui modesto e isso teve de confabular-se com sua pobreza para mudar seu destino e rumar para o Colégio Militar, onde suas condições de bom desportista e um mínimo de espírito militar foram suficientes para fazer uma carreira muito melhor. Teve uma confusa atuação na guerra civil de 1949 e foi militante ativo tanto do MNR quanto da FSB, mas o que se sabe com certeza é que foi co-piloto de Walter Lehm, no avião que trouxe Paz Estenssoro de Buenos Aires, em 15 de abril de 1952. Parece que, de fato, foi um dos que entraram primeiro no Palácio Quemado, após a dispersão do exército, naquele ano. Uma circunstância excepcional mudou sua vida inteira. Depois da reorganização do exército, Barrientos foi enviado, talvez por sua militância no MNR, primeiro à Itália e depois aos Estados Unidos, para treinar-se no manejo de aviões de combate. Seu instrutor foi o então tenente Edward Fox, o mesmo que recrutou Arguedas como agente da CIA, segundo o famoso testemunho, e sem dúvida um dos mais importantes integrantes da inteligência norte-americana no 4 de novembro. Fox tinha, oficialmente, as funções de adido de Força Aérea da embaixada, desde 1963. Barrientos acabou também fazendo amizade, durante esse treinamento, com o general Curtis Le May, que foi chefe da força aérea dos Estados Unidos no período a que nos referimos e depois candidato à vice-presidência atrás de Wallace, na fórmula fascistóide de 1968. Le May tinha opiniões tão

to democrático e o setor da burocracia estatal mais penetrado pelo imperialismo. Isso demonstra, sem dúvida, até que ponto os camponeses se haviam convertido no núcleo conservador do país, em sua qualidade de produtores independentes. É certo que Barrientos teve de dar um golpe de mão dentro do próprio exército para impor-se e que teve de surpreender, conspirando, a própria corrente ovandista, que continha outras tradições. Em todo caso, pela via da reforma agrária, vinte anos depois, cada parcela se converteu numa sorte de fortaleza onde se defendia a revolução tal como era, isto é, como revolução burguesa, e não se pode negar que estes homens defendiam, dessa maneira, o principal de tudo o que havia ocorrido, que consistia em que o que tinha de ocorrer devia ocorrer pela primeira vez com eles dentro da história.

Vinha a praticar-se o que havia sucedido em tantas partes do mundo antes: a constituição de um vasto setor pequeno-burguês no campo, isto é, de um setor de produtores independentes e concorrentes ao mercado torna-se favorável ao capitalismo. Embora o modo de produção que compõem não seja viável por si mesmo, proporciona, entretanto, um setor industrial de reserva auto-sustentado, base social para um projeto que não é o seu e também, por último, o que era fundamental então, proporciona estabilidade política. Mas isso não pode durar mais que a própria propriedade independente; ninguém pode evitar, de fato, que, em seu seio, se produza um processo de acumulação e de diferenciação de classes. A dissolução da propriedade independente é o que deve gerar a aliança com os operários e então o papel do campesinado se torna ou-

suculentas quanto a de que os comunistas tinham usado a fluorização da água para diminuir a potência sexual dos norte-americanos. Era, além disso, pelo uso imediato de armas atômicas no Vietnam. Com tal oligofrênico auspício, Barrientos foi cuidadoso em assimilar-se ao modo de vida americano, para o qual favorecia seu aspecto físico e diz-se que uma gringa, mulher de um dos chefes do campo, disse numa festa, para falar bem dele, “que parecia americano”, o que motivou alguns sorrisos latino-americanos.

Uma inexplicável campanha de promoção de Barrientos se desatou tanto nos periódicos locais como na própria imprensa norte-americana. Drew Pearson escreveu longos artigos sobre sua coragem, e o *Time* chamou-o “o Steve Canyon dos Andes”; mas a chave de sua súbita e incontível aparição política foi o plano militar chamado de Ação Cívica, que foi financiado pelo governo dos Estados Unidos a partir de 1960. “Em 1960, numa conferência de chefes de força aérea realizada em Buenos Aires sob os auspícios da Força Aérea dos Estados Unidos, ele (Barrientos) foi um dos primeiros chefes das forças aéreas latino-americanas a respaldar a idéia de uma Ação Cívica”, escreveu Brill. Normalmente, os norte-americanos usavam sua ajuda ou as derivações de sua ajuda com um sentido imperialista: não só no geral, como a estabilização monetária, sobre a qual resta pouco a dizer, mas também no específico, quando, com torpes empréstimos embaraçosos, tratavam de obrigar o país a monopolizar seu comércio no sentido norte-americano, ou quando obrigavam à contratação de empresas norte-americanas para as construção de estradas ou para a provisão de equipamentos, como no Plano Triangular. Os fundos de contrapartida da ajuda em alimentos, embora servissem para uma campanha contra o MNR, resultaram na verdade num considerável fortalecimento da burguesia comercial local, mas o Plano de Ação Cívica, que sequer se deu o trabalho de mudar de nome quando se fazia usar num ou noutro país, consistiu por seu turno

tra vez um papel revolucionário, porque aqui falamos já do explorado assalariado da terra etc. Mas o que vemos agora, no momento de Barrientos, é a miséria do explorado. É o explorado que é a base do poder dos exploradores; a burguesia jamais teria podido realizar sua acumulação em condições de paz política se não existisse aquele amplo setor dos pequenos produtores que, ainda que explorados pela via do mercado, todavia se sentiam contentes com o que tinham. Esta casta, a da classe dominante ressurrecta em sua forma burguesa, que os havia amaldiçoado mil vezes, que os amaldiçoava agora com os olhos e as mãos, tinha que, não obstante — à falta de vitalidade próprias —, suportar um homem nascido da ressaca da vida do povo, como Barrientos, para personificar seu novo poder formado na luta contra os operários e se via obrigada a adular aqueles mesmos que ela irritava com seu ser inteiro. A composição da psicologia de Barrientos, que era sem dúvida a de um rancor geral contra a vida; Henderson, pressionando para a entrada dos militares nos distritos mineiros; Barrientos, o eleito de Le May, vestindo uniforme de *paratrooper* para a “expedição” contra os mineiros... tudo, enfim, está dizendo por si só quem são os donos da nação nesta hora.

XXX. A CORRUPÇÃO CONSIDERADA COMO MEDIAÇÃO ESTATAL

Num momento o imperialismo norte-americano tinha tido — com Paz Estenssoro, com Siles Zuazo — de trabalhar com o nacionalismo em sua fase clau-

numa penetração concreta no exército, longe do assessoramento militar, assim como, ao mesmo tempo, numa maneira de penetrar *com* o exército, no que Abril não lhe havia deixado senão uma vaga oportunidade, nos setores mais atrasados e difusos da Revolução, que eram os camponeses. Abandonado quase imediatamente após a tomada do poder pelos militares, o Plano de Ação Cívica serviu, todavia, para construir talvez uma dezena de escolinhas, alguns encanamentos de água nos povoados maiores e a estrondosa espécie da liderança camponesa de Barrientos, que morreu repartindo somas pequenas de dinheiro a comarcas miseráveis e a quem bastou comprar alguns dirigentes e prometer pequenas obras públicas aldeãs para anunciar-se como o emissário das massas sem chefe do campo, arapuca que foi outro dos grandes espetáculos daquela propaganda desatada.

O programa foi encomendado ao coronel Julio Sanjinés Goitia, em sua qualidade de empregado do USAID (Ponto IV), que se havia refugiado na burocracia da embaixada americana para proteger-se das perseguições da Revolução e que, nessa condição, chegou a dispor de fundos com uma simples assinatura sua. Sanjinés Goitia se parecia com Deus, que está em toda parte. Era diretor do Plano de Ação Cívica e, por isso, funcionário oficial da embaixada norte-americana. Embora tivesse dado baixa, aquela situação não lhe impediu de ser reincorporado ao exército e gozar do status de oficial no serviço ativo, graças ao fato de que tinha um cargo importante na Escola Militar de Engenharia; finalmente, quando o processo amadureceu o bastante, foi designado presidente do diretório de *El Diario*, o periódico mais importante da Bolívia, que de pronto concordou que ambos eram familiarmente de origem liberal. Este Sanjinés Goitia era uma sorte de puro-sangue da oligarquia, mas sua posição superior dentro da sociedade boliviana não remontava mais que ao tempo em que se despojaram grandemente os índios de suas terras, ao tempo de Montes, como ademais toda a oligarquia, que só excepcionalmente retrocede em suas genealogias muito

dicante. Mas agora tinha seu próprio agente no poder. Pois bem, com o fundamento dado pelo pacto militar-camponês, cuja *conditio sine qua non* era o esmagamento do movimento operário, o imperialismo realiza, mediante Barrientos, seu plano, que consistia na ocupação de todos os setores estratégicos da economia e em acelerar, já sem obstáculo algum, a acumulação burguesa nos setores não centrais, especialmente na região de Santa Cruz e da mineração média. Não obstante, isso mesmo vem acompanhado de certas mudanças qualitativas no manejo do Estado. Ao mesmo tempo em que se tenta, com as matanças, a dissolução política da classe operária (fato possível, por enquanto, porque havia ficado isolada, por causa do conformismo camponês e porque a pequena burguesia urbana se havia tornado conservadora), Barrientos provoca o deslocamento dos setores que podemos chamar estatelistas tanto da burocracia civil como da militar. A princípio, podia dizer-se que, com Barrientos, o aparato estatal simplesmente passava das mãos da burocracia civil (o MNR) para as mãos da burocracia militar e isso é, de fato, o que representou a difusa fase do co-governo Ovando-Barrientos. Mas onde primeiro penetrou a ideologia do imperialismo e seu sistema de segurança foi no exército. Por isso, ainda que nas aparências ambas as personagens contivessem o mesmo, o tempo ia, contudo, dar a cada uma um diferente perfil. Enquanto Barrientos vive e morre como um puro agente de penetração norte-americana e jamais faz algo que contradiga aos planos norte-americanos no país, Ovando representa já aquilo que Hegel chamava uma consciência desafortunada. Vamos ver em seu momento por quê. Em todo caso, parece evidente que o projeto norte-americano para a Bolívia consistia em suprimir seus focos de independência classista ou democracia política, como os mineiros e a esquerda como tal, e construir uma ditadura à maneira das de Trujillo, Somoza ou Ströessner. Barrientos, de fato, comprometeu em grande escala o exército e seus sequazes em atos de corrupção naquilo que não podia interpretar-se senão como o uso da corrupção cons-

antes de Melgarejo, que fez o mesmo que Montes. São famosas as instruções de Montes que falavam que “os disparos se farão sempre sobre alvo seguro”, operação militar com a qual acabou dono da península de Taraco e o general Sanjinés, pai de Julio, dono de um latifúndio em Pillapi, bem perto de Taraco. Naturalmente, Sanjinés Goitia perdeu suas terras na reforma agrária de 1953. Despojado do uso de suas condecorações militares e convertido em algo assim como réprobo não convidado à grande festa da plebe, Sanjinés, que compartilhava a pobreza cultural de toda aquela classe alta amancebada pela ideologia do “Colégio Alemão”, que até o último momento, como prova de seus *esprit*, não atinava em oferecer outra coisa além de largos tragos acompanhando a festa das marchas prussianas, era todavia um homem melhor dotado e, sem dúvida, uma inteligência melhor organizada que a de Barrientos, que não valia um níquel. Não em vão, segundo recorda o clássico do golpe de Estado, o político francês dizia que não gostava das “baionetas inteligentes”. Assim como *El Diario* recordaria urgentemente o liberalismo do seu papai, Sanjinés na hora de sua desventura geral, privado a um só tempo de terras e de uniformes, trouxe à mente a lembrança de seus dias em West Point. Um magnata à procura de trabalho o encontrou — e também um destino — na embaixada norte-americana, para a qual se tornou um homem preciosíssimo.

tituída numa forma de mediação estatal. Alguém pode muito bem perguntar quando é eficaz a corrupção e quando não o é. Em princípio, dir-se-ia que a corrupção é eficaz na medida em que não contraria a tendência estrutural do processo histórico e que, sim, a completa. É como a demagogia ou como a própria repressão; são válidas na medida em que não violam as leis tendenciais da história. Isto é o que pode explicar por que a tortura, por exemplo, pode ter certos êxitos pelo menos temporários em alguns países do continente e não os teve no Vietnã e em Angola. Ou seja, o que importa em último termo é o quadro ou contorno social da corrupção, da demagogia ou da tortura. Os norte-americanos, porém, no que é uma verdadeira concepção estatal, costumam dar um caráter de universalidade relativa à questão do método (repressivo ou ideológico) e é o que tentaram fazer também na Bolívia. Seu raciocínio era simples: é um pequeno e atrasado país no qual nunca existiu ninguém capaz de utilizar com eficiência a função estatal. Isto é resultado do atraso e da estrutura, que conduzem somente a profundidades que não interessam; deve-se trabalhar com a funcionalidade das coisas e não com sua causalidade estrutural. É um esquema que tratarão de repetir com Bánzer. O aparato de controle e inteligência se modernizou, de fato, e passou às mãos de agentes diretos dos organismos norte-americanos, agentes bem treinados, não importa se bolivianos ou não. Por meio de Barrientos, agente ele mesmo, estendeu-se a cilada aos altos oficiais e também a todos quantos tivessem alguma compreensão da corrupção, que aqui não mais funcionava como mera atração folclórica de país subdesenvolvido. A gravidade dos atos de corrupção é o que conduziu à série de assassinatos de encobrimento que se seguiram em tempo de Ovando até encurralá-lo, como recordando um compromisso de poder que só teria podido ser dissolvido pela convocação das massas, que Ovando não estava interessado em realizar. Nessas condições, Barrientos estava habilitado para dar seu próprio golpe de mão a fim de concentrar o poder em sua volta e, por isso, por volta de 1966 digamos, o país parecia estar em suas mãos. É a mesma época em que se prepara a guerrilha de Ñancahuasu.

XXXI. ÑANCAHUASU

As incidências mesmas deste episódio são demasiadamente conhecidas para que valha a pena repeti-las aqui. Se o movimento operário, não importa se ainda lechista ou não, último baluarte das conquistas de 1952, tinha sido arrasado com as matanças de 1965; se o partido populista (o MNR) se via condenado à dispersão que era natural depois da dissipação que tinha feito do seu poder; se o campesinado se mostrava receptivo à mediação reacionária que fazia Barrientos sobre ele; por conseguinte, parecia lógico tentar romper pela força uma clausura que se havia estabelecido pela força. Podia-se pensar que havia chegado o momento de sintetizar a corrente revolucionária continental, gerada

pela Revolução Cubana, e a tradição revolucionária local, fatores que, pelo menos à primeira vista, deviam ser coincidentes. Apesar do tempo transcorrido desde então, não se conhece qual era a visão das coisas que o movimento guerrilheiro tinha nem qual a estratégia que se fixava. Em princípio, como se tem dito, tratava-se de um projeto continental, mas isso mesmo não pode haver sido pensado em termos tão simples que implicariam a omissão do processo de intensa diferenciação que tinham vivido os países, seu ritmo desigual. É muito mais factível supor que se partia da idéia de que o processo revolucionário estava subjetivamente intacto nas massas, embora traído no grosso de seu fruto político no poder. Isso significava que se o MNR, movimento inorgânico e difuso, tinha podido enfrentar com êxito o exército — na guerra civil de 1949, na insurreição de 1952 —, não havia razão alguma para que não o pudesse fazer também, com muito mais possibilidades, uma guerrilha, superior ao MNR no militar e no ideológico.

Lenin gostava de recordar um aforismo de Napoleão, que diz: *On s'engage et puis on voit**, sem dúvida para lembrar que a tática é uma arte, enquanto é uma síntese que não admite comprovação *ex ante*. Mas Lenin o fazia depois de ter escrito *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, com um partido que era a efetiva vanguarda da classe operária e que tinha um programa não só para sua própria classe mas para todas as demais.

A definição do objetivo militar da guerrilha é sempre nebulosa. Se nos ativermos, por exemplo, ao testemunho de Debray, que, além de tudo, esteve lá, não avançaremos muito. “O Che — escreve — não pensava na Bolívia senão como uma plataforma de partida para o Peru”; “a estratégia do Che não tinha a Bolívia como alvo. Sequer como objetivo primeiro”; “não tinha como objetivo imediato a tomada do poder, mas a construção prévia de um poder popular materializado por seu instrumento de ação, uma força militar autônoma e móvel”; “o foco boliviano funcionaria então como um centro de adesamento militar e de coordenação política das diversas organizações revolucionárias nacionais da América Latina”; “transformar ulteriormente a Bolívia numa vasta base de retaguarda”; “a proximidade (ou a aparência geográfica da proximidade) da fronteira argentina era, decerto, um atrativo poderoso para o Che, vantagem que as outras zonas consideradas não ofereciam”; por outro lado, “a Bolívia é um país onde se dão favoráveis condições objetivas e subjetivas, o único país da América do Sul onde a revolução socialista está na ordem do dia”²³.

* Primeiro entra-se na luta para depois ver o que se deve fazer (N. do T).

23. DEBRAY, *La guerrilla del Che*, México, XXI, pp. 38, 69-70, 75, 82, 84 e 89. Um livro sem dúvida mais útil para conhecermos as caraminholas da cabeça de Debray que para sabermos da guerrilha do Che.

A soma dessas assertivas é incoerente. Se a estratégia não contempla a Bolívia sequer como “objetivo primeiro”, não se sabe o que se foi fazer ali; é óbvio que se trata do país pior colocado para servir de retaguarda a alguém e, se se pensasse como Debray o diz, ter-se-ia tratado do campo de adestramento mais perigoso do mundo. Por outro lado, nem o Peru nem a Argentina estavam tão próximos a ponto de se chegar a eles sem vencer uma geografia brutal e o exército inteiro. Finalmente, não se pode entender por que não havia interesse em tomar o poder, já que todas as condições objetivas e subjetivas estavam dadas para a revolução socialista. Isso é absurdo. A análise do país como tal, do Estado construído em 1952, das classes sociais em seu momento específico e do próprio aparato repressivo era sem dúvida falsa desde o princípio, quer nos atenhamos ao que diz Debray, quer à própria prática política da guerrilha. A Bolívia, desde cedo, não tinha condições objetivas nem subjetivas para encarar nesse momento a revolução socialista; tudo ao contrário: vivia as conseqüências de sua revolução burguesa. No que é aparente, a guerrilha esperava um apoio espontâneo das massas, seja pelas tradições espontaneístas das massas bolivianas, seja porque, num ato de supressão que é quase psicológico, pensava que a defecção do MNR implicava ao mesmo tempo que a revolução democrático-burguesa jamais tinha existido. Supor, por outro lado, que o Estado boliviano era no objetivo o que Barrientos era no subjetivo era uma loucura. Nos fatos, a classe operária (embora tenha chegado a dar seu apoio relativo à guerrilha, como ato de luta contra a ditadura) lutava para sair do sindicalismo rumo ao partido operário e do espontaneísmo rumo à luta organizada de massas; o campesinado não só era uma classe tranqüila, isto é, aquela na qual se reuniam suas aspirações e suas conquistas, mas também era, a seu modo, uma classe organizada, embora sua organização a colocasse em conexão direta com o Estado, e seus dirigentes agissem como funcionários ou mediadores, fato possível somente por seu conformismo essencial; o rechaço do *status* político gerado em 1952 por parte da pequena burguesia, por último, não só não era um antecedente da guerrilha como também ia ser apenas sua conseqüência posterior e somente em alguns setores. O exército, por outro lado, não era o exército da oligarquia; era um exército modernizado em sua qualidade e até em sua eficiência, enquanto que o anterior, o que havia sido vencido pelo MNR, só foi eliminado depois da destruição ideológica do Estado ao qual correspondia. Isto é o que explica por que as deserções são tão ocasionais, por que funciona em geral com tanto êxito a linha de sua autoridade, tanto agora quanto na batalha de 21 de agosto de 1971.

Contudo, a história posterior tem demonstrado que os fatores poderiam não ser tão negativos caso a guerrilha tivesse conseguido sobreviver. Se se relaciona a história de Nancahuasu, por exemplo, com a crise de 1971, nota-se o papel da guerrilha quanto à elaboração subjetiva dessa crise e também em seu rebote objetivo, isto é, obtendo aspectos que não havia pretendido. Se se con-

vém, ademais (embora isto seja objeto de outra discussão), que o próprio Estado de 1952 tende a uma crise estrutural, é indubitável que o papel da guerrilha pode ter sido muito maior. Os setores progressistas do exército, por exemplo, que depois saíram à luz com os governos de Ovando e Torres estavam lá, ao menos potencialmente; a pequena burguesia demonstrou posteriormente sua tendência à radicalização, ainda que uma radicalização deformada pela própria guerrilha, absolutizada por esta como método; a classe operária teve um despertar poderoso que se traduziu na Assembléia Popular, em 1971. Mas a guerrilha, sem uma base social previamente constituída, com a omissão de todos os princípios marxistas sobre a classe e o partido, sem canais de comunicação com a população real, isto é, canais que fossem eficientes para a política, teve de lançar-se de maneira precoce a uma ofensiva que se converteu de imediato numa desesperada defensiva sem margem de recuo. Os mesmos que quiseram construir uma retaguarda continental não dispunham aqui da retaguarda mais elementar. Autênticos heróis da luta social, seu sacrifício, sem dúvida cheio de grandeza, abriu as portas ao sujeito verdadeiro da revolução, que é a classe operária; neste sentido, pode-se dizer que a experiência pertence a esse tipo de fracassos táticos que, não obstante, são decisivos para habilitar a construção de uma estratégia correta da classe.

XXXII. O SISTEMA DE MAIO

Barrientos aparecia então como um vencedor indiscutível. O imperialismo norte-americano, no prosseguimento de seu plano, tentou construir uma lenda em torno de sua figura. A revista *Time* chamou-o “Steve Canyon dos Andes”, e Barrientos, já a bordo de uma euforia total, batizou o helicóptero que recebeu de presente da Gulf com o nome do cavalo de Melgarejo, o tirano que assassinou Belzu²⁴; não contente com presentear uma de suas esposas legais em La Paz e outra em Cochabamba, acabou por casar-se com uma terceira. São as próprias investigações do Senado norte-americano que demonstraram o papel de Barrientos nesta época, quanto às doações das empresas norte-americanas.

A destruição do projeto de Barrientos começou, porém, com a discussão acerca das matérias-primas, numa tática que foi proposta à esquerda por Sergio Almaraz, que tinha sido fundador do PCB e depois militante da esquerda do MNR. O debate se localizou em torno da questão do gás. Barrientos, após os subornos da Gulf, tinha reinterpretado o Código do Petróleo aprovado pelo MNR no sentido de que também compreendia o gás, além dos hidrocarbonetos líquidos. A partir do gás, porém, debateu-se tudo aquilo que Almaraz chamou o “sistema de maio”, ou seja, o conjunto de entregas dos recursos naturais do país e escreveu seu magnífico livro, só impresso depois de sua morte,

24. Mariano Melgarejo (1820-1871), o maior caudilho popular do século XIX boliviano.

Réquiem para uma República. Isto penetrou profundamente no exército, que tinha ficado desconcertado com seu próprio triunfo sobre as guerrilhas e que não podia viver senão com sofrimento a hostilidade coletiva conseqüente às matanças de mineiros e guerrilheiros. A figura central desta recomposição de forças foi o general Alfredo Ovando.

O próprio Ovando estava ameaçado pela expansão da figura de Barrientos, tão premeditada pelo imperialismo. Era sem dúvida um chefe muito mais natural dos oficiais e tinha conseguido combinar um certo institucionalismo pré-revolucionário com sua primazia dentro do novo exército. Barrientos organizou grupos paramilitares (que se reproduziriam depois no continente) e preparou uma noite de São Bartolomeu antiesquerdista. Com o pretexto de um atentado contra ele, planejava-se o assassinato de uns 300 dirigentes populares, que devia acontecer em 1º de maio de 1969. Isso era, sem dúvida, congruente com o plano da construção da ditadura de Barrientos. Contudo, existisse ou não o projeto (há provas de que existiu), o regime terminou de modo abrupto — com a queda de seu helicóptero — com a morte de Barrientos, dias antes daquela data. A discussão acerca de se se tratou ou não de um complô ou de acidente é interminável. É estranho que não se fizesse autópsia do cadáver nem que os juízes levantassem no sítio as circunstâncias do suposto acidente. Mas é evidente que isso coincidiu com a concentração do poder em mãos de Barrientos em seu grau mais alto e que aquela lista macabra começava com os oficiais que considerava seus rivais reais ou potenciais, Ovando entre outros.

XXXIII. OVANDO, O BONAPARTISTA

Era Ovando um militar inteligente, fraco e astuto. Sua história mesma é contraditória: participou no que era uma verdadeira conspiração para a reorganização do exército, mas, ao mesmo tempo, foi a cabeça do setor militar interior no poder do MNR; foi parte da repressão antioperária e antiguerrilheira do tempo de Barrientos, inclusive daquele ato atroz que foi o massacre de San Juan e, sem dúvida, aceitou ou foi parte da corrupção como sistema de Estado. Mas junto com tudo isso, preparou uma conspiração nacionalista. O golpe de Estado que levou a cabo com a cumplicidade de um setor de intelectuais da pequena burguesia nacionalista foi um exemplo da certeza com que Ovando se movia dentro da nova situação. O segredo e a maneira expeditiva com que levou a cabo a nacionalização da Gulf se parece com a maneira como Nasser conduziu a nacionalização do Canal de Suez e mostra o temperamento e raciocínio de um bom militar. Ovando burlou os norte-americanos nas mesmas horas em que eles haviam penetrado até o último interstício do país. Contudo, Ovando pensava que a nacionalização da Gulf, que sem dúvida contou com o respaldo unânime do país, já lhe dava a base política para a constituição de um regime de feição bonapartista que, sob seu comando, contivesse uma alian-

ça entre os oficiais e intelectuais racionalistas sem admitir a autonomia das massas. Era uma verdadeira reivindicação da fase culminante do poder do MNR e é o que explica que se aprisionasse Lechín quase ao mesmo tempo em que se nacionalizava a Gulf. A classe operária, porém, não pediu licença a Ovando para impor sua legalidade e, pelo contrário, obrigou-o a optar entre reprimi-la e aceitá-la. Ovando, que jamais desmontou o aparelho barrientista nem a presença norte-americana no controle da inteligência do país, deixou estarem as massas; mas os setores reacionários dentro do próprio exército foram encurralando-o, em grande parte porque o passado de Ovando tinha coisas demais a ver com eles e eles sabiam coisas demais sobre Ovando, suficientes para que ele os temesse. É por isso que seu governo assume um caráter tão contraditório, a um só tempo de atos antiimperialistas com a nacionalização do petróleo, de abertura política e encobrimento de uma longa série de assassinatos vinculados à história da corrupção em tempo de Barrientos, assim como de uma manobra premeditada dos guerrilheiros que haviam iniciado ações na região de Teoponte.

Estas pressões se concretizaram na conspiração que tentou pôr no poder o general Miranda, no comando de um triunvirato de posições ultra-reacionárias. Mas o próprio esforço demonstrou aonde haviam chegado as coisas no tocante à acumulação de consciência no seio da classe operária. Ovando se asilou na embaixada argentina, no que configurava quase como um ato de cumplicidade com o golpe. Os operários, porém, convocaram a greve geral e Juan José Torres, o principal dos oficiais progressistas, se apresentou na base aérea da El Alto, a partir da qual anunciou sua decisão de resistir a Miranda. A combinação entre ambos os fatores mostrou-se decisiva e Torres tornou-se presidente da Bolívia. Chamou os operários a participarem do gabinete da mesma forma como haviam feito no tempo do MNR, ou seja, com parte dos ministros. A classe operária, porém, ao mesmo tempo que tornou possível o triunfo da fração progressista do exército, preferiu organizar-se com autonomia no chamado Comando Político da Classe Operária, que pouco depois se converteu na Assembléia Popular, sob sua hegemonia. Qualquer que fosse o grau de coincidências ocasionais com os setores democráticos do Estado burguês, a classe operária era agora consciente de que seu dever era organizar sua própria autonomia de classe e de que a única democracia verdadeira na nova situação devia consistir em dar-lhe o direito de organizar seus próprios órgãos de poder. A capacidade de possibilitar o triunfo de um contragolpe sem participar no golpismo, isto é, de assumir o modo local de mudança política e, ao mesmo tempo, de desenvolver suas próprias formas de luta, mas agora muito mais além de todo modelo espontaneísta, demonstrava uma fase superior na formação do proletariado. É nessas condições que se chegou à crise estatal de 1971.

BIBLIOGRAFIA

- ALMARAZ PAZ, Sergio, *El poder y la caída; el estaño en la historia de Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del libro, 1967.
- , *Petróleo en Bolivia*, La Paz, Ed. Juventud, 1958.
- , *Réquiem para una República*, La Paz, Ed. UMSA, 1969.
- ANTEZANA, Luis, *Historia de los sindicatos campesinos en Bolivia, 1936-1960*, La Paz, mimeog., 1973.
- ÁVILA, Federico, *El problema de la unidad nacional, del caudillismo bárbaro a la restauración nacionalista*, La Paz, Ed. Universo, 1939.
- , *El drama de la sangre*, La Paz, Impresora Artística, 1944.
- AYALA, Alfredo, *Historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1969.
- AYALA MERCADO, Ernesto, *Defensa de la revolución de abril*, La Paz, Ediciones Nueva Era, 1961.
- , *Qué es la revolución boliviana?*, La Paz, Ed. Burillo, 1956.
- BARCELLI, Agustín, *Medio siglo de luchas sindicales en Bolivia, 1905-1955*, La Paz, Ed. del Estado, 1957.
- BEDREGAL, Guillermo, *La revolución boliviana. Sus realidades y perspectivas dentro del ciclo de liberación de los pueblos latinoamericanos*, La Paz, Dirección General de Informaciones de la Presidencia de la República, 1962.
- , *Los militares en Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del libro, 1964.
- , *Monopolios contra países pobres. La crisis mundial del estaño*, México, Siglo XXI, 1967.
- BURKE, Melvis, *Estudios críticos sobre la economía boliviana*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1973.
- CAMACHO, José María, *Compendio de la historia de Bolivia*, La Paz, Lakermance Hermanos, Editorial, 1917.
- CANELAS, Amado, *Historia de una frustración: la nacionalización de las minas en Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1963.
- , *Radiografía de la alianza para el atraso*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1963.
- CÉSPEDES, Augusto, *El dictador suicida. Cuarenta años de historia de Bolivia*, La Paz, Editorial Juventud, 1968.
- , *El presidente colgado Historia boliviana*, Buenos Aires, Ed. Jorge Álvarez, 1966.
- CORNEJO, Alfredo, et al., *Programas políticos*, Cochabamba, s/e, 1955.
- DANDLER, Jorge, *El sindicalismo campesino en Bolivia: cambios estructurales en Uncureña, 1935-1952*, México, Instituto Indigenista Interamericano, 1969.
- EGUINO ZABALLA, Félix, *Sinopsis de la historia de Bolivia*, La Paz, edición privada do autor, s/d.
- FELLMAN VELARDE, José, *Historia de Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del Libro, 1970, 3 vols.
- FINOT, Enrique, *Nueva historia de Bolivia, ensayos de interpretación*, La Paz, Ed. Gisbert, 1954.
- GARCÍA, Antonio, “La reforma agraria y el desarrollo social de Bolivia”, in *Trimestre Económico*, México, vol. XXXI, n.º 123, 1964.
- , *El sindicalismo en la experiencia boliviana de nacionalización y desarrollo*, Santiago do Chile, Ed. Jura, 1969.
- GALEANO, Eduardo, *Siete ensayos sobre Bolivia*, Caracas, Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1971.
- GISBERT, T. y MEZA, J. de, *Manual de historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1958.
- GUZMÁN GALARZA, Mario V., “La lucha por la liberación nacional en Bolivia. Ensayo de interpretación”, *Cuadernos Americanos*, México, n.º 6, 1968.
- JACKSON EDER, George, *Inflation and development in Latin America: A case history of inflation and stabilization in Bolivia*, Michigan, Michigan University Press, 1968.

Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971)

- KLEIN, Herbert S., *Parties and political change in Bolivia*, Estados Unidos, Cambridge University Press, 1969.
- LORA, Guillermo, *Documentos políticos de Bolivia*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1970.
- , *Historia del movimiento obrero boliviano*, La Paz, Ed. Los Amigos del Libro, 1967, 3 vols.
- , *La revolución boliviana*, La Paz, Ed. Difusión, 1963.
- , *De la Asamblea Popular al golpe del 21 de agosto*, Santiago do Chile, Ed. OMR, 1972.
- MALLOY, James, *The incompleted revolution*, Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 1970.
- MARÍN, Carlos, *Bolivia: una revolución traicionada*, La Paz, mimeog., 1972.
- MENDOZA, Jaime, *El ideal pacifista. Líneas adicionales al libro "La Tragedia del Chaco"*, Sucre, Imprenta La Glorieta, 1933.
- Ministério do Planejamento, "Estrategia socioeconómica del desarrollo nacional", in James Petras (org.), *América Latina: economía y política*, Buenos Aires, Ed. Periferia, 1972.
- MONTENEGRO, Carlos, *Nacionalismo y coloniaje. Su expresión histórica en la prensa boliviana*, La Paz, Ediciones Autonomía, 1945.
- , *Proceso y sentencia contra la oligarquía*, Buenos Aires, mimeog., 1948.
- MORALES, José Agustín, *Los primeros cien años de la República boliviana*, La Paz, Ed. Neglia & Edelman, 1925.
- NAVARRO, Gustavo Adolfo, *La tragedia del Altiplano*, Buenos Aires, Ed. Claridad, 1925.
- PANDO MONJE, Mario, *Los movimientistas en el poder: la revolución boliviana, sus grandezas y frustraciones*, La Paz, Ed. Siglo, 1969.
- PAZ ESTENSSORO, Víctor, *Bolivia. El pensamiento económico latinoamericano*, México, FCE, 1945.
- PEÑALOZA, Luis, *Historia del movimiento nacionalista revolucionario*, La Paz, Ed. Juventud, 1952.
- , *Historia económica de Bolivia*, La Paz, Ed. Fénix, 1954, 2 vols.
- QUEREJAZU, Roberto, *Masamaclay: historia política, diplomática y militar de la guerra del Chaco*, La Paz, Editorial Burillo, 1955.
- ROLÓN ANAYA, Mario, *Política y partidos en Bolivia*, La Paz, Editorial Juventud, 1966.
- RUIZ GONZÁLEZ, Raúl, *Bolivia; el Prometeo de los Andes*, Buenos Aires, Ed. Platina, 1961.
- URQUIDI, Arturo, *El feudalismo en América y la reforma agraria en Bolivia*, Cochabamba, Ed. Los Amigos del Libro, 1966.
- VÁZQUEZ MACHICADO, Humberto, *La leyenda negra boliviana, la calumnia de la borradura del mapa*, La Paz, Ed. UMSA, 1955.
- , *Manual de historia de Bolivia*, La Paz, Ed. Gisbert, 1958.
- VIDAURRE, Enrique, *Potosí, cuartel general de los guerrilleros de la Independencia*, La Paz, Ed. UMSA, 1953.
- WHITELEAD, Lawrence, *The United States and Bolivia: a case of neocolonialism*, Londres, 1969.
- ZAVALETA MERCADO, René, *Bolivia el desarrollo de la conciencia nacional*, Montevideu, Ed. Estrategia, 1970.
- , "Por qué cayó Bolivia en manos del fascismo", *Revista Punto Final*, Santiago, 1970.
- , *La revolución boliviana y la cuestión del poder*, La Paz, Dirección General de Informaciones, 1961.
- , *El poder dual*, México, Siglo XXI, 1974.

COLÔMBIA: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Antonio García

I. ABERTURA CAPITALISTA E CRISE DA REPÚBLICA SENHORIAL

A história contemporânea da Colômbia se inicia com as profundas mudanças ocorridas na conjuntura do primeiro período pós-guerra no sistema capitalista de mercado mundial — que se desloca da Inglaterra para os Estados Unidos em seu centro dinâmico —, assim como nas transformações internas originadas na fulminante crise da república senhorial e na configuração de um novo modelo de capitalismo subdesenvolvido e dependente. Nunca antes, na história da sociedade colombiana, se haviam produzido, em tão curto tempo, tão complexas, profundas e aceleradas mudanças. Sequer as guerras de Independência conseguiram provocar uma semelhante reacomodação espacial e econômica da sociedade colombiana, razão pela qual as aristocracias latifundistas e mineiras conservaram o controle da riqueza, da cultura e do poder do Estado, conseguindo desviar os objetivos revolucionários e preservar as estruturas agrárias, sociais e econômicas da época hispano-colonial. Por outro lado, a devastadora exploração inglesa das minas de ouro e prata, as depredatórias formas coloniais da economia extrativista — gomas, alcalóides, madeiras tintórias etc. —, o reduzido âmbito de operação da economia tabaqueira, os modos de controle dos mecanismos de manipulação financeira e comercial, não tinham a capacidade de propagar um modelo geral de organização capitalista na sociedade colombiana do século XIX, nem de propiciar uma decomposição das estruturas hispano-coloniais em que se apoiavam a hegemonia das aristocracias latifundistas e os novos andaimes do imperialismo inglês. As formas capitalistas instauradas na mineração de metais preciosos, nos ramos ferroviários articulados ao sistema transportador rio Magdalena-Atlântico ou na concentrada agricultura do tabaco funcionaram como enclaves, sem irradiação no contorno econômico-social e nunca chegaram, por conseguinte, a desencadear forças que houvessem questionado a estrutura latifundista, as relações sociais fundamentais no colonato e nas parcerias servis, o arcaico e hermético sistema de mercados locais. A agricultura tabaqueira não alcançou operar como uma força motora da reacomodação espacial e histórica da sociedade colombiana, porquanto o cultivo se circunscreveu a três áreas agrícolas já exploradas e valorizadas comercialmente e porquanto se conservaram os padrões tradicionais de distribuição da riqueza agrícola em favor dos proprietários latifundistas das terras aluviais e dos comerciantes ingleses: esta foi a forma histórica de produ-

ção e exportação do tabaco desde 1858 até a formação da agricultura nacional do café. O acontecimento fundamental nas últimas décadas do século XIX foi a colonização antioqueña do vale do Cauca por meio da plantação cafeeira, a pequena quinta familiar e a ocupação progressiva das vertentes andinas por uma enérgica mobilização de camponeses sem terra. Diferentemente do ocorrido com a agricultura tabaqueira, a plantação de café se desenvolveu nas terras baldias e boscosas das vertentes, isto é, no vasto cinturão subtropical que conservou no século XIX a incomunicação quase absoluta entre as regiões de altura — vales, altiplanos, páramos — e os vales baixos, as despovoadas lhanuras do oriente, a inexplorada selva amazônica e os abandonados litorais do Atlântico e do Pacífico. Uma característica generalizada da república senhorial — na Colômbia, na Bolívia ou em outros países andinos — foi sua constituição como um arquipélago de regiões incomunicadas e desconexas, o desconhecimento da vida marítima, a concentração da vida social e política em certas ilhotas de terra interior e a configuração de um sistema de transporte ligado exclusivamente ao mercado da nação hegemônica. As terras de vertente — tendo sido adjudicadas as regiões baldias nos vales, litorais e altiplanos dentro dos mesmos padrões característicos do latifundismo senhorial — não eram aptas para se reproduzir nelas o sistema tradicional de herdades extensivas e com desproporcionado açambarcamento de recursos físicos, já que o novo regime de tenência e exploração teve de fundamentar-se no trabalho direto da família camponesa, tanto no processo de desmatamento quanto no de criação de novas unidades produtivas. Do ponto de vista dos processos de colonização ocorridos nas regiões nórdicas da bacia do rio Cauca — quase simultaneamente com as guerras civis que assolaram o extenso e rico cenário dos Andes orientais —, quatro foram os elementos mais significativos que tornaram possível a associação da economia cafeeira com as novas formas sociais de assentamento: o café suave exige técnicas de cultivo e benefício altamente seletivas e abundante mão-de-obra familiar; a plantação pode associar-se, ainda na etapa de sua formação, com um variado complexo de culturas de subsistência (feijão, milho, banana) e com uma pecuária caseira de bovinos e suínos; a plantação cafeeira, diferentemente dos cultivos tradicionais, possui uma levada densidade de valor por hectare; e — antes de efetuar-se o encampamento da comercialização por meio de companhia estrangeira — os modos de distribuição da renda agrícola existentes produziram uma verdadeira explosão dos consumos, uma densificação das correntes migratórias e uma proliferação do sistema de povoados. Sem este processo de formação de uma nova estrutura agrária — integrada à dinâmica do mercado externo e fundamentada no emprego gratuito da abundante mão-de-obra familiar — seriam incompreensíveis os fatos mais significativos nas primeiras fases da modernização capitalista da sociedade colombiana: a emergência de certas classes médias rurais, a formação original de uma primeira rede de centros urbanos, a dinamização da organização municipal — em con-

carom g.
ca feua

traste com a indigência do município nas regiões latifundistas — e a nucleação dos grandes centros metropolitanos do ocidente colombiano: primeiro Medellín, vinculado ao auge da indústria têxtil e à comercialização e processamento do café originado no integrado cenário da colonização antioqueña; e mais tarde Cali, uma vez que a abertura do Canal do Panamá tornou viável a conclusão da ferrovia do Pacífico, a expansão da fronteira agrícola nas zonas de vertente da cordilheira central — seguindo as mesmas linhas da colonização antioqueña — e a definição de uma nova via exportadora. Ficaram assim articulados neste curto ciclo histórico os sistemas transportadores do Atlântico e do Pacífico, os quais em decênios posteriores determinariam a orientação da infraestrutura física de integração da sociedade colombiana. Nestas condições históricas, o que requeria a economia cafeeira para transformar-se em força motora de uma nova estrutura agrária e de um sistema nacional de mercado era uma conjuntura excepcional de expansão dinâmica das exportações e de modificação qualitativa das correntes importadoras, tal como ocorreu no decênio de 1920. O novo processo se iniciou no pós-guerra mundial, a partir da notável abertura do mercado norte-americano e do firme incremento dos preços do café. O auge cafeeiro de 1923 a 1928 determinou a imediata expansão da fronteira agrícola, duplicando-se praticamente a área semeada de 183 mil 445 hectares para cerca de 360 mil hectares. A posição colombiana na produção mundial serviu para se estabelecer uma nova hierarquia econômica — ascendendo de 5.7 por cento em 1909 para perto de 9 por cento em 1925-1926 — e também para definir o esquema de divisão internacional de trabalho no qual os países produtores se limitavam a exportar — por meio de corporações transnacionais especializadas na comercialização de produtos do trópico — matéria-prima destinada à indústria norte-americana de processamento e comercialização do grão tostado, moído ou solúvel. O valor anual do comércio passou de 61 milhões de dólares em 1913 para mais de 200 milhões de dólares em 1929, incluindo as exportações desnacionalizadas correspondentes ao enclave colonial (petróleo, bananas e platina). A nova estrutura exportadora repousou sobre dois pilares principais; a crescente participação norte-americana no comércio exterior da Colômbia, que subiu de 37 por cento em 1913 para 67 por cento no final da década; e o sistema de enclave colonial organizado sobre economias de singular dinamismo como as do petróleo e da banana. Esta estrutura de dependência explica por que o país não estava em condições de financiar a infraestrutura física com recursos originados das vendas externas e por que o Estado teve de recorrer à inversão privada direta e ao endividamento público externo. A inversão direta norte-americana — registrada — passou de 4 milhões de dólares em 1913 para 30 milhões em 1920 e cerca de 280 milhões em 1929: a produção e exportação de petróleo se incrementou vertiginosamente, de cerca de 200 mil barris em 1922 para 6,5 milhões em 1926 e para mais de 20 milhões entre 1928 e 1929, chegando a representar cerca de 2 por cento da produção

mundial. O refino de gasolina pelas filiais da Standard Oil e da Shell subiu de 25 mil barris em 1922 para 334 mil 500 em 1929 e um milhão de barris de óleo diesel, articulando-se ao desenvolvimento do mercado de veículos automotores e constituindo-se no método de financiamento das operações internas. Definiram-se assim as características da exportação desnacionalizada e do enclave colonial, enquanto o valor das vendas externas do petróleo cru não regressou ao circuito da economia nacional, financiando-se o pagamento de salários, impostos e regalias (custos locais) por meio do refino e venda no mercado interno de gasolina e lubrificantes aos preços de Nova Iorque. Outro tanto ocorreu com a economia bananeira, organizada como uma moderna agricultura numa das áreas mais protegidas do mar do Caribe e dentro das regras coloniais do sistema de *plantation*: no período 1925-29 a exportação bananeira representou 6 por cento das exportações totais.

Entre 1920 e 1930 o país exportou no total 1.100 bilhão de dólares, enquanto no decênio 1909-19 apenas havia chegado ao nível dos 360 milhões de dólares: a capacidade importadora gerada nesta corrente de exportações físicas foi na década de mais de 1.000 milhões de dólares, correspondendo cerca de três quartas partes às compras nos Estados Unidos e 28 por cento à importação de máquinas e equipamentos na década de 20. A incidência desta dinâmica comercial gerou uma das mudanças mais revolucionárias na configuração de um sistema nacional de mercado, no transbordamento das economias locais e na superação das formas comerciais características da república senhorial: a integração física do país por meio de ferrovias e rodovias, primeiro seguindo as linhas impostas pela *integração para fora* — em direção ao mercado do centro hegemônico — e logo, a partir dos anos trinta, em pleno auge da industrialização substitutiva e da república liberal e burguesa, no desenvolvimento de uma deliberada política de *integração para dentro*.

Ficava assim demonstrada a ambivalência deste tipo de processo, enquanto modificaram sua natureza e mudaram de significação histórica. De acordo com esta experiência, o mercado interno, como condição e força motora do crescimento capitalista, não se formou por geração espontânea e como efeito mecânico de uma súbita abertura do setor agrário exportador — foi, isto sim, o produto de um longo processo de articulação, de superação e deslocamento de formas, limites e métodos de operação do sistema de mercados locais: tipos e qualidades, sistemas de pesos e medidas, formas de acumulação e de formação dos preços, condições espaciais de confrontação da oferta e da procura. Por outro lado, não eram suficientes as obras de integração física: foram necessárias as mais intensas pressões da burguesia comercial e manufatureira, assim como das correntes políticas adversas à fazenda pública consuntiva e arbitrista — ao longo do comocionado ciclo da república liberal — para que fosse demolido um dos obstáculos políticos institucionais que bloqueavam o processo de integração econômica: o sistema de *alfândegas internas* que resguarda-

vam os monopólios fiscais operados pelas fazendas públicas dos departamentos^(*). As fases de transformação histórica do mercado interno expressaram, dialeticamente, os graus e formas de desenvolvimento do capitalismo na sociedade colombiana, nos diversos ciclos que compreendem sua história contemporânea.

Em 1924, as estradas de ferro mobilizavam 1,7 milhão de toneladas de carga, correspondendo às regiões cafeeiras mais de 800 mil toneladas: neste mesmo ano, as seis linhas férreas vinculadas à economia do café transportavam 93 milhões de toneladas-quilômetros e se registrava o mais rápido crescimento da rede ferroviária. No entanto, a nova dinâmica do sistema viário e transportador esteve mais estreitamente vinculada com a construção de rodovias, entre outras coisas porque estas constituíam o suporte material de um novo tipo de mercado: o do veículo automotor, associado tanto ao aparato industrial com maior dinamismo e mais avançada tecnologia da nação metropolitana, quanto às corporações multinacionais produtoras e distribuidoras de gasolina e lubrificantes. A abertura deste mercado esteve vinculada, por conseguinte, com a política dos prestamistas norte-americanos orientada para o financiamento da construção de estradas, iniciando-se historicamente uma nova fase da atividade econômica do Estado: a de construção de uma infra-estrutura física e a de prestação direta de serviços. Esta foi a razão por que o grosso dos 200 milhões de dólares chegados ao país entre 1923 e 1928 — além da ignominiosa *indenização* de 25 milhões de dólares que os Estados Unidos pagaram por sua participação político-militar na separação do Panamá — se houvesse canalizado para estradas, ferrovias e obras portuárias. Em 1930, a inversão pública em rodovias ascendia a 23 milhões de dólares registrando-se uma rede de rodovias em serviço de 5 mil 743 quilômetros e concentrando-se a terça parte delas nas três regiões com maior acumulação de recursos (Cundinamarca, Antioquia e vale do Cauca). Nos anos seguintes, a rede rodoviária aumentou em 53 por cento, desempenhando um papel substancial na expansão e densificação do sistema nacional de mercado, assim como na aceleração dos processos, simultâneos, de urbanização e de metropolização. Reproduzia-se assim, no âmbito da economia colombiana, a lei do desenvolvimento desigual, característica do capitalismo em todos os níveis. O primeiro efeito direto da formação desta nova infra-estrutura física foi o espetacular incremento na demanda de automotores e acessórios, de procedência norte-americana, registrando-se um coeficiente de 1.593 por cento entre 1922 e 1928; e o segundo, a progressiva demanda de gasolina e lubrificantes produzidos e distribuídos internamente pelas multinacionais. O regime colonial de adjudicação de áreas petrolíferas garantia às companhias estrangeiras a propriedade privada sobre o subsolo de certos territórios, a consti-

* *departamento*: divisão administrativo-política do território colombiano (N. do T.).

tuição incontrolada de reservas, os baixíssimos níveis de taxas e impostos, a liberdade cambiária absoluta — incluindo a liberdade para exportar petróleo cru e para operar no mercado interno em condições monopólicas —, assim como a não intervenção do Estado nas relações operário-patrão nas áreas do enclave. O fato de que uma das forças hegemônicas da república senhorial tivesse sido a aristocracia latifundista, de que se houvesse conservado a política de adjudicação ilimitada e irrestrita de terras baldias e de que se houvesse propagado a imagem de um imperialismo altruísta, missionário e interessado na introdução das formas mais modernas da cultura capitalista definiu o caráter da política de concessões e precipitou a formação de um sistema colonial de latifúndios petrolíferos que na primeira época da república liberal tinha já uma extensão superior aos dois milhões de hectares.

Apesar da dinâmica da agricultura vinculada à corrente inovadora do mercado externo — ou mais exatamente, do mercado da nação hegemônica —, conservou-se quase intacta a estrutura do latifundismo senhorial no antigo Cauca, em Huila, em Tolima, em Nariño, nos Andes ocidentais, em Boyacá e em Cundinamarca nos Andes orientais, assim como no imenso deserto verde das planícies da Orinoquia e do Meta, prevalecendo as relações servis de colonato, peonagem e arrendamento. A colonização das encostas andinas completou o processo de ocupação das *terras interiores de reservas*, adjudicadas por mérito de guerra ou por compra de títulos de dívida pública. Em princípios do século, a adjudicação de terras esteve perto dos dez milhões de hectares, operando mais no sentido de sustentação e reprodução da estrutura latifundista que no de expansão da fronteira agrícola ou no de propagação de novas formas de povoamento. Ao iniciar-se a franca decomposição da economia senhorial, esta podia caracterizar-se pelo seguinte repertório de elementos: propriedade da terra altamente polarizada, prevalecendo o esquema global de consiganação dos recursos físicos existentes na colônia espanhola e fundamentado na destinação das melhores terras ao pasto natural e à pecuária extensiva — tal como foi característico dos ciclos clássicos de estancieros e *encomenderos* — e as piores terras, localizadas nas encostas erodíveis da cordilheira andina, à agricultura de enxada, altamente intensiva nas superpovoadas áreas de minifúndios e comunidade indígena; relações sociais fundamentadas no colonato, no arraigo à terra, na ética das lealdades à família senhorial, nas obrigações pessoais ou servis da população camponesa imersa na constelação latifundiária; comercialização da produção originada nas fazendas, comunidades indígenas e minifúndios nos mercados locais (em 1925, de cerca de um milhão e meio de hectares incorporados ao sistema de herdades, cerca de um milhão se destinava ao consumo rural, 152 mil ao consumo urbano e os restantes à exportação); estrutura de poder concentrada num patriciado latifundista — fazendeiros do Cauca Grande, do Tolima Grande, de Bolívar e Magdalena, de Boyacá e Cundinamarca —, cuja hegemonia foi absoluta durante quase todo o século XIX e as

PATRICIADO
LATIFUNDISTA

primeiras décadas do século XX. Os fenômenos do *gamonalismo**, das clientelas e lealdades políticas, da transmissão dinástica do poder entre as grandes famílias, tomaram parte na organização e no sistema de valores da república senhorial, cuja crise se precipitou na medida em que se formou o sistema capitalista de mercado em que emergiram as novas forças sociais: a burguesia industrial e financeira, o proletariado urbano e rural, as classes médias, a nova peonagem. A drenagem e transformação da mão-de-obra camponesa se iniciou por meio de mecanismos de assalariamento nas obras públicas e nas primeiras tentativas de industrialização primária. A indústria têxtil aparecia associada a dois fenômenos: sua concentração na área metropolitana de Medellín e sua constituição como a espinha dorsal não só da indústria antioquenha como da colombiana. Por volta de 1925 funcionava em Medellín a metade dos teares existentes no país e se concentrava em suas fábricas têxteis, em suas debulhadoras e em suas empacotadoras, nas instalações vinculadas com a notável tradição mineira e empresarial de Antioquia uma massa operária de significação social e política. É possível que Medellín haja sido, neste ciclo, o mais enérgico centro urbano de condensação industrial e que o *grupo antioquenho* tenha representado mais de uma quarta parte da população nacional, próxima dos seis milhões de habitantes. Estas constituíram as primeiras forças geradoras do moderno processo de urbanização, no qual a cidade ganhou uma hierarquia própria como centro de polarização de recursos populacionais, econômicos, fiscais, culturais e políticos. Entretanto, o processo histórico de urbanização esteve longe de seguir um movimento coerente e linear, estabelecendo-se uma enorme distância entre a altíssima densidade da rede de cidades nas áreas de colonização antioquenha e cultura cafeeira como Caldas e a extrema debilidade do processo de urbanização em regiões latifundistas e pecuaristas como as savanas de Bolívar ou as planícies orientais. Em grandes traços, neste ciclo se definiram três processos diferenciados de urbanização: o que levou à estruturação das cidades de Medellín, Cali, Bogotá e Barranquilla, como centros não só político-administrativos, mas também manufatureiros, comerciais e configurados financeiramente para operarem como núcleos do novo sistema capitalista de mercado; o que se articulou através de uma rede de cidades portuárias vinculadas ao sistema transportador do rio Magdalena e posteriormente ao sistema ferroviário do Pacífico; e o que se desenvolveu primeiro na forma de casarios residenciais e logo se transformou numa densa constelação de cidades no cinturão andino e cafeeiro. Neste processo se produziram mudanças quantitativas e qualitativas de enorme importância, passando a população nacional de 5,86 milhões para 7,43 milhões, incrementando-se a população urbana de um milhão e duzentos mil para perto de dois milhões — entre 1918 e 1930 — e modificando-se radicalmente os padrões hispano-coloniais de povoamento.

* semelhante ao que no Brasil chamamos *coronelismo*. (N. do T.).

A esta altura histórica da formação do sistema nacional de mercado, colocou-se a necessidade de uma revisão profunda do aparato bancário, adequando-o às novas necessidades da regulação monetária, creditícia e financeira. As características do *novo sistema* — desenhado prolixamente pela Missão Kemmerer em 1924 — respondiam ao propósito de transplantar o esquema norte-americano de banco central e de bancos comerciais orientados pelas leis do padrão ouro, pelas garantias reais e pela liquidez de carteira. Dentro destas pautas ideológicas se organizou o Banco da República como uma sociedade anônima dirigida pelos banqueiros acionistas, com uma participação inteiramente marginal do governo não obstante a constelação de privilégios de emissão, regulação monetária, intervenção nos câmbios internacionais e concessão direta de empréstimos e descontos. A reforma Kemmerer impulsionou a sociedade anônima como forma específica de organização dos grandes bancos comerciais, precipitando a concentração bancária e o vertiginoso desaparecimento do banco local entre 1924 e 1928.

Neste cenário e neste período de transformações nasceu o proletariado na indústria manufatureira concentrada nas cidades metropolitanas, nos enclaves neocoloniais do petróleo e da mineração, nas plantações de banana, nos sistemas transportadores do rio Magdalena e da ferrovia do Pacífico, nos entroncamentos do trânsito e nos portos. O mercado capitalista do trabalho tomava forma histórica, submetido à lei de ferro de três sistemas discriminatórios: o que diferenciava entre assalariamento na nação metropolitana — avaliado quantitativa e qualitativamente e negociado entre organizações de patrões e trabalhadores — e assalariamento no país dependente, avaliado só em termos quantitativos de jornada de trabalho e de relação mecânica entre oferta e procura de mão-de-obra; o que estabelecia a separação entre salários urbanos e salários rurais; e o que institucionalizava a diferença tradicional entre trabalho dos homens e das mulheres, dos adultos e das crianças. Neste novo tipo de mercado capitalista de trabalho, aplicou-se a política mercantilista de baixos salários como condição da acumulação originária, definindo os traços característicos da política trabalhista num Estado absolutista: carência de salários mínimos fixados estatalmente, dissociação entre produtividade e remuneração do trabalho, inexistência de prestações sociais ou de formas mínimas de previdência social, tratamento policial dos conflitos trabalhistas e agressiva ilegalização das lutas sociais e das formas novas do sindicalismo. Frente à burguesia que precocemente foi associando-se em fechadas estruturas de poder e frente a um sistema tradicional de partidos políticos que projetava as lutas, ideologias e condições da sociedade colombiana do século XIX, o movimento operário irrompeu como uma força revolucionária e verticalmente oposta ao absolutismo do Estado senhoriais e à rude hegemonia da nação imperialista. Diferentemente do ocorrido nas nações austrais de imigração européia, o proletariado colombiano nasceu sob o signo de uma prática revolucionária do sindicalismo e de uma concepção

do socialismo que vieram na revolução russa de 1917 o começo da revolução mundial. Dentro deste marco histórico apareceu o marxismo nos anos 20, mais como uma expressão de vontade de luta da classe operária e da pequena burguesia de intelectuais e estudantes do que como uma forma superior da ciência social e do pensamento crítico, dada a tradição absolutista e escolástica da educação colombiana dentro dos padrões culturais da república senhorial. De toda forma, esta foi a vigorosa força de conjugação que desencadeou e polarizou os diversos movimentos opostos ao arcaísmo no Estado senhorial: a insurgência de uma elite socialista de profissionais e estudantes; a posição crítica de certos setores renovados da classe política ou dos quadros mais perspicazes da burguesia; e a irrupção do primeiro movimento contra-revolucionário de novo estilo e inspirado nos filósofos europeus que posteriormente participaram na montagem ideológica do fascismo. Na universidade confessional da época não se ensinava nenhuma doutrina herética ou não ortodoxa, excluindo-se radicalmente não só o conhecimento de Marx, Engels, Fourier ou Proudhon, mas também o de Darwin, Descartes, Hegel ou Kant: o que explica que as juventudes rebeldes houvessem tido a capacidade de aderir às palavras de ordem revolucionárias do novo evangelho, mas não de pensar teoricamente e de criar — de frente aos problemas concretos de seu tempo — uma ideologia revolucionária. Mas o essencial neste processo de emergência das forças sociais de mudanças consistia na criação de duas condições elementares: uma, que punha em evidência a crise e a incapacidade operativa da república senhorial, de seu sistema de Estado e de partidos políticos; e outra, de progressiva emulsão desse conjunto de forças até transformá-las — no curso da mobilização política — numa opção revolucionária de poder. Os epicentros dessa mobilização foram incipientes cidades manufatureiras e artesanais como Medellín — na qual saltaram à cena política os líderes pequeno-burgueses e socialistas que melhor tipificam este ciclo histórico como Maria Cano, Ignacio Torres Giraldo e Tomás Uribe Márquez — e os centros operários do enclave neocolonial, como Barrancabermeja, no coração do rio Magdalena médio, ou como Aracataca, na zona bananeira do Caribe. A prática da luta social, mais que as concepções teóricas, operaram como fatores catalíticos neste processo de ascensão do movimento operário e na tomada de consciência sobre o problema da dependência imperialista. Em 1920 circulavam no país cerca de sessenta periódicos socialistas e cinco anos depois passavam de oitenta, desencadeando-se, progressivamente, um movimento grevista que começou a paralisar fábricas, ferrovias, instalações portuárias, empresas de navegação fluvial, que chegou a sua mais alta tensão nas greves que imobilizaram os enclaves do petróleo e da banana entre 1927 e 1928. A União Sindical de Trabalhadores do Magdalena, organizada vertiginosamente por Raúl Eduardo Mahecha, havia conseguido transformar-se, com uma afiliação de 32 mil 146 operários, na mais importante força trabalhista e política da costa atlântica. A greve punha em xeque não

só certas relações de trabalhos, mas sim a estrutura mesma do enclave neo-colonial. O governo decretou o estado de guerra e um exército de ocupação comandado pelo general Carlos Cortés Vargas acudiu em defesa da United Fruit, quebrando militarmente a greve bananeira por meio de uma implacável repressão que regou os campos da *plantation* com milhares de mortos. A mobilização popular aparecia, cada vez mais, como uma ameaça revolucionária, não só contra o Estado senhorial, senão contra o ordenamento mesmo da sociedade capitalista. A ação sindical e política das massas operárias e camponesas, assim como o pronunciamento das novas gerações universitárias, demonstraram ao patriciado liberal e conservador que os mecanismos de manipulação tradicional estavam rompidos, que o Estado havia perdido a legitimidade e a iniciativa e que a mobilização social podia não só desconjuntar as estruturas veneráveis da sociedade colombiana como derrubar e transformar as bases de um novo tipo de Estado liberal. O ponto vulnerável de semelhante mobilização — *a brecha histórica* — consistia em que podia desafiar o poder do Estado, mas carecia de organização e coesão para tomá-lo e administrá-lo. Por outro lado, a extrema radicalização do socialismo revolucionário levou-o a idealizar às condições históricas, a desprender-se de suas matrizes populares e a transformar-se num pequeno e ortodoxo partido comunista filiado à Terceira Internacional: completou-se assim, por volta de 1929, a fugaz parábola de um movimento que, tendo tido a capacidade de mobilizar os setores mais representativos da classe operária, do campesinado e das elites intelectuais da pequena burguesia, cedeu à tentação de transformar-se na mais pura, exígua e ensimesmada igreja revolucionária. Estas foram, precisamente, as brechas através das quais operaram as duas linhas defensivas de uma sociedade entre senhorial e burguesa: uma, de fortalecimento do aparato de força e de progressiva ilegalização das lutas sociais; outra, de diversificação tática, ao formar-se uma coalizão de elites liberais e conservadoras que tomaram, em 1929, a iniciativa na derrubada da hegemonia senhorial e na abertura política rumo a uma revolução democrática burguesa com participação do sindicalismo e das novas gerações socialistas. A depressão iniciada nos Estados Unidos em finais de 1929, com a queda dos preços do café e com a desarticulação da economia metropolitana, foi a conjuntura que tornou possível a mudança política no governo e a posterior instauração da república liberal. A divisão da Igreja católica e do partido de governo em relação ao problema das candidaturas presidenciais e a rápida formação da aliança bipartidária — na qual tomaram parte ativa os representantes mais audazes da burguesia industrial de Bogotá e Medellín — tomaram de surpresa o Estado senhorial e conseguiram mobilizar não só as classes e grupos beneficiários da modernização capitalista como também as próprias forças recém-chegadas ao cenário político — operários, camponeses, profissionais liberais, artesãos, estudantes e cuja aspiração mais imediata era a organização de uma democracia autêntica e de um Estado representativo, aber-

to, capaz de substituir a repressão pela negociação e a caridade privada pela organização assistencial. O baixo nível de consciência social, o efeito drástico da depressão importada, a sedução da burocracia pública e o chamariz de um campo aberto às reformas sociais transformaram a conjuntura revolucionária numa oportunidade de redefinir os conteúdos ideológicos e as formas de operação dos partidos liberal e conservador, incorporando a geração universitária, os intelectuais e os comandos operários que haviam aparecido sob o signo socialista da época, nos quadros intermediários ou altos do Estado como uma de suas forças de renovação social, administrativa e política. A manobra tática realizada ao redor da candidatura presidencial de Enrique Olaya Herrera — embaixador em Washington e personagem identificada com as linhas ideológicas do pan-americanismo expostas na conferência de 1928 — havia anulado radicalmente a operação estratégica representada na mobilização popular e havia desviado a pressão revolucionária das massas descontentes, criando as condições para o trânsito entre a república senhorial absolutista e a república liberal reformista, pragmática e burguesa.

II. APOGEU E CRISE DA REPÚBLICA LIBERAL

A vitória da aliança bipartidária proposta pela inteligência perspicaz e pragmática de Alfonso López Pumarejo e apoiada, simultaneamente, pelas massas populares descontentes, pelo sindicalismo classista, pelas companhias petrolíferas e pela burguesia conservadora de Antioquia, aparecia como um caminho de trânsito rumo à república liberal. A depressão de 1930 era o começo de uma nova história: a que resultava como efeito das novas relações de dependência e da importação dessa crise cíclica que paralisava a economia capitalista através dos mecanismos de integração à metrópole. A drástica contração das exportações e a queda catastrófica dos preços do café a menos de dez centavos a libra provocaram uma redução ainda mais drástica das importações e o debilitamento do modernizado sistema transpostador. Entre 1929 e 1932 as exportações se reduziram de 122 para 67 milhões de pesos e as importações caíram de 650 mil toneladas para 18 mil, com valores de 142 e de 34 milhões de pesos, respectivamente. O problema da queda da capacidade exportadora se tornava mais complexo, enquanto as corporações do enclave conservaram não só a capacidade de exportação como o privilégio de não retornar ao país o valor em dólares das vendas externas. A depressão impôs a mais severa redução dos ingressos fiscais — caindo o orçamento estatal de 75 milhões em 1929 para 35 milhões de pesos em 1932 — e, simultaneamente, uma intensificação das pressões sobre o gasto público, já que o Estado — por subtração de matéria nesta fase do ciclo econômico — se constituía na única verdadeira força motora da atividade econômica e da estabilidade social. A natureza desta prática histórica foi, então, a que quebrou a ortodoxia livre-cambista e introduziu as formas

pragmáticas do *intervencionismo de Estado*, sem o qual não teria podido impulsionar-se o processo de industrialização substitutiva, nem teria conseguido organizar-se o mercado de câmbios internacionais, nem se teria levantado a possibilidade de uma hierarquização das importações, nem se teriam preservado as bases da organização bancária e financeira. Entretanto, semelhante trânsito da ortodoxia do liberalismo econômico para certas formas pragmáticas do intervencionismo estatal não se efetou tão rapidamente como na metrópole, já que exigiu não só um aprofundamento da crise e uma generalização das pressões internas entre 1930 e 1932, como também uma mudança nas posições ideológicas do governo norte-americano. Não obstante o bloqueio quase catastrófico da economia dos Estados Unidos, as corporações transnacionais e o banco privado pressionaram sobre o governo de Olaya para preservarem o estatuto do liberalismo econômico tal como havia sido projetado pela Missão Kemmere. O banco central se negou a modificar, durante os anos mais duros da crise, suas normas sobre padrão ouro, cobrança das dívidas, empréstimos e descontos e ortodoxa hegemonia dos banqueiros. A política de moratória das dívidas se desenhou e se aprovou quando um grupo de grandes acionistas dos bancos comerciais já havia adquirido, em processos de leilão, as terras agrícolas hipotecadas durante o período da inflação.

O esquema econômico do governo de Olaya se havia sustentado, originalmente, no critério de que só por meio de financiamento norte-americano, de empréstimos públicos e de inversão privada direta poderia reabilitar-se a economia em crise, restabelecer-se a capacidade importadora e incrementar-se a afluência de ingressos tributários do Estado. Este surpreendente esquema — que parecia ignorar a natureza da depressão e o estado de bloqueio da economia norte-americana — guiou a política do governo até 1932, observando estritamente as regras ortodoxas do padrão ouro e as normas de extrema fidelidade que caracterizam a cultura de dependência. Não obstante a capacidade de pagamento ao exterior ter-se reduzido à metade entre 1928 e 1931, o governo só suspendeu o serviço financeiro da dívida externa nos finais de 1932, com o objetivo de conservar — perante o investidor norte-americano — o ingênuo prestígio de devedor honorável. Nos níveis mais baixos da crise, quando as potências capitalistas haviam decretado a moratória de pagamentos, o governo de Olaya se viu obrigado a estabelecer o controle de câmbios, a regulamentação das importações e a venda obrigatória ao banco central dos dólares originados nas exportações. No entanto, o presidente Olaya criou um sistema de protecionismo invertido, liberando as corporações do enclave — Tropical Oil, United Fruit, Chocó Pacífico — da mencionada obrigação de vender os dólares obtidos nas vendas externas. As exportações desnacionalizadas — que no auge da república liberal chegaram a representar 37 por cento das exportações totais — ficaram amparadas por meio da instituição de um *mercado livre de câmbios*. A estas condições de exceção se agregou o fenômeno de repatriação

de capital norte-americano, ascendendo a 65 milhões de dólares no período de 1932 a 1939: uma média anual de 19 milhões de dólares entre 1932 e 1934 e de 23,6 milhões de dólares entre 1935 e 1939. No período de 1932-34 o ingresso de capital foi de pouco mais de sete milhões de pesos enquanto a remessa de lucros e juros ultrapassava o nível dos 96 milhões de pesos. Na aplicação das mesmas linhas ideológicas do esquema de Olaya, a partir de 1931 se expediu a nova lei de petróleo — com a natural assessoria de uma missão norte-americana — fundamentada no conceito governamental acerca da necessidade de atrair o inventismo estrangeiro por meio de uma política de privilégios e isenções, contratos de concessão por 30 anos prorrogáveis e magnitudes de até 50 mil hectares por concessionário. Sob o império desta lei — inspirada no menosprezo absoluto pelos recursos naturais não renováveis —, o território colombiano se transformou numa reserva das companhias estrangeiras, chegando a área de concessões e contratos a 19,5 milhões de hectares, embora a área efetiva de exploração não tenha passado de 2,5 milhões de hectares. Esta consideração do país como um *território de reserva* e não como um *campo ativo de exploração e industrialização* revelou desde as décadas de vinte e trinta a insalvável limitação de uma política do petróleo enunciada em termos provincianos, frente a corporações transnacionais que operam nos níveis superiores de uma estratégia hemisférica e mundial.

A desarticulação da economia norte-americana, a extrema redução da capacidade importadora, o esgotamento das reservas internacionais como efeito da aplicação irrestrita das regras ortodoxas do padrão ouro, a suspensão das correntes de crédito externo e o congelamento do fluxo ordinário de inversão estrangeira definiram as circunstâncias históricas que desencadearam forças internas — no próprio âmbito da burguesia — e induziram à industrialização substitutiva. Por outro lado, o desaquiecimento do mercado interno, de manufaturas importadas da metrópole, determinou a orientação inicial do processo de industrialização substitutiva para o abastecimento desse mercado já preexistente e para o imediato melhoramento das condições nacionais de emprego. Dois fatores econômicos serviram para definir as condições de *viabilidade histórica* do processo de industrialização substitutiva: o primeiro consistia em que o processo podia sustentar-se numa capacidade já instalada e numa infra-estrutura criada no ciclo anterior; e o segundo, em que a produção manufatureira se orientava para uma demanda preexistente. Desde cedo, as condições político-sociais do processo de industrialização nas linhas das manufaturas têxteis, de alimentos, de bebidas, de tabaco e de cimento não só se relacionavam com a preexistência de um mercado, mas com a preexistência de uma burguesia empresarial — tão audaz e coesa como a que nos anos vinte transformara Medellín no centro têxtil e comercial da colonização antioqueña — e com a garantia estatal de um controle monopólico sobre o mercado interno por meio de um sistema guarnecido de tarifas protecionistas. Diferentemente do ocorrido na segunda

fase da industrialização — quando o auge das corporações transnacionais norte-americanas (CTN), no segundo pós-guerra, converteu-as no centro reitor do processo —, a primeira expansão industrial se efetuou, precisamente, numa conjuntura de bloqueio da economia metropolitana e teve de ser promovida e desenvolvida por forças sociais internas. Nesta conjuntura histórica, a burguesia industrial e financeira de Antioquia revelou uma excepcional capacidade para compreender a importância da industrialização no novo esquema de modernização capitalista. A acumulação de privilégios de Estado — preferências cambiais, tarifas, vantagens creditícias, isenções tributárias, subvenções diretas — estimulou decisivamente a expansão industrial, mas também criou na burguesia beneficiária uma nova concepção do poder político como requisito indispensável para exercer pressões ou para reter o controle sobre determinados circuitos do mercado interno. Através deste repertório de elementos se configurou o novo modelo liberal de crescimento capitalista, em cuja definição participaram os setores mais lúcidos e coerentes da burguesia e as novas elites dos partidos liberal e conservador. Semelhante processo implicava, desde cedo, uma redefinição do papel, da composição social e da trama ideológica dos partidos tradicionais — salvando transitoriamente a crise originada em sua antiga vinculação com a república senhorial e com as lutas políticas do século XIX — readequando-os para as novas funções de controle político do Estado e de regulação das relações trabalhistas, mas preservando neles os hábitos de clientelismo, das lealdades às famílias patricias e da transmissão dinástica do poder. Esta mudança de condições político-sociais determinou, em última instância, a *viabilidade histórica* da industrialização em plena depressão capitalista e em plena bancarrota da economia metropolitana, tornando possível a aceleração da taxa de crescimento do produto industrial para 11 por cento no lapso 1933-1939 em contraste com o 1,4 por cento anual que correspondeu ao período 1925-1930. Embora nos períodos seguintes o produto industrial não voltasse a crescer num ritmo semelhante, estabilizou-se um processo que tem sido característico do ciclo de industrialização substitutiva nos países latino-americanos: o de a produtividade industrial ter podido crescer em maior velocidade que a produtividade agrícola, enquanto os movimentos de modernização capitalista da agricultura não têm podido resolver os problemas de ineficiência global da estrutura latifundiária.

Um dos fatores que melhor definiu o papel progressista da industrialização neste ciclo histórico foi a capacidade de mobilização e emprego da força de trabalho, não só enquanto promoveu por todos os meios a emigração camponesa e a proletarianização do artesão, mas também enquanto foi assentando esta força de trabalho em cidades com maior possibilidade expansiva e onde cedo entraram em vigência as normas culturais da sociedade de consumo. O nível de emprego industrial que alcançou 69 mil pessoas em 1926 e que desceu para 42 mil 400 em 1931, ascendeu a 54 mil em 1934, a 98 mil 300 em 1937

e a 111 mil trabalhadores ativos em 1939. Era evidente que a industrialização operava como uma das forças internas mais decisivas na superação da depressão cíclica e no desencadeamento do processo de modernização econômica, política e institucional que chegou a seu apogeu no quadriênio 1934-1938, contrariamente ao que havia suposto o presidente Olaya. A depressão dos anos noções catastróficas sobre as crises transmitidas pelo comunismo stalinista ou pelas doutrinas liberais acerca do ciclo econômico — enquanto ensinou ao país que a chamada economia de livre empresa não resistia ao impacto demolidor da depressão, que o padrão ouro não era intangível, que a industrialização se havia promovido sem inversão estrangeira e sem recursos de crédito externo, que o Estado era algo mais que aquele estereótipo propagado oficialmente pelo liberalismo econômico — *o pior dos administradores* — e que o restabelecimento do mercado interno havia correspondido ao momento de maior deterioração na relação de preços de intercâmbio com a metrópole. Entretanto, as elites intelectuais-conservadoras reformistas e revolucionárias careciam dessa formação científico-social indispensável para analisar e compreender o significado histórico de semelhante experiência e para diferenciar a natureza dinâmica e os alcances da depressão nos centros hegemônicos do capitalismo e nos países subdesenvolvidos e dependentes.

A reativação e ampliação do mercado interno — estimulado pelo desencadeamento das forças motoras da urbanização e da metropolização — estimularam a lenta formação de uma agricultura comercial orientada para dentro, nas áreas de valorização comercial mais intensa e mais expostas à influência da economia capitalista de mercado. As terras rizicultoras aumentaram seis vezes entre 1929 e 1946-48, e entre 1925-34 a produção de algodão aumentou a uma taxa anual de 3,5 por cento e a do cacau em 16 por cento, embora o açúcar não tivesse ganhado ainda uma posição industrial relevante. Era evidente que, embora existisse uma intensa pressão camponesa sobre a terra, a exigência de matérias-primas e alimentos não havia alcançado ainda aquela magnitude global necessária para pôr em xeque a estrutura latifundiária. O governo de Olaya se negou a levantar o problema da propriedade sobre a terra — tal como o faziam os intelectuais socialistas incorporados ao partido liberal —, pronunciando-se por uma política pragmática de intervenção nos conflitos de trabalho rural, de preservação das fazendas, de repressão implacável das invasões camponesas e de parcelamento de terras baldias ou de sítios comprados aos proprietários como efeito da agudização das lutas sociais no campo. De 1,8 milhão de hectares cultivados em 1938 40 por cento correspondia a cultivos destinados à exportação ou ao consumo urbano.

As mudanças ocorridas no mercado interno, nos padrões de assentamento e na própria estrutura da sociedade colombiana exigiam não só novos elementos de integração física como novos fatores de mobilidade espacial. Estas foram as forças que determinaram a formação de uma nova rede de rodovias,

ferrovias e caminhos vicinais e que encontraram no veículo automotor o fator por excelência de mobilidade geral.

De 1930 a 1935, a rede rodoviária aumentou em 53 por cento, centrando-se os vértices nas cidades metropolitanas de Bogotá, Cali e Medellín, no processo final de integração e consolidação do sistema nacional de mercado. As mudanças ocorridas na expansão do parque automotor determinaram que, entre 1935 e 1945, se aumentasse o refino de petróleo destinado ao mercado interno de 1,6 a 5 milhões de barris.

Nenhuma das novas tarefas teriam podido cumprir-se sem uma concentração de poder em mãos do novo governo: nem o enfrentamento às resistências sociais e políticas internas, nem a modificação da estrutura político-militar das forças armadas, nem o implacável desmantelamento dos bastiões camponeses da república senhorial. O governo encontrou a conjuntura que buscava na declaração de guerra ao Peru — que na realidade teve o caráter de uma guerra de posições contra a selva amazônica —, enquanto concentrou em suas mãos a máxima quantidade de elementos de poder, estabelecendo a legalidade marcial em todo o país, submetendo a maioria conservadora no Congresso, apaziguando os focos do sindicalismo revolucionário e ilegalizando o pequeno e agressivo partido comunista que neste instante acreditava que a depressão era a crise geral do capitalismo e que era necessário preparar-se para a instauração de sovietes de operários, camponeses e soldados. Nesta conjuntura desfavorável para as dissidências políticas apareceu a União Nacional Esquerdista Revolucionária (UNIR), fundada por Jorge Eliécer Gaitán com uma militância de camponeses, operários, artesãos, profissionais e estudantes, e uma ideologia nacionalista popular. Embora a UNIR lograsse expressar a ascensão política do campesinado imerso nas fazendas, ela foi ultrapassada pela mobilização de massas e pela presença da elite reformista que viam na instauração da república liberal uma possibilidade de transformação profunda, rápida e a curto prazo. Estas foram as condições históricas que determinaram, em 1934, a vitória eleitoral de Alfonso López Pumarejo com cerca de um milhão de votos, quase o triplo dos obtidos pela coalizão bipartidária de Olaya num país que apenas chegava aos oitos milhões de habitantes. Diferentemente de Olaya, López Pumarejo não chegava à presidência como chefe de uma aliança liberal-conservadora, mas como caudilho de um movimento radicalizado de massas, com uma decisiva gravitação do movimento operário e uma intensa pressão hegemônica do novo partido de governo. O impulso de massas, a emergência das classes médias e a participação de uma elite intelectual engajada no movimento socialista determinaram a orientação populista das reformas liberais e o papel assinalado ao sindicalismo classista na *pequena revolução democrático-burguesa*. As linhas ideológicas do programa de reformas estavam longe de perseguir ou estimular uma mudança profunda — dada sua natureza burguesa e liberal — já que precisamente se orientavam para a institucionalização do sindicalismo

e dos movimentos políticos que anteriormente haviam ultrapassado os canais da legalidade e adquirido uma dinâmica revolucionária. A neutralização ou captação dessas forças sociais e políticas constituiu a operação tática que tornou possível o projeto de modernização capitalista da economia, do Estado, das relações trabalhistas, do aparato educacional, dentro das regras do Estado liberal de direito. A reforma constitucional de 1936 — feita exclusivamente pelo partido de governo — não tendia a substituir a Constituição autoritária de 1886, mas a inserir nela alguns grandes e ambíguos princípios, cuja vigência prática esteve inteiramente subordinada à orientação das forças controladoras do Estado. O projeto liberal burguês de reformas se articulou por meio de uma série de linhas mestras: estabilização das fontes de financiamento do orçamento público, liberando-o da irregularidade cíclica do imposto de alfândegas e introduzindo — como suporte do ingresso tributário do Estado — o imposto direto sobre o patrimônio e a renda; definição do *status* jurídico das terras incultas ocupadas por latifundiários e reconhecimento dos melhoramentos feitos nelas — ou nas terras de fazenda — por colonos, parceiros e arrendatários; regulamentação das relações tradicionais de colonato e parceria agrícola, procurando obstaculizar a exploração indireta da terra e propagar as formas capitalistas do arrendamento e o assalariamento; incorporação da terra agrícola ao sistema capitalista de mercado e condicionamento econômico da adjudicação de terras baldias de propriedade fiscal; institucionalização do sindicalismo por meio do reconhecimento jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CTC), tornando possível sua participação na negociação dos salários e condições de vida, mas à custa de renunciar a qualquer atividade política que o Estado pudesse considerar como partidária ou revolucionária; integração orgânica da universidade nacional como estrutura fundamental da educação superior e aplicação de um regime de liberdades democráticas e de co-governo; articulação de um sistema de câmbios internacionais e de tarifas capaz de instrumentalizar a política de industrialização e de modernização capitalista da agricultura; organização das primeiras formas de banco estatal de fomento, com o propósito de estimular a diversificação do aparato financeiro; limitação e regulamentação dos privilégios e isenções fiscais concedidos às sociedades estrangeiras e às empresas do enclave colonial; modernização dos mecanismos de identificação do cidadão e de representação político-eleitoral. Do ponto de vista de seus grandes e imediatos objetivos, este quadro de reformas se orientava para a tecnificação do aparato produtivo, a ampliação e estabilização da economia capitalista de mercado, a modernização fiscal e administrativa dos aparatos estatais e uma redistribuição da riqueza nacional que limitasse a extrema polarização e melhorasse a participação do Estado e das classes trabalhadoras. Apesar do caráter inequívoco da pequena revolução democrática burguesa, o governo de López Pumarejo contou mais com o apoio do movimento operário — ou mais exatamente da CTC — do que com o respaldo da burguesia industrial e agrá-

ria, possivelmente por tratar-se de um grupo social não acostumado ao pagamento de impostos nem a que o Estado regulasse as relações de trabalho. A burguesia industrial nasceu rodeada de uma constelação de privilégios, e tanto a burguesia rural quanto a classe latifundiária fundamentavam sua atividade econômica no colonato, na parceria e na peonagem. Ainda mais: desde as auras de sua formação histórica, consagrou-se o dogma mercantilista dos baixos salários e da desorganização operária e camponesa como condição essencial da acumulação capitalista. O fato de o sindicalismo da CTC ter conseguido aumentar sua militância de 76 mil 374 para mais de 100 mil trabalhadores entre 1939 e 1943 e que essa força de trabalho se concentrasse, em quase 70 por cento de seu total, nas cidades metropolitanas de Bogotá, Cali, Medellín e Barranquilla, explica tanto a gravitação política dessa massa organizada quanto a crescente reação dos setores mais intolerantes da burguesia e das classes latifundiárias. A partir de 1936 se formou a primeira organização anti-reformista — a Associação Patronal Econômica Nacional, APEN —, apoiada na aliança política entre setores dos partidos liberal e conservador. A ambivalência do processo histórico se expressava no fato de que, na primeira fase da república liberal, crescia rapidamente a população trabalhadora ocupada na indústria manufatureira e nos serviços e aumentava sua participação na riqueza nacional; na segunda fase — conciliadora e decadente —, invertia-se a tendência dos salários com um sentido de participação decrescente. Entre 1938 e 1948 — um longo e conflitivo decênio — a mão-de-obra ocupada na manufatura e nos serviços passou de 783 mil para mais de um milhão e a relação entre remuneração do trabalho e produto bruto caiu de 54,5 por cento para 47,8 por cento. Desde logo é necessário assinalar a incoerência do processo de modernização capitalista, já que ao mesmo tempo em que se tornava mais integrado e dinâmico o mercado interno e que se acelerava a corrente de urbanização e metropolização, ampliavam-se também as bases de sustentação do sistema latifundista, ao aplicar-se uma política de adjudicação em grande escala de terras baldias entre membros da elite política, nas zonas de reserva mais imediatamente valorizáveis: alguns vales do baixo Magdalena, o Piedemonte amazônico, as regiões úmidas das planícies orientais. Por outro lado, havendo-se consolidado a posição do café na estrutura exportadora e havendo-se assegurado a maior participação de produtores e comerciantes nacionais no valor em dólares das exportações — por intermédio de uma associação pára-estatal como a Federação Nacional de Cafeicultores —, o governo não considerava indispensável a reforma agrária — apesar da pressão camponesa sobre a terra —, senão uma política que combinasse a ampliação da fronteira agrícola com a modernização tecnológica e social da agricultura. A maior receita do café (que entre 1930 e 1940 passou de 58,3 milhões de pesos para cerca de 129 milhões, sobre um valor total exportado de 89 e 175 milhões de pesos respectivamente) ocultou a gravitação das exportações desnacionalizadas de petróleo, banana e platina (mais de

30 por cento do valor total exportado no período 1930-1939), assim como a desfavorável relação de preços de intercâmbio. Enquanto em 1920-1924 os valores médios de uma tonelada de exportação eram de 188 pesos e os de importação de 370, no período 1940-44 essa relação era de 66 e 464 pesos, respectivamente, demonstrando a extrema vulnerabilidade de semelhante estrutura de relações internacionais de intercâmbio e a absoluta dependência das receitas originadas no café: entre 1925 e 1935-39 a exportação do grão representou entre 89 e 93 por cento da receita real de divisas por exportações físicas. No entanto, nenhum destes problemas estruturais se projetou no debate político deste período — revelando a permanência de uma visão plana e exclusivamente quantitativa do comércio internacional — e o Estado adotou uma política de crescente endividamento externo para cobrir o déficit na balança de pagamentos resultante da profunda mudança qualitativa ocorrida na composição das importações.

A eleição de Eduardo Santos como presidente em 1938 — com cerca de 512 mil votos, ou seja, 27 por cento dos cidadãos inscritos —, embora servisse para garantir o clima de liberdades e o funcionamento do Estado liberal de direito, implicou um congelamento das reformas sociais e uma abertura rumo à organização corporativa das classes capitalistas. Tanto o processo de concentração econômica e de organização corporativa de industriais, comerciantes, banqueiros, latifundiários etc., quanto a gravitação ideológica da guerra civil espanhola e da Segunda Guerra Mundial aceleraram a polarização de forças sociais e projetaram, dentro da sociedade colombiana, a confrontação entre posições democráticas e fascistas. Mas, enquanto as correntes democráticas congelaram suas aspirações e projetos de mudança revolucionária, as tendências anti-reformistas se converteram, progressivamente, ao evangelho contra-revolucionário que se expressava no fascismo europeu, mas especialmente nas linhas corporativas da Espanha de Franco e no Portugal de Oliveira Salazar. Este foi o elemento qualitativo e galvanizador que se introduziu na *oposição conservadora* à república liberal e que serviu para congregar, ao redor de Laureano Gómez, não simplesmente o descontentamento da oligarquia burguesa e latifundiária, como também os destacamentos mais agressivos do partido conservador.

A presença destas novas forças e a polarização da luta social induziram o sindicalismo e os setores mais politizados do movimento popular a propiciarem o regresso de López Pumarejo à presidência em 1942. O processo eleitoral deu como resultado a reeleição de López com 673 mil 169 votos, frente a Carlos Arango Vélez — candidato da oposição coligada liberal-conservadora — com cerca de 475 mil. A eleição revelou dois fatos novos: a redução da abstenção a 47 por cento da capacidade eleitora do país e insuspeitada magnitude da oposição. Nesta hora em que López chegava pela segunda vez ao governo, haviam desaparecido o impulso, a dinâmica interna e as condições triunfalistas

que caracterizaram a instauração, em 1934, da primeira república liberal. A economia estava aprisionada na camisa de força do pacto cafeeiro e nos múltiplos controles impostos pela economia de guerra. Por outro lado, o governo se encontrava frente a uma já articulada estrutura oligárquica de poder, a uma notável concentração da riqueza, a um quase repentino desaparecimento da moral patriarcalista que havia caracterizado a administração pública, a uma fratura interna do partido liberal e a uma crise das instituições próprias do Estado de direito. O fenômeno da moderna estrutura oligárquica de poder não só consistia no auge e na gravitação das novas formas organizativas adotadas pelas elites burguesas e latifundiárias, mas num entrelaçamento com o sistema de condução política da sociedade colombiana. Nisto radicava sua ubiqüidade, sua capacidade de exercer influência decisiva sobre a atividade econômica do Estado e, desde logo, sua onímoda faculdade de substituir o sistema tradicional de valores por uma moral de enriquecimento fácil, imediato e a qualquer custo. A ascensão da moderna oligarquia implicava a derrubada da moral administrativa e política de caráter patriarcalista, e a consagração de exigências fundamentais dessa nova elite do poder como a de preservação das fontes institucionais de privilégio ou a de cumplicidade política dentro do sistema de condução dos partidos e do Estado. A vertiginosa propagação da corrupção nos altos postos do partido do governo precipitou seu desmoronamento interno, a queda do presidente López Pumarejo e a crise da república liberal.

A participação decrescente dos trabalhadores na receita nacional e a piora de suas condições de vida mostraram ao governo a necessidade de uma política redistributiva mais audaz e profunda que a aplicada durante o primeiro ciclo reformista, precisamente quando o governo liberal havia perdido o impulso e a iniciativa. O pós-guerra surpreendeu o país sem nenhum preparo, sem nenhum projeto histórico, sem nenhum plano de participação num universo transformado pela guerra, limitando-se a dilapidar a poupança compulsória de 128 milhões de dólares (superávit acumulado) e permitindo que entre 1947 e 1948 se produzisse um déficit de cerca de 92 milhões de dólares na balança de pagamentos. O país vivia, de novo, o transbordamento do pós-guerra. De 1942 a 1945 as rendas públicas haviam passado de 209 milhões a 353 milhões de pesos, mas no manejo do orçamento já não imperavam os princípios da honestidade administrativa, da parcimônia fiscal e da renitência a utilizar políticas de financiamento inflacionário do déficit orçamentário. Sem planejamento econômico e sem controles democráticos, os órgãos estatais de regulamentação e de controle se haviam transformado em fontes de corrupção administrativa e de fácil enriquecimento. A elite política do partido do governo foi incorporando-se, pela via da corrupção e do privilégio, ao amuralhado circuito da oligarquia burguesa e latifundiária. Era evidente que estes constituíam os primeiros mecanismos de enlace entre setores políticos e econômicos da *elite do poder*. Dentro destas novas circunstâncias, o presidente López já não propiciava nenhu-

ma política de redistribuição da receita e do poder, movendo-se na indecisão e no vazio. Sua posição era, mais que conciliadora, vacilante e derrotista. Apesar da lealdade do sindicalismo e do partido comunista, o descontentamento popular foi tomando corpo, apoderando-se das cidades e dos campos. O frustrado golpe militar em 1945, em Pasto, demonstrou que o presidente tampouco tinha o apoio das forças armadas. Nesta atmosfera, a oposição popular se transformou numa vasta mobilização de massas descontentes — sob a direção de Jorge Eliecer Gaitán — e a oposição contra-revolucionária encontrou em Laureano Gómez um enérgico e inescrupuloso caudilho. A divisão política da CTC e a progressiva transformação do movimento gaitanista numa poderosa mobilização de massas liberais e coservadoras opostas à nova estrutura oligárquica de poder fraturaram o esquema político do bipartidarismo, produziram um vazio de poder e levaram López a renunciar à presidência, em 1945. Algo de novo havia ocorrido na sociedade colombiana: através da brecha aberta por um movimento populista em suas origens e em seus projetos formais, as forças populares se haviam catalisado e transformado numa ameaça revolucionária. Alberto Lleras sucedeu na presidência a López, e no governo ingressaram conspícuos representantes da oligarquia burguesa e latifundiária, assim como intelectuais conservadores que em 1924 e em 1937 haviam feito profissão de fé contra-revolucionária. Lleras não só pôs em prática as idéias do governo bipartidarista que López Pumarejo havia enunciado em sua segunda presidência — partindo do reconhecimento de que “se haviam apagado as fronteiras ideológicas entre os partidos liberal e conservador” — como também utilizou o modelo do sindicalismo atrelado ao Estado para desencadear um processo de ilegalização das lutas sociais e de dismantelamento das bases mais combativas da CTC. A fracassada tentativa de greve geral decretada em novembro de 1945 — quando a central operária já não contava com nenhum apoio do Estado e quando se havia constituído um governo de coalizão liberal-conservador — provocou a entrada do governo de Lleras no campo adverso ao movimento popular, ao sindicalismo de classe e às reformas sociais. A mobilização gaitanista representava uma ameaça revolucionária, mas exigia para desenvolver-se — carente de uma estrutura de partido, de disciplina estrita, de estado-maior — uma atmosfera de liberdades e o funcionamento de um Estado de direito: paradoxalmente, tratava-se de uma mobilização que só podia realizar-se como um último ato da república liberal e da democratização do poder político. Nem Gaitán nem o sindicalismo nem o movimento popular haviam tomado consciência de que, com o governo de Lleras, a república liberal estava morta. Assegurada a divisão do liberalismo e o desmoronamento do movimento sindical, foi proclamada a candidatura de Mariano Ospina Pérez — dois meses antes das eleições presidenciais de 1946 — empregando-se a mesma tática de surpresa de coalizão bipartidária utilizada em 1930. Ospina não era um porta-voz exclusivo do partido conservador, mas autêntica expressão ideológica de uma

aliança auspiciada pelas oligarquias liberais, amedrontadas com as reivindicações operárias e com o conteúdo revolucionário da mobilização popular. Ospina ganhou a presidência com 41 por cento dos votos emitidos, já que 59 por cento restantes correspondiam aos candidatos liberais Jorge Eliécer Gaitán e Gabriel Turbay. O governo de Alberto Lleras havia presidido o último ato da república liberal.

III. CONTRA-REVOLUÇÃO E NOVA DEPENDÊNCIA

Ospina Pérez inaugurava, em 1946, o ciclo dos governos minoritários e que, em consequência, já não podiam funcionar dentro das regras do Estado liberal de direito, obrigando-se a regularizar o estado de sítio, a suspensão das garantias constitucionais e a chamada *legalidade marcial*. Tanto Ospina quanto López Pumarejo haviam compreendido as mudanças ocorridas na estrutura de poder, os riscos da extrema concentração da riqueza e a necessidade de redefinir as linhas ideológicas e o sistema de relações entre os partidos liberal e conservador, não apenas em resposta à mobilização gaitanista como também às formulações sobre hegemonia de partido e sobre orientação contra-revolucionária e corporativa do Estado feitas por Laureano Gómez. Na votação havia participado 30 por cento da capacidade eleitoral do país, e a maioria relativa obtida por Ospina só representava 41 por cento dos votos emitidos. A partir da derrota eleitoral, a mobilização gaitanista não só encarnava as aspirações populares e o temor do movimento operário a um governo autoritário e repressivo, como também a esperança de recuperação do poder de parte da esquerda do liberalismo. Ospina tinha o governo, mas Gaitán controlava as maiorias parlamentares. No entanto, neste instante em que se havia produzido um rápido reagrupamento da oligarquia burguesa e latifundiária, dos caciques dos partidos, da elite do poder ao redor do governo de Ospina, Gaitán acreditava na transcendência de seu apelo à restauração moral da república e na possibilidade de enfrentar semelhante concentração de forças utilizando os mesmos métodos da mobilização populista e da aplicação irrestrita das normas complacentes do Estado de direito. Era a hora do segundo período pós-guerra e quase ninguém no país tinha consciência das mudanças operadas na estrutura do mundo, nem dispunha de instrumentos críticos para compreender a natureza do confronto entre as duas superpotências, os alcances dos Acordos de Yalta em 1945 e o bloqueio dos países da Ásia, África e América Latina no cerrado dilema da bipolaridade. O governo de Ospina não era ainda uma opção contra-revolucionária, mas sim a porta para ela, uma vez desencadeada a guerra fria no hemisfério e realizado o trânsito cruento entre a fase da *violência dissuasiva* (destinada a eliminar no liberalismo a convicção de partido majoritário e a criar as condições para uma *negociação entre iguais*) e a fase da *violência de aniquilamento*, ao impor-se a concepção contra-revolucionária de Gómez e intensificar-se a pressão hegemônica dos grupos que aspiravam à ditadu-

ra do partido único. Por um paradoxo freqüente na história, as forças vitoriosas dentro da Colômbia eram, exatamente, as mesmas que haviam sido derrotadas política e militarmente na Alemanha, Itália e Japão.

A substituição do modelo da república liberal — *intervencionismo econômico e liberalismo político* — pelo de *absolutismo político e liberalismo econômico* deixou nas mãos das corporações transnacionais a capacidade de decisão em matéria de transferência de tecnologia, importação de bens intermediários e de capital, assistência técnica, exportação de *royalties* e dividendos, relações com as casas matrizes e operação no mercado interno de manufaturas, capitais e serviços. A liberalização das relações internacionais de intercâmbio, na conjuntura do pós-guerra, possibilitou a rápida penetração das corporações transnacionais e sua estreita vinculação com a segunda fase da industrialização substitutiva, orientada para a produção de bens intermediários e de capital e para a operação no mercado interno. O novo esquema de modernização capitalista exigia uma radical e definitiva separação entre liberalismo político e liberalismo econômico, condicionando o capitalismo de Estado às necessidades de acumulação e consolidação da economia privada: esta foi, precisamente, a tarefa histórica realizada pelos governos de Ospina e de Gómez. O liberalismo político devia ser substituído por uma progressiva concentração do poder e por uma sistemática desarticulação do Estado liberal de direito, definindo-se o largo caminho rumo ao absolutismo político. No entanto, esse caminho não podia ser percorrido sem a implacável e sistemática quebra do processo de democratização do poder político desencadeado durante o efêmero apogeu da república liberal, requerendo-se a utilização de dois elementos: o *estado de sítio* como forma legal de desmantelamento do Estado de direito e a violência como categoria institucional. A análise do fenômeno da violência no processo de modernização capitalista por uma via contra-revolucionária requereu uma diferenciação fundamental entre a violência como expressão de uma política dissuasiva durante o governo de Ospina, a violência como efeito de uma política global de aniquilamento durante o governo *franquista* de Gómez e, finalmente, a violência como *expressão da crise de credibilidade do Estado e da decomposição da sociedade colombiana* característica dos governos de Pastrana Borrero (1970-74) e López Michelsen (1974-78). Deste ponto de vista, a violência tem sido um componente substancial do esquema de absolutismo político e tem servido para criar essas condições de modernização que tipificam o modelo de capitalismo dependente: a eliminação das alternativas legais para as forças de oposição, a ilegalização das lutas sociais, a substituição do sindicalismo classista e autônomo por um sindicalismo pragmático e confessional, o desmantelamento das instituições de representação popular, a *degradação* ou o *congelamento* dos salários reais como mecanismo de maximização do lucro e de aceleração das correntes de concentração econômica. Em 1945, o índice de salários reais na área industrial de Bogotá era de 100,4 em relação a 1938, tendo chegado a um

nível máximo de 114,2 em 1942. De 1949 a 1953 — enquanto Gómez preparava o projeto de Estado corporativo e a proibição constitucional da luta de classes — o índice de salários reais na indústria manufatureira caiu de 120 para 104,6.

Embora a abertura capitalista no segundo pós-guerra se apoiasse novamente na triplicação do valor das exportações cafeeiras entre 1945 e 1950, eram muito altos os custos de operação externa, havia-se aumentado a participação das exportações desnacionalizadas e mostrava-se desproporcional a relação entre o valor da tonelagem de exportação e o da de importação. Na dinâmica do pós-guerra, a exportação alcançou, em 1949, 626 milhões de pesos e nos anos seguintes ultrapassou o nível dos mil milhões: se a esta massa de receitas se acrescentam os empréstimos públicos e a inversão estrangeira privada e direta, é possível estimar o volume de recursos com que se financiou a última fase de industrialização substitutiva, a reacomodação do mercado interno de acordo com os padrões metropolitanos de sociedade de consumo e o processo contrarrevolucionário. O novo tipo de industrialização se orientava para a substituição de bens intermediários e de capital, não por meio da mobilização de forças sociais internas, como ocorreu no primeiro ciclo, mas da instalação de Corporações Transnacionais Norte-americanas (CTN) que, por esta via, se transformavam na vértebra do novo aparato manufatureiro e da moderna economia nacional de mercado. Este fato determinava uma mudança substancial em relação às formas do imperialismo clássico, já que a produção manufatureira se destinava ao mercado interno mas dependia, inteiramente, de que se importassem da nação hegemônica os bens intermediários e de capital, as matérias-primas e a tecnologia. Entre 1930-38 e 1946-53, a importação de bens de consumo desceu de 45,4 por cento para 22,5 por cento e a de bens de produção (máquinas e equipamentos produtivos, matérias-primas, bens intermediários) subiu de 54,6 por cento para 77,5 por cento, o que equivalia a modificar, qualitativamente, o esquema de relações internacionais de intercâmbios: enquanto a exportação continuava apoiando-se em produtos primários sem valor agregado, a importação consistia, em 80 por cento, em manufaturas e tecnologias de densidade de valor elevado. Sem uma adequada compreensão desta mudança de estrutura, não se poderia avaliar criticamente a significação global de duas grandes tendências na economia latino-americana de pós-guerra: a do déficit crônico e acumulativo na balança de pagamentos e a do endividamento externo para financiar o déficit e o crescimento econômico. Perto do fim de 1945, haviam ingressado na Colômbia dez corporações transnacionais, cujas casas matrizes se orientavam, fundamentalmente, para a produção manufatureira; entre 1946 e 1957 ingressaram 19, e 44 entre 1958 e 1967, já consolidado o condomínio oligárquico sobre a economia e o Estado. Entre 1946 e 1957 estabeleceram-se 29 subsidiárias manufatureiras e 72 entre 1958 e 1967, apontando para o controle da industrialização básica, do mercado interno de bens intermediários e de capital e de certos mecanismos nevrálgicos do aparato de financiamento.

Estas novas formas coexistiram com os tipos tradicionais de enclave colonial e foram saudadas pela própria burguesia industrial como um método ótimo de incorporação da moderna tecnologia na indústria manufatureira, sem ao menos se colocar o problema da natureza dessas transferências de tecnologia por meio de corporações orientadas por uma estratégia mundial e através de um hermético sistema de patentes e marcas. Por outro lado, a teoria *browderista* acerca da transformação qualitativa do capitalismo durante a guerra — teoria que inspirou a atividade política do partido comunista e do sindicalismo ortodoxo da CTC — havia desarmado ideologicamente certas vanguardas do movimento operário, que viam nas corporações transnacionais verdadeiras vanguardas missionárias da modernização capitalista. Esta visão acrítica do problema das CTN só começou a modificar-se com o desencadeamento da guerra fria e com a propagação dos padrões norte-americanos de anticomunismo. Dentro desta atmosfera de liberalização econômica se produziu um rápido crescimento da inversão privada estrangeira — de 440 para 654 milhões de dólares entre 1945 e 1953 — e uma inflexível dependência das importações de bens de capital, principalmente pela gravitação das indústrias submetidas à hegemonia das CTN: entre 1945 e 1953, as mencionadas importações passaram de 43,2 por cento para 72 por cento da inversão bruta interna, expressando a natureza do modelo tecnológico inserido no novo processo. É significativo o fato de que, embora a inversão total chegasse a representar mais de 20 por cento do produto no período 1950-53 — segundo estimativas da Cepal —, a inversão com recursos internos caiu de 20 por cento para 18,5 por cento e o ingresso bruto de capital estrangeiro cresceu de 1,71 por cento para 2,25 por cento do produto, no mesmo período. Iniciou-se assim a nova tendência histórica — interrompida somente durante o ciclo do governo militar populista — rumo ao financiamento da inversão total pela via preferencial do progressivo endividamento externo: ao finalizar a década de 60 (1966-68), a inversão com recursos internos apenas representava 11,9 por cento do produto e o ingresso bruto de capital estrangeiro havia chegado ao nível excepcional de 6,21 por cento (Cepal, dados oficiais). No período 1950 a 1968, em relação à América Latina, a inversão com recursos internos caiu de 16,30 por cento para 14,43 por cento e o ingresso bruto de capital estrangeiro só cresceu de 1,52 por cento para 3,80 por cento do produto latino-americano. A concentração de esforços e recursos — estatais e privados —, assim como as condições excepcionais da acumulação capitalista neste ciclo histórico provocaram tanto uma aceleração das taxas de crescimento do produto industrial (a taxa média anual subiu para 9,2 por cento e a do produto agropecuário apenas alcançou 2,7 por cento no período assinalado) como uma mudança no *peso relativo dos setores* no quadro da economia nacional: enquanto a receita manufatureira se elevou de 13,4 por cento para 17,2 por cento do produto bruto entre 1945 e 1953, a receita do setor agropecuário caiu de 47 por cento para 36,9 por cento, embora este continuasse fornecendo 90 por cento

da moeda estrangeira originada nas exportações físicas. Semelhante ritmo de expansão não só era produto do crescimento da inversão — enquanto a formação de capital se quadruplicou em termos globais e se sextuplicou na área da indústria manufatureira, entre 1939 e 1947 — como também do melhor emprego da capacidade industrial instalada.

As políticas agrícolas do governo de Ospina se limitavam a procurar uma maior receita cafeeira — por meio da maior participação no mercado interno da Federação Nacional —, a estimular a introdução de insumos industriais na agricultura e a promover uma diversificação dirigida para a substituição das importações de matérias-primas como o algodão, o trigo, o cacau e as oleaginosas. O problema da substituição de importações agrícolas não foi, na realidade, uma política deliberada de modernização capitalista na forma de diversificação do aparato produtivo e expansão da fronteira cultivada: foi, sim, o efeito de uma aguda escassez de dólares. Dada a nova estrutura das importações, o país não estava em condições de continuar importando certos produtos substituíveis a curto prazo e pela via de um melhor emprego de seu ativo em terras agrícolas. O volume físico das importações agropecuárias se havia sextuplicado entre 1937 e 1950, especialmente as orientadas para a indústria manufatureira de algodão, lãs, oleaginosas e borracha natural. Por outro lado, o novo processo de modernização capitalista da agricultura — em áreas como as do açúcar, do arroz, das fibras e das oleaginosas — esteve impulsionado por duas circunstâncias relacionadas com as novas condições de operação da economia do café: a maior participação nacional na receita cafeeira, ao organizar-se o sistema de armazéns de depósito (embora essa receita se concentrasse no setor de exportadores e de produtores em escala comercial: em 1952, de 10 principais casas exportadoras, 6 eram colombianas e comercializavam 48 por cento do grão); e a incapacidade de os minifúndios cafeeiros produzirem seus próprios alimentos básicos ao reduzir-se drasticamente o tamanho das unidades produtivas e ao desaparecerem as culturas associadas de milho, feijão, banana, os animais domésticos e a pecuária familiar. Em 1952, as explorações com médias inferiores a três hectares ascendiam a 535 mil e representavam 86 por cento do total de propriedades, quando vinte anos antes só chegavam a 129 mil 600. O processo de minifundização era mais agudo no cenário geográfico da colonização antioquenha, no qual tornava-se mais intolerável a desproporção entre o tamanho das parcelas e a magnitude da família patriarcal e no qual o efeito da pressão sucessorial se tornava mais forte e demolidora. Fechava-se assim a fase criadora e ascendente da colonização antioquenha, acelerando-se a decomposição das economias camponesas nas regiões nas quais foi mais agressiva a escalada da violência e nas quais esta operou como uma força de expulsão do campesinado e de modificação do cadastro rural. Nesta conjuntura histórica, o país ainda conservava uma fisionomia camponesa — com dois terços da população no campo — embora se houvesse definido a imagem da cidade

manufatureira e houvesse ganho lugar próprio a moderna agricultura de exportação. Outra coisa havia ocorrido com a agricultura que abastecia o mercado interno, que conservava as práticas tradicionais da república senhorial, assim como o regime global de acúmulo e uso dos recursos físicos, com absoluto desconhecimento dos fertilizantes químicos, dos inseticidas, dos equipamentos mecânicos ou das sementes geneticamente melhoradas. A pecuária operava dentro dos padrões hispano-coloniais do pastoreiro, do pasto natural, da ausência de seleção zootécnica e da exigência de grandes espaços. O regime de propriedade de uso da terra seguia as linhas gerais do que foi característico da república senhorial. Em 1948 — de acordo com os diagnósticos realizados pela missão do Banco Mundial — os cultivos ocupavam pouco mais de dois milhões de hectares enquanto 43 milhões de hectares estavam destinados à pecuária. Este era, em grandes traços, o mesmo modelo hispano-colonial de distribuição global da terra, que se preservou e se ampliou ao longo da república senhorial. A sistematização da violência e a multiplicação de focos de luta armada — ao aparecer a guerrilha camponesa como resposta à violência institucional — fizeram desaparecer fisicamente a pecuária de algumas regiões como as Planícies Orientais e o vale médio do rio Magdalena, ou estimularam a exportação maciça e clandestina do gado vivo. Os índices de produção agropecuária revelaram uma queda de 8 por cento entre 1947-49 e 1953-55, e os índices de preços do gado *vacum* registraram, em 1953, um aumento de 900 por cento em relação aos níveis existentes em pleno auge da república liberal.

Semelhante desarticulação do aparato produtivo agrícola foi acompanhada pelo transbordamento dos meios de pagamento e pela impetuosa expansão do gasto público, dois elementos característicos do processo de consolidação do Estado absolutista. Enquanto entre 1941 e 1945 os meios de pagamento aumentaram de 176 para 473 milhões de pesos, em 1951 haviam subido para 1.120 milhões de pesos e em 1953 para 1.600 milhões. Precisamente no lapso da maior escalada da violência — entre 1950 e 1953 —, tornou-se evidente a prevalência da *moeda bancária* (originada nos depósitos mobilizáveis por meio de cheques) sobre a *moeda estatal* (originada em emissões pelo banco central ou em depósitos oficiais), na composição dos meios de pagamento: enquanto a primeira passou de 561 milhões de pesos para 724, a segunda aumentou de 285 para 360 milhões de pesos. Na dinâmica da circulação monetária de pós-guerra, a força impulsionadora e reguladora não estava centrada no banco central, mas sim nos bancos comerciais: estes eram, precisamente, os objetivos para os quais vinte e cinco anos antes apontava a missão Kemmerer e que foram plenamente reconhecidos pelos governos que aplicaram a fórmula do novo ciclo histórico: a de *absolutismo político e liberalismo econômico*. Esta dinâmica expressava o auge do banco privado, assim como o início do processo de diversificação do aparato financeiro. Ao mesmo tempo em que se apressava a formação de sociedades de capitalização — como as de seguros —, multiplicavam-se os me-

canismos bancários de captação de poupança interna: entre essas formas novas, é necessário assinalar uma categoria especial: a das cadernetas de poupança, constituídas pelas classes pobres em busca de um mínimo de segurança pessoal numa sociedade altamente insegura e polarizada. Entre 1951 e 1953 aumentaram os depósitos de poupança no banco público e privado, de 119 milhões de pesos para 231, com uma taxa de crescimento anual que flutuou entre cerca de 20 e 33 por cento. Por meio deste sutilíssimo mecanismo, as classes mais pobres da sociedade colombiana se transformavam em financiadoras das classes ricas, do banco comercial e do Estado. No que diz respeito à expansão hipertrofiada do gasto público, este se triplicou entre 1948 e 1953, passando de 620 para 1.600 milhões de pesos (de 14 para 18 por cento do produto nacional bruto), especialmente como efeito das crescentes exigências da máquina repressiva e da rápida dilatação dos aparatos burocráticos do Estado. De 1944 a 1949, duplicou-se a massa de homens recrutados no exército e o orçamento do Ministério da Defesa chegou a representar cerca da quinta parte do orçamento geral de gastos. O ritmo de sua expansão burocrática chegou a uma rapidez que não podia sequer equiparar-se ao de atividades de tanto dinamismo como a indústria manufatureira, a construção e o transporte. Nestas condições, a inflação não somente era um produto da desordenada expansão monetária e da hipertrofia do gasto público: era também o resultado de uma política compartilhada pelo Estado, e pelas corporações econômicas no sentido de forçar o ritmo de acumulação e de propiciar uma maior concentração social da receita. O manejo corporativo dos preços e dos salários não só exigiu a ruptura da CTC como a fundação de uma nova central — a União de Trabalhadores da Colômbia — patrocinada pela oligarquia têxtil de Antioquia e pelos ideólogos corporativistas da Igreja católica. Semelhante mecanismo de controle do movimento operário tornou desnecessária a utilização do chamado *sindicalismo vertical no esquema franquista* ao conseguir que o salário não só estivesse muito atrás dos preços como também muito abaixo da produtividade por pessoa empregada. Despojou-se assim o sindicalismo de seus conteúdos classistas e de seus objetivos a longo prazo, limitando-o, estritamente, às ações destinadas a conservar um certo nível histórico dos salários reais. Entre 1938 e 1948 — de acordo com o diagnóstico da Cepal — a produtividade por pessoa empregada aumentou em 21 por cento os salários reais em apenas 6,6 por cento; e entre 1951 e 1953, o índice de salários desceu de 142 para 133, enquanto a produtividade do trabalho cresceu de 133 para 155. Dentro das bases deste ciclo histórico pôde definir-se uma tendência na qual a produtividade por pessoa empregada aumentou a uma taxa anual de 5,4 por cento e os salários reais diminuíram a uma taxa anual de 1,7 por cento. Partindo desta experiência histórica, poderiam enunciar-se as duas mais importantes leis que regulam a economia do salário dentro de um tipo de capitalismo subdesenvolvido e dependente: a de participação decrescente do trabalho na receita nacional, naquelas fases mais crí-

ticas do absolutismo político; e a de operação da inflação como um dos mais enérgicos mecanismos de limitação da capacidade de pressão e negociação do sindicalismo, em seu esforço por ultrapassar um certo nível — ou uma certa fronteira de ferro — dos salários reais.

Do ponto de vista da conformação histórica do novo processo contra-revolucionário, a Conferência Pan-americana reunida em Bogotá em abril de 1948 teve uma especial significação, já que foi presidida por Laureano Gómez como ministro das Relações Exteriores e dela participou diretamente o general George Marshall, secretário de Estado do governo dos Estados Unidos e arquiteto da guerra fria. Malgrado a qualidade política de Gaitán — caudilho do movimento popular e chefe das maiorias liberais no Congresso —, o presidente Ospina negou-lhe a participação na Conferência Pan-americana. É importante assinalar que a abertura desta conferência foi precedida pelo assassinato de Gaitán em 9 de abril e que a partir dela se produziu a imediata adoção governamental da doutrina norte-americana das fronteiras ideológicas e a ruptura das relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética e com os países socialistas. Este era, em suma, o verdadeiro Plano Marshall para a América Latina.

No momento de realizar-se o assassinato de Gaitán — não como um ato isolado, mas como parte de um processo de desencadeamento da violência de dentro do Estado —, estava em marcha a conspiração contra-revolucionária contra o Congresso e contra as instituições vitais da democracia liberal. Em 1947 e 1949, manteve-se precariamente a maioria liberal nas duas câmaras, mas estas deixaram de ter importância política na medida em que o estado de sítio concentrou a totalidade de faculdades estatais na presidência da República e em que foi consolidando-se o regime de absolutismo político. Em 1949 o governo de Ospina fechou violentamente o Congresso e em 1950 não houve sessões ali, perdendo o Parlamento progressivamente toda capacidade de iniciativa e todo peso específico dentro dos aparelhos do Estado. O controle absoluto exercido pelo governo sobre os mecanismos eleitorais serviu para instrumentalizar um dos propósitos da violência dissuasiva: a *transformação* do partido conservador em maioria e a redução do liberalismo a uma condição minoritária, por meio da aplicação de uma política de intimidação e de terror. Nas votações parlamentares de 1947 os liberais obtiveram 805 mil 874 votos e os conservadores, 653 mil 986. Nas eleições de 1949, fechou-se ainda mais a brecha, com 890 mil votos liberais contra 780 mil conservadores. Em estado de sítio e suspensas todas as garantias constitucionais — como num país militarmente ocupado — foi *eleito* presidente Laureano Gómez com 1,14 milhão de votos contra 0,14: em quatro anos de desmobilização popular se havia transformado o grupo contra-revolucionário num partido hegemônico de governo. A contra-revolução *franquista* chegava *legalmente* à conquista do poder do Estado e a partir de então poderia aplicar, irrestritamente, uma estratégia do aniquilamento.

Nesta estratégia de Gómez, não só desempenharam decisivo papel os seqüestros institucionalizados — encarceramentos sem processo e sem juiz —, os fuzilamentos em massa, a destruição física das bases eleitorais do liberalismo — sua máquina burocrática e sua clientela eleitoral —, como a substituição implacável da antiga burocracia e a incontrolada expansão dos aparatos administrativos do Estado. A regularização do estado de sítio e a progressiva concentração do poder do Estado na presidência da República transformaram o governo no centro onímodo dos aparelhos estatais, capaz de substituir, na prática, os órgãos legislativos, jurídicos e de controle administrativo e fiscal. Por meio de decretos presidenciais determinou-se uma nova ordem de sucessão presidencial, modificou-se a composição e o funcionamento da Corte Suprema de Justiça e do Conselho de Estado, designou-se o procurador-geral, facultou-se a governadores e prefeitos a nomeação de autoridades antes eleitas por assembleias e câmaras municipais e constituiu-se um corpo político — arremedo das Cortes espanholas — destinado a elaborar um projeto de Constituição autortária e corporativa. O projeto constitucional de Gómez tinha dois eixos ideológicos: por um lado, incorporava certos princípios do franquismo como a substituição do voto universal pelo voto qualificado de famílias e grêmios, a abolição dos partidos políticos e a proibição constitucional da luta de classes; e por outro lado, negava radicalmente a tradição liberal das constituições republicanas. Ficava assim destruído, abruptamente, o modelo liberal de democracia representativa, fundamentado no voto universal, na separação dos órgãos do poder público, na organização jurídica do Estado para o reconhecimento dos direitos e liberdades relacionados com a sociedade e com a pessoa humana. É desde logo necessário refletir sobre o fato de que o absolutismo nunca se tem apresentado na história como *carência absoluta de legalidade*, mas como um sistema de concentração incontrolada do poder que é capaz de criar, segundo queira, sua própria legalidade.

A violência de aniquilamento se orientou em duas grandes direções: uma de esmagamento da mobilização popular e de instrumentação de uma ideologia anticomunista que se mostrou identificada com a nova doutrina norte-americana da guerra fria; e outra de desarticulação do liberalismo como opção de governo, atacando não só suas bases populares como também seus chefes, suas elites políticas, seu patriciado. Gómez não percebia que, na agressão aos chefes liberais como López Pumarejo e Carlos Lleras Restrepo estava golpeando o ponto mais crítico e sensível do sistema: o da identificação ideológica da oligarquia burguesa e latifundiária com o sistema político de bipartidarismo. Enquanto a violência escapava do controle do governo e desatava sua própria dinâmica, Gómez foi ficando imprensado entre duas poderosas frentes opositoras: a das elites liberais e conservadoras — que entre 1951 e 1953 se identificaram num projeto de *hegemonia política compartilhada* — e a da mobilização camponesa que no lapso de três anos passou da simples resistência à luta

armada, das formas primárias de autodefesa à organização militar para a guerra de guerrilhas. O fato de que cerca de um décimo da população — e um terço do campesinado — tivesse sofrido na própria carne o impacto da violência e tivesse contribuído com uma enorme quota de 150 ou 200 mil mortos e 150 mil exilados à Venezuela dá uma medida — se é que existem medidas quantitativas válidas — da magnitude, da natureza e dos alcances da contra-revolução de Gómez. Nesta conjuntura de transbordamento, pôs-se em evidência a incapacidade político-militar das facções que dominam o governo para enfrentar com êxito o risco iminente de uma revolução social incubada na entranha do movimento guerrilheiro, o qual, perto de 1953, havia criado seus próprios chefes militares no alto e médio Magdalena, no Tolima, no Huila, nas planícies de Casanare e do Meta (Guadalupe Salcedo, Franco Isaza, Rafael Rangel, Jacobo Prias Alape etc.), tinha em armas um contingente de 35 a 40 mil homens, e embora se encontrasse ainda disperso em mais de doze frentes regionais, já estava a caminho de conquistar a integração político-militar das forças camponesas insurrectas. Por outro lado, as forças armadas se haviam modernizado a partir da participação na guerra da Coréia, mas estavam formadas no conceito da guerra de posições e ainda careciam de adestramento para a luta militar anti-subversiva. Na medida em que a mobilização camponesa entrou na etapa superior da integração político-militar, o movimento guerrilheiro não só aparecia como uma ameaça revolucionária no sentido tradicional senão também como uma nova opção de poder. López Pumarejo e Ospina tinham suficiente perspicácia e experiência política para descobrir o que aparecia no âmago da mobilização guerrilheira e no assentamento das anárquicas e torrenciais migrações camponesas — confinadas no miserável cinturão das cidades médias e metropolitanas — empurradas pela violência rural.

Ao generalizar-se o conflito social, militar e político, para além do limite tolerável pelo sistema, Gómez estava conduzindo o país precisamente para as formas mais agressivas e revolucionárias da luta de classes. O governo se encontrou bloqueado entre as forças camponesas insurrectas e as elites liberais e conservadoras que foram radicalizando sua posição até o limite da oposição frontal e subversiva. Foi uma coalizão do patriciado dos dois partidos (López, Ospina, Lleras, Santos, Echandía, Alzate Avendaño), com o apoio da oligarquia burguesa e latifundiária, que tomou a iniciativa de propiciar o golpe militar de junho de 1953. Uma a uma, Gómez havia perdido todas as forças de apoio: as corporações econômicas, as elites liberalizantes do partido conservador, os chefes da juventude contra-revolucionária e, finalmente, as forças armadas. Produziu-se, assim, o vazio de poder que levou à presidência o general Gustavo Rojas Pinilla, em 13 de junho de 1953.

IV. POPULISMO MILITAR E CONDOMÍNIO OLIGÁRQUICO SOBRE O ESTADO

Havia sido superada a fase crítica da contra-revolução e debelada a ameaça insurrecional da mobilização guerrilheira por meio do golpe militar que derubou a ditadura de Gómez e instalou no governo um elenco de militares de classe média, num momento histórico em que a doutrina das fronteiras ideológicas havia aprofundado os confrontos entre as duas superpotências em nível mundial, mas em que tomava corpo a mobilização populista na Argentina e se iniciava o ciclo ascendente da revolução nacional-popular na Bolívia. Os comandos estratégicos do sistema — corporações econômicas, patriciado, elites políticas, hierarquia eclesiástica — apoiaram de imediato e sem reservas o governo militar, ao qual não somente atribuíam a enorme tarefa de desmontar a explosiva máquina da subversão social e das guerrilhas camponesas, como também a de pacificar o país, conciliar as classes e reajustar os distorcidos aparelhos do Estado com o objeto de restabelecer as regras da institucionalidade burguesa e o sistema tradicional de hegemonias políticas.

De acordo com este projeto político dos partidos, o governo militar devia constituir-se com um sentido de *provisoriedade* e de precariedade e não com um alcance histórico de *alternativa política*, devendo as forças armadas confirmar assim sua natureza de corpo arbitral e renunciando a qualquer propósito de exercício autônomo do poder do Estado. Dentro das regras institucionais da República liberal, as forças armadas se haviam definido como *apolíticas*, portanto incapazes de tomar iniciativas e de ser independentes das normas emanadas da autoridade legitimamente constituída, isto é, de acordo com os padrões jurídicos estabelecidos pelas forças dominantes nos dois partidos. Desde cedo, semelhantes formulações partiam do pressuposto de que o controle direto do Estado, o exercício do poder, a inserção no centro das relações e dos conflitos entre as classes não constituíam atividades políticas e não podiam gerar uma própria dinâmica. Por outro lado, o governo militar nascia imerso numa série de contradições, por sua própria ambivalência histórica: havia-se originado num apelo político das classes dominantes à desmobilização camponesa e ao debelamento da ameaça revolucionária e, ao mesmo tempo, expressava uma entranhada aspiração popular à paz, ao restabelecimento das liberdades e à quebra do processo contra-revolucionário.

As cidades haviam crescido hipertrofiadamente, alimentadas por uma emigração torrencial e anárquica do campesinado, a qual, na década de 50, compreendeu cerca de um milhão e meio de pessoas, 17 por cento da população rural. A migração aluvional transformou a estrutura e imagem da antiga cidade comercial e burocrática e desatou as mais intensas pressões sobre a propriedade da terra, sobre o mercado de trabalho e sobre os serviços assistenciais do Estado. Dentro dos marcos deste processo acelerado de urbanização e de me-

tropolização — com coeficientes de 5 e 7 por cento nas cidades de maior dinamismo — reapareceu um fenômeno vigente no ciclo da República liberal: a presença das massas no recinto das cidades como uma força de pressão política. Através deste fio condutor, era possível reconhecer o parentesco existente entre a mobilização das massas urbanas no curto ciclo do gaitanismo (1944-48) e o que configurou o ciclo — também extremamente curto (1953-57) — do populismo militar: o sentido caudilhista e messiânico dos camponeses recém-assentados nos cinturões marginais das cidades, a fidelidade das classes médias de província, o desejo de justiça social propagado pelo sindicalismo, a necessidade ineludível de uma redistribuição da riqueza e do poder. Foram essas mudanças na estrutura do povoamento, da ocupação do espaço e do emprego da população colombiana que determinaram a linha populista do governo militar entre 1953 e 1955, dirigida a introduzir as concepções justicialistas da economia de bem-estar e a promover a expansão dos serviços assistenciais do Estado. Esta linha política requereu, para aprofundar-se, o apoio do sindicalismo e o desencadeamento de um movimento de massas fora da capacidade de controle político dos partidos tradicionais. Restabeleceu-se a CTC, fundou-se uma nova central operária (a CTN) e a mobilização popular se articulou politicamente no Movimento de Ação Nacional (MAN). A formação destas bases populares de apoio à linha autônoma e populista do governo militar teve um duplo efeito: por um lado, designar ao governo uma tarefa política independente dos partidos liberal e conservador; por outro lado, clarear certos objetivos estratégicos relacionados com a necessidade de redefinir o tipo de capitalismo de Estado e as políticas de redistribuição social da renda por meio da tributação, dos salários, dos preços e dos serviços assistenciais. Embora a tendência rumo ao capitalismo de Estado se houvesse iniciado desde o ciclo da República liberal e houvesse sido impulsionada pelo governo de Ospina, foi durante o governo militar que ela adquiriu maior peso e coerência, ao articular-se um setor de empresas estatais nas áreas do petróleo, da siderurgia, da energia elétrica, do transporte ferroviário ou na comercialização de produtos agropecuários. Nesta mesma fase, levantaram-se diante do governo militar exigências como limitar o desmedido poder dos bancos (que por então aspiravam a organizar um sistema de corporações financeiras sob sua absoluta hegemonia), neutralizar as pressões dirigidas a impor a desvalorização periódica da moeda (relação peso-dólar), regular a operação das corporações transnacionais, promover o financiamento da inversão nacional pela via preferencial da mobilização dos recursos internos de poupança e frear a expansão das economias especulativas como forças motoras do mercado interno. Entre 1954 e 1956 o país não só alcançou o mais alto nível de inversão de sua história contemporânea — 25 por cento do produto — como o mais elevado coeficiente de inversão financiada com recursos internos, chegando a representar cerca de 22 por cento do produto. Por volta de 1955, haviam-se estabelecido mecanismos de intervenção estatal nos

bancos privados e se haviam bloqueado os canais através dos quais eles controlavam a comercialização de certos produtos no mercado interno por meio dos armazéns de depósito, havendo-se criado uma corporação estatal capaz de canalizar e regular os recursos nacionais de financiamento do desenvolvimento. Dois fatos se encarregaram de abrir definitivamente a brecha entre o governo militar e as forças sociais e políticas que dois anos antes haviam auspiciado o golpe de Estado: a constituição do MAN como forma independente de mobilização política das massas; e a recusa do governo a convocar eleições e restabelecer plenamente as normas tradicionais das hegemonias políticas. Havia-se produzido, neste instante, o confronto entre a mecânica vertical do sistema bipartidarista e a dinâmica do sistema populista de mobilização social. Nesta nova conjuntura, o governo abandonava os propósitos iniciais de transitoriedade e de exercício vicário do poder e adotava o objetivo político de tornar-se independente da tutela liberal-conservadora. Supunha, em conseqüência, o desencadeamento de uma nova crise dos partidos tradicionais, ao produzir-se um esvaziamento de suas clientelas e um desmoronamento dos mecanismos consuetudinários de manipulação política da classe baixa do povo.

Por esta brecha histórica, haviam regressado de novo as massas ao cenário nacional — como nas épocas de María Cano, López Pumarejo e Gaitán — e de novo se colocava o problema do confronto entre o poder econômico e o poder político. Mas no instante em que as elites dos partidos, os velhos caudilhos e a oligarquia burguesa tomava consciência do problema e da necessidade de privar o governo militar de todo apoio, careciam de organização e poder suficientes para constituir um sistema coerente, aberto e eficaz de oposição. Por isso, a primeira manobra opositora teve um sentido de ação indireta, empurrando a hierarquia católica a proscrever o MAN como contrário à doutrina religiosa e à moral cristã. “O que mais preocupa a Igreja” — dizia o cardeal arcebispo primaz da Colômbia — “é ver na primeira linha, como dirigentes da terceira força, os dirigentes de movimentos condenados pela hierarquia eclesiástica como a CNT, a CTC, o socialismo, o comunismo e outros movimentos que não têm a confiança da Igreja.” O governo militar não tinha a sagacidade política para penetrar no âmago desta hábil manobra de desvio e decidiu encolher-se, dissolvendo o Movimento de Ação Nacional e renunciando com isso às possibilidades de realizar uma política independente de reformas. A oligarquia havia conseguido por este meio a mais imprevista e decisiva vitória tática, provocando a dissociação entre governo militar e classes trabalhadoras mobilizadas. Desde logo, a desmobilização da *terceira força* não só expressava a limitada visão política dos que chefiavam o governo militar, mas também o baixo nível de consciência social das massas incorporadas à mobilização populista. Daí para a frente, o governo militar ficaria como um poder cativo e no ar, sem capacidade de iniciativa, sem outras bases de sustentação além das próprias forças armadas. O golpe final foi uma justa expressão do grau de coesão

política e de capacidade de manobra a que haviam chegado as elites do poder, dentro das corporações econômicas e dentro dos partidos: já não estavam só López Pumarejo e Ospina, seus líderes mais perspicazes, que desde 1944 haviam exposto a doutrina da identificação ideológica dos dois partidos e da necessidade de articular um novo sistema de hegemonia compartilhada. Esta foi, exatamente, a conjuntura do novo contrato social entre a totalidade de forças dominantes, liberais e conservadoras: nesse novo pacto não estavam presentes só López e Ospina, Eduardo Santos e Alberto Lleras, Carlos Lleras Restrepo e Alzate Avendaño, Guillermo León Valencia e Misael Pastrana Borrero, mas também Laureano Gómez, o caudilho contra-revolucionário que desde 1936 se havia alçado contra as instituições da democracia liberal e desde 1950 havia preconizado a exigência de um sistema de partido único. Desde logo, também estava presente o estado-maior da Associação Nacional de Industriais (ANDI) e a enérgica burguesia industrial e financeira de Antioquia, a mesma que havia promovido a derrota política de Gaitán, a organização do sindicalismo anti-revolucionário e a derrubada de Laureano Gómez.

Nesta última hora — em maio de 1953 —, o governo só tinha um caminho de permanência: a audaz aplicação de um programa de profundas reformas econômicas e sociais que mobilizasse o povo e lhe mostrasse a possibilidade de sua participação nas novas estruturas do Estado. Mas nesta última hora, o governo militar havia perdido a iniciativa, encontrava-se dividido internamente e havia deixado de ser uma força arbitral. A derrubada de Rojas se produziu por meio de uma acertada combinação de três operações: a cominação da hierarquia eclesiástica ao presidente para que abandonasse o poder; a greve patronal organizada pela ANDI e que paralisou a totalidade da indústria manufatureira; e a divisão dos generais que apareciam como colunas sustentadoras do governo. A vanguarda nesta ofensiva final estava constituída pelos estudantes e pelas classes médias, os estamentos mais sensíveis às formulações retóricas dos partidos sobre *regresso à constitucionalidade democrática*, ao exercício pleno das liberdades e à demolição da ditadura militar. O presidente abandonou o poder, sem luta, em 10 de maio de 1957, constituindo-se uma junta de generais destinada a presidir o plebiscito que não só entregaria a totalidade do poder aos dois partidos, mas que daria ao sistema de *condomínio oligárquico* sobre o Estado a categoria de uma norma constitucional. Havia-se chegado assim à última fase do processo histórico contra-revolucionário — o da hegemonia compartilhada sobre todos os aparatos da economia, da sociedade e do Estado — depois de atravessar, no brevíssimo lapso de uma década, três fundamentais e trágicas etapas: a do reagrupamento de forças políticas de acordo com as exigências do processo de concentração econômica e da moderna estrutura corporativa (governo de A. Lleras); a da violência dissuasiva, na qual se transformaram substancialmente as relações eleitorais entre os dois partidos e se assentaram as bases para os governos de coalizão paritária (governo de Os-

pina); e a da violência de aniquilamento, na qual se demonstrou a impossibilidade histórica — na moderna sociedade colombiana — de uma hegemonia exercida por um só partido e por uma só fração da oligarquia burguesa e latifundiária. A frente Nacional Bipartidária — negociada originalmente entre Laureano Gómez e Alberto Lleras — se constituía na espinha dorsal do novo sistema político consagrado pelo plebiscito de 1958 e caracterizado por estes elementos: condomínio compartilhado pelos dois partidos oficiais sobre a totalidade de aparatos do Estado, tanto os de caráter representativo como operacional, incluindo a hipertrofiada constelação de institutos descentralizados; exclusão política das forças sociais não expressas nem representadas pelos dois partidos oficiais; centralização crescente do poder do Estado no presidente da República (dentro das regras da alternância da presidência entre os dois partidos do condomínio), por meio do funcionamento de um regime jurídico de exceção (*estado de sítio, emergência econômica e facultades extraordinárias*); abdicação, pelo Congresso, de suas facultades fundamentais de iniciativa em matéria econômica, administrativa, fiscal e financeira; paridade burocrática e orçamentária, como fundamento do condomínio liberal-conservador e como meio de indentificação prática dos grupos sociais constituídos no bloco de poder, estimulando a hipertrofia dos aparatos administrativos do Estado e sua distribuição milimétrica entre as clientelas dos partidos; eliminação do conceito democrático de maiorias e minorias dentro dos órgãos de representação popular; e bloqueio dos projetos de reforma ao se estabelecer a exigência, para sua aprovação, de dois terços dos votos. A maior parte destes princípios normativos se aprovou globalmente e sem debate algum no plebiscito de 1958, e outros — como os relacionados com o Congresso — constituíram a matéria central na reforma constitucional de 1968, promovida por Carlos Lleras e Alfonso López Michelsen. Na prática do *sistema de hegemonia compartilhada* ficavam abolidas todas as normas essenciais da democracia liberal: a separação dos órgãos do poder público, os controles democráticos sobre o exercício do orçamento, o jogo das maiorias e minorias dentro da totalidade de órgãos representativos do Estado, a possibilidade de uma oposição democrática e com garantias constitucionais. Desde cedo, o suporte fundamental do sistema residia no monopólio bipartidário sobre a representação popular e sobre os aparatos eleitorais: ficavam assim marginalizadas ou eliminadas tanto as forças sociais revolucionárias como as reformistas, bloqueando todas as vias institucionais para o funcionamento da oposição, dentro ou fora dos partidos oficiais. Na regulamentação do plebiscito — feita pelo conselho de ministros da junta de generais — ficou consagrada esta doutrina da hegemonia compartilhada, da paridade liberal-conservadora e da negociação rasa dos direitos eleitorais e políticos dos cidadãos não filiados aos partidos oficiais: “art. 1º: será nula a eleição para membro das câmaras legislativas, das assembleias departamentais e das câmaras municipais de cidadãos que não pertençam aos dois partidos tradicionais, o con-

servador e o liberal”. Esta era a ata de óbito da democracia liberal e o *fundamento legal* para que os *governos de minoria* pudessem ter a aparência (deixando de votar 65 ou 75 por cento dos cidadãos com direito teórico a voto) de governos de maioria. Era evidente que, por este caminho, não só se havia conseguido a integração — num sistema vertebrado — do poder econômico e do poder político, como a identificação ideológica do sistema de partidos através do qual se tem exercido o controle sobre massas eleitoras, sobre os órgãos de representação e sobre o Estado: no condomínio exercido durante 16 anos, o que tem estado emergindo é *um sistema de dois partidos politicamente conservadores e economicamente liberais*. Por este novo método da hegemonia compartilhada, não só se redefiniu o papel dos dois partidos e se eliminaram as fontes de confronto e de conflito entre partido e partido, mas também se extirparam os fatores de confronto entre diversos órgãos do Estado. O fundamento deste sistema político era, então, um governo de minorias com uma categoria de constitucionalidade democrática e a forma legal de uma maioria, embora dentro deste sistema exclusivista e cerrado a maioria tivesse de refugiar-se na *abstenção eleitoral*. Em 1960, em pleno auge da Frente Nacional e do governo de Alberto Lleras, não participaram das eleições 60 por cento dos cidadãos com direito a voto; em 1964, esse coeficiente subiu para 69 por cento, em 1968 — reintegrada ao sistema de condomínio uma dissidência tática tão importante como o Movimento Revolucionário Liberal (MRL) — a abstenção chegou a 70 por cento; em 1970 a abstenção se reduziu a 54 por cento como efeito da catalisação de forças sociais e políticas produzida nessa eleição presidencial; e em 1974 a abstenção só foi de 50 por cento de uma massa eleitora de dez milhões de cidadãos, como efeito da maneira equívoca como se apresentaram as candidaturas presidenciais de López Michelsen e A. Gómez Hurtado — filhos de Alfonso López Pumarejo e Laureano Gómez — e de partidos de oposição como a Aliança Nacional Popular e o Partido Comunista.

Dentro destes marcos institucionais e políticos se definiram os novos traços do modelo de capitalismo dependente — na ordem econômica, social, cultural e política — e se produziram na estrutura populacional aquelas mudanças determinadas pela exigência da industrialização e da moderna economia de mercado. Semelhantes mudanças nos padrões de ocupação do espaço eram quase coincidentes com a aceleração das taxas de crescimento populacional e com o paulatino predomínio dos diversos tipos de assentamento urbano. Na década de 60, o crescimento demográfico chegou a seus mais altos níveis — 3,5 por cento anual — assim como o processo de expansão do triângulo metropolitano Bogotá-Medellín-Cali. Do ciclo da República liberal ao do condomínio oligárquico se havia transformado a imagem física da sociedade colombiana, passando a *população concentrada* de 29 por cento em 1938 para 61 por cento em 1973 e uma taxa média de crescimento de 4,2 por cento e descendo a proporção da *população dispersa* de 70,9 por cento para 49 por cento no mesmo período.

A acomodação espacial e econômica da população — que se foi expressando no processo de urbanização e na expansão hipertrofiada das economias terciárias — implicava uma mudança profunda nas exigências de emprego e de serviços assistenciais do Estado: na década de 70, a população das cidades aumentou a uma taxa anual de 200 mil pessoas, a população rural cresceu a razão de 40 mil pessoas ativas e a população infantil a uma taxa de 700 mil crianças demandando escola. As mudanças radicais na pirâmide de idades e na estrutura de ocupação determinaram um dos mais drásticos desajustes da sociedade colombiana contemporânea, pela incapacidade do Estado e das economias privadas em responder às intensas e progressivas demandas de emprego, educação, saúde e habitação. Por outro lado, o processo de *concentração* e de *centralização* da riqueza, das receitas, da cultura e do poder político desencadeou uma aguda confrontação entre o *modelo norte-americano de modernização tecnológica* e os *padrões mercantilistas de assalariamento* que funcionam na aplicação das regras tradicionais de oferta e procura de mão-de-obra num mercado sem maiores exigências de qualificação e não de acordo com os níveis de produtividade do trabalho e com as necessidades de expansão do mercado interno. Não obstante a influência dos padrões tecnológicos norte-americanos (taylorismo e fordismo, no plano da organização do trabalho), conservaram-se as concepções que consideram o *salário baixo* o principal suporte da capacidade competitiva da empresa capitalista.

Na ordem econômica, a modernização capitalista orientou-se nestas grandes direções: a de articulação de uma estrutura industrial produtora de bens intermediários e de capital e introdutora — através das corporações transnacionais — de sofisticadas técnicas originadas no aparato produtivo da metrópole e sem relação alguma com o desenvolvimento nacional da investigação científica e tecnológica; a de transformação qualitativa da estrutura importadora, com o objetivo de responder às exigências da indústria manufatureira, introduzindo nela, desde a metrópole, bens de capital, semimanufaturas, patentes e marcas; a de intensificação e diversificação da economia exportadora, tanto em função das exigências do esquema de divisão internacional do trabalho no qual o país está inserido, como em resposta às demandas financeiras do modelo de industrialização e de crescimento econômico; a de expansão e reorganização da agricultura, melhorando — dentro dos singulares padrões de racionalidade do capitalismo dependente — a distribuição global dos recursos físicos e os níveis de produtividade nas áreas mais diretamente relacionadas com as demandas do mercado externo e interno; a de ampliação e diversificação do aparato financeiro, com o objetivo de estabilizar um mercado interno de capitais articulado com as necessidades do novo aparato industrial e com o sistema de relações com o mercado financeiro da metrópole; e a de atribuir à indústria de construção a mais alta responsabilidade como economia geradora de emprego, não só por sua associação com o fenômeno da *explosão urbana* como

pela necessidade de dar alguma resposta à intensa procura de habitação nas cidades e de canalizar o exagerado processo de supervalorização comercial da terra.

Não obstante a crescente diversificação do processo econômico e a sofisticação das políticas de modernização capitalista — em parte produto das missões norte-americanas de assistência técnica e em parte efeito da incorporação aos quadros do Estado de uma elite tecnocrática recrutada das classes altas e formada profissionalmente nas escolas de Harvard, Boston, Yale ou Massachussets — o ritmo de crescimento do produto interno bruto por habitante apenas alcançou 1,3 por cento anual na década de 60 — década da Aliança para o Progresso —, enquanto no resto da América Latina (sem Cuba) havia chegado à taxa, bastante medíocre, de 2.7 por cento anual (Cepal, dados oficiais, 1976). Todavia, o problema essencial que se formula nesta análise não é da incapacidade absoluta do modelo de capitalismo subdesenvolvido e dependente de aumentar — ainda que irregular e precariamente — a inversão ou o produto por habitante. A experiência histórica tem demonstrado que em 16 anos de hegemonia bipartidária compartilhada, o país no pôde conquistar um *ritmo permanentemente sustentado de crescimento* — e muito menos auto-sustentado —, mas, isso sim, esteve em condições de obter (em circunstâncias como as criadas entre 1971-1973 ao efetuar-se uma concentração excepcional de recursos nacionais na indústria da construção nas grandes cidades e no estímulo às exportações) uma taxa de crescimento do produto por habitante de 3,8 por cento, embora nos anos seguintes descesse para 3 e 1,6 por cento, apesar da redução das taxas de aumento populacional (Cepal, dados oficiais, 1976). Ainda em condições de extrema concentração do poder econômico e do poder político, de polarizada distribuição da riqueza nacional e de congelamento dos salários reais, foi possível resolver o problema do crescimento econômico, em termos de incremento irregular e flutuante do produto por habitante: o que ultrapassou e ultrapassa, radicalmente, a capacidade do sistema político-econômico é a possibilidade de que se enfrente e resolva o *problema estratégico do desenvolvimento*, enquanto processo que expressa a *transformação global das condições históricas de vida* de uma sociedade organizada politicamente. A concepção do desenvolvimento não pode limitar-se às noções quantitativas e equívocas de *crescimento econômico* e de *níveis de bem-estar* — tal como foi propagado na América Latina pela ideologia desenvolvimentista — já que se relaciona com a maneira como existe a sociedade em seu conjunto, com a qualidade da vida, com a autenticidade das instituições que regulam a ordem jurídica, com o papel da cultura, com a composição e papel do Estado, com o uso racional dos recursos humanos e naturais de que toda comunidade dispõe e, sem dúvida, também com a capacidade de participar autonomamente das grandes conquistas culturais do mundo contemporâneo. A perpetuação do condomínio oligárquico implica, então, um bloqueio das possibilidades de que a nação

colombiana se desenvolva e conquiste um lugar próprio no mundo. A última fase da industrialização substitutiva se iniciou no segundo pós-guerra e se caracterizou por apoiar-se nas transnacionais, no modelo tecnológico norteamericano e na transformação tanto da estrutura das importações como do mercado financeiro interno. Embora o setor manufatureiro só haja conseguido participar em pouco mais da décima parte das exportações — na década de 60 —, ele necessitou absorver cerca das três quartas partes da importação, precisamente as de maior densidade de valor: as importações de insumos e bens de capital destinados à agricultura apenas representam — no final dos anos 60 — 3,5 por cento, como efeito da substituição industrial realizada pelas transnacionais dentro do mercado interno. As novas correntes de inversão estrangeira se orientarão a partir do segundo pós-guerra para a indústria manufatureira, as instituições de financiamento e certas áreas do setor terciário como as relacionadas com o aparato de publicidade que tão decisivo papel tem desempenhado na orientação ideológica dos meios de comunicação social. Em 1969, 85 por cento da inversão estrangeira se orientou nessa direção: nesse mesmo ano, seis grandes bancos estrangeiros dispunham de 15 por cento dos ativos bancários, embora sua importância fosse mais qualitativa que quantitativa. A operação das transnacionais, sobre a base de uma transferência colonial de tecnologias desde a metrópole, tem determinado uma série de transtornos na economia colombiana: a rigidez da nova estrutura importadora; a insuficiente capacidade de emprego do aparato industrial mais moderno e dinâmico, apesar de os estabelecimentos com inversão estrangeira direta ocuparem 28 por cento dos trabalhadores empregados na indústria manufatureira; a formação de duas estruturas industriais superpostas; a drástica redução do aportes reais de capital das transnacionais, ao passo que estas se financiaram com reinversões e com créditos obtidos no mercado interno. Existe um aspecto — pouco esclarecido — em relação ao papel das corporações transnacionais na segunda fase da industrialização substitutiva: relaciona-se com o fato de que, no que diz respeito às subsidiárias manufatureiras estabelecidas no país entre 1958 e 1967, só 36 por cento correspondiam a *empresas novas*; uns 29 por cento estavam constituídos por subsidiárias de subsidiárias já existentes e uns 18 por cento por empresas instaladas com anterioridade. Neste mesmo período, as vendas feitas por aquelas empresas manufatureiras situadas no país passavam de 69 a 358 milhões de dólares, correspondendo 90 por cento a vendas locais, enquanto nos cinco países do pacto sub-regional andino (antes do ingresso da Venezuela) essas vendas cresceram de 151 a 743 milhões de dólares: o que equivale a dizer que, num decênio clássico pela plena vigência da Aliança para o Progresso e do condomínio bipartidário, as vendas feitas pelas corporações transnacionais manufatureiras na Colômbia representaram cerca da metade das efetuadas na totalidade da área andina. Foram essas condições históricas que possibilitaram a transformação das transnacionais no centro dinâmico das re-

lações de dependência e do sistema de mercado interno. Em razão da limitada magnitude desse mercado e da natureza da nova indústria manufatureira — organizada de acordo com os padrões metropolitanos das economias de escala — no último ciclo fortaleceu-se ainda mais o processo histórico de concentração. Em fins dos anos 60, revelou-se que as pequenas empresas constituíam 77 por cento do total aplicado, com 9 por cento da produção bruta e 7 por cento dos salários pagos; e os grandes estabelecimentos — 9 por cento do total — concentravam quase nove décimos da inversão bruta, participavam em 75 por cento da produção e pagavam 82 por cento dos salários. Apesar das mistificadas hipóteses acerca da democratização do capital por meio da sociedade anônima, 16 empresas manufatureiras dispunham de 82 por cento do capital total; e estimando uma média de sete membros por junta diretora, resultaria que menos de cem pessoas estariam controlando a capacidade de decisão de semelhante aparato econômico. Outra expressão do processo de concentração econômica — relativamente mais intenso e profundo nas sociedades latino-americanas que nos países capitalistas desenvolvidos — tem sido a *centralização geográfica* da manufatura e dos aparatos reitores do mercado interno: sem a gravitação destes fatores, não se poderia explicar a dinâmica dos processos centralizadores nas órbitas do Estado, da vida política, da cultura, dos meios de comunicação social.

Em 1976, a indústria manufatureira se encontrava centralizada em quatro cidades (Bogotá-Medellín-Cali-Barranquilla), nas quais se têm localizado cerca de 60 por cento dos estabelecimentos industriais, com mais de 70 por cento do pessoal ocupado, com 73 por cento dos salários pagos e com 69 por cento da produção setorial. Estas condições históricas da industrialização têm determinado uma taxa de incremento do produto industrial bastante irregular e que tem flutuado entre 2,5 e 6 por cento anuais, uma quase nula capacidade de redução do desemprego urbano, uma participação na geração do produto bruto que não tem passado de um quinto deste — enquanto na Argentina e no México tem representado mais da terça parte e tem-se constituído no centro principal das relações sociais de produção das respectivas economias nacionais — e uma necessidade de apelar ao resconto no banco central, por intermédio das Corporações Financeiras, quando estas não têm podido competir no mercado interno de capitais com os UPACS (valores de poder aquisitivo constante), com os certificados de depósito a prazo ou com os valores cuja rentabilidade nominal tem flutuado entre 26 e 35 por cento.

A modernização do aparato de financiamento tem-se orientado com um sentido de ampliação e diversificação, com o objetivo de tornar possível o funcionamento de um mercado interno de capital e de que através dele possam canalizar-se os recursos de poupança interna ou as correntes de capital estrangeiro. Entretanto, as tendências especulativas, que têm expressado a hipertrofia das economias terciárias e as irrefreáveis pressões para a maximização da

taxa de lucro, ultrapassaram a capacidade de operação das corporações financeiras privadas, precisamente as que se criaram como primeiro ato do Condomínio oligárquico ao ser derrubado o governo militar-populista. Esta é a razão por que ainda sociedades de capitalização como as de seguros comerciais se tenham encontrado inseridas numa tendência rumo à inversão em bem de raiz ou à manipulação comercial e financeira. A eleição da indústria de construção como o setor-chave do crescimento econômico e da política estatal de emprego (1970-1974) estimulou ainda mais estas tendências à distorsão especulativa da inversão, acelerando o processo de supervalorização comercial da terra — urbana, suburbana e rural — e um progressivo encarecimento dos materiais de construção; a exportação deste tipo de bens, especialmente para a Venezuela e o Equador, cresceu a uma taxa de 40 por cento entre 1970 e 1975, aumentando em 165 por cento o custo de sua manufatura. O resultado de semelhante *estratégia de crescimento* foi um aumento anormal da construção de moradias para classes de altas rendas, o excessivo encarecimento dos materiais de construção — impondo maiores sacrifícios às classes pobres — e a utilização governamental de um mecanismo inflacionário, o UPAC, para a captação de poupança interna com destino ao financiamento da construção. De 1973 a 1976, a poupança financeira captada pelos UPACS passou de 4.600 milhões para 17.550 milhões de pesos, ou seja, 20 por cento da poupança nacional neste último ano. O transbordamento dos UPACS e a desarticulação do mercado de capitais têm determinado uma progressiva tendência ao endividamento externo — privado e público — e à captação em grande escala da poupança originada nas classes pobres. A superintendência de sociedades anônimas (1968) tem registrado esta tendência ao endividamento externo da empresa privada, assinando para quase todo o decênio um coeficiente de 75 por cento sobre o total de fontes internas e externas utilizada. Em 1975, de uma dívida pública de 58.146 milhões de pesos, 70 por cento correspondia a dívida externa, elevando-se para \$0,97 o coeficiente de endividamento público. No plano da economia de Estado, tanto a República senhorial quanto as novas formas de modernização capitalista tenderam sempre a financiar-se com endividamento externo, inglês ou norte-americano. Entre os ciclos do governo militar-populista e o de pleno auge do condomínio oligárquico sobre o Estado (1954-56 e 1966-68), produziu-se uma queda quase vertical da inversão colombiana de 25,2 por cento para 18 por cento, e da inversão financiada com recursos internos de 21,7 por cento para 11,9 por cento do produto, aumentando o ingresso bruto de capital estrangeiro de 3,49 por cento para 6,21 por cento: demonstrava-se assim que este não era um fenômeno circunstancial, mas que constituía uma das peças mestras do modelo histórico de capitalismo dependente (Cepal, dados oficiais). A poupança das classes pobres — depositada em bancos comerciais e públicos — cresceu entre 1973 e 1975 de cerca de 8.000 milhões até 12.153 milhões de pesos, revelando uma extraordinária capacidade de cobrir uma parte do vazio

criado no mercado interno de capitais e de desviar as pressões tributárias por meio das quais o Estado podia aumentar a taxa nacional de poupança onerando as rendas ou comprimindo os consumos suntuários das classes ricas. Em 1975 (governo de López Michelsen) este tipo de poupança chegou a representar 32 por cento da poupança financeira líquida do país, demonstrando a envergadura e a eficácia da política do condomínio oligárquico, destinada a transformar as classes pobres em financiadoras em grande escala dos banqueiros comerciais e do Estado: em 1975, as contas de poupança ascendiam a 7.400 milhões de pesos nos bancos comerciais privados e a cerca de 5.000 milhões no banco estatal.

A modernização capitalista da agricultura tem-se apoiado em diversas linhas operacionais: melhoramento da infra-estrutura e das condições de comercialização agropecuária (sistema de armazenamento, transporte, ensacamento, tipificação de produtos, pesos e medidas etc.); criação de agências comerciais do Estado, destinadas à regulamentação de certas condições de comercialização de grãos e produtos oleaginosos com exigência de processamento industrial; estímulo estatal à transformação de latifúndios pecuaristas e agrícolas localizados em áreas de elevada valorização comercial — como o vale do Cauca ou as planícies do Tolima — por meio de transferência de sofisticadas tecnologias de fertilização, mecanização etc.; apoio estatal à cartelização de grandes produtores e vendedores — como no caso da Distribuidora de Açúcar, financiada com recursos do orçamento público e dotada de faculdades de regulação do mercado interno — ou aplicação de um modelo marginal de reforma agrária e colonização, inspirada nas linhas ideológicas da Aliança para o Progresso e fundamentada na difusão da economia parcelária, na consolidação do mercado capitalista de terra agrícola, na ampliação das classes médias rurais e no desvio da pressão camponesa sobre a terra por meio do estímulo à ocupação das terras baldias da periferia. A modernização tecnológica dos latifúndios localizados nas regiões estratégicas do crescimento capitalista (vales do Cauca, do Magdalena baixo e médio, do Sinu etc.) se orientou para o abastecimento do mercado interno de açúcar, algodão, arroz, oleaginosas, sorgo, provocando nas décadas de 50 e 60 uma mudança substancial no padrão geral de uso dos recursos físicos e uma realocação da agricultura nas melhores terras mecanizáveis do vale, litoral e altiplano. Este foi o período histórico em que a agricultura desceu das encostas e em que a pecuária começou a vincular-se aos cultivos forrageiros e aos alimentos concentrados produzidos pelas corporações transnacionais. Neste processo se modificaram também as relações sociais nessas áreas modernizadas — substituindo-se o colonato, a peonagem tradicional e as parcerias servis pelo assalariamento —, precipitou-se a decomposição das economias camponesas e se modificou, numa certa medida, o tipo de concentração da propriedade agrária, especialmente em certas regiões de mais

intensa valorização comercial, como as do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz e das oleaginosas. O problema da modernização deve ser abordado não como um processo global e a nível de toda a estrutura, mas antes como um fenômeno circunscrito a certas áreas nevrálgicas: na órbita das explorações cafeeiras de 20 a 50 hectares (a densidade econômica da plantação modificou o conceito tradicional de grande ou média exploração agrícola), a produtividade passou de meia tonelada a quinze toneladas de grão por hectare ao efetuar-se o trânsito — neste tipo de plantação — do tipo *arábico* ao *caturrea* e das técnicas altamente seletivas às de intensa fertilização e cultivo sem sombra; e nos complexos agroindustriais açucareiros do vale do Cauca, a produtividade cresceu de 10 toneladas (produtividade da pequena quinta tradicional no cinturão subtropical andino) até 100 toneladas de cana por hectare. Esta imagem da modernização tecnológica só se pode interpretar dentro de seu contexto social, já que, em termos globais, a mecanização se limitou a 1 por cento das explorações médias e a 14 por cento das unidades com menos de 1 mil hectares; no que toca às pequenas explorações (com menos de 10 hectares), 68 por cento têm empregado, exclusivamente, a força humana. O uso de semente geneticamente melhorada se circunscreveu aos cultivos comerciais do algodão e da soja e na agricultura da batata — característica de *terras frias* e de pequenas e médias culturas — e foi registrado em apenas 1 por cento da área total cultivada (ICA 1971). A expansão da fertilização química tem sido regulada pelas condições monopólicas impostas pelas corporações industriais: entre 1958 e 1967, o índice de preços agrícolas cresceu em 167 por cento e o de fertilizantes em 218 por cento, com efeito da concentrada estrutura produtora de insumos para o setor agropecuário. Em geral, a produtividade por trabalhador ocupado tem sido mais elevada nas grandes unidades latifundistas, e a produtividade por hectare — como efeito da desproporcional carga trabalhista que suporta — tem sido mais elevada nos minifúndios. De acordo com o Comitê Inter-americano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), as grandes explorações latifundistas de todo tipo representavam 0,5 por cento das explorações, possuíam 45 por cento da terra agrícola, empregavam apenas 5 por cento da mão-de-obra rural e registravam uma produtividade por hectare de terra cultivada que era só 80 por cento da obtida nas explorações minifundistas. O minifúndio — representando 63 por cento das explorações — apenas dispunha de cinco por cento da terra, devia empregar nela cerca de 60 por cento da mão-de-obra rural e sua produtividade por trabalhador agrícola era inferior em 895 por cento à correspondente às explorações latifundistas. O censo de 1970 não registrou variações substanciais na distribuição geral da terra: os imóveis com menos de cinco hectares (médias de 2,3 hectares) representavam 70 por cento do total das exportações, com 5,6 por cento da superfície; e as explorações superiores a 300 hectares — 0,8 por cento do total — podiam dispor de 40 por cento da terra agrícola, a de mais intensa valorização comercial e mais alto nível de renda. No estrato mais

baixo das economias minifundistas, 33 por cento dos imóveis com menos de um hectare apenas ocupavam 0,7 por cento da terra.

Apesar das mudanças operadas no processo de modernização capitalista da agricultura, tanto as necessidades globais do crescimento econômico quanto a pressão interna exercida por um milhão e meio de famílias camponesas sem terra e por um crescimento anual da população rural em 40 mil famílias (CIDA, 1960) puseram em xeque os padrões de propriedade e emprego da estrutura agrária e desencadearam os mais agudos conflitos políticos e sociais. Estes fatores de conflito social — unidos aos processos de radicalização do movimento operário e das elites intelectuais da classe média comocionada pelas vitórias político-militares da Revolução Cubana — conduziram os próprios grupos do condomínio oligárquico a promover e aplicar, a partir de 1962, um tipo de reforma agrária inspirado no esquema tecnocrático auspiciado na década de 60 pela Aliança para o Progresso. A lei de reforma agrária foi o produto de uma cuidadosa negociação entre os setores políticos do condomínio, com exclusão das classes populares e, particularmente, do campesinado, orientado-se para a *colonização de baldios em regiões periféricas*, para o *parcelamento de latifúndios marginais* e para a *inversão estatal* em obras de readequação física de terras. Numa década de execução deste tipo marginal de reforma agrária, mais de 95 por cento das operações do Instituto Colombiano de Reforma Agrária consistiram em adjudicação de terras baldias a colonos espontâneos, isto é, nada mais que legitimação de posses. Na década se expropriaram no total 33 imóveis — 0,4 por cento das terras adquiridas pelo INCORA — atribuindo-as a 13 mil 800 famílias: ou seja, que as operações de redistribuição e reforma agrária não conseguiram afetar nem um por cento de uma área agrícola aproveitável estimada em 15 milhões de hectares, nem a massa de camponeses beneficiários se aproximou de um por cento das famílias camponesas carentes de terra, que eram perto de um milhão e meio desde 1960 (CIDA). A maior parte das ações do INCORA tem sido, em conseqüência, atribuição pura e simples de baldios (2,6 milhões de hectares para 81 mil 181 beneficiários) localizados na periferia do país e sem obras de adequação e saneamento e não operações de redistribuição das terras já incorporadas à estrutura. Obviamente, é muito mais custosa para o Estado a instalação de uma família camponesa nas encostas boscosas do sopé amazônico, em termos simplesmente econômicos, que seu assentamento numa área de latifúndio do Cauca ou do Tolima: mas o problema não se pode abordar como uma questão de *racionalidade econômica*, mas sim de *racionalidade política*, do ponto de vista dos interesses e objetivos dos grupos que controlam o Estado. É esta a razão válida pela qual a reforma agrária — promovida e executada pelos sócios políticos do condomínio — não pôde orientar-se para a transformação da estrutura latifundista e para a instrumentação de um *projeto nacional de desenvolvimento*, mas para a obtenção de alguns limitados objetivos: o desvio da pressão camponesa sobre a terra,

impulsionando-a para as afastadas regiões de colonização; a abertura da fronteira agrícola mais além dos limites do território já incorporado à exploração econômica, desempenhando a colonização espontânea uma função de mecanismo de *reprodução do sistema nos novos espaços* (áreas periféricas das planícies orientais, zonas boscosas do Magdalena médio, sopé amazônico etc.) ou de força de pressão sobre o Estado para que este assuma a responsabilidade de construir as obras de integração física; e a realização de projetos de readequação de terras — regos e drenagens — que, embora tenham podido vincular-se aos objetivos de parcelamento em áreas com necessidades de agricultura intensiva, gozaram, na esperançada década da Aliança para o Progresso, da faculdade privilegiada de canalizar recursos internacionais de financiamento e acudiram em apoio dos processos de supervalorização comercial da terra. O problema central — com este *tipo marginal de reforma agrária* — tem consistido em que não tem podido cumprir seus limitados fins de incremento substancial do produto agrícola por habitante, de diminuição dos conflitos sociais no campo, de definitivo deslocamento da pressão camponesa sobre a terra originada dentro ou fora da fronteira física dos latifúndios ou na enorme poalha de minifúndios. A radical incapacidade deste tipo de reforma agrária para provocar uma mínima redistribuição da terra e da renda agrícola levou o governo Lleras Restrepo a propor, como novo objetivo da modernização capitalista, a redistribuição do crédito agrícola por meio de associação de usuários camponeses nas quais deviam integrar-se beneficiários da reforma, minifundistas, colonos, parceiros e arrendatários de terras. A Associação Nacional de Usuários Camponeses foi criada em 1967; em 1970 se reunia um primeiro congresso no qual estavam representados 450 associados municipais e 845 mil camponeses, e no ano seguinte se expediu um documento no qual se expressava, inequivocamente, a profunda mudança ideológica do campesinado. O primeiro mandato camponês proclamou, em 1971 (ANUC, reunião de Fúquene), a plena independência política do campesinado e a necessidade de “substituir o atual regime de propriedade, posse e exploração da terra pelo de *grandes unidades cooperativas de autogestão camponesa*, sobre a base da associação voluntária e o desenvolvimento tecnológico do campo”. Rompia-se assim, imprevisivelmente, aquele *estado de desorganização camponesa* que havia sido propriado pela República senhorial e pela contra-revolução gomista. O extremo zelo das classes latifundistas por bloquear ainda as formas mais inócuas de organização do campesinado se expressou em fatos como o de que, em fins dos anos 60, de 1 mil 826 cooperativas registradas, só três por cento tinham caráter agrícola e apenas filiavam 1,3 por cento da população rural ativa. A política do governo Pastrana Borrero (1970-1974) se orientou no sentido de debelar esta ameaça política, destruindo a ANUC como organização independente e procedendo à ilegalização sistemática das lutas do campesinado. A eliminação dos mecanismos legais criados durante o governo Lleras Restrepo para canalizar as pressões camponesas

e possibilitar o manejo dos conflitos agrários pelo Estado propagou, nos anos 70, as formas mais subversivas de expressão desses conflitos sociais: as incensantes, generalizadas e maciças invasões de terras.

Deu-se assim que um efeito insuspeitado e indireto da reforma agrária consistiu em que — através das múltiplas associações de usuários de serviços públicos, cooperativas, empresas comunitárias, sindicatos rurais — o campesinado foi-se transformando numa força social e política independente do condomínio oligárquico ao tomar consciência do problema da terra e ao ver novamente frustradas suas expectativas. Não obstante a concentração de esforços e a mobilização de recursos estatais no fomento da exportação de açúcar, algodão, tabaco e bananas — embora às custas de provocar seu progressivo encarceramento no mercado interno —, a taxa de crescimento anual destas exportações básicas conseguiu passar de 0,1 , 0,4 por cento para 5,1 por cento 1950-60 e 1966-73, mas o crescimento do produto agropecuário mal conseguiu aproximar-se da taxa do crescimento populacional.

Por outro lado, nem as políticas de modernização da agricultura nem a reforma agrária conseguiram substituir importações que — computando só as originadas nos Estados Unidos — alcançaram entre 1973 e 1975 um nível de 257 milhões de dólares, isto é, cerca da metade ou da terça parte do valor anual da exportação cafeeira.

O núcleo nevrálgico do modelo colombiano de capitalismo dependente radicou na necessidade de apoiar o *crescimento econômico* (avaliado em termos de incremento da taxa de acumulação de inversão e de produto nacional por habitante), na deterioração das condições sociais, na degradação ou no congelamento do *salário real* e na tendência histórica a uma participação decrescente ou congelada do trabalho na receita nacional, de acordo com a natureza das relações sociais e políticas entre as classes em cada um dos ciclos históricos. A experiência da sociedade colombiana tem demonstrado que qualquer projeto de fundamentação do crescimento econômico numa acentuação das formas de opressão social e numa degradação conjunta das condições de vida das classes trabalhadoras (desemprego aberto e subemprego, expansão da marginalidade social nas cidades e nos campos, deterioração dos salários reais como efeito dos processos inflacionários, menores possibilidades de acesso às instituições públicas de educação, saúde, segurança social) tem exigido um fortalecimento das ajustadas engrenagens que configuram o *absolutismo político*. Sem estas exigências vitais do sistema, não se poderiam explicar as tendências a uma maior concentração das faculdades do Estado na presidência e um correlativo desmantelamento das instituições características da democracia liberal. A reforma constitucional de 1968 foi uma resposta política a estas necessidades de preservação do condomínio oligárquico, apressando a crise de um parlamento despojado de suas funções essenciais dentro do Estado. Em 1976 o presidente Ló-

pes Michelsen propôs uma nova reforma constitucional, com o objetivo de privar os corpos representativos — assembléias e câmaras municipais — de suas faculdades de eleição de gerentes e dirigentes das empresas e dos serviços públicos nos níveis regional e local. Completar-se-ia assim — por intermédio de uma constituinte paritária — a parábola da concentração absoluta da capacidade de decisão nos diversos planos político-administrativos do Estado.

Uma das mais agudas expressões da degradação das condições sociais tem sido o *desemprego aberto*, assim como as variadas e complexas formas do subemprego urbano e rural. De acordo com recentes investigações da Organização Internacional do Trabalho, o desemprego aberto chegou a compreender mais de um milhão de pessoas, cerca de 18 por cento da população ativa. Dez anos depois de realizada a investigação, essas formas de desemprego têm flutuado entre 12 e 16 por cento da força nacional de trabalho, sem que, por outro lado, se haja estabelecido no país nenhuma forma de subsídio para enfrentar semelhante problema vivido, exclusivamente, pelas classes trabalhadoras. No período 1965-1970 — um dos mais coerentes no ciclo histórico da Frente Nacional Bipartidária — a população ativa crescia a uma taxa de 3,6 por cento anuais e a capacidade real de emprego apenas aumentava a um ritmo de 2,2 por cento. Fracassada a política de redução do desemprego por meio da concentração do esforço inversionista na indústria de construção urbana, assim como o propósito de bloquear as torrenciais migrações camponesas às cidades por meio da reforma agrária, só ficaram de pé algumas tendências, como a de financiar o emprego por meio de uma redução conjunta dos salários reais: daí que enquanto em 1970, 940 mil trabalhadores filiados ao Instituto Colombiano de Seguros Sociais percebem um salário total mensal de 1.822 milhões de pesos, em dezembro de 1974 se havia incrementado a massa de trabalhadores a 1,3 milhões e esta percebia um salário total mensal de 1.340 milhões de pesos em termos reais: ou seja, havia aumentado o emprego em 35 por cento, mas o fundo dos salários reais mal havia crescido em 1,8 por cento. Outra das expressões fundamentais deste esquema de crescimento econômico às custas do desenvolvimento social tem sido a política de *baixos salários*, não só através dos níveis estabelecidos pelas empresas patronais ou fixados pelo Estado como *salários mínimos* para longos períodos de dois a cinco anos, mas também através da manipulação de um dos mecanismos condicionadores da economia capitalista de mercado: o sistema de preços. Em junho de 1976 o salário industrial era de 3 mil 146 pesos mensais, mas o valor da *cesta básica familiar* para a classe operária havia subido para 4 mil 456 pesos. Em 1973 — nos finais do governo de Pastrana Borrero que centrou sua política de crescimento econômico na promoção do emprego através da indústria de construção — os trabalhadores que recebiam salários inferiores a 1 mil pesos mensais (cerca de 40 dólares) constituíam 92 por cento dos jornaleiros agrícolas, 86 por cento dos trabalhadores de serviços e 60 por cento dos operários.

Finalmente, a distribuição social da riqueza (uma das mais objetivas expressões da maneira como funciona a estrutura de uma sociedade e não um simples produto das políticas convencionais do Estado) tem sido na Colômbia bastante pior que a registrada no grupo de países andinos (Equador, Peru, Bolívia, Venezuela e Chile), no qual a metade da população — no momento de iniciar-se o processo de integração — recebia 15 por cento da renda total (100 dólares anuais), 40 por cento recebiam uma renda média de 300 dólares e cinco por cento — no topo da pirâmide — detinham entre 36 e 40 por cento da riqueza nacional. Nos finais da década de 60 (missão Musgrave), a metade da população — repartida neste larguíssimo território que se estende entre a miséria e a pobreza — recebia 14 por cento da renda, enquanto 10 por cento exerciam o controle sobre 50 por cento da renda total. Entre 1960 e 1968 — segundo as mesmas fontes —, a renda recebida por 50 por cento da população mais pobre diminuiu de 17,5 para 10 por cento, enquanto as receitas da população mais rica cresceram de 42 para 67 por cento. Uma investigação levada a cabo em 44 países subdesenvolvidos da Ásia, África, Europa e América Latina — publicada em 1971 pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional — revelou que a Colômbia é o país no qual a minoria mais rica (cinco por cento da população) controla uma proporção da riqueza nacional superior a 40 por cento, e no qual as maiorias pobres e despojadas de todo poder (60 por cento da população) apenas dispõem de uma proporção inferior a 16 por cento desta riqueza. A institucionalização do poder oligárquico nos últimos vinte anos tem tornado possível o funcionamento e a preservação de semelhante estrutura de distribuição da riqueza nacional, anulando o efeito das políticas liberais ou populistas tendentes a corrigir — por métodos tributários ou keynesianos — esses padrões de distribuição. Depois de quarenta anos de reforma tributária iniciada na República liberal, a missão Musgrave (que manteve a tradição das periódicas missões norte-americanas que desenham os esquemas de modernização capitalista) chegou à conclusão de que na Colômbia “a distribuição da riqueza, antes e depois de pagos os impostos, é praticamente a mesma” (1969). Não só ficava assim anulado o sentido distribucionista da reforma tributária do primeiro López, mas radicalmente abandonada a antiga aspiração histórica do liberalismo colombiano a de modificar os padrões de distribuição social da riqueza por meio do imposto direto e do reconhecimento do direito aos produtos do trabalho: “As reformas políticas não valem nada — proclamava desde 1853 um dos mais influentes ideólogos do liberalismo no século XIX, Manuel Murillo Toro — se não se fazem acompanhar de uma reconstituição radical do ordenamento social por meio do imposto direto e da constituição da propriedade sobre os frutos do trabalho”. Evidentemente, a característica fundamental do problema não só tem consistido no próprio fato da distribuição injusta e polarizada da renda, mas na política geral de dismantelamento das formas organizativas e populares e de ilegalização das lutas sociais orientadas pre-

cisamente para a modificação desses padrões e dessas formas de distribuição da riqueza, ou mais exatamente, dos resultados e produtos do modelo oficial de crescimento econômico: esse tem sido o papel designado para o absolutismo político.

Durante os vinte anos de *hegemonia compartilhada* e alternância liberal-conservadora na presidência da República (governos de Alberto Lleras Camargo, Guillermo León Valencia, Carlos Lleras Restrepo, Misael Pastrana Borrero e Alfonso López Michelsen) foi-se polarizando a luta social e se expressando — dentro deste cerrado esquema de absolutismo político — na forma de *dissidências táticas* dentro dos partidos oficiais (como nos casos do Movimento Revolucionário Liberal e da Aliança Nacional Popular em sua primeira fase histórica) ou de movimentos independentes e opostos revolucionariamente ao sistema de condomínio, como nos casos da Frente Unida de Camilo Torres, da Aliança Nacional Popular, a partir de 1970, ou do amplo espectro de organizações políticas e militares — com um denominador comum socialista ou comunista — que se têm galvanizado na oposição e têm ampliado sua área social de influência (MOIR na linha ideológica de Pequim, *Bloco Socialista* e União Socialista Revolucionária na linha trotskista, Partido Comunista Colombiano).

Nada mais alijado da realidade histórica que a imagem de uns anos 60 e 70 dominados pelo conformismo social e pelo tranqüilo exercício da hegemonia compartilhada. A análise dos movimentos sociais e políticos correspondentes a este ciclo final de conformação do *modelo de capitalismo dependente e democracia sem maiorias nem participação popular* tem demonstrado tanto a reiterada sucessão de forças de oposição e de resistência política — MRL, Frente Unida, Aliança Nacional Popular — quanto a capacidade do *sistema de hegemonia compartilhada* de debelar essas ameaças revolucionárias, de neutralizar o efeito de demonstração das grandes transformações ocorridas na América Latina e de assegurar, periodicamente, o cuidadoso desmantelamento das organizações com maior capacidade catalisadora e de mobilização popular. Por meio das *dissidências táticas* liberais e conservadoras, da fratura violenta ou do controle absoluto sobre a totalidade de elos do aparelho eleitoral, o condomínio bipartidário tem podido absorver as grandes ondas que sucessivamente foram desatadas pela revolução socialista de Cuba, pela constituição de um governo nacional-revolucionário no Peru, pelo acesso do socialismo chileno ao poder do Estado por uma via eleitoral, assim como o fracasso de uma Aliança para o Progresso que fez a América Latina perder um decênio de esforços para minorar o subdesenvolvimento ou aproximar-se das possibilidades do desenvolvimento. Na primeira fase do ciclo histórico — década de 60 — produziram-se alguns acontecimentos de significativa transcendência nos modos de *expressão e funcionamento* da sociedade colombiana contemporânea: a formação de novas centrais como a Confederação Sindical de Trabalhadores da Colômbia (CSTC) e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), capazes de romper pro-

gressivamente a hegemonia das duas confederações oficiais (CTC e UTC) e de operar como vanguardas políticas do movimento operário; a mobilização do campesinado e sua transformação numa força independente dos partidos oficiais e cuja dinâmica antilatifundiária se tem expressado no constante fluxo das invasões e ocupações diretas da terra; a organização sindical das classes médias — incluindo os profissionais liberais e trabalhadores a serviço do Estado — apesar da ilegalização de suas lutas e da negação de seus direitos à estabilidade no emprego e à contratação coletiva; a transformação qualitativa do movimento estudantil, escapando da influência tradicional do bipartidarismo e conquistando surpreendentemente o posto de vanguarda ideológica — nem sempre objetiva e crítica — da sociedade colombiana; e, finalmente, o florescimento e a multiplicação das *frentes guerrilheiras*, não só como efeito das *concepções foquistas* que se propagaram na América Latina nos anos 60, mas como consequência política da eliminação de *alternativas legais de governo* em que se tem fundamentado o sistema de condomínio.

Embora todos os esforços do sistema político se tenham orientado no sentido de obstruir, impedir ou desmantelar qualquer força organizada de oposição — com capacidade de aparecer como uma *opção de governo* — o descontentamento popular foi tomando diversas formas e expressando-se em algumas grandes direções: a do MRL, dissidência tática do liberalismo, dirigida a neutralizar o profundo impacto da Revolução Cubana nas novas gerações universitárias e em amplos setores do movimento operário e camponês; a Frente Unida de Camilo Torres, que desenhou uma estratégia de *unidade popular* mas não conseguiu criar — num atropelado processo de três anos — as bases organizativas capazes de dar forma coerente, eficaz e dinâmica a essa unidade; a Aliança Nacional Popular de Rojas Pinilla que, depois de 1966, foi-se transformando — por intensa pressão das massas urbanas descontentes e frustradas — de *dissidência tática* dos dois partidos oficiais numa mobilização política identificada na atitude revolucionária frente ao sistema oligárquico do condomínio; e os diversos *focos* em que se tem centrado a luta político-militar; o do Exército de Libertação Nacional, no vale médio do Magdalena, comandado por Fabio Vázquez Castao; o das Forças Armadas Revolucionárias, nas regiões ao sul do vale do Magdalena, comandado pelo dirigente comunista Manuel Marulanda Vélez; e a do Exército Popular de Libertação, na bacia do rio Sinu, e no noroeste de Antioquia, dirigido pelo Partido Comunista M. L. (marxista-leninista). Estes *focos de ação guerrilheira* têm podido conservar-se desigualmente, ao longo de um decênio, embora não tenham conseguido ganhar uma capacidade de decisão militar e política, tanto pela impossibilidade de sua integração numa estrutura nacional de condução estratégica e tática, como pelo fato de que as diversas organizações de esquerda existentes no país ainda não amadureceram politicamente até o ponto de aceitar sua integração numa estrutura unitária, independente e nacional, capaz de assinalar para a sociedade co-

lombiana um novo rumo histórico e um projeto socialista de vida, identificando e mobilizando as forças protagônicas de semelhante transformação revolucionária: o movimento operário, o campesinado, as arenosas massas populares, as elites inconformistas da classe média, o artesanato insatisfeito, as vanguardas estudantis.

Neste processo histórico não só se têm identificado ideologicamente os dois partidos oficiais, como se têm definido os traços do modelo colombiano de capitalismo subdesenvolvido e dependente, em todas as esferas e circuitos da sociedade colombiana: em sua estrutura de classes, em suas relações sociais, em sua organização política, em seu sistema de poder, em seu aparato educacional, em seu tipo de universidade, em seu sistema de cultura e de valores. Daí que o fundamental na caracterização deste modelo histórico consista na possibilidade de definir suas leis de operação e de sustentação, especialmente em relação às possibilidades de funcionamento e reprodução do sistema econômico, com a vigência dos padrões de distribuição da renda nacional entre as classes sociais e entre a nação e o setor capitalista do mundo em que está inserida, com a manipulação dos mecanismos que determinam em última instância os salários e os preços, com a operação das instituições públicas de captação e distribuição de recursos assistenciais e de financiamento, ou com as formas de monopolização do poder do Estado através dos órgãos de representação, de operação e de controle. O tipo de absolutismo político que tem expressado o monopólio bipartidário sobre os aparatos do Estado e a necessidade crescente de fundamentar a legalidade sobre o estado de sítio e a concentração do poder numa presidência onímoda e cesarista não só tem impedido às forças de oposição a expressão e a participação na condução política, mas também tem utilizado os mecanismos de coerção e de corrupção do sistema — a paridade burocrática e orçamentária, a distribuição dos órgãos e serviços do Estado entre a clientela dos partidos oficiais, a alternância na presidência, o estrito controle sobre os aparatos eleitorais — para bloquear a possibilidade de que essas forças possam, legitimamente e por meios institucionais, aspirar à modificação de semelhante estrutura. Mas tem sido evidente que o sistema de condomínio oligárquico não só se fundamentou na manipulação descarada destes mecanismos, como também na preservação de uma *imagem republicana* e de uma *aparência democrática* que só exigem a presença física de eleições, parlamento, poder judiciário, alternância presidencial. A experiência histórica da Colômbia retifica a generalizada crença de que o absolutismo político só existe naqueles países onde se têm instalado cinicamente governos de força e de que não pode ele funcionar num sistema de legalidade. Na realidade, o absolutismo político nunca apareceu na história como uma carência absoluta de legalidade, mas como um sistema que é capaz de criar, *a seu bel-prazer*, sua própria e confortável legalidade. Em alguns setores da opinião pública latino-americana — se é que existe alguma — tem-se chegado a crer que o *modelo colombiano* constituía um exem-

plo de *responsabilidade compartilhada* para minorar os fatores de violência e para mobilizar os recursos nacionais para a instrumentação de um projeto comum de desenvolvimento. Na ordem interna, a existência de um monopólio sem fissuras sobre os meios de comunicação social — desempenhando um papel singularíssimo o controle que as *famílias presidenciais* (Santos, Ospina Pérez, Gómez, López Michelsen) exercem sobre a imprensa escrita, o rádio e a televisão — tem impedido, distorcido ou retardado a tomada de consciência das classes populares acerca da *maneira como existe* a democracia e *como funciona* o Estado de direito, assim como também tem impedido a situação da sociedade colombiana no mundo contemporâneo. Tem sido este um dos elementos de maior eficiência na sustentação do sistema e embora não tenha podido bloquear ou ocultar o descontentamento, a rebelião e o protesto, tem participado ativamente na desarticulação das forças sociais capazes de desmontar as estruturas que associam a dominação social e a dependência imperialista, assim como de construir um Estado autenticamente nacional, democrático, pluralista e aberto.

Dentro deste contexto histórico e social deve colocar-se o problema de se os grupos, classes e partidos que exercem mancomunadamente o condomínio sobre o Estado podem e querem desmontá-lo voluntariamente, abdicando ingenuamente de seus privilégios e de uma hegemonia que se iniciou com o plebiscito de 1958, mas que se desenhou politicamente com a crise da República liberal em 1945. Por um ou outro caminho, o sistema de *hegemonia compartilhada* se regula pela lógica do poder e, em consequência, não tende a limitar-se senão a perpetuar-se. O exame crítico da história contemporânea tem demonstrado que nem o condomínio oligárquico tem proposto sua auto-eliminação ou sua autodestruição, nem sequer tem aceitado a transformação de forças opositoras em *opções legítimas de governo*. “Os partidos têm sido substituídos pelos grupos de pressão”, dizia o presidente López Michelsen quando ainda era chefe do MRL (“Post-data a la alternación”, 1970), acrescentando que “o grave problema da democracia na América Latina tem sido a situação da oposição como alternativa de governo. O que na Colômbia se conhece como transmissão pacífica do comando tem sido um fenômeno excepcional. O opositor, o contraditor, tem sido considerado como um apátrida, como um inimigo público, que se via obrigado a recorrer à força para suplantiar no governo os donos da verdade”. Também dentro deste contexto social deve analisar-se a *viabilidade política* das reformas, se estas podem alterar — na prática histórica — as regras do poder, os interesses e as aspirações dos grupos condutores e beneficiários do condomínio: daí que a reforma agrária não podia provocar a redistribuição da terra e da receita agrícola, mas sim orientar-se para as operações de reprodução da estrutura nos territórios baldios da periferia (colonização) ou para a organização de um mercado capitalista de terra agrícola (inversões estatais em obras de infra-estrutura física e social, aquisição estatal de latifúndios).

dios marginais, substituição da expropriação pela compra e venda comercial de terras etc.) ou para a incorporação dos camponeses ao mercado de insumos industriais; ou que a reforma tributária não podia operar como um eficaz e justo mecanismo de redistribuição social da renda e de diminuição das cargas fiscais que pesaram sobre as classes pobres — em aplicação dos princípios keynesianos utilizados pelo governo da nação hegemônica —, mas que devia, isso sim, cumprir a função arbitrista de aumentar em vários milhares de milhões de pesos, as receitas ordinárias do Estado, com o objetivo de financiar sua expansão burocrática e a fidelidade das clientelas eleitorais dos partidos oficiais sem comprimir os consumos suntuários das classes ricas ou sem tributar duramente as rendas do capital monopolista; ou que a reforma eleitoral não podia abrir as comportas dos aparatos eleitorais às forças de oposição ao condomínio, mas sim racionalizar a hegemonia por meio da criação de tribunais de composição paritária; ou que a reforma educacional não podia inspirar-se no propósito de que os treze milhões de jovens — menores de 21 anos — pudessem ter algum caminho de acesso à cultura e às instituições de formação profissional, mas sim que devia limitar-se a melhorar as condições culturais da população, a criar certas escalas de ascensão social e a adequar a universidade às demandas quantitativas e qualitativas do sistema capitalista de mercado.

Este constitui o cenário e o núcleo dos problemas vitais da sociedade colombiana contemporânea: nestes elementos se articulam o passado e o presente, mas também se define a viabilidade histórica da sociedade de amanhã. De um lado, integram-se os mecanismos do absolutismo político e o *desmantelamento prático* da democracia liberal: mas, de outro, precipita-se a crise de legitimidade democrática e de credibilidade deste tipo de Estado, desencadeando um dramático processo de desorganização e decomposição da nação colombiana. Essa decomposição opera e se expande por todos os circuitos das corporações, dos partidos, das pessoas físicas, do Estado: está presente nas novas raízes da violência, na insegurança social coletiva, na rápida proliferação da delinqüência, no desmoronamento da moral pública e privada, na penetração das mais poderosas máfias nos comandos do governo e dos partidos, na impunidade que constitui a necessária contrapartida da corrupção do judiciário, do Parlamento e das próprias instituições de vigilância e de controle. A política do Estado frente à decomposição social se limita à utilização pura e simples da força, à ilegalização da luta social, à repressão implacável e sistemática às greves, à multiplicação dos conselhos de guerra ou ao crescente fracionamento do sindicalismo. Em última instância, substituição do Estado liberal de direito por trinta anos de estado de sítio, de funcionamento regularizado da legalidade marcial, e de articulação do absolutismo político — não só em nível nacional, mas hemisférico também — ao acelerar-se a vitória dos povos que na Europa, Ásia, África e na própria América Latina marcham rumo à construção de uma sociedade socialista. O novo ciclo histórico — cujos germes podem já

descobrir-se na entranha mais profunda da sociedade presente — está íntima e indissolivelmente relacionado com a possibilidade e a capacidade de que o povo organizado assuma, diretamente, o pleno exercício da soberania econômica, social e política e empregue sua capacidade de decisão histórica na enorme e alentadora tarefa de criar uma nova sociedade colombiana. Este será o começo da nova história.

V. BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, I. & C. T. MORRIS, "An anatomy of income distribution patterns in developing countries", *Development Digest*, out. 1971; "La distribución del ingreso en el análisis de los proyectos de desarrollo", *Finanzas y desarrollo*, Fondo Monetário Internacional, Washington, 1973.
- ALAMEDA, Raúl, MENDOZA, Alberto, PINEDA, Roberto, MARTÍNEZ, F. Guillén, *Temas colombianos*, Bogotá, Universidade Nacional-CID, 1973.
- Anales de economía e estadística*, Bogotá, Procuradoria-geral da República, 1949.
- ARRUBLA, Mario, *Estudios sobre el subdesarrollo colombiano*, Medellín, Ed. Oveja Negra, 1969.
- Asociación Nacional de Usuarios Campesinos, "La lucha de clases en el campo colombiano", *Ideología, Diseño y Sociedad*, 6, Bogotá, 1972.
- Banco de la República, "Informes de gerencia", "Cuentas nacionales", *Revista del Banco de la República*.
- Banco Mundial, *Bases de un programa de fomento para Colombia*, Bogotá, Banco de la República, 1951; *Desarrollo económico de Colombia, problemas y perspectivas*, Bogotá, Banco Popular, 1970.
- BAQUERO, Rafael, *La economía nacional y la política de guerra*, Bogotá, Ed. Labor, 1951.
- BEJARANO, Jesús Antonio, "El fin de la economía exportadora y los orígenes del problema agrario", *Cuadernos Colombianos*, 8, Bogotá, 1975.
- CAICEDO, Edgar, *Historia de las luchas sindicales en Colombia*, Bogotá, Suramérica, 1974.
- Cámara de representantes de Colombia, *Debate sobre la situación financiera y económica del país*, Bogotá, Impr. Nacional, 1937.
- CARDONA, Ramiro, *Las migraciones internas*, Bogotá, Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, s/d.
- Centro Estadístico Nacional de la Construcción, *El poder adquisitivo de los salarios en Colombia, 1958-1974*, Bogotá, CENAC, 1974.
- CEPAL, *El desarrollo económico de Colombia*, Washington, 1955; "La política económica de Colombia en el período 1950-1966", *Boletín Económico de América Latina*, nº 2, Nova Iorque, ONU, 1967.
- CIDA, Missão FAO-OEA: *Colombia: tenencia de la tierra y desarrollo socio económico del sector agropecuario*, Washington, Panamerican Union, 1966.
- COLMENARES, Germán, *Partidos políticos y clases sociales*, Bogotá, Uniandes, 1968.
- COSTA PINTO, *Voto y cambio social — El caso colombiano en el contexto latinoamericano*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- CURRIE, Lauchlin, *Operación Colombia — Un programa nacional de desarrollo económico y social*, Bogotá, Dpto. Nacional de Estadística, 1961.
- DANE, *Boletines Mensuales de Estadística*, Bogotá, Departamento Administrativo Nacional de Estadística.
- DE LA TORRE, Cristina, *Colombia, camino al socialismo*, Bogotá, Alternativa, 1976.
- DIX, Robert, *Colombia: The political dimensions of change*, Yale, University Press, 1967.
- FALS BORDA, O., *Campesinos de los Andes*, Bogotá, Ed. Iqueima, 1961; *Historia de la cuestión agraria en Colombia*, Bogotá, 1975; *La subversión en Colombia*, Bogotá, Ed. Universidad Nacional, 1967.

- FELDE, Peter, *La situación actual de la industria manufacturera fabril en Colombia*, Bogotá, Ed. Mim. Ministerio de Desarrollo, 1970.
- FLUHARTY, Vernon, *Dance of the millions, 1930-1956*, University of Pittsburgh, 1957.
- FRIEDE, Juan, *El indio en la lucha por la tierra*, Bogotá, Instituto Indigenista, 1957.
- GAITÁN, Jorge Eliécer, *Las ideas socialistas en Colombia*, Bogotá, Concejo Municipal, 1949; *Gaitán, antología de su pensamiento social y económico*, Bogotá, Ed. Suramérica, 1968.
- GALINDO, Aníbal, *Estudios económicos y fiscales*, Bogotá, Imp. H. Andrade, 1880.
- GARCÍA, Antonio, *Geografía económica de Caldas*, Bogotá, Ed. Contraloría Nacional, 1937; *Gaitán y el problema de la revolución colombiana*, Bogotá, Ed. Cooperativa Colombiana de Editores, 1954; *Planificación municipal*, Bogotá, Concejo Municipal, 1949; *Problemas de la nación colombiana*, Bogotá, Mundo Nuevo, 1952; *Dialéctica de la democracia*, Bogotá, Cruz del Sur, 1972; *Una vía socialista para Colombia*, Bogotá, Cruz del Sur, 1974.
- GARCÍA, José María, *Economía y política social en Colombia*, Bogotá, Contraloría Nacional, 1941.
- GÓMEZ, Laureano, *Interrogantes sobre el progreso de Colombia*, Bogotá, 1929 (reedic. *Revista Colombiana*, 1970).
- GONZÁLEZ, Fernán, "Clientelismo y dominio de clase", *Controversia*, n.ºs 41-42, Bogotá, 1976.
- GUTIÉRREZ, José, *La rebelión colombiana*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- GUZMÁN CAMPOS, Germán, FALS BORDA, UMAÑA LUNA, *La violencia en Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Guillermo, *La alternación ante el pueblo como constituyente primario*, Bogotá, América Libre, 1962.
- JARAMILLO, URIBE, Jaime, *Ensayos sobre historia social colombiana*, Bogotá, Universidade Nacional, 1969.
- KALMANOVITZ, Salomón, *La agricultura en Colombia — 1950-1972*, Seminario DANE, Bogotá; "Auge y receso del capitalismo colombiano", *Ideología y Sociedad*, n.º 16, Bogotá, 1976.
- LEAL BUITRAGO, Francisco, "Política e intervención militar en Colombia", México, *Revista Mexicana de Sociología*, junho, 1970; *Análisis histórico del desarrollo político nacional — 1930-1970*, Bogotá, Tercer Mundo, 1973.
- LEBRET, Missão, "Economía y humanismo", *Estudio sobre la condiciones del desarrollo en Colombia*, Bogotá, Comité Nacional de Planeación, 1958.
- LONDONO, Carlos Mario, *Economía agraria colombiana*, Barcelona, Ed. Rialp, 1965.
- LÓPEZ, Alejandro, *Problemas colombianos*, Paris, Ed. Paris-América, 1927; *Idearium liberal*, Paris, Antorcha, 1931.
- LÓPEZ DE MESA, Luis E., *De cómo se ha formado la nación colombiana*, Bogotá, 1934.
- LÓPEZ MICHELSEN, Alfonso, "Postdata a la alternación — Intervenciones políticas de 1964 a 1970", Bogotá, *Revista Colombiana*, 1970; *Cuestiones colombianas*, México, Impresiones Modernas, 1955.
- LÓPEZ PUMAREJO, Alfonso, *Mensajes del presidente López al Congreso Nacional*, Bogotá, Imp. Nacional, 1939.
- LÓPEZ TORO, A., *Migración y cambio social en Antioquia durante el siglo XIX*, Bogotá, Universidad de los Andes, 1968.
- LLERAS, Alberto, "Un propósito nacional", compilação de discursos, Bogotá, Impr. Nacional, 1962.
- LLERAS RESTREPO, Carlos, "Informe del comité especial sobre la reforma agraria de la FAO", Bogotá, Banco de la República, 1971.
- MACHADO, C. Absalón, "El desarrollo de la economía cafetalera hasta la década de 1920", *Cuadernos Colombianos*, n.º 9, Bogotá, 1976.
- MADIEDO, Manuel M. *La ciencia social o el socialismo filosófico*, Bogotá, Imp. N. Ponton, 1863.
- MARTÍNEZ, Jorge A., *Aspectos cuantitativos de la población colombiana y sus relaciones con la disponibilidad de mano de obra*, Bogotá, Mim. SENA, 1959.
- MARTZ, J., *Colombia: un estudio de política contemporánea*, Bogotá, Tercer Mundo, 1969.
- McGREEVEY, W. Paul, *Historia económica de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1975.
- MENDOZA PÉREZ, D., "Ensayo sobre la evolución de la propiedad en Colombia", *Revista Académica Colombiana de Jurisprudencia*, n.º 145, Bogotá, 1942.
- MESA, Darío, *Treinta años de nuestra historia*, Ed. Mim. Universidad Nacional, 1965.

- MOLINA, Gerardo, *Las ideas liberales en Colombia, 1915-1934*, Bogotá, Tercer Mundo, 1974.
- MONTAÑA CUÉLLAR, Diego, *Colombia, país formal y país real*, Bogotá, Ed. Latina, 1975.
- MORALES BENÍTEZ, Otto, *Reforma agraria, Colombia campesina*, Bogotá, Imp. Nacional, 1962.
- MUSGRAVE, Missão, *Bases para una reforma tributaria en Colombia*, Bogotá, Banco Popular, 1964.
- NIETO ARTETA, Luis E., *El café en la sociedad colombiana*, Bogotá, Oveja Negra, 1962; *Economía y cultura en la historia de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- NÚÑEZ, Rafael, *Ensayos de crítica social*, Rouen, Cagniard, 1874.
- OIT, *Hacia el pleno empleo*, Bogotá, Banco Popular, 1970.
- OSPINA VÁSQUEZ, Luis, *Industria y protección en Colombia (1810-1930)*, Medellín, Oveja Negra, 1974.
- PARDO PARRA, Enrique, *Riqueza enajenada*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- PARRA SANDOVAL, R., *La dependencia externa y el desarrollo político de Colombia*, Bogotá, Ed. Universidad Nacional, 1970 (com Francisco Leal, Fernando Uricoechea, Álvaro Camacho).
- PARSONS, James, *Antioqueño colonization in western Colombia*, Berkeley, 1949.
- PECAUT, Daniel, *Política, sindicalismo en Colombia*, Bogotá, La Carreta, 1973.
- PÉREZ RAMÍREZ, Gustavo, *El campesino colombiano, un problema de estructura*, Bogotá, Iqueima, 1959; *Planas: las contradicciones del capitalismo*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- POVEDA RAMOS, Gabriel, "Antecedentes y desarrollo de la industria en Colombia", *Revista ANDI*, n° 4, Medellín, 1967.
- PRADILLA, Emilio, "La política urbana del Estado colombiano", *Ideología y sociedad*, n° 9, Bogotá, 1974.
- PREBISCH, Raúl, *Transformaciones y desarrollo, la gran tarea de la América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1970.
- QUIMBAYA, Anteo, *El problema de la tierra en Colombia*, Bogotá, Suramérica, 1967.
- RESTREPO, Antonio José, "El cancer de la usura", Bogotá, 1926.
- RESTREPO, José Manuel, *Historia de la revolución de la República de Colombia*, Paris, Americana, 1827.
- RINCÓN, Víctor, *Historia política y social de Colombia*, Bogotá, Mundo Andino, 1973.
- SAMPER, Armando, *Importancia del café en el comercio exterior de Colombia*, Bogotá, Federación Nacional de Cafetaleros, 1948.
- SAMPER, Gustavo, *Breve historia constitucional y política de Colombia*, Bogotá, 1957.
- SAMPER, José M., *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición de las repúblicas colombianas*, 1867, diversas edições nos séc. XIX e XX.
- SAMPER, Miguel, *La miseria en Bogotá*, Bogotá, Imp. Gaitán, 1867.
- SANTA, Eduardo, *Sociología política de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1964; *Uribe Uribe*, Bogotá, Triángulo, 1962.
- SEPÚLVEDA, Saturnino, *Pecados de la Iglesia*, Bogotá, ABC, 1971.
- SUÁREZ MELO, Mario, *Las empresas comunitarias en Colombia*, Bogotá, ICACIRA, 1972.
- TIRADO MEJIÁ, Álvaro, *Introducción a la historia económica de Colombia*, Bogotá, Universidad Nacional, 1971.
- TORRES, Camilo, *La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas*, memória do Primeiro Congresso Nacional de Sociologia, Bogotá, 1963; *Las estructuras del subdesarrollo*, Bogotá, Mimeog. 1964; *Cristianismo y revolución* (obras completas), México, Era, 1970.
- TORRES GARCÍA, Guillermo, *Historia de la moneda en Colombia*, Bogotá, Banco de la República, 1945.
- TORRES GIRALDO, Ignacio, *Síntesis de historia política de Colombia*, Bogotá, Margen Izquierdo, 1972.
- TOVAR, Hermes, *El movimiento campesino en Colombia durante los siglos XIX y XX*, Bogotá, Ediciones Libres, 1975.
- UMAÑA LUNA, Eduardo, *Los derechos humanos en Colombia*, Bogotá, Crítica Jurídica, 1973.
- URICOECHEA, Fernando, *Modernización y desarrollo en Colombia*, Bogotá, Ed. Mimeog. Universidad Nacional, 1958.

- URRUTIA, Miguel, *Historia del sindicalismo en Colombia*, Bogotá, Universidad de los Andes, 1969.
- VAITSOS, Constantine V., *Transfer of resources and preservation of monopoly rents*, Edic. Mimeog., Conference of Harvard University Development Advisory Service, Dubrovnik, 1971.
- VALLEJO, Jorge, *Política agraria: la década del 60*, Cali, Edic. Mim. Universidad de Cauca, 1967.
- VILLEGAS, Aquilino, *La moneda ladrona*, Manizales, Zapata, 1932.
- VILLEGAS, Jorge, "Petróleo, Oligarquía e Imperio", Bogotá, Ed. ESE, 1971.
- VILLEGAS, Silvio, *No hay enemigos a la derecha*, Manizales, Cervantes, 1971.
- WEIS, Anita, *El papel de la Iglesia en la transición: El caso colombiano*, Bogotá, Universidad Nacional, 1970; *Estructuras de clases de Colombia*, Bogotá, Edic. Mimeog. Universidad Nacional, 1971 (em colaboraçã com Lucía Tarazona de Niño, Carneza Gallo, Jairo Duarte e outros).
- ZULETA, Estanislao, *Conferencias de historia económica colombiana*, Medellín, Centro de Investigaciones Económicas, Universidad de Antioquia, 1969.

I. PRIMEIRA CRISE DA ORDEM LIBERAL OLIGÁRQUICA
E “REVOLUÇÃO JULIANA”

Se na história política do Equador 1925 aparece como uma data chave, marcada pela revolução pequeno-burguesa de 9 de julho (“revolução juliana”), na história econômica não se pode deixar de olhar para 1921, ano em que se produz a primeira grande crise da ordem liberal-oligárquica, cuja vigência foi, na realidade, efêmera. A dita ordem, que no Equador é conhecida pelo nome de regime “plutocrático”, consolida-se unicamente em 1912, logo após o massacre de Eloy Alfaro e de seus lugar-tenentes na famosa “fogueira bárbara” de *El Ejido*, que reduz literalmente a cinzas os dirigentes máximos da ala jacobina da revolução liberal e transfere a hegemonia do processo ao bloco formado pela burguesia agromercantil de Guayaquil e seus sócios subordinados, aos latifundiários semifeudais da *Sierra*. Esse movimento de consolidação da burguesia de Guayaquil no plano político corresponde a um movimento correlativo de consolidação econômica, fácil de detectar na curva ascendente das exportações, que, de um valor de 5 milhões e meio, em 1895, ano da revolução liberal, se elevam ao dobro em 1910, para tornar a duplicar-se em 1920, com uma cifra recorde de mais de 20 milhões de dólares. Com isto se encerra um ciclo (1895-1920) durante o qual a burguesia local realizou exportações de um valor total de 308 milhões de dólares, soma esta que coincide exatamente com o montante dos investimentos norte-americanos na América Latina em 1897. Desta soma, mais de 70 por cento foi destinado a importações, de bens suntuários, na sua maior parte, tendo sido o resto dedicado à realização de algumas obras de modernização de Guayaquil, à ampliação da propriedade territorial rural e urbana daquela burguesia, à subvenção dos gastos dos barões do cacau residentes em Paris e a uma atividade nitidamente usuária que tem sua expressão mais acabada nos empréstimos do Banco Comercial e Agrícola ao estado equatoriano.

Até o último dia do ano de 1924, a dívida interna do Equador ascendia a 39.834.541,70 de sucres. Desta soma, cerca de 37 milhões correspondiam somente aos bancos. Mas havia um destes, acima de todos, que, devido a ser o maior e mais poderoso emitente de valores negociáveis, era, ao mesmo tempo, o maior e mais poderoso credor do governo: o Banco Comercial e Agrícola de Guayaquil. Até meados de 1924, isto é, ao encerrar-se a presidência de José Luis Tamayo, esta instituição de crédito registrava, contra o fisco equatoriano, a soma de 21.772.253,27 de sucres. Isto, por certo, não quer dizer que to-

dos esses milhões tinham sido recebidos, em moeda corrente, pelo governo, em benefício da administração. Eram juros compostos — direta e implacavelmente capitalizados, a 30 de junho e a 31 de dezembro de cada ano — o que, de maneira principal, havia engrossado fabulosamente a dívida; porquanto o verdadeiro montante de empréstimos concedidos pelo Banco Comercial e Agrícola, em diferentes épocas de crise do erário público, ascendia somente a pouco mais de 10 milhões de sucses¹.

Até este momento de sua história, e mesmo depois, a economia equatoriana não é, a rigor, uma economia de “enclave”, na medida em que as plantações cacauceiras, principal fonte das exportações, pertencem a proprietários nacionais. Os próprios investimentos estrangeiros, no Equador, são de pouca monta: em 1913, os de origem inglesa representam 0,29 por cento do total de investimentos dessa nacionalidade na América Latina e, em 1914, os de origem estadunidense equivalem a 0,59 por cento do respectivo total na área latino-americana. A economia equatoriana, entretanto, possui já um acentuado caráter *semicolonial*, posto que se desenvolve na órbita da divisão capitalista-imperialista do trabalho; e internamente não superou ainda sua condição semi-feudal, não somente na *Sierra*, onde todo o sistema das fazendas articula-se em torno da exploração dos servos indígenas, mas inclusive no litoral, onde as próprias plantações cacauceiras mantêm um nível técnico extremamente rudimentar que distam muito de ser puramente capitalista.

Nessas condições, o mercado se encontra reduzido a sua expressão mínima e o excedente econômico extraído dos trabalhadores tende a esbanjar-se na esfera do consumo suntuário ou a direcionar-se para atividades improdutivas, como as que vimos anteriormente. Em todo caso, a industrialização do país está fora do horizonte histórico de então, a não ser em certas atividades da economia agroexportadora (pequenas fábricas de elaboração de chocolate, plantas piladoras de café, etc.). A produção têxtil desenvolve-se lentamente, sobretudo na *Sierra*, mas sobretudo como prolongamento tardio de manufaturas coloniais, mais do que como uma verdadeira indústria moderna. A própria burguesia de Guayaquil, que juntamente com a atividade de exportação controla a de importação, encarrega-se, além do mais, de impor claras limitações a esse incipiente desenvolvimento.

Poderosa em termos da atrasada formação social a que pertence, a burguesia agromercantil de Guayaquil é, todavia, um gigante com pés de barro, que não tardará em desagregar-se debaixo do peso das contradições estruturais inerentes às suas próprias modalidades de crescimento.

Em meados de 1920, iniciou-se nos Estados Unidos da América do Norte a deflação pós-guerra de caráter internacional... No mercado de Nova Iorque, o preço do cacau baixou de um máximo de 26 3/4 centavos de dólar por libra,

1. Óscar Efrén Reyes, *Los últimos siete años*, Quito. Talleres Gráficos Nacionales, 1933, pp. 31-32.

em março de 1920, para 12 centavos, em dezembro desse ano, e para um mínimo de 5 3/4 centavos em 1921. Os efeitos foram desastrosos para o Equador, tanto porque nos 20 anos transcorridos entre 1900 e 1920 o valor declarado, *FOR* Guayaquil, flutuou entre 65 e 75 por cento do valor FOB do total das nossas exportações, quanto porque as “pestes” haviam começado a reduzir muito consideravelmente a produção de cacau².

Pois bem, se a primeira causa do desastre manifestou a fragilidade de uma economia estruturalmente semicolonial como a equatoriana, a segunda causa distou muito de ser uma mera calamidade natural: as “pestes” arrasaram grande parte das plantações cacauceiras, porque as relações sociais de produção ali vigentes — baseadas em uma espécie de parceria que de fato mantém o predomínio de técnicas arcaicas de cultivo — impediam um rápido controle das ditas “pestes”³. Em um desses curto-circuitos típicos do subdesenvolvimento, a economia equatoriana se desmoronava, vítima, por um lado, de sua inserção na divisão capitalista imperialista do trabalho e, por outro lado, de sua imersão na matriz pré-capitalista de sua própria formação social.

O fato é que as exportações, que, como já se disse, tinham superado os 20 milhões de dólares em 1920, reduziram-se a um valor apenas superior a 9 milhões em 1921, recuperando-se um pouco em 1922 (10 e meio milhões), para tornar a cair verticalmente no ano seguinte (7 e meio milhões). Em suma, uma diminuição da ordem de 60 por cento em somente três anos.

Possuidora do poder político, a burguesia agroexportadora intentou então ressarcir-se das perdas transferindo-as para os setores populares. A moeda nacional foi rapidamente desvalorizada, com o que os preços internos se elevaram de maneira vertiginosa, sobretudo em Guayaquil, onde inclusive a farinha e a manteiga provinham do exterior. As massas começaram a sentir a miséria com mais rigor do que nunca e a reclamar um reajuste de salário que pelo menos compensasse a queda brusca de seu poder aquisitivo. A primeira manifestação orgânica de protesto foi a dos ferroviários de Durán, em dezembro de 1921; seguiram-se logo as reclamações dos trabalhadores da empresa elétrica de Guayaquil e dos ferroviários da mesma cidade. Insuficiente para gerar uma classe operária industrial, o desenvolvimento oligárquico do capitalismo equatoriano havia criado, entretanto, núcleos proletários ligados aos serviços modernos do porto principal, que agora faziam sentir, pela primeira vez, a sua presença como classe no cenário nacional. A isto se somou, no crítico contexto de 1922, a ação combativa de muitas agremiações semi-artesaniais, articuladas com aqueles núcleos através da Confederação Operária de Guayas. As mani-

2. Luis Alberto Carbo, *Historia Monetaria y Cambiaria del Ecuador*, Quito, Imp. del Banco Central, 1953, p. 104.

3. Cf., a esse respeito, CIDA, *Tenencia de la tierra y desarrollo socioeconómico del sector agrícola: Ecuador*, Washington. Unión Panamericana, 1965, p. 410.

festações de protesto aumentaram; “pareceu” — diz o historiador Oscar Efrén Reyes — “que Guayaquil inteiro não se compusera senão de massas proletárias”⁴. Sobreveio o 15 de novembro de 1922, a greve geral decretada pela confederação, que teve trágico desenlace.

“Os batalhões vieram para as ruas. As massas foram cercadas e os soldados realizaram uma espantosa carnificina nas ruas, praças, e dentro de casas e armazéns... Logo, à noite, caminhões e carretas numerosos dedicaram-se a recolher os cadáveres e a arremessá-los em cursos d’água⁵.

As “cruzes sobre a água” assinalavam agora a carreira descendente do regime surgido da “fogueira bárbara”. Incapaz de oferecer sequer paliativos à crise, a ordem liberal oligárquica continuou reprimindo a sangue e fogo as manifestações de rebeldia que se seguiram: em 1923, foram massacrados os camponeses da fazenda Leyto e sufocadas pela força as insurreições indígenas de Sinicay, Jadán, Pichibuela e Urcuqui. Mas isto não impediu que a situação fosse deteriorando-se cada vez mais e que o mal-estar para com a “plutocracia” se alastrasse a vastos setores das camadas médias, também afetadas pela crise. No próprio exército, a oficialidade jovem começou a experimentar indisposição contra esta espécie de crosta oligárquica que o sistema viera gerando para garantir a sua sobrevivência. Como diz um texto daquela época:

“Continua o velho costume: por sobre o oficial preparado, entroniza-se o militar político. Há chefes que não conhecem outra coisa senão intrigas de política. Os jovens que iniciaram científica e honradamente a carreira encontram quase impossíveis as promoções; pois são influenciáveis e conquistáveis, antes de tudo, pela aventura política ou pela preeminência social de fortuna”⁶.

A ordem liberal oligárquica havia acumulado demasiadas contradições em todos os níveis, para que pudesse prolongar-se por mais tempo. Deteriorada como estava (essa ordem), a oficialidade progressista não teve maior dificuldade em derrubá-la em 9 de julho de 1925, de maneira incruenta. Num indício ainda que somente retórico dos novos tempos, os protagonistas da transformação “juliana” declararam, de imediato, que a sua revolução visava “à igualdade de todos e à proteção do homem proletário”.

Tratava-se, na realidade, de um movimento de caráter antioligárquico, dirigido, em primeira instância, contra o Banco Comercial e Agrícola, instituição que não somente dominava as finanças nacionais, mas que também se permitia o luxo de designar desde o presidente da República até os ministros e subsecretários. A luta contra esta coluna vertebral da burguesia distou muito, no entanto, de ser radical, limitando-se a estabelecer certos controles insuficientes

4. Breve historia general del Ecuador, t. II-III, 6ª ed., Quito, Ed., Fray Jodoco Ricke, 1960, p. 727.

5. Reyes, *ibid.*, p. 729.

6. Citado por Reyes em *Los últimos siete años*, pp. 48-49.

para colocar na vereda os poderosos banqueiros de Guayaquil. A reação destes não se fez esperar, com as conseqüências econômicas previsíveis:

Os ataques ao Banco Comercial e Agrícola, o temor de que se produzisse uma quebra bancária, a imaturidade em que se vivia pelas apressadas reformas jurídicas, fizeram com que se escondesse o dinheiro e que o país sofresse uma séria crise de escassez do meio circulante. O governo não teve com que pagar as vantagens pecuniárias nem sequer aos próprios militares⁷.

Em vez de proceder à estatização da rede bancária privada, os militares preferiram ceder ante a chantagem desta e até mesmo solicitaram ao Banco Comercial e Agrícola um empréstimo de duzentos mil sucres. E, “para aliviar a situação, editou-se, no mês de setembro, um decreto de reforma da lei dos bancos, pelo qual se lhes autorizava menor percentagem de respaldo legal para suas emissões de valores monetários”⁸. Com isto, a sorte da “revolução” estava lançada e a face contraditória do reformismo era evidente. Opostos ao poder omnímido da “plutocracia”, mas incapazes de conceber um profundo projeto de transformação, os protagonistas do processo “juliano” estavam condenados não somente a seguir uma linha zigzagueante frente à oligarquia, mas até mesmo a expressar sua “proteção ao homem proletário” com medidas tão ilusórias que nem sequer merecem o qualificativo de “populistas”:

“Proibição da briga de galos, lei seca em Guayaquil perseguição às tristes mulheres “alegres” do Bairro Verde do porto, Ligas de Saúde Pública que muito pouco puderam fazer, proibição de entrar sem sapatos nos mercados, edifícios públicos, escolas, parques, teatros, porém nenhuma reforma capaz de proporcionar ao desvalido os meios para comprar a vestidura de seus pés⁹.

Em meio a esse cúmulo de vacilações e ingenuidades, o governo seguia empenhado, no entanto, em levar adiante uma série de reformas tendentes à modernização do estado equatoriano. Mas mesmo este projeto emaranhou-se, temporariamente, no problema do *regionalismo*, explorado com habilidade pela burguesia litorânea, a qual, graças a uma intensa campanha através da imprensa, conseguiu fazer com que as reformas propostas pelo governo aparecessem como um ataque à cidade de Guayaquil, de cuja riqueza, segundo se diz, queriam aproveitar-se “os serranos”, recorrendo ao subterfúgio de reforçar o poder central.

E sucedeu que, para dizer a verdade, as coisas se apresentaram, desde o começo, com certa ambigüidade. A força social que impulsionava o projeto reformista era, sem dúvida, de origem pequeno-burguesa; contudo, isto mes-

7. Alfredo Pareja Diezcanseco, *Historia del Ecuador*, t. I, 2ª ed., Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1958, p. 382.

8. Pareja, *ibid.*, p. 383.

9. Pareja, *op. cit.*, p. 383.

mo a impedia de manejar o estado com uma perspectiva de classe totalmente autônoma e de enfrentar com êxito, por si só, a poderosa burguesia agromercantil de Guayaquil. Intuindo a sua debilidade, os militares “julianos” chamaram a colaborar com eles alguns civis inequivocamente identificados com a oligarquia serrana, a qual, por certo, não via totalmente mal esta oportunidade de ajustar contas com sua rival da costa. Estabelecido este pacto conjuntural, as medidas já não apareciam dirigidas contra a oligarquia do país, em seu conjunto, porém exclusivamente contra o grupo de Guayaquil, que era, naturalmente, o mais poderoso. O escritor Alfredo Vera chega a afirmar que:

“Com a derrota dos banqueiros de Guayaquil, o centro da economia financeira trasladou-se para a capital. O comércio bancário de Quito, ligado à plantação de gamões, adquiriu alguma força e, com seu amparo, assumiram notável desenvolvimento o comércio importador da capital e algumas pequenas indústrias, principalmente a têxtil”¹⁰.

O que só em parte é verdadeiro. Não acreditamos que este momento histórico haja significado um efetivo traslado de hegemonia do grupo oligárquico costeiro para o serrano, mas que se tratou de uma situação conjuntural extremamente complexa, na qual, sob o amparo de uma precária correlação de forças, recuperou algum peso político a fração oligárquica da serra. Este fato foi, todavia, suficientemente decisivo para impor nítidos limites à ação do governo reformista, que nem sequer se atreveu a pôr no tapete da discussão política a questão agrária andina.

E o panorama complicou-se ainda mais quando a pequena burguesia da costa, que dependia, antes de mais nada, do comércio, manifestou a sua oposição a que fosse drasticamente controlada a atividade bancária, por temor de uma depressão que paralisasse os seus negócios; ao passo que a classe média serrana, com claros objetivos burocráticos, pressionava em favor de um robustecimento do aparelho estatal. Nas próprias fileiras do exército, os ideais iniciais não tardaram a esmorecer. O sargento-mor Ildefonso Mendoza, símbolo da ala mais radicalizada e popular do movimento, foi destituído do seu cargo, quando, à frente de um batalhão inteiro, intentou opor-se às promoções que a oficialidade acabava de outorgar-se. Era evidente que as camadas médias concebiam a sua “revolução”, antes de tudo, como um “ato de justiça” para com elas próprias, e não somente na esfera militar. Até mesmo antes da transformação “juliana”, os empregos haviam escasseado, mas agora “foram criados cargos sem função, ou com funções subdivididas, para muita gente. Foram triplicadas ou quadruplicadas as vantagens pecuniárias da alta burocracia. E, ante o odor de tão rico orçamento, até mesmo muitos opositores da

10. *Anhelo y pasión de la democracia ecuatoriana*, Guayaquil, Omp. de la Universidad, 1948, p. 64.

véspera não demoraram a acomodar-se à situação, em busca dos cargos na nova rede bancária, nos novos organismos administrativos e na diplomacia”¹¹.

E aconteceu que, a partir de 1926, concretamente, a “revolução” havia conseguido consolidar-se como simples movimento modernizador do estado equatoriano. Nesta perspectiva, foram suprimidos os chamados “estanques” particulares (monopólios locais ou regionais), centralizaram-se as rendas públicas, foram criados o Banco Central e a Superintendência de Bancos. A Assembléia de 1929 assentou, outrossim, alguns princípios progressistas para aquela época, como o da função social da propriedade e a representação das minorias políticas; estabeleceu o *habeas corpus* e reconheceu direitos para os filhos ilegítimos. Neste período foi instituída, também, a Caixa de Pensões para servidores públicos, baixou-se uma legislação trabalhista sobre contratos, jornada máxima, ação despejo, trabalho de menores e mulheres e foram criadas as Inspetorias de Trabalho, medidas essas que, de algum modo, beneficiaram pelo menos os operários de setores mais modernos da economia nacional, que, na realidade, não eram muitos.

Mas nada disto implicou uma mudança estrutural de envergadura, que substancialmente modificasse a condição das grandes massas populares. No mesmo ano de 1929, isto é, ao tempo em que se expedia uma constituição de princípios progressistas, o governo não vacilava em reprimir sangrentamente os levantes indígenas de Columbe e Colta. A modernização do estado equatoriano, como se vê, tinha limites de classe sumamente claros.

A consolidação da “revolução juliana” correspondeu, outrossim, a um período de convalescença conjuntural da economia equatoriana, que as camadas médias parecem recordar inclusive com saudade. Óscar Efrén Reyes afirma que: “... o dinheiro começou a circular em grande escala. E percebeu-se, principalmente nas classes médias, alguma sensação de bem-estar. Aumentou o volume de compras e de pedidos. E os importadores duplicaram as suas encomendas de sedas, cristais, champanhas ... automóveis, vitrolas e mobiliários de metal e demais artefatos que contribuem para embelezar a vida equatoriana ...”¹².

Eis um dado provavelmente ajustado à realidade, se se tem conta que, em 1929, por exemplo, a balança comercial do Equador registrou o déficit mais elevado da sua história, com um saldo desfavorável de mais de quatro milhões de dólares, apesar de as exportações terem se recuperado a partir de 1925, estabilizando-se em uma cifra média anual em torno de 14 milhões de dólares. Tal era justamente a base desta efêmera “prosperidade”, que, por sua vez, constituía a base sobre a qual se assentava o precário equilíbrio de forças que tornou viável a faceta modernizante do reformismo “juliano” e até esse “embelezamento” da vida equatoriana que não demorou a dissipar-se, como alegria

11. Reyes, *Breve historia* ... p. 749.

12. *Los últimos siete años*, p. 179.

de pobre, assim que se fizeram sentir no país os efeitos da grande depressão do capitalismo mundial.

II. O IMPACTO DA GRANDE DEPRESSÃO

Com efeito, a crise mundial desencadeada em 1929 produziu conseqüências catastróficas no Equador. Tanto o decréscimo da demanda internacional de produtos agrícolas como a deterioração dos seus preços determinou que o valor das exportações diminuísse de uma magnitude próxima de 15 milhões de dólares em 1928, até a uma cifra apenas superior a quatro milhões em 1933; isto, por sua vez, determinou uma brusca diminuição do meio circulante — 60 por cento do qual provinha das ditas exportações — e uma quase total paralisação dos negócios do país. Em 1931, alguns bancos se viram obrigados a fechar as portas, as reservas de ouro diminuíram em 60 por cento e o estado teve de diminuir drasticamente o seu orçamento. Só a partir de 1934 a situação começou a apresentar certos sintomas de convalescença, graças ao ligeiro recomeço das exportações; mas ainda assim a débil economia do Equador continuou sofrendo duramente os efeitos do colapso.

Tais efeitos não foram, naturalmente, homogêneos em todo o corpo social, mas diferenciados de acordo com os distintos níveis estruturais da formação equatoriana e da sua complexa constelação de classes.

Composta de proprietários de plantações e comerciantes exportadores, era inevitável, em primeiro lugar, que a burguesia da costa sofresse o impacto da crise de maneira muito mais imediata e direta do que o outro setor da classe dominante, articulado em torno dos latifundiários semifeudais da serra, cuja produção se destinava, quase por inteiro, ao consumo interno. Mas estes dois setores não constituíam compartimentos estanques, porém achavam-se inseridos em uma mesma formação econômico-social, competindo no seio de um mesmo mercado nacional e disputando entre si, agora com mais ardor que nunca, o domínio de um só e único estado. A própria crise havia feito desse último assunto um problema crucial, na medida em que o controle direto do aparato estatal permitia a implantação de determinadas políticas que cada um dos contendores considerava vitais para a sua sobrevivência. A burguesia agroexportadora, por exemplo, clamou desde o começo por uma desvalorização monetária que lhe permitisse transferir o custo da crise a outros setores; medida essa a que, naturalmente, se opuseram os latifundiários serranos, cuja produção ficaria, nesse caso, exposta a preços reais mais baixos, sem sequer a possibilidade de ressarcir-se deprimindo drasticamente o valor da força de trabalho, devido à vigência de relações ainda feudais de produção da maior parte do agrosserrano.

Mesmo depois de obtida tal desvalorização em 1932, em decorrência da derrota armada das hostes latifundiárias a que posteriormente nos referiremos,

a burguesia agroexportadora teve de fazer frente ao problema de achar um mercado, ainda que fosse apenas interno, para a sua produção. A este respeito é interessante notar como um dos mais conspícuos do referido setor, Víctor Emilio Estrada, em um informe preparado para o presidente Velasco Ibarra em 1934, reclama em tom quase patético um aumento dos salários, com o fim de criar uma maior demanda interna de produtos agrícolas, que compensasse pelo menos em parte a retratação do mercado internacional¹³. De qualquer maneira, a queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação no próprio mercado interno é notavelmente maior que a que também experimentavam os produtos agrícolas de consumo tradicionalmente doméstico.

A burguesia agroexportadora pressionava, além disso, em prol da diminuição dos gravames fiscais sobre as exportações, os quais, nessa ocasião, se elevavam a cerca da terça parte do valor destas; tal pretensão dificilmente podia satisfazer ao estado, sob pena de aguçar ainda mais a tensão com os setores que direta ou indiretamente dependiam do orçamento estatal e que, de todos os modos, foram duramente afetados pela crise. Na contenda travada nesse nível era preciso contar, outrossim, com a presença de um terceiro ator, não desprovido de importância: as camadas médias.

Se, como proprietária de plantações e detentora do comércio exportador, a burguesia da costa foi a mais afetada, coisa igual lhe aconteceu em sua qualidade de comerciante importador; a princípio, porque a depressão determinou o brusco retraimento do comércio interno, quanto aos artigos importados; depois, porque a própria desvalorização da moeda nacional converteu-se em mecanismo protetor dos produtos elaborados no país. O próprio Estrada afirma, em outro dos seus informes, que há aqueles que “descobriram que a imoderada elevação do câmbio atua como elemento protetor, e protetor em máximo grau, para elevar os preços da produção interna, permitindo que eles se regulem não pelo preço de custo acrescido com uma utilidade proporcional”, mas “pela enorme elevação que o similar estrangeiro tem no mercado, por causa do tipo de câmbio encarecer-se”. “Eu fui, e continuarei sendo” — acrescenta ele —, “um partidário do protecionismo, porém não poderei jamais ser partidário do extorsionismo”¹⁴.

A quase totalidade dessa produção “protegida” provinha, naturalmente, das instalações fabris pertencentes à aristocracia serrana, a qual, na indústria têxtil, por exemplo, possuía mais de 90 por cento do total do investimento nacional registrado em 1934. Por isso, em um artigo daquela época, chega a ser afirmado que: “O governo negou aos produtores (*sic*) da costa o direito de im-

13. Víctor Emilio Estrada, *El problema económico del Ecuador en 1934*, Guayaquil, Ecuador, Litografía La Reforma, 1934, p. 2.

14. Exposição apresentada pelo ministro da Fazenda, senhor V.M. Estrada, perante a honorável Câmara de Deputados, versão taquigráfica da sessão de 17 de setembro de 1934.

portar produtos similares aos da indústria do interior, a preços inferiores (farinhas, tecidos de algodão, etc.), obrigando-os a consumir os da serra e dando, outrossim, aos produtores e industriais do interior enorme proteção aduaneira e concedendo-lhes, com grande facilidade, divisas estrangeiras ao tipo de câmbio oficial”¹⁵.

Naquele período, fala-se, inclusive, do “desenvolvimento elogiável” de certas indústrias, porém a expressão deve ser enquadrada nas suas justas proporções. O investimento total na indústria têxtil, por exemplo, a qual era a mais “florescente” do país, nem sequer chegava aos dois e meio milhões de dólares em 1934. Mas isto é apenas um dado lateral; o importante está em que tal indústria não podia ultrapassar os estreitos limites de certa “substituição de importações”, posto que uma ampliação do mercado interno teria requerido necessariamente uma transformação radical das relações feudais de produção imperantes no agro-serrano, transformação essa que mal podia impulsionar esses “industrialistas nacionais”, que outra coisa não eram senão uma franja da aristocracia latifundiária (a maior parte das “indústrias” da época encontrava-se, inclusive fisicamente, incrustada nas fazendas). O problema de nosso desenvolvimento era, portanto, o de um círculo vicioso, que só podia ser rompido mediante um processo revolucionário (ainda que fosse apenas de caráter democrático-burguês), mas para o qual as condições subjetivas não pareciam ter amadurecido ainda, apesar de que a crise exacerbou as contradições de toda ordem.

Com efeito, até agora pudemos examinar o conflito em nível “alto”, isto é, no âmago das classes dominantes; mas é óbvio que verdadeiramente açoitadas pela crise foram as classes subordinadas, apesar de que também entre elas os efeitos foram heterogêneos.

O grupo mais direta e imediatamente afetado foi, como é de se supor, o constituído pelos trabalhadores agrícolas da costa, cujo salário sofreu uma perda de valor que oscilou entre 20 e 40 por cento, produzindo-se, outrossim, nas suas fileiras um elevado índice de desocupação. Contudo, nem essa desocupação nem a brusca compressão dos salários ocasionaram tensões de magnitude no agro, porém motivaram um êxodo em massa para Guayaquil, que, entre 1929 e 1934, viu crescer a sua população em um ritmo anual superior a cinco por cento. De sorte que, por último, o feito social mais importante, neste nível, foi a formação de um núcleo importante de subproletariado, basicamente constituído pelos emigrados do campo, mas também, uma proporação nada desprezível, pelos setores populares urbanos que a crise lançou na desocupação.

Os camponeses da serra foram menos afetados, não só porque a agricultura de consumo doméstico sofreu menos que a de exportação, mas também por-

15. Hernán Escudero M., “Control de cambios”, na *Revista de Derecho y Ciencias Sociales*, Universidade Central do Equador, julho de 1933, p.210.

que o sistema predominante de remuneração, em recursos naturais e em espécies, os protegeu, em boa medida, das flutuações do mercado. No entanto, não parece ousado afirmar (sobretudo tendo-se em conta os sangrentos acontecimentos de 1932), que uma parte desses camponeses caiu também na desocupação e teve de emigrar para a cidade de Quito. Não obstante a sobrevivência tão marcada de relações feudais de produção no agro/serrano, na época que estamos analisando o capitalismo começava a implantar-se lentamente e do alto (“via junker”, se o quisermos) em certas áreas onde os latifundiários já contratavam diaristas agrícolas ocasional ou temporariamente; nas zonas ao redor de Quito, em especial, existia já um semiproletariado rural que a crise lançou na desocupação.

No que diz respeito ao proletariado dos setores mais modernos do país, isto é, da indústria e dos serviços públicos, não sofreu ele de imediato nem tão duramente as conseqüências da depressão; o seu salário verdadeiro começou a descer, mais exatamente, a partir de 1934, aos produzir-se uma elevação notável do custo da vida. Em troca, a pequena burguesia — comerciantes menores, artesãos e profissionais independentes — sentiu rapidamente os efeitos da generalizada retração dos negócios do país.

III. A LONGA CRISE DE HEGEMONIA

A depressão econômica produziu, pois, uma exacerbação de todas as contradições sociais, que se traduziu por uma crise de hegemonia de vastas proporções. Por isso, na década de 30, sucederam-se no mando nada menos que 17 governantes, e num só ano, o de 1932, desfilaram pelo palácio presidencial cinco mandatários e o Equador sofreu uma cruenta guerra civil.

O primeiro grande efeito político da crise produziu-se, realmente, em 1931 com a derrubada do governo de Isidro Ayora, cuja queda marcou o fim do regime emanado da revolução de julho de 1925. E aconteceu que a crise não tardou a minar as bases econômicas deste regime, que finalmente se havia consolidado a expensas da burguesia de Guayaquil, isto é, graças a controles e gravames impostos à atividade agroexportadora e comercial-financeira em geral. Reprimidas estas atividades, rachou-se também o ponto de apoio político mais firme do movimento “juliano”, constituído por essas camadas médias cujas demandas e aspirações tornava-se impossível satisfazer na conjuntura de então. Bastaram, portanto, umas quantas manifestações estudantis e populares, para que a situação do governo de Ayora se tornasse insustentável, razão pela qual os próprios militares decidiram derrubá-lo em agosto de 1931.

Fato que, naturalmente, não implicava nenhuma solução. Pelo contrário, a deposição de Ayora não foi mais que um sintoma de aguçamento da crise política, da qual as forças mais reacionárias trataram de tirar partido, alentadas tanto pelo debilitamento da burguesia agroexportadora como pelo fracas-

so que a fórmula reformista achava de experimentar. Com efeito, os latifundiários conservadores decidiram explorar o descontentamento que a crise engendrava no povo e, para isso, constituíram em Quito a chamada Compactação Operária Nacional, movimento de corte facistóide que agrupava os ex-camponeses e artesãos empobrecidos ou caídos na desocupação, fáceis de manipular, graças ao domínio ideológico absoluto da Igreja Católica na serra.

Com a dita base, os conservadores lançaram a candidatura do rico Nephtalí Bonifaz para presidente da República, o qual obteve uma ampla vitória nas eleições de outubro de 1931. Contudo, o eleito foi desqualificado pelo Congresso Nacional, poucos meses depois, sob alegação de que o próprio Bonifaz havia, em mais de uma ocasião, declarado ser peruano. Em resposta, os conservadores mobilizaram não somente as hostes civis da Compactação Operária Nacional, mas toda a máquina política que haviam logrado montar e que contava com amplas ramificações nas forças armadas, especialmente em nível de uma tropa que não era, pela sua extração social, outra coisa senão um prolongamento dos famosos “compactados”. Em 26 de agosto, sublevaram-se alguns batalhões, desencadeando-se assim a guerra civil “dos quatro dias”, que semeou de cadáveres as ruas da capital e terminou com a derrota das forças de Bonifaz, o qual em nenhum momento conseguiu o apoio da oficialidade. Um dos paradoxos mais tristes da nossa história determinou, pois, que a primeira reação aparentemente “popular” à crise fosse de cunho direitista e que a insurreição de uma tropa manipulada pelo clero e os latifundiários tivesse de ser esmagada a sangue e fogo pelos contingentes dirigidos pela oficialidade progressista.

Este desenlace não resolveu, todavia, a crise política, que tampouco podia ser superada com o simulacro de eleições realizado pouco depois, em outubro de 1932, onde, graças a uma escandalosa fraude, acabou sendo “eleito” presidente da República o candidato da burguesia agroexportadora, Juan de Dios Martínez Mera.

O mal-estar social continuou e as manifestações de rua se multiplicaram, protagonizadas pelos “antigos compactados” e por “gentes da ralé”, segundo a expressão dos nossos historiadores. Tratava-se, na verdade, dessas massas marginais constituídas em consequência da crise e que agora já não obedeciam às diretivas conservadoras, mas começavam a aglutinar-se em torno de um caudilho que ia marcar profundamente o rumo político do Equador: José Maria Velasco Ibarra.

Por isso, quando Martínez Mera viu-se forçado a renunciar, em 1933, Velasco Ibarra não teve dificuldades em triunfar nas eleições realizadas naquele mesmo ano. De um lado, contou com o amplo apoio do subproletariado de Quito e também de Guayaquil; enquanto que, de outro lado, nem os latifundiários conservadores nem a burguesia liberal se atreveram a opor-lhe candidatos. Preferiram ceder passagem a este personagem que se proclamava cristão

ao mesmo tempo que liberal e que, em todo caso, apresentava-se como um mal menor, dentro do crítico contexto descrito. Assim que finalmente só concorreram com Velasco Ibarra um candidato socialista e outro comunista, os quais o caudilho derrotou com facilidade. Diante dos 42 mil 271 votos do triunfador, o candidato comunista, por exemplo, obteve apenas 474 sufrágios.

Apesar da sua popularidade, Velasco permaneceu pouco tempo no mando. Uma oposição combinada da burguesia de Guayaquil com a classe média derrubou-o antes que cumprisse o primeiro ano da sua gestão presidencial e sem que as suas bases populares pudessem fazer nada para sustentá-lo.

Logo após a deposição de Velasco, a crise política aguçou-se novamente. Os militares confiaram o governo a Antonio Pons, que renunciou pouco depois, alegando que não podia assumir a responsabilidade de convocar novas eleições, já que isso equivaleria a entregar o mando aos conservadores. Assim, preferiu devolvê-lo ao exército, único grupo organizado que, em tal conjuntura, podia exercer um papel “arbitral”, e que acreditou fazê-lo nomeando para chefe supremo do país um homem obscuro e aparentemente anódino, mas que, afinal de contas, desempenhou um papel pouco grato em nossa história: o engenheiro Federico Páez.

Páez permaneceu dois anos no poder, de 1935 a 1937, em uma conjuntura caracterizada pela ascensão das lutas operárias e pelo incremento das reivindicações das camadas médias, ao que o chefe supremo respondeu com medidas puramente repressivas, que foram deteriorando cada vez mais o clima político, até ao ponto de provocar uma nova intervenção do exército, que derrubou Páez e o substituiu por um oficial progressista, o general Alberto Enríquez. Durante o governo deste, a classe operária conseguiu a expedição do código do trabalho: setores patrióticos do país conseguiram que fossem adotadas medidas tendentes a abolir os privilégios mais escandalosos das companhias estrangeiras — isenção de impostos, direito a “portos livres”, etc. —; e a esquerda em geral gozou de um clima de liberdade, do qual aproveitou para robustecer-se e consolidar as suas organizações. Eventos tão importantes como a reunião do Terceiro Congresso dos Trabalhadores do Equador contaram inclusive com o apoio do dito mandatário.

IV. REVITALIZAÇÃO E NOVA CRISE DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA

Estávamos, no entanto, ingressando numa nova conjuntura econômica, caracterizada pela retomada das exportações, que entre 1936 e 1937 praticamente duplicaram, passando de um valor de cinco milhões e 700 mil dólares para uma cifra próxima de 11 milhões de dólares. Essa retomada da atividade agroexportadora trouxe, naturalmente, consigo um revitalização política da burguesia de Guayaquil, que em 1938 conseguiu retomar diretamente o governo por

meio de Aurelio Mosquera Narváez, em conseqüência da renúncia do general Enríquez. E ocorreu que, na realidade, aquela burguesia — unida aos monopólios estrangeiros cujos privilégios Enríquez tratou de abolir — vinha realizando um trabalho de sapa nas fileiras do próprio exército, trabalho esse tendente a isolar e finalmente eliminar a fração progressista deste. A renúncia de Enríquez significou já um triunfo da reação, mas o assunto não terminou com isso. Quando a Assembléia Legislativa propôs a promoção do coronel Luis Larrea Alba a general, Mosquera Narváez, que acabava de assumir o poder, se opôs terminantemente a tal promoção, pela razão pura e simples de que se tratava de um militar progressista. Este veto do executivo equivalia a um expurgo na ala democrática do exército e inseria-se dentro de um plano repressivo de maior envergadura. Por isso, quando a Assembléia insistiu na dita promoção, Mosquera aproveitou a ocasião para dissolvê-la pela força, em dezembro de 1938, com apoio dos elementos mais racionários do alto comando militar. Isto não foi nada mais que o início de uma série de atropelos que o novo governo oligárquico estava decidido a perpetrar contra os setores democráticos da sociedade, cujo nível de organização e combatividade já se tornara intolerável para os tradicionais amos do país.

Mosquera argüiu que o movimento estudantil se havia politizado e que as cátedras se haviam convertido em “tribuna catequista de princípios desagregadores”, pretexto do qual se serviu para reorganizar as universidades e os colégios leigos, destituindo os professores democráticos, para substituí-los por homens de confiança do regime. Tudo isto, amparado em um dispositivo que o espúrio Congresso extraordinário, que o próprio ditador constituíra em fevereiro de 1939, acabava de promulgar, dando por extintos os cargos de período fixo.

Tanto os alunos quanto os professores e autoridades dos centros afetados opuseram-se a tais medidas, desencadeando um movimento grevista que, tendo sido apoiado por numerosos sindicatos de trabalhadores (têxteis, ferroviários, motoristas, eletricitistas, etc.), adquiriu uma envergadura de nível nacional. Em reposta, Mosquera fechou umas quantas universidades e colégios e reprimiu duramente o Sindicato Nacional de Educadores, ao mesmo tempo em que impulsionava a criação de uma organização paralela, do cunho clerical, mas reacionário. E sucedia que, a estas alturas do processo, a burguesia de Guayaquil atuava já plenamente ligada a latifundiários conservadores da serra, com os quais havia constituído uma sólida frente oligárquica de dominação. Neste sentido foi tão longe que, em outubro de 1939, a própria Junta Liberal de Pichincha considerou necessário condenar a política oficial dos seus supostos companheiros de ideal nos termos seguintes:

“O governo atraiçou palpavelmente os princípios doutrinários, cindindo as fileiras do partido com as imposições de listas patrocinadas pelos ministros de Defesa e do Governo, para, através desse meio vedado pela moral, outorgar

o triunfo ao adversário conservador, o qual não desejava vivamente ter na oposição; e, com essa atitude desleal, está sendo entregue paulatinamente o estado ao partido reacionário”¹⁶.

Era verdade. Aproveitando o dispositivo que lhe facultava remover os funcionários estáveis, Mosquera Narváez havia colocado, em posições-chave da administração, elementos de filiação conservadora e, inclusive, havia violado a tradicional autonomia municipal, com o fito de estabelecer o seu controle também nesse nível.

Da sua parte, o Congresso extraordinário tampouco perdeu tempo: a fim de consolidar a santa aliança com o capital estrangeiro, restabeleceu a isenção de direitos de exportação para as companhias estrangeiras, o que havia sido, justamente, abolido no governo de Enríquez. Além disto, como os setores progressistas não deixavam de protestar contra todas estas medidas, e como os operários e trabalhadores expressavam a sua indignação, em manifestações públicas, o dito Congresso concedeu a Mosquera poderes extraordinários, com os quais o caráter ditatorial do regime acabou de consolidar-se.

Andavam as coisas neste ponto quando Aurelio Mosquera faleceu repentinamente, em novembro de 1939. Porém a sua morte, como é óbvio, não alterou significativamente o panorama político. Carlos Alberto Arroyo del Río, presidente do Congresso e conhecido advogado das companhias estrangeiras, assumiu a presidência da República e convocou eleições para janeiro de 1940. Como desejava apresentar a sua própria candidatura, renunciou um mês antes dos comícios, sendo substituído pelo doutor Andrés. F. Córdova, o qual se encarregou de perpetrar uma das mais escandalosas fraudes de que se tem memória no Equador.

Com efeito, nas eleições de 1940, participaram três candidatos: o mencionado Arroyo, pelo Partido Liberal, Jacinto Jijón, pelo Partido Conservador, e José Maria Velasco Ibarra, apoiado por múltiplos setores desejosos de se oporem ao setor oligárquico mais odiado, que era precisamente o de Arroyo. Velasco foi, sem dúvida, quem mais votos obteve, seguramente seguido pelo candidato conservador; porém a apuração oficial das eleições emitiu resultados favoráveis a Arroyo del Río. A fraude foi para todos evidente e, mais ainda, para as massas velasquistas, que não tardaram em lançar-se às ruas, protestando contra tais fatos; em resposta, o governo fez brutais demonstrações de força, que deixaram incontáveis feridos na cidade de Guayaquil. A escalada repressiva era, pois, patente, e agora extendia-se aos setores mais amplos da população.

A situação tornou-se ainda mais grave quando Velasco e o estado maior do velasquismo tentaram responder promovendo um levante militar, que o governo conjurou a tempo. Velasco foi finalmente preso e desterrado para a Co-

16. Transcrito por Gualberto Arcos em seu livro *Años de oprobio*, Quito, Imp. Fernández, 1940, p. 64.

lômbia, fato que naturalmente não marcou o fim da escalada repressiva. Um governo surgido nas condições mencionadas não podia manter-se de outra maneira senão pelo terror, tanto mais necessário na medida em que o nível de vida das massas não faria mais do que deteriorar-se neste período, apesar da situação econômica do país, abstratamente considerada, registrar condições favoráveis. Com efeito, o montante das nossas exportações chegou a mais de 10 milhões de dólares em 1942, a cerca de 23 milhões de dólares em 1943, e a quase 29 milhões em 1944 (estávamos, não esqueçamos disto, durante a Segunda Guerra Mundial); contudo; isso não se traduziu senão mediante uma inflação galopante, com o conseqüente empobrecimento das classes populares. Entre 1940 e 1944, os preços internos duplicaram, ao passo que os salários e outras remunerações permaneceram virtualmente inalterados.

E isto não foi tudo quanto de nefasto houve no regime de Arroyo. Em 1941, as tropas da oligarquia peruana invadiram o território colocando o governo arroyista perante o seguinte dilema: armar o povo, para defender as fronteiras pátrias, mas correndo o risco de que com as mesmas armas se desencadearde logo uma insurreição antioligárquica; ou manter a “ordem” interna e não oferecer ao invasor nenhuma resistência de envergadura. Arroyo, naturalmente, adotou a segunda opção e nem sequer se decidiu a enviar para a fronteira as forças armadas mais bem equipadas, posto que elas lhe eram indispensáveis como aparato interno de repressão.

Foi assim que, nesta ocasião, sofremos a perda de quase a metade de nosso território; mas nem mesmo isso impediu que a oligarquia arroyista continuasse reinando, sempre por meio do terror. Porém as contradições internas continuavam aguçando-se e subterraneamente gestava-se um movimento popular de vastas proporções.

Confiado na onipotência dos seus corpos repressivos, Arroyo del Río declarou, em abril de 1944, que não se afastaria do governo antes de concluir o período para o qual havia sido “eleito”. No entanto, uns quantos incidentes ocorridos entre 26 e 27 de maio foram a centelha que incendiou a fogueira do dia 28. Tanto o assassinato de uma menor como um choque — aparentemente acidental — entre elementos do exército e do corpo de carabineiros, desencadeou efetivamente um levante popular que, na prática, liquidou com essa espécie de guarda pretoriana de Arroyo que eram os carabineiros, fato que determinou a imediata renúncia deste. Então, a Aliança Democrática Equatoriana, frente patriótica formada pelos partidos conservador, socialista, comunista e por uma fração dissidente do liberalismo, assim como pelos movimentos Vanguarda Revolucionária Socialista e Frente Democrática, chamou Velasco Ibarra para que assumisse a primeira magistratura do país.

Na realidade, foi a apoteose do caudilho. Os sinos repicaram nas cidades; imensas multidões ovacionaram-no por toda parte; o padre e o militante comunista, o proletário e o plantador de gamão, ombro a ombro, deram-lhe boas-

vindas. Se onze anos antes Velasco havia surgido como o salvador dos “marginalizados”, agora, em maio de 1944, todos os aclamaram como a um redentor.

Em 31 de maio, Velasco foi proclamado presidente, perante uma imensa e heterogênea multidão que abarrotava a praça principal da capital. “O povo, os estudantes, os homens de esquerda que ... participamos na deposição de Arroyo del Río, cabeça e símbolo da corrupta oligarquia “liberal”, tivemos, inicialmente, a ilusória certeza de haver realizado uma utêntica revolução popular e democrática”, declararia, 25 anos mais tarde, o dirigente comunista José Maria Roura¹⁷, o qual participou das jornadas de meio como dirigente estudantil.

Certeza infundada, na realidade, pois logo depois o ímpeto democrático e popular ia ser freiado pelo próprio caudilho. Este, que em seus discursos iniciais havia prometido pelo menos um saneamento “moral” do país e um castigo “exemplar” para os arroyistas, não tardou em reconhecer que não estava disposto a ir muito longe nesse sentido:

“O capital, os negócios” — disse ele — “são muito suscetíveis, espantadiços; se bloqueamos os fundos de quatro trapaceiros, nós nos expomos, pela desconfiança e pelo temor, a produzir uma depressão que custaria milhões”¹⁸.

A “revolução” começava, portanto, a defrontar-se com a dura realidade, enquanto a escassez dos víveres e a sua carestia agravavam a fome das massas populares. Em novembro de 1944, Velasco já não pôde mais olhar somente de soslaio este problema: “sofremos a carência de meios de subsistência”, admitiu, “porém estamos trabalhando para que isto melhore dentro de pouco tempo”. E reconheceu que de fato existia um profundo mal-estar no país.

Passado o primeiro fervor, a frente patriótica que havia levado Velasco à presidência começou, além de tudo, a fragmentar-se. As suas contradições internas fizeram-se patentes em janeiro de 1945, ao produzir-se, em Quito, um choque já frontal entre os velasquistas propriamente ditos e os setores de esquerda que também haviam integrado a Aliança Democrática. Nesse turvo e agitado 16 de janeiro, Velasco fez um patético chamamento à calma e à unidade, perante os rostos sangrentos de muitos militantes comunistas que acabavam de ser agredidos pela direita velasquista:

“Escutem, amigos” — disse-lhes ele — “escutem: vocês fizeram uma revolução original. Para esta revolução, uniram-se todos os equatorianos: para esta revolução uniram-se o vermelho com o conservador; o frade com o soldado; a mulher e o homem; o universitário e o operário; todos fizeram a gloriosa revolução de maio. Em lugar de dizer ABAIXO!, em lugar de gritar VIVA!, re-

17. Declarações para a revista *Mañana*, número 295; de 20 de maio de 1969, Quito, Equador.

18. Compilação de discursos de Velasco Ibarra, publicada com o título de *El 28 de mayo: balance de una revolución popular*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1946, p. 62.

flitam em que estão no momento decisivo da pátria, em que, se se afundar a Revolução de Maio, não nos salvaremos ...”¹⁹.

A “revolução” estava naufragando, na verdade, e seu profeta clamava no deserto. O conservador e o comunista podiam ter estado concorde em derrubar Arroyo, mas já não o estavam, nem o podiam estar, quanto a empreender uma transformação do país. E menos ainda podiam coexistir agora em uma mesma frente, quanto o denominador comum do patriotismo, ferido pela derrota que o Peru ingligira (momentâneo laço de união entre diferentes classes), havia desaparecido, junto com o parente soçobro dos culpados mais diretos de tal derrota.

Além do exposto, o próprio Velasco reconheceu, depois, que muitos se haviam unido à frente patriótica com o objetivo de pescar em águas de rio agitado, de satisfazer às rivalidades intergrupais ou, simplesmente, com a finalidade de enriquecer-se com os fundos públicos ou através de diferentes espécies de negociatas. Efetivamente, em junho de 1945, Velasco se viu forçado a enviar uma circular a todos os governadores, advertindo-os de que “a imprensa do país está verdadeiramente alarmada com a onda de fraudes e desfalques que irrompeu na República”²⁰.

Enquanto a alta cúpula da “revolução” degenerava nisto, a esquerda fazia seus últimos empenhos para pelo menos dotar o país de uma Constituição progressista, a qual foi, efetivamente, promulgada em maio de 1945, apesar da oposição do próprio Velasco, o qual, nesse momento, já se apoiava às claras nas forças de direita, ao mesmo tempo que mistificava a realidade, insistindo em que o único problema que flagelava o país era o de ordem “moral”.

Contudo, as massas, que sentiam na própria carne, cada vez mais, uma acentuada miséria, não foram do parecer dele. Em dezembro de 1945, lançaram-se elas às ruas de Guayaquil, para realizar a “marcha da fome”, que foi brutalmente reprimida pela polícia. E como o mal-estar, apesar de tudo, continuou a expressar-se, Velasco não encontrou melhor solução que a de proclamar-se ditador, coisa que fez em março de 1946. Foi o ponto de partida para uma repressão sistemática dos operários, dos estudantes e dos partidos de esquerda, sendo que a todos acusou de “bolcheviques” e de “terroristas”.

Havendo de tal maneira “depurado” o país, Velasco estimou que poderia convocar uma nova Assembléia Constituinte, para que “legalizasse” a situação, assembléia essa na qual a esquerda já não teve, naturalmente, nenhuma participação. Tal Assembléia elaborou uma nova Constituição, deixando de lado todos os princípios progressistas estabelecidos na anterior e nomeou Velasco presidente “constitucional” do país, mas isto em circunstância muito particulares: diante da ameaça das tropas controladas por oficiais leais ao caudilho.

19. *Ibid.*, p. 309.

20. *Ibid.*, p. 413.

E ocorreu que, realizada por Velasco a tarefa de mistificação e repressão de que a direita necessitava, não via esta claramente razão para mantê-lo por mais tempo no governo.

Nos meses subseqüentes, a situação nada mais fez do que piorar. O custo da vida, que em 1944 acusava um índice de 207 (ano-base: 1937), elevou-se a 268 em 1945, a 310 em 1946 e a 355 em 1947. Outrossim, entre janeiro de 1947 e maio do mesmo ano, as reservas líquidas de divisas do Banco Central diminuíram em 93 milhões de sucres. Por fim: “durante 1947, continuaram as agitações provocadas pelo governo e agravadas pela desordem no manejo das questões econômicas. Em agosto, a situação, já insustentável, tornou-se crítica. O ministro de Defesa, um oficial superior, decidiu-se a dar o golpe de estado. Velasco Ibarra foi preso, obrigado a renunciar e foi logo outra vez expulso do país”²¹.

Oito dias após a deposição de Velasco, e logo depois de algumas escaramuças entre setores do exército, assumiu o governo o presidente do Congresso, Mariano Suárez Veintimilla, o qual convocou de imediato um Congresso extraordinário. Em setembro do mesmo ano, o dito Congresso nomeou Carlos Julio Arosemena Tola para presidente da República, pelo tempo que faltava para que se concluisse o mandato de Velasco; isto é, até agosto de 1948. Com este episódio, encerrava-se um período tormentoso da nossa história e abria-se um outro, conhecido como de “paz” e de estabilidade política.

V. *AUGE DA ECONOMIA BANANEIRA E ESTABILIZAÇÃO CONJUNTURAL DO SISTEMA*

Constitui um lugar comum entre os nossos historiadores sublinhar o contraste entre o período que vai de 1925 a 1948, durante o qual se sucedem 23 governos em igual número de anos, e o período compreendido entre 1948 e 1960, em que só temos três governantes, eleitos em condições normais (isto é, sem a tradicional fraude) e que terminam também normalmente os seus mandatos. Fato tanto mais insólito, porque os governantes em questão representaram tendências políticas diferenciadas entre eles, mas as quais eram, em princípio, similares às que acabavam de defrontar-se, com diferente sorte, no caótico período anterior. Tais mandatários foram o liberal Galo Plaza (1948-52), o caudilho populista José Maria Velasco (1952-56) e o conservador Camilo Ponde (1956-60).

O período de Plaza, sobretudo, foi um lapso no qual, por primeira e talvez única vez, a burguesia equatoriana pareceu estar já “madura” para o exercício da sua dominação, sendo por fim capaz de impor a sua hegemonia sem recor-

21. Alfredo Pareja Diezcanseco, *La lucha por la democracia en el Ecuador*, Quito, E. Runiñahui, 1956, p. 123.

rer constantemente à repressão nem ter de ensaiar, pelo menos uma vez por ano, uma nova fórmula de governo. Gestor da política que hoje denominaríamos *desenvolvimentista*, Galo Plaza é, sem dúvida, o primeiro mandatário burguês *moderno* da história equatoriana e aquele que com maior êxito conseguiu consolidar a dominação da sua classe, em estreita vinculação com a política imperialista.

A sua administração teve, com efeito, características particulares, na medida em que o dito mandatário começou por contratar missões estrangeiras para que realizassem diagnósticos do país e estudos de viabilidade; tal administração enfocou o problema econômico do Equador em termos de produção e não meramente monetários, como até então se havia feito; elaborou planos de fomento da produção e os “implementou” (como costumavam dizer os seus tecnocratas) com assistência creditícia e técnica alienígena; planificou, na medida em que um governo burguês pode fazê-lo, o aproveitamento de alguns recursos naturais (planos de colonização, sobretudo); tratou, enfim, de tecnificar a administração, atendendo, neste como nos demais campos, ao assessoramento norte-americano.

Tal qual o constataremos mais adiante, esta “racionalização” estava condenada ao fracasso, a médio e não se diga a longo prazo, pela impossibilidade de lograr um desenvolvimento sustido, harmônico e sem contradições, em uma formação social capitalista e, além disto, subdesenvolvida. Mas é um fato que, graças à conjuntura particularmente favorável na qual lhe coube atuar, Plaza conseguiu muitos dos seus propósitos.

De fato, todo este período de “paz” e “estabilidade” política coincidiu com o grande auge das exportações de banana, que cresceram num ritmo realmente vertiginoso. Para só citar as cifras mais significativas, recordemos que, em 1948, ano em que Plaza assumiu a presidência, o valor total das exportações equatorianas alcançou a cifra de 40 milhões de dólares, cinco vezes maior do que a média anual da década anterior e que representava — se se quer outro termo de comparação — o dobro do valor obtido em 1943. Entre 1948 e 1960, o valor das exportações triplicou, alcançando a magnitude de 120 milhões de dólares neste último ano. Sobre esta base, a economia equatoriana desenvolveu-se num ritmo acelerado, superior, inclusive, ao da maior parte das economias latino-americanas, apesar de que o dito ritmo começou a decrescer a partir de 1955.

Por outro lado, o custo de vida, que entre 1938 e 1948 praticamente quadruplicara, ao passar, em termos relativos, de 100 para 396, no período que agora analisamos manteve-se quase estável: entre 1948 e 1951, só aumentou de 100 para 111, e de 1952 para 1960 elevou-se apenas em seis por cento ao todo.

Por fim, a rápida ampliação da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras dedicadas ao cultivo da bananeira, permitiu a criação de muitas frentes de trabalho, que contribuíram para descongestionar certas áreas nas quais

a superpopulação relativa começava a se constituir já um problema crucial (sobretudo em algumas áreas rurais da serra).

A expansão da produção bananeira no Equador implicou, em boa medida, um processo de desnacionalização da economia agrária, até então controlada por proprietários locais. Contudo, seria exagerado tipificar esta fase como uma típica situação de “enclave”. De fato, a burguesia equatoriana possui aproximadamente três quartas partes das plantações de bananeira e, apesar de o circuito de comercialização não poder, em última instância, escapar ao controle monopolístico internacional, houve uma burguesia financeira nativa que se inseriu nele, na qualidade de sócio menor. Tratava-se, em suma, de uma situação de dependência habilmente negociada, que explica o êxito fugaz do desenvolvimentismo plazista.

Durante este período, não se articulou no Equador um projeto de industrialização, mas, pelo contrário, todo o desenvolvimento econômico do país esteve concebido em termos de uma inserção especializada e tecnicizada na divisão capitalista-imperialista do trabalho. Não obstante isto, é possível detectar aqui os primeiros assomos de modernização da agricultura e da pecuária de consumo doméstico, incluindo-se o processamento industrial de produtos agropecuários.

A estabilização política temporária do sistema não esteve, portanto, determinada, de maneira mecânica, pelo auge da bananicultura, porém obedeceu a uma complexa constelação de fatores. Entre estes, é de particular significação o fato de que, para esta época, o modo de produção capitalista já se havia estendido a um âmbito muito amplo da formação social equatoriana, reduzindo o modo de produção feudal a uma esfera não só subordinada, mas, além disto, restrita, até mesmo na região geográfica onde havia tradicionalmente imperado, isto é, na serra. O que determinou, como é natural, a abolição do caráter antagonico da contradição entre liberais e conservadores, já que o próprio Partido Conservador passou a representar interesses basicamente burgueses.

Opulento serrano, cujas empresas agroindustriais se converteram em uma “modelo” de exploração capitalista, Galo Plaza constituía justamente o símbolo das transformações operadas na sua região. Adornado, além de tudo, com brasões, Camilo Ponce era, por sua vez, uma espécie de “junker” em vias de modernização. Que diferença fundamental podia, então, separar estes dois homens e os dois setores sociais que ambos representavam e que oposição substancial podia interpor-se entre eles e a burguesia agroexportadora litorânea?

Próspera em conseqüência do repentino “boom” dos bananais, que proporcionavam ingressos para “todos”, e já sem graves fendas na “cúpula”, a classe dominante equatoriana, em seu conjunto, podia dar-se agora ao luxo de pôr em prática e “respeitar”, pela primeira vez, as regras do jogo democrático-burguês, pelo menos enquanto durasse esta época de “prosperidade”.

E não era tudo. As migalhas da bonança haviam chegado inclusive às camadas médias e à pequena burguesia, que, nessa conjuntura, vieram a constituir-se num firme ponto de apoio do sistema. Segundo um estudo realizado pelo economista Reinaldo Torres, por exemplo, tais setores representavam, em 1950, 20,7 por cento da população total do país, e percebiam 31,4 por cento do dito ingresso²².

Além de tudo, a política de Galo Plaza foi muito hábil para com esses setores. Ele compreendeu que ainda boa parte dos que se diziam socialistas era gente com a qual agora se podia contar, e os chamou a colaborar com o seu governo, coisa que o próprio Partido Socialista aceitou, de maneira oficial. Em benefício da burocracia, promulgou uma lei de carreira administrativa, destinada a garantir estabilidade a ela, ao mesmo tempo que, com sua política de fomento da produção, favorecia a consolidação de uma pequena e média burguesia rural nas áreas de colonização.

Os antigos elementos “perturbadores” converteram-se assim num fator momentâneo de estabilidade: transformada em clientela liberal, a “classe média” permitiu à grande burguesia resolver o paradoxo permanente da sua história, que havia consistido na impossibilidade de se constituir em uma classe ideologicamente hegemônica, apesar de já ser a classe dominante no terreno econômico. Agora, em troca, parecia contribuir para a consolidação dessa hegemonia: bonança econômica, superação de antagonismos na cúpula, constituição de uma classe de apoio, idílio com o imperialismo (que chegou a nomear Plaza como “homem das Américas”).

E algo mais. Como a intelectualidade “socialista” havia sido, mal ou bem, a animadora, impulsionadora e organizadora de muitos núcleos de trabalhadores, sua deserção não podia deixar de ter conseqüências naquele nível; de fato, ela semeou a confusão em muitos setores da classe operária, debilitando a esquerda em seu conjunto. Isto foi, outrossim, a causa da divisão ocorrida no seio do Partido Socialista, em 1960, quando a ala direita apoiou uma nova postulação de Plaza, o que obrigou a ala esquerda a separar-se e formar outro agrupamento político: o Partido Socialista Revolucionário.

Mas, apesar da sua auréola de paz, o período de 1948 a 1960 não esteve isento de tensões sociais. Durante o próprio mandato de Plaza, o subproletariado de Guayaquil — ao qual a bonança certamente não havia chegado — expressou o seu descontentamento robustecendo o movimento populista denominado Concentração de Forças Populares, cujo caudilho local, Carlos Guevara Moreno, chegou a dirigir a municipalidade daquela cidade. Foi, de resto,

22. *Los estratos socio-económicos del Ecuador*, Quito, Junta Nacional de Planificación, 1960. Sob a denominação de “classe média” são incluídas neste estudo tanto as camadas médias propriamente ditas como a pequena burguesia urbana e rural.

este subproletariado que deu o triunfo a Velasco Ibarra, em 1952, com uma clara mostra de repúdio ao plazismo.

O proletariado, por sua vez, foi fazendo-se presente na cena política maneira cada vez mais combativa, sobretudo no governo de Ponce, o qual respondeu com “mão dura”. Era evidente que a “paz” burguesa começava já a deteriorar-se. Entretanto, o pior só adveio em 1959, quando as manifestações populares aumentaram em Guayaquil, e Camilo Ponce deu a ordem de disparar para matar, realizando um massacre que deixou um saldo de pelo menos mil mortos. A etapa “democrática” encerrava-se, assim, com marca de sangue e mostrando assim todos os seus defeitos: até mesmo naquele período de “prosperidade” e criação de fontes de trabalho, a miséria e a desocupação se haviam acumulado de maneira alarmante na principal cidade do país, onde os “marginalizados” representavam mais de 50 por cento da população.

VI. UMA NOVA ETAPA CRÍTICA

As ilusões democrático-burguesas acabaram por desmoronar-se, junto à base escorregadia que as tinha engendrado, quando o “boom” da bananicultura entrou em seu definitivo ocaso. Embora o incremento no ritmo das exportações houvesse começado a diminuir desde antes, e os seus preços a declinar, o colapso brutal somente se produziu em 1961, ao baixar o volume das exportações de banana em 5,8 por cento e o das de café em cerca de 20 por cento. Naquele ano fatídico, a renda “per capita” diminuiu em 1,1 por cento e a parte do produto nacional dedicada à remuneração da força de trabalho decresceu em 1,5 por cento. Os preços internos, por sua vez, começaram a elevar-se vertiginosamente. Alarmado, o gerente do Banco Central, julgou necessário advertir na sua mensagem correspondente a 1961, que, se não fossem adotadas medidas condizentes, a crise “adquiria uma complexidade tão severa que possivelmente poderia traduzir-se em graves conflitos sociais com repercussões e alcances impossíveis de serem previstos na atualidade”.

Nestas alturas, tal advertência já soava de forma melhor como profecia do passado. A sociedade equatoriana estava em plena efervescência desde 1959 e nem mesmo o massacre realizado naquele ano conseguiu aplacar o protesto das massas, as quais, durante todo o ano seguinte, permaneceram mobilizadas. O processo eleitoral de 1960, que levou Velasco Ibarra pela terceira vez à presidência, não foi mais do que um pretexto para a expressão do enorme mal-estar acumulado. O próprio caudilho compreendeu isto, e deu, por isso, à sua campanha um verniz antioligárquico e antiimperialista, apesar de, tanto quanto em anteriores ocasiões, nada fazer, como governante, para remediar a situação. Assim foi que a efervescência continuou, acentuada não somente pela deterioração da nossa economia, mas outrossim alimentada pelas esperanças que o processo de liberação de Cuba tinha despertado em muitos setores da

população. As greves estudantis e, sobretudo, as operárias estenderam-se como um rastilho de pólvora em 1961, e Velasco foi perdendo pouco a pouco o controle da situação, até que em dezembro daquele ano o exército o depôs. Acabava, pois, de quebrar-se a fachada constitucionalista do sistema, mas, ainda assim, a “tradição” acumulada desde 1948 seguiu pesando o suficiente para que se tratasse de dar à ruptura certo semblante de legalidade. Foi por isso que se permitiu que assumisse a presidência o vice-presidente Carlos Julio Arosemena Montoy, o qual tratou de imprimir um timbre progressista ao seu governo. Este se caracterizou, com efeito, por um respeito às organizações de esquerda no plano interno e, no terreno internacional, por um nacionalismo que necessariamente tomou um aspecto antiimperialista, dada a conjuntura política do continente (pressão cada vez mais forte dos Estados Unidos para que os governos latino-americanos adotassem uma linha dura contra tudo aquilo que, de perto ou de longe, significasse “castrismo”). Decorosa por certo, a atitude de Arosemena foi insuficiente para imprimir um novo rumo ao Equador, muito embora tenha bastado para granjear-lhe a inimizade da classe dominante e do imperialismo.

Além do mais, as forças revolucionárias eram ainda muito débeis, apesar do grande fervor que nesse campo se observava. Não esqueçamos de que justamente nesse momento produziram-se graves cisões no seio do marxismo equatoriano, sobretudo com a fissura produzida no Partido Comunista, que, conquanto, por fim, contasse com a fidelidade quase total da sua base operária e camponesa, foi, entretanto, sacudido seriamente. Perdeu, entre outras coisas, a direção da URJE (União Revolucionária da Juventude Equatoriana), que terminou adotando uma atitude “de enfoque”, mais apta para criar uma situação de “alarme” favorável ao golpismo direitista do que para forjar condições deveras revolucionárias.

Nestas circunstâncias, de nada serviu a Arosemena formar um governo de “concentração nacional”, na realidade, centro-esquerdista. Assessorada pela CIA, a reação local começou a denunciar a infiltração “comunista” no governo e a explorar o assunto cubano. O clero se encarregou de encabeçar esta cruzada, organizando manifestações gigantescas, espécie de procissões destinadas, no seu dizer, a desagrar Deus pelas ofensas do “comunismo” e a pedir o rompimento de relações com Cuba. Ainda nas grandes cidades do país, onde o sentimento leigo parecia firmemente arraigado, desatou-se um fanatismo cujos propósitos abertamente políticos não escaparam a nenhum observador precavido. Jornais como *El Comercio*, de Quito, até então identificado com o liberalismo anticlerical, converterem-se, da noite para o dia, em modelos de piedades religiosa e em acérrimos defensores da “tradição cristã”. E apareceu subitamente a devoção de Jesus do Grande Poder, auspiciada pel alta sociedade, “sem distinção de ideologia”. Assim a burguesia leiga rendeu-se ante a evidên-

cia de que a Igreja continuava sendo o suporte ideológico mais firme da ordem estabelecida, rendição essa que foi de incalculável rentabilidade política.

Arosemena rompeu relações com Cuba em abril de 1962, mas nem isso foi suficiente. A reação reclamava a repressão de toda manifestação progressista e, como o presidente se negou a aceitar este “clamor geral”, a escalada continuou. A direita não teve escrúpulo em cometer atentados terroristas e atribuí-los à esquerda. Como se verifica em uma revista nacional pouco suspeita de simpatias pelo marxismo, nos meses que antecederam a queda de Arosemena, “o anticomunismo se torna psicológico, e não ideológico, para desse modo incidir sobre a opinião popular”. E, como assinala a mesma publicação, as forças “extranacionais”, isto é, os Estados Unidos, atuam decisivamente através dos seus aliados locais: a grande imprensa, o rádio e, finalmente, os oficiais reacionários²³.

Diante da escalada da direita, a esquerda pouco pôde fazer, já que importantes setores do povo, enganados pela repressão religiosa, foram mobilizados em favor da reação. A tudo isso vieram somar-se algumas imprudências no comportamento pessoal de Arosemena, as quais serviram de pretexto imediato para o golpe de estado de 11 de julho de 1963, data em que assumiu o poder uma junta militar de governo sob a presidência do almirante Ramón Castro Jijón.

Na realidade, este golpe foi uma típica medida “contra-insurrecional” orquestrada pelo Pentágono e pelos monopólios, em defesa dos interesses imperialistas. Como a estratégia compreendia, além das medidas especificamente repressivas, certas ações de caráter econômico e social, imprimiu-se à nova ditadura não somente uma orientação anticomunista, mas também uma tônica reformista, de acordo com os planos da Aliança Para o Progresso. Por isso, ao mesmo tempo em que encarcerava, desterrava ou torturava os homens de esquerda e fechava universidades e sindicatos, a junta militar anunciou uma série de reformas “estruturais” que, para marcar o tom dessa tragicomédia, começaram pela nacionalização dos altos picos andinos...

A junta abordou logo o problema do campo e até chegou a baixar uma lei de reforma agrária (11 de julho de 1964), em cuja declaração de princípios manifestava-se o propósito de abolir situações precárias (relações pré-capitalistas de produção) e promover a criação de uma camada de médios proprietários rurais, capaz de amortecer as contradições do campo. Com isto se queria preservar os interesses dos próprios latifundiários; porém, tanto a tibieza das disposições contidas na lei como a resistência dos latifundiários fizeram fracassar a “reforma”, a qual, mesmo com a abolição das situações chamadas precárias, somente conseguiu multiplicar o minifúndio e acelerar o êxodo para as cidades.

23. “*El juego del poder en el Ecuador*”, revista *Vistazo*, de Guayaquil, outubro de 1968.

Entretanto, este verniz “reformista” da ditadura serviu de justificação para que um setor importante, se não majoritário das camadas médias, apoiasse o governo. E nem mesmo o caráter repressivo deste foi óbice para isso: havia, de um lado, a jovem tecnoburocracia convencida de que embarcava em um empreendimento técnico e não político; de outro lado, estavam muitos membros da antiga intelectualidade, entregues agora à defesa de um sistema que, mal ou bem, lhes havia permitido ascender. Ansiosos de justificar a sua virada ideológica, os ex-socialistas que passaram a assessorar a junta falaram de uma adesão a colocações “modernas”, em consonância com o nosso tempo.

No fundo, as camadas médias tinham interesses muito precisos a defender. Entre outras coisas, a proliferação de organismo técnicos e pseudotécnicos encarregados, diziam, ao aplicar as reformas, que foi ocasião propícia para aumentar tanto as remunerações da burocracia, como a própria magnitude desta:

“Já desde 1964 e durante 1965 começaram a ser criados ou reorganizados diferentes organismos e instituições (... o que) significou, ao mesmo tempo, que o orçamento do Estado fosse incrementado em forma apreciável, para o pagamento de soldos e vencimentos”²⁴.

Efetivamente, a remuneração dos servidores públicos, que entre 1960 e 1962 só havia sido aumentada em 8,1 por cento de 1964 a 1966 cresceu em 23,5 por cento.

Tal foi a conjuntura sócio-política em que prosperou o governo dos generais, que na sua primeira etapa contou com o apoio de todas as forças reacionárias nacionais e estrangeiras e das camadas médias. Mas o apoio das primeiras, outorgado, como é óbvio, em troca da repressão de toda manifestação dos movimentos populares, era suficiente para fazer fracassar o projeto reformista. Este, que além da reforma agrária compreendia uma reforma tributária e outras tendentes a reforçar setores intermediários, como o artesanato e a pequena indústria, não era politicamente viável, por carecer de um apoio social que os supostos beneficiários mal podiam brindar-lhe, já que, ou se tratava de setores sociais a serem criados, como a pequena burguesia rural nas áreas tradicionais, ou, bem assim, de grupos politicamente débeis, como os artesões e pequenos industriais.

Descartado este apoio e o popular, outra coisa não restou à junta senão escolher entre cumprir ao pé da letra os desígnios da classe dominante, a fim de contar com o seu apoio permanente, ou então tratar de levar adiante os projetos reformistas, mas com a resistência da oligarquia e em outro contrapeso político que o apoio da tecnocracia, a qual certamente entendia muito melhor do que a classe dominante os interesses do sistema em seu conjunto.

24. *El desarrollo del Ecuador*, Livro primeiro, Quito, Junta Nacional de Planificación, 1969, p. 38.

No entretanto, esta problemática situação não se fez sentir com toda a sua força em 1964, primeiro porque a oligarquia não podia declarar tão logo a guerra a um governo forjado por ela e, segundo, porque a conjuntura econômica foi favorável à manutenção da junta no governo. Nesse ano: “as condições adequadas de clima e regime pluvial tornaram possível obter boas e abundantes colheitas dos principais produtos de exportação e consumo interno”, e “o aumento das exportações repercutiu favoravelmente em todos os setores produtivos do país”²⁵.

Esta conjuntura começou a debilitar-se pelo lado político em 1965, quando a direita estimou que o “perigo comunista” estava conjurado e que, por conseguinte, não existia razão para que os militares continuassem no governo e, menos ainda, intentassem realizar reformas.

Muito embora tibia, a reforma agrária havia já desgostado os latifundiários mais tradicionais; mas finalmente acabaram por aceitá-la, embora arreganhando os dentes. Não aconteceu a mesma coisa com a poderosa burguesia comercial de Guayaquil, a qual, tão pronto viu afetados os seus interesses imediatos, através da reforma das tarifas aduaneiras, começou a sabotar as medidas da junta militar:

“A reforma tarifária ... deu lugar a que em Guayaquil os comerciantes não retirassem da aduana as mercadorias deles. A aduana dessa metrópole dos negócios do país arrecadava diariamente, em média, três milhões de sucres. Lá por três de maio de 1965, a arrecadação mantinha-se em quinhentos sucres diários”²⁶.

Por seu lado, os latifundiários aproveitaram a situação para exigir maior representação das suas câmaras perante o Instituto de Reforma Agrária, e, de modo geral, a classe dominante passou à oposição ativa:

“Em conseqüência dos decretos relativos às importações (houve) uma onda de suspensões de atividade. As empresas pressionaram os meios de comunicação coletiva, que ainda se mostravam obstinados; decidir-se-ão quando o governo militar intenta intervir as entidades autônomas, com influência na imprensa, bancos, opinião popular e partidos. Depois, *a imprensa é atacada*. Fechamento de jornais. Pouco a pouco, estabelece-se unidade de ação contra a junta”²⁷.

Isto, no plano da luta política entre grupos hegemônicos. Porque, noutra nível, o movimento popular não havia renunciado à luta, opondo-se radicalmente ao sistema e aos seus atuais representantes. Porém a sua ação só adquiriu verdadeira eficiência a partir do momento em que a aliança de forças na qual se apoiava o governo veio a esfacelar-se.

25. *Ibid.*, pp. 33-34.

26. Joaquim Mena Soto, *Del la dictadura militar al quinto velasquismo*, Quito, Ed. Fray Jodoco Ricke, 1969, p. 100.

27. “*El juego del poder en el Ecuador*”, no já citado número da revista *Vistazo*.

Inquietos com o atual alcance da luta estudantil, os militares ocuparam a Universidade Central em 25 de março de 1966. Sofreram vexames e maus trantos não somente os estudantes, mas também os professores e autoridades universitárias, inclusive alguns partidários do governo; tal fato precipitou a queda da junta, ao alienar-se esta do apoio do único grupo que ainda a respaldava: a tecnoburocracia.

Os membros do governo militar abandonaram o governo em 29 de março, quando o país se encontrava quase totalmente paralisado por uma série de manifestações e greves e estava a ponto de ser descoberto que os generais, entre outras “reformas”, haviam levado a cabo a de renunciar secretamente à nossa soberania sobre as duzentas milhas marítimas, em favor do imperialismo. Além do que, em 1964, haviam outorgado uma concessão de um e meio milhão de hectares a favor do consórcio petrolífero Texaco-Gulf.

Pois bem, como apesar de contar com a participação ativa da esquerda marxista o movimento que derrubou a ditadura esteve controlado pela burguesia, o governo retornou imediatamente às mãos desta. Um conclave de notáveis proclamou presidente interino o representante das chamadas “forças vivas” de Guayaquil, Clemente Yerovi, o qual permaneceu poucos meses no cargo: o tempo necessário para redirecionar a situação fiscal e convocar a Assembléia constituinte.

A dita Assembléia foi turbulenta, pois teve de tomar conhecimento das denúncias sobre arbitrariedades e até traições da junta. Encarregou-se, além disso, de elaborar uma nova Constituição, a décima sétima do país, e nomeou presidente da República Otto Arosemena, outro dos representantes da burguesia de Guayaquil, cuja eleição se facilitou graças ao entendimento do seu partido (CID) com os conservadores e social-cristãos.

É desnecessário dizer que todos estes transtornos palacianos não produziram nenhuma troca substancial na sociedade equatoriana. O país se livrou de um governo abertamente ditatorial e a campanha anticomunista se atenuou temporariamente, em parte porque o tema se havia gasto como arma psicológica e em parte porque à burguesia exportadora interessava proceder agora com maior “liberalidade”: ante a retração na procura da banana na área capitalista, tornava-se-lhe indispensável buscar novos mercados nos países socialistas.

Por fim, as universidades recuperaram o seu estatuto autônomo e as forças de esquerda adquiriram maior margem de ação (dentro das óbvias limitações do sistema); ao mesmo tempo em que os grupos políticos tradicionais preparavam-se para intervir na eleição presidencial de 1968, que levou, pela quinta vez, Velasco Ibarra ao poder.

Eleito, apesar de tudo, graças a certo sentimento esquerdista ou pelo menos reformista, Velasco manifestou, no começo da sua quinta administração, algumas veleidades nesse sentido, as quais rapidamente se dissolveram. Confrontado com a realidade do poder, onde não é possível superar, como nos dis-

ursos, os antagonismos de classes, nem ignorar, para cada ação concreta, os interesses dos diferentes grupos, Velasco não tardou em aplinar-se ante as pressões da classe dominante. Em 1969, o seu governo adquiriu uma face claramente repressiva, ao aguçar-se a crise econômica, política e social.

Em 1970, o custo de vida elevava-se vertiginosamente; o déficit fiscal ascendia a três mil milhões de sucres. A inquietação social aumentou (paradas de advertência nas províncias, manifestações estudantis, greves) e tanto a burguesia como os monopólios estrangeiros, aos quais Velasco fez generosas concessões petrolíferas, exigiram-lhe “que devolvesse a tranquilidade” ao país.

A 21 de junho de 1970, Velasco Ibarra proclamou-se finalmente ditador, com o apoio aparentemente unânime das forças armadas e de todos os setores da burguesia. Mas, por paradoxal que possa parecer esta afirmação, o seu “autogolpe” não foi uma expressão de força política, porém mais propriamente de debilidade. O “reinado” de Velasco chegava certamente ao seu fim, e não só por esgotamento pessoal do líder, mas porque a própria sociedade se apressava para passar de uma etapa cujo eixo econômico havia sido a produção bananeira, para uma nova que teria como pólo o petróleo, que acabava de ser descoberto no oriente amazônico. Na realidade, todas as forças sócio-políticas estavam conscientes da situação e, aberta ou solapadamente, apressavam-se a conquistar posições.

Para a burguesia, que havia já alienado o petróleo aos monopólios estrangeiros, era impreterível realizar uma urgente tarefa política primordial, que consistia em esmagar toda possível oposição de esquerda, por meio de um golpe de estado. Mas para isto lhe ficavam alguns obstáculos a escolher. De um lado, a grande burguesia em seu conjunto temia que o referido golpe desembocasse num regime nacionalista e reformista no estilo “peruano”, apoiado em alguns setores das próprias forças armadas, em uma parte da tecnoburocracia e, inclusive, em alguns embriões de burguesia industrial, que timidamente tratavam de articular um projeto de desenvolvimento relativamente desligado do capital estrangeiro, com vistas ao novo mercado aberto pelo Pacto Andino. Alternativa política, na verdade, pouco provável, dada a debilidade das forças envolvidas no projeto; mas que todavia não deixava de rondar como um fantasma o horizonte político do país.

Por outro lado, a fração agromercantil, que havia ocupado a posição hegemônica durante a “era da bananeira”, temia perdê-la na nova situação. Tratava-se, então, não só de reprimir a esquerda, mas além disto, de assegurar, com o novo governo, a continuidade daquela hegemonia.

Por fim, do seio de toda a burguesia emergiam novos grupos de interesse, verdadeiras máfias empenhadas em participar, do jeito que desse, naquilo que um escritor equatoriano denominara, com justiça, “o festim do petróleo”. Para estes grupos, nem sequer se tratava de negociar nas melhores condições “na-

cionais” a nova situação de dependência, mas pura e despretensiosamente de apressar-se em receber as sumarentas “comissões” pagas pelo imperialismo.

Em semelhante conjuntura, o golpe de estado de 70 só podia tomar a modalidade que realmente adotou. Incapaz de superar as suas contradições fracionais e de fissuras e, portanto, de oferecer um projeto político corrente, suscetível de atrair o apoio decidido e em massa das forças armadas; temerosa, inclusive, de que no interior destas se impusesse a corrente reformista, à burguesia não restava outra saída senão auspiciar o autogolpe de Velasco, única personagem capaz de representar, sombria e superficialmente as suas frações, a ditadura da classe em geral. Divididas internamente em várias tendências, as próprias forças armadas acharam preferível que um civil continuasse, naquele momento, à frente do governo.

Mas a esquerda, uma vez desarticulada pela repressão que se seguiu ao golpe de maio de 1970, as diferentes frações da burguesia passaram a enfrentar-se abertamente, enquanto os seus setores mais “hábeis” embarcavam nas mais turvas negociações.

Os contendores buscavam, como é óbvio, ganhar as melhores posições dentro do Executivo; porém, dada a transitoriedade deste governo, ao qual, inclusive, uma data de óbito (agosto de 1972), mais ainda lhes interessava ganhar apoio no interior das forças armadas. Por isso, grande parte do ano de 71 esteve marcada não só por uma política sinuosa de Velasco, que representava a hegemonia fugaz de tal ou qual fração mas além de tudo, pelas visíveis divergências entre setores do exército, mais ou menos influenciados por este ou aquele setor da burguesia.

Esta constante pressão burguesa sobre as forças armadas era, naturalmente, uma arma de dois gumes. Se bem que alguma fração parecesse ganhar terreno com isso, não era menos certo que, com a dita pressão, a classe inteira punha de manifesto a sua debilidade, com o que acentuava, no exército, a tentação de atuar como força relativamente autônoma. Além do mais, o jogo de pressões foi percebido por muitos setores da oficialidade como uma ameaça contra a integridade constitucional das forças armadas, fato que, em meados de 1971, determinou a queda do braço direito de Velasco Ibarra, o seu ministro de Defesa e sobrinho, Jorge Acosta. Representante da ala facistóide da burguesia financeira, parece que esta sinistra personagem chegou a organizar o seu próprio serviço de inteligência, com o fito de vigiar os setores do exército suspeitos de “infidelidade”.

E havia mais um problema, que veio complicar a situação. Como já foi dito, a ditadura de Velasco era um mandato a prazo fixo, e o mecanismo previsto para designar o sucessor consistia, em princípio, em respeitar o resultado das eleições presidenciais que deviam ser levadas a cabo em junho de 1972. Só que o fantasma do populismo voltou a aparecer com toda a sua ambigüidade. Tratava-se, esta vez, do caudilho Asaad Bucaram, ex-prefeito de Guayaquil,

que já posava como o seguro vencedor dos futuros comícios e que, apesar de sua grande atração sobre as massas subproletárias e sobre a pequena burguesia, contava com a oposição de quase todas as forças políticas organizadas. A esquerda o detestava por causa dos seus traços fascistóides, pois não podia esquecer que, quando ele fora prefeito de Guayaquil, havia reprimido sangrentamente o movimento estudantil, recorrendo ao lumpemproletariado dos subúrbios. A direita não lhe perdoava os seus arranques plebeu-moralizantes, os quais, durante a administração municipal, se haviam concretizado em desplantes verbais contra a oligarquia, fiscalização intempestiva a tal ou qual empresa e cobrança rigorosa de impostos à burguesia. Enfim, a tecnoburocracia o via como um homem “honesto porém rústico e desorientado”, enquanto que o exército, ao qual certamente aqueles arranques não desagradavam, temia que Bucaram se convertesse em fator de desordem, já que, de algum modo a sua personalidade representava a irrupção de massas na vida política nacional (contra a oposição esquerda Bucaram se havia visto tentado a utilizá-las em sentido fascista e, contra a direita, em sentido populista).

Assim que, ao passo que um setor da burguesia tratava de chegar a algum tipo de entendimento com Bucaram, outro tentou desfazer-se dele, recorrendo à chicana de que este candidato não era equatoriano, mas árabe, tese essa da qual Velasco se apropriou, num desesperado esforço para manter-se no poder e, se possível, prolongar o próprio mandato. Na realidade, já se “via” vir o golpe de estado, conquanto não se soubesse, com exatidão, que modalidade específica adotaria. As contradições da burguesia, assim como a sua incapacidade e imoralidade administrativas se haviam acumulado até tal ponto, que a situação estava “madura” para que os militares aparecessem como salvadores do país, conquanto em muitos setores do país ainda estivesse latente a lembrança da ditadura de 1963-66.

Velasco Ibarra foi finalmente deposto em 15 de fevereiro de 1972, num dia de carnaval que parecia sublinhar ironicamente o desenlace dessa mascarada tragicômica de quarenta anos de velasquismo. Do seu exílio em Buenos Aires, o antigo caudilho assegurou ter sido derrubado por um grupo de “coroneizinhos inspirados em leituras de Lenin e Mao Tsé-Tung”, ao mesmo tempo que o novo chefe de estado, general Guillermo Rodríguez Lara, apressava-se a definir o seu próprio governo como uma expressão da classe média, “nacionalista” e “revolucionário”.

VII. PETRÓLEO E NACIONALISMO NA FASE ATUAL

Na realidade, a posição nacionalista que se cristaliza como linha política básica com o regime do general Rodríguez Lara (fevereiro de 1972 - janeiro de 1976) não adquire significado pleno senão sobre o pano de fundo das concessões outorgadas aos consórcios petrolíferos imperialistas a partir de 1964,

concessões que, segundo os cálculos do pesquisador equatoriano Jaime Galarza, representavam, em 1972, a alienação de mais de um terço do território total do Equador²⁸. E não se tratava só de um problema de extensão, eloqüente por si só, mas também da correspondente aceitação das condições mais lesivas que se possa imaginar para o país: direitos territoriais apenas simbólicos, regalias reduzidas ao mínimo, isenção aos consórcios, de todo tipo de tarifas aduaneiras e impostos, mecanismos de controle absolutamente ineficazes, nenhuma perspectiva de intervenção do estado na produção e na comercialização. Tal quadro se “completava” com a entrega de todo o golfo de Guayaquil às multinacionais, para a exploração do gás, mediante turvas negociadas, nas quais intervieram, perpetrando múltiplos delitos, os mais notórios membros da burguesia intermediária local²⁹.

Contra este setor, que não é mais do que a “vanguarda” da burguesia agro-mercantil que dominou secularmente o país e cujo projeto histórico se identificava com o “direito” de alienar o Equador não apenas ao melhor licitador, mas ao que maiores comissões ofereça à facção governante, emergiu no nosso cenário político a corrente nacionalista das forças armadas, a qual certamente não nasceu por geração espontânea na cabeça de alguns oficiais, mas que foi o reflexo (ambíguo, se se quiser, cortado por outro figurino, em todo caso) de uma árdua luta da esquerda equatoriana, que se viera expressando com força cada vez mais crescente na classe operária, no movimento estudantil, entre os intelectuais patriotas e inclusive ganhando terreno (embora destituída dos seus conteúdos mais radicais) entre setores relativamente amplos da tecnoburocracia. Recordemo-nos de que, já na crítica conjuntura de 1970, que culminou com o autogolpe de Velasco Ibarra e com o conseqüente triunfo dos grupos reacionários, foi baralhada, nos bastidores, a carta de uma “solução à peruana”, como então costumava ser denominada a alternativa nacionalista e antioligárquica.

Nesse projeto, que finalmente se impôs em 1972, refletindo-se, com ambiüidade e tudo, na *Filosofia e plano de ação do governo revolucionário e nacionalista do Equador*, onde se afirma, entre outras coisas, que o novo governo “realizará uma reforma agrária real e efetiva”, distribuindo a terra “às pessoas naturais que genuína e diretamente a trabalham”, que “fará todos os esforços que sejam necessários para eliminar a dependência do país nos aspectos econômico, político, social, cultural, militar e ideológico”.

Dentro deste marco “filosófico” se concentrará a política petrolífera nacionalista, que, sem dúvida, constituiu o aspecto mais positivo do regime de Rodríguez Lara. Com efeito, quase de imediato foram revisados os contratos com os consórcios petrolíferos e foi posta em marcha uma nova orientação na

28. Jaime Galarza, *El festín del petróleo*, 3ª ed., Quito, Ed. Universitaria, 1974.

29. Cf. a respeito Jaime Galarza, *Piratas en el golfo*, Quito, Ed. Solitierra, 1973.

matéria, que substancialmente se traduziu nos fatos seguintes: reversão, ao estado equatoriano, de mais de quatro milhões de hectares na região oriental; reversão dos campos hidrocarboníferos da Anglo Ecuadorian Oil no litoral; redução das concessões, de 40 para 20 anos; aquisição, por parte do estado, de 25 por cento dos direitos e ações da Texaco Gulf; resgate, também para o estado, de todas as explorações de gás; criação da Corporação Estatal Petrolífera Equatoriana (CEPE); construção de uma refinaria estatal na província de Esmeraldas; impulso à criação da Organização Latino-americana de Energia (OLADE); ingresso na OPEP (em junho de 1973).

Foi esta faceta progressista do governo que concitou o apoio da esquerda, a qual nem por isso deixou de assinalar as limitações do regime, na sua própria política nacionalista, nem de lutar a fim de que o processo atingisse etapas mais avançadas, ao mesmo tempo em que a oligarquia nativa e o imperialismo faziam tudo quanto era possível para freá-lo.

Com efeito, a oligarquia concentrou as suas baterias antigovernamentais em torno dos pontos básicos, posto que, de momento, lhe era difícil atacar frontalmente a política petrolífera: a) a prometida reforma agrária, que a todo o transe se tratava de mandar às calendas gregas, e b) a chamada “estatização” da economia, que, no seu aspecto substantivo, referia-se ao efetivo projeto de adaptar um forte setor capitalista de estado³⁰, e, no seu aspecto adjetivo, a medidas tais como a simples criação de lojas estatais (ENPROVIT) encarregados de vender artigos de primeira necessidade, a preços rebaixados³¹. Que a classe dominante equatoriana tenha vislumbrado, no corpo desta última medida, uma virtual “ante-sal” de comunismo, diz já tudo sobre o seu caráter retrógrado, inclusive como burguesia.

O imperialismo, por seu lado, não viu como bons olhos a política nacionalista do governo, e sobretudo a integração ativa do Equador na OPEP, uma organização que ele visivelmente buscava romper no seu elo mais frágil, o qual, por motivos diversos, vinha precisamente a ser o nosso país. A isto seria preciso acrescentar a firme defesa das 200 milhas de mar territorial, fonte permanente de conflito, assim como a expulsão da missão militar norte-americana do Equador.

Malgrado esta oposição, os anos de 1972 e 1973 caracterizam-se pela ascensão das posições nacionalistas, reforçadas, inclusive, pelo desprestígio no qual havia caído a oligarquia, cujas imoralidades e ações antipatrióticas se iam re-

30. Com uma *Área estatal* propriamente dita que compreendia: refinamento de petróleo, pesca, siderurgia integrada, elaboração de amoníaco e uréia; e uma área mista, na qual se incluíam: petroquímica, cimento, estaleiros, complexo madeira-papel, frigoríficos, plantas pasteurizadoras, nitrocelulose, soda cáustica, tratores de roda, motores diesel, chaves de ajuste, inseticidas e pesticidas, tubos de aço, fiação e galvanização de cobre, encanamentos metálicos.

31. O jornal *El Comercio*, de Quito, por exemplo, publicou mais de uma nota editorial criticando esta medida.

velando dia após dia. Mas nenhuma classe dominante é derrubada pelo seu simples desprestígio, e menos ainda aquela que conservava intatas as raízes do seu poder, concentradas no latifúndio e nas plantações, no volumoso capital comercial e bancário, no controle praticamente onímodo dos meios de comunicação coletiva e na influência que, através de tudo isto, exercia sobre os setores reacionários e até “centristas” do exército. O projeto nacionalista e antioligárquico distava, portanto, de se haver imposto, enquanto não cortasse pelo menos algumas dessas raízes, aplicando uma drástica reforma agrária e estatizando, no mínimo, os bancos e o comércio exterior.

Por isso, 1974 foi um ano politicamente crucial, que, de um lado, se caracterizou por uma tentativa de avanço da ala radical do governo e, de outro, por uma polarização das forças sociais, marcada tanto pelo endurecimento da oposição oligarco-imperialista como pela consolidação da classe operária na cena política.

Com efeito, durante o primeiro semestre deste ano, o setor progressista do governo intentou promulgar uma nova legislação agrária que, apesar das ambigüidades e vacilações com as quais a formulou o ministro de Agricultura, Guillermo Maldonado, parecia assinalar, pelo menos, os aspectos mais retrógrados da estrutura latifundiária equatoriana. Mas a mesma indecisão com que tal perspectiva foi delineada, deu estímulo a uma resposta agressiva da oligarquia, a qual terminou por declarar Maldonado como *persona non grata*, acusando-o de “traidor influenciado por ideologias estrangeiras que desvirtuam o caráter nacional do processo”. Ao aceitar a subsequente renúncia de Maldonado, após esta investida, o governo praticamente abandonou o ponto básico do seu programa antioligárquico, que de fato foi substituído por uma política de desenvolvimento “de cima para baixo” do capitalismo no campo. As cifras a esse respeito disponíveis são por demais eloqüentes: durante toda a administração de Rodríguez Lara, apenas 0,73 por cento das terras cultiváveis foram afetadas³², fato que constitui um triunfo retumbante da oligarquia.

Não obstante isto a ala progressista continuou combatendo noutra terreno, encabeçada pelo ministro de Recursos Naturais, Gustavo Jarrín Ampudia, artífice da política petrolífera nacionalista, o qual agora propôs que o Equador adquirisse 51 por cento dos direitos e ações da Texaco Gulf. Porém a sua proposta foi rechaçada e ele mesmo teve de renunciar em setembro de 1974. Foi o segundo grande triunfo das forças reacionárias, isto é, tanto do imperialismo como da oligarquia nativa aliada a ele, que já, a estas alturas, criticava desembuchadamente a política petrolífera “demasiado dura” do governo, argumentando que “afugentava” os investimentos estrangeiros.

32. Durante o triênio 1972-74 são distribuídos 50 mil 425 hectares em proveito de 5 mil 927 famílias camponesas.

Além disso, não deixa de ser significativo que estas vitórias da reação se produzissem num momento de inegável robustecimento do movimento operário, que havia realizado uma respeitável demonstração de força em primeiro de maio e dado passos fundamentais no caminho da sua unidade, com a derrota dos dirigentes “amarelos”* da CEOSL (central criada e, até tão manipulada pelo imperialismo) e o triunfo da corrente progressista na CEDOC (central de origem católica direitista), que, junto ao setor mais avançado da classe operária equatoriana, agrupado na CTE (de orientação marxista), constituirão, daí por diante, uma vigorosa frente.

Em lugar de apoiar-se nesta base social e avançar pelo menos no cumprimento do seu próprio programa, o governo de Rodríguez Lara preferiu ceder ante as pressões oligárquico-imperialistas, com o que somente conseguiu debilitar-se. O discreto exílio dos ex-ministros Maldonado e Jarrín, os quais partiram para a Europa, cada um com diferente missão diplomática, não foi senão o símbolo do exílio da ala mais conseqüente com a filosofia inicial do regime, que ficava, agora, entregue a uma correlação de forças que lhe seria cada vez mais desfavorável.

Com efeito, as concessões que acabam de ser feitas estiveram longe de aplacar a reação. Inscritas na dialética de uma política tipicamente pequeno-burguesa, a qual, apesar de haver dado tais passos, não deixava de reafirmar a sua vocação “nacionalista e revolucionária”, essas mesmas concessões adquiriam aparências (ainda que falsas) de uma simples retirada tática. Em todo o caso, a oligarquia não cessou de esgrimir o fantasma da “forte influência comunista no governo”, ao passo que o imperialismo, consciente da debilidade do regime, decidiu passar abertamente à ofensiva.

Pouco depois da queda de Jarrín Ampudia, a Texaco Gulf iniciou um boicote da produção e exportação de petróleo, o que, durante o último semestre de 1974, causou ao estado equatoriano uma perda de mais de 100 milhões de dólares, e de uma magnitude similar no primeiro trimestre de 1975. Somente em abril desse ano o governo buscou restabelecer a sua autoridade, fixando uma cota mínima de exportação, medida a que a Texaco respondeu com uma suspensão quase completa da extração de petróleo, a qual se prolongou por quase dois meses, até que o governo cedeu à chantagem, reduzindo em 43 centavos de dólar o preço do barril de óleo cru. O mínimo que se pode dizer é que o processo nacionalista estava entrando em uma fase de congelamento.

Em meio a tudo isso, a situação econômica do país apresentava sintomas de evidente deterioração, especialmente no campo, onde a contradição entre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, e as arcaicas relações de produção, de outra, traduziu-se por uma verdadeira crise.

* “Amarelos”: De conduta sinuosa, em política. (N. do T.)

A produção real *per capita* diminuiu em cerca de 9 por cento, entre 1970 e 1973, e nesse nível se manteve em 1974, sem que a “injeção” petrolífera produzisse estímulo nenhum nesse campo. Pelo contrário, o *boom* do petróleo nada mais fez do que propiciar a drenagem de capital do campo para as cidades, onde o desenvolvimento de atividades como a construção, com a qual se especulava abertamente, não deixava de ser atraentes.

É certo que o governo tentou resolver o problema destinando fortes somas ao fomento agropecuário, fim para o qual o crédito foi incrementado em mais de 700 por cento, ao passar de 27 milhões de dólares em 1972 para 162 milhões em 1975; mas nem isto foi suficiente para escorar a estrutura em crise. Milhares de toneladas de adubos químicos que terminaram por deteriorar-se nos depósitos do Banco de Fomento, ante o desinteresse dos latifundiários, não foram mais que o sinal do fracasso de uma política baseada na ilusão tecnocrática de que é possível “avalizar” uma estrutura que, na realidade esteja, isto sim, requerendo uma profunda transformação.

Este estrepitoso fracasso da política agrária do governo teve algumas conseqüências graves que é mister destacar.

Em primeiro lugar, foi preciso recorrer às divisas provenientes do petróleo, para importar alimentos: em 1973, por exemplo, tais importações foram incrementadas em 46 por cento, com relação à média do período 1970/1972.

Em segundo lugar, os preços dos víveres elevaram-se num ritmo bastante acelerado, superior, em todo o caso, à elevação do índice geral de preços ao consumidor que, no lapso de dois anos, 1973 e 1974, incrementou-se em cerca de 50 por cento.

Em terceiro lugar, as migrações de camponeses para as cidades aceleraram-se notavelmente, contribuindo para o crescimento dos famosos “cinturões de miséria”.

Por último, os próprios latifundiários aproveitaram esta situação para hostilizar o governo, acusando-o de todos os males, por não impor um “clima de confiança” no campo; isto é, por não responder com uma repressão em grande escala ao mal-estar crescente dos camponeses.

Nas cidades, além do mais, a situação distava muito de ser próspera para as grandes massas populares. A elevação do custo de vida, já assinalada, que não foi compensada por um equivalente aumento de salários, não fez mais do que depauperar aquelas massas, do mesmo modo que o êxodo de camponeses não deixou de incrementar a desocupação e o subemprego, que, na atualidade, parecem situar-se ao redor de 10 e 40 por cento, respectivamente³³.

E a quimera do petróleo não se manifestou unicamente nesse acúmulo de contradições, mas traduziu-se, além disso, por uma delicada situação financeiri-

33. O BID afirma que para o Equador “o desemprego foi calculado entre 8 a 10 por cento e o subemprego, várias vezes multiplicada esta cifra”.

ra, determinada não somente pelos fatores já analisados (boicote por parte da Texaco e necessidade de dedicar fortes somas à compra de alimentos no exterior), porém igualmente por outras causas, como a desmedida importação de artigos suntuários ou a incremento, igualmente desmedido, do aparato burocrático (150 mil “servidores públicos” frente a uns 60 mil operários de indústria).

O fato é que, ao terminar o primeiro semestre de 1975, o balanço comercial do Equador registrava um déficit de 160 milhões de dólares, coisa que não deixou de repercutir no próprio orçamento do estado, que, em agosto daquele ano, estava já a descoberto em mais de 50 milhões de dólares. Este foi o antecedente que decidiu o governo a promulgar o famoso decreto 738, que estabelecia um gravame de 60 por cento sobre as importações de bens não essenciais, medida com a qual a tecnocracia esperava, outrossim, matar dois pássaros com um só tiro: de uma parte, sanear a situação fiscal; de outra, impulsionar a “burguesia nacional” para uma rápida “substituição de importações”. O próprio ministro de Finanças assegurou que as suas medidas constituíam “um verdadeiro desafio para a indústria, para a produção nacional e para o esforço equatoriano”.

Só que, no momento da verdade, essa “burguesia nacional” não apareceu de nenhum lado, para não ser confundida com o bloco oligárquico inteiro, o qual, mais do que a derrogação do decreto em questão, pedia abertamente a cabeça do governo. E ocorria que, fora da imaginação de alguns tecnocratas, a única coisa que existia era uma burguesia industrial raquítica que, como cão de verdureiro, era tão capaz de impulsionar a industrialização do país como se resignar a que o estado assumisse esta tarefa; e que, ávida de perceber pelo menos algum dividendo no *affaire*, havia comprometido já, desde outubro de 1974, todo o seu apoio à SOFOFA chilena³⁴, para a campanha em prol da modificação da Decisão 24 do Pacto Andino; isto é, o apoio para que a indústria, os bancos e as companhias de seguro da região terminassem de entregar-se, sem restrição alguma, ao capital imperialista.

A expedição do decreto 738 não teve, portanto, outro efeito político senão o de desencadear toda a fúria oligárquica contra o governo, ao qual se reprovava tanto pela aplicação de uma “absurda política petrolífera como pela imposição de uma “estatização” da economia, passando pelo “afungentamento” do capital estrangeiro e pela “semeadura do caos” no campo, com a sua seqüela de encarecimento dos víveres, etc. Para remediar isto, a oligarquia exigia um imediato retorno à “ordem constitucional”, tarefa que ela intentou acelerar mediante o abortado golpe fascista de 1º de setembro, cuja natureza ficou revelada com o exílio do chefe golpista na embaixada de Pinochet em Quito e avalizada com a declaração que Galo Plaza formulara poucos dias depois,

34. Cf. as declarações de Enrique Burgos, gerente de relações industriais da SOFOFA, publicadas em *El Mercurio de Santiago*, de 1º de novembro de 1974.

no sentido de que “os golpes de estado são inevitáveis, porque têm servido para evitar o caos em que caíram os nossos povos”³⁵.

O sufocamento desta rebelião, por parte das forças leais a Rodríguez Lara, não significou, todavia, uma efetiva vitória política das tendências progressistas. A simples revisão da análise realizada pela imprensa de direita, acerca do gabinete formado depois de 1º de setembro, diz tudo sobre a situação: o fogaço ministro das Finanças é descrito como “um homem da empresa privada, por sua formação”, que “demonstrou capacidade no seu desempenho como presidente da junta monetária”; “a tônica a esperar” do novo ministro de Recursos Naturais, dados os seus antecedentes, “é divergente da adotada por Jarrín Ampudia, arquiteto da política petrolífera atual”; e quanto ao presidente da junta nacional de planificação, “parece provável ... que a tal órgão imprima uma eficiência maior, menos tingida de ideologias esquerdistas”³⁶.

Com efeito, a influência do primeiro determinou que, no decorrer dos fatos, fosse deixada sem vigência a decisão 24 do Pacto Andino, enquanto que o segundo estimou prudente elevar em só 40 centavos de dólar o preço do barril de petróleo, sendo que, de acordo com a última resolução da OPEP, o Equador devia aumentá-lo em mais de um dólar. Quanto ao decreto 738, imediato quartelão da discórdia, foi ele praticamente derogado mediante uma sutil redefinição dos bens “essenciais” e “não essenciais”.

Mas nada disto serviu para reduzir a arremetida oligárquico-imperialista. O próprio julgamento dos implicados no *putsch* de setembro converteu-se em uma gigantesca mascarada, na qual se tornava realmente impossível saber quem se fazia de acusado e quem de juiz. Para preparar adequadamente o palco, a revista *Vistazo*, que é a publicação mais importante da burguesia equatoriana, acabava de zombar do governo, num editorial intitulado “Militares ‘reacionários’ abriram novos roteiros ao porvir do Equador”, acompanhado de uma fotografia de Rodríguez Lara emoldurada entre foices e martelos³⁷.

Vinha-se, pois, cumprindo ao pé da letra a advertência que as centrais operárias fizeram ao governo, nos dias da intentona golpista, resumida, por exemplo, nesta consideração da CEDOC:

“Quando tomaram o poder, as forças armadas definiram um programa nacionalista e antioligárquico. Entretanto, diante das pressões dos supostos afetados, elas iniciam uma marcha à ré, cedendo em inúmeros casos. Esta debilidade do governo, perante a oligarquia e o imperialismo, em vez de fortalecê-lo, tornou-o mais vulnerável. Agora, a oligarquia, apesar de tudo, descontente, pela ênfase dada à atividade industrial, busca um governo completamente

35. Declarações ao jornal *Excelsior*, da capital do México, de 7 de outubro de 1975.

36. Cf. “*Los recién llegados*”, na revista *Vistazo*, de Guayaquil, núm. 221, de outubro de 1975, p. 5.

37. Número cit., p. 9.

seu, tratando de, para isso, manipular não só grupos militares, mas, inclusive, setores populares”³⁸.

É certo que, com todas as suas debilidades e vacilações, o regime de Rodríguez Lara não era, para a oligarquia, um governo “completamente dela”. Porém menos ainda o era para a classe operária. Esta apoiava as medidas progressistas que haviam sido arbitradas, na fase inicial, especialmente, as quais, não por casualidade, eram as mesmas que a classe dominante impugnava; mas com razão os trabalhadores estavam, antes de tudo, zelosos da sua independência frente ao governo, do qual exigiam a derrogação de todas as medidas antioperárias; uma elevação de soldos e salários que, pelo menos, compensasse a evidente pauperização das massas; a efetiva aplicação da reforma agrária; a total nacionalização do petróleo, da indústria elétrica, do comércio exterior e dos sistemas de distribuição dos artigos de primeira necessidade. Em arrimo destes pontos, que constituíram o programa mínimo comum das três centrais sindicais, realizou-se a greve geral de 13 de novembro, da qual participou cerca de meio milhão de trabalhadores, como também as marchas camponesas de dezembro, às quais o presidente foi convidado a assistir, honraria da qual declinou, para não piorar as suas relações com a oligarquia³⁹.

Essa “prudência” de nada lhe serviu. A classe dominante havia feito de Rodríguez Lara o bode expiatório, e a remoção dele se impunha, para devolver uma certa “tranquilidade” ao país, agora convulsionado por uma suspensão de atividades dos transportadores, a qual não deixava de recordar o outubro chileno de 1972. O general Rodríguez foi deposto em 11 de janeiro, fato com o qual se encerrava, se não a etapa iniciada quatro anos antes, pelo menos um capítulo importante dela. O triunvirato que acabava de assumir o governo fazia-o, em todo o caso, em condições precárias; já não como portador de um projeto nacionalista e antioligárquico, porém, de modo melhor, como encarregado de preparar o retorno à “ordem constitucional”.

O Equador de 1976 não é, entretanto, o Equador de um quinquênio atrás. Fracassada quanto às suas metas mais radicais, a experiência nacionalista de Rodríguez Lara deixa, pelo menos, dois elementos novos, intimamente entrelaçados: uma base industrial que antes não existia (especialmente um setor capitalista de estado) e um estado relativamente robusto, em redor do qual criou-se um montão de interesses burocrático-militares, que são os que, no topo, sustentem, ainda que já debilitado, o projeto nacionalista. Malgrado todos os retrocessos e vacilações, a política petrolífera que servira de base a esse projeto

38. Manifesto de 3 de setembro de 1975.

39. Estas marchas apoiavam especialmente a aplicação do art. 25 da lei de reforma agrária, que prescreve a afetação dos prédios que não estejam sendo cultivados em pelo menos 80 por cento, em janeiro de 1976. Até ao último momento do seu mandato, Rodríguez Lara prometeu aplicar este artigo, o qual, a rigor, afetaria a maior parte dos latifúndios atuais.

mente desmantelada, tanto quanto não o foi, tampouco, o empenho de desenvolver um capitalismo estatal.

Dentro destas novas coordenadas, a própria hegemonia política da oligarquia aparece rachada, como o demonstra o seu próprio jogo indeciso em um terreno duplo: o das forças armadas, as quais trata de envolver numa via fascista, sem achar resposta mais além do que em algumas franjas de margem; e o da população civil, que ela tenta atrelar ao carro aparentemente “constitucionalista”, sem encontrar tampouco ecos significativos.

E aqui intervém um último fator, o qual é, sem dúvida, o mais importante na conjuntura atual: a presença do proletariado na cena política nacional, com uma envergadura, uma organização, um grau de consciência e unidade antes inexistentes.

Nestas condições, o próprio retorno à “ordem constitucional” que o triunvirato inicialmente prometera torna-se problemático. As próprias forças armadas parecem indecisas, para não dizer divididas, por causa do recente “auscultamento” de opiniões em que se defrontaram, de um parte, uma perspectiva oligárquica que nem sequer chegou a apresentar-se como projeto de desenvolvimento (obviamente não é possível formular de maneira explícita um projeto que não consiste senão em alienar o país ao capital estrangeiro e auferir os subsequentes dividendos) e, de outra parte, um programa mínimo popular que arranca os militares do seu ponto de espera, para que pelo menos cumpram com os lineamentos da “filosofia e plano de ação” que eles mesmos esboçaram em 1972.

Com isto, o nacionalismo pequeno-burguês segue preso à rede das suas próprias contradições, as quais, naturalmente, não se podem ir resolvendo senão no cenário da luta de classes, segundo a amplitude e a orientação que esta adquira.

VIII. BIBLIOGRAFIA

- Abornoz, Oswaldo, *Historia de la acción clerical en el Ecuador*, Quito, Ed. Espejo, 1963.
_____, *Del crimen de El Ejido a la revolución del 9 de julio de 1925*, Guayaquil, Ed. Claridad, 1969.
Arcos, Gualberto, *Años de oprobio*, Quito, Imp. Fernández, 1940.
Carbo, Luis Alberto, *Historia monetaria y cambiaria del Ecuador*, Quito, Imp. del Banco Central, 1953.
CEPAL, *El desarrollo económico del Ecuador*, 1953.
Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola, *Tenencia de la tierra y desarrollo socioeconómico del sector agrícola: Ecuador*, Washington, D.C., Unión Panamericana, 1965.
Costales Samiego, Alfredo, *Estadísticas de sangre*, revista *Panoramas*, México, novembro-dezembro de 1965.
Cueva, Agustín, *El proceso de dominación política en el Ecuador*, México, Ed. Diógenes S.A., 1974.
El gobierno del señor Galo Plaza, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1952.
El 28 de mayo, balance de una revolución popular. Documentos para la historia, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1946.
Galarza, Jaime, *El festín del Petróleo*, Quito. Ed. Universitaria, 1974.

- Hurtado, Oswaldo, *Ecuador: dos mundos superpuestos. Ensayo de diagnóstico de la realidad ecuatoriana*, OFFSETEC, Quito, 1969.
- Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Central, *Visión del Ecuador* Quito, 1974.
- Instituto Nacional de Estadística, *Serie estadística 1967-1972*, Quito, 1974.
- Junta Nacional de Planificación y Coordinación, *El desarrollo del Ecuador*, Quito, 1969.
- Llerena, José Alfredo, *Frustración política en veintidós años*, Quito, Ed. Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1959.
- Navarro, Guillermo, *La concentración de capitales en el Ecuador*, Quito, Ed. Escuela de Sociología, Universidad Central, 1975.
- Origen, tradición y lucha del Partido Socialista Revolucionario Ecuatoriano*, revista *Teoría y acción socialistas*, Quito, janeiro-fevereiro de 1969.
- Pareja Diezcanseco, Alfredo, *Historia del Ecuador*, 2ª ed., Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1958.
- _____, *La lucha por la democracia en el Ecuador*, Quito, Ed. Rumiñahui, 1956.
- Reyes, Óscar Efrén, *Breve historia general del Ecuador*, 6ª ed., Quito, Ed. Fray Jodoco Ricke, 1960.
- _____, *Los últimos siete años*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1933.
- Saad, Pedro, *La CTE y su papel histórico*, Guayaquil, Ed. Claridad, sem data.
- Varios autores, *Ecuador: pasado y presente*, Quito, Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Central del Ecuador, Ed. Universitaria, 1975.
- Vicuña Izquierdo, Leonardo, *La clase trabajadora del Ecuador (características y condiciones de vida)*, Departamento de Publicaciones de la Universidad de Guayaquil, 1975.

PERU: ESTADO OLIGÁRQUICO E REFORMISMO MILITAR

Julio Cotler

I. AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS VINTE

A década dos anos vinte caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma importante transformação da sociedade peruana. Embora ela não tenha alterado inteiramente as bases sociais sobre as quais havia funcionado até então, redefiniu o caráter de sua organização, assim como o de seus conflitos sociais e políticos.

Três fatos principais singularizam aquela transformação. Em primeiro lugar, a afirmação do capital imperialista de origem norte-americano no setor das exportações primárias e das finanças, constituindo uma típica economia de enclave. Como é sabido, estas empresas buscavam produzir matérias-primas a um custo mais reduzido do que os que se podiam obter nos Estados Unidos, a fim de maximizar a acumulação e reprodução do capital da casa matriz. O objetivo era alcançado graças à existência no Peru de uma generalizada zona pré-capitalista que fornecia uma mão-de-obra o *cholo** barato — e os bens necessários para sua reprodução, a um custo muito abaixo do mercado norte-americano. Por sua vez, esta situação se via fortalecida pelo fato de os dividendos gerados pelo enclave serem investidos no país de origem do capital, impedindo a acumulação interna e frustrando, portanto, a extensão e o aprofundamento do capitalismo no Peru.

Assim, a natureza da formação dependente, na qual se combinavam desigualmente os modos de produção, com a presença dominante daquilo que o imperialismo trazia, veio a redefinir a heterogeneidade econômico-social do país.

Em segundo lugar, e em associação com o apontado acima, o Peru experimentou uma recomposição e uma reestruturação de suas classes sociais. De fato, no nível dos grandes proprietários nativos, operou-se uma emergência econômica e política do setor diretamente associado às exportações controladas pelo enclave e, correlativamente, houve o deslocamento daqueles que a inserção imperialista marginalizava. Simultaneamente, no nível dos latifundiários imersos na área pré-capitalista da sociedade, uma fração passou a associar-se à nova coalizão dominante, que lhe prestou seu apoio para eliminar aquela que se encontrava ligada clientelisticamente aos grandes proprietários opostos à nova fórmula subtraindo sua base política de sustento.

Desta maneira, observou-se, no interior da classe proprietária, uma recomposição de seus elementos centrais ao redor do enclave, o que permitiu, pela

* *cholo* — mestiço de branco e índio peruano (N. do T.)

primeira vez na história republicana, sua integração política e a centralização efetiva do Estado. A eliminação ou isolamento das tendências centrífugas das oligarquias regionais e de seus chefes foram possíveis graças à construção de um exército que respondia a uma só voz de comando, capaz de exercer domínio sobre a sociedade.

O Estado, porém, diretamente ligado aos interesses das empresas imperialistas e de seus associados nativos, inaugurava-se marcado pelo cunho dependente e oligárquico; sua natureza francamente coercitiva oferecia a imagem de uma situação colonial.

Simultaneamente à recomposição e reorientação experimentadas pelos proprietários, observou-se, no seio das classes médias e dos setores populares, um fenômeno semelhante que seguia a dinâmica impulsionada pelos enclaves. A penetração do capital imperialista aparelhou um duplo e contraditório processo: por um lado, tal penetração significou a concentração da propriedade e da racionalização capitalista do trabalho, que se traduziu na espoliação camponesa e na conseguinte proletarização de parceiros agrícolas* arrendatários, assim como de pequenos e médios proprietários e a eliminação de um setor de comerciantes e industriais¹. Por outro lado, contudo, os latifundiários e as empresas estrangeiras estenderam seu domínio sobre as massas camponesas, expropriando suas terras a fim de obrigá-las a submeter-se à condição servil. A “refeudalização” de amplas áreas rurais tinha por objetivo organizar a produção de alimentos sob moldes senhoriais, produção que logo seria mercantilizada nos centros que o capital imperialista dinamizava. Assim, reerguia-se o modelo de dominação ibérica no qual as relações sociais de produção pré-capitalistas permitiam maximizar o sistema de apropriação capitalista². Por último, naqueles casos em que as comunidades de camponeses indígenas conseguiram preservar suas posses não tardou para que fossem incorporadas no mercado capitalista, experimentando-se um processo de diferenciação interna e o início do desmantelamento da organização comunal.

Vale dizer que, *prima facie*, a sociedade se apresentava em termos duais: o capitalismo que o imperialismo dirigia, e o “feudalismo” dos latifundiários nativos. Esta impressão, porém, escondia uma articulação que beneficiava o eixo capitalista da economia, com a conseguinte fratura da sociedade.

O terceiro fato que configura a transformação dos anos vinte é a emergência política dos setores da sociedade afetados pela transformação econômica e social em curso. Assim, os trabalhadores agrícolas — recentemente con-

* usamos o termo *parceiro agrícola* para traduzir os vocábulos tipicamente peruanos *comunero* e *yanacóna*, que representam formas de exploração em sociedade de uma mesma porção de terra (N. do T.).

1. Peter Kalren, *La formación de las haciendas azucareras y los orígenes del APRA*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1970.

2. José Maria Arguedas, *Yawar fiesta*

centrados nas plantações de açúcar, algodão e arroz —, os operários mineiros e industriais, a pequena burguesia urbana e rural desalojada pelas mudanças que o capitalismo imperialista auspiciava, as comunidades que viam perigar sua existência pelo avanço dos latifundiários, a fração dos *comuneros* que eram expropriados por seus congêneres que se diferenciavam classicamente deles — todos entraram num processo de mobilização de diferente tipo e intensidade. Esta mobilização se canalizou através de organizações sindicais, políticas e culturais que foram adquirindo conotações antiimperialistas e antioligárquicas. O desenvolvimento político das classes populares foi determinado, ainda que com distintas projeções, pelo pensamento e pela atividade organizativa de Víctor Raúl Haya de la Torre e de José Carlos Mariátegui.

O debate que se levantou entre eles resume o que a partir de então se fez presente na “esquerda” latino-americana. Enquanto Haya de la Torre formulou a orientação nacionalista-revolucionária, Mariátegui lançou os fundamentos teóricos e a organização para o desenvolvimento do socialismo no Peru. O primeiro fundou a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA); o segundo, o Partido Socialista que logo após sua morte seria transformado no Partido Comunista Peruano, estreitamente ligado às diretrizes da Terceira Internacional.

Em 1928, e em resposta às críticas do dirigente cubano Julio Antonio Mella, Haya escreveu *El antimperialismo y el Apra*, onde formulou de maneira orgânica seu diagnóstico da América Latina e as prescrições características do nacionalismo revolucionário. Em termos muito esquemáticos, o autor parte da premissa de que o desenvolvimento da América Latina não seguiu o traçado que a Europa conheceu e que, por isso mesmo, os instrumentos políticos de sua transformação assim como a natureza da mesma devem ser originais, sem submissão aos cânones válidos para outros espaços históricos. Esta colocação tinha por objetivo rejeitar as fórmulas propostas pelo Comintern e pelos “comunistas nativos”.

Segundo Haya, na América se havia estabelecido um “feudalismo colonial” que impediu o desenvolvimento da burguesia e, conseqüentemente, da ideologia liberal. As guerras de Independência não significaram a erradicação do feudalismo, mas, sim, a preservação de tal modo de produção que rapidamente se associou com a burguesia comercial ligada ao emergente capitalismo inglês. Posteriormente, o capitalismo norte-americano substituiu o britânico, repetindo o modelo neocolonial. Daí que em pleno século XX a estrutura social do Peru e, em geral, da região latino-americana manifeste as características de um “museu vivo”, onde simultaneamente convivem todas as etapas da história humana.

Portanto, o imperialismo é responsável pela introdução do capitalismo na América Latina; o que leva Haya a concluir, parafraseando Lênin, que se o imperialismo é a última etapa do capitalismo na Europa, constitui a primeira etapa na América Latina. Este capitalismo imperialista, porém, ao articular-se

com o feudalismo, impede o desenvolvimento nacional. Na Europa, ao contrário, o desenvolvimento capitalista não só significou a eliminação das forças feudais como também o desenvolvimento das capacidades nacionais. Onde o autor conclui que “não é possível separar a luta contra o imperialismo estrangeiro da luta contra o feudalismo colonial na América Latina”.

Sendo assim, a exploração da coalizão feudal-imperialista se realiza sobre camponeses, operários, classes médias e também sobre a incipiente burguesia industrial. Ou seja, constitui uma exploração de caráter *nacional*. Assim, a exploração imperialista tem a dupla conotação de ser classista e nacional, onde esta última teria primazia: “A primeira consequência do crescente domínio econômico do imperialismo norte-americano em nossos países é uma consequência política: o problema da *liberdade nacional*”.

Daí que todos os explorados, indistintamente de sua classe social, devem coligar-se para desenvolver a luta antiimperialista e antifeudal, e pela libertação nacional. Tal luta só poderia ser empreendida com êxito através da constituição de uma Frente Única de Trabalhadores Manuais e Intelectuais, integrados num partido único que, à semelhança do Kuomintang, perseguisse a instauração de um Estado antiimperialista. Este, tal como o definira Vicente Lombardo Toledano para o caso do México, representaria os interesses nacionais na medida em que nacionalizasse os enclaves e acabasse com o feudalismo agrário. O Estado se abriria às classes nacionais, estabelecendo uma aliança entre elas que ele coordenaria por intermédio da representação dos interesses funcionais. Isto é, formalizando um Estado corporativo.

A fim de proteger a existência do Estado antiimperialista e de dinamizar a autonomia nacional, o Estado constituiria um poderoso setor econômico que, de acordo com o que Lênin teria afirmado, assentaria as bases para uma futura transição rumo ao socialismo. Paralelamente ao capitalismo estatal, e sob seu controle, seria possível o desenvolvimento de uma burguesia nacional e nacionalista. Assim, o novo caráter do Estado tornaria possível a integração e consolidação da nação.

Mas este projeto, ao mesmo tempo, era consciente das necessidades de capital e tecnologia de origem imperialista. Daí que Haya, de maneira explícita, conviera em aceitar “condicionalmente” a incorporação de tais recursos a fim de apurar o desenvolvimento econômico do Peru e da América Latina. É nesse sentido que chamou o imperialismo “constutivo”.

A dissidência de Haya com os postulados da Terceira Internacional se fundamentava principalmente na natureza de classe do partido e da revolução. Quanto ao primeiro, Haya rejeitava a possibilidade de constituir um partido classista, na medida em que o desenvolvimento histórico da América Latina e do Peru, em particular, havia frustrado o desenvolvimento numérico e qualitativo do proletariado. Seguir esta indicação, apontava Haya, significava na prática isolar-se da maioria da população interessada na luta antiimperialista e ver-se

impossibilitado de reunir o apoio necessário para levar a cabo a libertação nacional.

Ademais, o caráter dependente da sociedade peruana determinava que o objetivo fosse uma revolução nacional e popular e que o Partido que dirigisse a libertação nacional se sustentasse sobre todas as classes nacionais exploradas. A construção e direção desse partido não podiam estar a cargo do proletariado porque ele, por sua pequenez e recente incorporação urbana, não havia conseguido adquirir uma consciência classista e nacionalista. Em contrapartida, as classes médias eram as mais nacionais, capazes e beligerantes das que constituíam a frente e, por isso, eram as mais aptas para liderar a luta do conjunto das classes nacionais.

Mariátegui também partiu de uma análise histórica da realidade peruana para determinar o caráter da sociedade e da revolução peruanas. Os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* se caracterizam pelo rastreamento do caráter de classe mutante da história republicana. E embora Mariátegui tenha chegado a conclusões que em vários aspectos concordavam com as de Haya, diferenciou-se deste em aspectos-chaves. Enquanto Haya considerava a existência peruana compartimentalizada em vários modos de produção, Mariátegui assinalou com bastante clareza a existência de uma articulação entre feudalismo e capitalismo, que permitia o desenvolvimento deste último, que se definia, em primeiro lugar, por seu caráter imperialista e, em segundo lugar, por sua origem forânea. Donde partiria para afirmar que a libertação nacional e popular se definia por seu caráter anticapitalista, *tout court*.

Dois fatores confluíam para impossibilitar o desenvolvimento capitalista “autônomo” no Peru e na América Latina. O primeiro deles era que “a época da livre concorrência na economia capitalista terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, vale dizer, dos impérios. Os países latino-americanos chegam com atraso à competição capitalista. Os primeiros postos estão já definitivamente assinalados. O destino destes países dentro da ordem capitalista é de ‘simples colônias’”. Em segundo lugar, Mariátegui negava rotundamente o caráter nacionalista da pequena burguesia, assim como dos grandes proprietários, por sua condição de vassalos do capital imperialista e pela carga colonial que traziam consigo, de desprezo e ódio às massas populares. Isto é, Mariátegui rejeitava com toda a clareza a possibilidade da constituição de uma burguesia nacional, e adiantava que o triunfo do nacionalismo revolucionário favoreceria uma recriação burguesa-dependente, como o vinham demonstrando o México e a China dos anos vinte³.

Embora tenha colaborado com Haya na constituição da Frente Antiimperialista, Mariátegui distanciou-se dele quando este fez nascer da Frente o Partido Único. Ainda que Mariátegui tenha sido claro ao assinalar a necessidade

3. José Carlos Mariátegui, *Temas de nuestra América*, Ed. Minerva, Lima.

de levar a cabo reformas democráticas e nacionalistas, estava firme ao sublinhar que elas só poderiam plasmar-se integralmente no socialismo. Neste sentido, Mariátegui reconhecia que o proletariado peruano era incipiente e sem consciência revolucionária; todavia, rejeitava a possibilidade de confundir os interesses do proletariado com os do campesinado e da pequena burguesia. A Frente tinha como objetivo conseguir a realização de reformas democrático-populares, ao passo que o Partido devia assegurar a passagem de tais medidas à revolução socialista. Do contrário o destino da Frente seria o que tomou o Kuomintang, em fins dos anos vinte.

Vale dizer que, enquanto Haya postulava a colaboração de classes com suposta vocação nacionalista, integrada num partido único, a fim de desenvolver uma luta antiimperialista e antioligárquica que tornaria possível forjar um Estado que lograsse a conciliação de clases, Mariátegui postulava a constituição de uma frente classista para realizar a revolução democrático-popular com transição rumo ao socialismo, tarefa esta que o partido classista deveria conduzir.

II. A CRISE DOS ANOS TRINTA

As mudanças dos anos vinte se fizeram patentes em todas as suas dimensões por ocasião da Grande Depressão. Esta crise exacerbou os conflitos sociais e políticos que se haviam gestado nos anos precedentes, deixando transparecer em toda a sua nudez a precariedade da classe dominante e de seu Estado, mostrando-os incapazes de dar solução política à situação originada fora de suas fronteiras.

Ao reduzirem-se drasticamente as exportações e ao cortar-se o fluxo dos empréstimos norte-americanos, o lucro dos proprietários e do Estado se viu diminuído. Milhares de trabalhadores recém-incorporados à esfera capitalista foram lançados ao desemprego. A retração da demanda de alimentos, mercantilizados pelos latifundiários, assim como pelos setores que se enriqueciam no interior das comunidades, fez com que recrudescessem as exigências sobre os camponeses, desatando uma onda de levantamentos rurais. Assim, aflorou violentamente uma luta de classes encarniçada, sem que mediassem valores ou instituições capazes de estabelecer qualquer consenso nacional. O caráter dependente-oligárquico do Estado, fundado na coerção, determinava esta situação.

Em tais condições, foi tangível a incapacidade dos proprietários e do Estado para controlar a situação e dar solução às exigências populares. De 1930 a 1933 o país viveu uma sucessão de levantamentos militares e de insurreições populares que tornaram patente a crise da ordem estabelecida pela coligação oligárquico-imperialista.

No meio dos proprietários renasceram os tradicionais conflitos entre a fração que se havia associado ao enclave e que havia governado durante a década

precedente, e a que havia sido desalojada por ela. Simultaneamente, vieram à luz os ânimos hegemônicos das várias oligarquias regionais silenciadas pela coligação dominante. Por outro lado, a classe popular agrupada ao redor do Partido Comunista e da Apra insurgiu violentamente contra a ordem estabelecida. Seguindo as ordens da Terceira Internacional, o PC promoveu a constituição de sovietes de operários e soldados; a Apra dirigiu várias insurreições, a principal delas na cidade de Trujillo, que custou a vida de milhares de habitantes, assim como de oficiais e soldados.

O resultado final deste conflito foi a integração do conjunto da classe proprietária em torno do exército, em sua luta contra as forças populares organizadas pela Apra e pelo PC. Este confronto lançou os fundamentos de um conflito que tomou, simultaneamente, um caráter classista e institucional Apra e exército — que definiu a luta política das próximas décadas. Com efeito, a partir de então a luta das classes básicas da sociedade se expressou através do conflito que contrapunha o exército à Apra, cada um destes associando em bloco classes diferentes; assim, o país passou a dividir-se em dois “partidos”: o aprista e o antiaprista, comandado este último pelo exército.

Os quadros superiores do exército não combateram apenas por sua identificação com o regime de dominação oligárquico, mas também por razões de natureza institucional. Na medida em que a única proteção com que contava a coalizão dominante era o aparato castrense, a Apra, pelos mais diversos meios, procurou destruí-lo. O exército, apesar de encontrar-se profundamente infiltrado pela Apra, conseguiu reagir contra os que atentavam contra sua integridade e, nessa medida, protegia o regime estatal no qual se inscrevia.

A precariedade política do regime político e a função proeminente que veio a ganhar a força armada seriam um elemento decisivo na história política do país nas décadas subseqüentes. Assim como a rejeição do exército à Apra, enquanto agente mobilizador da massas populares, na medida em que sua presença atentava contra a instituição militar. Do contrário não se compreende que as forças armadas mantivessem a mesma linha política, ainda quando a Apra e a classe dominante chegaram a um mútuo entendimento em meados dos anos cinquenta. Ou seja, a partir dos anos trinta o exército veio a constituir-se no elemento central do Estado oligárquico.

Em muito pouco tempo, a Apra conseguiu agrupar a seu redor a grande maioria dos setores populares e meios politicamente mobilizados do país, colocando o PC num segundo plano de importância. Várias são as possíveis explicações para este fato crucial. Em primeiro lugar, a tardia incorporação do capitalismo do tipo de enclave frustrava o desenvolvimento de um processo de diferenciação classista e, ao contrário, favorecia a manutenção de uma generalizada orientação pequeno-burguesa. Em segundo lugar, o PC, submisso aos ditames do Comintern, aos quais Mariátegui soubera resistir, adotou uma orientação “obreirista”, disposta à tomada imediata do poder por sovietes e, de acordo

com a orientação de “classe contra classe”, repeliu todo compromisso político com a Apra, acusando-a de “social-fascista”, qualificativo que os partidos comunistas europeus lançavam sobre os partidos reformistas agrupados pela Segunda Internacional. Esta concepção organizativa contrastava com a adotada por Mariátegui, que favorecia a organização sindical do proletariado, mas sem descuidar dos demais setores populacionais e em especial do campesinado, que, por constituir quatro quintos do total e achar-se submetido à exploração pré-capitalista, devia desempenhar um papel fundamental na etapa democrática da revolução rumo ao socialismo. Seria esta argumentação que valeria a Mariátegui a acusação de “populista” pelos teóricos comunistas.

É claro que em seu primeiro embate contra as forças oligárquico-imperialistas o PC foi duramente golpeado, dado o caráter incipiente da organização política dos trabalhadores. Enquanto isso, a Apra conseguiu articular-se amplamente com os operários agrícolas, camponeses, pequena burguesia e membros da velha aristocracia regional do norte, uma vez que a ideologia nacionalista que pregava e a organização que estabeleceu se adaptavam às condições regionais. Com efeito, era nessa região que o enclave havia promovido a mais importante reviravolta na estruturação tradicional. Ademais, Haya de la Torre participou da contenda eleitoral que o país viveu em 1931, o que lhe permitiu difundir suas idéias e procurar a organização do partido, que alcançou um nível organizativo totalmente insólito no país. Embora tenha sido derrotada nas eleições de 1931 por uma margem muito estreita, a Apra conseguiu consolidar-se nas diferentes camadas populares e médias do país, constituindo-se numa organização nacional tanto por sua orientação quanto por sua irradiação.

É assim que, devido à crise dos anos trinta, a qual determinou a queda do governo de Leguía (1919-1930), se desatou uma insuspeitada presença política de natureza popular. Um setor das massas populares urbanas se associou ao novo chefe de Estado, coronel Sánchez Cerro, que adotou uma retórica tipicamente populista. Por sua vez, a insurgência política dos operários, camponeses e empregados que se orientavam pelas diretrizes ideológicas dos novos partidos, criava condições para uma reorientação do Estado, tal como aconteceu em outros países da região. Mas, para tanto, faltava o outro termo da equação: um setor burguês “moderno”, interessado em estabelecer com as classes populares uma aliança, por intermédio de um Estado arbitral. Esta ausência se explica pelo caráter e pela profundidade da inserção capitalista, que impediu o desenvolvimento industrial do país e, com ele, a diferenciação interna da burguesia e a emergência de um setor orientado para o mercado interno.

Por outro lado, a fração da classe dominante que se coligou com Sánchez Cerro foi aquela desalojada pela aliança oligárquico-imperialista estabelecida nos anos vinte e que se caracterizava por sua natureza profundamente pré-capitalista. Se em algum momento havia mostrado pretensões “nacionalistas” *avant la lettre*, tal se devia a seu repúdio ao capitalismo “fenício” que ameaça-

va destruir os traços patrimoniais, católicos e hispânicos da sociedade peruana. Daí que originalmente pregara uma ideologia arielista* e que logo, ante a emergência popular, se manifestara simpatizante das fórmulas corporativas e fascistas.

A relação que esta fração da classe dominante ansiava estabelecer com as massas populares não era a de um compromisso, mas de sujeição. Uma política de conciliação com “*cholos*, índios e negros” estava fora de qualquer possibilidade e era impensável para estes herdeiros da colônia.

Precisamente pela falta de uma fração industrial da burguesia e, ao contrário, pela reemergência política da fração mais tradicional, o confronto político com a Apra chegou às raias de guerra civil. Por isso mesmo, a Apra, ou melhor, as massas populares apristas adotaram posições revolucionárias. Assim, a guerra de classes foi declarada abertamente no Peru durante a década de trinta. Enquanto o exército e a polícia exerciam uma violenta repressão sobre as camadas populares, a Apra favorecia o desenvolvimento de levantamentos armados que deveriam permitir a abertura de um canal democrático para a política peruana.

Em 1939, o general Benavides, que havia congregado a sua volta a classe dominante em seu conjunto em sua luta contra a Apra, convocou eleições a fim de recriar as bases institucionais da dominação oligárquica. Desde antes e durante o governo de Manuel Prado foram-se modificando as orientações políticas da Apra e do PC. A razão fundamental dessa mudança foi a crise internacional, que levou Haya a conceber os Estados Unidos, e sua nova política de “bom vizinho”, como uma força democrática capaz de favorecer a implantação de regimes análogos na América Latina. O PC, por sua vez, e seguindo as novas orientações “browderistas”, colaborou com o governo nos esforços bélicos contra o Eixo nazi-fascista.

III. A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA DE 1945

Os novos ares democráticos que sopravam na América Latina por causa da luta e da vitória contra o fascismo na Europa favoreceram o aparecimento reluzente das forças populares no cenário público, preparando-se para as eleições de 1945. A classe dominante se viu na obrigação de ceder ante a pressão, mas conseguiu condicionar a participação popular para que esta não obtivesse o monopólio do aparato estatal. O triunfo da Frente Democrática Nacional,

* *arielismo*: ideologia traçada pelo escritor uruguaio José Enrique Rodó (1872-1917) em seu livro *Ariel* (1900). Trata-se de um hispano-americanismo estético e cultural baseado na religião católica e num programa político elitista. Rodó combate a influência do norte-americano grosseiro, negociante, puritano e economicamente materialista, opondo-lhe não a cultura propriamente latino-americana, mas a da classe dominante a que o escritor pertence (N. do T.).

patrocinada pela Apra, na qual convergiam diferentes setores e figuras “progressistas”, foi esmagador, apesar de só haverem votado cerca de 15 por cento da população em idade hábil, devido às restrições aos analfabetos. Uma euforia desconhecida reinava no país, condensando a vocação de transformação que animava as classes médias e populares.

As mudanças se tornaram patentes em todos os âmbitos da existência. Multiplicaram-se de imediato as organizações sindicais, constituíram-se federações estudantis; abriam-se novos meios de comunicação que tratavam de assuntos até então vedados pela imprensa oligárquica; observou-se a rápida exaltação de escritores e profissionais que, de diversas maneiras, representavam os novos interesses que os setores populares proclamavam, enquanto se expulsavam dos centros universitários os mais notórios professores oligarcas. Enfim, era visível a ascensão política das massas assim como o encolhimento das forças oligárquicas.

Ora, a ordem oligárquico-imperialista tinha como fundamento básico a exclusão das amplas maiorias populares do produto social e a monopolização dos recursos por uma reduzidíssima camada de proprietários em associação com o capital imperialista. A entrada maciça das massas populares na cena política ameaçava claramente aquela ordem. Assim, entre 1945 e 1948, o desenvolvimento político se caracterizou pelas pressões para “abrir” o sistema, torná-lo mais distributivo e estabelecer um mecanismo de conciliação classista que estabelecesse as bases de um consenso democrático. A reação dos afetados para impedir este desenvolvimento não se fez esperar, conseguindo que o experimento democrático terminasse lamentavelmente em 1948, com o golpe que então patrocinaram, encabeçado pelo general Manuel Odría.

A estratégia básica do Partido Aprista se caracterizou por assegurar o experimento democrático e impedir que a coalizão dominante se visse tentada a reinstaurar uma nova fase repressiva. Isto é, a primeira prioridade do Partido era assentar o livre jogo político liberal, através do exercício parlamentar. Mas, simultaneamente, este objetivo de amainar os conflitos interclassistas e os ódios que se haviam acumulado nos últimos quinze anos devia conjugar-se com medidas redistributivas que satisfizessem as exigências imediatas que, de maneira mais aguda, as massas populares reclamavam. Exigências que, se satisfeitas, significavam, por seu turno, socavar as bases do regime de dominação. A necessidade de manter um prudente equilíbrio entre ambos os objetivos fez com que a Apra desenvolvesse uma política ambivalente, que rapidamente voltou-se contra ela própria.

Seguindo este plano político, Haya de la Torre, num famoso discurso, estendeu os braços aos que o ouviam no Clube Nacional, reduto da oligarquia, convidando-os a reunir esforços e esquecer os ódios que dividiam os peruanos; é de então sua famosa frase: “a Apra não veio tirar a riqueza de quem a tem, mas criá-la para quem não a tem”. Neste mesmo sentido, a Apra não forçou

a aprovação de nenhuma medida radical no Parlamento, a fim de não romper o acordo que buscava concluir. Em vez de reforma agrária, propôs uma lei que reconhecesse os “direitos adquiridos” dos *yanaconas*; em vez de uma lei eleitoral universal, favoreceu a constituição de conselhos municipais governados por representantes dos interesses funcionais.

Mas a pressão popular das massas apristas passava por cima da acomodação parlamentar que a direção do partido queria estabelecer. Tal pressão se manifestou através da sindicalização e do desenvolvimento de uma onda de greves, a fim de aumentar os salários e os soldos. Conjuntamente com esta pressão salarial, os trabalhadores exigiram controle de preços dos alimentos e sem geral daqueles bens que lhes permitissem melhorar sua condição de existência. Estas exigências determinaram um súbito incremento das importações e o governo destacou um aumento dos gastos assistenciais — educação, saúde, habitação — a fim de satisfazer as novas demandas de emprego e de consumo urbanos.

Esta tendência se associou com a drástica queda das exportações, motivada pela recessão internacional causada pelo fim da guerra européia e pelo início da reorganização da produção e do comércio internacionais. O governo de Prado, que havia mantido estancados os impostos das matérias-primas de exportação, “como meio de apoiar os Aliados”, fez com que o país se encontrasse desprovido de reservas. Daí que o aumento das importações significou um rápido esgotamento das divisas. Este fato, associado com a alta dos custos de produção e a retração das exportações, promoveu uma crise fiscal e uma espiral inflacionária.

Frente ao problema combinado de inflação e de crise nas balanças comercial e de pagamentos, o governo adotou um par de medidas que conduziram à luta frontal entre as forças apristas e a coalizão que controlava os recursos econômicos. Estas medidas foram o estabelecimento de um controle de câmbios e a obrigação de os exportadores entregarem ao governo as divisas que obtivessem com a venda no exterior de açúcar, algodão, petróleo e minerais. É claro que tais legislações atentavam econômica e politicamente contra as bases mesmas do regime de dominação; reduziam as margens de lucro e, em segundo lugar, promoviam um intervencionismo estatal em seus domínios.

Essas decisões governamentais determinaram o realinhamento das forças oligárquico-imperialistas a fim de destruir o governo e suas bases populares de sustentação. Assim, não só se tratava de reinstaurar um governo à medida dos interesses econômicos da classe dominante, mas também de expulsar das ruas a “plebe” aprista. Numa palavra, a classe dominante pretendia voltar ao estado de coisas dos anos trinta.

Depois de várias décadas, as forças oligárquicas foram capazes de se organizarem politicamente na Aliança Nacional, que começou a difundir uma ideologia de acordo com seus interesses. Esta ideologia era a que havia assentado as bases da ordem oligárquica: o governo devia procurar um clima de confian-

ça para o investidor, que assim estaria em possibilidades de criar empregos e multiplicar a riqueza coletiva. Este clima de confiança significava, para a coalizão dominante, estabelecer a ordem e anular as pressões populares “exageradas e demagógicas” que os políticos alentavam para fazer valer seus interesses privados. Estabelecer a mais absoluta e irrestrita liberdade à atividade dos capitalistas, restringido-se o Estado a fazer cumprir tais regras, assim como a promover os investimentos privados através da construção de escolas, hospitais e estradas, de acordo com suas “reais” possibilidades.

Mas a Aliança Nacional não se restringiu a difundir seu ideário político: também organizou seus representantes políticos no Parlamento a fim de integrar sua ação nesse cenário. Esta ação se manifestou pelo não comparecimento às reuniões parlamentares, fazendo assim com que as Câmaras Legislativas não pudessem abrir sessão por falta do quorum regulamentar. E, devido à natureza constitucional do regime, o presidente da República se viu imobilizado para agir legalmente. Desta maneira a classe dominante e sua representação política procuravam enfraquecer as pressões políticas que atacavam seus interesses.

A deterioração política do país corria velozmente, e nela nenhum dos competidores demonstrava sua “lealdade” para com o jogo político pluralista recentemente instaurado. Não só porque o país não havia tido oportunidades para habituar-se àquela prática, mas essencialmente pelo fato de que se erguia uma situação insolúvel, de soma zero. De um lado, o regime de dominação oligárquico-imperialista se mantinha incólume e, de outro lado, as massas populares, especialmente urbanas, perseguiam a redistribuição dos recursos monopolizados pelos proprietários. A experiência democrática buscava conciliar ambas as situações simultaneamente, o que era um contra-senso. O resultado foi a intensificação da luta de classes que ameaçava dismantelar a institucionalidade oligárquica.

Em 1947 foi morto Antonio Grana, proeminente membro de uma família oligárquica e diretor do jornal *La Prensa*, que encabeçava a luta antiaprista da Aliança Nacional. O assassinato, imputado a um dirigente aprista, fez com que o jogo político se envenenasse definitivamente e que os preparativos golpistas, de ambas as partes, se apressassem.

No seio da Apra, as pressões dos setores mais radicalizados se dirigiram a fazer com que a chefia do partido autorizasse a organização de um movimento revolucionário antioligárquico e do qual participariam as massas populares, a tropa e oficiais jovens. Mas, simultaneamente a este plano, Haya de la Torre concertava alianças com chefes militares para que eles se adiantassem dando um golpe de Estado que, supostamente, abriria uma via democrático-parlamentar que institucionalizaria as mudanças antioligárquicas. Assim, em 1948 como durante toda a década de trinta, as massas apristas se mostravam muito mais radicais que sua chefia, a qual, no entanto, dada a organização vertical do Partido, Haya de la Torre podia controlar.

Não obstante as dificuldades que a direção do Partido opunha à mobilização antioligárquica, o comitê revolucionário da Apra dirigiu um levantamento da marinharia que, ao não contar com a necessária coordenação com as outras bases militares dispostas a solidarizar-se com ele, foi rapidamente sufocado. Assim, em 3 de outubro de 1948 abortou a revolução aprista pela atividade contraditória da direção desse Partido. (Vinte anos depois, no mesmo dia, as forças armadas iniciaram um governo que varreu com as bases oligárquicas de poder e com a dominação imperialista de enclaves que subsistiam no país.)

Por conta deste fracassado levantamento, o governo pôs a Apra na ilegalidade, iniciou a perseguição de seus militantes e dirigentes, assim como das organizações associadas ao Partido. Agora sim, a Aliança Nacional se encontrava sozinha em cena. Faltava eliminar o cambaleante governo de Bustamante y Rivero, que havia sido formado com o concurso da Apra; antes de um mês o general Odría, com os auspícios da Aliança, deu o esperado golpe.

O novo governo presidido por Odría (1948-1956) pôs em prática todas e cada uma das exigências oligárquicas. Aboliu todas as disposições que de alguma maneira restringiam as atividades da oligarquia e do imperialismo; para criar o necessário “clima de confiança”, perseguiu encarniçadamente os movimentos antioligárquicos, especialmente a Apra e o PC, assim como as organizações populares que se haviam criado no curto lapso democrático.

IV. A NOVA PENETRAÇÃO IMPERIALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

A partir da instalação do governo de Odría iniciou-se um novo processo de desenvolvimento do capitalismo no Peru, movido pelas inversões estrangeiras que não só ampliaram seus investimentos nos tradicionais enclaves agrários e mineiros, mas também na manufatura e no sistema bancário. Esta situação provocou, tal como durante as três primeiras décadas do século, uma nova reestruturação das classes da sociedade e a formação de novas orientações sociais e políticas.

A partir de 1950, e amparadas pelo “clima de confiança” criado por Odría e pela demanda exterior, as exportações tiveram um crescimento duradouro até aproximadamente 1965. Enquanto em 1950 o valor das exportações era de 180 milhões de dólares, quatorze anos mais tarde elas subiram a 590 milhões, a preços constantes de 1963. Vale dizer que durante esse período as exportações tiveram um crescimento de 8 por cento anuais, enquanto a América Latina em seu conjunto e durante o mesmo período viu crescer suas exportações em 4,3 por cento anuais. Ademais, os termos do intercâmbio foram favoráveis ao Peru na medida em que a alta do preço do cobre e da farinha de peixe significou um incremento de 8 por cento anuais do valor real das exportações. Desta manei-

ra, o Peru teve no período 1950-65 um crescimento econômico de 6 por cento anuais.

Este crescimento econômico significou uma mudança na composição relativa dos diferentes setores. Enquanto a agricultura baixou sua participação de 22 por cento para 17 por cento do produto bruto, a pesca industrial veio a cobrir essa diferença. A isso se agregou a crescente importância da manufatura e da mineração que ganharam em conjunto de 18 a 24 por cento na sua participação do produto nacional bruto. Ademais, estes dois últimos setores experimentaram um crescimento anual de 8 por cento. Em compensação, a agricultura de exportação — os enclaves — não cresceu mais que 2,7 por cento anuais, e a produção de alimentos para o consumo interno foi de 0,8 por cento anuais, muito abaixo da taxa de crescimento da população.

Vê-se então que o cenário econômico era notório o deslocamento dos enclaves imperialistas e dos latifundiários ligados a eles, e em contrapartida a emergência dos setores urbanos e industriais.

Graças às facilidades concedidas à inversão estrangeira pelo governo de Odría, e que não foram restringidas até 1968, quando se instalou o governo militar, a participação do capital imperialista aumentou de maneira considerável, afetando de forma fundamental as mudanças econômicas e sociais apontadas. Entre 1950 e 1965 o crescimento da intervenção direta norte-americana na mineração foi de 379 por cento (enquanto no Chile foi de 45 por cento). O mesmo capital aumentou sua participação nos setores não mineiros (pesca, indústria e rede bancária) em 180 por cento, enquanto no conjunto latino-americano este crescimento alcançou 111 por cento. Daí que em 1965 a participação do capital norte-americano nas exportações alcançou 47 por cento do total, proporção semelhante à que tinha em 1929. Em 1959, o governo da época concedeu uma lei de promoção industrial, além de particulares incentivos à indústria de automóveis e química, permitindo que a propriedade norte-americana no setor industrial saltasse de 35 milhões de dólares em 1960 para 92 milhões seis anos mais tarde. Nesse período, o crescimento industrial foi de 9 por cento anuais, do qual 80 por cento corresponderam ao capital norte-americano.

Em associação com o substancial aumento do capital estrangeiro na mineração e na indústria, experimentou-se igual situação no setor financeiro. Em 1960, 36 por cento dos ativos bancários estavam nas mãos do capital estrangeiro. Seis anos mais tarde essa participação havia alcançado 62 por cento. Este verdadeiro assalto do capital imperialista no setor financeiro esteve ligado ao crescimento de sua participação na economia em sua totalidade. As novas empresas estrangeiras que se instalaram no país obtinham seu capital da “poupança” interna. Assim, em 1966 o empréstimo interno das empresas estrangeiras, em relação ao ano anterior, subiu em 36 por cento e reduziu seus empréstimos do exterior em 6 por cento. Deste modo o capital estrangeiro não só espo-

liava o país como também estrangulava o capital nacional, impossibilitando-lhe de obter os meios para conseguir expandir-se⁴.

Assim ao longo de cerca de duas décadas, entre 1950 e 1968, repetiu-se um processo similar ao de 1900-1930. Mas agora a concentração da propriedade do imperialismo não só era maior, como mais diferenciada, abarcando a indústria, que iniciava um processo de substituição de importações e de processamento primário das matérias-primas.

Todavia, diferentemente do que havia ocorrido nos países da região, que haviam estabelecido um processo substitutivo de importações em 1930, no Peru essa mudança se caracterizava pela crescente participação do capital estrangeiro, tanto em termos relativos quanto absolutos.

Esta nova fase do desenvolvimento capitalista-dependente do Peru produziu significativas modificações na estrutura da sociedade. O crescente desenvolvimento capitalista do país e sua penetração nas zonas pré-capitalistas causou a erosão dos mecanismos de dominação camponesa, o que favoreceu um êxodo migratório em direção aos estabelecimentos urbanos mais dinâmicos. Caiu relativamente a população ocupada na agricultura e cresceu o contingente de subemprego nas cidades; os setores artesanais foram desalojados pela produção industrial.

As conseqüências políticas promovidas por estas rápidas mudanças não tardaram a manifestar-se. Em primeiro lugar, tornaram-se evidentes as contradições entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as formas pré-capitalistas que até o momento se encontravam associadas àquele. Se até 1950, aproximadamente, as condições do desenvolvimento capitalista de enclave se encontravam estreitamente relacionadas com as modalidades pré-capitalistas de produção centralizadas na região serrana do país, a partir dessa data entraram abertamente em contradição devido ao desenvolvimento manufatureiro e urbano. Agora, a manutenção de uma importante proporção da população submetida a condições de servidão mostrava um anacronismo histórico que tinha de ser resolvido a fim de que se expandisse o mercado interno. É assim que a partir de meados da década de cinquenta começou a surgir um poderoso movimento camponês disposto a erradicar as formas arcaicas de exploração social.

Paralelamente a ele, erguia-se um novo movimento operário, composto preponderantemente por uma população jovem, recém-migrada para a cidade, que não tivera experiência política prévia. Uma nova camada de profissionais e técnicos vinha crescendo, em concordância com a diversificação e especialização do aparato produtivo, assim como do sistema educativo universitário, ao qual acudiam os filhos da pequena e média burguesias rurais em busca de novos canais de ascensão. Assim, entravam no cenário público novos atores sociais, exi-

4. Shane Hunt, *The growth performance of Peru* (ms.), Princeton University; Rosemary Thorp, *The expansion of foreign ownership in Peru in the 1960's* (ms.), Cambridge University.

gindo participar da vida política e pressionando contra a ordem restritiva que Odría tinha reimplantado.

Como se disse anteriormente, o governo de Odría veio servir aos interesses diretos da coalizão oligárquico-imperialista. Entretanto, no transcurso de seu mandato, propôs-se incorporar novos setores de proprietários no seio da classe dominante e dar assistência aos novos grupos populares a fim de ampliar sua base de sustentação e legitimar sua posição, ao mesmo tempo em que socavava a influência aprista no seio das classes média e popular. Graças ao aumento das receitas estatais derivado do crescimento das exportações, Odría incrementou o gasto público destinando-o à realização de obras públicas. Desta maneira, os proprietários desalojados pelo avanço capitalista poderiam reincorporar-se plenamente no seio da classe mediante a obtenção de prebendas públicas, e a nova massa popular podia obter emprego. Além disso, a ditadura odríista ampliou relativamente a cobertura assistencial, outorgou participação aos operários nos lucros das empresas e concedeu o voto às mulheres. Por último, e sempre com a vista posta na tarefa de dismantelar a Apra, o novo setor da classe dominante constituído por Odría formou o Partido Restaurador, no qual se buscou incorporar, em especial, a crescente massa de imigrantes rurais, e com a qual estabeleceu uma típica política de clientela, similar à que existia entre patrão e servo nos lugares de origem dessa população. Estas foram tarefas efetivas, como se veria anos mais tarde.

A criação de uma nova camada burguesa — associada à política do ditador e à política assistencialista dirigida para as massas “marginais” — tendia à constituição de uma coalizão populista, motivo pelo qual Odría foi comparado a Perón. Um jornalista comunista falava do grupo odríista como o representante da “burguesia nacional”... Mas as restrições para cristalizar uma política populista eram demasiado grandes: o crescente domínio oligárquico-imperialista tornava impossível uma reorientação do Estado e a instalação de uma política que buscasse conciliar as classes fundamentais da sociedade. Todavia, o assistencialismo de massas de Odría concedeu-lhe um espaço político autônomo em relação a seus patrocinadores originais.

Tal fato fez com que os oligarcas começassem a achar o comportamento político de Odría muito “arbitrário” e demasiado autônomo. Nestas condições, o mesmo grupo que favorecera o golpe de 1948 propôs, através de *La Prensa*, o retorno ao “estado de direito”. Assim, voltava a repetir-se a relação entre oligarcas e caudilhos: devido a sua incapacidade de hegemonizar a vida política, as oligarquias tinham de avalizar militares que posteriormente buscavam autonomizar-se de seus patrões, promovendo uma tensão interna do grupo dominante.

A mobilização que o jornal *La Prensa* realizou entre as camadas médias urbanas, com a aprovação tácita do clandestino Partido Aprista, obrigou Odría a convocar uma verdadeira convenção de “notáveis” no convento de São Do-

mingos, a fim de procurar a integração política da classe dominante, que se manifestaria através de uma candidatura única. Estava claro, no entanto, que para instaurar um estado de direito era necessário convocar eleições e nesse sentido era fundamental contar com os votos majoritários que o Partido Aprista controlava. Daí que o resultado da mencionada convenção fosse por demais insólito: em primeiro lugar, a classe dominante mostrou suas divisões internas, entre uma fração que respondia à antiga coligação de latifundiários e enclaves, e outra que representava os interesses urbanos e industriais. Ambas as frações buscaram ganhar o apoio da Apra. Enquanto Lavallo, designado por Odría como herdeiro político, oferecia à dirigência aprista a legalização do Partido depois de receber a investidura presidencial, Prado ofereceu à Apra co-governar com ele e constituir uma aliança política que passou a chamar-se “Convivência”. Manuel Seoane, segundo homem da Apra, declarou então que a fração representada por Prado era a mais apta para compreender os objetivos apristas pela constituição de uma burguesia nacional.

V. A CRISE OLIGÁRQUICA

O triunfo do Manuel Prado, com o apoio dos votos apristas, foi considerado pela maioria dos observadores políticos como uma nova etapa da vida do país que devia dar passo à consolidação de um regime institucional, democrático e pluralista, na medida em que os dois blocos políticos mais importantes da sociedade — Apra e uma importante fração da classe dominante — passavam a aceitar as regras do jogo político democrático. As regras implícitas no novo jogo eram que a Apra devia abandonar seus postulados e métodos radicais, constituindo-se numa “oposição leal”, enquanto a fração dominante coligada com este Partido se comprometia a apoiar medidas redistributivas, segmentárias, a fim de ampliar os benefícios sociais a maiores setores populares da sociedade.

Como explicar esta súbita mudança entre estes seculares inimigos? Em última instância, ambos os setores chegaram à conclusão convincente de que, dados os processos de transformação que se desenvolviam no Peru, era impossível alcançar seus propósitos sem contar com a colaboração do opositor tradicional; numa palavra, que para existirem deviam encontrar a maneira de coexistirem de forma institucional. Do contrário, o fantasma do comunismo podia chegar a encobrir a todos e fazê-los sair de cena. Para a fração dominante que apoiava este novo experimento, a criação do clima de confiança para os investidores, numa situação de rápida urbanização e industrialização, só era possível pela cooptação política da dirigência aprista. Assim, através da participação “responsável” da Apra na atividade governamental, ela se encontraria obrigada a controlar as exigências populares e interceptar o comunismo. A ameaça tácita de recorrer ao exército e à perseguição, caso o Partido Aprista

não se ajustasse às novas regras, cumpria um papel de chantagem permanente. A Apra, por seu lado, e em especial seu chefe, chegou igualmente a convencer-se da necessidade de consolidar um regime democrático, através do qual pudesse chegar a dirigir o Estado. Já não era possível seguir postulando que “só a Apra salvará o Peru”, posto que esta posição não levava senão à clandestinidade e à ineficácia política. Por outro lado, a classe dominante se tornava mais moderna e as empresas norte-americanas, ao participarem na indústria, eliminavam o caráter feudal da sociedade. O que cabia fazer era legislar a fim de tornar mais distributivo o capitalismo, “popularizar o capitalismo”. Para levar a cabo estas reformas era necessário um entendimento com os capitalistas — à maneira dos partidos social-democratas europeus —, já que do contrário alentava-se o desenvolvimento de tendências radicais, presentes na própria Apra, e do comunismo em particular.

Através de uma convivência democrática conseguir-se-ia consolidar as instituições representativas e os valores democráticos que levariam a Apra e seu chefe a dirigir o governo.

Todavia, no mesmo momento em que se estabeleceu o pacto entre a Apra e a classe dominante, emergiram novos setores da sociedade, graças às transformações que vinham ocorrendo na estrutura social e que repeliam a estratégia aprista. Assim se criaram vários partidos: o Democrata-cristão, o Movimento Social Progressista, ressurgiu o Partido Comunista, e apareceu um novo partido de massas, Ação Popular. Este último teve a capacidade de aglutinar em poucos meses um setor importante da sociedade, que em outras condições teria sido recolhido pela Apra, em torno da candidatura de Fernando Belaúde, conseguindo obter cerca de um terço da população eleitoral de 1956.

Além destas novas organizações que lutavam por canalizar a orientação antioligárquica das classes populares e médias, entraram maciçamente em cena o campesinado e a massa popular amontoada nos arrabaldes e nas favelas da cidade. Com eles a população universitária reiniciou sua participação política. Os trabalhadores urbanos, ante a abertura democrática, reconstruíram suas organizações e pressionaram a fim de melhorarem sua participação econômica. Assim, restabeleceu-se novamente uma situação análoga à de 1945, quando o regime de dominação oligárquico confrontou as pressões redistributivas dos setores populares e médios, organizados sindical e politicamente. A terra, a moradia, o emprego, os salários, a educação, a saúde, passaram a converter-se nos focos problemáticos da nova situação, destacando-se uma intensa mobilização política. Novos partidos, novos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, organizações estudantis, com seus jornais e revistas, rapidamente ocuparam uma posição estratégica no cenário político.

Mas, diferentemente do que havia ocorrido em 1945, quando a Apra alentava as mobilizações populares, nesta oportunidade o Partido, como mediador entre as massas e o governo oligárquico, desempenhou um papel de controle

de importância fundamental. Precisamente por isso, era capaz ao mesmo tempo de conseguir para seus seguidores vantagens segmentárias, favorecendo uma política de clientelização entre as camadas populares.

A aliança entre a Apra e uma fração da classe dominante voltou a cindir esta politicamente. De fato, devido às características do desenvolvimento capitalista, combinado com formas pré-capitalistas, assim como pela crescente participação estrangeira na economia desde os princípios do século, a classe dominante desde os anos vinte não conseguiu integrar-se politicamente através de um partido, com a exceção da Aliança Nacional. Esta não integração da classe dominante pôs-se em evidência em toda a sua crueza através das diferentes posições que adotaram os jornais mais importantes do país, *El Comercio* e *La Prensa*. Enquanto este último, nos quais se encontravam os organizadores da Aliança Nacional, proclamava a necessidade de implantar uma economia de mercado, que devia levar o Peru a experimentar um “milagre à alemã”, *El Comercio* levantava a urgência de se levar a cabo uma política reformista, estatizante e nacionalista, ao mesmo tempo em que profundamente antiaprista.

Desta maneira, *El Comercio* se associava ideologicamente aos novos partidos políticos criados pelas camadas médias reformistas. Este jornal diário, tal como aquelas organizações, levantava a necessidade de se executarem modificações estruturais que erradicassem as duas contradições básicas que a sociedade peruana apresentava: a persistência do pré-capitalismo frente ao desenvolvimento industrial do país, e a crescente submissão do capital nacional e do Estado ao governo e empresas norte-americanas. De acordo com o diagnóstico desse jornal e dos novos partidos políticos, tornava-se urgente uma “reforma das estruturas” que procurasse a nacionalização da sociedade e do Estado.

A urgência de realizar tais reformas se devia, segundo *El Comercio*, a razões de segurança nacional, que como se verá mais adiante coincidiam palmo a palmo com as novas tendências que se desenvolviam no seio das forças armadas. Externamente, o país enfrentava o perigo do “comunismo internacional”, mas também a inveterada política expansionista chilena. Internamente, o descontentamento popular favorecia a difusão e o arraigamento de ideologias “extremistas”.

Ou seja, sem uma política redistributiva que apagasse as diferenças entre capital e trabalho, sem um Estado que planificasse a orientação da economia, devolvendo aos “peruanos” o controle que o capital estrangeiro exercia, a existência nacional corria sério perigo.

Simultaneamente, porém, o caráter relativamente nacionalista e reformista de *El Comercio* se combinava com orientações políticas autoritárias. Estas se definiam concretamente por seu profundo antiapristismo. O antiapristismo basicamente se justificava, tal como no seio das forças armadas, porque o Partido era uma organização de massas muito estruturada que só com sua presença desafiava a institucionalidade e representava a ameaça de que aquelas mudanças

estruturais se fariam a partir da mobilização política popular, a qual arrasaria, a sua passagem, as instituições e levaria o país ao caos. *El Comercio* se proclamava a favor da mudança de estruturas, mas de “cima para baixo”. Por isso atacava ruidosamente a “Convivência”, por sua recusa a realizar tais mudanças estruturais e pela presença aprista nessa coalizão. E, em contrapartida, dirigia sua campanha ao exército para que ele, ocupando o governo do Estado, realizasse as mencionadas mudanças estruturais.

Frente a esta posição de *El Comercio*, *La Prensa* se apresentava como o porta-voz técnico-político do setor dos exportadores, capazes de remediar os problemas do país. Em 1956, por ocasião do estabelecimento da “Convivência” entre a fração urbana da classe dominante e a Apra, o setor oligárquico da burguesia, que, por outro lado, continuava sendo o de maior importância econômica, achava-se relativamente deslocado do governo. Em 1957-58, e devido à recessão econômica, o país viu cair suas exportações, o que produziu uma crise fiscal. A campanha de *La Prensa* contra a política econômica e o fato de que nesse jornal se agruparam os interesses do setor dinâmico da economia, dominado pela coalizão oligárquico-imperialista, obrigaram o governo de Prado a convocar o diretor de *La Prensa*, Pedro Beltrán, para dirigir o gabinete ministerial.

Assim, o grupo que, com intervalos, regia a política no país desde a segunda década do século voltou a cuidar diretamente de seus interesses, aplicando uma rígida política liberal. A “Convivência” se ampliou e a classe dominante em seu conjunto estabeleceu uma nova relação com a Apra, incorporando-a na proteção de seus interesses básicos. A política liberal de Beltrán coincidiu com um aumento da demanda externa dos produtos primários e com um reingresso de capitais que resolveu a crise fiscal, outorgando à “Convivência” fontes de legitimidade.

Contudo, uma medida favorável à International Petroleum Company (IPC), que explorava ilegalmente os poços petrolíferos, veio aguçar a luta de classes reinante no país, apesar dos esforços apristas por controlá-la. Uma alta de preços da gasolina serviu para que nas câmaras os representantes dos novos partidos reformistas iniciassem um caloroso debate não só sobre essa medida, mas sobre o estatuto que regia a empresa. Às mobilizações camponesas e aos esforços da classe operária para autonomizar-se das diretrizes apristas da Confederação de Trabalhadores do Peru veio somar-se um movimento nacionalista para recuperar a soberania sobre a exploração do petróleo. O debate se estendeu a todos os âmbitos da sociedade. Enquanto *La Prensa* tomava a defesa aberta da empresa norte-americana e do capital imperialista em geral, *El Comercio* impugnava a legalidade da empresa e da participação indiscriminada do capital estrangeiro em geral. Desta maneira, os problemas relativos à reforma agrária — da qual a “Convivência” se esquivava —, à habitação, ao emprego e aos salários se articularam com o da exploração imperialista do país, difundindo-se uma

tendência nacionalista que agrupava os novos partidos e que contava com o aberto apoio de um setor importante da oficialidade e da Igreja. Assim, esta orientação nacionalista e reformista vinha representar ideologicamente um projeto de uma “burguesia nacional” que na realidade não existia. Como em outras ocasiões históricas, a pequena burguesia radicalizada, em associação com um fragmento da classe dominante espreitada pelo imperialismo, representava política e ideologicamente o que podia ter sido, ou então aquilo em que aspirava a transformar-se.

Em finais dos anos cinqüenta, o cenário político se encontrava substancialmente modificado em relação ao que existia em meados dos anos quarenta, devido às transformações sociais e políticas que o país havia sofrido desde então. Vale dizer: o Peru enfrentava um generalizado movimento de natureza nacionalista pequeno-burguês, que procurava a democratização da sociedade e da política. Estas novas orientações penetraram em todos os níveis da sociedade e de suas instituições, generalizando-se a luta de classes em todos os âmbitos da sociedade. A Igreja e o exército, os dois pilares da ordem oligárquica, não ficaram alheios a esta situação.

VI. A IGREJA E O EXÉRCITO NA CRISE OLIGÁRQUICA

Desde finais da década de cinqüenta desenvolveu-se, no seio da Igreja, uma corrente reformista que também proclamava a necessidade de executar “mudanças estruturais”, que deviam melhorar as condições de vida da massa popular. Em nível internacional, esta tendência se viu apoiada por reuniões episcopais e logo pelo Concílio Vaticano II.

Uma das principais conseqüências desta nova posição foi o desenvolvimento de novas formas organizacionais do setor reformista do clero. Começou-se a observar a participação de eclesiásticos nas mobilizações camponesas, nas organizações dos bairros marginais e inclusive nos sindicatos de trabalhadores. Por outro lado, e através dos cursilhos de catequese, outro setor da Igreja orientou sua ação especialmente entre os novos setores emergentes das classes médias: militares e profissionais “gerenciáveis”.

Enquanto no primeiro caso os sacerdotes alentavam e participavam ativamente na mobilização das classes populares, os cursilhos buscavam constituir uma militância cristã entre os novos elementos tecnocráticos do país. Estes novos soldados de Jesus, fortemente coesos em grupos fechados, deveriam preparar-se para realizar mudanças na sociedade, a fim de socavar os recursos dos “anticristãos”, desde as posições de autoridade que ocupavam, ou que eventualmente deveriam alcançar. O interesse dos cursilhistas em implementar as mudanças sociais se devia ao fato de que desta maneira seria possível aparar as arestas existentes no seio da sociedade peruana, procurando assim um sentido comunitário para a existência nacional. Não seria por coincidência que uma

década mais tarde o governo das forças armadas e seus ideólogos insistissem sobre o caráter solidário, comunitário, da sociedade que se procurava criar.

No exército se deu, igualmente, uma série de modificações de caráter institucional e ideológico que favoreceram a autonomia da corporação, dos interesses da coalizão dominante e o fortalecimento de uma orientação reformista e nacionalista.

Tal como nos outros países da região, depois da Segunda Guerra Mundial e com o início da guerra fria, o exército peruano estabeleceu estreitos laços com seu similar norte-americano, a fim de conter “o avanço do comunismo internacional”. A relação técnica do exército peruano com o norte-americano significou a renovação do instrumental, dos dispositivos para seu uso e do aparato logístico. Tudo isso significou a intensificação da formação profissional dos militares. A modernização da instituição acarretou um novo tipo de estudos estratégicos, fundamentalmente o referente à “guerra total” e isso, claro está, supunha a análise da realidade concreta do país, desprezando-se os planos que até então se tomavam ao pé da letra dos textos franceses.

Foi neste contexto que nasceu o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM). De início, esta instituição, que reunia oficiais superiores e pessoal executivo do setor público e privado, começou a analisar o “potencial” do país, no caso de surgir uma situação bélica. Estes estudos, dirigidos por técnicos de tendência reformista, deram resultados que, ao serem comparados com o potencial de outros países, criaram uma situação de alarme. Os estudos deram como resultado que o Peru se encontrava num estado de “subdesenvolvimento” em relação aos países vizinhos. Daí nasceu a exigência militar pelo desenvolvimento e pelo planejamento do mesmo.

O passo seguinte do CAEM foi detectar as causas daquele subdesenvolvimento a fim de aplicar as medidas necessárias para dar remédio a essa situação. Em princípios da década de sessenta, num documento do CAEM, eram resumidas aquelas causas da seguinte maneira: “A triste e desesperadora realidade é que no Peru o poder real não se encontra no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou Eleitoral, mas, sim, nos latifúndios, exportadores, banqueiros e nas companhias norte-americanas”⁵.

Assim, a conclusão era de que a “nacionalização” e a reformulação do aparato produtivo eram fundamentais para incrementar o potencial do país. Da mesma forma, a economia devia ser planejada, aplicando-se as regras da logística, a fim de afirmar a soberania estatal-nacional.

Simultaneamente à ação do CAEM em finais dos anos cinqüenta, levou-se a cabo uma série de mudanças organizacionais no exército a fim de obter-se uma maior racionalização do aparato, de acordo com sua modernização ins-

5. Victor Villanueva, *El Caem y la revolución de las fuerzas armadas*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.

trumental e sua adequação profissional. Um dos traços mais salientes de tal reorganização foi o fortalecimento da unidade de inteligência militar, que ampliou suas funções tradicionais ante o exame da guerra da Argélia, do Vietname, da Revolução cubana, da construção do Estado de Israel e seus conflitos com os países vizinhos, e, no interior, dedicou especial atenção ao movimento popular e à mobilização camponesa. O estudo destas situações, assim como a consideração “acadêmica” da insurgência e da contra-insurgência, desenvolvida pelos Estados Unidos, levou à conclusão que o problema da defesa nacional devia ser encarado não só como um problema “externo”, mas também como um problema “interno”. Ou seja, que a guerra total tinha duas frentes.

Enquanto a frente externa podia ser encarada, em primeiro lugar, pelos Estados Unidos em seu confronto com a União Soviética, a frente derivada das relações com os países fronteiriços devia ser facilitada pelo desenvolvimento do potencial. Em contrapartida, o problema da frente interna era de exclusiva faculdade do exército: vale dizer, era necessário detectar a possibilidade de que se criassem focos subversivos internos. Nesse sentido o serviço de inteligência detectou as causas dos movimentos populares pela persistência anacrônica do pré-capitalismo, da pobreza, do desemprego, das favelas e invasões, da “incomunicação” camponesa com o resto da sociedade e da alienação social e política dos estudantes e intelectuais em relação ao regime estatal. Em resumo, o serviço de inteligência descobriu a falta de integração social e política da população num conjunto nacional. Assim, não só o potencial se encontrava subdesenvolvido para enfrentar uma guerra total, como também a população não contava com as identidades nacionais propícias para constituir-se em soldados peruanos. Como diria um oficial, o Peru contava com dez milhões de habitantes, mas com muito poucos peruanos.

A conclusão era clara: tornava-se necessário modificar a situação na qual vivia a maioria da população, o que cortaria a possibilidade de que apoiasse a criação de focos subversivos. E, nessa mesma medida, a população se identificaria nacionalmente, outorgando a legitimidade ao Estado.

Assim, no nível da “superioridade” se criava uma consciência nacionalista e reformista, bem conectada com as colocações que *El Comercio* estampava, assim como as dos novos partidos reformistas, contrários à “Convivência”. Esta redefinição dos quadros superiores do exército, dos funções institucionais, aparelhou uma crescente autonomia das forças armadas em relação à coalizão dominante-governante e o correspondente desacordo entre a facção oligárquica e os setores modernos do exército.

Desde finais dos anos cinquenta, como temos insistido, desatou-se um poderoso movimento camponês que ocupava as terras dos latifundiários. Em princípios dos anos sessenta, a ação encabeçada por Hugo Blanco comoveu, por diferentes razões, a classe dominante e o exército. *La Prensa* desatou uma violenta campanha contra a “guerrilha” comunista, tentando assim fazer com que

o exército assumisse a tarefa repressiva contra o campesinado e em geral contra todo o movimento popular em vias de se autonomizar da Apra.

Embora o CAEM e o serviço de inteligência tivessem até princípios da década de sessenta relativamente pouca influência no seio da instituição, já que ela ainda estava dominada pelos elementos tradicionais, a nova oficialidade, tecnicamente preparada e doutrinariamente em processo de ressocialização, começou a cumprir cada vez mais um papel crucial nos planos militares e políticos do exército. O movimento camponês foi rápida e eficazmente desorganizado, mas no seio da oficialidade foi o primeiro aviso daquilo que poderia generalizar-se no país caso não se atacassem os problemas que davam origem a esse tipo de movimento.

Assim, a necessidade de executar mudanças estruturais mostrou ser uma plataforma conjunta de um setor do exército e da Igreja, de *El Comercio* e dos novos partidos reformistas, criando-se entre eles uma espécie de aliança. O conflito de classes que aguçava a divisão no seio da classe dominante, assim como nas instituições pilares do regime de dominação e que asseguravam sua hegemonia, intensificava-se à medida em que se aproximavam as eleições de 1962.

Para estas eleições se apresentaram seis candidatos, dos quais os três de maior envergadura eram: Haya de la Torre, que liderava a Apra e contava com o apoio da coalizão oligárquico-imperialista; o general Manuel Odría, que representava a fração mais tradicional dos latifundiários e da burguesia enriquecida com seu governo e que contava com o apoio de um importante contingente popular urbano que havia sido clientelizado por ele durante seu governo; e, por último, Fernando Belaúnde, que representava as novas forças reformistas que se haviam desenvolvido durante a década passada, isto é, Ação Popular, um setor da Igreja e do exército, interessados nas reformas progressivas que este candidato proclamava.

A disputa eleitoral não só foi muito intensa, como também todos os candidatos proclamavam sua vontade de realizar mudanças substanciais na sociedade. Ademais, Belaúnde insistia na necessidade de reajustar as condições da incorporação do capital estrangeiro e em especial da IPC. Frente à possibilidade de um triunfo de Haya de la Torre e seu partido, *El Comercio* desatou uma campanha, destinada ao exército, proclamando antecipadamente a natureza fraudulenta dos comícios devido às imoralidades apristas. Desta maneira, *El Comercio* esperava impedir o triunfo desse partido.

Embora os resultados fossem bem exatos, Haya conseguiu uma estreita maioria dos votos. Diante disso, o exército, a poucos dias da transmissão do cargo presidencial, depôs o presidente Manuel Prado e o exilou do país. Assim, em 1962 instalou-se no Peru o primeiro governo “institucional” das forças armadas na América Latina.

O golpe significou um claro repúdio à Apra, mas também a seus aliados da classe dominante, que o exército havia mantido precisamente contra os ata-

ques desse partido. Este divórcio informava da presença de uma crise hegemônica da burguesia oligárquica e do regime de dominação que ela sustentava.

O governo militar tentou pôr em prática as novas orientações que se haviam feito presentes no exército. No entanto, no ano que governou tornou-se patente que elas ainda não tinham amadurecido dentro da instituição militar e que as forças oligárquicas de um lado e o movimento popular de outro mantinham-se suficientemente íntegros e fortes para impedir que essa experiência de governo militar persistisse. Assim, este se viu na necessidade de convocar novas eleições para o ano seguinte, depois de ter realizado uma reforma agrária em La Convención, centro da mobilização camponesa, e de ter aprisionado centenas de dirigentes populares e de esquerda.

Dados os resultados de 1962, os partidos reformistas se aliaram entre si outorgando a vantagem a Belaúnde, que mostrava ser o candidato ideal das forças armadas, de *El Comercio* e da Igreja: sua plataforma era executar reformas, mas levadas a cabo técnica e gradualmente, administradas pelo Estado, sem que as massas populares tomassem a iniciativa.

VII. O DESENLACE FINAL

O ajustado triunfo de Belaúnde foi recebido com uma euforia insólita no país: repetia-se o fenômeno de 1945. Novamente as pressões populares buscavam romper com as restrições oligárquicas. As massas camponesas se adiantaram à próxima reforma agrária invadindo latifúndios; os operários organizados iniciaram uma onda crescente de greves a fim de melhorarem suas condições de vida; os estudantes, agrupados em “Cooperação Popular”, saíram ao campo, aos milhares, a fim de colaborar com os camponeses para “desenvolver a comunidade”. O governo convocou técnicos e profissionais para a tarefa de traçar “a conquista do Peru pelos peruanos”.

Ao cabo de seis meses de governo, Belaúnde convocou eleições municipais, suprimidas havia 50 anos, nas quais a Aliança Ação Popular-Democracia Cristã obteve um avanço considerável nas simpatias populares. Assim, tudo se apresentava favorável para a realização das pranteadas esperanças dos reformistas, o que deveria resultar na incorporação das classes populares e médias à vida política do país.

Mas as pressões populares e as tentativas reformistas tiveram de enfrentar, mui rapidamente, uma estrutura política de natureza oligárquica que chegou a ser um obstáculo intransponível. De fato, desde cedo se viu a impossibilidade de realizar reformas antioligárquicas e nacionalistas dentro de uma base estatal de claro perfil oligárquico.

A junta militar de governo que precedera ao governo de Belaúnde tinha decretado uma nova lei eleitoral que, sem suprimir o requisito de alfabetização — com o que a representação dos camponeses ficava eliminada —, estabelecia um

sistema eleitoral baseado na proporcionalidade das candidaturas ao legislativo. Portanto, como diria um comentarista, “o futuro presidente... careceria de maioria no Parlamento e deveria buscar apoio em algum dos grupos adversários, posto que representação proporcional significa quase indefectivelmente um governo plural”⁶. Está claro que o exército buscava impedir, assim, a constituição de um presidente “forte”.

Ora, os resultados eleitorais concederam à Apra a maioria das cadeiras no Parlamento, seguindo-lhe em importância a Aliança AP-DC e em último lugar a União Nacional Odrísta (UNO). Nestas condições o problema de governar para Belaúnde estava em sua capacidade de coligar-se com algum dos outros partidos, a fim de obter o necessário apoio parlamentar. Logo num primeiro momento, Manuel Seoane, segundo homem da Apra, assim como vários dirigentes da Ação Popular levantaram a necessidade de se estabelecer um acordo entre tais organizações que em conjunto representavam 70 por cento do eleitorado e que, além disso, participavam de um ideário semelhante. Apesar dos flertes “táticos” do Apra, um importante contingente de líderes e sobretudo os afiliados de base do Partido continuavam a sustentar os postulados originais.

Todavia, ainda que as afinidades fossem consideráveis, as dificuldades internas e externas para estabelecer-se essa aliança eram maiores. Se Ação Popular juntasse suas forças com os apristas, era de se esperar o repúdio do exército e do jornal *El Comercio*. Internamente, o setor radical do partido considerava a Apra como um partido “vendido” e estava fora de toda discussão a possibilidade de que seus líderes tivessem intervenção direta no governo. Da parte da Apra existia a percepção de que a Ação Popular era um competidor desleal, já que buscava “roubar” as bandeiras apristas e uma militância que por “natureza” correspondia ao velho partido. Outrossim, considerava que a AP estava infiltrada por comunistas que postulavam medidas radicais que hoje em dia estimava inadequadas em seu afã de reconciliar-se com a classe dominante e o imperialismo. Por último, o chefe da Apra não podia reconhecer Belaúnde como líder de um movimento de massas que ele havia forjado e dirigido durante 30 anos.

Foi assim que se dissolveu a possibilidade de integração política dos setores reformistas e o estabelecimento de uma relação construtiva entre o executivo e o legislativo. Com este fracasso se frustrou igualmente um projeto de colaboração de classes, pela ação mediadora do Estado. À divisão interna da classe dominante sobreveio a de seus variados intérpretes políticos, prosseguindo-se a divisão que o país experimentava desde os anos trinta, embora agora os protagonistas ocupassem diferentes posições em cena.

6. Guillermo Hoyos Osores, *Crisis de la democracia en el Perú*, Cuadernos Americanos, México, janeiro-fevereiro, 1969.

Ante a impossibilidade de conciliar e integrar os setores que agrupavam as forças populares, a Apra se ligou com seu inimigo de ontem: o odrismo, controlando conjuntamente com ele a maioria parlamentar. Em 1956, quando a Apra formou a “Convivência”, o setor radical do partido constituiu a Apra Rebelde — que logo se transformou no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) —; em 1963, a coalizão Apra-UNO provocou uma segunda emigração de quadros jovens do partido, que passaram a engrossar o MIR.

A conformação da coligação Apra-UNO veio significar concretamente um permanente boicote parlamentar às propostas do executivo. Frente às crescentes pressões camponesas, a Apra, seguindo os interesses de seus aliados, pôs todos os obstáculos para impedir a aprovação de uma lei que tornasse efetiva a reforma agrária. A lei que o Parlamento aprovou estava retalhada e condicionada, a fim de não afetar os interesses dos exportadores. A capacidade de o Parlamento bloquear as iniciativas do executivo provinha dos poderes concedidos na Constituição de 1933. A preocupação dos legisladores de então era impedir uma ditadura presidencialista como a que havia imperado durante o governo de Leguía. Em outras palavras, as oligarquias regionais, desolajadas pelo centralismo capitalista que Leguía e os enclaves comandavam, procuraram manter seus foros através da preeminência de sua representação política nas câmaras. Daí o Parlamento ter a capacidade de interpelar e censurar os ministros — faculdade de que a coligação Apra-UNO usou e abusou durante o governo de Belaúnde: foi assim que durante seus cinco anos de governo ele se viu obrigado a designar 178 ministros, dos quais teve de mudar 94 e modificar integralmente a composição de seis gabinetes. Mas diferentemente do que se pratica nos regimes parlamentares, o presidente não tem o poder constitucional de convocar novas eleições parlamentares. Ademais, o Parlamento tem a potestade de aprovar a implantação de novos impostos ou as mudanças nas taxas impositivas, e por último não existe na realidade a figura do veto presidencial.

Vale dizer que em tais condições o presidente se encontrava atado à vontade da coalizão. Dadas estas relações, a coalizão desenvolveu uma estratégia que conduzia à rendição incondicional do executivo. Este nem podia negociar com a coalizão — pelas razões antes expostas — nem tampouco podia enfrentá-la diretamente sob os condutos institucionais. Um enfrentamento não institucional supunha armar organizacionalmente as massas e mobilizá-las contra seus inimigos, provocando uma situação inaceitável para o exército, *El Comercio* e para o conjunto da classe dominante. Além disso, não era seguro nessas condições que o próprio presidente estivesse em condições de controlar um tal movimento. Por último, o caráter aristocrático-carismático da personalidade de Belaúnde era contrário ao uso desses recursos “demagógicos”.

Assim se observou claramente a incapacidade de o governo incorporar as reivindicações populares nas considerações dos interesses estatais. A única so-

lução que cabia era reprimi-las e, efetivamente, de bom ou mau grado, o governo recorreu à destruição do movimento camponês e operário que se vinha construindo fora do aparato e do controle da Apra. Situação que coincidiu com a insurgência de quatro focos guerrilheiros organizados pelo MIR, que buscavam repetir em 1965 a façanha cubana.

O rápido fracasso belaundista e sua ação repressiva tiveram conseqüências da maior importância para o desenvolvimento político imediato. De um lado, significou que no seio da Ação Popular e, em geral, dos setores reformistas fosse ganhando peso a idéia de que a via democrática era um obstáculo para a consecução das mudanças estruturais; e que estas unicamente podiam realizar-se através de uma ação revolucionária das massas ou então mediante a instalação de um governo “forte” que não tivesse os entraves parlamentares. Em segundo lugar, o estopim guerrilheiro provocou uma violenta sacudida no seio do exército. As posições do serviço de inteligência, relativas à necessidade de realizar mudanças estruturais a fim de assegurar a paz interna, passaram a um primeiro plano. Todavia, tal como ocorria no seio do reformismo, também no exército dominava a crença de que era impossível realizar essas mudanças pela via institucional.

A situação não podia ser mais paradoxal. O Partido Aprista, que havia desenvolvido a consciência antioligárquica entre as massas, não tinha podido realizar seus objetivos devido à oposição militar. Durante os anos sessenta, quando as forças armadas adotaram uma posição favorável à realização do projeto aprista, o Partido tinha adotado as posições que o exército sustentara trinta anos atrás.

Assim, o governo perdia rapidamente a legitimidade com que havia começado. Era abandonado pelas forças sociais que o apoiaram inicialmente: a camada popular, o exército e inclusive seus próprios quadros políticos, devendo buscar a maneira de sustentar-se através de conexões pessoais no interior da classe dominante e do exército. A burguesia e a Apra tinham conseguido não só imobilizar os propósitos reformistas do governo, mas também culpá-lo por sua ineficácia e incompetência, fazê-lo perder suas bases de apoio e apresentarem-se como os sentinelas dos interesses gerais.

Enquanto as exigências imediatas dos setores populares que se canalizavam pela via do executivo eram sabotadas pelo Parlamento, aquelas outras que passavam pelo conducto aprista eram rapidamente satisfeitas. Dessa maneira, a Apra saiu ganhando com as perdas da Ação Popular e desenvolveu um sistema de clientelismo que afastava cada vez mais as bases originais com que contava a Ação Popular.

Nesta situação, os setores oligárquicos, com o complacente apoio aprista, iniciaram uma firme acometida contra Belaúnde a fim de que este lhes entregasse o governo efetivo, em vista de sua inabilidade e dos problemas econômicos que sufocavam o país. Desde o primeiro ano de governo, a política econô-

mica se havia fundado no financiamento deficitário, já que o Parlamento e o Executivo, cada um separadamente, aprovavam novos e crescentes gastos públicos, mas sem que o primeiro permitisse criar novas fontes de receita fiscal através da reforma tributária. Desta maneira, enquanto o gasto público ficava anualmente perto de 8 por cento do produto durante o governo de Odría (1948-56) e subiu para 9 por cento durante o governo de Prado (1956-62), Belaúnde e a coalizão começaram gastando 11,5 por cento do produto, proporção que subiu para 16 por cento em 1968. Enquanto em 1963 o gasto público do Peru era comparativamente dos mais baixos da América Latina, em 1968, foi o mais alto, salvo o da Venezuela. Mas, ao mesmo tempo, durante o período 1965-67, o déficit orçamentário cresceu num ritmo médio anual de 96 por cento, em comparação com o de 1964.

Este crescimento desmesurado do gasto público, em relação a suas disponibilidades, respondia às crescentes exigências populares. A coalizão Apra-UNO apoiou sistematicamente esta política a fim de assegurar e ampliar sua base social, desatando uma incorporação segmentar dos setores organizados, buscando satisfazer suas imediatas aspirações e obter sua cooptação política. Enquanto que, seguindo o traçado político oligárquico, evitava atender significativamente e de maneira generalizada à população rural e subempregada das cidades. Daí que a distribuição da receita durante a década de sessenta não se modificara senão a favor dos 10 por cento que ocupavam o topo da pirâmide social⁷.

Por outro lado, o executivo, em vista da impossibilidade de realizar as mudanças estruturais devido à oposição aprista, teve de satisfazer-se com a promoção da construção da infra-estrutura social. É claro que tal comportamento tornava cada vez mais patentes as contradições internas da sociedade, entre o “moderno” e o “tradicional”, favorecendo a presença política de novos setores sociais que exigiam sua participação nos benefícios sociais. As tensões, ao invés de se reduzirem, cresciam.

A alta das exportações e o maciço ingresso de capitais estrangeiros paralisaram-se a partir de 1965, reduzindo as receitas fiscais. Somado a isso, o déficit orçamentário determinou uma supervalorização da moeda provocando uma corrente de importações, que afetava a produção substitutiva interna. Assim, o país experimentou problemas da balança comercial e de pagamentos que se resolveram através do endividamento externo com o sistema bancário privado internacional. Empréstimos a curto prazo e com altos juros.

Um dos motivos centrais da campanha eleitoral em 1962 e 1963 foi, como se disse, o estatuto da IPC. Belaúnde prometeu resolver essa situação durante os três primeiros meses de governo. Cedo, contra tudo o que se esperava, o Parlamento lhe concedeu poderes especiais para resolver essa situação. Desta

7. Richard Webb, “La distribución del ingreso en el Perú”, em Webb e A. Figueroa, *La distribución del ingreso*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1975.

maneira, caso Belaúnde chegasse a um acordo com a Standard Oil of New Jersey, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo; senão, se Belaúnde fracassasse, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo; senão, se Belaúnde fracassasse, o Parlamento poderia fazer seu esse triunfo. Diante de tal situação, o governo norte-americano decidiu cortar a “ajuda” oficial ao Peru — que, todavia, era considerado como uma das grandes esperanças para a realização dos propósitos da Aliança para o Progresso. Desta maneira o governo peruano se viu impossibilitado de contar com os recursos proporcionados pela AID enquanto não chegasse a um acordo que a empresa considerasse vantajoso, ao passo que o governo de Frei no Chile recebia uma considerável colaboração norte-americana — fato que não passou despercebido em alguns setores-chaves do exército peruano.

Assim, entre 1963 e 1967 a dívida externa do país se multiplicou: de 120 milhões de dólares para 700 milhões. Enquanto a dívida significou 8 por cento do valor total das exportações em 1965, três anos mais tarde ela alcançava 18 por cento.

Em 1967 tornou-se inevitável a desvalorização da unidade monetária numa proporção de 44 por cento, apesar de o presidente haver reiterado que não se chegaria a tal situação. O descrédito do governo se evidenciou quando, dois meses mais tarde, se realizou em Lima, que contava com a metade da população eleitoral do país, uma eleição para substituir um deputado falecido. Os resultados favoreceram amplamente os opositores do governo. A coalizão, com o apoio de *La Prensa*, ganhou a cadeira com a palavra de ordem “não mais impostos”, apesar de o governo não ter podido executar a reforma tributária destinada a corrigir a extremada regressão impositiva. O resultado eleitoral, que tinha um caráter plebiscitário, pôs em evidência a precariedade do governo de Belaúnde, graças à ação da coalizão.

Mas essa eleição também pôs em evidência o processo de constituição autônoma das forças que se proclamavam de esquerda. Desde finais dos anos cinqüenta, os trabalhadores vinham lutando por constituir uma organização sindical autônoma da Apra e da Confederação de Trabalhadores do Peru (CTP) que esse partido controlava. Em 1967, e apesar da repressão governamental fomentada pela Apra, constituiu-se a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). Paralelamente a este esforço organizativo as várias forças de esquerda se congregaram ao redor de um candidato único nas eleições de 1967, obtendo 10 por cento dos votos, que em outras oportunidades se haveriam somado à aliança Ação Popular-Democracia Cristã.

A partir desses resultados eleitorais começou-se a ver um movimento de reagrupamento das forças políticas. O setor radicalizado da Ação Popular, que controlava o Partido, fez saber sua autonomia em relação ao executivo. A Democracia Cristã se dividiu, e o setor reformista se afastou da aliança que havia sustentado com o presidente. Belaúnde começou a favorecer uma aproxima-

ção com Haya de la torre e com Odría, a fim de encontrar uma saída política para o estancamento a que havia chegado o governo. A exigência da oposição de incorporar ao gabinete representantes daquele bloco foi rejeitada por Belaúnde, com o que a situação tendia a agravar-se. Diante da gravidade da situação econômica, com a ameaça de uma nova desvalorização, os sucessivos ministros da Fazenda solicitaram das câmaras a aprovação de medidas que significassem reajustes orçamentários e um fortalecimento do financiamento interno. Solicitações que foram rejeitadas, com as consequentes crises ministeriais.

Em fevereiro de 1968 conheceu-se um escandaloso contrabando no qual se encontravam implicados altos funcionários do governo e oficiais das forças armadas. Parecia que ninguém sairia livre da rápida desintegração política em marcha. O estado de desassossego no interior do exército era muito grande já que se percebiam todos os sintomas do cenário prévio à guerra do pacífico: imoralidade pública, desintegração institucional, crescente polarização da sociedade, reaparecimento das forças políticas de esquerda. Foi então que um grupo bem pequeno de oficiais do exército, estrategicamente colocado no serviço de inteligência, iniciou a elaboração de um plano de ação que deveria conduzir à constituição de um governo das forças armadas, que se encarregaria de realizar as mudanças estruturais que o governo de Belaúnde tinha sido incapaz de materializar.

Depois de várias crises ministeriais, em junho se abriu um parêntese, que na verdade mostrou ser o último ato deste drama de desintegração do governo e do regime de dominação oligárquica. O presidente, depois de múltiplas tentativas, constituiu um gabinete composto de “independentes” que previamente havia contado com a aprovação da coalizão. A aproximação do presidente à Apra, somada ao temor que se propagou em sua direção devido às numerosas acusações lançadas contra sua conduta irresponsável, e que podia derivar num novo golpe militar, determinaram uma súbita mudança no Partido aprista. Depois de cinco anos de “oposição desleal”, a Apra outorgou ao novo gabinete, juntamente com a representação da Ação Popular, “poderes extraordinários”, durante um período de sessenta dias, transgredindo as disposições constitucionais.

Este acordo entre a Apra e o executivo provocou uma severa reestruturação das alianças políticas, tal como se havia previsto em 1964, quando se rejeitou esta fórmula. A UNO cindiu-se e uma de suas frações adaptou-se ao novo compromisso. A direção da Ação Popular, junto com *El Comercio* e o exército repeliram esse pacto “infame”. Um setor do partido do governo, os chamados “carlistas”, dissociaram-se de sua direção e passaram a apoiar a constituição do novo pacto. Na medida em que o novo gabinete começou a impor as medidas que deveriam retificar o rumo até então adotado pelo governo, *La Prensa* passou à oposição violenta, por motivos diferentes dos aduzidos por *El Comercio*. Assim, a fragmentação da classe dominante e de suas expressões polí-

ticas parecia ter chegado a seu ponto culminante. Mas juntamente com este fraquejamento, a integração da Apra, como representante do reformismo que dirigia um contingente importante de massas populares e de classes médias, junto com o carlismo, que representava a versão mais moderna da burguesia, constituía uma renovação dramática do jogo político.

Os setores populares associados com as tendências de esquerda perceberam com realismo esta acomodação: uma última tentativa de reestruturar uma aliança da burguesia moderna, industrial, com pequena burguesia, a fim de favorecer um desenvolvimento associado com o imperialismo em sua nova versão, mas que deveria permitir uma margem de autonomia para o desenvolvimento “nacional”.

Ante o apoio que o novo gabinete havia obtido, o ministro da Economia, Manuel Ulloa, verdadeiro estratega da nova situação, viu-se na capacidade de iniciar uma política de estabilização e de reformas. Conseguiu estabelecer um programa para equilibrar o orçamento, por meio da restrição do gasto público e a criação do imposto sobre a propriedade. Dispôs a conversão das ações ao portador de maneira que fossem nominais, por meio do que o governo podia controlar a evasão tributária. Restringiu a participação estrangeira no sistema bancário e fortaleceu relativamente a participação do Estado e da burguesia nativa nas empresas de caráter estratégico para a economia nacional. Iniciou um processo de estatização do sistema bancário central, que até então era controlado pelos bancos privados. Todas estas medidas valeram para que *La Prensa* e os setores oligárquicos atacassem Ulloa furiosamente como “traidor” de sua própria classe.

Por outro lado, Ulloa conseguiu refinar a dívida externa, assegurando da mesma forma uma inversão multimilionária de capitais norte-americanos na exploração mineral que asseguraria a saúde da economia do país. Mas esta inversão estava condicionada ao ajuste com a IPC. Em julho de 1968, surpreendentemente a companhia modificou sua recalcitrante oposição aos termos propostos cinco anos antes pelo presidente. Na mensagem à nação, Belaúnde comunicou ter resolvido o problema que o Peru tinha com essa empresa e implicou os líderes parlamentares e chefes militares no ato de entrega dos poços, sem tornar pública as condições daquele acerto de contas. Em meio a tantos fracassos, parecia iniciar-se, ainda que tardiamente, um processo de realizações concretas e positivas do governo.

Entretanto, logo se levantaria uma sucessão de escândalos políticos que acabaram com o governo. O compromisso firmado pelo presidente consistia em que a IPC devolvesse os semi-esgotados poços petrolíferos que ela, segundo os peruanos, vinha explorando ilegalmente por mais de cinquenta anos e com os quais endividava cerca de 200 milhões de dólares, segundo uns, e 600 milhões, segundo outros. Em troca dessa devolução, o governo se comprometia a anular aquelas reclamações. Além disso, a refinaria continuava em mãos da IPC,

para que essa a ampliasse e lhe modernizasse as instalações. Ademais, a companhia continuava manipulando monopolicamente a distribuição da gasolina por um período de 40 anos, com a possibilidade de renovar essa concessão por mais 40 anos, isto é, até 2048... Como se tudo isso fosse ainda pouco, o governo lhe outorgava uma concessão de um milhão de hectares para prospecção e exploração do petróleo.

Quando chegaram ao conhecimento público os termos de tal compromisso, a indignação foi unânime. Além disso, porém, poucos dias depois de firmada a “Ata de Talara”, o gerente da Empresa Petroleira Fiscal fez pela televisão uma denúncia pública no sentido de que “alguém” havia subtraído a página onze daquele convênio, na qual se estipulava o preço do petróleo que a IPC se comprometia a pagar àquela empresa estatal. A notícia arruinou completamente a precária capacidade do governo. A Ação Popular retirou sua confiança do presidente, a Apra negou toda participação no ajuste, abandonando o governo a sua sorte. *El Comercio* arremeteu com fúria e convocou de forma explícita o exército para que se encarregasse da situação.

Nos últimos dias de setembro, o gabinete se viu obrigado a renunciar, e o presidente, depois de várias tentativas, conseguiu nomear um novo ministério em 2 de outubro. No dia seguinte, o golpe militar em gestação desde fevereiro não teve nenhuma dificuldade para capturar um presidente isolado de todo respaldo público. Assim se deu fim, sem pena nem glória, à última experiência de democratizar, pela via institucional, o regime oligárquico-imperialista.

O golpe militar, que parecia repetir a série ininterrupta de pronunciamentos em situações de crise política, resultou numa surpresa. O governo revolucionário das forças armadas iniciou uma série de medidas antioligárquicas que encerraram bruscamente um longo capítulo da história do país e inauguraram um novo.

VIII. A REVOLUÇÃO DE CIMA PARA BAIXO: A MILITARIZAÇÃO DO ESTADO

Tal como se disse anteriormente, durante o governo de Belaúnde se acumularam de maneira extremada as pressões de vários setores das classes médias e populares, especialmente dos camponeses, que pela primeira vez irrompiam no cenário público. A extensão, diversificação e agudização de tais exigências constituíram claras ameaças à manutenção da concentração do capital e do poder político da coligação oligárquico-imperialista.

Sob estas novas condições, perderam eficácia os mecanismos clientelísticos que as camadas dominantes haviam usado a fim de incorporar e segmentar relativamente os setores urbanos estrategicamente colocados ao aparato produtivo. A “massificação” da luta de classes e a própria natureza das reivindicações populares — como a propriedade da terra — fizeram com que os instru-

mentos políticos de dominação entrassem numa franca obsolescência, liberando grossos contingentes populares dos controles que até então os mantinham submissos.

A multitudinária mobilização de várias camadas da população exigia de fato a reformulação das relações sociais, em termos de uma redistribuição maciça dos recursos sociais. Isso supunha a destruição do latifundismo, em bancarrota, a multiplicação de oportunidades de emprego e de serviços públicos, a nacionalização da economia — ou seja, as pressões tendiam à obtenção de um reajustamento de toda a estruturação do país de modo a fazer do Estado representante dos interesses “nacionais e populares”.

Como se viu antes, os partidos reformistas que mediavam entre estas exigências e os interesses dominantes se encontraram incapacitados para integrar sua ação de maneira positiva, acomodando as pressões com os interesses dos proprietários. Os partidos se encarregavam das divisões existentes nas categorias dominantes, onde continuavam pesando politicamente os interesses tradicionais dos latifundiários e dos elementos associados com os enclaves. Daí a crise hegemônica da classe dominante e de seu regime de dominação.

Mas ao mesmo tempo em que tal crise se instalava plenamente na vida política peruana, nenhuma das classes subordinadas se encontrava em capacidade de constituir-se em alternativa política de natureza nacional. A destruição do movimento camponês, o embrionário desenvolvimento de um sindicalismo classista e a fragmentação organizativa da esquerda constituíam elementos chaves daquela incapacidade política. A Apra, por seu lado, tinha ganho um desprestígio inusitado graças a sua eficaz contribuição em desbaratar a experiência reformista.

Assim, em meio à crise política, o cenário se achava vazio de protagonistas capazes de organizar e dirigir a atuação de cada um e do conjunto dos setores sociais, com exceção das forças armadas. No seio de sua direção, a perspectiva geral era de uma crescente ameaça à ordem e às hierarquias institucionais. Os militares especulavam sobre a possibilidade de o conflito político escapar dos canais legais e beirar a insurreição, tal como havia ocorrido anos antes e como se observava em outros países, como o conseqüente perigo para a segurança nacional. Na medida em que esta ameaça era percebida como iminente, aumentava a ansiedade dentro de um grupo dirigente da instituição militar. Dadas as desastrosas experiências dos últimos anos, cada vez mais era aceita a idéia de que as medidas para deter a possibilidade insurgente só podiam levar-se a cabo sob um absoluto controle do Estado pelas forças armadas, o que, através de um desenvolvimento tático, impediria a atualização dessa ameaça e poria em marcha uma ação militar destinada ao desenvolvimento nacional.

Assim, o golpe militar de 3 de outubro de 1968 se caracterizou por sua natureza “preventiva”. Mas tal natureza não supunha “congelar” a situação, mas adiantar-se aos fatos previsíveis, pondo em marcha as reformas que evitassem

a desordem institucional. A ação militar, para ter êxito, devia realizar-se eficaz e ordenadamente, posto que do contrário o efeito desatado poderia reverter contra seus iniciadores.

É claro que sob estas premissas e objetivos, o governo devia estar inteiramente em mãos militares. Não somente sua composição devia ser definida pela instituição castrense, mas a legitimidade da atividade do governo devia fundar-se na que lhe conferisse as forças armadas. Dessa sorte, o título que o novo governo adotou vestia os propósitos da instituição: Governo Revolucionário das Forças Armadas (GRFA). Daí que uma das características do novo governo tenha sido sua permanente rejeição à participação autônoma das distintas organizações populares e em geral da sociedade civil na ação de reformular a natureza do Estado e da sociedade peruana.

Assim, o vazio político deixado pela crise hegemônica da coalizão dominante e, correlativamente, a integração político-ideológica existente no seio do exército permitiram que o GRFA emergisse com uma autonomia de ação relativamente importante frente ao conjunto da sociedade.

Se o primeiro traço da militarização do Estado é que sua composição, representação e legitimidade se fundam no aparato castrense, o segundo é ter adotado as práticas e procedimentos organizacionais do mesmo: a racionalização tecnocrática dos problemas e o procedimento burocrático dos atos de governo, assim como o estrito controle que consuma a prática do segredo e da “razão de Estado”. É assim que os problemas passam a ser considerados como estritamente técnicos; como em reiteradas ocasiões afirmaram vários chefes, “não somos políticos, não temos interesses particulares, só o da pátria”. Desta forma, a política se converte num ato burocrático que deve resolver-se por via administrativa, sem considerar a colocação nem a participação autônoma dos diferentes setores da sociedade na solução de seus problemas.

O Estado militar *decreta* “de cima para baixo” as bases de ação e os propósitos que melhor conviriam à população, que deveria submeter-se pacatamente a tais disposições. Daí que toda manifestação em contrário seja concebida como um ato de sabotagem, antipatriótico e portanto contrário à marcha da revolução militar, posto que a oposição tende a ser interpretada como um ato partidário que persegue a divisão, com o que isso supõe em termos militares. Todavia, a diversidade de opiniões que se desenvolvem frente a cada situação deve ser canalizada internamente pela via burocrática. Assim, a política é tolerada só no interior da administração e deve traduzir-se em diversas fórmulas técnicas.

É claro, porém, que, ao longo dos oito anos de governo, o grau de militarização do Estado flutuou em razão da pressão dos diversos setores da sociedade e de seus porta-vozes no interior do aparelho governamental. Mas isso não significou uma alteração dos propósitos originais das forças armadas quanto a manterem-se “por cima” da sociedade.

Na medida em que o GRFA emitia seus primeiros proclamas e executava as medidas antioligárquicas e nacionalistas, os quadros profissionais que se haviam desenvolvido durante as duas últimas décadas viram a possibilidade de executar os planos e projetos que inutilmente haviam confeccionado durante o governo de Belaúnde, sem que agora nenhum Parlamento os freasse. Mas não só os profissionais com vocação de se converterem numa “elite tecnocrática” se aproximaram do governo militar: também os intelectuais e quadros políticos das agrupações reformistas que tinham visto frustradas suas aspirações de mudanças estruturais; e, embora em menor medida, o mesmo aconteceu com dirigentes de esquerda que tinham visto com grande desilusão que as palavras de ordem de Debray tinham fracassado.

Desta combinação resultou que o GRFA começou seu trabalho “como o primeiro governo da CEPAL” na América Latina. Com a colaboração dessa organização, confeccionou-se um esquema de desenvolvimento para os próximos vinte anos e se lançaram as bases para um plano de desenvolvimento imediato. Segundo as declarações do primeiro-ministro, as metas do governo seriam atingidas em 1990. Juntamente com a tendência desenvolvimentista, foi adiantando-se outra que insistia nos postulados nacionalistas-reformistas, que se combinou vitoriosamente com a primeira. Assim foi-se observando uma crescente integração de técnicos, políticos, militares e intelectuais no aparelho governamental, não só pelas atividades que iriam desenvolvendo conjuntamente, mas por sua inter-relação ideológica, com a conseqüente assimilação de práticas e procedimentos, subordinados às considerações militares. Desta maneira os novos quadros profissionais, engenheiros, economistas, sociólogos, juntamente com ex-apristas, ex-populistas, ex-comunistas, ex-miristas, ex-trotskistas, entraram em relação íntima com coronéis e generais, na qual estes últimos têm a última palavra. Esta relação se fundamenta da seguinte maneira: os profissionais e ex-políticos propõem as ações que os militares julgam, em seu próprio âmbito, convenientes ou inconvenientes para serem executadas.

Em tais condições, os profissionais e ex-membros dos partidos se integram às fileiras do Estado, perdendo sua autonomia, e passam a subordinar-se à ação corporativa do exército. Isso não significa que sua ação não tenha uma influência significativa; ao contrário, o pessoal profissional foi e continua sendo de grande importância para propor e promover novos planos e procedimentos e para ativar uma importante polêmica no interior do governo e entre os militares.

De acordo com os diagnósticos preparados pelos militares, e baseados nos escritos dos intelectuais dos anos sessenta, o problema do país se fundava em sua dependência externa e na dominação interna que lhe dava viabilidade. Isso significava, concretamente, que para corrigir tal situação era necessário erradicar o enclave estrangeiro e suas ramificações, eliminar a área pré-capitalista do campo; ambas as ações deveriam depurar o caráter burguês da classe proprietária, alentando sua natureza nacional e industrial; por último, estas medi-

das deveriam fortalecer a capacidade empresarial do Estado e estabelecer seu caráter regulador. Desta maneira poder-se-ia promover a integração econômica e social da população em torno do Estado. Numa palavra, desde e a partir do novo Estado poder-se-ia formar a nação. Tudo isso, por seu turno, proporcionaria uma relegitimação do exército e a possibilidade de que ele desempenhasse efetivamente o papel que devia cumprir de garantir a segurança nacional, pois, como dissera o general Mercado Jarrín — lembrando-se talvez dos Meiji* — “um exército forte não pode sustentar-se sobre um país fraco”.

O fortalecimento do Estado e a consolidação nacional, combinados organicamente, outorgariam uma maior capacidade de negociação do Peru com as potências hegemônicas, permitindo-lhe estabelecer com elas um novo tipo de relação.

Vê-se claramente que esta perspectiva ideológica é uma repetição, com quarenta anos de distância, do projeto original da Apra. Daí um observador comentar que o “GRFA é um governo aprista, mas sem a Apra”. Não só porque esse partido não participava do governo, mas porque tampouco se encontravam presentes nele a representação das massas populares que lhe dessem o apoio necessário para realizar o programa nacional e popular que Haya subscrevera em 1928.

IX. O CARÁTER ANTIOLIGÁRQUICO E NACIONALISTA DO GRFA

No mesmo dia do golpe, o novo governo dirigiu ao país uma mensagem, a qual continha uma declaração de intenções, que tinha alvos desenvolvimentistas. Entretanto, seis dias depois tomou militarmente o complexo petrolífero, dominado pelo IPC, que constituía o símbolo mais nefasto da dependência do país em relação a uma empresa estrangeira. Assim se deu início a uma série de medidas destinadas a revolucionar a estrutura social e política do país e a modificar as relações do Peru com o capital estrangeiro.

A expropriação *manu militari* foi qualificada imediatamente como um caso único, na medida em que aquela empresa havia desafiado a legalidade e se havia negado reiteradamente a aceitá-la. A afirmação do caráter singular dessa ação do GRFA vinha a propósito do justificado temor à reação que poderia ter o governo norte-americano, tomando como precedente o caso cubano. Ao contrário do que se esperava, o governo norte-americano respondeu cautelosamente. Embora a Standard Oil tenha exigido o cumprimento imediato da Emenda Hickenlooper, que ditava o corte da quota açucareira norte-americana a um país que não indenizasse de maneira imediata o valor de uma empresa expro-

* Meiji = em japonês, *época esclarecida*, época que compreendeu os anos do reinado do imperador Meiji tennô e no decorrer da qual o Japão se tornou uma potência moderna (1867-1912). (N. do T.)

priada, as demais companhias norte-americanas estabelecidas no Peru pressionaram seu governo para que aquele conflito se desenrolasse pelas vias diplomáticas. De toda forma, parece que no interior do Departamento de Estado a experiência cubana levou a considerar-se o problema sem precipitação. Era necessário impedir que, pelas pressões norte-americanas, o governo peruano se “cubanizasse”.

Assim, o governo norte-americano considerou que o Peru tinha intenções de resolver o problema e enviou um representante pessoal do presidente Nixon para encontrar um ajuste de contas para a expropriação da IPC. Mas não acabariam aí as dificuldades peruano-norte-americanas. Quase simultaneamente ao surgir o problema da IPC, o governo peruano capturou barcos pesqueiros norte-americanos que não se sujeitavam à soberania peruana sobre as 200 milhas marítimas. Diante deste novo fato, os interesses norte-americanos exigiram a aplicação da Emenda Pelly, que proíbe a venda de armas aos países que capturem barcos de bandeira norte-americana fora da zona das doze milhas. A colocação em vigor dessa medida motivou o governo peruano a exigir a retirada da missão militar norte-americana no Peru e a suspender o convite a Nelson Rockefeller, enviado presidencial, que se encontrava em viagem pela América Latina. Ou seja, gerava-se um verdadeiro conflito internacional entre os dois países, que ameaçava chegar a uma ruptura final.

O GRFA inaugurou suas atividades proclamando e exercendo a soberania nacional e disposto, no pior dos casos, a considerar um confronto com a potência hegemônica. Era, na verdade, uma prova de fogo: se dela o GRFA saísse indene, ele teria os recursos políticos para definir total e completamente a estratégia que dirigentes deste governo tinham em mente. A decisão dos militares de atuar desta maneira não repondia, portanto, a um oportunismo político, mas à convicção de que era necessário correr o risco, talvez desmesurado, a partir do qual podiam estar seguros de poder realizar a “segunda independência” do Peru.

A reação norte-americana continuou sendo de extrema cautela. Os Estados Unidos buscaram a maneira de resolver as diferenças pela via diplomática e de afastar a possibilidade de se chegar a uma situação de “não retorno”.

Enquanto no ambiente peruano as drásticas medidas do governo e as difíceis relações com os Estados Unidos absorviam completamente a atenção do insólito comportamento dos militares, no seio do GRFA se iniciava uma aguda polêmica em torno do seguinte passo a dar. Neutralizada relativamente a hostilidade norte-americana, o governo estava em condições de acentuar a tendência nacionalista que deveria outorgar-lhe o respaldo necessário para um eventual confronto com o imperialismo. A decisão de considerar o problema agrário se encontrava em primeiro plano. Durante meses se discutiu a conveniência de ditar uma lei agrária e nesse sentido foram criadas várias comissões de técnicos e militares para que formulassem projetos alternativos. Os resultados va-

riaram desde os planos de típico perfil tecnocrático e desenvolvimentista, que deixavam intactas as propriedades “eficientes” dedicadas à exportação, até os de perfil radical. Em junho de 1969, e depois de um intenso debate interno, com o triunfo da posição reformista e a demissão dos militares associados com a primeira posição, o GRFA decretou a reforma agrária. “Camponês: o patrão não se alimentará de tua pobreza”, frase atribuída a Túpac Amaru*, dirigia a ação reivindicativa em favor dos trabalhadores do campo.

Poucos dias antes de promulgar esta legislação, na cidade de Huanta se desenrolou uma revolta popular contra um dispositivo que eliminava as possibilidades educacionais da massa popular. Esta situação não só apurou a outorga da lei de reforma agrária como também sua natureza radical.

Tal como no caso da IPC, o exército ocupou as instalações açucareiras, baluarte do enclave agrário e da burguesia oligárquica. O uso da força não só manifestava a firme determinação de erradicar a presença oligárquico-imperialista da agricultura, como também a de bloquear toda resistência política dos proprietários atingidos. A imagem de uma oligarquia poderosa, capaz de desbaratar este tipo de ações se mostrou, *a posteriori*, totalmente falsa. De fato, tal como se veria a partir daquele momento, a oligarquia se desinchou, literalmente, ante o primeiro ataque do governo; a partir daí foi incapaz de exercer uma oposição efetiva contra o governo. Não só a economia havia experimentado um processo de diversificação que desalojava o poder oligárquico como este politicamente havia perdido toda base de legitimidade.

A ação contra os “barões do açúcar” ia associada ao claro propósito militar de desbaratar o “sólido norte aprista”. Através da cooperativização das centrais açucareiras esperava-se que a população trabalhadora mudasse, da noite para o dia, de filiação política e abandonasse sua participação sindical, ambas dominadas pela Apra. No mesmo dia em que entraram nas plantações açucareiras, os militares proclamaram a inutilidade do sindicalismo nas cooperativas. Mas esta pretensão foi rechaçada pela denodada resistência operária que se articulou firmemente em torno de seus órgãos de classe.

A expropriação da IPC, a resistência ao governo norte-americano e a reforma agrária criaram uma substancial ampliação das bases de legitimidade do GRFA, concedendo-lhe, por sua vez, recursos políticos para avançar em seus programas. Por exemplo, no primeiro aniversário de proclamação da reforma agrária, o general Juan Velasco, que chefiava o governo, foi recebido de maneira entusiasta no “sólido norte” aprista por uma população que superava a que Haya podia agrupar no dia da Fraternidade aprista. Nos Estados

* Túpac Amaru: índio peruano que viveu no século XVIII e se dizia descendente dos antigos imperadores incas. Liderou uma grande revolta indígena contra os dominadores espanhóis, pelos quais foi finalmente morto. Tornou-se símbolo da resistência popular sul-americana contra qualquer tipo de domínio estrangeiro (N. do T.)

Unidos a medida foi qualificada como progressista, que se afinava com as recomendações da Aliança para o Progresso. Apesar de várias importantes propriedades norte-americanas terem sido afetadas, a lei não estabelecia nenhuma diferença no pagamento das indenizações a nacionais e estrangeiros. Este pagamento se faria em dinheiro líquido para as instalações de maquinarias, enquanto que pelo valor da terra foram entregues bônus que deviam vencer entre vinte e trinta anos. Caso os proprietários estivessem dispostos a transferirem-se para a área industrial, tais bônus seriam convertidos em dinheiro líquido em até 50 por cento do total da inversão.

Ademais, havia um fato que dava segurança ao governo norte-americano e à burguesia local. A reforma agrária se levaria a cabo sob a estrita condução e vigilância militar, pautada por cânones administrativos e técnicos que garantiriam a produção e a produtividade agrícola alcançada até então. Desta forma, não só se garantia que esta transcendental reestruturação não teria características políticas, como também que a economia do país não se veria afetada; ou seja: era uma reforma conduzida com “seriedade”.

A intenção do GRFA de terminar com as contradições entre o pré-capitalismo e o capitalismo industrial do país, entre a montanha e o litoral, entre o “nacional” e o “indígena”, supunha abrir as possibilidades de ampliar significativamente o mercado interno e o enlaçamento da agricultura com os outros setores da economia. E assim, paralelamente a esta integração econômica, levar a cabo a integração física e social da população.

Os planos governamentais em relação ao cumprimento da reforma agrária foram ambiciosos. Em cinco anos devia terminar-se com as indenizações e simultaneamente promover a produção de alimentos a fim de cortar a drenagem de divisas que o país sofria por causa das importações de gêneros alimentícios. Embora, ainda hoje, tenham sido desapropriados cerca de dez dos doze milhões de hectares, o problema da produção de alimentos não começou a resolver-se. A reforma agrária contempla a entrega de terras fundamentalmente mais a associações do que a indivíduos, a fim de criar uma ordem “comunitária, solidária e cristã”, que constitui os propósitos integracionistas do regime militar para toda a sociedade. Assim, criaram-se cooperativas, sociedades agrícolas de interesse social, e procura-se reforçar as comunidades camponesas. Paralelamente, várias instituições estatais estão interessadas na associação dos minifundistas em alguma forma de associação.

Todavia, o caráter burocrático da organização agrária e a natureza mesma do novo ordenamento da propriedade e da política fiscal acarretaram rapidamente novos tipos de problemas. Na primeira ordem de coisas, o governo dispôs a intervenção de pessoal técnico e militar nas empresas de maior rentabilidade, a fim de dirigir a marcha da produção, “regulamentando a participação” dos supostamente beneficiários, o que provocou desde o início um confronto aberto com a população trabalhadora. Em segundo lugar, a reforma

agrária demonstrou ter sérias limitações: ao término do processo de desapropriação das terras, cerca de 25 por cento da população rural se verá beneficiada, devido ao fato de a reforma se realizar levando em conta as unidades preexistentes. Por sua vez, a redistribuição interna do setor agrário tem um caráter profundamente segmentário: os que trabalhavam anteriormente à reforma nas plantações se farão beneficiários de um excedente muito superior aos que trabalhavam nas fazendas onde predominavam as relações pré-capitalistas, e isso devido aos diferentes graus de acumulação ali existentes. Assim, 2 por cento da população agrícola, que labora nas centrais açucareiras, estão em capacidade de receber cerca de 34 por cento do excedente agrícola.

Devido ao fato de os camponeses terem de pagar a dívida agrária ao Estado, para que este por seu turno reembolse os antigos latifundiários, produz-se uma corrente de descapitalização do campesinado e de acumulação burguesa nos setores modernos da economia. É assim que a dívida agrária se calcula em torno de 350 milhões de dólares, dos quais o campesinado saldou cerca de 20 por cento⁸. E a isto deve agregar-se uma fonte talvez maior de descapitalização agrária: o controle de preços dos produtos alimentícios e o subsídio aos artigos importados. Assim, entre a dívida agrária e o controle de preços, os camponeses são forçados a verem-se impedidos de executar medidas que elevem a produção e a produtividade de suas terras.

Assegurada a relativa neutralidade norte-americana e a decomposição da frente de oposição oligárquica, juntamente com o crescente mas ambivalente apoio popular, o GRFA iniciou, “a passo ligeiro”, uma série de medidas a fim de realizar uma “revolução burguesa contra a vontade da burguesia”, modificando substancialmente o papel que até então tinham desempenhado o Estado, a burguesia e o capital imperialista.

Uma rápida olhada sobre o conjunto das transformações econômicas faz ver que, num curto período, o GRFA eliminou de forma administrativa o caráter oligárquico e enclavado da economia, abrindo canais para a constituição de novas formas de acumulação capitalista, que deveriam criar um sistema original, “nem capitalista nem comunista”, “solidário, humanista, cristão e comunitário”.

No setor financeiro, o governo centralizou sua atividade econômica em torno do Banco da Nação, adquiriu uma parte importante da participação estrangeira no sistema bancário privado; limitou a participação estrangeira a 20 por cento dos ativos bancários e proibiu que as filiais estrangeiras abrissem sucursais e captassem a poupança interna. Organizou a Corporação Financeira de Desenvolvimento encarregada de dinamizar o financiamento interno e externo do Estado. Constituiu uma empresa centralizadora do Resseguro; centralizou

8. Aníbal Quijano, em Ernesto Feder, *Lucha de clases en el campo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

o movimento de moeda estrangeira, impôs o controle de câmbios e exigiu a repatriação dos capitais peruanos no exterior. Desta sorte, o Estado devia encontrar-se em capacidade de canalizar o crédito de acordo com seus planos, financiar as empresas estatais e assegurar ao setor privado industrial o crédito que até então monopolizavam as empresas imperialistas. De fato, logo o Estado se constituiu na entidade financeira de maior importância do país, ao controlar cerca de 65 por cento do capital financeiro.

Em seguida à estatização da IPC, o governo organizou a empresa Petróleos do Peru, que monopoliza a exploração e distribuição dos hidrocarbonantes. Da mesma forma, o Ministério de Energia e Minas adquiriu parcialmente as empresas produtoras de eletricidade, exigiu a devolução das minas não exploradas pelos concessionários, adquiriu o complexo mineiro Cerro de Pasco e em 1975 estatizou a empresa norte-americana que explorava as jazidas de ferro de Marcona. Decretou-se a estatização do comércio exterior do cobre que passava a ser realizado pela Mineiro-Peru, enquanto se financiava, no Japão e na Europa, a instalação de uma refinaria que beneficiasse a matéria-prima.

No setor industrial, o GRFA decretou em 1970 a lei de indústrias, na qual se estipula a exclusividade do Estado na produção dos insumos básicos: cimento, aço, química, papel, eletricidade etc., ao mesmo tempo em que criava a empresa Indústrias do Peru, encarregada de programar a instalação de empresas industriais. Simultaneamente, o Ministério das Indústrias organizou a Empresa Nacional de Comercialização de Insumos, única encarregada das importações daquelas mercadorias.

No ramo dos transportes, o governo acertou com a ITT a aquisição de 51 por cento do capital da companhia de telefones, montante que a ITT destinou à constituição de uma empresa mista produtora daqueles artefatos e à construção do hotel Sheraton em Lima. Devido à falência das ferrovias e à dívida que a empresa britânica tinha com o aval do governo, este tomou em suas mãos o sistema de transportes. Outrossim, o Estado impulsionou o transporte marítimo e promoveu a indústria da construção de barcos.

Em 1973, e por causa da ausência de enchova, a indústria pesqueira caiu numa dramática crise. Esta situação, acompanhada do endividamento da indústria para com o governo, fez com que este se encarregasse dela, estatizando o comércio exterior da farinha de peixe, que constitui um importante item das exportações do país.

Foi assim que em poucos anos o Estado peruano passou a controlar diretamente uma parte considerável da economia do país, constituindo um capitalismo de Estado que dirige cerca de 50 por cento do produto nacional. Enquanto em 1968 o estado peruano era um dos mais “fracos” no contexto latino-americano, em 1973 ele se havia desenvolvido consideravelmente.

A política externa do GRFA se definiu desde o primeiro momento por sua natureza “terceiro-mundista” e “não-alinhada”, destinada a diminuir a depen-

dência “externa”. Nesse mesmo sentido, promoveu a diversificação de seus mercados e de suas fontes de financiamento. Não só rompeu com o bloqueio norte-americano imposto pela OEA sobre Cuba, como também abriu relações com a China e expandiu notavelmente seu comércio com o bloco socialista: no ano de 1975 cerca de 20 por cento das exportações peruanas se destinavam aos países desse bloco. Esta nova política externa peruana pretende, também, neutralizar o possível bloqueio norte-americano ao nacionalismo peruano e especialmente no que toca o comércio de armas.

Simultaneamente, porém, o Peru procura insistentemente manter uma relação formal com os Estados Unidos e manter abertos os canais de negociação com o governo norte-americano e os capitais imperialistas. Foi assim que em 1974 os dois governos firmaram um convênio pelo qual, por meio de créditos concedidos pelos Estados Unidos, o Peru pagava as estatizações que havia efetuado de empresas norte-americanas, e que o governo de Washington se encarregaria de distribuir. Posteriormente, quando em 1975 o general Velasco, num ato que buscava recuperar sua imagem, expropriou sem aviso prévio a empresa que explorava o ferro, enquanto se negociava sua compra, estabeleceu-se um novo foco de conflito que ambas as partes buscaram aplinar, até que em 1976 se chegou a um acordo mútuo. Por outro lado, o governo chegou a um acordo com um conjunto de consórcios internacionais para que realizassem a mais grandiosa inversão da história numa só jazida. A inversão de 750 milhões de dólares na exploração do cobre de Cujone, que juntamente com o de Toquepala, do qual dista 40 quilômetros, constitui hoje em dia a mais importante concentração mineira do país, e que se encontra em mãos estrangeiras. A diferença desta exploração em relação aos enclaves é que a Minero-Peru se encarregaria de comercializar o cobre, que o Estado refinaria e, por último, que a empresa se obrigava a comprar insumos industriais no país. Ou seja: embora favoreça a instalação desta multimilionária inversão, o GRFA estabelece as bases para seu “desenclavamento”.

O Estado, da mesma forma, acertou contratos com 21 empresas para a exploração e produção do petróleo na selva, sob a fórmula do “modelo peruano”. Este estabelece que aquelas empresas pagarão à Petróleos do Peru a metade do petróleo que conseguirem encontrar, enquanto a empresa estatal se encarregaria de pagar os impostos respectivos. Em razão das perspectivas petrolíferas do Peru, o Japão financiou com 600 milhões de dólares a construção de um oleoduto para dar saída à costa ao petróleo *que deveria encontrar-se*.

Da mesma forma, enquanto deu seu respaldo à política de integração sub-regional e ao Acordo 24 do Pacto Andino que regulamentou o tratamento ao capital estrangeiro, o governo peruano fomentou o estabelecimento de empresas mistas com o capital estrangeiro na área metal-mecânica e química.

Foi assim que se deu uma dupla combinação de fatores que favoreceram, numa conjuntura favorável de caráter internacional, ao país receber entre 1970

e 1973 cerca de 3.000 milhões de dólares de empréstimos do sistema bancário internacional. O governo foi capaz de criar uma imagem “progressista” e nacionalista, mas ao mesmo tempo responsável por seus compromissos externos. De fato, este governo nacionalista estava disposto a recuperar sua soberania sobre seus recursos naturais, mas chegando a um acordo com as empresas estrangeiras — coisa totalmente diferente do que acontecia com o governo chileno da Unidade Popular. Em segundo lugar, o Peru apresentava as possibilidades de converter-se num grande exportador de cobre e petróleo, numa situação marcada pela alta dos preços destes produtos. Tudo isso se dava num contexto de extraordinário *boom* dos bancos internacionais, dispostos e encontrar mercados onde colocassem os excedentes criados pelo extraordinário desenvolvimento das empresas multinacionais durante os anos sessenta⁹.

Todas essas circunstâncias se uniram para que o Clube de Paris respaldasse o Peru, tornando possível que este renegociasse sua dívida externa e conseguisse esse acúmulo de empréstimos. O Banco Mundial e o Banco Interamericano desbloquearam os créditos ao Peru, favorecendo assim a política de capitalismo de Estado e de associação com as empresas multinacionais.

Em resumo, a reorganização do aparato produtivo estava destinado, em primeiro lugar, à eliminação do caráter pré-capitalista do campo e sua integração direta com a produção industrial. O incremento da oferta de alimentos deveria redundar na redução da importação dos mesmos e na liberação dessas divisas para a capitalização industrial. O incremento das receitas da população rural, por sua vez, deveria favorecer a ampliação e integração do mercado interno, contribuindo para a queda do desemprego e do subemprego urbano. Até aqui, idéias da Cepal. Todavia, esta política se viu limitada pelo caráter segmentário da redistribuição agrária e pela descapitalização relativa do campo.

Em segundo lugar, as reformas empreendidas pretendem erradicar o caráter oligárquico da burguesia local, promovendo sua conversão numa classe de caráter “moderno” e industrial, através da expansão do mercado interno e a integração vertical e horizontal do sistema industrial, sob a regulamentação e direta intervenção do Estado, que deveria arrematar num “desenvolvimento auto-suficiente”. Como veremos mais adiante, a burguesia resistiu a esta formulação e à autonomia do Estado frente a seus interesses e perspectivas.

Em terceiro lugar, a ampliação e o aprofundamento das funções empresariais do Estado, mediante sua colocação nos setores estratégicos, deveria dar-lhe capacidade de regular a economia nacional e garantir a integração do sistema produtivo, reduzindo a dependência externa. O fato de que hoje em dia o Estado seja responsável pela geração de 50 por cento do produto e de 60 por cento das inversões seria um instrumento que conduziria a esses fins. Juntamen-

9. Emma Rotschild, “Banks: The coming crisis”, em *The New York review of Books*, 27 de maio e 24 de junho de 1976.

te com esta ampliação da capacidade estatal, a renegociação das relações com o imperialismo, a fim de obter sua associação com o governo e/ou com a burguesia local em projetos industriais, desmantelando a modalidade do enclave, constitui o quarto traço característico da política do GRFA.

Desta maneira, o GRFA instituiu três setores de atividade: o estatal, no qual se inscrevem as formas de associação com o capital imperialista; o privado reformado, devido à constituição das comunidades trabalhistas; e o cooperativo. A todos eles deveria acrescentar-se no futuro o da propriedade social que deveria ser o hegemônico, a fim de consolidar a estrutura comunitária do país. Em consequência destas transformações e setorializações, o GRFA acrescentou a seu regime, além dos epítetos de cristão, libertário, socialista e humanista, o de pluralista. Uma vez que se afirmava em sua “autonomia conceitual”, que definiria a originalidade do “processo peruano”, ele sustentava a pluralidade de entidades produtivas. Daí que o GRFA se definisse como um sistema “não comunista e não capitalista”, criador de uma “democracia social de participação plena”, que procurava estabelecer uma terceira via autônoma, a que lembra o chavão aprista de “nem Washington nem Moscou”.

À proporção que a reestruturação avançava, a avalanche ideológica do regime militar crescia de maneira insistente, talvez para encher com palavras as limitações das reformas. De fato, estas, contrariamente ao que esperavam os planejadores, produziram uma reconcentração de riqueza e da renda¹⁰ e, paralelamente, uma maior penetração das empresas imperialistas na economia do país. Assim aconteceu devido ao caráter segmentário das reformas, que teve como consequência que a riqueza e a renda se redistribuissem entre a população concentrada nos 10 por cento superiores da pirâmide social. Esta ampliação da capacidade econômica da população redundou, por sua vez, no incremento da demanda de mercadorias tais como automóveis, que só as empresas multinacionais podiam oferecer.

Disse-se anteriormente que a reforma agrária ampliou a setores muito reduzidos os benefícios derivados da produção agropecuária, especialmente ao setor dedicado às exportações. O resto da agricultura, por seu caráter eminentemente pré-capitalista, pelo pagamento da dívida agrária e pelo controle de preços estava impossibilitada para produzir um crescimento da receita da população majoritária.

Em todos os demais setores da economia, o governo criou as comunidades trabalhistas, que, em proporções diferentes para cada setor, deviam perceber parte dos lucros das empresas, em dinheiro e em ações, até alcançar 50 por cento do capital. Desta maneira, os ideólogos do regime esperavam realizar uma sociedade solidária e comunitária. As comunidades trabalhistas vinham cumprir uma função distribucionista e de acumulação forçosa ao mesmo tempo. Quan-

10. Webb e Figueroa, *op. cit.*

to ao dinheiro, as comunidades trabalhistas redistribuem-no dentro de cada setor e, no caso da indústria, dentro de cada empresa. Assim, a população situada em empresas altamente capitalizadas recebe uma participação relativamente superior à que não se encontra nesse caso. Ademais, esta política supõe um distanciamento substancial dos trabalhadores agrupados nas comunidades trabalhistas, isto é, cerca de 10 por cento da população ativa, dos subempregados urbanos e rurais.

As limitações da comunidade trabalhista tornaram-se rapidamente evidentes. Daí que o GRFA idealizasse o setor da propriedade social, consistindo numa área de propriedade grupal, autogestionária, no qual os excedentes deviam redistribuir-se coletivamente entre todos os trabalhadores agrupados no setor. Mas também aqui se partia de um vício que limitava o desenvolvimento deste setor. Este vem a ser que a oferta e a demanda de bens se encontram regidas pelas regras capitalistas do mercado, baseado na acumulação privada e na expropriação coletiva. Em outras palavras, encontra-se condicionado por uma distribuição da riqueza e das receitas selada por um traço piramidal extremamente marcado.

Esta situação determinou que uma parcela muito estreita da população, conectada com o mais avançado da produção urbano-capitalista, em especial as camadas médias burocráticas em expansão, aumentassem sua demanda de bens de consumo. Daí que entre 1970-73 se experimentasse uma considerável expansão da construção de habitações de “classe média” e da venda de automóveis etc. E que, simultaneamente, uma ou duas multinacionais controlassem entre 40 e 60 por cento do valor da produção bruta de cada um dos ramos industriais do país e, por último, que umas quantas dúzias de empresas absorvessem 80 por cento do valor das importações totais do país¹¹.

Tal como se pôde observar, as reformas antioligárquicas do GRFA e a nova política externa procuram balancear o problema da distribuição com o da acumulação. As reformas antioligárquicas não só facilitaram uma distribuição segmentar como forneceram os meios para o estabelecimento de um importante capitalismo estatal. Por outro lado, as perspectivas petrolíferas e cupríferas do país lhe concederam os meios para sustentar, em aliança com o capital imperialista, uma acumulação a longo prazo. Se a dívida externa cresceu entre 1963-67 cinco vezes, de 1968 a 1975 foi guardada a mesma progressão: hoje o Peru tem o triste privilégio de ocupar o quarto lugar entre os países subdesenvolvidos com a dívida externa mais elevada.

X. O CORPORATIVISMO COMO PROJETO POLÍTICO

A “peculiaridade” da revolução militar tem raiz no fato de o GRFA realizar as reformas antioligárquicas e nacionalistas, pelas quais os setores médios

11. Jaime Gianella e Andrés González, *Análisis de la concentración en el sector industrial* (ms.).

e populares vinham lutando politicamente há várias décadas, de maneira técnica e burocrática; vale dizer, rejeitando a participação autônoma das organizações populares. Em outras palavras, que a relativa democratização social que supõe o conjunto das medidas governamentais se leva a cabo de maneira autoritária dentro das bases da militarização do Estado.

Tal como se disse antes, o objetivo final da reorganização institucional que o governo leva a cabo tem por finalidade construir um Estado comunitário, com claras filiações cristãs, que se expressa através de uma tentativa de conciliação de classes, que busca a Unidade Nacional. Assim, o exército deveria contar com uma retaguarda segura para o caso de um confronto com algum vizinho...

Em reiteradas ocasiões, o general Graham, chefe do Corpo de Oficiais Assessores da Presidência, órgão legislativo do governo, caracterizou o Peru “pré-revolucionário” pelo grau de divisão existente e no qual cada “conjunto” buscava obter benefícios particulares em detrimento da totalidade. Graham representava essa situação com a figura de um quadrado dividido por um alambrado. A ação do GRFA, afirmava o general, estava destinada a apagar tal alambrado que divide os peruanos e fazer do país um ente único, total, homogêneo. O general Velasco, por seu turno, em várias ocasiões afirmava que agora que se haviam eliminado os fatores de divisão do país, “todos os peruanos devemos jogar pela equipe com uniforme bicolor”*. Um ex-assessor da presidência afirmava que as reformas abririam uma tendência à eliminação das classes sociais. Em geral, a avalanche ideológica tendia a configurar uma imagem na qual os antagonismos sociais haviam perdido suas raízes sociais e, os que subsistiam, respondiam a mal-entendidos, dogmatismos ideológicos e interesses particulares para manter os antigos “direitos adquiridos”. Ou seja, a campanha ideológica do governo se dirigia à despolitização das forças populares, para apagar todo rastro de consciência classista e somar as forças populares às forças do governo, a fim de concretizar o sonho militar: a aliança forças armadas-povo.

Ao longo dos seis primeiros anos do GRFA observou-se uma rivalidade entre as forças populares dispostas a conquistar seus direitos através do fortalecimento de suas organizações autônomas e o governo, interessado em encaixar tais forças em organizações corporativas, dependentes do governo. Por razões que se verão ao longo desta apresentação, as tentativas do governo foram frustradas, devido ao desenvolvimento político popular que levou ao fracasso a ideologia e as organizações dependentes do Estado militar.

Desde o primeiro momento em que se implementou a reforma agrária, ficou claramente demonstrado o interesse do GRFA em desmobilizar as organizações camponesas e sindicatos que se haviam criado durante a década de sessenta e em solapar as bases apristas existentes nas novas cooperativas agríco-

* alusão às duas cores da bandeira peruana: vermelho e branco (N. T.).

las. Elementos radicais pretenderam criar “comitês de defesa da revolução”, que foram proibidos de funcionar. Estas situações criaram nos centros agrícolas uma forte tensão entre os trabalhadores e o pessoal dirigente designado pelo Ministério da Agricultura e os oficiais da inteligência — constituídos nos serviços de assessoramento. As greves que se sucederam e as repressões oficiais tendiam a destruir os propósitos comunitários do governo assim como o estabelecimento da aliança entre o povo e a força armada. Foi assim que se desenvolveu no seio do governo uma tendência disposta a resolver a falta de “comunicação” entre os setores populares e as forças armadas, constituídas em governo, pelo que se criou o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social sob o pressuposto de que as camadas populares não estavam suficiente e devidamente organizadas. Sinamos era o organismo chamado a incorporar as massas no Estado, através de um amplo aparato corporativo. Dividia-se em setores encarregados de “apoiar” a organização e reorganização da sociedade em termos funcionais: camponeses, trabalhadores urbanos, povoações jovens (*pueblos jóvenes*) termo com o qual foram rebatizadas as periferias urbanas —, profissionais e intelectuais, jovens.

O país foi dividido em oito regiões que coincidiam com as regiões militares e nas quais o chefe militar de cada uma delas é ao mesmo tempo o chefe da região do Sinamos. Este chefe, com seu respectivo estado-maior e o assessoramento de técnicos encarregados de recomendar o necessário para melhorar o nível de vida do setor, leva a cabo uma ação assistencialista através da “autoajuda” da população. Mas o caráter “superministerial” do Sinamos e suas atividades despertaram na burocracia um repúdio bastante generalizado e uma repulsa universal das diferentes camadas da população.

O Sinamos, desde um primeiro momento, esforçou-se por dirigir a ação das massas e sincronizar o extenso aparato burocrático, que poderá escapar à vigilância dos serviços de inteligência; daí a desconfiança e a hostilidade que provocou no interior das forças armadas. Além do mais, o próprio fato de o corpo de profissionais que dirigia as ações do Sinamos provir de partidos políticos despertava uma grande suspeita dentro da instituição castrense. Ao fim e ao cabo, parecia que, do próprio interior do governo, alentava-se a criação de um movimento popular que, embora controlado militarmente, podia rebelar-se.

O Sinamos atraiu para si a repulsa das diferentes classes da sociedade. As classes populares perceberam nele um aparelho de enquadramento, como o era na realidade, que não se conjugava com suas aspirações reivindicativas. O próprio caráter limitado das reformas, como o observamos, militava contra a capacidade de cooptação do Sinamos. Por outro lado, a ação desdobrada pelos ativistas do Sinamos em favor dos camponeses, operários e habitantes das periferias despertava um acusado temor entre os diferentes setores proprietários,

temor de se encontrarem frente a um movimento no qual eles seriam os prejudicados.

Na medida em que o Sinamos legitimava as reivindicações populares e proclamava a busca de um socialismo “à peruana”, ele alentava as pressões redistributivas das classes populares, o que se chocava contra os interesses de acumulação por parte do Estado e da burguesia. Contrariamente ao esperado, essas pressões apuravam o divórcio entre a população e o governo, o que se evidenciou no surgimento de uma onda de greves que duplicava, em seu número de pessoas afetadas, as que havia experimentado o país no período “pré-revolucionário”.

Foi neste contexto que um número de profissionais a serviço dos militares pretenderam erigir um partido do governo, a fim de corrigir e aplainar os problemas de “comunicação” que se vinham acumulando e que o Sinamos não fizera senão acentuar. A discussão que se deu no seio do governo a este propósito — enquanto a população não tinha nada o que dizer — foi violenta. A tendência “militar” acabou ganhando: por um lado, aduzia-se que os partidos eram instituições sem função a cumprir na nova organização social que as forças armadas queriam estabelecer para os peruanos, posto que tais partidos acolhiam oligarquias que expropriavam o poder da população, impedindo assim a constituição de uma “democracia social de participação plena”. Esta devia, ao contrário do que se buscava com os partidos, criar grupos funcionais com acesso imediato às decisões que concerniam a estes. Como diria um dos tantos ideólogos, a política devia converter-se num problema imediato da vida quotidiana, de cada setor da sociedade. Assim, impugnava-se a “lei de ferro da oligarquia”. Outro ideólogo declarou, sem maiores dissimulações, que a constituição de um partido significaria desconhecer a função do verdadeiro partido da revolução e da vanguarda política do país: as forças armadas. Depois destes debates deu-se a “ordem” de acabar com tal discussão e a razão era clara. Durante quarenta anos, as forças armadas haviam constituído o obstáculo da mobilização popular e haviam emergido plenamente na vida política para institucionalizar sua contenção. Ademais, por sua própria natureza institucional vertida em governo, elas não iam procriar um movimento que pudesse alentar a destruição do caráter militar do governo.

Juntamente com a formação do Sinamos decretou-se a dissolução da Sociedade Nacional Agrária, que congregava os grandes e médios proprietários e criou-se — por lei — a Confederação Nacional Agrária, ao mesmo tempo em que o governo deixava de reconhecer os sindicatos de trabalhadores agrícolas que se haviam formado durante a última década em sua luta contra os latifundiários. A CNA estaria formada por ligas agrárias regionais que agrupariam todos os que tinham atividades agropecuárias, sem distinção nenhuma. As ligas agrárias deviam constituir correias de transmissão entre os planos do

governo e os interesses “camponeses”, colaborando nas ações governamentais. Seu reconhecimento estaria condicionado ao juízo do Sinamos, passando a depender organizacionalmente desta entidade. Todavia, essa criação institucional do governo teve de se enfrentar com a reorganização da Confederação Camponesa do Peru, que vinha desenvolvendo um intenso combate para defender os interesses autônomos dos camponeses, enfrentando as imposições estatais, desde o pagamento da dívida agrária, a velocidade das indenizações dos latifundiários, até o preço dos produtos agrícolas.

A presença da CCP e os conflitos dos camponeses com o Estado deram à CNA, apesar de sua dependência, um espaço próprio para solicitar e pressionar por reivindicações imediatas de suas bases sociais, favorecendo sua autonomização em relação ao governo, o que impediu a este contar com a CNA para obter os recursos políticos para continuar consensualmente seu projeto cristão.

Disse-se que no resto das atividades econômicas o GRFA instituiu as comunidades de trabalho. A comunidade, na qual participam todos os integrantes da empresa, é um mecanismo de participação, de redistribuição e acumulação. Ficou claro e explícito que o estabelecimento dessa instituição buscava desestimular as reivindicações salariais, os movimentos grevistas e as organizações de classe e, em contrapartida, estimular o crescimento da produção, a produtividade e o caráter solidário entre trabalhadores e capitalistas. Tal como se disse, com o estabelecimento das comunidades os trabalhadores não deveriam ir contra seus “próprios” interesses, realizando greves que descapitalizariam a empresa e por conseguinte a comunidade. Ao contrário, as comunidades deveriam procurar o estabelecimento de um espírito “familiar, comunal” no qual desapareceriam as divisões entre capital e trabalho.

Mas as intenções não conseguiram concretizar-se e, muito pelo contrário, favoreceram a constituição de uma nova frente na luta de classes. Graças ao próprio apoio do governo, os trabalhadores se interessaram por participar na vida diretora da empresa. Esta diretoria estatal criou dois fatos que subverteram os planos comunitários e corporativos do Estado: de um lado, os trabalhadores vieram a compreender o caráter explorador do capital, através do exame dos livros de contabilidade. A mais-valia deixava de ser um conceito para passar a ser uma realidade concreta. Por outro lado, esta disposição criou uma feroz resistência da burguesia em relação ao GRFA e, daí, aos trabalhadores. Isso constituiu claramente um motivo a mais para que os trabalhadores buscassem um novo nível de integração de classe. Daí que, com a oposição aberta do governo, os trabalhadores tentaram a constituição da Confederação Nacional de Comunidades Industriais (Conaci), enquanto a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), que congrega a maioria das organizações sindicais, se consolidava em suas posições.

A resistência do governo à constituição da (Conaci) se devia ao fato de esta organização contrariar seus propósitos de encapsulamento dos trabalhadores em torno da comunidade de trabalho, já que facilitava a constituição de uma nova frente de integração classista que ameaçava o governo com sua autonomia. Tal como de fato aconteceu. No ato inaugural da Conaci, os trabalhadores não só atacaram duramente a burguesia pelas inúmeras manobras desta para subtrair a participação dos trabalhadores no controle das empresas, como também atacaram os funcionários encarregados do cumprimento da lei que decididamente passavam por cima dos problemas levantados pelos membros da comunidade. Ademais, exigiram o direito de veto nas decisões empresariais e a entrega imediata de 50 por cento do capital das empresas.

Paralelamente a esta atividade, a Conaci desenvolveu uma ativa campanha de educação, que de fato supunha uma ativa politização classista dos trabalhadores. Ante todas essas situações, o Ministério das Indústrias decretou a reorganização da Conaci. A partir de então se estabeleceu uma briga surda entre as duas instituições e, apesar de contar com todo o apoio estatal, a que respondia aos designios do governo nunca esteve em condições de controlar as comunidades industriais.

Simultaneamente a estas fracassadas ações governamentais visando capturar ideológica e organizativamente a população trabalhadora, a CGTP, que desde sua reorganização centralizava a ação dos sindicatos mais importantes do país, foi levada por suas bases, apesar da ambivalência do Partido Comunista, a reivindicar os direitos dos trabalhadores. Daí as intensas greves mineiras, do magistério, dos trabalhadores bancários, dos da indústria metalúrgica que o Peru conheceu a partir de 1970. Apesar das tentativas divisionistas do governo, nas quais contava com a colaboração do PC para eliminar os dirigentes qualificados de “ultras”, isto é, aqueles que não deixavam de lutar pela autonomia ideológica e de ação da classe popular e por seu desenvolvimento político, a CGTP se tem mantido, bem ou mal, como o órgão centralizador das ações dos trabalhadores. Apesar da ambivalência do PC, onde se recruta a burocracia dirigente da CGTP, que pretende apresentar-se como colaborador e sustentáculo das conquistas antiimperialistas do governo revolucionário — mesmo sabendo da profunda repulsa que os militares têm a tudo o que cheira a comunismo —, a CGTP representou um constante desafio para o GRFA. Daí que no seio do Ministério do Interior se constituiu a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (CRTP), dirigida por supostos trabalhadores que mais não eram senão funcionários daquele ministério. A CRTP, com a ajuda estatal, deveria ser capaz de ganhar para si os trabalhadores a favor da causa do governo, o qual, por sua vez, estaria disposto a fornecer-lhe toda a ajuda burocrática a fim de dividir o movimento operário. Todavia, a CRTP desde o início achou-se isolada e repelida pelo movimento popular. Devido a sua origem, a atividade da CRTP limitou-se a emitir comunicados de apoio “revolucioná-

rio” ao governo e a atacar as organizações classistas, definindo-se como uma “organização participacionista e não reivindicativa”.

Devido à pugnacidade da organização magisterial, o Sindicato Único de Trabalhadores da Educação Peruana (Sutep), que congrega a maioria do magistério com certa de 120 mil membros, constituiu-se num permanente bloqueio às aspirações do GRFA de efetuar burocraticamente a reforma da educação. O Sutep, ademais, tem sido um organismo de permanente reclamação salarial, que tem criado situações embaraçosas para o Estado. Sua capacidade de irradiação e de penetração, por sua capacidade de comunicação com as massas populares, tem constituído um poderoso freio à penetração ideológica do Sinafos. A fim de neutralizar essa capacidade, o governo criou uma cooperativa de serviços magisteriais, esperando assim desviar os interesses da organização para o usufruto de benefícios imediatos. No entanto, as sucessivas eleições representaram um triunfo esmagador para o Sutep. Diante desta situação e das pressões político-econômicas do magistério sindicalizado, o governo deixou de reconhecer oficialmente aquela organização e criou o Sindicato de Educadores da Revolução Peruana (Serp), que demonstrou não ter o apoio senão de 10 por cento do magistério nas eleições sindicais.

Foi assim que a instrumentação política para reformular a organização da sociedade em torno de um aparato corporativo que deveria congrega a unidade nacional, sob o comando militar, fracassou estrepitosamente desde o início. As próprias limitações reformistas do governo, junto com sua violência verbal em favor das exigências populares, determinaram que a população derrotasse em todas as frentes as perspectivas estatais. Todavia, a falta de integração política de tal população não permitiu que essa derrota se transformasse num triunfo político das classes dominadas. Assim, o resultado foi que se tornasse evidente a incapacidade de o Estado incorporar em seu seio o grosso da população peruana.

Se no campo popular o Estado fracassou em seu projeto de conciliação de classes, o mesmo aconteceu com a burguesia. Embora seja certo dizer que graças às reformas militares se conseguiu uma ampliação relativa do mercado interno e da taxa de lucro da burguesia, esta não se alinhou com o GRFA.

As reformas que depuraram o lastro pré-capitalista permitiram uma incorporação relativa de um segmento da população ao mercado industrial; graças ao novo papel empresarial do Estado, este tem propiciado de várias maneiras a acumulação da grande burguesia: aumentando a demanda, revalorizando seus ativos, atendendo a suas necessidades creditícias, isentando-a dos impostos sobre exportação e importação de bens de capital. Entretanto, a burguesia não tem deixado de manifestar sua repulsa em relação à política do GRFA.

Em termos gerais, este divórcio entre o GRFA e a burguesia, apesar dos apelos daquele para que esta classe se some a seu projeto, explica-se pelo interesse do novo Estado por desenvolver voluntariamente um projeto mantendo-

se equidistante das classes fundamentais da sociedade. A burguesia foi considerada, legitimamente, como um apêndice “estranho”, sem capacidade nem vontade de revolucionar nacionalmente a sociedade. Daí terem os militares concebido esta revolução “burguesa”, embora contra a vontade dos burgueses.

Dois tipos de decisões tomadas pelo GRFA definiram, a partir de 1970, o distanciamento entre o Estado e a burguesia. O primeiro se refere à constituição das comunidades de trabalho e de outras formas de participação dos trabalhadores na marcha da empresa, como a propriedade social. De fato, a burguesia manifestou muito claramente sua rejeição a contar com os trabalhadores na marcha de “suas” propriedades e mais ainda na possibilidade de que eles pudessem chegar a controlá-las majoritariamente. As comunidades de trabalho não só impedem a captação total dos excedentes à burguesia como criam o contexto que desautoriza a legitimidade do *controle* da classe dominante sobre os meios de produção. Daí que a burguesia desde o primeiro momento propusesse que os benefícios distribuídos pelas empresas fossem de caráter individual e não coletivo; da mesma forma, propôs que os trabalhadores, individualmente, se tornassem sócios-acionistas da empresa.

O segundo tipo de decisões que atingiu a burguesia foi o de caráter estritamente ideológico: a reforma da educação e a estatização da imprensa. Através de ambas as medidas o GRFA criou um novo âmbito ideológico, que ao mesmo tempo em que propiciava a formação de novos valores sociais, depreciava a legitimidade do capitalismo, e favorecia relativamente as reivindicações populares. Desta maneira, entre a comunidade de trabalho e os novos conteúdos ideológicos da educação e da imprensa, os empresários alegam que foram deslocados os princípios de autoridade e hierarquia, tão caros à instituição castrense, propiciando o desmantelamento da produção e a motivação para investir, dada a falta de “um clima de confiança”.

Daí resulta que o Estado, até 1975, se encontrasse entre dois fogos: o das classes populares e o da burguesia, classes que por razões diferentes não entram no jogo de conciliação de classes e não se enquadraram na organização corporativa disposta pelo Estado.

Dissemos acima que a política econômica do governo se fundava num redistribucionismo segmentário, complementado pelos fatores de acumulação que os empréstimos internacionais alentavam. A isso deve-se acrescentar a alta dos produtos da exportação, que se encontravam na maioria estatizados em 1974. Por causa da recessão internacional, os preços dos artigos iniciaram uma queda considerável, entre eles e cobre. Por outro lado as perspectivas relativas ao petróleo se esfumaram, já que não se encontrou o tão desejado Eldorado. Tudo isso se somou para criar uma difícil situação financeira que afetava duramente a balança comercial e a de pagamentos. De fato, em 1975 o Peru foi um dos quatro países do mundo mais atingidos nesse sentido: o serviço da dívida e o

déficit comercial davam um total equivalente ao valor total de suas exportações anuais.

Havia, portanto, a necessidade de reajustar a marcha do “processo” revolucionário. Em primeiro lugar, “pôr em seu lugar” os trabalhadores que buscavam defender-se da queda de seus rendimentos por causa da inflação em marcha. Mas também o GRFA experimentava uma crescente incapacidade política frente às mobilizações populares que escapavam a toda tentativa de enquadramento corporativo. Foi assim que de dentro do governo se implementou o Movimento Trabalhista Revolucionário (MLR) destinado a destruir o sindicalismo classista, com o claro e aberto apoio governamental. O gangsterismo sindical que os altos comandos militares propiciavam abertamente e que contradizia francamente todos os sonoros compromissos populares do GRFA provocou um protesto generalizado, no qual se inscreveram os ideólogos reformistas que o regime havia pinçado na imprensa estatizada, com o apoio de alguns generais da ala esquerdista do governo.

Velasco, ademais, favoreceu uma tácita aliança entre o MLR e a Apra — que esperava e alentava pacientemente a deterioração do governo militar a fim de desbaratar a crescente autonomia das classes populares e a crescente penetração dos grupos da esquerda revolucionária no seio do movimento popular. A nova situação fez com que se repetisse o cenário do último período belaundista: os elementos radicais dentro do governo consideraram abertamente que esta aliança supunha uma reversão do processo. Velasco, num arrebatamento personalista, tendência que se tinha vindo afirmando nos últimos anos e que é intrínseca à burocratização do poder, expropriou a Marcona Mining a fim de resgatar sua imagem nacionalista, transgredindo as negociações em curso. Por causa disso, a empresa multinacional bloqueou o transporte e a comercialização do ferro, num momento de aguda crise econômica. Novamente o governo norte-americano propiciou o estabelecimento de negociações que conduziram a um acordo, acalmando a ansiedade dos meios financeiros internacionais.

A isso somou-se que em agosto de 1975 Velasco deportou, uma vez mais, um conjunto de jornalistas, dirigentes sindicais e advogados que criticavam duramente o apoio governamental ao MLR e a onda de ilegalizações de greves, assim como as medidas econômicas ditadas para remediar a crise.

Assim, as dissidências internas ao regime e o confronto popular com o governo acentuavam a crise política do GRFA. Mas a isso vinham juntar-se as fissuras internas na instituição militar. Uma greve da polícia, que foi esmagada com o máximo de rigor, pôs em evidência as diferenças existentes no seio da força armada, e que se haviam mostrado anteriormente entre o exército e a marinha, quando esta rejeitou a estatização da imprensa. Por causa da greve policial, que deixou Lima por três dias sem proteção, desatou-se um verdadeiro motim popular, com o conseguinte saque às casas comerciais, sem que nenhum contingente “revolucionário” estivesse em condições de opor resistência

aos atos desorbitados de duas mil pessoas. Ao cabo de três dias, a entrada do destacamento blindado localizado na cidade, que metralhou impunemente a população dos bairros periféricos, acabou com esta manifestação popular.

Finalmente, durante os meses de julho e agosto, criou-se uma tensa situação fronteiriça com o Chile e a Bolívia, o que obrigou os comandos militares a retomarem o poder que Velasco detinha. Em 29 de agosto de 1975, num novo ato institucional, os comandantes das regiões militares depuseram Velasco e o obrigaram a renunciar. Naquela tarde, Velasco, tal como Belaúnde sete anos antes, saiu sozinho de palácio, passando despercebido pela população de Lima.

Em resumo, a política de conciliação de classes que procurava estabelecer-se através de uma organização corporativa, que deveria encapsular e despolitizar as classes populares, viu-se incapaz de materializar-se devido à decidida luta dos setores populares, uma vez que suas reivindicações redistributivas e de democratização política não se tornavam efetivas. A mesma tendência organizativa e ideológica que havia criado o governo voltava-se agora contra ele.

A burguesia tampouco aceitou o pacto social formulado pelo governo militar, já que as reformas atentam contra sua hegemonia econômica e especialmente política. Foi assim que Velasco deu uma guinada completa, abrindo uma vertente “fascistóide” através do MLR, com o qual buscava derrotar a organização popular e oferecer a paz social que a burguesia e o imperialismo exigiam para resolver os problemas da nova conjuntura econômica em que se inseria o Peru.

Mas era tarde demais. Aquela guinada política desatou uma luta de classes que ultrapassava os níveis que o GRFA podia tolerar politicamente. Assim, as forças armadas, ou melhor seus comandos, procuraram através da deposição do chefe “indiscutido e indiscutível da revolução” congelar a situação e fazer os necessários ajustes.

XI. A SEGUNDA FASE, OU “A PRIMAVERA DA REVOLUÇÃO”

A mudança na direção do GRFA esteve marcada, em seu começo, por duas tendências bem marcadas: por um lado, facilitar uma política de “abertura democrática”, e por outro, executar os reajustes econômicos que propiciassem o restabelecimento da saúde econômica do país. Tal como o proclamara um general, entrava-se numa fase caracterizada pela nova política econômica — fazendo comparações com a NEP*.

Quanto à “abertura democrática”, o governo procurou distanciar-se de todas as figuras que simbolizassem o primeiro período, ou a primeira fase, da revolução. Levou-se aos tribunais um sem-número de generais e de civis que

* NEP = Nova política econômica, instituída por Lênin na URSS entre 1921-29 (N. do T.).

o rumor público acusava de corrupção. Ademais, permitiu-se o regresso dos deportados e a reimpressão de um grande número de revistas que se situavam tanto à esquerda quanto à direita do governo. Desmantelou-se o MLR, abrindo caminho para que se tornassem públicos os conflitos internos da CRTP.

Da mesma forma, o governo presidido pelo general Morales Bermúdez procurou ampliar o respaldo popular ao regime desenvolvendo “diálogos” com o “povo”, diálogos que ele havia inaugurado no princípio do ano ao ser nomeado, por razões de hierarquia, primeiro-ministro e ministro da Guerra. Mas além disso, Morales sugeriu ao presidente da CNA a necessidade de criar uma frente de defesa da revolução peruana na qual se incluíam os setores militantes do “processo”. Mas novamente as mesmas razões para vetar o partido da revolução continuaram valendo para que este projeto não se tornasse realidade. O problema básico, agora, era depurar as instituições estatais dos “infiltrados” de esquerda, que supostamente buscavam “torcer” o rumo da revolução.

Todas estas medidas, porém, mostraram-se rapidamente contraproducentes para a preservação do regime, já que não faziam mais do que aguçar a contenda política. De fato, tal como se disse, o ano de 1975 foi de aguda crise econômica: recessão e inflação corriam lado a lado. Por isso, em junho se havia começado a lançar as bases de uma política estabilizadora que assinala, muito mais que todos os discursos e promessas, a realidade da revolução peruana. Então, restringiram-se os subsídios aos produtos básicos — alimentos e combustíveis — o que, ao não se acompanhado de um proporcional reajuste salarial, provocou uma nova fase de hostilidade popular, assim como das classes médias. Em setembro, o novo governo desvalorizou em 17 por cento a moeda nacional, o que aguçou as tendências inflacionárias da economia. Em tais condições, a luta popular alcançou níveis que o governo se via incapaz de resolver senão pela repressão. O governo resgatou um velho decreto que se havia imposto havia cinquenta anos, limitando o direito de greve, e encarcerou dirigentes e advogados sindicais, buscando assim reprimir a ação das massas.

Em janeiro de 1976, o ministro da Economia, o primeiro civil a integrar o gabinete, diante da gravidade da situação fiscal, decretou um plano de reativação econômica que, apesar de seu título, tinha uma clara conotação estabilizadora e pró-FMI, o que golpeou ainda mais duramente a grande maioria dos trabalhadores. É claro que, como diz Portocarrero, “esta política econômica tem uma orientação fundamental: proteger os lucros do capital privado e estatal, assim como os recursos do fisco, por um lado, e descarregar as consequências da crise sobre os setores populares e as camadas médias assalariadas, por outro”.

Apesar das restrições às greves, elas tiveram um crescimento insólito na vida sindical, o que tornava o governo incapaz de resolver sua situação com os interesses internacionais e com a burguesia local. Por outro lado, a burguesia

sia se somou à pressão sobre o Estado para que se desfizessem as comunidades industriais, para que se restringisse a autonomia da imprensa e se disciplinasse o movimento operário, a fim de contribuir para o ajuste da crise econômica. Assim, o caráter conciliatório pregado pelos militares se viu cada vez mais retalhado pelo embate das classes fundamentais da sociedade.

Enquanto perseguia o movimento popular, o GRFA, em sua segunda fase “primaveril”, foi concedendo espaço à burguesia, como uma clara mensagem de que buscava sua aproximação. A mais importante concessão foi a lei da pequena empresa, que limitava a ação das comunidades de trabalho. A segunda mensagem foi a demissão dos diretores dos jornais, colocando a imprensa sob o estrito e total controle do Sistema Nacional de Informação.

Este contínuo distanciamento do GRFA das aspirações populares e aproximação das exigências da burguesia culminaram em julho de 1976, quando o governo provocou uma nova desvalorização de 44 por cento, inaugurando posteriormente uma sucessão de minidesvalorizações. Conjuntamente a isso, e devido aos protestos populares, decretou o estado de sítio, e toque de recolher, o fechamento das revistas e por último o estado de emergência nacional, que proíbe formalmente as greves e as reuniões políticas e sindicais. No mesmo mês de julho, tornou-se patente uma divisão nos comandos militares-governamentais pelo caráter de tais medidas, razão pela qual foram eliminados aqueles generais reformistas que ainda restavam no GRFA e que simbolizavam o projeto original de 3 de outubro de 1968. Por último, em novembro de 1976, o presidente, numa reunião oficial com a burguesia, anunciou a reorganização das comunidades de trabalho. A distribuição dos dividendos e das ações teria um caráter individual no futuro, e as comunidades participariam somente em até 33 por cento do capital da empresa, em vez dos 50 por cento originais.

A isso se soma que vários generais-ministros se têm declarado favoráveis à inversão privada e à estrangeira, que traz capitais, tecnologia e permite ampliar o mercado externo para as exportações peruanas, favorecendo o restabelecimento da saúde econômica. Em breve, num momento seguinte, poder-se-ia novamente tentar levar a cabo o projeto comunitário do país. Hoje em dia, o objetivo seria produzir mais, com maior “eficiência”. Entrementes, a repressão popular vai aumentando, apesar das boas intenções de alguns cristãos.

A contínua marcha do GRFA rumo a uma política burguesa e pró-imperialista, que supõe a redução dos direitos sociais e políticos da população, volta a estabelecer a luta política em seus justos termos, eliminando o suposto caráter conciliatório e autônomo do Estado militar no Peru.

XII. BIBLIOGRAFIA

ARGUEDAS, José María, *Formación de una cultura nacional indoamericana*, México, Siglo XXI, 1975.

- BARRIENTOS CASOS, Luis Felipe, *Los tres sindicalismos*, Lima, Ed. Continental, 1958.
- BASADRE, Jorge, *Historia de la República del Perú, 1822-1933*, Lima, Ed. Universitaria, 1968-1969, 18 vols.
- BELAÜNDE, Víctor Andrés, *Meditaciones peruanas*, Lima, Talleres Gráficos Villanueva, 1963.
- DISCO 241 - UNIV.BRAS. - AMERICA LATINA - 14.7.88 - ELZA - ARQ.192.47 - LAUDAS 415 A 418
- BOURRICAUD, François, *Poder y sociedad en el Perú contemporáneo*, Buenos Aires, Editorial Sur, 1967.
- BOURRICAUD, F., BRAVO BRESANI, J. et al., *La oligarquía en el Perú*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, Moncloa-Campodónico Editores, 1969.
- CÁCERES, José Raúl, *El pasmo de una insurgencia: Ensayo de interpretación de la realidad política peruana*, Lima, Ed. Perú, 1942.
- CALDERÓN COCKVURON, et al., *Perú, 1968-1973. Cronología política*, Lima, Editorial DESCO, 1975.
- CAREY, J., *Peru and the United States 1900-1962*, Notre Dame, Indiana, Notre Dame University Press, 1964.
- COTLER, Julio, *Crisis política y populismo militar en el Perú*, Lima, mimeog., Instituto de Estudios Peruanos, 1969.
- _____, *Clases, estado y nación en el Perú*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1978.
- CHIRINOS SOTO, Enrique, *Perú frente a junio de 1962*, Lima, 1962.
- DELGADO, Carlos, *Problemas sociales en el Perú contemporáneo*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl, *Pensamiento aprista*, Lima, Editorial Pueblos, 1961, 5 vols.
- KAPSOLI, Wilfredo, *Luchas obreras en el Perú por la jornada de las ocho horas*, Lima, 1969.
- KLAREN, P., *La formación de las haciendas azucareras y los orígenes del Apra*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1972.
- MALPICA, Carlos, *Los dueños del Perú*, Lima, Editorial Peisa, 1975.
- MARIÁTEGUI, José Carlos, *El proletariado y su organización*, México, Ed. Grijalbo, 1970.
- _____, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima, Empresa Editora Amauta, 1968.
- MARTÍNEZ DE LA TORRE, Ricardo, *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social del Perú*, Lima, Empresa Editora Peruana, 1947-49, 4 vols.
- MATOS MAR, José et al., *El Perú actual: sociedad y política*, México, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 1970.
- _____, *Perú hoy*, México, Siglo XXI, 1975.
- PARRA, Pedro, *Bautismo de fuego del proletariado peruano*, Lima, Ed. Horizonte, 1969.
- PAYNE, James L., *Labor and politics in Peru*, New Haven, Yale University Press, 1965.
- PEASE GARCÍA, Henry, *Perú 1968-1973, cronología política*, Lima, Editorial DESCO, 1975. vol. I.
- QUIJANO OBREGÓN, Aníbal, *Nacionalismo, neoimperialismo y militarismo en el Perú*, Buenos Aires, Ed. Periferia, 1971.
- SÁNCHEZ, Luis Alberto, *Testimonio personal. Memorias de un peruano del siglo XX*, Lima, Editorial Villasán, 1969, 3 vols.
- SHARP, D. et al., *Estados Unidos y la revolución peruana*, Buenos Aires, Editorial Suramericana, 1972.
- SULMONT, Denise, *Historia del movimiento obrero*, Lima, Universidad Católica de Perú, 1976.
- VALDERRAMA, Mariano, *Siete años de reforma agraria*, Lima, Universidad Católica de Perú, 1976.
- VILLANUEVA, Víctor, *El Apra en busca del poder: 1930-1940*, Lima, Ed. Horizonte, 1975.
- _____, *El militarismo en el Perú*, Lima, Ed. T. Scheuch, 1962.
- ZITOR, *Historia de las principales huelgas y paros obreros habidos en el Perú*, manuscrito, 1946 (Manuscrito El-221 na Sala de investigações bibliográficas, Biblioteca Nacional do Peru).

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO NA VENEZUELA: 1926-1975

D. F. Maza Zavala

I. INTRODUÇÃO

A sociedade venezuelana se organiza — através da história — sobre a base da exploração de um produto originado no setor primário da economia. Durante a última fase da era colonial — século XVIII — o cacau representou essa condição¹. O cacau foi cultivado extensivamente em terras baixas, próximas à costa, de clima cálido e úmido; e em sua produção — destinada quase totalmente à exportação — se empregou principalmente a força de trabalho escrava, procedente da África. Depois da guerra da independência, nas primeiras décadas do século XIX, e até a terceira década do século XX, o café constituiu a base econômica concreta, e seu cultivo — menos extensivo que o do cacau — fez-se em encostas de montanha, em clima mais fresco, à sombra dos mognos, abacateiros e outras árvores frondosas, com o emprego de força de trabalho de certo modo *enfeudada*² e em parte livre, sob as formas de “colonato”, “parceria” e outras, que consistem numa relação mista de trabalho e arrendamento entre os *coloros-peões* e os fazendeiros latifundiários. O café também era destinado em sua maior parte à exportação. Na segunda década do século XX começou a exploração comercial de petróleo por companhias estrangeiras, e perto de 1926 o valor desta mercadoria superava o dos produtos agrícolas tradicionais — café, cacau, principalmente — na exportação. A partir de então, o petróleo constituiu a base de sustentação da economia venezuelana e as relações geradas por sua extração e comercialização têm formado o núcleo da dinâmica social do país. Cada etapa caracterizada pela exploração econômica de um produto primário — cacau, café, petróleo — deixou marcas na estrutura econômico-social; mas não se trata de uma simples justaposição de resíduos históricos, e sim de uma complexa incorporação com múltiplas vinculações e transformações, através das quais esse processo veio a constituir a realidade que se costuma chamar *heterogeneidade estrutural* da economia. Esta heterogeneidade ou complexidade, logo de saída, tem um condicionador principal, a *relação de de-*

1. Outros produtos exportáveis — tabaco, couros, anil, algodão — foram os mais importantes nos séculos XVI (último terço) e XVII, época que se poderia qualificar como a “formação da economia e da sociedade venezuelanas”. Ainda no século XVIII esses produtos tinham considerável significação do comércio exterior das províncias venezuelanas.

2. A força de trabalho *enfeudada* — por semelhança aproximava com o sistema feudal — era que a permanecia vinculada às fazendas, em cujos domínios os trabalhadores dessa condição tinham seus ranchos e *conucos* — ou pequenas culturas de café — e mediante endividamento com os fazendeiros convertiam-se em verdadeiros servos que não podiam abandonar a fazenda sem permissão do dono.

pendência do país para com o sistema capitalista mundial, ou mais propriamente, o modo de incorporação deste país ao mencionado sistema. É por isso que a análise do processo histórico, seja qual for o período ou a época que se considere, tem de ser feita tendo como centro aquela relação; especificando-a, ademais, no tempo concreto ao qual se refere a análise.

II. ASPECTOS RELEVANTES DA ANÁLISE

O período escolhido compreende de 1926 a 1975, inclusive. Estimei conveniente dividi-lo em subperíodos, determinados pelos fatos, modificações, conjunturas e processos que ocorreram nos planos econômico, político e social, em função de sua importância para a explicação da realidade contemporânea do país. Tais subperíodos são: 1926-35; 1936-45; 1946-57 e 1958-75. Em cada subperíodo são examinados os seguintes aspectos: a) o regime de produção em seu mais amplo sentido, com a profundidade conceitual que o desenvolvimento das ciências sociais permite; b) o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em relação à base econômica; c) a dinâmica de classes, considerando seus distintos componentes; d) o movimento demográfico à luz dos fatores econômicos e sociais que nele influem; e) o caráter, a composição e o desenvolvimento do poder político no contexto da realidade econômico-social; f) as conjunturas econômicas e políticas que deixaram marcas em cada período estudado.

A periodização é sempre um problema para o estudo histórico. Os critérios gerais podem ser diferentes, e com frequência se estabelecem compromissos para organizar um conjunto ponderado e significativo desses critérios. Obviamente, é preciso descartar a simples descrição dos fatos em sua sequência histórica; e se o indicado é a análise para a busca da verdade, que deve resultar no esclarecimento dos fatores que determinaram o curso dos fatos, modificações, transformações e mudanças que fizeram época, é indispensável selecionar critérios chaves, segundo os quais se organizam os dados históricos para a formulação de juízos integrais. Na minha opinião, o critério fundamental é a estrutura econômica, e os critérios relativos a esta, derivados ou complementares, desempenham as correspondentes funções. Assim, pois, a dinâmica de classes e a do poder público emergem da realidade estrutural, sem que isso signifique uma dependência pura e simples, absoluta e direta, como um determinismo primário poderia fazer crer. Existe uma interação complexa entre as relações básicas da atividade econômica, o desenvolvimento das forças produtivas, a organização da sociedade e o modo de governo — o qual compreende, também, a evolução cultural, o movimento da população, as ideologias, os padrões de vida etc. —, que constitui em essência o curso da história. Tal é o fio condutor desta análise.

III. ANTECEDENTES

Antes de analisar os fatos correspondentes ao tempo compreendido entre os anos de 1926 e 1975 — o objeto deste estudo —, convém fazer referência a alguns antecedentes que permitem interpretar melhor a história do meio século que agora nos ocupa. Esses antecedentes remontam a 1830 e põem em evidência as etapas de maior significação da vida venezuelana do século XIX e começos do XX.

1. A Oligarquia (1830-58)

Em 1830 a Venezuela se separou da Grande Colômbia — formada pela Nova Granada (hoje Colômbia), Cundinamarca (hoje Equador) e Venezuela, em 1821 — e constitui-se em república independente. O regime adotado foi centralista, mas com autonomia das províncias³. Predominou a oligarquia conservadora até 1847, quando foi substituída pela oligarquia liberal⁴, que por sua vez foi substituída por uma breve sucessão de governos provisórios, alguns de índole ditatorial, enquanto se desenvolvia, a partir de 1859, o movimento denominado “Revolução Federal” que deu origem a uma encarniçada guerra civil a qual, depois de diferentes contingências de triunfos e derrotas, culminou com a vitória dos “federais” em 1863. A estrutura econômica do país não sofreu variações sensíveis no trânsito da situação colonial para a republicana. A forte concentração da propriedade territorial agrária, com as características essenciais do latifúndio colonial, permaneceu depois da guerra de independência, embora a propriedade tenha parcialmente mudado de donos; o próprio general Páez, herói da gesta emancipadora que em suas mocidades tinha sido peão da planície e chegou a ser o primeiro presidente da Venezuela, apoderou-se de muitas e largas terras, assim como o fizeram outros caudilhos da independência, como os Monagas. A escravidão continuou juridicamente vigente até 1854, quando foi decretada sua abolição e o governo pagou indenização aos donos de escravos. Um regime parecido com a servidão prevaleceu no campo para boa parte da força de trabalho juridicamente livre, mas na realidade atada à fazenda ou à plantação mediante vínculos econômicos⁵. O direito de usura sem limites foi consagrado por lei com penas de expropriação de bens para o devedor insolvente e até de prisão para o falido⁶. Os direitos políticos eram

3. José Gil Fortoul, *Historia constitucional de Venezuela*, Caracas, Venezuela, Ministério da Educação, 1954, t. 2º, pp. 19-20.

4. *Ibid.*, pp. 7-8.

5. Federico Brito Figuerosa, *Historia económica y social de Venezuela*, Caracas, UCV, 1966, t. I, p. 250.

6. Lei de 10 de abril de 1834, criticada pelo conservador Fermin Toro em sua obra *Reflexiones sobre la ley de 10 de abril de 1834*.

reservados aos cidadãos que desfrutassem de bens de fortuna ou de receitas superiores a certo mínimo estabelecido⁷. A educação, evidentemente, era privilégio de minorias. A Venezuela era um país disperso, com poucas vias de comunicação quase todas orientadas para os portos, uma população escassa que tinha sido dizimada pela guerra e continuava sob os açoitamentos das endemias e epidemias, da miséria e outras calamidades⁸.

As relações econômicas com o exterior consistiam na exportação de café, cacau, tabaco, algodão, couros e produtos menores, em troca de manufaturados e alimentos de certa qualidade para o consumo das classes dominantes; os mercados compradores e vendedores mais importantes eram os europeus, em primeiro lugar a Inglaterra. Havia uma dívida externa causada pelo financiamento da guerra emancipadora e por empréstimos que se contrataram em nome da Grande Colômbia, dos quais correspondia à Venezuela amortizar uma parte proporcional. As finanças públicas, débeis e precárias, saneavam-se, apesar de tudo, paulatinamente.

A classe dominante fundamental era a dos latifundiários plantadores e pecuaristas. Os comerciantes e agiotas gozavam de influência na sociedade mediante o domínio do capital comercial e financeiro. O artesanato era pouco numeroso. Não existiam indústrias consideráveis. A população era em sua grande maioria rural e as cidades eram pequenas. Caracas, a capital, não passava dos 50 mil habitantes em 1847. A guerra de independência — interpretada por alguns sociólogos e historiadores venezuelanos⁹ como luta de castas e classes, mais propriamente como conflito interno que como guerra internacional — contribuiu significativamente para a diminuição da desigualdade social, entendida esta no sentido étnico e sociológico mais que no econômico; a mestiçagem se estendeu e o mestiço adquiriu consciência de sua existência, de tal modo que se considerava igual ao branco, ao “mantuano”* ao senhor, ao oligarca. Este sentido da igualdade se afirmaria e se aprofundaria como consequência da “Revolução Federal”.

No período 1830-58, de predomínio político da oligarquia — conservadora, primeiro, liberal depois —, a luta política teve lugar com crescente intensidade e violência. O segundo presidente da República, o médico José María Vargas, foi transitoriamente derrubado por uma conspiração, mas rapidamente restabelecido no posto pela intervenção militar e política do general Páez, então caudilho indiscutível do país. Todavia, pouco depois o doutor Vargas — incapaci-

7. Josér Gil Fortoul, *op. cit.*, pp. 2-22.

8. Carlos Irazábal, *Venezuela esclava y feudal*, Caracas, Pensamiento Vivo, 1964, pp. 172-173.

9. Laureano Vallenilla Lanz, *Cesarismo democrático*, 3ª ed., Caracas, Tipogr. Garrido, 1952, pp. 1-30.

* *mantuano*: na Venezuela, branco descendente de nobres espanhóis (N. do T.).

tado para o governo — renunciou à presidência e o substituíram, com caráter provisório, o doutor Narvarte primeiro e o general Soublette (prócer da independência) depois. Durante estas interinidades ocorreram outras tentativas de rebelião armada, facilmente vencidas. O general Páez assumiu pela segunda vez a presidência, constitucionalmente, durante o período 1839-43 e sucedeu-lhe Soublette no período 1843-47, com quem terminou a fase denominada “oligarquia conservadora”.

A luta entre conservadores e liberais durante o período 1830-47 praticamente não cessou. Os liberais exigiam maiores liberdades públicas, o império efetivo das garantias constitucionais, a elevação da dignidade da cidadania, a igualdade democrática; mas o que sobretudo motivou o movimento liberal concretamente foram duas palavras de ordem: homens novos na direção e administração da República e alternabilidade efetiva. Em 1840 foi fundado o jornal *El Venezolano*, sob a direção de Antonio Leocádio Guzmán, órgão que estimulou e orientou — ainda que demagogicamente — uma corrente de descontentamento popular antioligárquico e que havia de acender as primeiras chamas da guerra federal. Nas eleições presidenciais de 1846, o candidato oficial — conservador, apoiado pelo presidente Soublette — ia ser o general Rafael Urdaneta, prócer da independência, mas que morreu no ano anterior. Ante a confusão que esse fato causou nas fileiras do Partido Conservador, o general Páez, seu chefe, articulou a candidatura do general José Tadeo Monagas, decisão contraditória pois Monagas se havia mostrado em diferentes ocasiões adversário do Partido Conservador; mas Páez pretendia ganhar para si a vontade de Monagas para obter uma conciliação que assegurasse a paz à República. Os liberais chamados “guzmancistas” tinham como candidato à presidência Antonio Leocadio Guzmán. Com a intenção de buscar uma fórmula de transição que evitasse o confronto, até armado, entre paezistas e guzmancistas — em princípio, conservadores e liberais — o general Santiago Mariño promoveu uma entrevista entre Páez e Guzmán, mas enquanto se gestionava a reunião, alguns partidários de Guzmán se levantaram em armas e o próprio Guzmán foi feito prisioneiro. Entre os alçados esteve Ezequiel Zamora — que anos depois seria a figura popular mais importante do movimento federalista e seus seguidores proclamaram-no “General do Povo Soberano” (título com que passou à história) ao mesmo tempo em que içavam uma bandeira amarela com a inscrição: “Eleição popular, princípio alternativo, ordem, horror à oligarquia”, que logo seria a insígnia do federalismo e do longo predomínio que os caudilhos federalistas exerceram no país sob a denominação de Partido Liberal Amarelo. Guzmán foi julgado e condenado à morte; mas José T. Monagas, que acabou eleito presidente em 1846 — em eleições nas quais o mesmo Guzmán obteve o terceiro lugar —, comutou-lhe a pena pela de dez anos de prisão, que tampouco cumpriu, pois conseguiu fugir do cárcere e pouco depois alistou-se no

exército regular “como se nada tivesse acontecido”¹⁰. A acusação principal que pairou durante o julgamento sobre Guzmán foi sua campanha sistemática a partir do jornal *El Venezolano*, na qual incitava à rebelião contra o governo e os oligarcas “godos”. Embora Guzmán fosse um demagogo, hábil e inteligente, suas idéias de renovação, liberdade, reformas, alternabilidade, igualdade e outras típicas do liberalismo animaram uma causa popular, identificada pelo ódio aos “godos” — nome aplicado aos conservadores que durante a luta pela independência se mostraram indiferentes à causa republicana, quando não eram abertamente realistas, sem que isso signifique que todos os conservadores mereciam o qualificativo de “godos” nesse sentido — e pela ânsia de novos rumos na política, na administração e nas condições de vida do povo.

José T. Monagas, presidente eleito em 1846, pouco depois de assumir o posto em 1847 deixou frustradas as esperanças dos conservadores ao colocar nos cargos principais do governo e do exército alguns notórios liberais e amigos seus, razão pela qual os conservadores se declararam em oposição. A luta política ganhou muita intensidade nos últimos meses de 1847, e o confronto entre conservadores e liberais ameaçava chegar ao ponto de conflito armado. Quase ao finalizar o ano, a deputação provincial de Caracas, dominada pelos conservadores, decidiu acusar o presidente Monagas ante o Congresso da República em suas sessões ordinárias de 1848, as quais se iniciaram em 23 de janeiro. Apenas instalado o Congresso, decidiu-se por maioria a transferência da sede para Puerto Cabello, para garantir a segurança, já que ia ventilar o juízo de responsabilidade contra Monagas. Em 24 de janeiro, enquanto o ministro do Interior apresentava na Câmara de Representantes a mensagem anual do presidente, uma multidão congregada numa praça vizinha, agitada pelo rumor de que o ministro, liberal, estava preso ou em risco de vida no recinto legislativo, aglomerou-se às portas deste com o intento de forçar a entrada; a guarda designada pelo Congresso quis opor-se à turba e no choque armado houve mortos e feridos, incluídos parlamentares que se apressaram em sair à rua, entre eles o ilustre administrador Santos Michelena, honesto e brilhante homem público, que morreu em 12 de março em consequência dos ferimentos recebidos. Na Câmara do Senado, de modo diferente, a sessão se desenvolveu sem atropelos. Ante o fato consumado do ataque ao Congresso, por obra da multidão embora os conservadores tenham culpado o presidente Monagas, este tentou restabelecer a normalidade, o que pôde conseguir sem maiores dificuldades. Por uma ou outra razão, o Congresso, a partir de 25 de janeiro de 1848, se fez propício aos desígnios de Monagas, o qual nessa ocasião, em tertúlia de amigos e partidários, pronunciou uma frase histórica: “a Constituição serve para tudo”.

10. José Gil Fortoul, *op. cit.*, p. 276.

O dia 24 de janeiro de 1848 encerrou a etapa da oligarquia conservadora e abriu a da oligarquia liberal sob o governo dos Monagas. Entre as obras positivas da oligarquia conservadora há que se mencionar: a organização da fazenda pública, a honestidade no manejo dos fundos do Estado, a vigência da liberdade de cultos, de expressão e outras que configuram o regime democrático formal; registrou-se algum progresso material e avanço intelectual, restrinvido, é claro, a minorias privilegiadas. Entre os fatos negativos destacamos: a conservação quase intacta da ordem econômica-social herdada da colônia — latifúndio senhorial, escravidão, entre outros elementos —, a restrição do direito eleitoral a uma minoria de proprietários e receptores de altos salários, a onipotência dos usuários respaldados pela lei e a incapacidade dos pequenos e médios proprietários ante a expropriação de seus bens feita pelos agiotas. Não foi um período de paz pública, pois ocorreram revoltas e levantamentos armados que consumiram mais de quatro dos dezessete anos de domínio conservador. No plano econômico este regime praticou, dentro das limitações impostas pelas sobrevivências do regime feudal-escravista, o liberalismo, então em seu apogeu nos países capitalistas de maior desenvolvimento.

A oligarquia liberal (1848-58) governou com o selo personalista de José T. Monagas e o nepotismo dos Monagas (duas vezes foi presidente José Tadeo e uma vez seu irmão José Gregorio). O fato mais notável deste período foi a libertação dos escravos por decisão oficial, mediante pagamento de indenização aos donos, tomada no ano de 1854. O montante da indenização foi calculado em três milhões de pesos. Algumas reformas legais progressistas foram realizadas, entre elas a moderação da liberdade dos contratos para proteger relativamente o devedor e a abolição parcial da restrição do direito eleitoral mediante a eliminação do requisito de posse de patrimônio ou renda para o exercício do sufrágio em primeiro grau. Em matéria econômica, o período da oligarquia liberal se caracterizou por algumas iniciativas importantes para promover o crescimento do país, mas em sua maioria essas iniciativas não prosperaram pela má administração, pela recrudescência dos conflitos armados e pela crônica deterioração da fazenda pública. Ditaram-se algumas medidas para favorecimento da indústria e da agricultura, a melhora do sistema de transporte — inclusive o estímulo à construção de ferrovias e às rotas aquáticas — e o aumento da imigração. Em 1856 estendeu-se a primeira linha telegráfica que houve no país. Todavia, a administração foi muito deficiente e a manipulação da fazenda pública não se fez com a honestidade que havia caracterizado a etapa da oligarquia conservadora. Por outro lado, as condições de vida da grande massa popular, especialmente o campesinado, não melhoraram, salvo a libertação da força de trabalho escrava que se converteu em força de trabalho sob situação de servidão na prática, embora juridicamente livre. A estrutura econômica com base na grande propriedade territorial agrária não sofreu mudanças na etapa liberal; o capital comercial e usuário continuou a exercer influên-

cia na vida econômica, social e política, embora com menos força que durante a etapa conservadora. Em 1856, o presidente José Tadeo Monagas tentou promover uma confederação grã-colombiana, que de certo modo se aproximaria da unidade grã-colombiana criada sob a inspiração e a direção de Bolívar em 1821; mas não teve êxito.

Os conservadores, ainda que derrotados na arena pública, não abandonaram suas esperanças e tentativas de retornar ao poder político, e se empenharam em vários alçamentos armados entre os quais alguns foram conduzidos pelo próprio general Páez; mas fracassaram, e seus dirigentes foram castigados com cárcere e exílio. Mediante a reforma da Constituição efetuada em 1857 o general José T. Monagas fez-se reeleger presidente para um novo período a começar em 1858; mas irrompeu uma revolta armada contra o continuísmo e o personalismo monaguense, encabeçada aparentemente por um obscuro oficial, o general Julián Castro, embora, na verdade, promovida por uma aliança de liberais e conservadores; em 15 de março Monagas apresentou sua renúncia, vendo-se perdido sem que se disparasse um só tiro sequer. Terminou assim a etapa da oligarquia liberal e começou um período de comoção, revoltas e motins, em cuja conjuntura emergiu o movimento da Federação.

2. A federação

No mês de fevereiro de 1859 estourou o movimento federalista, com o pronunciamento da província de Coro. O general Ezequiel Zamora desembarcou em La Vela em 22 desse mês junto com vários elementos comprometidos no alçamento. O general Juan C. Falcón foi proclamado primeiro chefe do movimento federalista nacional¹¹. Zamora assumiu o comando militar da província e expediu uma declaração de guerra em 23 de fevereiro de 1859, na qual declarava o começo das ações armadas para conquistar o objetivo da federação. Em 25 de fevereiro de 1859 a província de Coro se constituiu em Estado segundo o princípio organizativo federal e nessa oportunidade foram expedidos o programa e os estatutos do movimento, entre cujos pronunciamentos básicos figuravam: a abolição da pena de morte, liberdade absoluta de imprensa, de trânsito, de associação, de representação e indústria; proibição perpétua da escravidão, inviolabilidade do domicílio, da correspondência e dos escritos privados; liberdade de cultos, *inviolabilidade da propriedade*, direito voluntário de residência, independência absoluta do poder eleitoral, eleição universal, direta e secreta, administração de justiça gratuita, abolição da prisão por dívida, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, tratamento oficial único de “ci-

11. Lisandro Alvarado, *História de la Revolución Federal en Venezuela*, Caracas, Ministério da Educação, 1956, pp. 101-102.

dadão” e “usted”¹². As vinte províncias que então formavam a República deviam constituir-se em outros tantos Estados autônomos, unidos num pacto federal. Zamora teve êxito em sua campanha militar, com táticas de ataque-surpresa, e se converteu no caudilho de camponeses e habitantes das planícies, na esperança dos despossuídos e no terror dos oligarcas. O Conselho Municipal de Barinas em decreto de 14 de junho de 1859 lhe conferiu o título de Valente Cidadão”. No sítio de San Carlos perdeu Zamora a vida, em 10 de janeiro de 1860, em circunstâncias não *muito bem esclarecidas*, mesmo à época. Com sua morte, a causa popular dentro do movimento da Federação perdeu seu chefe mais tenaz, decidido, conseqüente e aguerrido, tanto militar quanto política e ideologicamente. Pode-se dizer que se Zamora houvesse sobrevivido à guerra federal outro teria sido o rumo do país na última metade do século XIX.

A guerra federal foi longa e cheia de contingências, tanto para o lado chamado oligarca ou godo quanto para o federal. Em 24 de abril de 1863 celebrou-se o Tratado de Coche (nome de uma fazenda vizinha a Caracas), subscrito pelos senhores Pedro José Rojas, em nome do governo ditatorial encabeçado por Páez, e Antonio Guzmán Blanco, em nome do movimento federal encabeçado por Falcón. Segundo o tratado, convocar-se-ia uma assembléia nacional trinta dias depois de obtida a aprovação deste: a partir deste momento, terminaria o governo de Páez e se formaria um novo governo; o general Falcón devia ser nomeado chefe do exército e da República e devia terminar a guerra. Com algumas modificações o tratado de Coche foi ratificado em maio do mesmo ano. Em junho se reuniu a assembléia em La Victoria, que nomeou presidente provisório da Federação venezuelana o general Falcón, com Gusmán Blanco na vice-presidência. Páez se retirou da chefia do governo em 15 de julho. Os desacertos, excessos e arbitrariedades do ditador ancião não se justificam por sua senilidade e embaçam sua figura heróica de prócer da independência. Em 1863 começou, portanto, o governo da Federação. Em 18 de agosto de 1863 o general Falcón, já em funções de presidente da República, ditou um decreto no qual consagrava os direitos, garantias e liberdades prometidos no programa da Federação e que, de maneira geral, têm configurado as constituições da República até o presente.

Em que contribuiu a Federação para o desenvolvimento da nação venezuelana? Efetivamente, em pouca coisa, sobretudo se se leva em conta seu elevado custo em vidas e recursos materiais. Os próprios seguidores da causa federal — salvo, desde logo, seus chefes ou dirigentes maiores — não entenderam os objetivos institucionais da mesma. O povo a chamava “federação” e a interpretava como um movimento reivindicador de seus direitos e necessidades, como

12. *Ibid.*, pp. 103-105.

* *usted*: pronome de tratamento respeitoso, equivalente a “senhor”, a “a senhora” no português do Brasil (N. do T.).

se fosse destinada a corrigir a secular injustiça econômico-social da concentração da riqueza e da renda, da exploração e da submissão do campesinado sem terras e em condição real de servidão, da miséria das maiorias frente à abundância desfrutada por uns poucos. Aquilo que prometeu ao povo o movimento de independência meio século antes foi reproduzido em seus proclamas e seus programas pela causa federal, mas, no essencial, nas mudanças tanto econômicas quanto sociais, ambos os movimentos deixaram de cumprir suas promessas. Talvez mesclado com a ambição de poder, tratou de impor-se o afã idealista de reformas profundas em favor dos oprimidos, marginalizados e ofendidos, encarnado tal afã na figura de Ezequiel Zamora, cuja morte — ainda sob suspeita de assassinato — foi sem dúvida oportuna para oligarcas e liberais, para centralistas e federalistas em seus diferentes postos dirigentes que temiam, na realidade, a subversão popular preconizada por Zamora e a ascensão do povo ao exercício real e efetivo da democracia. O poder se impôs e a ordem foi restabelecida sem afetar a base econômica e social; tudo se reduziu a algumas mudanças de nomes e de instituições políticas, à ampliação formal dos princípios liberais e à modernização de códigos, leis, procedimentos e funções da administração pública. A Federação era apenas, e o foi sempre, uma palavra para designar uma falsa situação. Antonio Leocadio Guzmán, a quem já vimos como agitador liberal na etapa da oligarquia, expressou isso a seu modo num célebre parágrafo: “Não sei de onde tiraram a idéia de que o povo da Venezuela tem amor à federação, quando não sabe sequer o que esta palavra significa. Essa idéia saiu de mim e de outros que nos dissemos: uma vez que toda revolução necessita de bandeira, já que a Convenção de Valencia não quis batizar a constituição com o nome de federal, invoquemos nós outros essa idéia: *porque, meus senhores, se os do lado contrário tivessem dito Federação, nós teríamos dito Centralismo!*”¹³. A revolução, para Antonio Leocadio como para seu filho Antonio Guzmán Blanco, era simples troca de nomes, de posições pessoais e camarilhas de privilegiados.

A Federação, que segundo o princípio constitucional significava um pacto entre Estados autônomos para sustentar a República como unidade de fato e de direito, consistiu na realidade no domínio regional e local de caudilhos, êmulos dos senhores feudais da Idade Média, proprietários de extensas terras nas quais exploravam a força de trabalho de camponeses vinculados pela lealdade pessoal ou por condições similares às da servidão e amos da política em sua província ou cantão, enquanto o poder central era exercido pelo caudilho principal diretamente, ou através de um testa-de-ferro investido da presidência da República. Este pacto efetivo entre caudilhos permitia assegurar a paz durante determinados lapsos e operava como um mecanismo militar quando outros in-

13. *Ibid.*, p. 598, sublinhado original.

teresses ameaçavam o equilíbrio de poder sustentado pela coincidência dos caudilhos. Nas palavras, estava condenada e liquidada a oligarquia tradicional, a que dominou durante os primeiros trinta anos da República; Guzmán Blanco, hierarca do federalismo, ameaçou a oligarquia conservadora em extingui-la até como núcleo social¹⁴, mas continuou, de fato, a existir e a enaltecer os chefes políticos que se revezavam para desfrutar do comando, sem perder seus interesses materiais nem sua figuração social; o termo *oligarca* se aplicou indistintamente a todos que eram inimigos do governo ou caíam em desgraça com o mandatário, assim como o qualificativo *liberal* servia para distinguir os amigos e servidores fiéis enquanto conservassem a amizade ao caudilho e a correspondente fidelidade. A doutrina era apenas uma roupagem para os interesses do poder, ao passo que no fundo da realidade nacional permanecia a velha estrutura opressiva, repressiva, discriminatória, que garantia a grande propriedade agrária, os dinheiros mal havidos, a exploração do camponês e do habitante da planície, a ausência de progresso material e social, e em suma, o atraso econômico, administrativo e político do país.

Todavia, registrou-se uma reação por parte dos oligarcas tradicionais desalojados do poder político pela Federação: foi em 1868, quando se deu a revolta denominada dos “azuis” — pela cor da bandeira que içaram —, promovida e levada a cabo por uma aliança circunstancial entre conservadores e liberais tradicionais, sob a chefia do ancião general José T. Monagas. Os “azuis” governaram pouco mais de um ano e respeitaram em princípio a Constituição federal, mas na essência pretendiam restaurar a velha ordem conservadora. Com a morte de José T. Monagas no final de 1868 e a ascensão à presidência de seu filho José Ruperto, entrou em rápida decomposição o movimento “azul” e se ergueram em armas os caudilhos federalistas sob a chefia do general Antonio Guzmán Blanco, logrando o triunfo em 1870, embora a guerra civil continuasse em diferentes lugares do país, animada pelas ambições de alguns caudilhos locais descontentes. Começou assim o domínio quase absoluto de Guzmán, embora apoiado no pacto dos caudilhos, que havia de durar até finais do século.

3. A economia e a sociedade depois da guerra federal

Com a mudança introduzida pela abolição da escravatura, as relações de produção sofreram um processo de evolução, registrada principalmente na composição e situação da força de trabalho. Os antigos escravos se tornaram, em parte, arrendatários ou peões das fazendas, estabelecendo-se o regime de tributos em espécie ou trabalho aos latifundiários em troca do “direito” de culti-

14. Ramón J. Velásquez, *La caída del liberalismo amarillo*, Caracas, Ediciones de la Contraloría General de la República, 1972, p. VII.

var uma pequena parcela de terra; o endividamento crônico destes cultivadores com o fazendeiro forçava-os a permanecerem atados à propriedade por toda a vida, sendo sua dívida transmitida aos herdeiros. Outra parte da força de trabalho liberta da escravidão se dedicou ao artesanato ou a ofícios domésticos. A população, calculada em 1873 em 1 milhão 784 mil habitantes, era ativa nuns 50 por cento e desta proporção uns 79 por cento dependiam da agricultura¹⁵; os proprietários representavam 1 por cento e os artesãos, pequenos comerciantes, servidores domésticos funcionários e outros não proprietários, 20 por cento. Esta que hoje se chama “classe média” praticamente não existia ou, quando muito, estava representada por uns poucos milhares de habitantes. Os dois pólos sociais eram, portanto, os proprietários do campo e da cidade (incluídos os grandes comerciantes e agiotas) e o campesinado sujeito a condições quase servis. Entre eles um escasso grupo de artesãos, funcionários, trabalhadores urbanos e domésticos. A propriedade territorial agrária dominava o quadro econômico, e se estendeu consideravelmente durante a segunda metade do século XIX às custas de terras públicas e baldias. A propriedade mudou de mãos parcialmente em consequência das contingências da guerra. Estima-se que em 1873 cerca de 980 proprietários possuíam — de fato ou de direito — 8 mil 400 léguas quadradas de terra de um total de 15 mil 890 de domínio privado, enquanto que 28 mil 222 possuíam 7 mil 490 léguas quadradas¹⁶. A produtividade dos latifúndios era, seguramente, muito baixa, já que o cultivo se efetuava em condições rudimentares, com intensiva aplicação de força de trabalho e escassos meios de produção; todavia, a conversão da escravidão à espécie de servidão que prevaleceu depois de 1860 propiciou o incremento das culturas e da produção, embora deva levar-se em conta a destruição ocasionada pela guerra. Setenta por cento das culturas eram cafezais e 15 por cento, plantações de cacauzeiros; o resto da terra aproveitada se cobria com culturas de algodão, tabaco, milho, mandioca, coco, trigo e outras plantas menores. A pecuária estava representada por 3 milhões 300 mil cabeças e se praticava em currais ou em campo aberto. As exportações — principal sustentáculo econômico do país — eram de café, cacau, algodão, couros, tabaco, dividivi, madeiras e quina e se destinavam principalmente à Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos. As crises decorrentes do capitalismo dessa época afetaram as exportações venezuelanas tanto em preços como em volume, particularmente a de 1873. O mercado interno era muito estreito e fragmentado, o que se explica pelas formas atrasadas de produção baseadas no latifúndio, razão por que o desenvolvimento industrial era nulo (existiam oficinas artesanais e algumas pequenas indústrias). A população cresceu lentamente — e em alguns anos se estancou — afetada pelas guerras, pelas endemias e epidemias e pela extrema pobreza. Para os analistas

15. Federico Brito Figuerola, *op. cit.*, pp. 292-293.

16. *Ibid.*, p. 296.

da história, o movimento federal sepultou a ordem herdada da colônia e levantou fermentos de subversão social na massa popular, enquanto que, por outro lado, contribuiu para a democratização formal das instituições e para a consciência de igualdade entre a população, liquidadas as castas e os preconceitos raciais, mas não as classes nem a profunda desigualdade econômica que, de um modo ou de outro, se expressava em desigualdade política. A sociedade que emergiu da guerra federal foi talvez mais igualitária, menos conservadora, mais liberal que a existente até 1858; mas também foi uma sociedade injusta, basicamente discriminadora, profundamente desequilibrada e pouco propensa à mudança verdadeira no sentido do progresso para benefício da totalidade.

4. *A autocracia guzmancista*

Antonio Guzmán Blanco — general e doutor — realizou sobejamente a ambição de poder que seu pai, Antonio Leocadio, alimentou como permanente aspiração¹⁷. De uma ou de outra maneira, governou a Venezuela entre 1870 e 1890, seja diretamente como chefe do Estado — no período longo de 1870 a 1877 chamado o “septênio”; no período mais breve de 1879 a 1884, conhecido como o “quinqüênio”; e no mais breve ainda, de 1886-88, chamado da “aclamação” —, seja através de partidários seus (Alcântara, Crespo, Rojas Paul, Andueza) que, pressionados pela reação antiguzmancista que tinha oportunidade de manifestar-se quando o chefe estava ausente na Europa, tentavam libertar-se da tutela. Guzmán mandou, mais que governou, como autocrata, com vontade que pretendeu ser onímoda, como se o país fosse um feudo seu ou um reino submetido à monarquia absoluta. Jogava no poder aproveitando-se habilmente dos caudilhos regionais e locais, das discórdias entre facções e personagens, dos interesses contraditórios de latifundiários e comerciantes. Aparentando sustentar e realizar os princípios, objetivos e ideais da Federação, praticou um centralismo autocrático, convertendo em mentira o pacto federal. Entretanto, sua autocracia foi empregada para tentar modernizar o país material, institucional e culturalmente, sobretudo no primeiro de seus períodos, o septênio, que registrou obra positiva. Por isso foi qualificado como o “Autocrata civilizador”. Decretou, em 1870, a instrução pública com caráter obrigatório e gratuito. Instituiu o serviço oficial de estatística e censos nacionais. Estabeleceu o sistema monetário unificado, com uma moeda nacional. Fomentou a legislação em matéria civil, penal, mercantil e militar. Organizou a fazenda pública, com centralização de contas, separação funcional entre receitas e despesas e regularização do crédito público. As principais fontes de renda do Estado então eram os direitos de importação e a exploração das salinas, com uma ar-

17. Ramón Díaz Sánchez, *Guzmán, elipse de una ambición de poder*, Editorial Edime, 1952. Preâmbulo à primeira edição.

recadação, em 1873, de seis milhões de bolívares (quão pobre era a República então!). A agricultura prosperou. Mediante contratos muito vantajosos, realmente leoninos para os empresários europeus, fomentou-se a construção de algumas linhas férreas. Organizaram-se as alfândegas e as barreiras fiscais. Impressionado por Paris — cidade em que viveu parte de seus últimos anos e onde morreu —, pretendeu transformar Caracas, ainda com resquícios coloniais, numa pequena cidade-luz, com seu teatro da ópera, sua Santa Capela, seus palácios para os poderes públicos e até sua caricatura versalhesca no povoado vizinho de Antímano. Desde cedo, os empréstimos estrangeiros proporcionaram os recursos extraordinários, já que o orçamento não bastava para tais obras monumentais¹⁸.

Enfrentou a Igreja católica — poder tradicional verdadeiro, não só no espiritual, mas também no econômico e político — chegando a encarcerar e expulsar funcionários eclesiásticos, dissolver conventos, destruir uma antiga igreja e construir outra para agradar sua esposa e restringir o direito de as igrejas e o clero possuírem bens de raiz. Instituiu o matrimônio civil como o único legalmente válido e criou o registro civil, de nascimentos e óbitos, para substituir o paroquial. Desde então, embora a Igreja tenha conservado parte de sua significação e influência na vida nacional, o poder civil tem completa autonomia em relação ao eclesiástico e o poder temporal daquela se reduziu a sua mínima expressão.

Empenhou-se por dignificar as relações diplomáticas, obrigando aos representantes de governos estrangeiros solicitar audiência oportunamente e cumprir as normas do protocolo. Negou-se a reconhecer uma dívida para com os Estados Unidos de um milhão de pesos, alegando que essa dívida só alcançava originalmente 80 mil pesos. Todavia, esteve sempre obsedado pelo brilho da Europa, principalmente da França, e seu grande desejo, que realizou, foi viver permanentemente em Paris, em relações com a nobreza com a qual conseguiu aparentar-se mediante matrimônio de suas filhas. Tencionou mandar na Venezuela desde a capital francesa, como uma remota fazenda em cujos cuidados deixava um mordomo na qualidade de presidente da República, e à qual retornava de tempos em tempos para supervisionar e consolidar seu poder. Esta prática não lhe deu o resultado desejado, pois esses mordomos, apoiados nos adversários de Guzmán, tentaram várias vezes governar fora de sua tutela, como ocorreu com Alcântara — que esboçou uma democratização da vida pública, razão por que foi chamado “o grande democrata” —, com Crespo e Rojas Paul. Não era vazia a frase que o próprio Guzmán pronunciou numa dessas conjunturas políticas: “a Venezuela é como um couro seco, que pisam de um lado e se levanta do outro”.

18. *Ibid.*, pp. 553-554

Enriqueceu-se consideravelmente no poder o autocrata civilizador. Tinha orgulho em dizer que sua fortuna se encontrava entre as maiores da América Latina nessa época, e podia rivalizar com muitas da Europa. Poder e riqueza serviram de base para sua transbordante vaidade, sua megalomania incontível, que o faziam desfrutar de lisonjas, homenagens, ereção de estátuas suas em vida, e do uso de uniforme de marechal francês. Diferentemente de alguns dos presidentes da etapa da oligarquia — um Vargas, um Soublette —, comprazia-se em sua fortuna material acumulada mediante aproveitamento do poder, e numa vida oropelesca de bailes, saraus, banquetes e recepções.

Na era guzmancista se registrou algum progresso material e cultural. A produção e a exportação de café, cacau e outros frutos apresentaram níveis crescentes. A pecuária se recuperou, depois das perdas sofridas durante a guerra federal. A construção urbana, principalmente em Caracas, aumentou consideravelmente. O comércio interior e o de importação se expandiram. Teve lugar uma corrente apreciável de inversão estrangeira em mineração, ferrovias, comércio e empréstimos ao Estado. Para o período 1871-1890, estima-se que a inversão estrangeira totalizou 127 milhões de bolívares, o que indica uma média anual de 6,3 milhões de bolívares¹⁹. A população, que no começo do período chegava a 1 milhão 784 mil habitantes, ascendia em 1891 a 2 milhões 324 mil. Esse período correspondeu à etapa da transição do capitalismo aproximadamente liberal ao monopolista simples; também foi a época em que os Estados Unidos, superada a crise da guerra de secessão, consolidaram seu processo de industrialização e seu desenvolvimento capitalista e alcançaram as condições necessárias e suficientes para levar a cabo uma expansão imperialista.

Cabe levantar a questão seguinte: Guzmán Blanco tentou promover a realização do programa da Federação em seus elementos mais significativos para a transformação nacional? A resposta tem de ser particularista e não genérica. Algumas das reformas impulsionadas por Guzmán no campo institucional e administrativo corresponderam ao programa federalista. No terreno econômico, no entanto, não ocorreu nenhuma mudança, embora tenha havido progresso quantitativo. Especificamente a questão agrária — capítulo fundamental do movimento federalista na interpretação popular — ficou sem se resolver; a propriedade foi-se concentrando mais nesse período e as condições de trabalho e de vida da massa camponesa não melhoraram. A sociedade era composta de três setores — poder-se-ia dizer classes, afinando o conceito —: os latifundiários, os grandes comerciantes e os camponeses sem propriedade. Entre elas, uma incipiente, quase inexistente classe média, dos artesãos, empregados, pequenos comerciantes, profissionais em exercício, professores. As contradições se davam entre os latifundiários e os camponeses — contradição fundamental —, e entre

19. Fedrico Brito Figueroa, *op. cit.*, p. 304.

os latifundiários e os grandes comerciantes. O poder político resultava do equilíbrio entre latifundiários e comerciantes — esses também desempenhavam a função de banqueiros e possuíam propriedade raiz urbana — e se implementava através dos caudilhos regionais e locais. O instrumento concreto era o chamado Partido Liberal Amarelo.

5. *A queda do liberalismo amarelo*²⁰

A última década do século XIX foi o marco temporal da definitiva decadência do movimento liberal amarelo, herdeiro espúrio das bandeiras e palavras de ordem da Federação. Os antigos guzmancistas se esforçaram por enterar o guzmancismo. O presidente do momento, Juan Rojas Paul, imaginou um procedimento artificioso para continuar à frente do governo, mediante uma falsa renúncia ante o Congresso e um recurso aclamacionista arranjado, dos que utilizava o próprio Guzmán. A manobra resultou como havia sido planejada e se prolongou o mandato de Rojas Paul; mas pouco depois adoeceu — Alcántara havia morrido suspeitosamente, mais ou menos, uma década antes, quando tentava continuar no governo — e levantou-se o problema da sucessão. A reação contra Guzmán era já definitiva. O novo presidente foi o doutor Raimundo Andueza Palacio, com quem aparentemente o civilismo ganhava do caudilhismo. Andueza reagiu frente a Rojas como este o havia feito com Guzmán. Era a busca da independência do poder civil, ou simplesmente o fruto da ambição pessoal, ou a imposição dos caudilhos segunda a correlação de forças? Esta reação teve nome, a “Reabilitação Nacional”, como teriam nome as posteriores reações dos que manobram contra seus antigos caudilhos e os substituem no comando. As pretensões de governo prolongado de Andueza foram por sua vez questionadas pelo general Joaquín Crespo, o qual se levantou em nome da causa liberal e se autoproclamou “legalista”. Quando Crespo com sua gente armada estava às portas de Caracas, o doutor Andueza foi expulso da Casa Amarela (sede presidencial) pelos caudilhos que até então o haviam sustentado, e um triunvirato lhe sucedeu no comando, embora para preencher a formalidade tenha sido designado presidente provisório o doutor Guillermo Tell Villegas. O novo grupo no poder propôs uma trégua a Crespo com base na reunião do Congresso e na designação por este de presidente da República. Crespo não aceitou a prosposta e as hostilidades se intensificaram com fortuna adversa para Crespo, mas logo este recuperou a iniciativa e obteve a vitória e o

20. “Até o governo do general Ignacio Andrade (1898-1899) atuam como figuras fundamentais na política e no governo da República os homens que quarenta anos atrás haviam sido atores principais ou secundários no grande movimento social e militar da Federação. Sob os nomes sucessivos de federalistas, guzmancistas, reivindicadores, reabilitadores ou legalistas, ou sob a denominação comum de liberais amarelos, são sempre os mesmos e formam o grupo dominante e excluído na cena do poder”, Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. VII.

comando. O novo governo decidiu julgar por responsabilidade civil e administrativa os governantes caídos — procedimento que se repetirá mais tarde em nome da democracia —, mas pouco depois se estendeu sobre eles o manto do perdão. Crespo formalizou sua presidência mediante umas eleições nas quais conseguiu a unanimidade. Durante seu governo a situação econômica do país piorou e os setores de menores rendas sofreram mil calamidades. O governo mais não fez senão cometer desastros. A culpa, carregavam-na os ministros do governo — bodes expiatórios — e o presidente os destituía à medida em que perdiam o favor público. A esta prática da responsabilidade ministerial e da intangibilidade do presidente o escritor César Zumeta dará o nome de “cesarismo plebiscitário” (prática que se repetirá na história contemporânea da Venezuela até nossos dias). Nas eleições de 1897 triunfou (é óbvio!) a candidatura presidencial do general Ignacio Andrade, postulado por Crespo (cada presidente escolhia seu sucessor, como foi prática no passado e o será na etapa contemporânea). Todavia, nas próprias filas do partido liberal — oficialista — houve dissensões e protestos, chegando-se inclusive a semear dúvidas sobre a nacionalidade do candidato (diziam que tinha nascido na cidade colombiana de Cúcuta). Um candidato de oposição realmente notável foi o general José Manuel Hernández, que liderou um movimento chamando liberal nacionalista e ganhou a simpatia popular mas, sem êxito político concreto. Hernández percorreu o país, de povoado em povoado, realizando uma campanha eleitoral de tipo moderno²¹. Em todo caso, as eleições foram arranjadas em favor de Andrade. A resposta da oposição liberal nacionalista foi a guerra, que se declarou em março de 1898. O chefe da insurreição foi o general Hernández e para combatê-lo saiu o próprio Crespo, mas na Mata Carmelera foi ferido de morte. Este fato modificou consideravelmente o curso da rebelião, que fracassou. Andrade tomou posse de sua breve presidência e com ele terminou a etapa do liberalismo amarelo e de toda sorte de liberalismo tradicional na Venezuela.

6. *A causa restauradora*

Em 23 de maio de 1899, o general Cipriano Castro, à frente de 60 homens — entre os quais se encontravam Juan Vicente Gómez, ditador da Venezuela durante 27 anos, e Eleazar López Contreras, presidente da República por cinco anos depois da morte de Gómez —, iniciou, dos Andes venezuelanos, um levantamento armado que em breve tempo o levou à chefia do Estado. A história do triunfo de Castro e seu movimento andino parece inacreditável: em apenas cinco meses de uma repentina e curiosa campanha militar e de negociações políticas, apoderou-se do governo e estabeleceu o que se houve por bem chamar a era dos “andinos no poder”. Um exército improvisado, deficientemente ar-

21. Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. 165.

mado, que crescia com os prisioneiros tomados ao inimigo e com as traições no campo contrário, impôs-se ao exército oficial, supostamente mais bem organizado, disciplinado e armado, e dirigido por militares de experiência. Não se tratou, digamo-lo já, de um milagre militar devido ao gênio de Castro; foi simplesmente a conjunção de circunstâncias emergente da situação econômica, política e social da época que permitiu e favoreceu a aventura de Castro. Morto Joaquín Crespo, o liberalismo amarelo ficou sem chefe; por outro lado, um processo de decomposição, impulsionada pelas contradições dos caudilhos, conduzia-o a sua definitiva decadência. O outro liberalismo, o nacionalismo do general José Manuel Hernández, se dissolvia em pequenas guerrilhas dispersas na maior parte do país e semeava a inquietação entre os latifundiários, já que os camponeses se incorporavam ao movimento — como outras vezes no passado — motivados por uma suposta disposição do chefe liberal nacionalista para repartir as terras entre os agricultores que careciam delas. Esta e outras suposições sobre o liberalismo hernandista — por outro lado, muito contraditório, pois também concitou a seu favor correntes conservadoras e de uma muito incipiente burguesia empreendedora que observava o horizonte da modernização do país, no umbral do novo século — que lhe conferiam um caráter renovador e progressista, provocaram uma reação dos interesses supostamente ameaçados e para os quais o presidente Andrade não oferecia confiança. A situação econômica do país não era boa. A dívida pública, incluídos juros não pagos, se aproximava dos 200 milhões de bolívares, soma equivalente a quatro vezes o orçamento de receitas e despesas públicas nacionais do ano 1898-99. Embora a balança comercial apresentasse, nos anos finais do século XIX, moderados superávits, as exportações diminuía, afetadas parcialmente pela depressão cíclica do sistema capitalista internacional. A Venezuela vivia principalmente do café e secundariamente do cacau, do gado e de outros produtos primários; mas os rendimentos dessas culturas e negócios se repartiam muito desigualmente: os salários eram muito baixos, o procedimento semifeudal da renda-trabalho e da renda-espécie como gravame ao camponês sem terra absorvia as energias e os magros haveres dos colonos, condenando-os a uma miséria crônica. Os lucros se distribuía entre os fazendeiros e os grandes comerciantes exportadores, que atuavam como financiadores das colheitas. O regime político, entretanto, não oferecia nenhuma possibilidade de mudança desse estado de coisas, e tudo se limitava às ambições dos caudilhos, às artimanhas dos dirigentes civis e à precária sustentação de um homem sem estatura de líder na presidência da República.

Nesse quadro de contradições, de miúdas rivalidades pessoais e de grupos, de ausência de altos objetivos de transformação nacional, uma aventura temerária e extraordinária como a de Castro podia ter êxito, e com efeito o teve, tanto pela indubitável habilidade de condutor daquele quanto pela escassa vontade com que o combatiam as forças do governo e a confabulação de interesses

e propósitos de quantos detinham o poder econômico para favorecer a rebelião, com a esperança de, uma vez derrubado Andrade, colocar o novo homem sob sua influência e resolver assim dois problemas simultaneamente: o das rivalidades dos caudilhos pela sucessão do governo e o da ameaça emergente do campo liberal nacionalista. Pode-se dizer, portanto, que de derrota em derrota, de traição em traição, no lado oficialista, o flamante “exército restaurador” de Cipriano entrou em Caracas, enquanto o presidente Andrade escapava para o exterior. Em 23 de setembro de 1899 começou a etapa dos “andinos no poder”

Castro denominou seu movimento de *Restauração* e lhe deu um conteúdo programático genericamente liberal, produto de uma mescla de liberalismo hermandista e de liberalismo colombiano do século XIX, mas com um selo personalista messiânico. O lema: novos homens, novos procedimentos, novos ideais, não era a primeira vez que servia de pretexto para um movimento orientado à captura do poder político e lembrava algo da campanha liberal guzmancista de 1840-46. Quanto aos novos homens, em grande parte isso se tornou realidade, pois vieram a ocupar posições e cargos significativos no novo regime, tanto no militar quanto no administrativo, pessoas vindas dos Andes, principalmente do estado de Táchira, que até então tinha participado pouco das esferas do comando nacional. Os andinos tinham, e têm, características diferenciadas entre as populações regionais que compõem a Venezuela. O Táchira, mais que província de emigração era uma província de imigração, tanto do lado venezuelano quanto do colombiano, e na realidade era uma confluência de povos e atividades. Os novos procedimentos não foram tão novos, pois a prática do mando continuou, como no passado, com corruptelas mais avançadas e repressão mais a fundo dos opositores. Os novos ideais provavelmente ferviam na mente de Castro e de alguns de seus seguidores, desejosos de uma renovação do acontecer nacional, da liquidação do velho caudilhismo, do fracassado federalismo e de uma maior abertura ao progresso econômico e social. Mas a política concreta, a miúda rede dos interesses dominantes que se estendeu em torno do novo chefe de Estado, o duplo jogo da lisonja e da ameaça, fizeram das suas para deixar esses ideais no cesto de lixo. O jogo incorporava, ademais, as contradições entre a burguesia mercantil e usurária, dona do capital mobiliário e monetário, e a classe latifundiária exploradora do campesinado, nutrida durante o último terço do século XIX com os caudilhos federalistas cujo apetite de terras era superior a seu afã guerreiro. Segundo cálculos da época, a população venezuelana, estimada em 2.400 milhões habitantes, se compunha de uns 85 por cento rurais e 15 por cento urbanos, dessa população, perto de 2 milhões de pessoas não possuíam terras e eram vítimas do latifúndio²².

22. Juan Bautista Fuenmayor, *Historia de la Venezuela política contemporánea, 1899-1969*, t. I, Caracas, 1975, pp. 32-33.

Uma definição do conteúdo sócio-econômico do movimento liderado por Castro identifica-o com os interesses dos camponeses e proprietários médios e prósperos dos Andes — onde a propriedade territorial não podia ser efetivamente vasta como em outras regiões do país e onde os cultivos têm de ser mais intensivos por unidade de superfície — e com a pequena burguesia dessa mesma região (pequenos comerciantes, artesãos, funcionários, professores, estudantes). O crescimento econômico dos Andes, baseado no café e no gado, era superior ao do resto do país; mas seus povoadores permaneciam isolados, sem participação apreciável no manejo da coisa pública nacional. De certo modo, o movimento de Castro tendia a reivindicar uma aspiração regional de integração ao país, mas em posição prevalescente. Esta aspiração projetaria seus aspectos negativos em mais de quatro décadas da vida venezuelana.

O governo de Cipriano Castro (1899-1908) foi ditatorial. O povo não se beneficiou da mudança política. A administração foi lamentável, corrupta, para usufruto das classes dominantes e dos “andinos no poder”. A “dourada” sociedade do centro do país — Caracas, la Victoria, Valencia — se prosternou ante o ditador, se prostituiu mais do que já estava e prostituiu o próprio movimento de Castro. O peculato, a malversação de fundos e o tráfico de influências dominaram o panorama da coisa pública. O decadente liberalismo amarelo pretendeu “restaurar-se” com o regime de Castro; mas este rompeu pouco depois com seus expoentes e caudilhos. A reação do liberalismo amarelo tomou corpo na chamada “revolução libertadora” da M. A. Matos — banqueiro e general —, na qual se congregaram em sua maioria dos caudilhos tradicionais. Mas mais interessantes são dois fatos que mostram uma face distinta da política de Castro e que permitem qualificá-lo, de certo modo, como nacionalista. Estes fatos foram: o bloqueio de portos venezuelanos por uma esquadra de potências européias, em 1902, com a pretensão de cobrar a tiros de canhão e mediante a ocupação de portos e alfândegas a dívida externa da República, aumentada na proporção do afã imperialista de espoliação mediante manipulações contábeis e financeiras; e o confronto com os interesses mineiros norte-americanos representados pela companhia New York and Bermúdez Co. Em 9 de dezembro de 1902 uma frota anglo-germânica atacou, no porto de La Guaira, uns pequenos, velhos e quase imprestáveis barcos venezuelanos, incapazes de se defenderem frente aos encouraçados inimigos; a infantaria de marinha da frota agressora desembarcou no porto com ânimo de conquista. Pouco depois, a Itália declarou sua aliança com a Inglaterra e a Alemanha para agredir a Venezuela. Em 13 do mês citado o ataque foi contra Puerto Cabello. Em 17 de janeiro de 1903 um barco de guerra alemão tentou forçar a barra do lago de Maracaibo e atacou o castelo de San Carlos, que a defendeu com tiros de canhão contra o invasor. O presidente Castro lançou uma proclama à nação condenando o fato e fazendo um chamamento à consciência nacional para resistir à agressão, que começava com as famosas palavras: “a planta insolente do estrangei-

ro profanou o solo sagrado da pátria”. Uma reação patriótica muito viva originou a ação imperialista. Os credores reclamavam não apenas a dívida financeira, mas também danos e reparações de interesses e pessoas alemãs, inglesas e italianas relacionados às contingências de nossas guerras internas. A solidariedade popular latino-americana se manifestou sem tardança; o mesmo não se deu com os governos. A única exceção foi a Argentina, cujo chanceler Luis M. Drago expressou ante o governo de Washington, em nota diplomática transcendente, uma doutrina que em essência condenava a intervenção armada estrangeira como meio coativo para o ajuste de dívidas originadas em contratações civis ou mercantis e não em tratados internacionais. O governo dos Estados Unidos, desde logo, interveio, sob a invocação da doutrina Monroe, como mediador no conflito. O embaixador norte-americano em Caracas, Bowen, foi de fato designado por Castro, com o apoio da oligarquia de Caracas, mediador entre os agressores e o agredido. Logo de saída, o problema foi resolvido a favor das grandes potências, atuando os Estados Unidos como árbitro e sob sua garantia. O bloqueio foi suspenso. O outro conflito foi diretamente com o capital imperialista norte-americano, representado pela New York and Bermúdez Co. que aspirava manter seu domínio sobre um lago de asfalto venezuelano. A companhia norte-americana havia conspirado contra o governo de Castro, chegando a financiar uma chamada “revolução libertadora” chefiada pelo banqueiro oligarca Manuel Matos e que fracassou às vésperas da agressão imperialista européia à Venezuela, da qual se fez menção. Um processo de julgamentos, reclamações, ameaças de invasão norte-americana à Venezuela, campanha mundial imperialista contra o governo de Castro e conspiração para derrubá-lo, culminou, primeiro, com a ruptura de relações diplomáticas entre estados Unidos e Venezuela em julho de 1908, e pouco depois, em dezembro desse mesmo ano, com a queda do governo de Castro e sua substituição por Juan Vicente Gómez.

7. A causa reabilitadora

Resultado notável do regime de Castro foi a liquidação do caudilhismo tradicional e dos resíduos dos velhos partidos. Foi uma empresa política e militar na qual colaboraram o general J. V. Gómez e o processo histórico. O enterro formal do caudilhismo ocorreu durante a ditadura deste último. Por causa de uma grave enfermidade, o general Castro viajou à Europa em novembro de 1908, para não regressar jamais à Venezuela. Pouco depois, em 19 de dezembro, uma conspiração com laivos histriônicos — armada em confabulação de interesses imperialistas europeus e norte-americanos e os da oligarquia interna — elevou J. V. Gómez à posição de ditador da Venezuela, sob um novo nome: a Causa Reabilitadora, que haveria de perdurar até 1935, ano da morte física do ditador. Numa primeira etapa, de transição, até 1914, Gómez aparentou

rodar-se dos velhos caudilhos liberais — praticamente liquidados em seu poder — reunindo-os num Conselho de governo que tinha funções de assessoramento, mas que na verdade foi uma entelêquia. Entrementes, Gómez consolidava suas posições, liquidava todo resto de liberdades públicas e se apoiava cada vez mais numa aliança entre os interesses imperialistas em expansão no país — após o novo chamariz do petróleo — e as classes dominantes: os donos da terra e a burguesia mercantil e usurária. Esta última adquirirá cada vez mais poder, dependente do imperialismo, com o crescimento do negócio petrolero. O primeiro ato de Gómez foi, em dezembro de 1908, pedir a intervenção — ou “proteção” — militar norte-americana para sustentar o seu governo. Em 13 de fevereiro de 1909 o novo ditador reconheceu todas as exigências feitas a Castro pelo governo dos EUA e prometeu abrir inteiramente as portas ao capital estrangeiro. A partir de 1913, a ditadura se tornou absoluta.

IV. PERÍODO 1926-1935

1. Quadro histórico geral

A causa restauradora, de Cipriano Castro, foi sucedida pela causa reabilitadora, de Juan Vicente Gómez, que se prolonga até 1935, ano da morte do ditador. Em 19 de dezembro de 1908 assumiu Gómez a chefia do governo como resultado de um golpe de palácio com brilhos de opereta, aproveitando a ausência do país de Castro que tinha ido à Europa à procura de saúde. Não passou de uma “evolução dentro da mesma causa”, como a qualificou o próprio Gómez²³. Todavia, o regime gomezista se diferenciou consideravelmente do anterior, não só pelo estilo pessoal do ditador como também — o que é mais importante — pela conduta frente ao capital estrangeiro. Castro foi o último governante de um país agroexportador, fragmentado pelo domínio dos caudilhos, endividado com o exterior, pobre em recursos fiscais, financeiros e monetários, comovido ainda pelos golpes agônicos das guerras intestinas. Gómez foi o primeiro governante de um país petrolero, com predomínio do capital estrangeiro, sem a fera “caudilhagem” tradicional, sem os partidos “históricos” (diferentes matizes de conservadorismo e de liberalismo), com um crescente potencial fiscal, financeiro e monetário, de solvência restabelecida quanto à dívida pública e de relativa paz pública sob o lema de “união, paz e trabalho”. Não se diferenciaram os dois ditadores, evidentemente, nos métodos repressivos, na supressão efetiva de liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, na prática do enriquecimento ilícito e do predomínio dos interesses privados poderosos sobre o interesse nacional.

23. Ramón J. Velásquez, *op. cit.*, p. XV.

A queda de Castro foi preparada, impulsionada e apoiada abertamente pelos interesses imperialistas norte-americanos e europeus em aliança com as classes dominantes do país. Desde o famoso litígio da nação contra a companhia norte-americana do asfalto, o governo e o grande capital dos Estados Unidos não se deram trégua nem repouso na tarefa de derrubar Castro e substituí-lo por um ditador complacente com Washington. Nessa tarefa receberam a colaboração de governos e interesses das potências imperialistas européias — Inglaterra, França, Holanda etc. — e de representantes políticos do latifúndios e da burguesia comercial. O próprio Gómez solicitou a intervenção armada dos Estados Unidos para proteger o novo governo, iniciando-se este, portanto, com um ato de traição nacional. Em 13 de fevereiro de 1909, pouco depois do golpe de palácio que derrubou Castro, firmaram-se em Caracas os protocolos chamados Buchanan-Gómez, pelos quais se reconheciam todas as exigências feitas pelo governo dos Estados Unidos ao da Venezuela, incluída a anulação da indenização a que foi condenada por um alto tribunal venezuelano a New York and Bermúdez Co. por danos e prejuízos causados à nação por aquela companhia²⁴. Quando Castro tentou voltar à Venezuela para recuperar o poder, em abril de 1909, o governo dos Estados Unidos mobilizou sua influência e seus navios de guerra para impedir a entrada do ex-ditador não só na Venezuela como em qualquer país americano²⁵. Castro conseguiu depois residência em Porto Rico, colônia dos Estados Unidos, onde viveu permanentemente vigiado até sua morte em 1925.

É indispensável levantar a questão dos móveis do imperialismo e das classes dominantes venezuelanas para propiciarem a derrubada de Castro. Este, de fato, não era um perigoso revolucionário anticapitalista, antiimperialista ou pró-socialista; sequer cometeu durante seu governo reformas progressistas em favor do povo. O regime agrário injusto, semi-feudal, que havia prevalecido desde a colônia, não sofreu modificações durante o período 1899-1908. A burguesia comercial e usurária também gozou de privilégios, embora algumas vezes tenha sido vítima dos caprichos e arbitrariedades do ditador. Embora o movimento andino de 1899 tenha correspondido, de certo modo, a interesses de classe média e de campesinado próspero, não se propôs nos fatos políticos e administrativos levar a cabo uma revolução democrático-burguesa. Todavia, Castro, no plano pessoal, em seu turbulento estado de consciência, era um nacionalista com um apreço primário pela soberania nacional; sua confusa intuição da antinomia imperialismo-autonomia foi significativamente iluminada pelo fato de que o capital estrangeiro expansionista, representado pelo consórcio norte-americano do asfalto já citado, financiou a campanha do caudilho banqueiro Matos contra seu governo, com resultado frustrado; e mais iluminada

24. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, p. 183.

25. *Ibid.*, pp. 185-186.

ainda pela agressão armada das potências colonialistas européias contra a Venezuela sob o pretexto de cobrar pela força dívidas abusivamente infladas. A reação nacionalista de Castro e seu temperamento temerário e pouco submisso não lhe granjearam o apoio dos latifundiários nem dos grandes comerciantes e agiotas. Da mesma forma deve-se assinalar que seus procedimentos ditatoriais, repressivos, personalistas, sua falta de vinculação com o povo, seus hábitos de dissipação e a ausência de freios morais no plano individual afastaram de si o respaldo popular, e assim muito poucos sentiram a queda de Castro e muitos saudaram a subida de Gómez como um alívio. Para o capital estrangeiro era o sinal verde em seu afã de apoderar-se dos recursos petrolíferos da Venezuela, como de fato se apoderou durante o regime gomezista.

Nos primeiros anos, Gómez desenvolveu uma política para estabilizar e consolidar seu governo. O regresso ao país ou à liberdade dos caudilhos derrotados e diminuídos durante a presidência de Castro foi aproveitado transitóriamente por Gómez para incorporá-los formalmente aos quadros políticos, ou como membros de um decorativo conselho de governo, ou como governadores de estados ou como senadores no Congresso nacional sem representação efetiva. Em tais funções os antigos caudilhos liberais languesceram, ou se enfadaram, ou foram ruminar seu passivo descontentamento em suas fazendas ou no estrangeiro. O caudilhismo estava definitivamente liquidado neste país. Nesses primeiros anos, até 1913, permitiu-se algum exercício — muito restrito e tímido — de liberdades públicas. Enquanto isso, o novo governante manobrava para desalojar e anular os resíduos do castrismo e para controlar com seus amigos e sequazes todo o aparato do Estado, do exército e da administração. Nesse processo de estabilização e consolidação, Gómez se viu favorecido pela situação econômica, já que, a partir de 1909, os preços das exportações se recuperaram e o volume dos artigos exportados se ampliou, o que fez aumentar a entrada de divisas, as importações e os ingressos do Tesouro com os consequentes efeitos positivos na economia privada. Foram abolidos os impostos sobre a exportação de café, cacau e couros e se regularizou o serviço da dívida pública de acordo com o prometido às potências credoras, o que, obviamente, lhe deu maior “credibilidade” ante os olhos do imperialismo e da burguesia comercial. Simultaneamente, Gómez se dedicou a fortalecer, modernizar e regularizar o exército, que será seu instrumento eficaz de poder e cuja chefia sempre se reservou ainda nos períodos em que — por seu próprio desígnio — não exerceu diretamente a presidência da República. Paralelamente ao exército regular funcionou um corpo paramilitar denominado “La Sagrada”, composto de andinos (principalmente do Táchira), de absoluta confiança do ditador e sua equipe.

J. V. Gómez foi designado pelo Congresso para a presidência da República durante o período 1909-1913. Em 1913, último ano do período, deviam efetuar-se eleições para novo presidente; mas o ditador manobrou para perpetuar seu mandato, primeiro colocando nos cargos mais importantes seus ami-

gos e servidores mais fiéis e incondicionais, e em seguida inventando conspirações supostamente orientadas não só para derrubá-lo como também para eliminá-lo fisicamente, o que lhe permitiu encarcerar ou expulsar do país seus supostos adversários ou suspeitos de infidelidade, suspender as formais garantias constitucionais e criar deste modo uma emergência cuja solução foi uma reforma do regime constitucional, a captura de todo o poder político para o gomezismo e a impossibilidade de que qualquer candidato não submetido a Gómez fosse sugerido para a presidência da República. Foi assim que se frustrou a candidatura do doutor Félix Montes, lançada pelo jornalista Rafael Arévalo González em seu diário *El Pregonero* em 11 de julho de 1913.

O resultado foi que o jornalista foi para a prisão e o candidato, para o exílio. Por esse mesmo tempo teve lugar um movimento de aclamação a Gómez por parte de representantes das classes dominantes do país e dos agentes e testas-de-ferro do imperialismo. Telegramas, cartas e manifestos foram enviados de todo o país ao ditador, rendendo-lhe homenagem e expressando-lhe reconhecimento pelas bondades que havia prodigado à República. Nomes conhecidos, famílias tradicionais, quase tudo o que na Venezuela compunha as “forças vivas”, aclamaram Gómez em 1913 — como antes haviam aclamado Castro e muito antes a Crespo e Guzmán — e virtualmente instaram-no a perpetuar-se no poder e lhe deram o suporte para o absolutismo que Gómez pretendia e que preparava cuidadosamente desde o momento de seu golpe contra Castro. A aclamação, evidentemente, correspondia a uma política de dominação sustentada pelas classes proprietárias em cumplicidade com os interesses imperialistas estrangeiros, para assegurar a continuidade de um regime no qual confiavam para seu favorecimento, para explorarem com tranqüilidade e abuso a força de trabalho e os recursos naturais do país, uns nos campos petrolíferos, outros nos de cultivo e pastoreio. Graças a esse apoio, à eficácia do exército e da polícia, à brutal repressão que caracterizou o regime até seu desaparecimento, Gómez pôde mandar de forma absoluta — obviamente, como serviçal dos interesses já mencionados —, guardando as aparências constitucionais mediante a fórmula cínica de um presidente provisório, em falso exercício de poder, e um presidente eleito — sempre Gómez — encarregado da chefia do exército e que realmente governava desde Maracay, cidade relativamente próxima a Caracas na qual se concentrava a maior força militar. Assim, ocuparam a presidência, com caráter interino e provisório, José Gil Fortoul, Victorino Márquez Bustillos e Juan Bautista Pérez, dando a impressão de poder civil quando, na realidade, era uma ditadura absolutista, terrorista, militar-policial, pró-imperialista e pró-latifúndio.

O sustentáculo principal de Gómez foi, sem dúvida, o imperialismo petrolífero. A economia tradicional agroexportadora, fundada nos cultivos de café, cacau e outros frutos e na pecuária, com escassa atividade mineira, artesanal e industrial, dependia de fatores internos e externos e estava repartida — bastan-

te injustamente, diga-se logo — entre grandes, médios e pequenos proprietários de diversas regiões do país; para a conservação desses cultivos e cabeças de gado, para a coleta e mobilização das safras e para a ampliação de plantações e rebanhos eram necessários contingentes numerosos de forças de trabalho, geralmente vinculados às fazendas e ao rebanho não só por razões econômicas como também pessoais, de adesão ao proprietário quando este, em horas de guerra, tomava-os como recrutas de seu grupo armado. As casas exportadoras, representantes do capital estrangeiro, financiavam as culturas em termos leoninos e monopolizavam as vendas ao exterior; mas a maioria dessas casas, cujos administradores e sócios fixaram residência no país, se venezuelanizaram no curso do tempo e seus proprietários fundaram famílias na Venezuela que hoje figuram entre as mais ativas e importantes da burguesia. Os preços internacionais do café e do cacau, em correspondência com as flutuações da demanda e da oferta, ao variar num ou noutro sentido ocasionavam oscilações na situação econômica básica do país e nas próprias finanças do governo. Aquela economia, naquela época — entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX —, funcionava em relação a um sistema capitalista mundial em expansão e em trânsito de sua forma liberal para sua forma de concentração monopolista crescente. Essa economia tradicional sofreu várias crises, mas a maior, a que assinalou sua decadência definitiva, foi a ocorrida durante a primeira guerra mundial e em relação a suas contingências. O bloqueio dos canais mercantis internacionais durante esse conflito determinou a queda do volume de exportações e das importações, assim como uma baixa da renda aduaneira, principal fonte de ingresso fiscal de então²⁶, o que obrigou o governo a reduzir no ano fiscal 1915-16 a saída de divisas nuns 25 por cento; meses mais tarde, em novembro de 1915, o próprio orçamento de ingressos foi retificado para ajustá-lo à realidade²⁷. Os efeitos negativos da Guerra Mundial de 1914-18 se deixariam sentir com particular intensidade, e seriam fortalecidos, durante o quinquênio 1920-25, em que os preços médios de exportação caíram de um nível de 100 em 1920 para um de 52 em 1922, recuperando-se parcialmente até 99 em 1925; o nível de 1920 jamais foi recuperado e depois de 1929 a crise capitalista mundial sepultou na Venezuela a agricultura de exportação, que desde então vegeta entre a inanição e a moderada reanimação.

A atividade petroleira começou na Venezuela, na fase de prospecção e de uma exploração primitiva, quase artesanal, com a Companhia Petrolífera do Táchira, em 1878, constituída por interesses venezuelanos, e que operou na perfuração, produção, transporte, refino e venda de produtos de petróleo na região dos Andes, em quantidades muito pequenas²⁸. As concessões para ex-

26. *Mensajes presidenciales*, Caracas, ediciones de la Presidencia de la República, 1971, t. IV, p. 70.

27. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, p. 280.

28. Pedro Estebán Mejía, *La industria del petróleo en Venezuela*, UCV, Caracas, 1971, pp. 82-83.

plorar e extrair petróleo, asfalto e demais substâncias minerais combustíveis foram outorgadas a cidadãos residentes no país durante os governos de Guzmán Blanco, Crespo, Castro e Gómez, que logo as transferiram a companhias estrangeiras (inglesas, norte-americanas e holandesas). Durante o governo de Castro, em 1907, foram outorgadas concessões petroleiras num total de 4 milhões de hectares, as quais foram transferidas posteriormente, estando Gómez no poder, às companhias estrangeiras²⁹. A grande dança das concessões se desenvolveu sobretudo durante as duas primeiras décadas do regime gomezista; em dezembro de 1909 foram outorgadas a um agente britânico concessões de 27 milhões de hectares, pouco menos de um terço da terra firme do país, que as endossou a uma companhia de sua nacionalidade; felizmente, essa companhia não teve êxito em suas explorações e devolveu o bloco de concessões em 1911. A partir de 1909 começou o incessante tráfico de concessões em grande escala, em que cidadãos venezuelanos serviam de testas-de-ferro; nesse tráfico a competição interimperialista pôs-se em evidência de maneira gritante. Os ingleses chegaram antes que os norte-americanos à partilha petroleira da Venezuela; mas os norte-americanos, com a garantia de Gómez, no poder, utilizaram toda sorte de recursos e meios — sem fronteiras institucionais nem morais — para recuperar o tempo perdido e ganhar a dianteira dos ingleses, como de fato conseguiram, depois da Primeira Guerra Mundial. O período 1913-18 foi de intensa exploração do subsolo pelas companhias britânico-holandesas, principalmente o consórcio Royal Dutch Shell. Por volta de 1918 as concessões alcançavam mais de 30 milhões de hectares e as investigações haviam dado resultados moderadamente satisfatórios. A exploração comercial se iniciou em 1917, mas o petróleo não ocupou o primeiro posto na exportação venezuelana até 1926. O próprio Gómez, através de prepostos seus, participou do tráfico de concessões, fundando para tanto uma companhia petrolífera em 1923. A produção de petróleo, iniciada em 1917 com uma média diária de 332 barris, alcançou em 1923 os 10 mil barris diários. Em 14 de dezembro desse ano reventou com violência o poço perfurado na zona de La Rosa, do campo litorâneo do distrito Bolívar do estado de Zulia, chamado Los Barrosos-2, e fluiu petróleo do subsolo no volume diário de 16 mil metros cúbicos; o fluxo se deteve por si mesmo em 23 de dezembro e a produção total durante a irrupção do poço se estimou em 150 mil metros cúbicos³⁰. Este acontecimento comoveu o mundo petroleiro internacional, e as ambições dos consórcios petroleiros transbordaram sobre a Venezuela com maior ímpeto que até então. Em 1926 o valor da exportação de petróleo, asfalto e seus derivados alcançou 247 milhões de bolívares, em comparação com os 149 milhões que alcançou o valor das de-

29. *Ibid.*, pp. 96-99.

30. Aníbal R. Martínez, *Cronología del petróleo venezolano*, Caracas, Edición Librería Histórica, 1970, p. 58.

mais exportações; desse ano em diante, até o presente, os combustíveis têm representado o primeiro item das exportações venezuelanas. Em 1935, ano da morte de Gómez, o valor da exportação de hidrocarburentes se situou em 649 milhões de bolívares, ao passo que as outras exportações apenas chegaram a 62 milhões.

A luta interimperialista pelo domínio dos recursos petrolíferos venezuelanos foi particularmente intensa nas duas primeiras décadas do regime gomezista; entretanto, nos casos de interesse comum às companhias estrangeiras de petróleo — por exemplo, a modificação da legislação sobre hidrocarburentes —, estas faziam causa única para obter as maiores vantagens e para minimizar tanto a intervenção oficial no negócio como os impostos, taxas e contribuições relativas ao mesmo. Vale citar a este respeito as atuações do ministro do Fomento, doutor Gumersindo Torres. Em 1920, o honesto e capaz funcionário preparou um projeto de lei de hidrocarburentes que foi aprovado pelo Congresso, mediante o qual se aumentaram apreciavelmente os impostos, se reduziram a área máxima das concessões e a área total de concessões que uma companhia podia ter para serem exploradas num prazo de três anos e se abreviou o término das concessões: de 50 para 30 anos. Essa lei foi repelida pelas empresas petroleiras, que se valeram de toda sorte de meios para lograr sua reforma, o que se deu em 1922, quando o Congresso aprovou uma nova lei redigida pelos advogados das petroleiras, e o ministro Torres saiu da pasta do Fomento. Em 1930, outra vez à frente do ministério, o doutor Torres elaborou um regulamento da lei de hidrocarburentes, pelo qual se tornava mais rigorosa a fiscalização das operações petroleiras, em benefício dos interesses nacionais; evidentemente, as companhias objetaram o regulamento e pediram sua derrogação. Ao responder às objeções dos consórcios petroleiros, o ministro expressou a realidade da contribuição da atividade petroleira à nação nos termos seguintes: "... o montante das exonerações (dos direitos de importação) ascende em 10 anos à quantidade de bolívares 233.359.462.06 e os impostos arrecadados em igual período (imposto superficial e de exploração) chegam à quantidade de bolívares 171.952.126.10. Da comparação destas cifras resulta o cálculo desconsolador de que teria sido preferível não cobrar imposto algum de exploração em troca do pagamento dos direitos de alfândega exonerados"³¹. Obviamente, uma vez mais, o ministro Torres perdeu sua pasta e o regulamento foi deixado sem efeito.

A importação de bens e serviços aumentou substancialmente com o impulso petroleiro; ademais da importação das companhias petroleiras para suas operações no país, cresceram as compras ao exterior do governo e do setor privado, em sua maior parte de bens de consumo que não eram produzidos internamente. As divisas petroleiras começaram a afluir ao mercado venezuelano des-

31. Corporación Venezolana de Petróleo, *Material de lectura sobre política petrolera y CVP*, Caracas, 1966, pp. 1-3.

de os primeiros anos do despotismo gomezista, mas essa afluência se alargou depois de 1922 com o auge do negócio petrolífero, de tal modo que o preço do dólar baixou e a inclinação a importar — das classes favorecidas — se acentuou. O negócio de importação prosperou e foi substituindo progressivamente o velho negócio de exportação agropecuária, de tal modo que a burguesia comercial se ampliou e fortaleceu. O financiamento do negócio importador — mais diversificado que o exportador — gerou o estabelecimento de novos bancos comerciais e a expansão dos já estabelecidos, de modo que um novo estrato da burguesia, o dos banqueiros, foi aumentando sua influência na vida econômica, social e política. Um proeminente banqueiro, assim como notável intelectual, o doutor Vicente Lecuna, presidente do maior banco do país, foi conselheiro de Gómez em economia e finanças. Em bom número de casos, os interesses da burguesia comercial e os da financeira se mesclaram.

Os grandes latifundiários, embora continuassem participando do poder econômico durante o regime gomezista, perderam sua representação dominante. Gómez e seus acólitos se apoderaram, de diversos modos, das melhores terras do centro do país e de outras regiões, chegando a ser os maiores proprietários. Em boa parte, as herdades dos velhos caudilhos pré-gomezistas passaram à propriedade do ditador, de seus familiares e servidores. As crises sofridas pela economia do café e do cacau, aceleradas e aprofundadas pelo surgimento da economia petrolífera, determinaram a ruína de muitos fazendeiros, cujas propriedades foram leiloadas para atender as obrigações que pesavam sobre elas. A emigração camponesa às zonas petrolíferas e urbanas, em busca de melhores remunerações e condições de vida, ocasionou uma escassez de trabalhadores no meio rural, o que contribuiu para a decadência da agricultura. Por outro lado, nas zonas de atividade petrolífera, extensas terras de propriedade privadas foram incorporadas ao novo uso ou sujeitas a servidão em benefício da exploração de hidrocarbonantes. O latifúndio persistiu, mas o poder da classe latifundiária passou a segundo plano. O camponês sem terra continuou sendo a classe mais numerosa, a mais explorada e a mais submetida à miséria. Nas cidades florescia a pequena burguesia, e começava a formar-se o proletariado industrial, de construção e de serviços. Nos campos petrolíferos crescia um proletariado de importância singular nas futuras lutas sociais e políticas, dada sua relação direta com o grande capital estrangeiro no ramo de produção que passava a ser básico na economia venezuelana: o proletariado petrolífero. Em 1923 o número de trabalhadores deste ramo era de 5 mil 158; em 1935 alcançou 12 mil 333.

Nem tudo foi paz sob a ditadura gomezista. Várias tentativas armadas e conspirações foram dominadas em diferentes épocas. Em 1914, por exemplo, se alçou Emilio Arévalo Cedeño à frente de uma guerrilha e foi derrotado. Arévalo foi um guerrilheiro persistente durante a ditadura gomezista, não obstante seus fracassos. No mesmo ano de 1914 invadiu, pelo oriente, Horacio Du-

carne, antigo partidário do general Hernández (liberal nacionalista) e tampouco teve êxito, caindo finalmente prisioneiro e depois sendo assassinado. Outro alçamento em 1914 foi o general José Rafael Gabaldón — conseqüente lutador nacionalista e democrata —, também derrotado. Em Trujillo, em 1914 e 1915, se efetuaram outras tentativas armadas, mas todas fracassaram. A máquina militar, policial e política de Gómez demonstrava sua eficácia com implacável consistência. Em 1918, através da fronteira com a Colômbia, pelo Táchira, deu-se a invasão do general Juan Pablo Peñalosa, integrante do Conselho de governo em 1913, e o resultado foi a derrota e o assassinato de um grupo de prisioneiros pelo sanguinário Eustoquio Gómez, primo do ditador e então governador do estado de Táchira. Por certo o Táchira, de onde partiu em 1899 o movimento de Cipriano Castro, berço deste e de Gómez, não escapou dos atropelos e crimes do gomezismo, personificado em Eustoquio, de instintos monstruosos que saciava sem freios nem medidas. Em 1919 ocorreram manifestações estudantis antigomezistas, vinculadas a uma conspiração militar em marcha encabeçada pelo capitão Luis Rafael Pimentel, que foi descoberta e cujos cabeças foram presos e torturados; vários deles morreram em La Rotunda (tétrica prisão gomezista situada em Caracas, demolida em 1936). Os líderes estudantis do movimento foram, entre outros, Gustavo Machado, Salvador de la Plaza e Pedro Zuloaga; os dois primeiros abraçaram posteriormente a causa marxista; todos os três pertenciam a famílias de oligarquia tradicional. Velhos generais de antes de Gómez — Matias Peñuela, Constantino Pérez, Jesús Matorros, Francisco Linares Alcántara, Ortega Martínez, entre outros — tentaram entre 1919 e 1921 ações armadas contra a ditadura. Infiltrações nas forças armadas oficiais foram descobertas. A Universidade Central (Caracas) foi fechada várias vezes para punir protestos estudantis. Ações de operários e artesãos também se realizaram; em 1921 estalou uma greve de trabalhadores da Companhia de Bondes de Caracas, com manifestação nas ruas e respaldo dos estudantes, muitos dos quais foram detidos, entre eles jovens de famílias poderosas e inclusive filhos de proeminentes servidores gomezistas, o que gerou uma espécie de protesto de notáveis personagens da burguesia caraquenha; logo os estudantes foram postos em liberdade, mas a universidade foi fechada até 1925.

Em 1923 o governo do México rompeu relações com a ditadura gomezista, como culminação de um processo de crescente tensão entre ambos os governos, devido ao fato de numerosos venezuelanos inimigos da ditadura encontrarem refúgio no país irmão e ao fato de tanto o presidente mexicano, Álvaro Obregón, quanto seu ministro da Educação, José Vasconcelos, não ocultarem seu repúdio para com a tirania gomezista. Entre 1923 e 1927, exerceu o cargo de Ministro das Relações Internas o doutor Francisco Baptista Galindo, que se empenhou em moderar o caráter repressivo e tirânico do regime gomezista, até o ponto de, em 1927, porem-se em liberdade todos os presos políticos e fecharem-se as prisões chamadas La Rotunda (em Caracas), Castelo Liberta-

dor (em Puerto Cabello) e Castelo de San Carlos (no lago de Maracaibo), que tinham sido — e mais adiante continuariam sendo — masmorras de terror onde a morte dos presos era fato freqüente³². Também se permitiu o regresso de numerosos exilados. Provavelmente essa moderação na conduta repressiva do gomezismo se deveu por uma parte, à benéfica influência do doutor Baptista e, por outra, à pressão internacional, pois em vários países estrangeiros, inclusive os Estados Unidos, se havia denunciado reiteradamente a selvagem repressão do governo de Gómez, e este, apesar de tudo, era sensível a essa campanha adversa. Lamentavelmente, o doutor Baptista morreu no mesmo ano de 1927, de uma maneira considerada suspeita, embora nunca se tenha podido comprovar a hipótese de um assassinato.

O nepotismo de Gómez sofreu graves reveses na década de vinte. Falou-se da existência de um “clã Gómez” composto pelo ditador, seu irmão Juan Crisóstomo, seus primos Eustoquio Gómez e Santos Matute Gómez, seu tio José Rosario García (colombiano) e seus filhos José Vicente e outros. O irmão, Juan C. Gómez (chamado Don Juancho), desempenhou os cargos de primeiro vice-presidente da República e governador do Distrito Federal (Caracas) até sua morte por assassinato em 1923, no que se presumiu uma intriga familiar complicada com uma intriga política de sucessão. Em 1925 caíram em desgraça Eustoquio Gómez e Santos Matute Gómez, provavelmente por causa da influência de José Vicente Gómez, filho do ditador e aspirante à sucessão. Este último também cairia em desgraça com o pai, devido a suas reiteradas ambições presidenciais contando com o respaldo de jovens oficiais do exército e de um setor do gomezismo — no fundo também se moviam interesses estrangeiros ligados tre ingleses e norte-americanos — e a uma suposta participação do delfim no movimento subversivo de 1928 — tudo isso o conduziu ao exílio, do qual nunca regressou, pois morreu na Europa pouco depois. Quanto a José Rosario García, espécie de conselheiro de Gómez, caiu em desgraça em 1931 por causa de um “conselho” sobre sucessão presidencial em favor de seu parente José María García. Com a morte de J. V. Gómez, ocupou a chefia do governo o general Eleazar López Contreras, ministro da Guerra e da Marinha, que não era parente do ditador, embora, sim, um dos sessenta que invadiram o país com Castro desde o Táchira em 1899.

Em 1927 foi reconstituída a Federação de Estudantes da Venezuela, depois da prolongada clausura da Universidade Central que durou até 1925. Em fevereiro de 1928 organizaram-se uns festejos histórico-literários para arrecadar fundos com o objeto de fundar uma Casa do Estudante. Elegeu-se uma rainha dos estudantes com o nome de Beatriz I, que foi coroada no Teatro Municipal de Caracas em ato famoso durante o qual o estudante poeta Pío Tamayo recitou

32. Juan Bautista Fuenmayor, *Historia de la Venezuela política contemporánea*, segunda parte. Caracas, 1976, p. 61.

versos em honra da soberana, mas com a intenção de exaltar a liberdade contra a opressão. As jornadas da Semana do Estudante se converteram num movimento de protesto contra o regime gomezista, iniciando-se com uma manifestação desde a Universidade até o Panteão nacional, onde o líder juvenil Jóvito Villalba — dirigente político de primeira linha na história pós-gomezista — pronunciou um discurso ardoroso, virtualmente antigomezista e antiimperialista. Concluídas as jornadas, foram detidos, entre outros, Pío Tamayo, Antonio Arráiz — notável romancista, poeta e jornalista, mais tarde —, Rómulo Betancourt (que ocuparia duas vezes a presidência da República), Jóvito Villalba e Guillermo Prince Lara, dirigentes estudantis então. A Federação de Estudantes protestou contra as detenções e outros muitos estudantes foram encarcerados. Um movimento popular, espontâneo, de apoio aos estudantes se realizou em Caracas e outras cidades; houve greves e outros atos contra a ditadura. O descontentamento reuniu, de uma maneira ou de outra, ativa ou passivamente, as vítimas e os ressentidos: latifundiários arruinados ou despojados, artesãos, operários, pequena burguesia e algumas personagens da incipiente burguesia industrial. Os estudantes foram postos em liberdade. O movimento de 1928 representou um marco histórico ao qual se deu o nome de “geração de 28”, de influência determinante na história venezuelana dos últimos quarenta anos, no campo político, cultural e até econômico. Esse movimento obteve inclusive a simpatia, encoberta obviamente, de alguns grupos gomezistas, notavelmente José Vicente Gómez, filho do ditador, e oficiais do exército. Pouco tempo depois — em 7 de abril de 1928 — teve lugar um começo de rebelião militar, apoiada por civis, que fracassou por uma delação e pela intervenção do general López Contreras, chefe militar de Caracas. Nunca antes nem depois esteve Gómez tão perto da derrubada como então. A consequência, desde logo, foi o recrudescimento da repressão com numerosos encarcerados, exilados e condenados a trabalhos forçados nas estradas. Pode-se dizer que 1928 foi o antecedente mais claro de 1936, quanto à luta política, popular, com incorporação da classe média, de estratos progressistas da burguesia e dos operários, e a tentativa de canalizar o movimento rumo à organização em partidos.

Em 1929 ocorreram dois fatos dignos de menção: uma fracassada invasão armada contra Gómez, nas costas orientais do estado de Sucre, encabeçada pelo general Román Delgado Chalbaud, e o assalto à ilha de Curaçau (vizinha à Venezuela) por um grupo de venezuelanos dirigidos por Gustavo Machado, líder comunista de projeção histórica. O assalto a Curaçau tinha por objetivo obter armamento para invadir a Venezuela pelo ocidente; mas o objetivo fracassou pois o armamento não existia. Ainda um fato a mais: em dezembro de 1930 uma manifestação popular pela liberdade dos presos políticos foi dissolvida a tiros de fuzil com saldo de mortos e feridos. Ainda prosseguiria a longa noite da ditadura, cujo silêncio era apenas perturbado pelas fugazes aventuras guerrilheiras de Arévalo Cedeno, mas para além desse silêncio se gestava o de-

envolvimento político e ideológico, o nascimento de partidos, de organizações sindicais e camponesas, o amadurecimento da consciência da necessidade de uma democracia efetiva, de uma mudança para colocar a Venezuela no século XX, pois as ditaduras de Castro e de Gómez impediram em grau quase absoluto que as correntes de transformação do mundo contemporâneo se fizessem presentes no país, e algumas delas só viveram subterraneamente na mente, na atitude e na luta de uns poucos adiantados que tiveram a sorte de conhecer outras realidades.

2. O Regime de Produção

A propriedade privada fundamental durante o período considerado era a terra, cuja elevada concentração em poucas mãos era a característica mais notável. Grandes extensões territoriais, de potencialidade agrícola (vegetal ou pecuária) e/ou florestal, eram possuídas por um pequeno número de pessoas, enquanto que a imensa maioria da população rural carecia de solo próprio para seu cultivo e tinha de depender da relação de trabalho e/ou arrendamento em regime precário de uma parcela aos latifundiários. A renda-trabalho e a renda-espécie eram modalidades comuns no regime agrário de produção e representavam formas primitivas de exploração da força de trabalho camponesa em proveito de uma minoria de proprietários, freqüentemente absenteístas. Juan Vicente Gómez³³, chefe do governo, era o maior proprietário a título pessoal da época³⁴. Seus familiares e amigos eram também grandes proprietários. As melhores terras da parte norte-central do país eram de Gómez, seus parentes e acólitos. Outros grandes proprietários eram os descendentes das antigas famílias da aristocracia crioula, dos caudilhos e dos que, de uma ou de outra maneira, faziam parte da oligarquia tradicional. O latifúndio predominava então.

A atividade petrolífera emergente influenciou quanto a dar mobilidade relativa à propriedade agrária, e também como causa coadjuvante da decadência dessa forma de propriedade no quadro das relações econômicas do país³⁵. As

33. “Na Venezuela o imperialismo não precisou de financiar golpes de estado, organizar sangrentas revoltas nem desembarcar sua marujada porque contava com um governo de traição nacional, em síntese: com uma ditadura petroleira que funcionava como uma aliança de classes dominantes nativas e os monopólios norte-americano.” Federico Brito Figueroa, *Historia económica y social de Venezuela*, t. II, Caracas, 1966, UCV, p. 373.

34. “Em termos individuais, Juan Vicente Gómez, o primeiro latifundiário do país, conjuntamente com seus asseclas, apoderou-se, utilizando a força do Estado, das fazendas representativas da riqueza agropecuária da Venezuela nas três primeiras décadas da era petroleira.” Federico Brito Figueroa, *op. cit.*, p. 387.

35. “Na Venezuela, nas primeiras décadas do século XX, o petróleo constitui um fator de mobilidade da propriedade territorial agrária porque influi na incorporação de extensas áreas do domínio público — baldios, terras nacionais e municipais — ao patrimônio das petroleiras e dos caudilhos militares do governo.” Federico Brito Figueroa, *Ibid*, p. 389.

companhias petrolíferas adquiriram o domínio de enormes extensões de terra, sob a figura da *concessão*. Sua demanda de força de trabalho em determinadas regiões do país — Monagas e Anzoátegui, no oriente; Zulia, no ocidente, principalmente — determinou em parte um êxodo camponês rumo aos campos petrolíferos e suas vizinhanças, o que provocou uma escassez de peões nas fazendas colocando-as em dificuldades de produção. O êxodo camponês também obedeceu à piora das condições de trabalho e de vida no meio rural e à atração que as atividades periféricas nos campos petrolíferos — serviços improdutivos, concretamente — exerciam nas camadas depauperadas da população agrícola. Todavia, proprietários de algumas quintas rurais, enclavadas na área de prospecção petrolífera, se beneficiaram da atividade das companhias mediante a fórmula da regalia, enquanto proprietários de outras que foram afetadas desfavoravelmente em seu potencial produtivo receberam uma compensação econômica que resultou substancialmente insuficiente. Em todo caso, a estrutura agrária não se modificou no essencial; a concessão petroleira não alquebrou o regime de latifúndio, senão que, em certo sentido, fortaleceu-o e complementou-o. Uma parte considerável do setor agrícola estava ocupada na economia de subsistência, sob a forma de *conuco*, isto é, de cultivos rudimentares geralmente mistos em mui pequenas superfícies de terra cuja propriedade, freqüentemente, não era do camponês e cuja produção mal bastava para a alimentação pobre da família. Para complementar seus meios de vida o *conuquero* tinha de empregar-se temporariamente como “peão” nas fazendas. O pagamento do salário não se efetuava em dinheiro, no mais das vezes, mas em “fichas” somente utilizáveis para comprar no barracão de víveres do fazendeiro, onde os preços eram arbitrariamente fixados e sempre muito superiores aos do mercado; daí que o peão ficasse permanentemente endividado para com o fazendeiro e obrigado a trabalhar para ele por toda a vida. Assim, pois, no campo coexistiam dois pólos: o latifúndio com a economia de subsistência e a exploração primária da força de trabalho em condições aproximadamente feudais. Se se fizer referência ao fato de que 85 por cento da população vivia no meio rural e dependia deste, apreciar-se-á o caráter determinante das relações agrárias de produção assim tipificadas. À guisa de ilustração, mencionarei que de uma receita nacional estimada em 1.000 milhões de bolívares ao ano, como média, no período 1916-25, uns 50 por cento aproximadamente se originavam na agricultura e a metade da produção agrícola se destinava à exportação³⁶.

36. “Uma estimativa da renda nacional e sua composição para o período 1916-25 nos daria aproximadamente com média anual (em milhões de bolívares): agricultura 480; artesanato e indústria 200; comércio, transporte e serviços 200; governo 120; total 1000; petróleo 25.” Francisco Mieres, “Los efectos de la exploración petrolera sobre la agricultura en Venezuela”, apêndice da obra de Héctor Malavé Mata, *Petróleo y desarrollo económico de Venezuela*, UCV, Caracas, 1962.

Na área urbana predominavam a pequena produção mercantil, o comércio e os serviços. O artesanato tinha alguma importância e sua contribuição para o produto nacional se estimava nuns 15 por cento. O comércio, o transporte e os serviços privados contribuíam com 20 por cento de tal produto, e a atividade governamental, com 10 por cento. A Indústria manufatureira, cujas dimensões técnico-econômicas variavam entre a pequena e a média, representavam uns dois por cento. O petróleo, malgrado seu crescente peso na exportação, contribuía com três por cento do produto, o que, em todo caso, pode-se encarar como uma subestimação; as indicações citadas padecem, desde logo, de uma base estatística insuficiente, já que para os anos considerados a informação econômica era muito rudimentar.

O comércio se ocupava na exportação, importação e circulação mercantil interna. Exportavam-se principalmente produtos agropecuários (o petróleo era exportado diretamente pelas companhias concessionárias) e importavam-se bens industriais, alimentos elaborados ou em processo de elaboração, máquinas, equipamentos, meios de transporte e alguns insumos para a agricultura, a mineração, a construção e a indústria; as companhias petrolíferas importavam diretamente os artigos que lhes eram indispensáveis exonerados de direitos de alfândega. Em 1926 o valor da exportação agrícola alcançou 150 milhões de bolívares e o da exportação de asfalto, petróleo e derivados, 247 milhões, cifras que indicam que foi esse o primeiro ano em que os hidrocarbúntes se colocaram à cabeça do comércio exterior venezuelano, posição que ocupam até hoje. Em 1926, a importação se situou em 412 milhões de bolívares, quantidade que inclui as aquisições das companhias petrolíferas no exterior, determinando-se um moderado déficit da balança de mercadorias. Esse déficit deve ser analisado à luz dos componentes do comércio exterior: do lado da exportação deve-se levar em conta que a exportação efetuada pelas companhias petrolíferas não tinha como contrapartida um ingresso de divisas no país num montante equivalente, mas sim por um substancialmente menor correspondente ao “valor retornado”, isto é, a parte do valor da exportação que realmente constituía ingresso nacional (remunerações do trabalho venezuelano e impostos percebidos pelo fisco nacional); do lado da importação, portanto, também deve-se discriminar entre a efetuada pelas petrolíferas — pagas por seus próprios recursos externos — e as do resto da economia. De modo que presumivelmente o déficit comercial deve ter sido, em todo caso, diferente do registrado pela estatística. O governo obtinha seu principal ingresso dos direitos aduaneiros e arrecadações menores na forma de impostos internos sobre a circulação e o consumo. O petróleo não contribuía mais que com 20 por cento, em média, do ingresso público nacional no período considerado.

O proletariado estava em processo de formação. Consistia em pequenos grupos operários nas fábricas, no transporte, na construção e alguns serviços. A atividade petrolífera em crescimento determinava a formação de um novo ti-

po de proletariado, qualitativamente diferenciado, vinculado a uma exploração primária e em relações de produção com o capital monopolista internacional. O investimento estrangeiro no país em 1929 se estima em 260 milhões de dólares, a maior parte aplicada no negócio petroleiro e outra parte nos serviços, no sistema bancário e no comércio. Os investimentos dos Estados Unidos ascendiam a 162 milhões de dólares e os da Inglaterra e Holanda, em conjunto, a 82 milhões. Também existia algum investimento estrangeiro em atividades relacionadas ao mercado interno, notavelmente a eletrificação, o transporte e algumas indústrias. Começava a perfilar-se nesse período, portanto, uma estrutura econômica heterogênea, complexa num grau maior que na época pré-petroleira, e que se compunha dos elementos seguintes: agricultura de exportação, agricultura de subsistência, pequena produção mercantil, incipiente indústria manufatureira, construção, comércio e serviços; como um eclave em expansão se situava a atividade petroleira sob o controle direto dos monopólios internacionais. Desde cedo, o modo de produção era capitalista, já que predominavam os elementos correspondentes ao mesmo, mas era um capitalismo periférico, dependente, carente de integração interna e cuja dinâmica se subordinava inteiramente à conjuntura capitalista mundial como um processo reflexo e distorcido.

3. As forças produtivas

A base material de sustentação da sociedade venezuelana da época era a exploração de recursos naturais de índole agrícola e petroleira, com aplicação intensiva de força de trabalho e tecnologia heterogênea (desde a rudimentar em fazendas e pastos até a mais avançada nos campos petrolíferos). Grandes deficiências e insuficiências de infra-estrutura freavam a expansão agrícola, além, é claro, da regressiva distribuição da propriedade agrária. As vias de comunicação, escassas, se orientavam em função das necessidades de uma economia “de porto” (exportadora-importadora); os meios de transporte prevalecentes no meio rural eram os de tração animal; funcionavam algumas ferrovias de curto trajeto; carecia-se completamente de silos, centros de armazenagem e processamento de frutos, salvo os cultivos de café e cacau. A atividade petroleira se realizava com os procedimentos, técnicas e meios mais adiantados de seu gênero, para a época, e a combinação produtiva era de índole capitalista, com uma mediana intensidade de capital e absorção considerável de mão de obra. O artesanato oferecia mui limitadas possibilidades de evolução tecnológica e de incorporação de trabalhadores dependentes. A indústria manufatureira não era propícia à renovação dinâmica de equipamentos e procedimentos de fabricação. A construção se realizava com base na incorporação relativamente numerosa de mão de obra. O setor primário da produção ocupava o primeiro lugar quanto à geração do produto, o setor secundário estava em situação incipiente

e o setor de serviços tinha uma expansão desmedida em relação à base material da produção.

4. *A dinâmica de classe*

Antes da incorporação da atividade petroleira à economia venezuelana, poucas mudanças se haviam realizado na estrutura social em relação à existente, por exemplo, ao iniciar-se o movimento federal (1859). A grande massa da população era camponesa e vivia na pobreza e em situação precária, porque o campo não lhe proporcionava meios de subsistência suficientes. Sob a denominação de “campesinado” podem incluir-se os grupos seguintes: *conuqueros* (micro-arrendatários), peões-*conuqueros* adscritos de fato às fazendas e peões-diaristas. Os camponeses, no geral, não eram proprietários territoriais e se viam forçados a cultivar em baldios ou a pagar renda em trabalho, espécie ou dinheiro aos proprietários. O *conuco* (microparcela) era cultivado pelo próprio camponês e sua família, principalmente com propósito de subsistência. Existiam algumas comunidades indígenas, dispersas pelo país, que trabalhavam a terra em comum e possuíam em comum os meios de produção e o produto. Também existiam grupos reduzidos de pequenos e médios produtores rurais, proprietários, que operavam numa escala apreciável de produção para o mercado e obtinham receitas superiores às dos *conuqueros*, mediante a aplicação de procedimentos, meios e métodos menos rudimentares de cultivo e de comercialização dos produtos. O grupo dos grandes proprietários (latifundiários) — que provavelmente não excedia os 6 mil no período considerado — monopolizava cerca de 80 por cento das terras privadas e levava seu domínio até os bosques, fontes de água e outros recursos naturais. Os maiores proprietários eram o ditador Gómez e seus favorecidos assim como os descendentes das antigas famílias “mantuanas” (aristocracia nacional da época da colônia) e dos beneficiários das guerras de Independência e de Federação. Os latifundiários residiam, no geral, nas cidades ou passavam nelas a maior parte do tempo; alguns residiam na Europa ou faziam prolongadas viagens a esse continente. Na população urbana podiam distinguir-se os estratos sócio-econômicos seguintes: artesãos, pequenos comerciantes, empregados públicos e privados, professores de escola, pequenos grupos de profissionais liberais, estudantes e intelectuais que formavam uma pequena burguesia relativamente numerosa; a burguesia, de escasso desenvolvimento, estava formada por médios e grandes comerciantes, alguns industriais, banqueiros, prestamistas não institucionais, empresários da construção e de serviços, de cuja classe procediam, geralmente, os altos empregados governamentais; no outro extremo se encontravam os grupos incipientes do proletariado urbano (indústria manufatureira, construção, transporte, serviços) e do *subproletariado* (trabalhadores domésticos, bufarinheiros, su-

bocupados, marginais, lumpen etc.)³⁷. Nas zonas petrolíferas — Zulia no ocidente, Anzoátegui e Monagas no oriente — formava-se rapidamente um proletariado em condições singularmente dinâmicas, já que vendia sua força de trabalho diretamente aos consórcios imperialistas internacionais, e que procedia — em 1930 seu número era de cerca de 21 mil — do campesinado e dos grupos de trabalhadores pesqueiros de Falcón, Anzoátegui, Sucre e Margarita, principalmente. A burguesia se ampliava com os funcionários públicos enriquecidos ilicitamente e com a conservação — então muito limitada — de latifundiários em proprietários urbanos e empresários.

Este período poderia caracterizar-se pelo surgimento de novas camadas sociais e pela modificação de outras em virtude da influência da atividade petrolífera, tanto de forma direta — através da própria inversão estrangeira e da ocupação de força de trabalho — como de forma indireta (mediante os efeitos do gasto público financiado com receitas petrolíferas na distribuição da renda). Em tal sentido, cabe assinalar a ascensão de uma nova camada da burguesia, a comercial importadora, e a relativa decadência da classe latifundiária agrícola. Novas formas de excedente fizeram sua aparição: a aquisição de bens duráveis de consumo pelas camadas privilegiadas da sociedade e a construção de obras públicas e a expansão do capital comercial e financeiro, tudo estimulado pelo gasto público, de tal modo orientado que seus benefícios ficavam reclusos tanto a setores restritos da população como em regiões determinadas do país (principalmente a região norte-central). Enquanto isso ocorria, as massas camponesas eram golpeadas mais rudemente pela miséria, pela expropriação, pelas ínfimas condições de vida, e a pequena burguesia era oprimida pela substancial insuficiência de suas receitas e pelas mui escassas oportunidades de melhorar suas condições. O proletariado, sem tardança, era vítima da mais crua exploração, sem direitos sociais nem amparo na ação do governo.

5. O movimento demográfico

Em 1926 o censo de população registrou a quantidade de 3 milhões 026 mil 878 habitantes. Em 1936 o censo alcançou 3 milhões 491 mil 159 habitantes. O crescimento populacional, portanto, num período de dez anos aproximadamente, foi de 464 mil 281 habitantes em cifras absolutas e de 15,3 por cento em termos relativos, o que permite determinar uma média anual de crescimento demográfico de 1,5 por cento, consideravelmente baixo em comparação com outros países latino-americanos para a mesma época. De fato, é conveniente assinalar que a população venezuelana teve um crescimento lento, e às vezes regressivo, durante a época anterior a 1920, obstaculizado pelas guer-

37. Pode-se definir o “bubproletariado” como uma massa heterogênea de trabalhadores improdutivos que obtêm pagamentos eventuais, não assimiláveis ao salário, ou estão inteiramente desempregados, mas sem disposição de concorrer em demanda de emprego.

ras internas, pelas epidemias e endemias, pela desnutrição e pela falta de assistência médico-sanitária. Oitenta e cinco por cento da população vivia no meio rural. Na década 1920-30 a esperança de vida ao nascer era de 40 anos, mais baixa no campo que na cidade. A ocupação principal da população ativa era a agricultura, em segundo lugar os serviços, em terceiro o artesanato e a indústria e por último a exploração petrolífera-mineira. Oitenta por cento da população residia na zona costeiro-montanhosa (uma estreita faixa do país que se estende desde os Andes, na fronteira com a Colômbia, até a península de Pária, no extremo oriental, coberta em sua maior parte pelos sistemas montanhosos dos Andes e da costa) na qual se localizava a agricultura em proporção determinante, assim como a maioria das cidades mais importantes, incluída a capital federal (Caracas); também nesta zona se concentrava a maior parte do comércio, a incipiente indústria e os portos habilitados ao comércio exterior; os restantes 20 por cento da população residia nas regiões de Zúlia (em torno do lago de Maracaibo), nas planícies (onde predominava a atividade pecuária) e nos planaltos orientais, assento de atividades petrolíferas, assim como em Zúlia.

6. *O poder político*

A ditadura férrea e altamente repressiva de Juan Vicente Gómez dominou politicamente o país de 1908 a 1935, ano em que morreu o ditador e se iniciou uma nova etapa na vida venezuelana. Gómez conseguiu submeter os caudilhos regionais — eliminando fisicamente vários deles nas prisões —, fechou o ciclo dos alçamentos armados locais, unificou o poder político, dotou-o de meios repressivos organizados (exército, polícia) e governou de maneira personalista e despótica, embora com o cumprimento falaz de aparentes formalidades institucionais sempre adaptadas a seus interesses. A base econômico-social de sustentação desse regime foi uma aliança entre as classes dominantes internas — burguesia comercial e bancária, latifundistas favorecidos pelo regime — e os monopólios estrangeiros que controlaram a exploração de petróleo. Gozou de beneplácito e do apoio efetivo das potências capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda etc.). Os lucros do petróleo lhe permitiram estabelecer um aparato oficial administrativo, militar-policial, institucional, com alguma coerência e eficácia — se se o compara com o que existia anteriormente —, assim como também construir uma infra-estrutura física elementar (vias de transporte, telecomunicações, instalações de serviços, edificações etc.). A fazenda pública — muito simples, como a única complicação que significou o ingresso fiscal do petróleo — foi reorganizada sob a direção de um notável ministro de nome Román Cárdenas. É de notar que Gómez escolheu como membros de sua equipe governamental profissionais capazes e intelectuais de renome, junto com outros de qualidades contrapostas, e assim se destacam, além de Cárdenas, os

nomes de Gumersindo Torres, José Gil Fortoul, Césa Zumeta, Rubén González, Pedro M. Arcaya e Eleazar López Contreras, entre outros. Os mecanismos administrativos de fiscalização petrolífera foram estabelecidos sob a direção idônea e nacionalista - o que surpreende, dada a índole do regime a que serviu — de Gumersindo Torres no Ministério do Fomento, muito combatido pelas companhias petrolíferas que lograram duas vezes sua destituição. Foram criados, em 1928, os dois primeiros institutos “autônomos” oficiais, um para impulsionar programas agropecuários (Banco Agrícola e Pecuário) e outro para a habitação popular (Banco Operário). Em comparação com os governos anteriores, o de Gómez pareceu ordenado, eficaz, “progressista” no plano material, o que de nenhum modo significou bem-estar para o povo, mas, isso sim, enriquecimento de minorias e concentração de privilégios, além da entrega incondicional das riquezas ao capital estrangeiro. Em 1930, em plena depressão econômica do mundo capitalista, Gómez liquidou a dívida externa. Não permitiu incorrer em déficit do orçamento, embora, obviamente, às custas de manter em níveis mínimos os gastos em educação, saúde e outros de necessidade social, assim como os salários baixíssimos dos empregados subalternos da administração. O tirano apoderou-se, ademais, de uma grande parte das propriedades rurais através da coação e fez trabalharem nelas os camponeses recrutados como soldados. A fortuna de J. V. Gómez ao morrer se estimou em 127 milhões de bolívares (40 milhões de dólares ao câmbio da época).

Não tardou para que Gómez tivesse oposição política durante todo o tempo que durou seu governo. No período que examinamos, a orientação, as características e os protagonistas da oposição foram algo diferentes dos de antes de 1925. Na nova oposição participavam pessoas das novas gerações, portadoras de idéias políticas e sociais diversas, de inspiração liberal democrática alguns, socialista outros, os mais notáveis pertencentes à chamada “geração de 1928”³⁸. Nesse ano se deram ações de rua contra a ditadura, como já se disse, e nos motins participaram estudantes — filhos da burguesia, dos latifundiários, da pequena burguesia —, intelectuais profissionais, oficiais das forças armadas, artesãos e operários. Anos antes, em 1926, se havia fundado no México o Partido Revolucionário Venezuelano, cuja organização obedeceu principalmente à necessidade de tratar com o governo mexicano uma ajuda material para combater pela via armada a ditadura gomezista, ajuda que foi dada ainda que em proporções modestas. Esse partido propiciou o assalto a Curaçau, encabeçado por Gustavo Machado (líder marxista), do qual falamos mais

38. “A geração de 28 traz elementos novos à política nacional. Sua própria aparição marca algo diferente nas águas imóveis do gomezismo. Os desfiles com bandeiras, as boinas e os gritos. Ninguém tinha visto até então sinais tão originais e atraentes. Quando avançam com a bandeira nacional nas jornadas da Semana do Estudante, os olhos, quase ausentes dos venezuelanos, ganham brilho que produz o inusitado.” Domingo Alberto Rangel, *Los andinos en el poder*, edição do autor, 1964, p. 236.

acima, e também uma invasão pelas costas de Falcón, ações que não alcançaram suas metas; na invasão por Falcón participaram voluntários mexicanos. O PRV teve como fundadores Salvador de la Plaza, Gustavo Machado, Eduardo Machado, Miguel Zúñiga, Julio Martínez, Pedro Brito, J. A. Silva, entre outros. O PRV teve um programa democrático liberal e de modernização do país, com certos aspectos de controle econômico pelo Estado e de regulação do capital estrangeiro. É claro que essa organização política teve vida breve e se consumiu nas intencionalidades armadas contra Gómez. Em julho de 1929 se constituiu em Paris a chamada Junta de Libertação da Venezuela, que se encarregaria provisoriamente do poder uma vez derrubada a ditadura e enquanto se realizassem eleições; dessa junta figuraram: Santos Dominici, Alberto Smith, Rufino Blanco Fombona, José Rafael Pocaterra, Néstor Luis Pérez, Atilano Carmevali e Pedro Elías Aristeguieta, entre outros. Outra junta se havia formado ao mesmo tempo em Caracas para organizar o apoio popular uma vez que o movimento armado projetado se iniciasse, entre cujos integrantes se encontravam figuras da burguesia como Nicomedes Zuloaga, Guillermo López e Ramón Parpacén. A junta de Paris organizou e levou a cabo a expedição armada que atacou as forças gomezistas em Cumaná e que fracassou. Essas ações, embora com a participação de lutadores políticos e intelectuais de idéias progressistas, não contavam com a participação efetiva do povo, indispensável para seu êxito, e de certo modo significavam a repetição das ações armadas dos velhos caudilhos; ambições pessoais de poder, rancores igualmente pessoais, aventureirismo e romantismo se mesclavam nas motivações dos participantes, carentes de uma orientação consistente com a necessidade de transformação do país e de uma interpretação justa do momento histórico que se vivia. Novas circunstâncias econômicas, sociais e políticas modificavam a realidade venezuelana da época, assim como o contexto internacional profundamente comovido pelo triunfo do socialismo marxista na Rússia e pela ascensão à hegemonia do sistema capitalista mundial dos Estados Unidos. Pouco depois, no final de 1929, estalaria a grande crise econômica capitalista que haveria de projetar-se na grave depressão prolongada até 1934, e emergiria na Europa o nazi-facismo como fase criticamente agressiva do imperialismo. Em 1931 foi criada a primeira célula do Partido Comunista da Venezuela (PCV), organizado por Aurelio e Mariano Fortoul, Francisco J. Delgado, Juan B. Fuenmayor, Víctor García Maldonado, Raúl Osorio, José Antonio Mayobre e outros. Posteriormente se incorporaram à incipiente organização os estudantes Rodolfo Quintero, Fernando Key Sanches, Ángel J. Márquez, Víctor Lara, assim como os operários Felipe Escobar, Pedro Rodríguez, Horácio Mena, Manuel Simoza, Lilia Medina, Pedro Cadamo, Tomás Torres e Ramón Abad³⁹.

39. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, pp. 165-167.

Os movimentos de 1928 e 1929 revelaram que a consciência popular não estava adormecida. O povo, sem dúvida, carecia de orientação e de organização política e seu protesto foi como um transbordamento transitório do repúdio à ditadura que permaneceu latente durante quase toda a existência desta. Por outro lado, nesses movimentos participaram ou de algum modo manifestaram sua simpatia membros de classes ou estratos em processo de formação: proletariado urbano, burguesia industrial, assim como também membros de estratos afetados desfavoravelmente pelo regime gomezista e pelas companhias petrolíferas: médios e pequenos proprietários rurais, cultivadores de café e cacau. Coincidência significativa foi que em 1928 a Venezuela assumiu a posição de segundo produtor mundial de petróleo — em primeiro lugar os Estados Unidos — e de primeiro exportador do produtor, confirmando-se assim a transformação de país agrícola em país petrolífero que perdura até hoje. Todavia, esta liderança não era acompanhada pelos escassos ingressos fiscais e do trabalho percebidos pela Venezuela, o que mostrava o alto grau de exploração pelo capital estrangeiro e sua apropriação praticamente absoluta do excedente gerado na atividade petrolífera.

O poder político absoluto do regime gomezista se assentava instrumentalmente no domínio do exército e da polícia e economicamente nos interesses do capital monopolista estrangeiro principalmente estabelecido no negócio petrolífero, da burguesia comercial-financeira e dos grandes latifundiários favorecidos pelo estado de coisas reinante. A grande maioria da população permanecia à margem do usufruto dos meios econômicos, da atenção do Estado e de qualquer oportunidade de melhora. O descontentamento, portanto, se acumulava, se estendia e se aprofundava. Na data de centenário da morte do Libertador (Bolívar), 17 de dezembro de 1930, deu-se uma manifestação popular pelas ruas de Caracas reivindicando a liberdade dos presos políticos, que foi dissolvida a balas diante dos muros de La Rotunda (tétrica prisão gomezista) com saldo de mortos e feridos. Esta foi a última ação de rua das massas populares durante o regime de terror que findou em 1935.

O conteúdo programático do primeiro manifesto produzido pelo PCV se identificava em boa parte com objetivos e metas do processo democrático-burguês, tais como: reforma agrária profunda; o princípio de salário igual para trabalho igual, sem discriminação; descanso pré e pós-natal; salário completo e assistência médica às mães trabalhadoras; uma espécie de seguro social de desemprego, doença, invalidez e velhice; redução da jornada de trabalho etc.; no entanto, numa mistura desordenada, também se incluíram objetivos de uma revolução socialista como a tomada das grandes empresas, fábricas, minas e transporte para sua nacionalização sob um governo operário e camponês, supressão de arrendamentos e aluguéis etc. A ausência de uma análise científica da realidade venezuelana permite explicar nesse documento inicial a confusão de objetivos e metas. Para um país submetido a relações de produção agrária

de índole latifundista e dominado pelo capital monopolista estrangeiro através de uma ditadura semibárbara, o indicado era um processo antiimperialista e antilatifundista, de democratização liberal burguesa, embora com um grau significativamente necessário de intervenção do Estado. Para um partido comunista era indispensável, de saída, a referência aos objetivos revolucionários de sua luta, mas claramente diferenciados dos objetivos intermediários então preferentes, dadas as condições históricas concretas da Venezuela. Sem dúvida, o PCV foi perseguido implacavelmente pela ditadura, e seus fundadores e militantes sofreram as contingências do cárcere, da clandestinidade ou do exílio. Em todo caso, estava semeada a raiz do movimento marxista-leninista na Venezuela, que logo sofriria divisões e dissidências, as mais importantes das quais têm sido assinaladas pela busca de um sentido nacional.

Em 1931 também se formou em Barranquilla (Colômbia), com vários lutadores políticos exilados, a Associação Revolucionária de Esquerda (ARDI), germe do que seria anos depois o movimento liderado por Rómulo Betancourt e que tomou formas sucessivas no partido Organização Venezuelana (ORVE) em 1936, no Partido Democrático Nacional (PDN) em 1937 e na Ação Democrática (AD) em 1941. O referido grupo de exilados — entre os quais se encontravam Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Valmore Rodríguez, Ricardo Montilla, Simón Betancourt e outros — produziu um documento analítico-programático denominado “Plano Barranquilla”, de orientação antiimperialista e antilatifundista, nacional-revolucionária, com algumas pinceladas de marxismo, à maneira do APRA e seu líder Haya de la Torre no Peru. O documento pôs em destaque alguns aspectos importantes da realidade venezuelana da época, em primeiro lugar a aliança entre o capital estrangeiro e a “casta” latifundista-caudilhistas nacional⁴⁰, como base de sustentação do gomezismo, e a necessidade de converter a luta contra a ditadura gomezista numa luta pela transformação do país. Na parte programática, o “Plano Barranquilla” contempla duas instâncias: uma mínima, de liquidação da ditadura, castigo de seus responsáveis, restituição à República dos haveres ilicitamente obtidos por aqueles, vigência das liberdades, direitos e garantias civis e políticos, melhora das condições de trabalho e de vida dos operários e camponeses, a autonomia universitária, a modernização do ensino, a revisão dos contratos e concessões ao capital estrangeiro e a convocação de uma Constituinte; a instância máxima consistia em transformações mais profundas da estrutura econômico-social que conduziriam a largo termo ao socialismo. Aparentemente, as diferenças entre o PCV e ARDI eram de ordem tática, já que ambos se propunham, como objetivo transcendente, o socialismo; contudo, como o desenvolvimento histórico o tem demonstrado, as diferenças eram mais que de tática, ou inclusive de estratégia, de concepção da luta ideológica e política. O movimento liderado por Betancourt pôs todo

40. *Libro rojo 1936*, Serviço Secreto de Investigações, pp. 286 ss. As aspas são minhas.

o empenho em negar qualquer identificação, ou aproximação, com o marxismo e considera, segundo todos os indícios, a democracia burguesa populista como a estação final da História. A ARDI — e Betancourt em primeiro plano — não deixou à época, entre seus amigos e simpatizantes, de proclamar seu credo socialista, mas sujeito à “realidade” e antes como “último trunfo na manga” que como objetivo explícito e expresso. Na mente desses jovens se esboçava a idéia de uma frente policlassista com participação dos operários, dos camponeses, dos pequenos e médios proprietários, industriais, comerciantes, empregados, profissionais, intelectuais, estudantes, professores etc., para a democratização nacional e o desenvolvimento do país; mas, ao mesmo tempo, sem liderança da classe operária, o que na prática veio significar a liderança da pequena burguesia ou, mais amplamente, do que se houve por bem chamar “classe média”. O problema continua sendo: quem conduz a revolução?, tanto ou mais importante que o dos caminhos da revolução.

O período 1926-35 foi a última etapa do regime gomezista. No seio da velha sociedade anterior ao petróleo foram-se formando novos componentes, tanto das classes dominantes como das dominadas. Esse processo, impulsionado pelas novas relações geradas pela exploração de petróleo, se acelerou depois de 1925 e mais ainda depois de 1930. O regime econômico-social baseado no latifúndio, na exploração da força de trabalho camponesa, na exportação de produtos agrícolas, entrou em crise. Surgiu o proletariado petroleiro e o urbano. Os camponeses emigraram para as zonas petrolíferas e para as cidades, transformando-se em proletários ou subproletários. Formaram-se e cresceram novas camadas, incipientes, da burguesia; ganharam força: o comércio importador, o banco comercial, a construção urbana, o transporte automotor, certos serviços estimulados pelo gasto do excedente petroleiro retido no país, assim como algumas indústrias manufatureiras de proporções moderadas. Também cresceu a pequena burguesia. Os novos componentes da sociedade exigiam instituições mais modernas, regras de jogo mais flexíveis, participação no poder político, em suma, uma evolução do Estado e do governo, uma nova visão da realidade social, horizontes mais amplos para a atividade econômica, uma democratização das relações entre capital e força de trabalho. O movimento de 1928 deixou uma seqüela que foi tomando consciência da necessidade de uma mudança. Os grêmios de trabalhadores — fundados segundo as modalidades de associações de artesãos e operários, de mútuo auxílio sob patronatos religiosos — foram os embriões dos sindicatos e neles, no geral, se gestaram as lutas operárias. O regime gomezista estava destinado a desaparecer, mesmo sem a morte física do ditador ocorrida em 1935, a qual foi só um incidente que facilitou a transição a uma nova situação política. Gómez, na realidade, não era o “amo do poder”, mas o instrumento e o servo do poder real; mas este poder devia adaptar-se às modificações do processo histórico.

7. *As conjunturas notáveis*

No plano econômico, como mencionei, o ano de 1926 teve significação pelo fato de que durante ele a exportação de hidrocarburentes substituiu a de produtos agrícolas no primeiro lugar das exportações. A partir de então, o comércio exterior venezuelano — e a economia interna mais dinâmica — girou em torno do petróleo e esteve incorporado mais firmemente, sob novas modalidades, ao sistema capitalista mundial. O tipo de câmbio do bolívar começou a depender da entrada de divisas petroleiras mais que das procedentes da exportação agrícola. A baixa do câmbio por efeito da afluência das divisas petroleiras foi parcialmente compensada pelo aumento da demanda de importações e outros gastos no exterior. A capacidade para importar se ampliou e uma importação mais variada e rica permitiu a sofisticação do padrão de consumo das classes dominantes, com alguma difusão restrita à pequena burguesia e ao proletariado petrolero. A deterioração da economia exportadora tradicional se acentuou e se acelerou a partir de 1929, em concordância com a forte e prolongada depressão da economia capitalista desenvolvida. O índice de preços de exportação (sem petróleo) desceu (base 1920 igual a 100) de 99 em 1925 a 90 em 1929 e a 30 em 1935⁴¹, enquanto que o índice de volume de dita exportação (com a mesma base citada) flutuou amplamente através da década de vinte, alcançando um máximo de 208 em 1929 para baixar nos anos seguintes até 83 em 1935. O café recebeu com maior força o efeito da queda dos preços, de tal maneira que a carga de 200 libras que se quotizava a 320 bolívares em 1928 chegou a valer apenas 32 em 1933⁴². Os fazendeiros — boa parte deles — não puderam pagar suas dívidas durante a crise e suas propriedades foram executadas em favor dos credores: bancos, casas comerciais e agiotas. O valor da propriedade agrícola decaiu verticalmente. Maior miséria castigou os peões das fazendas e os pequenos produtores rurais. Nas cidades, a crise econômica também se fez sentir: caiu substancialmente o valor da propriedade urbana, os bancos restringiram drasticamente os créditos, os devedores hipotecários morosos foram despossuídos de seus imóveis, o desemprego aumentou e, obviamente, a miséria dos setores populares se fez mais aguda.

O governo não projetou nem pôs em prática nenhuma política para combater a depressão, salvo algumas medidas isoladas, casuísticas e contraditórias, entre as quais cabe citar um subsídio por uma só vez nominalmente a favor dos cultivadores de café e cacau, mas realmente apropriado em sua maior parte pelos exportadores comerciais, pelos agiotas e favorecidos do regime. Alber-

41. Ramón Veloz em sua obra *Economía y finanzas de Venezuela desde 1830 hasta 1944* (edição da III Conferência Interamericana de Agricultura), Caracas, 1945, apresenta uma série de índices de preços dos produtos de exportação, sem petróleo, dos anos 1920 a 1935.

42. Domingo Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 259.

to Adriani⁴³ em maio de 1935, ao examinar a crise do café, se pronunciava por um prêmio à exportação. O fisco nacional não refletia a crise econômica, paradoxo explicável por duas circunstâncias: a “austeridade” do gasto público, já que não se consignavam recursos orçamentários apreciáveis à educação, saúde, habitação, serviços públicos ou outras necessidades sociais, e os salários eram muito baixos; e a receita proveniente do petróleo que, durante a depressão, mostrou um comportamento singular, ao qual me referirei a seguir. É assim que as reservas do Tesouro aumentaram de 53 milhões de bolívares em 1931 para 61 milhões em 1932; ao fechar o ano fiscal 1934-35, as reservas do Tesouro chegavam a 111 milhões de bolívares. A política de Gómez durante a depressão foi, portanto, de acumulação de fundos mediante a abstenção de gasto.

Já assinalai que a atividade petroleira teve um comportamento singular durante a depressão, no que se refere à Venezuela. Desde cedo a exportação de petróleo sofreu uma queda nessa conjuntura e seguramente os preços de realização diminuíram; entretanto, deve levar-se em conta que na Venezuela essa atividade estava então em processo de crescimento, caracterizado mais que pelo ritmo de curto prazo da produção, pelos investimentos básicos que se aplicavam em prospecção e instalações. Devido a isso, a atividade como um todo registrou com menor intensidade o efeito da depressão do que se poderia supor se estivesse numa etapa de baixo investimento de crescimento. Não se deve tampouco esquecer que em 1928, às vésperas da crise capitalista mundial, os monopólios petroleiros mais importantes celebraram um pacto que provavelmente lhes permitiu desviarem-se com algum êxito dos escolhos mais agudos da depressão.

Em 1934 aconteceu a desvalorização do dólar norte-americano numa proporção de 40 por cento. Automaticamente o tipo de câmbio bolívar-dólar baixou de 5,20 bolívares para 3,06, de acordo com o padrão ouro, já que não se ditou de imediato nenhuma medida para reajustar a paridade do bolívar à nova situação monetária internacional⁴⁴. A revalorização automática da moeda venezuelana numa proporção tão alta afetou os interesses das companhias de petróleo, já que tiveram de negociar mais dólares para cobrir seus pagamentos em bolívares no país; também golpeou, sem dúvida, a já prostrada economia exportadora tradicional. Aparentemente para fortalecer a posição desta última, embora na realidade para conciliar os interesses e exigências das petroleiras, estabeleceu-se um novo regime cambial, sob a forma de um convênio entre o governo e o Banco da Venezuela (privado, auxiliar do Tesouro) que recebeu o nome de Convênio Tinoco, devido a ser seu gestor o doutor Pedro R. Tinoco, ministro de Gómez e servidor das companhias petroleiras e do capital es-

43. *Labor venezolanista*, 2ª ed., Caracas, 1946, p. 318.

44. Ramón Veloz, *op. cit.*,

trangeiro. Em virtude desse convênio, o Banco da Venezuela se comprometeu a adquirir divisas petrolíferas ao câmbio de 3,90 bolívares por um dólar até cobrir a demanda de câmbio por parte do mercado venezuelano; o excedente seria adquirido ao câmbio de importação do ouro, ou seja 3,03 bolívares; o câmbio para venda se fixou em 3,93 bolívares. Este foi o primeiro sistema cambial de base petrolífera que existiu na Venezuela, segundo a modalidade de câmbios diferenciais. Aparentemente, favoreceu-se a agricultura, mas na realidade o favorecido foi o negócio petrolífero estrangeiro. Não se interpretou então desta maneira o convênio cambial, já que vozes distintas clamavam por um reajuste em proveito da exportação agrícola, golpeada pela desvalorização do dólar; entre essas vozes cabe citar a de Alberto Adriani que afirmou que “o fator principal desta agravação de nossa crise é a desvalorização do dólar norte-americano”⁴⁵. Ainda em nossos dias afirma-se que a causa da ruína agrícola daquela época foi a baixa cotação do dólar⁴⁶. Sem dúvida, não concordo com esta explicação monetarista da crise agrícola venezuelana e prefiro mencionar, já que não há lugar para a análise neste trabalho, causas de índole estrutural, entre as quais se destaca o monopólio da propriedade territorial agrícola em condições semifeudais de exploração.

V. PERÍODO 1936-1945

1. Quadro Histórico Geral

Em 17 de dezembro de 1935⁴⁷ morreu Juan Vicente Gómez em exercício do poder. A pugna interna entre correntes gomezistas — a que pretendia a continuidade inalterável do regime e a que entendia a necessidade de uma liberalização do mesmo embora sem reformas essenciais — resolveu-se formalmente através da designação do general Eleazar López Contreras como presidente da República para concluir o período constitucional que se estendia até 19 de abril de 1936. López era no momento da morte de Gómez o ministro da Guerra e da Marinha; era, ademais, um dos 60 tachirenses que, com Cipriano Castro à cabeça, iniciaram o movimento armado que abriu o caminho do poder aos andinos. López chegou a adquirir uma cultura geral apreciável e uma formação militar mediante a autodisciplina. Tinha influência no exercício e em setores importantes do gomezismo, o que lhe permitiu — junto com sua habilidade

45. Alberto Adriani, *op. cit.* p. 351.

46. Juan B. Fuenmayor, *op. cit.*, p. 158.

47. Esta é a data oficial do falecimento do ditador; todavia, surgiram dúvidas, persistentes, sobre a hora exata do fato: a oficial foi às 11h. 45min. da noite. Presumiu-se, por alguns, que pode ter sido o dia 16 ou o 18 nas primeiras horas. O dia 17 foi coincidência com a morte do Libertador Bolívar.

para conduzir-se em situações difíceis — dominar a crise de poder surgida com o desaparecimento do ditador. Todavia, a seqüela da crise se manifestou durante tempo considerável no mandato de López, caracterizado por uma oscilação persistente entre a reforma democrático-liberal e os procedimentos repressivos, embora estes últimos nunca se comparassem ao terror gomezista. O movimento popular, com seu fluxo e refluxo alternativos, foi um fator importante dessa conjuntura de transição entre o gomezismo cru e as formas democráticas de governo que se deu no período que agora se estuda.

Na verdade, López Contreras, embora fiel a Gómez como chefe militar e de governo, não era um gomezista em seu modo de pensar sobre o país. Tampouco era, como os fatos demonstraram, um reformador profundo nem avançado no político, no econômico e no social. Era um homem de transição, de compromisso, entre uma situação de força praticamente absoluta e uma saída progressiva à democracia liberal burguesa moderna. Nesse sentido interpretou sua função histórica, embora tenha sido restritivo nos alcances de sua ação e não tenha estimulado a luta popular que facilitaria e abreviaria a transição. Deve levar-se em conta que López, ao assumir a chefia do governo, não tinha experiência de mando político. Tampouco havia no país experiência significativa do movimento de massas nem da luta política pacífica, já que haviam transcorrido (em 1936) quase quatro décadas de ditadura e eventuais aventuras armadas de tipo tradicional. A restrita participação do povo na vida política foi a característica deste período que se estende desde a morte de Gómez até a queda do governo de Medina Angarita.

Objetivamente não era possível a continuidade estática do gomezismo. Não foram as inclinações pessoais de López e seus colaboradores nem as circunstâncias fortuitas que determinaram o rumo dos acontecimentos. Já se disse que no seio da sociedade regida pela ditadura nasceram e começaram a crescer novas forças, novos componentes que iam adquirindo uma difusa e confusa noção de sua existência, posição e possibilidade no país. O proletariado, a pequena burguesia, estamentos da burguesia representavam interesses em expansão que não podiam desenvolver-se dentro do círculo de ferro da ditadura, a qual não permitia novas regras de jogo que pudessem favorecer o crescimento das forças produtivas e o alívio das tensões sociais. De uma ou outra maneira, esses interesses encontravam correspondência em idéias de renovação liberal, de exercício democrático, de modernização do Estado e de estímulo à economia. Os grupos mais evoluídos e alertas desses setores da sociedade — em contacto com as diferentes correntes de pensamento político, social e econômico existentes naquela época no mundo — tinham a convicção da necessidade e da possibilidade de uma mudança na vida nacional, e alguns deles haviam plasmado em definições programáticas ou simples enunciados de suas reflexões e atitudes àquele respeito. Por outro lado, a situação econômico-social da maioria do povo era desesperadora, assinalada pela falta de oportunidades de traba-

lho, pelos baixíssimos salários, pelo cerco das endemias, pela escassez grave de facilidades de educação, pela ausência de proteção, direitos e garantias no trabalho e outras calamidades. Algumas lutas operárias, incipientes, tinham ocorrido nos últimos anos do gomezismo, e as reivindicações dos trabalhadores continuavam brutalmente reprimidas pela ditadura em conivência com o capital estrangeiro e as forças mais reacionárias do país. A agricultura estava em ruínas e tal fato afetava agudamente pequenos e médios produtores rurais: Gómez e seus acólitos haviam estabelecido monopólios sobre quase toda atividade lucrativa e impunham exação a produtores e consumidores. A indústria não podia crescer sem a ampliação e fortalecimento do mercado interno, o que estava impedido pela repressão econômica e social mantida pela ditadura. Existiam, portanto, condições objetivas para uma reação de todos os setores progressistas contra a continuação da ditadura.

Embriões de organizações políticas haviam surgido na clandestinidade e no exílio. Às vésperas da morte de Gómez as tendências dominantes se orientavam rumo à unidade democrática, numa frente ampla antigomezista, anti-reacionária, antiimperialista e pela liberalização da vida política e civil. O regime gomezista englobava com o adjetivo de “comunista” toda idéia ou tentativa de renovação democrática, de elevação do nível de vida dos trabalhadores e de progresso nacional. Nisto a ditadura era acompanhada — ou, melhor dizendo, instruída — pelo imperialismo. Quando López Contreras assumiu a chefia do governo, ordenou a libertação dos presos políticos e a livre entrada no país dos exilados, com exceção dos “comunistas”; destes, os que regressaram foram encarcerados. A repressão anticomunista foi a carranca de proa do governo de López, que interpretava como comunismo todo movimento político que pretendesse ir mais além das reformas parciais, isoladas, moderadas ao extremo, permitidas ou propiciadas por López. Este permitiu no começo alguns movimentos de massas e até ações populares contra propriedades dos gomezistas mais odiados, que lhe ajudaram a desembaraçar-se da fração mais recalcitrante, criminosa e torpemente ambiciosa do gomezismo; porém, tão logo se sentiu menos inseguro no poder — com o apoio do exército, da polícia, do aparato civil e das classes dominantes reacionárias — reprimiu inclusive brutalmente as manifestações populares. Seu objetivo era a transição lenta, pausada, com “calma e cordura” como foi seu lema de governo, governo burocrático, formal, sem conteúdo de massas, sem participação coletiva; tudo devia ser ordenado e conduzido pelo poder. Em razão desta estratégia foi substituindo — no governo e nos corpos repressivos — os gomezistas que não lhe ofereciam confiança por gomezistas de seu afeto e por não-gomezistas e antigomezistas acima de toda suspeita de serem radicais de esquerda. Ao mesmo tempo, López aproveitou o descenso, ou enfraquecimento, da ação popular para reprimir severamente as vanguardas das forças democráticas ativas e as lutas operárias e camponesas. Foi assim que em 5 de janeiro de 1936 o presidente López ditou

um decreto de suspensão das garantias constitucionais — as quais, aliás, nunca tiveram vigência até então — alegando um suposto estado de subversão pública contra a paz, a ordem, a propriedade privada, as pessoas e as atividades e, obviamente, sob a evocação do perigo comunista. Com tais pretextos, o governo recém-estabelecido buscava a implantação de uma ditadura legalizada — ou, melhor dizendo, a restauração da ditadura sem Gómez e com procedimentos menos torpes que os do falecido. A resposta a essas medidas, que tendiam a cercar todo movimento democrático e a paralisar o povo, foi a concentração popular de 14 de fevereiro do mesmo ano, na praça Bolívar em Caracas, em frente ao palácio do Governo, que foi dissolvida a bala por forças repressivas governamentais, com saldo de mortos e feridos. Este fato determinou uma reação coletiva de impressionantes proporções e nesse mesmo dia, à tarde, uma manifestação multitudinária, calculada entre 30 e 40 mil pessoas, encabeçada pelos mais representativos de todos os setores progressistas da cidade, desde professores universitários até operários, chegou até o palácio presidencial de Miraflores, onde Jóvito Villalba e outros líderes exigiram de López o restabelecimento das garantias, o castigo dos culpados do massacre, a erradicação de gomezistas do aparato do Estado e a democratização efetiva da vida pública. Ante esta força popular, López prometeu retificar seus atos e, de fato, poucos dias depois foram restabelecidas as garantias, condenou-se o general Galavís, governador de Caracas, como responsável pelo massacre, fizeram-se mudanças progressistas no gabinete e nos governos regionais e o presidente da República expôs ao país um programa de governo muito ambicioso no material, que se denominou “Programa de Fevereiro”, nunca realizado, e que ficou como símbolo e mostra de demagogia governamental para suavizar momentos críticos.

A direção do movimento político do povo correu a cargo, nos primeiros momentos, da Federação de Estudantes da Venezuela (FEV), sob a presidência de Jóvito Villalba. Esta organização, cujo núcleo era o estudantado da Universidade Central (Caracas), foi unitária até o momento em que um grupo se separou (em 6 de maio de 1936) para fundar a União Nacional Estudantil (UNE) sob a liderança de Rafael Caldera. A UNE foi o antecedente juvenil do partido social-cristão COPEI, criado em 1947 e que no presente é um dos dois partidos que se alternam no governo e se qualificam como de centro-esquerda. A UNE em sua origem se identificou como um movimento conservador ao qual foram imputadas inclusive simpatias pela rebelião franquista que então ocorria na Espanha com o apoio do nazi-fascismo. A UNE, em todo caso, serviu às forças reacionárias para golpear o movimento popular e como ponta de lança do anticomunismo, sob cuja bandeira se tentava justificar todo ataque e repressão às idéias e ações progressistas. A UNE era, por outro lado, expressão militante do catolicismo tradicional, conservador dos supostos direitos “naturais” de propriedade, de empresa privada e de coexistência pacífica da riqueza e da pobreza. A FEV correspondeu a correntes democráticas, sem serem necessa-

riamente marxistas nem sequer radicais dentro do sistema; nela lutaram, entre outros, os que depois militaram no PDN e AD, partidos liderados por Rómulo Betancourt, de orientação democrática populista, não marxista; também na FEV lutaram marxistas e democratas liberais.

No transcurso do ano de 1936 foram criados diversos partidos políticos, de vida fugaz, embora algumas de suas correntes ideológicas se tenham projetado na vida política posteriormente. Entre os organizados nessa primeira fase da luta pela democracia cabe mencionar: Organização Venezuelana (ORVE), correspondente ao grupo ARDI, já referido, e em princípio organizada pelo chamado “Plano de Barranquilla”, cujo líder principal era Rómulo Betancourt; o Partido Republicano Progressista (PRP), de orientação marxista, embora sua definição programática fosse formalmente liberal, democrática, antigomezista, antiimperialista e antifeudal, em parte para cumprir os requerimentos de legalização e em parte para situar-se dialeticamente na conjuntura de luta pela transformação democrática burguesa da sociedade, entre cujos dirigentes estavam Salvador de la Plaza, Gustavo Machado, Rodolfo Quintero, Ángel J. Márquez, Ernesto Silva Tellería e outros que se identificavam como marxistas-leninistas; o Bloco Nacional Democrático (BND), de alcance regional, em Zulia, de inspiração marxista, dentro da corrente representada pelo PRP, embora em seu seio militassem, inclusive em nível de direção, pessoas que não professavam idéias marxistas e antes se inclinavam à linha da ORVE, e sua definição programática situava-o como um partido pequeno-burguês democrático; em Zulia também se desenvolveu nessa época uma ação organizativa do Partido Comunista da Venezuela (PCV) sob a direção de Juan Bautista Fuenmayor, Francisco J. Delgado, Elio Montiel, Manuel Taborda, Olga Luzardo, Max Garcia, José Martínez Pozo e outros⁴⁸; União Nacional Republicana (UNR), cronologicamente o primeiro partido fundado em 1936, de orientação democrática liberal tradicional, antigomezista, formado por membros da burguesia, que se poderia qualificar de progressista para a época, entre cujos dirigentes figuraram os doutores Nicomedes Zuloaga, Óscar Augusto Machado, Carlos Mendoza, Pedro Vallenilla, Raimundo Aristeguieta e outros da mais conspícua burguesia caraquenha; em Caracas, paralelamente à organização de partidos de perfil democrático burguês, desenvolvia-se outra ação clandestina do PCV, com a participação, principalmente, dos que orientavam e dirigiam o PRP.

Os setores mais conservadores e tradicionalistas das classes dominantes tentaram organizar-se politicamente em partidos nessa mesma época. Foram criados assim: o Partido Liberal, como réplica contemporânea do que existiu e teve influência determinante na vida pública durante a segunda metade do século XIX; o Partido Liberal Amarelo Histórico, também como réplica do passado político, de velhas bandeiras que nada diziam às novas gerações de venezue-

48. Juan Bautista Fuenmayor, *op. cit.*, pp. 293-297.

lanos; a Liga de Defesa Nacional, à instâncias do próprio López Contreras, como expressão das forças direitistas em contraposição às democráticas progressistas, inclusive em contraposição à burguesia liberal, modernizante, que já foi citada em sua organização da UNR; a Liga de Defesa Nacional se vestiu com a bandeira do anticomunismo, da defesa da ordem tradicional e dos privilégios mais agressivos das classes dominantes, identificando-se de imediato com a causa do franquismo fascista que assolava a Espanha; o Partido Nacionalista (PAR-NAC), outro da reminiscência histórica, com tentativa de rememorar a causa do general José Manuel Hernández que entre finais do século passado e princípios deste despertou entusiasmo no povo venezuelano, mas que fracassou sempre e se enterrou no olvido, sem nenhuma mensagem para a Venezuela pós-gomezista; o PAR-NAC também pretendia representar um movimento de apoio ao regime de López frente à ascensão das forças populares. Felizmente todos esses partidos conservadores, tradicionalistas, reacionários desapareceram em curto tempo do panorama político e não deixaram vestígios como tais no desenvolvimento da vida nacional; todavia, as forças antipopulares atuaram diligentemente, à margem de partidos, para sepultar as aspirações de democratização efetiva do país e para perpetuar, sob a cobertura institucional e legalista, a ordem repressiva herdada de Gómez no político, no econômico e no social, com variado êxito, pois embora o quinquênio de López no poder (1936-41) tenha propiciado uma transição a uma democracia restrita, com algumas liberdades e garantias, com escassa participação popular esporádica e moderados progressos na vida econômica e nas condições das classes trabalhadoras, também minimizou a ação transformadora e libertadora, freou o desenvolvimento político e social, deixou praticamente intacta a base do poder tradicional e utilizou ativamente os instrumentos repressivos contra as massas populares.

Apesar de López não ter auspiciado diretamente desde o governo a formação de nenhuma organização política militante para apoiar sua gestão, apareceram em várias localidades do país os chamados “Agrupamentos Cívicos Bolivarianos”, inspirados no suposto pensamento lopezista que pretendia ser uma interpretação do ideário bolivariano. O culto a Bolívar foi elevado por López à significação de um fundamento político. Na Venezuela, desde cedo, o pensamento bolivariano tem sido adaptado em diferentes épocas por diferentes personagens para diferentes fins e ainda continua sendo fonte de interpretações acomodadas ao interesse do governante ou do político de oposição. No quinquênio lopezista este recurso foi aproveitado com singular habilidade e constância.

Um primeiro esforço pela unidade das forças democráticas foi encarnado pelo chamado “Bloco de Abril”, integrado pelos partidos PRP, UNR e ORVE, representativo de três correntes definidas da frente progressista: a pró-marxista (PRP), a liberal populista (ORVE) e a moderada liberal burguesa

(UNR). O objetivo principal do “Bloco de Abril” era a dissolução do Congresso de origem gomezista, que devia reunir-se precisamente em abril para, entre outros objetivos, designar em propriedade o presidente da República para o período 1936-41. Todavia, enquanto se conseguia este objetivo, que teria de produzir-se por decisão das próprias câmaras, o Congresso Nacional devia emendar a Constituição para permitir a convocação de eleições gerais, nas quais seriam escolhidos os membros do novo Congresso para o resto do período legislativo em curso; o novo Congresso se encarregaria da reforma constitucional exigida pela nova situação da República; por outro lado, as leis regionais de censo eleitoral e eleições deviam ser modificadas para garantir a pureza e efetividade do exercício do sufrágio mediante o qual deviam ser renovadas inteiramente as câmaras municipais e as legislaturas. Tal era o programa básico do “Bloco de Abril”. Como se pode observar, a frente não tinha reserva em reconhecer os órgãos legislativos herdados intactos do regime gomezista e era propensa a assegurar, deste modo, a continuidade do “fio constitucional”. Na essência, significava que não havia ruptura com o passado imediato; apenas uns poucos recalcitrantes gomezistas haviam sido ou seriam eliminados da coisa pública e os próprios canais institucionais gomezistas deviam servir para transformar democraticamente o regime constitucional. Embora se tivesse plena consciência de que se estava garantindo o funcionamento do aparato supostamente legal criado por Gómez, havia-se chegado à conclusão, no seio do Bloco, de aceitar a reunião do Congresso gomezista “com o lenço no nariz”, segundo frase cunhada por Rómulo Betancourt, principal autor intelectual da composição.

O Congresso, é claro, ratificou López Contreras como presidente da República; por outro lado, não aprovou a emenda constitucional projetada, segundo a qual convocar-se-iam eleições para um novo Congresso, com o caráter de constituinte, que se instalaria no próximo 19 de abril de 1937; isso significava que o Congresso de origem gomezista perduraria até o término do período legislativo. As forças reacionárias estavam, portanto, na ofensiva. Entretanto, o movimento democrático, inclusive da burguesia liberal, realizou diferentes atos de protesto, e a atitude do Congresso, respaldada por López, determinou uma crise de gabinete, manifestação concreta de uma crise política. López superou-a transitivamente designando um novo gabinete, cuja composição política e classista — como expressão da burguesia liberal, em parte, e de setores reacionários das classes dominantes, em outra — era substancialmente idêntica à do anterior. O gabinete, em seu conjunto, podia qualificar-se como liberal progressista.

Outro esforço para a integração de uma frente democrática popular foi a constituição do Partido Democrático Nacional (PDN), entre agosto e outubro de 1936, com a concorrência dos partidos PRP e ORVE, fundamentalmente, mas sem o PCV, que continuava organizando-se e operando na clandestinida-

de. O governo negou a inscrição legal do PDN sob o pretexto de que todos seus dirigentes eram comunistas. Na verdade, do quadro diretivo só sete eram marxistas de um total de vinte e cinco. À época o movimento popular estava em descenso e não se realizou uma política de massas para fazer modificar a decisão governamental.

Um balanço geral do desenvolvimento político do ano de 1936 até o momento em que se declarou a greve petroleira (14 de dezembro) pode apresentarse como faremos a seguir. Existia uma luta entre as forças gomezistas — apoiadas no imperialismo petroleiro, no latifúndio, nos setores mais retrógrados da burguesia — e as da renovação democrática liberal: classes trabalhadoras, pequena burguesia progressista, burguesia liberal (principalmente a que tratava de impulsionar novas atividades na indústria, nos serviços e na agricultura); o governo, particularmente López Contreras, tratou de realizar uma política de centro, de renovação pausada, de liberalização progressiva, apoiando-se alternadamente na direita ou na esquerda, segundo a força relativa de cada uma em cada momento; as classes dominantes não conseguiram organizar um movimento político nem tinham confiança na eficácia de tal instrumento para seus interesses, mas a ação de classe se deixou sentir nessa conjuntura para impor o freio à luta popular, à luta sindical, ao progresso político e social evidentemente, para a conservação de seu domínio econômico; as classes progressistas, inclusive certos estratos novos da burguesia, puderam organizar partidos políticos e tentaram unificá-los para a ação comum, mas fracassaram na tentativa; é atribuível o fracasso, entre outras causas, à ausência de uma concepção clara da conjuntura que se vivia no país e no mundo e que obrigava, por um lado, a depor os sectarismos e, por outro, a apoiar taticamente as inclinações progressistas do governo de López para fazê-lo avançar ao ritmo e com a amplitude possível; em todo caso, a política teve de ser de impulso constante e de organização do povo, sobre a base de uma análise objetiva da composição e da dinâmica de classes; neste sentido foram cometidos muitos e graves erros, que desorientaram e desalentaram o povo e semearam a divisão ou a dispersão nas forças progressistas. Foi 1936 desde logo o ano crucial da transição e o pior do gomezismo foi derrotado. Alguns progressos institucionais foram obtidos, entre eles uma legislação trabalhista moderna — praticamente revolucionária em relação com o que existia até a morte de Gómez —, que estabeleceu a jornada de oito horas, férias anuais remuneradas, descanso semanal remunerado, participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, direitos sindicais e de greve, aviso prévio para a demissão injustificada e outras reivindicações importantes. Também se ordenou legalmente o confisco dos bens dos que tivessem funções públicas até 1935 e tivessem enriquecido ilicitamente, o que permitiu ampliar o acervo patrimonial da nação. Proibiu-se constitucionalmente a reeleição presidencial. Em contrapartida, ampliou-se a proibição da doutrina comunista, incorporando a anarquista, declarando traidores da pátria os que

as proclamassem, propagassem ou praticassem. O regime eleitoral continuava restrito para as maiorias, de tal modo que a eleição de senadores e deputados para o Congresso nacional e presidente da República era de segundo grau, e na eleição de vereadores municipais e deputados estaduais só podiam participar os varões maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Pouco havia progredido a República num século de vida independente.

Ações grevistas de grande vigor e repercussão ocorreram em 1936, as duas primeiras de caráter genuinamente político, em maio e junho respectivamente, para opor-se a projetos de leis repressivas, um dos quais se tornou lei — lei para garantir a ordem pública e o exercício dos direitos individuais — conhecida comumente como “Lei Lara” pelo nome do ministro autor do projeto; a última greve, de índole sindical, reivindicativa de aspirações sócio-econômicas dos trabalhadores petroleiros, que começou em 14 de dezembro de 1936 e findou em 22 de janeiro do ano seguinte. A Lei Lara formalizou as tendências repressivas do regime, dotando-o de atribuições realmente ditatoriais na ordem política. Sua promulgação e aplicação, no contexto da composição do governo e de suas medidas frente ao movimento popular, permitem qualificar o regime de López como ditadura direitista legalizada, embora sem as práticas terroristas do gomezismo e provavelmente sem o inescrupuloso saque do tesouro público e da economia nacional que caracterizaram seu antecessor. A greve petroleira sustentada durante 37 dias com extraordinária combatividade operária e apoio de todo os setores progressistas e nacionalistas, perseguindo conquistas elementares relativas à vida e ao trabalho na indústria petroleira (salário mínimo, aumento de salários, habitações melhores, livre trânsito pelas estradas e caminhos construídos pelas companhias petroleiras, eliminação dos alambrados que cercavam os acampamentos dos trabalhadores, prestação de assistência médica, segurança industrial, água potável, cumprimento da legislação de trabalho, reconhecimento dos sindicatos etc.) foi concluída por decreto executivo que ordenava o regresso ao trabalho e o aumento de um bolívar diário nos salários mais baixos, nada mais. Este decreto consagrava objetivamente o caráter pró-imperialista, servil ao capital estrangeiro e antioperário do regime de López. A partir do término da greve — primeira ação sindical importante na Venezuela — recrudescer a repressão contra o movimento popular, sindical e democrático, que se manifestou, entre outras medidas e ações, nos fatos seguintes: detenção maciça de dirigentes políticos democráticos e sindicais, suspensão da legalidade dos partidos políticos populares, da Federação de Estudantes e da Confederação Venezuelana do Trabalho; detenção de jornalistas e fechamento de jornais democráticos; tudo isso culminou com a expulsão do país de 48 dirigentes políticos e sindicais (13 de março de 1937) entre os quais se encontravam dois futuros presidentes da República (Betancourt e Leoni) e a maioria dos líderes de atuação pública destacada nos últimos quatro decênios da vida venezuelana. Como um episódio trágico e significativo da escalada repressiva de então

deve-se mencionar o assalto policial à Universidade Central em 10 de fevereiro de 1937 com o saldo de um estudante morto: o lembrado Eutímio Rivas. Outra crise ministerial se produziu e saíram do gabinete quase todas as figuras progressistas, sendo substituídas por figuras reacionárias, representativas das classes dominantes e dos interesses petroleiros estrangeiros. Paralelamente as companhias petroleiras se lançaram à ofensiva aberta contra o movimento operário frente à passividade ou à cumplicidade dos poderes públicos. 1937 foi o ano de confronto crítico entre a classe operária venezuelana e o capital monopolista internacional, fortalecido particularmente no ramo do petróleo graças aos avanços da política monopolista, que conseguiu a consolidação dos interesses anglo-holandeses e norte-americanos para uma mais eficaz e profunda exploração dos trabalhadores e apropriação dos recursos naturais da Venezuela e de outros países ricos em petróleo. Os trabalhadores petroleiros, como vanguarda da classe operária venezuelana então incipiente, assimilaram a lição e se empenharam em fortalecer suas organizações sindicais e amadurecer sua consciência ideológica e política para novas lutas.

Dois partidos políticos atuaram na clandestinidade: o Comunista (PCV), que tinha sido clandestino desde sua fundação em 1931, e o Partido Democrático Nacional (PDN) no qual trataram Betancourt e seus colaboradores de reunir os quadros menos radicais — realmente os não marxistas — dos dissolvidos partidos ORVE e PRP; a partir de então se desenvolveram duas concepções políticas diversas do processo histórico venezuelano e, em conseqüência, duas estratégias distintas e em boa parte contraditórias: a marxista-leninista, segundo a qual a revolução democrático-burguesa deve efetuar-se como fase prévia à revolução socialista e sob a direção política da classe operária, embora com a participação das outras classes progressistas da sociedade; e a pequeno-burguesa reformista, segundo a qual a revolução democrático-burguesa pode fazer-se sob a direção da pequena burguesia e mediante uma aliança de classes progressistas, sem o objetivo de uma revolução socialista. Embora em sua origem ambas as correntes não estivessem bem definidas — sobretudo a do PDN — e se tentou nos primeiros tempos de chegar à unificação, mas sempre com base na absorção pelo PDN dos marxistas, já em 1938 a diferenciação se impôs e de cada lado houve empenho na mesma.

A burguesia progressista e setores da pequena burguesia fizeram esforços nos anos 1937 e 1938 por constituir partidos que respondessem a seus interesses e posições de ordem econômica e política. Assim foi criado o Partido Agrário Nacional (PAN), entre cujos objetivos programáticos estavam: a modernização do Estado e da economia, a democratização das relações agrárias e o impulso à agricultura. Profissionais universitários, funcionários públicos, intelectuais distintos, homens de negócio, entre outros, formaram fila no PAN, entre cujos dirigentes havia ministros do gabinete e presidentes de entidades autônomas do Estado. O PAN teve breve vida e escassa influência na luta polí-

tica e, mais que um partido, era um clube político sem conteúdo realmente popular. Também houve outra tentativa personificada pelo general José Rafael Gabaldón, conseqüente lutador antigomezista e nacionalista, de fundar o Partido Democrático Venezuelano (PDV), chegando até a celebrar-se sua assembléia constitutiva; entre seus dirigentes, além de Gabaldón, se encontravam notáveis figuras políticas democráticas, algumas vinculadas à corrente de R. Betancourt e outros sem atividade política depois da morte de Gómez. Todavia, o governo negou a inscrição legal ao PDV, com o pretexto de que faziam parte da nova organização de pessoas que pertenciam a diversos agrupamentos políticos recentemente dissolvidos por sua propaganda e prática de ideologias proibidas pela Constituição. Assim, pois, qualquer empenho de fundar um partido democrático progressista durante o quinquênio de López, a partir de 1937, estava condenado ao fracasso. A reação e o imperialismo estavam na ofensiva, enquanto o movimento popular estava em retrocesso.

López Contreras encerrou seu mandato de cinco anos em abril de 1941. A sucessão presidencial não foi um problema particularmente difícil. A eleição do presidente da República era feita pelo Congresso nacional por maioria absoluta; a composição do Congresso no ano de 1941 era amplamente favorável à corrente governante. As formalidades se preenchiam mediante o expediente simples de que um grupo de cidadãos postulava um candidato e outro grupo de cidadãos, outro candidato. Rómulo Gallegos, eminente romancista, professor de exemplar honestidade, foi postulado à presidência por um grupo de cidadãos não vinculados à oficialidade; e o general Isaías Medina Angarita, ministro da Guerra e da Marinha, foi postulado por outro grupo de cidadãos. Nas sessões ordinárias do Congresso em abril de 1941 foi celebrada a eleição presidencial com o resultado previsto: 120 votos para o general Isaías Medina, candidato oficial, apoiado por López; 13 votos para Rómulo Gallegos, candidato da oposição, apoiado pelas esquerdas e liberais progressistas. Medina foi proclamado presidente da República para o período 1941-46 e tomou posse em 5 de maio de 1941 ante o Congresso. O ato não deixou de ter transcendência, pois se tratava de uma transmissão constitucional do mando presidencial em virtude do princípio da alternabilidade, embora o novo presidente fosse imposto por seu antecessor e promettesse continuar sua orientação. Em Medina se via simplesmente o continuador de López, o militar em funções de governo, o andino formado nas entranhas do gomezismo. Era muito pouco conhecido no ambiente político e considerado antes como reacionário e militarista. Todavia, seu governo se caracterizou por sua liberalidade, por seu progresso democrático e social, pelo brilho das reformas institucionais e administrativas, por uma firme evolução política e econômica, em suma. Durante seu governo — truncado ao final por um golpe militar — foi derogado o inciso sexto da Constituição nacional que proibia a difusão das doutrinas comunista a anarquista e, é claro, a luta por sua implantação; foi legalizado, em conseqüência, o Partido

Comunista; foi legalizado também o partido Ação Democrática, liderado por Rómulo Betancourt e presidido por Rómulo Gallegos, que correspondeu à corrente que na clandestinidade se havia incorporado no PDN; os expulsos do país puderam regressar e atuar politicamente; os presos políticos foram libertados e a prisão por motivos políticos praticamente não existiu durante esse período. No final de 1941 foram rompidas as relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, países do Eixo nazi-fascista — o governo anterior, ao eclodirem as hostilidades em 1939, se havia declarado neutro; em fevereiro de 1942 submarinos alemães afundaram em águas venezuelanas petroleiras com tripulação do país, e pouco tempo depois o governo de Medina dispôs a apropriação de navios sob bandeira das potências do Eixo que se encontrassem ancorados em portos venezuelanos; a política internacional de Medina se distinguiu por uma posição claramente antifascista. Em 1943 foi promulgada uma nova lei de hidrocombustíveis, mediante a qual se uniformizou o regime de concessões estabelecendo sua duração em 40 anos, sistematizaram-se as normas de fiscalização e supervisão da atividade petroleira no país por parte do Estado, fixou-se o direito de exploração ou regalia em um sexto da produção e se estabeleceram outras normas reguladoras do negócio petroleiro. Em correspondência com a lei de hidrocombustíveis promulgou-se a lei de imposto sobre a renda — primeira de seu tipo na Venezuela — na qual se fixaram tributos diretos às companhias petroleiras (também às outras atividades que se desenvolveram no país), que é a base do sistema vigente de impostos. Foi promulgada (em 1945) a lei agrária, na qual se pautavam procedimentos para a reforma da estrutura da propriedade e manutenção da terra, para a atribuição de terra aos camponeses e a modernização das relações de produção no campo. Essa lei não teve oportunidade de ser aplicada, porque imediatamente depois de sua promulgação foi derrubado o governo de Medina.

Um movimento político se organizou para apoiar e estimular a gestão de governo do general Medina. Esse movimento nasceu sob a denominação de Partidários da Política do Governo (PPG) e logo se modificou em Partido Democrático Venezuelano (PDV). O governo teve o apoio da burguesia progressista, de setores consideráveis da pequena burguesia das classes operária e camponesa. Não está claramente estabelecido — na objetividade histórica — que tivesse o apoio das classes dominantes tradicionais (a latifundista, a burguesia importadora e financeira) e menos claro ainda que gozasse da anuência do imperialismo petroleiro. A evolução marcadamente progressista do governo de Medina não estimulou, seguramente, a confiança do poder econômico tradicional; sua política econômica tendeu a favorecer novas atividades, principalmente a indústria manufatureira e a agricultura moderna, a construção e determinados serviços; sua política de controle de importações, de divisas e de abastecimento de artigos essenciais não era o que lhe ia garantir a simpatia do comércio importador e bancário. Os acordos eleitorais do PDV (oficialista) com a União

Popular Venezuelana (UPV) de orientação marxista-leninista — praticamente a versão legal do PCV até sua legalização — em eleições municipais seguramente despertaram os mais profundos temores da reação. A lei agrária estava destinada à liquidação do latifúndio e à democratização do regime de produção no campo, e não podia senão concitar a oposição da classe latifundiária que em boa parte monopolizava a propriedade do solo cultivável. A nova legislação de hidrocombustíveis e de impostos sobre a renda — não obstante as acusações do partido Ação Democrática de que as novas normas e disposições sobre estas matérias haviam sido combinadas com as companhias petroleiras para seu benefício e deixavam em situação deficiente o interesse nacional — modificava consideravelmente as relações da República com as petroleiras, em sentido nacionalista, de tal modo que o negócio deixava de ser o campo realengo de obtenção de superlucros para as empresas estrangeiras, para ser submetido a um grau elevado de intervenção do Estado, com uma participação — embora ainda consideravelmente injusta — apreciavelmente maior que a conseguida até essa data (1943); esta modificação não podia agradar nem comprazer o consórcio petroleiro internacional. Todos esses fatores contribuem para explicar, embora não inteiramente, a derrubada de Medina em 1945.

Não obstante o que se disse acima, deve-se assinalar um passivo considerável no balanço do regime medinista. Era, sem dúvida, herdeiro da virtual continuidade gomezista, que se havia constitucionalizado e liberalizado através de dez anos de evolução político-institucional acidentada, mas com graves limitações ao movimento e à participação do povo, e com persistência de muitas práticas e disposições repressivas e retrógradas do passado gomezista. Destacados servidores de Gómez continuavam figurando em cargos públicos importantes e desfrutando de prebendas e meios de fortuna. Os cargos de maior hierarquia dentro das forças armadas estavam vedados, no geral, às novas promoções de oficiais, e a situação sócio-econômica de oficiais, suboficiais e soldados era motivo de descontentamento no seio da instituição. Por outro lado, o poder eleitoral não estava em mãos do povo, cuja participação se reduzia aos sufrágios de primeiro grau para vereadores e deputados estaduais, mas não para deputados e senadores federais nem para presidente da República, cujas eleições eram de segundo e terceiro grau, respectivamente. As forças repressivas continuavam operando, em parte, no poder judicial, e assim foram encarcerados por decisão de juízes reacionários alguns jornalistas e dirigentes políticos. O movimento sindical, que se pôde fortalecer e ampliar notavelmente durante os primeiros anos do governo Medina, recebeu um duro golpe em março de 1944 quando por resolução executiva foram dissolvidas a Convenção Nacional de Trabalhadores, então reunida, e a maioria dos sindicatos existentes no país, sob a aplicação da Lei Lara, de pura estirpe ditatorial então vigente; sem tardança, foi possível reconstituir em curto tempo, com efeitos legais, as organizações dissolvidas.

A sucessão presidencial se converteu num assunto crítico no curso de ano de 1945. O candidato oficial considerado em primeiro lugar, doutor Diógenes Escalante, sem ser um democrata avançado, parecia despertar a confiança de todos os setores, inclusive do partido AD que se dispôs a celebrar um convênio — informal e confidencial, é claro — com o postulado; infelizmente, o doutor Escalante adoeceu seriamente e isso o desabilitou para a função, erguendo-se então assim um problema político difícil. Partidários do ex-presidente López Contreras apresentaram sua candidatura, que foi vista com profunda inquietação pelos setores democráticos. O PDV — partido do governo — postulou o doutor Ángel Biaggini, ministro da Agricultura e Pecuária, com o qual se teria rompido, formalmente, a tradição militarista no cargo de chefe de Estado. A Ação Democrática, em comunicado ao PDV com data de 13 de outubro de 1945, data extensiva às demais organizações políticas, expôs sua opinião sobre o problema da sucessão presidencial e convidou a um debate sobre o assunto; a AD objetiva essencialmente contra o procedimento para escolher e designar o presidente da República, com ausência popular, e propunha que o Congresso escolhesse um presidente provisório, enquanto se reformava o sistema eleitoral e constitucional para permitir em sua oportunidade a eleição direta do chefe de Estado, assim como dos membros do Congresso. Em sua resposta, o PDV negou a proposta da AD e se ateve ao “fio constitucional de 1936”. Em 17 de outubro a AD realizou um comício em Caracas, com assistência de 20 mil pessoas⁴⁹. No dia anterior havia ocorrido o comício de apresentação legal do Partido Comunista, com uma assistência de oito mil pessoas⁵⁰ e em cujo palanque, ao lado das efígies de Marx, Lênin, Stálin, Bolívar e Zamora, estava a de Isaías Medina, presidente da República⁵¹. Alguns interpretaram que no comício da AD se sugeriu a iminência de um golpe contra o governo “para evitar a farsa da sucessão presidencial”.

Em 18 de outubro estalou uma rebelião militar em Caracas, Maracay e outras praças contra o governo. Três dias depois o golpe estava consumado e Medina, seu gabinete e principais colaboradores e partidários foram presos. Quase não ofereceram resistência às forças oficiais ligadas ao regime, salvo umas poucas guarnições e a polícia de Caracas. Grupos de civis tentaram ações de apoio a Medina. Medina, foi dito, quis evitar maiores derramamentos de sangue e preferiu entregar-se. Foi designada uma junta revolucionária de governo integrada por sete membros, cinco civis e dois militares, presidida por Rómulo Betancourt, secretario-geral da AD; quatro dos civis membros da junta eram dirigentes da AD e um independente pró-AD. O partido AD desde o primeiro momento apoiou o movimento militar e se converteu em seu suporte político,

49. Jornal *El País* — órgão oficioso da Ação Democrática — edição de 18 de outubro de 1945.

50. Jornal *El Nacional*, de Caracas, edição de 17 de outubro de 1945.

51. *Ibid.*

razão pela qual se deu a tal movimento o caráter de cívico-militar. Consideráveis setores do povo celebraram nas ruas o triunfo do golpe de outubro, ao qual, desde o primeiro momento, se chamou “revolução”. Na verdade, tratava-se de uma ruptura do “fio constitucional de 1936” e da seqüela gomezista, e de uma emergência do povo ao exercício dos direitos políticos e sindicais, especialmente o direito de sufrágio universal, direto e secreto para corpos deliberantes representativos e presidente da República; tratava-se, essencialmente, de uma liquidação política do gomezismo — e seus resíduos e heranças —, ainda que não de uma liquidação das velhas estruturas de poder econômico. Indubitavelmente, no triênio posterior a 1945, realizou-se muito mais que uma acelerada evolução da vida política, uma mudança da situação, mas sem incidência nas bases da economia e da sociedade. Por isso não foi uma revolução, sequer nas bases da concepção democrático-burguesa. Na perspectiva de longo prazo, considerando a reação encarnada na ditadura militar-policia encabeçada por Pérez Jiménez a partir de 1949, cabe perguntar-se se a alternativa representada pelo movimento de outubro de 1945 foi a melhor saída para as restrições e insatisfações do velho regime, ou se era preferível a evolução do mesmo rumo a formas cada vez mais amplas de democracia representativa direta.

Não está bem estabelecida a intervenção de forças econômico-sociais internas e externas na derrubada de Medina. Assinalei o descontentamento de algumas classes — e/ou estratos de classes — para com a orientação do governo quanto a seus interesses e quanto à política. Também mostrei a reticência das companhias petrolíferas ante a nova legislação. Estes fatores talvez tenham operado na criação de condições objetivas para a geração da ação de força. Tampouco pode ser subestimada a conjuntura política específica, da sucessão presidencial, como circunstância propícia, nem a aspiração de novas promoções militares de assumirem um papel na vida pública com uma orientação progressista. O balanço desse processo, em todo caso, deve fazer-se à luz do desenvolvimento posterior.

2. Regime de produção

Durante o período 1936-45 não se alterou a estrutura econômica fundamental, embora ocorressem algumas modificações dentro da mesma que cabe assinalar. Em virtude da reivindicação por parte da nação de uma porção considerável dos bens apropriados por Juan Vicente Gómez, seus familiares e acólitos, o Estado venezuelano ampliou seu patrimônio, razão por que chegou a ser grande proprietário de terras, estabelecimentos agropecuários, imóveis urbanos e empresas industriais. Se a isso se agrega a propriedade das jazidas de hidrocarbonantes, gás natural, minerais e de outros recursos naturais que, segundo o regime jurídico vigente na República, corresponde ao poder público, pode-se apreciar a magnitude e a significação do domínio territorial e econô-

mico do Estado, em relação à riqueza privada que, não obstante sua elevada concentração, não alcançava à época cifras muito altas. A forma principal de propriedade continuou sendo a agrária — da atividade agrícola retirava ainda seu sustento uma proporção importante da população —; mas aumentou no decênio que se examina a importância de outras formas de propriedade: a imobiliária urbana, a comercial, a financeira, a industrial. No campo, as relações de produções continuaram sendo regressivas com predomínio do latifúndio e da exploração pré-capitalista da força de trabalho camponesa mediante as diferentes modalidades de cessão temporária do uso da terra: parceria, colonato, obrigação de deixar a parcela semeada de café, cacau, pastos ou outras vegetações etc.; todavia, o número de médios e pequenos proprietários rurais era relativamente grande⁵², embora em conjunto a proporção de terra possuída por eles fosse minoritária em relação ao total da terra apropriada. A grande massa camponesa carecia de terra e de meios para cultivá-la, estava imersa na miséria e era objeto de uma impiedosa exploração⁵³. Em outras atividades econômicas — a indústria petroleira, a manufatureira, a construção, os serviços — registraram-se alguns progressos na modernização das relações de produção; em 1937 se promulgou a lei do trabalho, instrumento progressista para a época, embora consideravelmente não realizada na prática. O mercado de trabalho se ampliou e evoluiu em sentido capitalista. Em determinadas zonas do campo se estabeleceram explorações de tipo empresarial, com regime de salários e condições contratuais menos atrasadas que no setor latifundista. O regime econômico predominante na economia era o de livre empresa e iniciativa privada, embora o Estado assumisse algumas funções reguladoras da atividade — em parte por iniciativa de novas correntes da burguesia e da pequena burguesia representadas no governo, em parte por pressão das contingências ocasionadas pelo conflito bélico que começou em 1939 e se prolongou até 1945 —; contudo, não havia restrições ao capital estrangeiro, cuja incorporação mais importante teve lugar na exploração de hidrocarbúntes. Em síntese: coexistiam modos de produção distintos, desde a economia natural de simples subsistência e autoconsumo até a exploração capitalista avançada na atividade petroleira, passando pelo latifúndio — com suficientes características próprias para identificá-lo como um modo específico de produção —, pela pequena produção mercantil e pela produção capitalista para o mercado interno. Sem dúvida, o capitalismo era o modo de produção predominante.

52. Nos estados de Miranda, Aragua, Carabobo, Trujillo, Táchira e no distrito Federal, 2 milhões 341 mil 902 hectares eram propriedade particular, dos quais 1 milhão 829 mil 628 pertenciam somente a 1 mil 320 proprietários de mais de 150 hectares, isto é, que 78 por cento da terra estavam controlados na relação de um proprietário de 150 hectares para cada um mil habitantes. Os 512 mil 274 hectares restantes eram controlados por 34 mil 570 médios e pequenos proprietários. Salvador de la Plaza, *El problema de la tierra en Venezuela*, México, 1946, pp. 19-20.

53. Federico Brito Figuerosa, *op. cit.*, p. 495.

3. *As forças produtivas*

O crescimento capitalista alcançou níveis maiores neste período. O fator mais influente foi a atividade petroleira, propícia ao avanço da produtividade mediante a aplicação de procedimentos tecnológicos cada vez mais eficazes e o contínuo treinamento da mão-de-obra. A maioria da população ativa, no entanto, continuava vinculada ao setor agropecuário, que proporcionava 23 por cento do produto nacional. A esse setor se estavam incorporando meios de produção e métodos de cultivo mais modernos, e podia observar-se a existência de alguns focos de exploração empresarial no campo. O governo impulsionou a colonização de novas terras, a organização de colônias agrícolas em terras já trabalhadas e a imigração de trabalhadores de certa qualificação, principalmente para trabalhos agrícolas, embora muitos deles tenham ficado nas cidades ou ido para os campos petrolíferos. O governo também realizou obras de infra-estrutura física, algumas das quais corresponderam a necessidade diretas da atividade produtiva e de distribuição de bens. Aumentou o número de empresas industriais e se diversificaram mais os ramos da manufatura, notando-se aí os efeitos da guerra que, ao criar obstáculos às importações, atuou virtualmente como uma barreira protecionista e como um fator estimulante da substituição de importações. Igualmente foi favorecida a atividade de construção. Os serviços de reparações, manutenção e reacondicionamento de equipamentos, meios de transporte e bens duráveis de consumo receberam estímulos para sua expansão nessa situação de emergência. O produto nacional foi estimado em 1936 em 1.500 milhões de bolívares⁵⁴; para 1945 pode estimar-se em 2.300 milhões de bolívares a preços de 1936.

4. *A dinâmica de classes*

O moderado crescimento da burguesia — ampliou-se a burguesia comercial, bancária e de serviços, incrementaram-se particularmente a burguesia industrial e a agrária — e o mais acentuado da pequena burguesia e do proletariado caracterizaram a dinâmica de classes da época. Ao terminar o período pôde apreciar-se um perfil de sociedade capitalista relativamente moderna, com limites e qualidades classistas definidos: perdurava uma classe de grandes proprietários territoriais, com domínio sobre uma proporção elevada das terras privadas, perceptores de renda em dinheiro, espécie ou trabalho e também de benefícios pela produção de suas terras realizada mediante a exploração maciça de força de trabalho, paga com salários de simples subsistência; existia um campesinado pobre, de pobreza beirando a miséria, muito numeroso, obrigado a pagar renda em espécie, trabalho ou dinheiro, a cultivar em situação pre-

54. Banco Central da Venezuela, *Ingreso nacional de Venezuela*, Caracas, 1949, pp. 166 ss.

cária e mediante procedimentos rudimentares, e forçado a emigrar, em parte, em busca de melhores condições de vida e trabalho; uma burguesia agrária pouco desenvolvida, de médios proprietários que aplicavam procedimentos de cultivo menos grosseiros que os latifundiários e compravam força de trabalho; a burguesia comercial estava bastante desenvolvida e se ocupava em grande parte da importação de bens e sua circulação interna; em situação incipiente ou de escasso desenvolvimento existia a burguesia manufatureira, de construção, financeira e de serviços; a pequena burguesia era relativamente numerosa e tendia a crescer nos centros urbanos; o proletariado estava em processo de crescimento, com núcleos bem diferenciados e dinâmicos como o petroleiro e o que se formava na indústria manufatureira, na construção e no transporte; existiam certas camadas marginais, “subproletárias”, aluvionais, em sua maior parte originadas no êxodo camponês às cidades⁵⁵. As classes dominantes eram; os proprietários latifundistas e a burguesia (principalmente a comercial e a bancária). O capital monopolista estrangeiro, representado principalmente pelas companhias petrolíferas, tinha aliados ou pontos de apoio nas classes dominantes e conjuntamente constituíam o poder econômico. As classes dominantes abasteciam de altos funcionários o governo, enquanto a pequena burguesia ocupava os quadros médios e subalternos da administração.

5. O movimento demográfico

Em 1936 a população recenseada alcançou 3 milhões 491 mil 159 habitantes; em 1941, segundo o censo, havia aumentado para 3 milhões 850 mil 771 habitantes, o que indica uma taxa de crescimento interanual durante o período de dois por cento em média. A população rural representava 76 por cento e a urbana 24 por cento do total. Da população, 79 por cento residiam na zona costeiro-montanhosa do país, ao passo que mais de um terço do território — a Guiana venezuelana — estava praticamente despovoado. A esperança de vida ao nascer era de 45 anos. Em 1936 a população ativa era de 1 milhão 083 mil 992 habitantes; em 1941 havia aumentado para 1 milhão 240 mil 682, equivalente a 32 por cento da população total. A ocupação na agricultura e na pecuária se estimava em 650 mil pessoas, o que representava mais de 50 por cento da ocupação total. Na atividade petroleira o emprego ascendia a 14 mil pessoas, pouco menos de dois por cento do total. Na indústria manufatureira estavam empregadas 148 mil pessoas, uns 12 por cento do total. A construção absorvia 30 mil pessoas, o governo 60 mil, o serviço doméstico 110 mil, o comércio 65 mil e outros serviços, 40 mil pessoas⁵⁶. Os salários médios mais al-

55. “Ao estudar a origem da população residenciada na área de favelas da zona metropolitana de Caracas observa-se que 10 por cento emigraram em 1926-35, 15 por cento em 1936-45, 20 por cento em 1945-55, 50 por cento a partir de 1956 e somente cinco por cento correspondem a famílias cujos chefes nasceram em Caracas.” Federico B. Figueroa, *op. cit.*, p. 559.

56. Banco Central da Venezuela, *op. cit.*

tos se pagavam na indústria do petróleo e os mais baixos na agricultura e no serviço doméstico⁽⁵⁷⁾. O desemprego aberto ou forçoso não devia ultrapassar cinco por cento da população ativa.

6. *O poder político*

Os governos de López e Medina foram sustentados — o último, como foi assinalado, perdeu esse apoio em seus dois últimos anos, por causa da reforma petroleira e da lei agrária — por uma constelação de forças dominantes, entre as quais se identificavam e se destacavam claramente a classe latifundiária, a burguesia comercial e o capital monopolista petroleiro. Ambos os governos tentaram apoiar-se, por razões de equilíbrio político, em estratos progressistas da burguesia (industrial, agrária), da pequena burguesia, do proletariado e dos camponeses; esta política foi mais firme e conseqüentemente seguida por Medina que por López. A aproximação do governo aos setores progressistas — e a destes ao governo — foi muito maior durante o lapso 1941-45 que no anterior. A repressão política e sindical foi acentuada e freqüente durante o governo López, esporádica e moderada durante o de Medina. Durante o decênio realizaram-se reformas importantes na administração pública, exerceu-se em grau significativo a intervenção do Estado na economia e estimulou-se o crescimento econômico. Foi estabelecido um regime de câmbios diferenciais para proteger a exportação agrícola e fortalecer a posição frente ao negócio petroleiro. Organizou-se e praticou-se um controle de importações e de preços. Modernizou-se a fazenda pública e o sistema bancário e monetário, notavelmente com a criação do Banco Central da Venezuela com monopólio de emissão e centralização das reservas monetárias. A educação recebeu maiores estímulos e recursos, incorporando-se inovações ao sistema educacional, ampliando-se as facilidades de ingresso de alunos e melhorando-se a situação do magistério. A imigração foi promovida com certa intensidade. O movimento sindical e camponês se fortaleceu e se ampliou. O instrumento principal de poder eram as forças armadas, mas estas não haviam deixado de assimilar o processo de evolução que se operou na vida nacional e assim os antigos oficiais iam sendo substituídos por profissionais formados nos institutos militares, alguns deles com cursos avançados no exterior e certa formação política, com aspirações aos cargos de direção e chefia. O regime político durante o decênio se caracterizou pela evolução maior ou menor rumo à democracia representativa, dentro de uma ordem jurídico-política restrita, que tendia a conservar o domínio do poder através de um sistema de imposição virtual do sucessor na presidência — de Gómez a López, de López a Medina, de Medina a Biaggini (frustrado pelo golpe de outubro de 1945) — com exclusão real da vontade popular. Esse processo

57. Salvador de la Plaza, *La reforma agraria*, Pensamiento Vivo, Caracas, 1959, p. 40.

de democratização progressiva estava sujeito a um entrave em qualquer momento ou circunstância, em virtude da persistência efetiva de certas forças e seqüelas gomezistas no quadro governante, subjacentes ou superpostas às novas forças empenhadas na aceleração do processo democrático. O movimento de outubro teve como efeito indubitável a liquidação definitiva do gomezismo e o alargamento dos canais políticos para a corrente popular.

7. As conjunturas mais notáveis

O processo mais significativo foi o trânsito do regime gomezista absoluto inteiramente repressivo para um que, sem deixar de ser essencialmente gomezista, permitiu certa margem de liberdade, de luta política e sindical, e facilitou a progressiva elevação da consciência política do povo venezuelano. Outro processo digno de nota foi o aumento do grau de intervenção do Estado na economia, circunstancialmente em relação com as contingências derivadas da Segunda Guerra Mundial. A reforma petroleira e fiscal de 1943 marcou uma etapa no desenvolvimento da atividade petroleira no país. Por último cabe mencionar o fato da promulgação de uma lei agrária progressista, que criou expectativas nas massas camponesas e lhes deu um instrumento de luta.

VI. PERÍODO 1946-1957

1. Quadro histórico geral

Duas etapas podem distinguir-se no período considerado: a) a de 1946 a 1948, de auge do exercício político, de expansão econômica e elevada dinâmica social; b) a de 1949 a 1957, de ditadura militar-policial, de crescimento econômico e de contenção social. Na primeira etapa devem ser mencionadas duas situações: o golpe militar de outubro de 1945 e o brevíssimo governo constitucional de Rómulo Gallegos. Pode-se dizer que ambas as etapas foram consequência do ocorrido em outubro de 1945. Ao longo do período, cresceu o capitalismo dependente no país, e penetrou consideravelmente o capital estrangeiro em diferentes setores da economia. As expectativas de elevação do nível sócio-econômico das classes dominadas, criadas pelo movimento de outubro, foram brutalmente frustradas pela ditadura, e durante os nove anos que esta durou a concentração da riqueza e da renda alcançou índices máximos. A situação da classe operária e do campesinado piorou depois de 1949 e os lucros dos monopólios internacionais e internos chegaram a seus maiores níveis. No entanto, houve progresso material e se assentaram as bases para a estruturação de um setor público da economia que na atualidade está em processo de expansão acelerada.

Durante a primeira etapa que assinalamos, o movimento de outubro cumpriu, no plano político, suas metas. O sistema eleitoral foi reformado para de-

mocratizar inteiramente o exercício do sufrágio em duas dimensões: por um lado, o direito de voto foi concedido a toda a população maior de 18 anos, sem diferença de sexo nem de qualquer outro gênero; por outro lado, o voto foi estendido à eleição de membros do Congresso nacional e de presidente da República. A Constituição nacional foi reformada pela Assembléia Constituinte instalada em dezembro de 1946, cujos integrantes foram eleitos por votação popular em outubro do mesmo ano, com o resultado de uma maioria da Ação Democrática, partido co-governante. Um ano depois, em dezembro de 1947, tiveram lugar as eleições gerais para os organismos deliberantes representativos e para presidente da República, nas quais, uma vez mais, saiu vitorioso o partido AD, com seu candidato presidencial Rómulo Gallegos; os outros candidatos à presidência foram Rafael Caldera (social-cristão) e Gustavo Machado (comunista). Salvo alguns incidentes de pouca significação, o processo eleitoral, em ambas as ocasiões, se caracterizou pela exemplar conduta do povo. Novos partidos políticos foram organizados e legalizados: União Republicana Democrática (URD), dirigida por Jóvito Villalba, opositor desde o primeiro momento ao regime governante, encarregado várias vezes e acusado de conspirador; na URD militaram alguns dos membros do dissolvido PDV (partido de governo do regime derrubado); o COPEI (social-cristão), dirigido por Rafael Caldera, no qual se incorporam os antigos dirigentes da UNE (organização estudantil de direita); o Partido Socialista Venezuelano (PSV), dirigido pelo médico José Rojas Contreras, de tendência liberal pequeno-burguesa com alguns traços socializantes não marxistas. O quadro político organizado se completava com AD (no governo), União Popular Venezuelana (UPV) pró-marxista e o Partido Comunista (PCV). Entretanto, as liberdades, direitos e garantias foram restringidos, de fato ou de direito, ao longo dos anos de 1946 e 1947: dirigentes políticos e sindicais de esquerda foram encarcerados, jornais de orientação democrática, não ligados ao governo, foram fechados, foram ameaçados de detenção policial aqueles que, de uma ou outra maneira, defendessem o governo deposto, praticaram-se algumas torturas em presos políticos, os funcionários e colaboradores mais destacados do governo de Medina foram presos e desterrados, inclusive o presidente deposto; também foi preso e exilado o ex-presidente López Contreras. Um numeroso grupo de pessoas, real ou supostamente vinculadas aos governos anteriores, foram submetidas a julgamento de responsabilidade civil e administrativa e muitas foram sentenciadas com a perda de seus bens, notando-se casos de injustiça e retaliação política ou pessoal. Os ex-governantes e ex-funcionários foram ridicularizados e vilipendiados.

Poucos dias depois da deposição de Medina realizaram-se manifestações de apoio, absoluto ou condicional, de diferentes correntes políticas e de forças econômicas. A UNE (estudantil) e a tendência social-cristã figuraram entre os primeiros manifestantes de apoio, embora pouco tempo depois, no fragor da luta eleitoral, o respaldo fosse retirado; também expressaram apoio, ainda que

com reservas e limitações, os marxistas organizados na UPV, professores da Universidade Central, organizações sindicais e organismos do comércio e da produção representados em Câmaras de Comércio federais. Um cabograma procedente de Washington⁵⁸ deu conta da anuência entusiasta das companhias petroleiras à nova ordem de coisas. Em entrevista de representantes dos organismos econômicos com Rómulo Betancourt, presidente da junta de governo, este lhes anunciou sua disposição oficial à harmonia nas relações entre capital e trabalho e a criação do Conselho Nacional de Economia, com maioria de representantes empresariais e da propriedade, como órgão consultor do governo. Betancourt se entrevistou imediatamente depois do triunfo do movimento militar com os dirigentes do petróleo para assegurar-lhes o respeito do novo regime ao sistema de concessões e a vigência plena da legislação de hidrocarburentes (objetada dois anos antes pela AD no Congresso nacional por ser deficiente quanto ao interesse nacional). No plano internacional, a política se caracterizou pelo repúdio às tiranias, e em consequência foram rompidas as relações diplomáticas com os governos de Franco (Espanha) e de Trujillo (República Dominicana). As relações com a URSS foram mantidas.

O movimento sindical se fortaleceu no lapso 1946-48 e a situação sócio-econômica dos trabalhadores melhorou consideravelmente; não obstante, algumas greves orientadas por dirigentes sindicais não ligados à corrente do governo foram proibidas ou reprimidas, ocasionando disputas internas nos sindicatos entre os oficialistas e os opositores que em alguns casos chegaram a atos de violência física. O sectarismo dos partidários da AD ameaçou freqüentemente com a divisão do movimento sindical.

A lei agrária de 1945, promulgada às vésperas da deposição de Medina, foi derogada e substituída por um decreto sobre desalojamento camponês e prédios rústicos, que pretendia restabelecer a alterada paz no meio agrário — os camponeses tinham abrigado esperanças de redenção com a lei agrária de 1945 e levaram à prática em alguns casos suas tentativas de tomada de posse da terra —, mas sem mudança fundamental nas relações de propriedade, domínio e exploração imperantes na agricultura. Em 1948, às vésperas da derrubada de Gallegos — estranha coincidência, aliás — foi promulgada uma nova lei agrária, inferior em muitos aspectos importantes à de 1945, mas que não teve oportunidade de ser aplicada. Assim, pois, a realidade latifundista do campo permaneceu essencialmente inalterada durante o lapso 1946-48, embora se hajam praticado algumas formas de parcelamento rural e de colonização agrícola em terras do Estado, que de nenhuma maneira incidiram na raiz do problema agrário vigente desde o século XIX⁵⁹.

58. *Historia gráfica de Venezuela*, compilação de José Rivas Rivas, tomo 3, Centro Editor, Caracas, 1972, p. 34.

59. No lapso 1945-47 foram destruídas 73 mil 770 hectares entre seis mil famílias camponesas; estas terras eram de propriedade nacional. Em finais de 1947, havia nove colônias agrícolas com

Algumas medidas tendentes a melhorar a situação econômica dos setores de menor renda foram tomadas pelo governo provisório. Entre elas cabe mencionar: o decreto sobre redução de aluguéis na área metropolitana de Caracas, o aumento da oferta de alimentos controlada pelo governo e a construção em quantidades consideráveis de moradias populares. A ação sindical obteve aumentos de salários em diferentes atividades. O emprego aumentou nas zonas urbanas. O orçamento do Estado para o exercício 1946-47 alcançou 787 milhões de bolívares, o mais elevado até então e em boa parte foi conseqüência da reforma petroleira de 1943 e o estabelecimento do imposto sobre a renda nesse mesmo ano. O governo provisório realizou duas modificações importantes: a imposição de um tributo direto extraordinário, de uma só vez, com vigência no ano de 1946, sobre as rendas superiores a 800 mil bolívares e segundo uma escala progressiva, com teto de 15 por cento para rendas superiores a dois milhões de bolívares anuais; foi reformada a lei de imposto sobre a renda para aumentar as taxas, a maior das quais, de 26 por cento, se fixou sobre rendas superiores a 28 milhões de bolívares, praticamente limitada às companhias petroleiras.

O governo provisório gozou de algumas facilidades econômicas que o governo deposedo não teve. Além da expansão fiscal, existiram circunstâncias mais favoráveis quanto ao abastecimento do mercado nacional pela via das importações, uma vez finalizada a guerra, já que a economia norte-americana se converteu rapidamente à produção para a paz; as reservas de divisas acumuladas durante o conflito permitiram fazer frente à maior demanda de importações nos anos de 1946 a 1948 e as dificuldades derivadas da escassez se aliviaram. Por outro lado, contudo, o paulatino regresso à normalidade do mercado internacional criou problemas de competição insustentáveis para a produção nacional que havia conseguido estabelecer-se durante os tempos de guerra, sobretudo porque existia um *modus vivendi* com os Estados Unidos, celebrado em 1938, que favorecia uma ampla gama de mercadorias procedentes desse país. Em tal conjuntura, o capital norte-americano mostrou interesse — crescente desde então até hoje — por investimentos fora da área petroleira e, especificamente, na produção e distribuição de bens de consumo. Uma missão norte-americana de negócios, encabeçada por Nelson Rockefeller, visitou a Venezuela em junho de 1947, realizou entrevistas com governantes, funcionários e empresários e obteve certos acordos para efetuar inversões nos campos mencionados, com alguma participação de capital venezuelano. As companhias petroleiras participaram como acionistas minoritárias nas empresas criadas. Abriram-se assim novas oportunidades de expansão e penetração para o capital estrangeiro. O

uma extensão de 45 mil hectares, à razão de cinco mil hectares por colônia e de 10 hectares por família. Cf. Federico Brito Figueroa, *op. cit.*, pp. 501-502.

governo provisório não outorgou novas concessões petroleiras, mas outorgou-as, sim, para a exploração de minério de ferro, em benefício de consórcios norte-americanos do aço.

O romancista Rómulo Gallegos, eleito nos comícios de dezembro de 1947, tomou posse na presidência da República em 15 de fevereiro de 1948. O gabinete designado por Gallegos era composto em sua quase totalidade por militante do partido Ação Democrática; os que não o eram haviam demonstrado suas simpatias pelo partido. Gallegos fez uma visita aos Estados Unidos durante seu breve tempo na presidência. O regime de impostos sobre o petróleo foi modificado para se incorporar à fórmula conhecida como “metade e metade”, ou seja, o excedente de exploração na indústria petroleira devia ser distribuído em proporções iguais ante o Estado — sob a forma de impostos, contribuições e taxas — e as empresas. Estudiosos da questão petroleira opinaram que com tal fórmula o Estado não alcançava os 50 por cento do excedente de exploração⁶⁰. Mais grave ainda deve-se considerar a acusação segundo a qual o governo de então teria firmado um compromisso, em nome do Estado, de que não se modificaria o regime de impostos sobre o petróleo sem o prévio acordo das companhias do ramo. Uma alusão tácita ou implícita a esse suposto acordo seria feita anos depois, em 1958, pelo senhor Proudfit, presidente do Creole Petroleum Corporation, ao protestar contra a reforma do imposto de renda decretada pelo governo provisório de 1958, sem a consulta prévia às companhias petroleiras. O governo de Gallegos foi deposto em 24 de novembro de 1948, nove meses depois de sua posse, por um movimento militar encabeçado pelos comandantes Carlos Delgado Chalbaud — ministro da Defesa de Gallegos —, Marcos Pérez Jiménez e Luis Llovera Páez, todos participantes notáveis do movimento de outubro de 1945.

O golpe militar de novembro de 1948 teve antecedentes. Desde 1946 se efetuaram tentativas de conspiração por parte de militares e civis, reconhecidos no documento de justificativa de seu alçamento pelos vitoriosos de 1948. Nesse documento se acusa a AD de sectarismo, de manipulação eleitoral, de preparação para o exercício abusivo do poder, de tentativas de semear a divisão no seio das forças armadas. O presidente da junta militar de governo, Carlos Delgado Chalbaud, em declarações oficiais à imprensa no dia 26 de novembro de 1948, afirmou categoricamente que o movimento não se orientava a uma ditadura militar e que se chamaria a uma consulta eleitoral em “igualdade de condições”. O presidente deposto, Rómulo Gallegos, em palavras dirigidas ao povo ao abandonar o país, exilado em Cuba, reconheceu que o golpe de novembro de 1948 foi a culminação de um processo que começou na mesma noite de 19 de outubro de 1945, quando se organizou a junta de governo com maio-

60. Cf. Salvador de la Plaza, “La economía minera y petrolera de Venezuela”, em *Perfiles de la economía venezolana* (vol. coletivo), UCV, Caracas, 1963.

ria de homens da Ação Democrática⁶¹. O mesmo Gallegos, no mesmo texto, dá como suspeitas da incitação ao golpe “poderosas forças econômicas, as do capital venezuelano sem sensibilidade social e acaso também as do capital estrangeiro explorador da riqueza de nosso subsolo⁶². Mas adiante, no documento mencionado, ele se pergunta: “Que significa a presença constatada por pessoas que me merecem fé absoluta de um adido militar de embaixada de potência estrangeira” — todos coincidem em pensar que Gallegos quis indicar os Estados Unidos — “em movimentações de cooperador e conselheiro num dos quartéis de Caracas enquanto se estava desenvolvendo a insurreição militar contra o governo constitucional e de pura e legítima origem popular que eu presidia?”⁶³. Uma vez mais surge a dúvida razoável: se o capital estrangeiro, principalmente norte-americano, não recebeu mau tratamento durante o governo provisório nem tampouco durante o constitucional de 1948, por que sua participação de uma ou outra forma no levantamento militar? Provavelmente as classes dominantes nacionais abrigaram temores pela continuação de um regime de liberdades políticas e sindicais, de ascensão das massas, de orientação populista, que seguramente teria em sua gestão regular de afetar desfavoravelmente os privilégios e interesses mais injustos, as posições mais extremas de concentração de riqueza, renda e bem-estar e propiciar uma abertura à elevação sócio-econômica da maioria. É claro, em todo caso, que para o capital estrangeiro era mais confiável e desejável um regime militar de direita, como o que se originou do golpe de 1948, que um constitucional democrático, sem ser radical, sequer reformista avançado. Os perseguidos, maltratados, despojados ou condenados pelo regime provisório seguramente não cessaram de buscar a oportunidade da desforra, sem que esta observação implique a todos os que sofreram tais circunstâncias. Tampouco pode marginalizar-se o fator da ambição das camarilhas militares e as pessoais dos chefes do movimento que ao fim lograram impor-se aos demais, que sempre abrigaram propósitos de renovação nacional em suas atuações de 1945. Em todo caso, a partir de 1948, como observou Gallegos em sua mensagem de desterrado, teve lugar, uma vez mais na história venezuelana, o confronto entre o poder civil e o militar, entre o direito e a força.

Na etapa da ditadura militar é possível diferenciar duas fases: a que culminou com as eleições de 1952 e a que se estendeu desde então até a queda do regime em janeiro de 1958. Na primeira, alguns partidos políticos tiveram atividade legal: o PCV durante curto tempo; URD e Copei até as eleições. A Ação Democrática foi obrigada de imediato à clandestinidade e levou a cabo uma luta valente, firme, embora equivocada em aspectos importantes ao não esforçar-

61. *Venezuela bajo el signo del terror (Livro negro de la dictadura)*, ed. facsimilar (original Ed. Centauro, México), José Agustín Catalá editor, Caracas, 1974, p. 35.

62. *Ibid.*, p. 37.

63. *Ibid.*, p. 37.

se pela unidade da resistência ao regime e tomar em alguns casos o atalho do terrorismo e a rebelião isolada em quartéis. No seio do governo militar — das forças armadas em seu conjunto — lutavam duas correntes; a que pregava uma saída eleitoral e pretendia menter um mínimo de jogo político e sindical, e a que perseguia diretamente a ditadura absoluta. Possivelmente Carlos Delgado Chalbaud, presidente da junta, estimulava a primeira, e foi assassinado em 13 de novembro de 1950 num atentado que muitos atribuíram a Marcos Pérez Jiménez, chefe visível da outra corrente militar. A repressão, nesta primeira fase, foi acentuada, mas menos brutal — relativamente — que a efetuada a partir de 1952. As eleições se realizaram — com toda a ameaça e o uso de todos os recursos do poder — em 30 de novembro de 1952 e nelas triunfou por ofuscante maioria o partido URD, de Jóvito Villalba, por cujos candidatos sufragaram todas as forças antiditatoriais, com exceção de Copei que lançou seus próprios candidatos. O Fei — máscara eleitoral do governo — foi derrotado completamente em todo o país. Em 2 de dezembro o governo militar desconheceu a vitória popular e o coronel Marcos Pérez Jiménez foi designado presidente. Inicou-se nessa data a segunda fase que foi assinalada, caracterizada pela supressão total de todos os direitos políticos, das garantias civis e das liberdades democráticas, pela repressão brutal de toda oposição, pela tortura em todas as suas formas contra os prisioneiros, pela negação de todos os direitos humanos, pelo enriquecimento descarado dos governantes, funcionários e validos do regime, pela exploração sem freios da classe operária e pela marginalização das aspirações populares. Por outro lado, desenvolveu-se a luta contra a ditadura na qual participaram os quadros mais combativos, valentes e resolutos do povo, até culminar numa ação unitária que, em coordenação com um movimento militar, derrotou as forças repressivas em 23 de janeiro de 1958.

A ditadura militar-policial se empenhou na execução de obras de infraestrutura física, em boa parte sepérfluas, que atendiam a três objetivos: mostrar a eficácia do regime, estimular o emprego e facilitar o enriquecimento da camarilha governante e de certas camadas das classes dominantes. A especulação em terrenos chegou a seu clímax. A febre de construção e de urbanização se apoderou dos empresários. Caracas se converteu em poucos anos numa cidade moderna ao estilo norte-americano. O negócio bancário e financeiro cresceu desordenadamente, na voragem do lucro fácil, desenfreado e contingencial. A indústria manufatureira registrou algum progresso, mas de forma desequilibrada, inteiramente sujeita aos fornecimentos estrangeiros de equipamentos, produtos intermediários e patentes de fabricação; ampliou-se de modo particularmente desproporcionado o ramo de materiais de construção. O capital estrangeiro encontrou porta aberta nessa época e participou ou dominou em diferen-

tes setores econômicos⁶⁴. A expansão petroleira e mineira proporcionou, no substancial, os recursos fiscais e de divisas para esse artificioso auge de negócios. Nos dois últimos anos da ditadura — 1956 e 1957 — foram outorgadas novas concessões petroleiras em extensões totais consideráveis, o que reforçou o controle dos recursos naturais do país por parte dos monopólios estrangeiros e trouxe receitas fiscais requeridas para fortalecer a comprometida capacidade financeira do governo⁶⁵.

A ditadura empreendeu a execução de projetos importantes em indústrias básicas: a usina siderúrgica do Orinoco, o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rico Caroní na Guiana, o complexo petroquímico de Moróm (no centro); a construção de uma rede ferroviária também figurou nos planos e de fato foi executado um ramal. Quando caiu o regime esses projetos estavam em vias de execução. Este aspecto da gestão da ditadura é significativo, sobretudo o empenho em manter essas atividades sob o controle do Estado, já que grupos privados poderosos — seguramente — em acordo com capital estrangeiro tentaram, especificamente no caso da siderúrgica, promover projetos dessa índole e o governo os frustrou. Não é convincente o argumento, que se tem utilizado às vezes, de que tais projetos de envergadura serviram, ou puderam servir, para o enriquecimento ilícito, pois provavelmente este teria sido mais fácil e rápido através de outras obras. É evidente que se tratava de assentar as bases de um capitalismo de Estado, que permitisse uma ampliação do poder político e militar no campo econômico. Contraditórias idéias nacionalistas provavelmente ferviam na mente dos chefes militares e/ou de seus colaboradores, já que, por um lado, permitiam a penetração do capital estrangeiro e lhe facilitavam um maior domínio do petróleo, enquanto que pelo outro lado impediam a esse capital, em princípio, o acesso a projetos industriais importantes, como os citados. A burguesia industrial em crescimento não era então um fator real de poder nem animava uma consciência nacionalista no sentido indicado, suficiente para inspirar, direta ou indiretamente, uma política de autonomia em indústrias básicas. Essa burguesia industrial estava bastante comprometida com o capital estrangeiro — salvo alguns grupos de menor importância dentro do setor —, pois aconteceu no processo de industrialização pela chamada “via de substituição de importações” o fenômeno de a burguesia importadora se desdobrar em industrial e sustentar sua vinculação com os fornecedores, em boa parte, através de acordos que permitiam uma industrialização periférica, dependen-

64. Se torna igual a 100 a inversão estrangeira acumulada em 31.12.1950, pode-se iniciar que em 31.12.1957 aquela inversão havia aumentado para 212.73, ou seja, que havia superado em mais de duas vezes a de 1950. Cf. *Memoria del Banco Central de Venezuela, año 1958*, p. 188.

65. Posteriormente à queda do governo ditatorial, ocorrida em 23.1.58, revelou-se a existência de uma dívida do governo, contraída fora das normas legais, chegando a mais de 4.000 milhões de bolívares.

te, importadora. Portanto, deve-se encontrar a explicação dos propósitos da ditadura, ao projetar o estabelecimento de indústrias de base sob seu controle, na existência de um projeto de capitalismo de Estado, que se assemelharia àquilo que propuseram, por exemplo, os militares brasileiros, e do qual o presente caso seria um antecedente venezuelano.

2. *Regime de produção*

Durante este período o capitalismo progrediu consideravelmente no país. Os consórcios petrolíferos estrangeiros consolidaram e ampliaram seu controle sobre os recursos naturais básicos. Em 1945 os investimentos estrangeiros brutos chegaram a 938 milhões de dólares; em 1956 subiram para 3.710 milhões, dos quais uns 70 por cento eram de propriedade norte-americana e uns 30 por cento de ingleses e holandeses. O grande capital estrangeiro se estendeu à exploração do minério de ferro para exportação, cuja atividade se iniciou comercialmente em 1951. Capitalistas venezuelanos estimularam a indústria manufatureira, segundo o processo que se costumou chamar “substituição de importações”, sob dependência externa em diferentes formas: associação com capital estrangeiro, uso de patentes, marcas e denominações comerciais ou industriais, com participação nos lucros e no controle da gerência técnica por parte do cedente estrangeiro; fornecimento de equipamentos, maquinarias e outros meios de produção, assim como bens intermediários para processar finalmente no país, e outras modalidades desta índole. Em outros casos, o capital estrangeiro estabeleceu diretamente filiais ou subsidiárias no país, sob seu exclusivo controle. O governo favoreceu esse modo de industrialização — dependente, subordinada ao capital internacional monopolista, tributária — mediante exoneração de direitos tarifários sobre matérias-primas, bens intermediários e de produção, fixação de taxas protetoras, quotas e contingentes, para limitar a competição externa; concessão de créditos através de institutos oficiais, e outros meios e incentivos em favor dos empresários. O capitalismo penetrou no campo e se concentrou em itens produtivos de amplo e crescente mercado: matérias-primas para a indústria e alimentos básicos. A renovação parcial — ou modernização — do setor agropecuário tomou também a forma da incorporação de profissionais do campo (engenheiros agrônomos, veterinários, peritos agropecuários etc.) em grupos empresariais, apoiados por institutos do Estado que lhes proporcionaram financiamento, garantia de compras de colheitas a preços remunerativos, e assistência técnico-administrativa. Todavia, a grande propriedade agrária tradicional, pré-capitalista, latifundista, permaneceu no substancial; novos grandes proprietários se agregaram aos já existentes; alguns destes foram substituídos por funcionários e favorecidos do regime posterior a 1948, que enriqueceram ilicitamente em somas consideráveis. Certos ensaios de reforma agrária limitada se praticaram nos primeiros anos do período (entre 1946

e 1948), especialmente sob a forma de “comunidades agrárias”⁶⁶. Desapareceram — com raras exceções — as modalidades semifeudais nas relações de trabalho entre fazendeiros e camponeses, e a figura do diarista assalariado substituiu a do camponês que pagava renda em trabalho e permanecia vinculado por toda a vida à fazenda; mas numerosas massas camponesas continuaram sujeitas à maior pobreza, sem terras de cultivo, dispondo só de instrumentos primitivos de trabalho e obtendo uma produção precária, apenas suficiente para a subsistência familiar. O capital aplicado em operações comerciais e financeiras aumentou consideravelmente, o primeiro sobretudo em importações e o último em negócios usurários e especulativos, na compra-venda de imóveis urbanos e do crédito ao consumo. A construção urbana se converteu numa atividade altamente lucrativa. Em suma, as relações de produção tenderam a generalizar-se ao modo capitalista, embora a repressão ao movimento sindical e a contenção das reivindicações operárias por parte do governo posterior a 1948 impedisse o jogo contratual moderno entre sindicatos e patrões, que tem caracterizado o capitalismo contemporâneo desenvolvido. As formas predominantes da riqueza durante o período considerado foram: a mobiliária (comércio, finanças, indústria) e a imobiliária urbana. O Estado intervinha na vida econômica como regulador de relações, protetor do crescimento industrial e agropecuário, oferecedor de créditos, construtor de habitações e fundador de indústrias de base (siderúrgica e petroquímica nos últimos anos do período). O Estado, ademais, continuava a ser grande proprietário territorial e de empresas de diferentes atividades.

3. *As forças produtivas*

O crescimento capitalista contribuiu consideravelmente durante o período para o desenvolvimento das forças produtivas do país. A importação de tecnologia moderna e de bens de produção de tecnologia superior estimulou certa diversificação do aparato produtivo, a ampliação de sua capacidade e o treinamento da força de trabalho em tarefas correspondentes a um quadro técnico mais exigente. É claro que esse tipo de crescimento dependia em grau praticamente absoluto das facilidades de importação, de tal maneira que não tinha um suporte interno quanto às provisões essenciais. A exploração petrolífera e mineira, não obstante sua pequena inter-relação com outros setores e ramos da economia venezuelana, influiu na modernização das atividades produtivas,

66. “Na realidade, deve aparecer uma categoria de possessões condicionais em mãos de indivíduos ou de núcleos de população, e nela devem converter-se tanto os atuais baldios como as terras de comunidades indígenas. Esta nova categoria poderia receber o nome de *comunidades agrárias*, entre as quais poderia haver coletivas e parceladas, procurando fomentar as primeiras.” Ramón Fernández y Fernández, *Reforma agraria en Venezuela*, Liberia y Editorial Las Novedades, Caracas, 1948, p. 49 (sublinhado original).

pela via do “efeito de demonstração” e de alguma mobilidade da mão-de-obra. A penetração capitalista no campo, estimulada pela política oficial, propiciou a introdução de procedimentos de cultivo e de criação de gado mais avançados que os existentes em épocas precedentes, e se estendeu o uso da maquinaria agrícola, com o qual se obteve um aumento da produtividade. O governo executou obras de infra-estrutura (vias de transporte, irrigação, telecomunicações, eletrificação, habilitação de zonas industriais, construção e instalações diversas) que facilitaram as atividades produtivas. A força de trabalho ganhou maior mobilidade espacial e funcional, intensificando-se o êxodo rural rumo às zonas urbanas e de exploração petroleira e mineral. O setor secundário da economia se expandiu e adquiriu uma maior proporção das forças produtivas totais, em comparação com o período anterior. O produto territorial bruto (PTB) aumentou entre 1950 e 1959 a uma taxa média anual de sete por cento; especificamente o setor secundário cresceu a uma taxa média anual de nove por cento, enquanto o setor primário o fez a razão de sete por cento e o terciário, 6,7 por cento⁶⁷. A inversão bruta fixa entre 1950 e 1959 se realizou a um ritmo médio anual de cinco por cento. A taxa de investimento — ou seja, a relação entre inversão bruta e PTB — flutuou entre 25,6 por cento em 1950 e 24,9 por cento em 1958, passando por 26,7 por cento em 1955. O capital existente, calculado a preços de 1957, se elevou de 26.523 milhões de bolívares em 1950 para 47.485 milhões em 1957⁶⁸. As reservas provadas de petróleo se ampliaram de 7.296 milhões em 1957⁶⁸. As reservas provadas de petróleo se ampliaram de 7.296 de de refino de petróleo no país subiu de 107 mil barris diários em 1946 para 673 mil barris em 1957. As reservas de minério de ferro chegavam a dois mil milhões de toneladas métricas em 1957. A superfície agrícola vegetal se alargou de 1 milhão 043 mil hactares em 1946 para 1 milhão 156 mil hectares em 1957, e a superfície de pastos cultivados de 1 milhão 477 mil hectares em 1946 para 2 milhões 206 mil em 1957. Como se pode ver, o período que examinamos foi de acentuado crescimento econômico, o que não implica juízo algum sobre a qualidade desse crescimento, do ponto de vista da concepção integral do desenvolvimento. Sem embargo, como foi indicado num parágrafo anterior, o fato de que o Estado tivesse realizado, durante o lapso 1950-57, a instalação de importantes empresas de indústrias de base sob seu controle permite qualificar a orientação desse crescimento, do ponto de vista da gestão pública, como uma tentativa de criar uma economia com melhor integração interna que a que podia determinar-se pela via conhecida como de simples substituição de importações de bens de consumo. É interessante destacar neste sentido que os governos posteriores a 1958 prosseguiram, ainda que com relativa lentidão, à insta-

67. Banco Central da Venezuela, *La economía venezolana en los últimos veinticinco años*, Caracas, 1966, pp. 19-23.

68. *Ibid.*, p. 154.

lação de indústrias básicas, mas com a tendência, pelo menos para algumas delas, de compartilhar a gestão com a empresa privada, inclusive com capital estrangeiro.

4. *A dinâmica de classes*

O crescimento capitalista dependente, que teve lugar durante o período em observação, como expusemos, imprimiu seu impulso à evolução social. A burguesia adquiriu características de classe mais definidas e uma maior consciência de sua existência, poder e amplitude como fator econômico e social. Surgiu a burguesia industrial com certa força, embora em situação ainda incipiente, e subordinada ao capital estrangeiro. Característica notável desta evolução foi — e isto se reafirmou na época seguinte — que em boa parte a burguesia industrial se formou em vínculo com a burguesia comercial, já que os importadores tomaram a iniciativa — em bom número de casos em acordo com os fornecedores estrangeiros dos produtos com que operavam — de substituir a importação de artigos acabados pela de artigos em processo de fabricação para terminá-los no país. A burguesia financeira cresceu ainda mais. Começou a formar-se uma burguesia agrária — se cabe a denominação — e se fortaleceu, comparativamente, a comercial e imobiliária. Funcionários e agentes enriquecidos do regime posterior a 1948 se agregaram à burguesia e vincularam com ela seus interesses. O grau de concentração da riqueza e da renda não só se manteve elevado como aumentou. A pequena burguesia aumentou consideravelmente, ainda que com interesses mui dispersos, assim como com diferentes concepções sobre a ordem política e institucional e sobre a evolução econômica e cultural. O proletariado cresceu numericamente — e teve certo desenvolvimento como classe em si — nas cidades, zonas petrolíferas e mineiras e nos campos, podendo distinguir-se: o proletariado urbano (industrial, da construção, do transporte e dos serviços), petrolífero-mineiro e rural. Apesar da repressão governamental, o movimento operário foi adquirindo força e consistência, manifestando-se esporadicamente em conflitos com os patrões e em ações políticas contra a ditadura. A classe dos grandes latifundiários rurais permaneceu, embora a significação de sua riqueza e seu poder classista tenham decaído substancialmente, passando a uma posição subordinada à burguesia. No campo se intensificou a formação de uma pequena burguesia, sustentada nas explorações agropecuárias médias e pequenas, vinculadas ao mercado e dependentes do abastecimento e do financiamento proporcionados, em sua maior parte, pela burguesia. A classe dos camponeses muito pobres, sem terras, ainda que reduzida em proporção em relação à população total, continuou representando uma realidade social crítica, potencialmente explosiva, frustradas cronicamente suas reivindicações pela ausência da reforma agrária. Nas zonas urbanas e suburbanas crescia a franja marginal da sociedade — o subproletariado — originada em boa parte do êxodo rural, não incorporada em sua qualidade de força de trabalho à

produção material nem aos serviços organizados, e sujeita a condições de vida muito precárias, inteiramente insuficientes. Em Caracas, capital da República, por exemplo, quase se podia distinguir, no final do período, a localização em setores de habitação correspondentes à divisão sócio-econômica: a oligarquia tradicional e parte da alta burguesia no recinto exclusivista denominado “Country Club”, a burguesia de formação recente nas urbanizações elegantes do leste da cidade, a pequena burguesia no antigo traçado urbano e em urbanizações modestas do sudeste e do oeste: o proletariado em blocos multifamiliares, bairros operários e bairros tradicionalmente pobres, e o subproletariado, os “marginais”, em favelas sobre os morros circundantes.

5. *O movimento demográfico*

A população subira em 26 de novembro de 1950 a 5 milhões 035 mil habitantes, segundo o censo levantado nessa data. Para 1957 se estimou uma população de 6 milhões 635 mil 942 habitantes. De acordo com tais cifras, a taxa média anual de crescimento durante o período 1950-57 foi de 4,2 por cento, realmente elevada. Em 1950, a população era urbana em 54 por cento e rural em 46 por cento. Em 1957 se estimou uma população urbana de 56 por cento e uma rural de 44 por cento do total. Em 1950 uns 78 por cento residiam na zona costeiro-montanhosa; em 1957 residiam nessa zona uns 77 por cento. A taxa de natalidade em 1946 era de 39 por mil e a de mortalidade era de 15 por mil, de modo que o crescimento vegetativo era de 24 por mil; em 1957 a taxa de natalidade havia subido para 43 por mil, e a de mortalidade havia baixado para nove por mil e a de crescimento vegetativo chegava a 34 por mil. A esperança de vida ao nascer em 1950 era de 59 anos e em 1957 havia subido para 62 anos. A população menor de 20 anos representava 50 por cento do total em 1950 e 54 por cento em 1957. A população economicamente ativa significava 34 por cento do total em 1950 e 33 por cento em 1957. A taxa de desemprego era de 6,3 por cento em 1950 e de 8,2 por cento em 1957. Da população empregada, 47 por cento dependia do setor primário em 1950 e 38 por cento em 1957; do setor secundário dependiam em 1950 uns 17 por cento e em 1957 uns 19 por cento; do terciário, 34 e 43 por cento, respectivamente. O saldo migratório de estrangeiros durante o período considerado foi de 390 mil pessoas com sinal positivo. O impacto deste afluxo humano na vida econômica, social e cultural do país foi singularmente forte, e sem dúvida constitui um dos fatores influenciadores da realidade atual venezuelana.

6. *O poder político*

Durante a etapa 1946-48 o movimento democrático liberal esteve em franca e acelerada ascensão. O povo exerceu o direito de sufrágio em duas oportu-

nidades — nas quais elegeu pela primeira vez no século membros de corpos deliberativos nacionais e o presidente da República — e compareceu maciçamente às urnas. Foram organizados novos partidos políticos, além dos já existentes AD e PVC: União Republicana Democrática (URD), dirigida por Jóvito Villalba, o orador político mais notável da geração de 1928; Copei (social-cristão), dirigido por Rafael Caldera, brilhante jurista e professor universitário. O movimento sindical operário se fortaleceu e se desenvolveu consideravelmente, obtendo importantes vitórias e reivindicações. Geraram-se grandes expectativas de emancipação popular, no econômico, social e, político e cultural. A Ação Democrática se desenvolveu rapidamente como partido de massas — com ampla base camponesa, operária e pequeno-burguesa — na etapa 1946-48; participou do governo como suporte civil do movimento militar de outubro de 1945, e como partido vitorioso nas eleições de 1947; esta última gestão de governo sob sua exclusiva responsabilidade política durou apenas nove meses, até a deposição do presidente Gallegos em novembro de 1948. A oposição foi sustentada durante todo o período pela URD e pelo PCV, e a partir de 1947 pelo Copei, partido que se formou para participar das eleições e que tem permanecido com as mesmas diretrizes de índole transitória até o presente. Com a exceção do Comunista, todos os partidos limitavam seu horizonte doutrinário aos alcances da democracia burguesa representativa, e deve-se mencionar que entre eles a AD tinha a posição mais avançada, tanto por seu programa quanto por sua composição. No Copei se organizaram alguns setores polizados das classes dominantes, da pequena burguesia e do campesinado influenciados pela Igreja católica tradicional. Na URD se agruparam personalidades da burguesia progressista, ex-colaboradores e simpatizantes do governo de Medina e setores da pequena burguesia.

Durante o lapso 1946-48 tiveram lugar vários alçamentos armados e conspirações para derrubar o governo, que fracassaram. As forças armadas sustentaram o governo provisório e em seguida o constitucional (por breve tempo). A repressão política foi freqüente durante o governo provisório. Os colaboradores e sustentadores dos regimes anteriores foram, em boa parte, submetidos a julgamentos de responsabilidade civil e penal, com sentenças condenatórias em numerosos casos, confiscação de bens (reintegração ao patrimônio do Estado) e penas de exílio. Em alguns casos, essas sentenças foram injustas ou excessivas; por outro lado, muitos presumidos culpados não foram submetidos a julgamento.

A política econômica e social do governo provisório se caracterizou por uma ativa modernização do Estado e pela incorporação de órgãos, meios e instrumentos para o fomento econômico. Foi criada, em 1947, a Corporação Venezuelana de Fomento — na verdade, tratou-se do desenvolvimento organizativo da Junta de Fomento da Produção criada durante o governo de Medina —, entidade de financiamento da empresa privada, de promoção econômica e estí-

mulo à produção. Foram regulamentadas as atividades e operações usurárias. As receitas fiscais nacionais se elevaram de 660 milhões de bolívares em 1945 para 1.776 milhões em 1948 e os gastos aumentaram de 510 milhões de bolívares em 1945 para 1.644 milhões entre os mesmos anos. Especificamente o imposto sobre a renda petroleira — estabelecido durante o governo de Medina —, produziu em 1946 cerca de 150 milhões de bolívares; em 1948 — em virtude do aumento da produção e das modificações no imposto — produziu 300 milhões, 80 por cento do total de receitas fiscais. Para aliviar a escassez de alguns artigos de primeira necessidade, o governo realizou importações; o mercado interno esteve mais bem abastecido nessa época, no que influenciou a progressiva normalização dos canais internacionais de comércio.

A política petroleira do governo provisório se caracterizou pelo respeito ao estado, das relações com as concessionárias, estabelecido pela lei de hidrocarbonantes de 1943 — impugnada pela AD em sua etapa de projeto —, com algumas modificações quanto ao regime de impostos, como se mencionou. A política de “não mais concessões” foi proclamada, embora não se tenha consagrado em nenhum texto legal. Como fato importante deve-se citar a percepção em espécie e venda pelo governo da regalia correspondente ao Estado em seu caráter de titular dos recursos petrolíferos (um sexto da produção), já que isso significava a possibilidade concreta de comercialização direta dos hidrocarbonantes pelo governo, o que permitia conhecer a situação do mercado internacional e romper o tabu da inacessibilidade a este. Sem embargo, provavelmente as próprias companhias petroleiras — através de outros mecanismos — comprariam o petróleo da regalia ou grande parte do mesmo.

Pode-se dizer que o poder político na etapa de 1945-48 foi sustentado por uma aliança transitória entre setores progressistas da burguesia e da pequena burguesia social-democrata, com apoio dos trabalhadores, de parte do campesinado e da maioria da oficialidade jovem das forças armadas. Embora se proclamasse antiimperialista e antifeudal, a AD não realizou reformas apreciáveis do regime de exploração petrolífera — principal domínio do capital estrangeiro — outorgou algumas concessões às companhias de minério de ferro norte-americanas e propiciou a entrada de novo capital estrangeiro em outras atividades (comércio, agricultura, serviços). Quanto ao regime agrário, foi derogada a lei agrária de 1945, de caráter progressista, e se promulgou uma nova lei essencialmente inferior à derogada; em consequência, a reforma agrária foi, uma vez mais, frustrada.

A etapa 1949-57 se caracterizou pelo exercício de uma ditadura militar-policia muito repressiva, cuja cabeça visível foi o oficial Marcos Pérez Jiménez. Iniciada por uma junta militar presidida pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud, ministro da Defesa do governo de Callegos, continuou com uma junta de governo presidida pelo advogado Germán Suárez Flamerich — de antecedentes democráticos — quando morreu, assassinado, Delgado Chalbaud,

e logo sob a chefia única de Pérez Jiménez, na qualidade de presidente da República pela “vontade” das forças armadas, uma vez consumado o desconhecimento oficial dos resultados das eleições de 1952 — para corpos deliberativos — nas quais triunfou a oposição manifestada através da URD. Nos primeiros tempos depois do golpe de novembro de 1948 os partidos Copei e URD expressaram beneplácito ao novo regime, fustigados como foram — sobretudo a URD — pela AD no governo. A AD foi declarada ilegal — “dissolvida” — e decretada a dissolução da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV). O governo decretou a devolução dos bens confiscados aos que receberam sentenças condenatórias nos julgamentos de responsabilidade civil e administrativa instaurados na etapa anterior. Em 1950 o Partido Comunista foi “ilegalizado”. Em abril de 1951 foi decretado um estatuto eleitoral elaborado por uma comissão de juristas designada pelo governo. Em outubro de 1951 a Universidade Central da Venezuela foi declarada em processo de reforma pelo governo, o que significava a anulação da autonomia, fato que originou o protesto público da maioria dos professores e dos estudantes, em consequência do qual numerosos professores e estudantes foram expulsos da universidade e um grupo deles desterrado do país. Em 30 de novembro de 1952 se realizaram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte — em cumprimento formal de uma promessa feita pela junta militar ao tomar o governo —, resultando vencedor absoluto o partido URD, no qual se encarnava o protesto popular ao regime e a luta pelo retorno à vida democrática, ilegalizados como estavam a AD e o PCV. O governo desconheceu de imediato esses resultados e Pérez Jiménez se proclamou presidente da República. Este foi um golpe dentro do golpe de 1948. Em 1952 se iniciou uma nova fase de recrudescimento da repressão, de sombria ditadura, que haveria de prolongar-se até 23 de janeiro de 1948 quando foi derubada por um movimento cívico-militar.

A luta clandestina não cessou durante o lapso 1949-57, sustentada principalmente pelos partidos AD e Comunista, com elevado sacrifício de vidas, liberdade pessoal e segurança familiar. Oficiais das forças armadas participaram da luta, alguns foram assassinados, outros encarcerados ou exilados. A repressão mais brutal esteve a cargo de um corpo chamado Segurança Nacional, composto por policiais, desviados mentais e criminosos natos. O movimento sindical, o camponês, o estudantil, o cultural foram reprimidos. A imprensa foi submetida à censura. O regime governante estreitou os laços de amizade com todas as ditaduras da América e com a de Franco na Espanha, enquanto rompia relações com a URSS.

A expansão petroleira foi acentuada durante esta etapa. O capital estrangeiro aumentou de 1.168 milhões de dólares em 1948 para 3.710 milhões em 1956; esse capital, além de petróleo e mineração, se aplicou na indústria manufatureira, na construção, nas finanças, na agricultura e nos serviços. Em 1952 se celebrou um tratado comercial com os Estados Unidos (modificação do *mo-*

duo vivendi de 1938) em virtude do qual se comprometeu essencialmente a soberania fiscal da República e se pôs um freio à industrialização em numerosos ramos. Nesta ordem de fatos, o período examinado foi de crescente domínio estrangeiro da economia, e como circunstância contraditória só surgiu a iniciativa oficial de estabelecer indústrias básicas sob o controle exclusivo do Estado, à qual já fiz referência.

Não se pode dizer que o regime ditatorial fosse sustentado unicamente pelas forças armadas nem que estas em sua totalidade estivessem de acordo com a ditadura em todos os seus aspectos. O capital estrangeiro — o poder internacional do grande capitalismo — contribuiu por seu turno à estabilidade do regime, já que este tanto o favorecia. Casuisticamente nacionalista, a ditadura representou uma circunstância propícia à maior penetração do capital estrangeiro na economia venezuelana. Para Foster Dulles — então secretário de Estado do governo norte-americano — o regime de Pérez Jiménez era o mais conveniente para os interesses de seu país. Também a burguesia venezuelana se favoreceu com a ditadura, e as principais fortunas prosperaram durante o regime. Entre 1950 e 1957 a participação das remunerações do trabalho na receita nacional se reduziu de 59,8 por cento a 52,4 por cento, enquanto que a do capital aumentou de 40,2 a 47,6 por cento. Em termos absolutos, os lucros do capital se elevaram de 3.460 milhões de bolívares para 8.000 milhões entre os anos citados, ou seja, mais do dobro, enquanto que as remunerações do trabalho subiram de 5.147 milhões de bolívares a 8.786 milhões, só 70 por cento⁶⁹. Não cabe dúvida, portanto, de que o capital estrangeiro e a burguesia constituíram os suportes do poder econômico do regime ditatorial. Sofreram em sua situação sócio-econômica as classes operária e camponesa. A pequena burguesia se dividia entre o apoio, a resistência e a indiferença.

7. *As conjunturas mais notáveis*

Embora 1949 tenha sido um ano de moderada recessão da economia norte-americana, esse fenômeno não foi sensível na Venezuela e não afetou de nenhuma maneira o nascente regime ditatorial. Em 1956-57 o governo outorgou novas concessões petrolíferas, o que proporcionou ao fisco 2.188 milhões de bolívares de receitas adicionais e ocasionou entradas extraordinárias de divisas, com as quais se mitigaram os efeitos de uma situação fiscal em deterioração, como se pôs em evidência depois da queda da ditadura, ao revelar-se uma dívida irregular de mais de 4.000 milhões de bolívares, contraídas à margem de toda norma legal e que afetava sem dúvida a solvência do Estado. Essa dívida se descontava a taxas escandalosamente elevadas nos mercados de dinheiro internos e externos, e a insolvência reiterada ocasionou forte e crescente mal-

69. *Ibid.*, p. 21.

estar nos meios econômicos, o que foi um dos motivos concretos da deposição de Pérez Jiménez.

VII. *PERÍODO 1958-1975*

1. *Quadro Histórico Geral*

Na Venezuela as ditaduras interpõem uma aparente penumbra no processo da luta política e da formação ideológica. Na realidade, por contradição, por antítese, promovem elas a gênese de novas atitudes, de novas forças promotoras do desenvolvimento político que insurgem como negadoras do passado, na ruptura do que tentou estabelecer-se como evolução e acabou desfeito em alguma instância do acontecer histórico. Assim foi na ditadura gomezista, que liquidou a seqüela do século XIX venezuelano e gerou — por contraposição — os fatores que impulsionaram a conjuntura de 1936. Também foi assim a ditadura de Pérez Jiménez, que representou a separação histórica entre o pós-gomezismo (1945-48) e a nova dinâmica da nação. Todavia, fatores e forças do passado se empenham em sobreviver, e surge o conflito com as novas tendências — virtualmente nascidas da luta mais profunda e consciente contra ditadura, que foi também luta contra o passado — que se projetará no período pós-ditatorial com sinais transcendentais.

No seio dos partidos, a dialética ideológica, na confrontação dos fatos da transição, se resolveu em divisões sucessivas: a Ação Democrática (AD) sofreu três processos críticos, que fizeram nascer o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) de orientação marxista, o Partido Revolucionário Nacionalista (PRN) reivindicador da ortodoxia social-democrata se cabe a expressão, e o Movimento Eleitoral do Povo (MEP) de orientação socialista heterodoxa. O Partido Comunista (PCV) sofreu também três divisões: a primeira, na etapa crítica da luta armada, que deu origem à Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu braço armado, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) persistente nesta linha de atividade política; a segunda, na etapa da pacificação e do retorno às formas convencionais de atividade, da qual nasceu o Movimento ao Socialismo (MAS), cuja evolução se orienta ao socialismo flexível de conteúdo nacional; e a última, na etapa da conjuntura eleitoral, sob o nome de Vanguarda Comunista (VC), inscrita também no campo da autocrítica estratégica e tática dos movimentos marxistas-leninistas. Estas divisões assinalaram momentos e contingências importantes no processo político venezuelano dos últimos quinze anos e suas expressões ideológicas e organizativas com poucas exceções, têm vigorosa vigência na atualidade nacional. O partido União Republicana Democrática (URD) progressista, de centro-esquerda, tampouco escapou à dinâmica das confrontações e de seu seio saíram grupos qualificados

de dirigentes, alguns orientados para soluções socialistas e outros para formas democrático-burguesas, mas sem constituir movimentos organizados. O partido social-cristão Copei não sofreu divisões, embora em seu seio coexistam diferentes variantes de uma posição principal, não marxista, inspirada na doutrina social do catolicismo. Não deve causar estranheza que os dois partidos que estiveram na primeira linha contra a ditadura — AD e PCV — fossem os mais profundamente comovidos pela dialética ideológica e pela confrontação pragmática na época posterior a Pérez Jiménez.

O sistema de poder se implementa cada vez mais na chamada “bipolaridade” de partidos elegíveis como alternativas de governo: AD e Copei. Já no Pacto de Nova Iorque (dezembro de 1957), que foi mencionado, se perfila o mecanismo, com a exclusão do PCV, fator essencial da unidade contra a ditadura e da transição em 1958 à democracia representativa burguesa. Cedo, com Betancourt na chefia do governo, o mecanismo se aperfeiçoa, ao ser marginalizado o partido de Jovito Villalba (URD), e nisto seguramente houve um propósito deliberado de Betancourt, ficando combatidos os dois partidos, AD e Copei, sob a denominação de “ampla base”. Não existiu pacto para alternarem-se rigorosamente no governo esses dois partidos, e isso permitiu dar à contenda política, e especificamente à fórmula eleitoral, um sentido de amplitude, de liberalidade, de concorrência popular, desejável para o sistema. Para a estabilidade do mecanismo bipolar era mister excluir, do seio da AD onde se radicava o genômeno, os fatores aleatórios, incontroláveis, de discrepância ideológica, e o processo se cumpriu em dez anos aproximadamente. Aparentemente, a AD não oferece riscos ao sistema de poder, atribuíveis a novos focos de índole ideológica dissidente. É, portanto, ao encerrar o período, um partido fundamental do mecanismo de poder. O outro, com menor força popular e organizativa, é o Copei.

O pacto de Nova Iorque implicava o fortalecimento da burguesia venezuelana como classe dominante e sua relação definida com o poder político. A burguesia, como tal, colaborou taticamente, nos últimos momentos, na derrubada da ditadura, e estabeleceu com impressionante decisão e precisão seus objetivos e metas na etapa de transição que se iniciou em 1958.

Suas personagens participaram do governo provisório, em proporção determinante não tanto pelo número, mas pelas posições e pela entidade dos participantes, e desde ali impuseram, na essência, os interesses dominantes de classe. A política de unidade nacional — contra a seqüela da ditadura e pela democracia — praticada com exemplar consequência pela esquerda, permitiu à burguesia sua consolidação no poder, já com sentido político de classe. As massas populares nas ruas de Caracas — os desempregados, os subempregados, os marginais, os estudantes, os camponeses recém-chegados, grupos do proletariado — não foram mobilizadas em nenhum momento contra a burguesia, nem contra

o capital petrolero, mas contra o perigo de retorno à ditadura. Só num momento teve a massa popular a autonomia da ação por um motivo diferente: o protesto contra a visita de Nixon (maio de 1958), que era o repúdio à política de poder dos Estados Unidos, tão hipócrita que aplaudia pouco tempo antes a ditadura e logo depois, em 1958, a volta à democracia. Esse repúdio, tão viva e justamente manifestado, esteve a ponto de provocar uma agressão armada norte-americana contra a Venezuela. Foi um momento em que a burguesia chegou a tremer.

Betancourt dirigiu o maior objetivo de sua mensagem à burguesia e ao capital estrangeiro do petróleo durante sua campanha presidencial. Outra mensagem significativa foi dirigida às forças armadas. Sua gestão de governo não ficou só na mensagem: concretizou-se em medidas de estímulo e apoio à burguesia e ao capital petrolero, de impulso ao crescimento capitalista dependente e de freio às reivindicações populares, operárias e camponesas. A recessão econômica — 1960 a 1963, os anos mais duros —, que havia sido facilitada pelo festim de pagamentos indiscriminados da dívida da ditadura — sob a pressão da burguesia e do capital estrangeiro — e pela manobra astuta dos consórcios petroleros em represália pelo aumento da taxa de imposto sobre a renda em fins de 1958 — ato soberano de governo, que faz honra a Edgar Sanabria que o ordenou e aos ministros que o subscreveram —, foi carregada em grande parte pelo povo: redução de salários, desemprego, alta de preços, restrições em serviços públicos, entre outros aspectos. A industrialização substitutiva de importações foi acelerada, com o auxílio de medidas alfandegárias protetoras, exonerações fiscais, créditos de entidades oficiais, subsídios e compras maciças de bens pelo setor público, além da contenção dos salários reais, como se mencionou. Expandiu-se o capitalismo no campo, enquanto que a reforma agrária, com lei promulgada em 1960, se executava de forma dispersa, pausada, burocrática, com reconhecimento de altos preços das terras desapropriadas. Foi integrado virtualmente o Estado em sua acepção funcional ampla, como sistema de poder supostamente balanceado: Estado burguês-burocrático-desenvolvimentista-populista, com participação implícita de Câmaras de Comércio (organismo coordenador dos empresários), Confederação de Trabalhadores da Venezuela (organismo coordenador dos sindicatos operários e camponeses) e partidos do sistema, e implementado pela burocracia técnico-administrativa, pelas forças armadas e pelas forças de repressão política. Como artifícios de uma política formalmente nacionalista, mas na verdade conciliadora com o imperialismo, foi declarada a decisão de não mais outorgar concessões petroleras — em seu lugar seriam oferecidos “contratos de serviços” aos consórcios internacionais, modalidade corrigida das concessões — e foi criada a Corporação Venezuelana de Petróleo, supostamente encarregada do desenvolvimento de uma indústria petrolera nacional, mas na realidade para ser-

vir de ponte aos contratos de serviços⁷⁰. Em 1960, foi criada a OPEP com participação da Venezuela, mas sua eficácia só se manifestaria depois de 1970, em virtude de causa árabe frente a Israel e com oportunidade desse conflito e a chamada crise energética. Entrementes, os consórcios petroleiros, ante a passividade governamental, desenvolveram uma tática de deterioração persistente, sistemática, da posição petroleira da Venezuela (desinvestimento nítido, aviltamento dos preços, alta artificial dos custos para reduzir a margem de renda onerável, redução das operações exploratórias, exploração intensiva de lençóis existentes até limites de exaustão etc.) com a finalidade de intimidar o governo e interferir em sua política petroleira.

O objetivo manifesto de Betancourt era cumprir o período constitucional como presidente e transmitir o comando ao sucessor eleito. Ao cumprimento deste objetivo subordinou toda a gestão de governo. Simultaneamente, propôs-se impulsionar o auge da burguesia e sustentar um equilíbrio das relações operário-patronais que fundamentasse o jogo político de poder. Para tanto era indispensável obter o controle dos sindicatos através do partido AD e regular as ações de massas pela mesma via do controle partidário (com a cooperação do Copei, partido co-governante). Por tanto, a tática consistia em destruir a influência da esquerda na frente sindical e no movimento popular: segregar e isolar, golpear e encurralar, reprimir, provocar para justificar a repressão. Mesmo antes de iniciar-se a luta armada da esquerda, Betancourt se apresentava como o anti-Fidel Castro, como campeão do anticomunismo em nome da democracia. A luta armada, nessa ordem de fatos, não foi simplesmente uma réplica da Revolução Cubana, nem um atalho ilusório para queimar etapas; em sua determinação atuaram fatores internos e externos, e a política do governo de Betancourt não foi o menos importante deles.

Ao longo do período que se examina a expansão da burguesia foi uma constante. Cresceram os estratos industrial, agrário e financeiro da burguesia. A acumulação de capital — em função do excedente petroleiro fiscal, da contenção relativa dos salários e do curso favorável da substituição de importações — se realizou em maior proporção no setor industrial e no financeiro, que dominaram a dinâmica de crescimento capitalista nesse tempo. Desde cedo esse mesmo processo expansivo impulsionou o crescimento do proletariado, nas zonas industriais e no campo penetrado pelo capitalismo, e afirmou suas características dentro da complexa estrutura sócio-econômica do país. Esse processo também fomentou a marginalidade e acentuou a desigualdade da distribuição da

70. "A Corporação Venezuelana de Petróleo nasceu sobre bases sadias; é dirigida por gente responsável; não pretendemos convertê-la num competidor das companhias petroleiras para desarticular seus mercados. Através da Corporação Venezuelana de Petróleo poderão ser outorgados contratos de serviços, e já não mais concessões, que é uma palavra de inconfundível sabor colonial", Rómulo Betancourt, *Três años de gobierno democrático, 1959-1962*, Caracas, 1962, t. II, p. 55.

renda⁷¹. A ação do Estado, centrada na administração do excedente petrolífero nacional, orientou-se para os campos da saúde e da educação, da habitação e para os subsídios ao consumo de alguns artigos essenciais. Todavia, a multiplicação das expectativas populares bem cedo se manifestou em maiores desequilíbrios sociais, pela insuficiência dos recursos aplicados em sua satisfação e pelas graves deficiências da política nos campos indicados. Este quadro prosseguiu com maior força durante os governos de Raúl Leoni e Rafael Caldera, com variantes adjetivas e formais, mas sem modificações de fundo.

A luta armada entrou em decadência durante o governo de Leoni, pelas razões que se indicarão mais adiante, e praticou-se uma política de “pacificação” com bastante êxito. A repressão, contudo, não desapareceu e em alguns momentos adquiriu características graves, negadoras da suposta bonomia dos governantes de turno. Perto do fim do mandato de Leoni, com a divisão que deu origem ao MEP, completou-se o processo de direitização e burocratização da AD, que perdeu o governo no quinquênio seguinte (1969-74), mas se preparou (dentro dos mecanismos do poder) para recuperá-lo no lapso posterior.

O governo de Caldera propiciou uma maior democratização da vida pública, sem deixar de ser repressivo a serviço do poder. A política geral se enquadrou na qualificação de “nacionalismo democrático” com projeção internacional. A atitude ante os Estados Unidos foi sóbria e digna. Propiciou-se uma aproximação ao governo revolucionário de Cuba, antecedente para o restabelecimento de relações, que aconteceu durante o governo de Carlos Andrés Pérez. Deram-se passos importantes no caminho à nacionalização do petróleo, favorecidos sem dúvida pela conjuntura internacional centrada na crise energética e no fortalecimento da OPEP. O governo de Caldera não desfrutou inteiramente do extraordinário auge fiscal petrolífero iniciado em 1973 e substancialmente acentuado em 1974; mas auspiciou as condições para esse auge, de que desfrutaria seu sucessor. Tornaram-se mais fortes as pressões inflacionárias, sempre subjacentes no funcionamento estrutural da economia venezuelana, em virtude da acumulação de fatores internos emergentes da industrialização substitutiva de importações, do crescimento desigual da agricultura e do desequilíbrio de fundo na distribuição da renda; as pressões inflacionárias foram estimuladas, ademais, pela conjuntura externa, de tendência à alta nos mercados centrais do sistema capitalista. Dificuldades — algumas artificiosas — no abastecimento de produtos básicos de consumo e uma aguda sensibilidade popular ante o aumento notável do custo de vida, favoreceram, nas eleições presidenciais de 1973, o candidato da AD, Carlos Andrés Pérez.

71. Em 1957 corresponderam aos perceptores de salários e soldos 72 por cento da renda nacional; em 1974 essa participação se reduziu a 59 por cento. Em ambos os casos se deduziu, para efeitos de cálculo, a renda fiscal petrolífera. Cf. *Memoria del Banco Central de Venezuela*, 1958, e *Informe Económico*, 1974, do mesmo instituto.

O novo governo (1974-79) se iniciou com a vantagem de uma maioria absoluta no Congresso da República e a disponibilidade de enormes recursos fiscais. Graças a isso, obteve do legislativo autorização para o exercício de poderes extraordinários, de emergência, no campo econômico e social. Uma espécie de “bonapartismo” impulsionou a gestão de Carlos Andrés Pérez nos primeiros tempos de seu mandato. Deu a impressão de querer sujeitar à regularização múltipla o crescimento capitalista do país e de incorporar os setores de menores rendas ao usufruto do auge petrolífero. Bonapartismo populista, se cabe a expressão, que logo se orientou para o fortalecimento do que se costumou chamar “economia mista” e que, na essência, é capitalismo monopolista de Estado. O sistema de poder, que qualifiquei anteriormente como Estado amplo, tornou-se mais sólido e evidente. O desenvolvimeto e o populismo são as duas faces da moeda da dominação. O capital financeiro e o industrial adquirem níveis mais elevados de concentração e expansão, com certa projeção internacional, sobretudo em países menores e pobres do “terceiro mundo americano”. O formidável excedente petrolífero serve em boa parte para o enriquecimento da burguesia e de camadas burocráticas em relação com o poder. O grau de corrupção administrativa em diferentes níveis do Estado cresce consideravelmente, em relação com a abundância fiscal e a multiplicação dos negócios públicos. É evidente o paradoxo de um Estado, o venezuelano, perceptor e administrador de uma receita periódica de grande magnitude, que não se origina no contribuinte, mas na exploração de um recurso natural irrenovável — patrimônio comum da nação —, por isso, deveria estar na melhor das posições para dirigir com autonomia o rumo econômico e social do país, subordinando a seus objetivos o interesse privado; e, no entanto, na realidade, esse Estado se subordina ao poder econômico privado, serve para seu fortalecimento e marginaliza a maioria do povo. A inflação, junto com a orientação classista do gasto público, tem-se convertido em mecanismo de redistribuição regressiva da renda e de dependência. A nacionalização do petróleo, circunscrita à área extrativa do negócio, em lugar de representar um fator de difusão equilibrada dos lucros nacionais, tem-se constituído num novo e formidável ponto de apoio para o desenvolvimento dependente do capitalismo. Novamente se tenta, nas esferas do partido do governo, colocar em primeiro plano o anticomunismo, a segregação política da esquerda e a bipolaridade excludente como estabilizadores do poder formalmente democrático. A esquerda, contudo, orienta suas lutas para a consolidação do jogo democrático e a possibilidade de aprofundar as conquistas sociais, econômicas e políticas do povo.

2. *Regime de produção*

Dentro do marco conceitual que tem sido definido como “estrutura heterogênea”⁷², o modo capitalista de produção — em sua variante específica, his-

72. A “heterogeneidade estrutural” é definida por Armando Córdova, em sua obra *Inversiones extranjeras y subdesarrollo* (v. Bibliografía), como aquela correspondente a determinado lugar

toricamente determinada, que se realiza nos países dependentes, cujas economias sofrem essencialmente a intervenção do capital estrangeiro em sua fase de expansão monopólica — se afirmou consideravelmente neste período e seu crescimento se efetuou em ritmo acelerado, acentuando-se suas características e estendendo-se a novas áreas da atividade produtiva. A exploração de hidrocarburos com destino principal à exportação continuou sendo a base de sustentação da economia, sob o domínio dos consórcios internacionais em forma direta até 1975. Todavia, o capital estrangeiro — em sua acepção mais ampla, que inclui, além da inversão real ou financeira, a que pode qualificar-se como intangível, consistente em prestações tecnológicas e do ativo quase monopólico sob a forma de marcas, denominações comerciais e industriais, patentes publicitárias e similares — se aplicou em magnitudes apreciáveis em outros setores econômicos em expansão: a indústria manufatureira, a construção, as finanças, os serviços, nos quais obteve taxas de lucro bastantes altas. Já assinalei, no exame do período precedente, que a extração e exportação de minério de ferro, iniciada em escala comercial em 1951, representou outra fonte de lucros do capital estrangeiro, até 1974 inclusive (em 1975 essa atividade foi submetida ao domínio do Estado venezuelano). Sem dúvida, a propriedade de meios de produção constituiu a base da riqueza privada. As relações capitalistas de trabalho e distribuição se estenderam e se consolidaram praticamente em quase todo o âmbito da economia. Persistem, na atualidade, formas pré-capitalistas de trabalho e distribuição no meio agrário, em algumas atividades artesanais e de serviços. O Capitalismo de Estado — sob a forma do estabelecimento e expansão do setor público da economia, para além da tradicional intervenção oficial na vida dos negócios privados —, que algumas vezes se conhece com o nome pouco feliz, a meu ver, de “economia mista”, adquiriu maior significação, sobretudo nos últimos anos do período, graças à multiplicação extraordinária dos recursos fiscais provenientes do petróleo. A circulação mercantil prevalece em quase todas as atividades econômicas, salvo em algumas zonas onde se refugiou a economia de subsistência. Embora ainda exista, presumivelmente em 10 ou 15 por cento do total, a modalidade de percepções de renda em espécie, as formas monetárias características do capitalismo estão generalizadas. O trabalho cooperativo constitui a forma de organização da produção numa parte da agricultura e dos serviços, mas a proporção que representa com relação à economia total é bastante pequena⁷³. A grande propriedade rural tem uma significação substancial, principalmente nas planícies; tem ocorrido que muitos latifúndios tradicionais converteram-se em grandes explorações de índole capi-

e momento, composta por relações de produção pertencentes a distintos sistemas econômicos (históricos e menores).

73. Estimativas oficiosamente feitas pelo Ministério do Trabalho, do qual depende administrativamente o ramo de cooperativas, permitem apreciar uma contribuição de dois por cento ao PTB.

talista e outros têm sido incorporados às zonas urbanas ou suburbanas. A concentração da propriedade agrária continua sendo característica, apesar de haverem transcorrido quinze anos da promulgação da lei da reforma agrária.

3. *As forças produtivas*

O período que examinamos foi de crescimento sem precedentes das potencialidades produtivas do país, embora os impulsos expansivos estivessem sujeitos a flutuações acentuadas, em razão da incidência de conjunturas externas e internas. A superfície agrícola colhida (vegetal) aumentou de 1 milhão 156 mil hectares em 1957 para 1 milhão 792 mil 773 em 1974. O gado bovino aumentou de 6 milhões 183 mil cabeças em 1957 para 10 milhões 300 mil em 1974. O capital existente se elevou de 47.485 milhões de bolívares em 1957 para 105.400 milhões em 1974. A população ativa cresceu de 2 milhões 407 mil pessoas em 1961 para 3.340.000 em 1974. A proporção de desemprego absoluto se estima em fontes oficiais⁷⁴ entre sete e oito por cento em comparação com 14 por cento em 1958; todavia, a proporção de subemprego ou desemprego encoberto supera os 20 por cento. Em 1957 o setor primário de produção contribuiu com 39 por cento do produto territorial bruto (PTB); em 1974 contribuiu com 21 por cento; o setor secundário aumentou sua contribuição ao PTB de 19 por cento em 1957 para 24 por cento em 1974; entre os mesmos anos o setor terciário modificou sua participação de 42 para 55 por cento. Estas variações relativas indicam uma ampliação das atividades dinâmicas de transformação de bens — o setor secundário —, por meio das quais se agrega maior valor por unidade de produto que em outros setores. No setor primário, a agricultura representou em 1973 uns sete por cento do PTB total, com ligeiras modificações em relação a 1957; da mesma maneira, a mineração representou um por cento e a atividade de extração de petróleo, 13 por cento. A composição do produto — e, em relação com ela, a alocação de recursos entre as atividades produtivas — correspondia ainda no final do período a um estado de subdesenvolvimento das forças produtivas do país; mas é evidente que estas forças têm crescido consideravelmente nos últimos 18 anos e que tem-se assistido a uma evolução importante através do tempo, a qual se acelerou durante o período em observação. É de notar que esse crescimento, na ordem quantitativa, não tem sido convenientemente equilibrado como o exige a integração interna da economia nem tem criado bases e condições adequadas para uma redução de dependência, razão por que pode e deve assinalar-se que não tem gerado desenvolvimento em concordância com as potencialidades do processo e as necessidades e expectativas da nação. Por outro lado, existe o problema da insuficiente utilização das for-

74. Cf. *Encuesta de hogares por muestreo* (agosto de 1970), Ministério de Fomento (Dirección General de Estadística y Censos Nacionales), Caracas, 1971, p. 17.

ças produtivas disponíveis: já se mencionou uma taxa de desemprego objetivamente alta, assim como uma inquietante proporção de subemprego; o uso do capital fixo instalado era também incompleto (em sondagens de atividade industrial realizadas pela Agência de Planejamento do governo em 1960 e 1965 registrou-se um índice de utilização do potencial industrial de 60 por cento no primeiro dos anos citados e de 70 por cento no último; estimativas mais recentes, todavia, permitem assinalar que o grau de utilização tem subido sensivelmente, no que tem incidido como fator primordial a expansão da demanda interna no lapso posterior a 1970). A aplicação indiscriminada de tecnologias intensivas em capital fixo — importadas inteiramente dos países capitalistas mais desenvolvidos —, que no geral exigem escalas de produção muito amplas, é uma das explicações dessa situação. Essas tecnologias obrigam a empregar força de trabalho no treinamento avançado em proporção elevada e, portanto, tornam redundante a força de trabalho não qualificada ou de baixos níveis de qualificação. A subutilização da terra nos labores agropecuários tem sido um fato que, embora reduzido nos últimos tempos, ainda incide negativamente sobre os rendimentos globais. Diversa é a consideração que se deve fazer quanto aos índices de extração de hidrocarbúntes, já que por razões imperativas de conservação desse recurso escasso e cada vez mais valioso, o interesse nacional requer a moderação razoável do ritmo de exploração. Neste mesmo campo de atividade deve-se mencionar a queda sofrida nas reservas comprovadas de petróleo durante o lapso 1958-73, pela redução substancial das operações exploratórias atribuível a uma política antinacional dos consórcios estrangeiros, lesiva ao patrimônio da nação venezuelana; em 1974 se efetuou uma reavaliação das reservas e sua quantidade se elevou de 13.812 milhões de barris para 18.567 milhões. Da mesma maneira deve notar-se que a acumulação bruta de capital na indústria petrolífera sofreu uma contração no lapso 1959-70 e que no lapso 1970-74 o nível dessa acumulação se manteve praticamente constante, variando apenas de 7.461 milhões de bolívares para 7.425 milhões, o que significa que os consórcios estrangeiros mal repunham os desgastes ou deterioração do equipamento existente no país e não realizaram expansões efetivas nas diferentes fases do complexo produtivo petrolífero. Sem dúvida, essa política de estancamento das inversões de desenvolvimento obedecia à perspectiva — não estimulante para os consórcios — relacionada com a caducidade das concessões a partir de 1983.

4. *A dinâmica de classes*

No período que se observa o processo de classificação da sociedade venezuelana sob condição de dependência capitalista e de heterogeneidade estrutural — desenvolvimento desigual e combinado — se acelerou e adquiriu características melhor definidas. Ao caracterizar o processo como capitalista, em senti-

do global e dominante, estou indicando que as classes mais dinâmicas e importantes da sociedade chegaram a ser o proletariado e a burguesia. O fenômeno de proletarização tem sido contínuo e intenso nos últimos trinta anos da vida venezuelana, polarizado nos núcleos emergentes da exploração petroléira e mineira e da urbanização. Esse fenômeno adquiriu maior dinamismo e características mais precisas nos últimos quinze anos, em relação com o processo de industrialização, concentrado na região norte-central do país e especificamente na área metropolitana de Caracas. Na verdade, deve-se mencionar também a formação de um núcleo industrial na parte nordeste da região da Guiana venezuelana, caracterizado pela concorrência da exploração de minério de ferro, pelo aproveitamento hidrelétrico dos recursos fluviais da região e pelo estabelecimento de indústrias pesadas metalúrgicas; esse núcleo, em processo de crescimento, proporciona ocupação a um numeroso contingente de trabalhadores qualificados, embora seu nível de remuneração diste consideravelmente do correspondente à atividade petroléira. Por outro lado, a expansão do capitalismo no campo — que, como no caso da indústria, registrou um ritmo mais acelerado no período que analisamos — tem determinado a proletarização de consideráveis setores do campesinado, assim como também como a fixação em áreas camponesas de trabalhadores antes residentes nas cidades. Em todo caso, a fonte principal de crescimento do proletariado — além do próprio aumento vegetativo da população operária — tem sido o campesinado pobre, que emigra para as zonas urbanas e industriais. Uma fonte complementar tem sido a proletarização de camadas muito pobres da pequena burguesia. A maior proporção de trabalhadores dependentes se inscreve no setor terciário da economia, seguindo-lhe em ordem de grandeza o proletariado industrial. O proletariado petroléiro, ao contrário, tem sofrido uma redução numérica no transcorrer do tempo, como conseqüência do incremento de produtividade e do aumento da relação entre o capital fixo e o variável nas bases de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra; ademais, a contração das atividades de prospecção, que absorvem contingentes numerosos de trabalhadores, determinada pela política depressiva dos consórcios estrangeiros, tornou redundante certa quantidade de força de trabalho. Deve-se assinalar que os desincorporados da indústria petroléira geralmente se retiram do mercado de trabalho ou se dedicam a outras atividades, razão por que não se pode falar propriamente de um “exército industrial de reserva” neste caso⁷⁵. O crescimento vegetativo da população e o êxodo camponês — em relação com as oportunidades restritas de emprego no setor produtivo da economia — contribuíram para engrossar as fileiras do subproletariado, expressão concreta do fenômeno da marginalidade sócio-econômica. A

75. A este respeito deve-se mencionar igualmente que um dos problemas graves que enfrenta a indústria petroléira venezuelana na atualidade é o da substituição dos trabalhadores qualificados em diferentes níveis, que optam pela aposentadoria ou se retiram por qualquer causa, em razão da escassez de trabalhadores nessa atividade.

burguesia se consolidou, aumentou seu domínio econômico e político e evoluiu quanto à divisão interna (dentro da classe) de funções: o estrato industrial, o agrário, o da construção, o comercial, o financeiro e o de serviços, com predomínio dos estratos financeiro e industrial, de interesses geralmente combinados. De maneira simultânea com o processo geral de concentração da riqueza e da renda⁷⁶ tem ocorrido uma concentração específica crescente, no seio da burguesia, razão por que uns poucos grupos combinados absorvem uma elevada proporção dos ativos reais e financeiros de propriedade privada existentes no país. Correlativamente tem-se ampliado a periferia subordinada, dependente, que, ainda incorporada à classe dominante, permanecia submetida ao grupo de poder recebendo taxas mais baixas de benefício. Deve-se distinguir uma categoria, a dos executivos e gerentes de altas posições, que sem serem proprietários do capital cumprem uma função importante no quadro das relações do capital e recebem, juntamente com elevadas remunerações fixas, complementos substanciais por diversos conceitos e participação nos lucros; tais funcionários têm estado no setor privado e no público, passando com relativa mobilidade de um para outro; a esta categoria tem-se dado o nome de “classe gerencial”, embora evidentemente não possa ser considerada como classe e sim como uma categoria subalterna da classe dominante, a qual tem evoluído consideravelmente durante o período observado. A classe dos grandes proprietários rurais persistiu durante o período, ainda com traços pré-capitalistas, mas sua significação sofreu queda; em alguns casos os latifundiários têm facilitado, em associação com empresários capitalistas, a transformação de suas herdades em explorações modernas; em outros casos, tais propriedades têm sido afetadas pela execução da reforma agrária. A pequena burguesia se tornou ainda mais numerosa e sua influência “de massas” nos assuntos públicos aumentou sensivelmente, através de seu peso específico nas organizações políticas, profissionais e culturais.

Não obstante a democratização formal das instituições jurídico-políticas e do exercício do poder público, a desigualdade sócio-econômica que se expressa objetivamente na apropriação de substanciais porções do excedente⁷⁷ pelas classes dominantes tornou-se mais acentuada, ampliando-se as brechas entre os componentes classistas da sociedade. Na Venezuela destaca-se a singularidade de que uma porção elevada do excedente nacional⁷⁸ é administrada pelo Estado mediante a percepção da receita pública petroleira e o gasto subsequente, de tal maneira que a política econômica, financeira e social do governo

76. Cf. Domingo A. Rangel, *La oligarquía del dinero*, Caracas, Ed. Fuentes, 1971, quando inserido na página 127.

77. O excedente, em meu conceito, é a diferença quantitativa entre o valor do produto criado e o custo real da força de trabalho empregada em sua criação, em sentido lato.

78. O excedente nacional é a diferença entre o valor do produto *nacional* e o custo real da mão-de-obra.

orienta o processo central da distribuição e redistribuição da renda. De fato tem-se observado que essa política, tanto no regime da ditadura quanto no da democracia representativa, tem tendido a favorecer, essencialmente, a burguesia, fortalecendo-a como classe dominante e alargando seus canais de enriquecimento, enquanto têm crescido os índices de proletarização e de marginalidade, conjuntamente interpretados como medições da pobreza relativa. É certo dizer que os níveis nominais de remunerações da força de trabalho têm aumentado, mas também é que esse aumento tem-se mantido retardado em relação ao aumento da produtividade. A política social tem sublinhado a sua-
vização “concertada” das contradições e dos antagonismos de classe (e intraclasses), sob a advocação da “paz social” e da estabilidade democrática, em cujo empenho — que oculta uma estratégia de poder — têm sido implicados dirigentes sindicais, que têm atendido mais aos interesses conjunturais de seus partidos políticos que os estruturais da classe operária. Assim, os conflitos têm sido minimizados, as tréguas no confronto capital-trabalho têm sido generalizadas e prolongadas, e as contratações coletivas que regulam os grupos mais qualificados de força de trabalho em suas relações com as empresas têm consistido, no geral, em operações transacionais entre as burocracias sindicais e patronais. Em tais condições, o período que se examina tem sido propício em alto grau para a acumulação de capital privado e para a contenção das reivindicações operárias e de empregados.

5. O movimento demográfico

Dois fenômenos notáveis devem assinalar-se na dinâmica populacional durante o período em estudo: a) a elevada taxa de crescimento da população, cifrada em 3,4 por cento interanuais; b) a concentração acelerada da população nas áreas urbanas, de tal maneira que para 1975 se estima como urbana cerca de 75 por cento do total. O censo de 1961 registrou 7 milhões 523 mil 999 habitantes, o de 1971 permitiu apreciar um aumento substancial já que apresentou um registro de 10 milhões 721 mil 522 habitantes. A taxa de aumento da população urbana no lapso intercensal foi de 5,3 por cento, em comparação com 6,8 por cento no lapso 1950-61. A população rural, por sua parte, cresceu a razão de 0.8 por cento interanual durante o lapso 1950-71. O índice de urbanização correspondente ao ano de 1971 era de 58 por cento⁷⁹. A mudança de governo — de ditadura para democracia — enquanto significou uma modificação progressiva da política econômica e social, contribuiu para o processo de urbanização, imprimindo-lhe maior velocidade. A assistência médico-sanitária — e em geral a melhora das condições de vida e saúde — determinou uma queda da

79. Cf. “Migración interna en Venezuela, factores determinantes y características”, da socióloga Zulay Alvares de Girón, em *Estadística Venezolana*, revista do Ministério de Fomento (Dirección General de Estadística y Censos Nacionales), n.º 4, Caracas, julho de 1975, p. 42.

taxa de mortalidade, enquanto a de natalidade se manteve relativamente elevada⁸⁰. A esperança de vida ao nascer subiu de 66 anos em 1961 para 70 anos em 1971. Aproximadamente uns 50 por cento da população era maior de 15 anos em 1971, o que indica a extrema juventude da mesma. A população ativa — pouco mais de um terço do total — se distribuía em 1970 da forma seguinte: agricultura, 26 por cento; petróleo e mineração, dois por cento; indústria e construção, 16 por cento; serviços e governo, 56 por cento. Estas cifras revelam, em relação a 1961, uma queda da participação agrícola na oferta total de emprego, um moderado incremento da participação do setor secundário e um aumento considerável da participação do setor terciário. A baixa produtividade do emprego na agricultura se aprecia ao comparar-se a contribuição desta atividade no PTB (sete por cento) com a proporção de mão-de-obra que ela absorve (26 por cento).

6. O Poder Político

A ação mais firme para derrubar a ditadura foi a dos partidos AD e Comunista. A tese da unidade de ação conseguiu converter-se em prática durante os anos de 1956 e 1957 - tese justamente proposta pelo PCV - e contribui notavelmente para a queda daquele regime. Contudo, a participação dos fatores de poder na combinação política foi decisiva para alcançar o objetivo. Os mesmos fatores de poder que haviam respaldado a ditadura facilitaram sua derrubada e/ou colaboraram para este fim. Provavelmente, a única exceção foi a do capital petrolero. Deve lembrar-se que durante o regime ditatorial os lucros desse capital alcançaram índices máximos; também deve-se mencionar a ampliação de seu domínio sobre os recursos naturais de petróleo, mediante a outorga de novas concessões em 1956 e 1957. Portanto, o capital estrangeiro não tinha razões para desejar a queda do regime nem para dar seu apoio a tal empenho. Tampouco há evidências, porém, de que tentara opor-se — se teve a oportunidade — ao movimento que conduziu à substituição daquele governo. É lógico supor que se o capital estrangeiro deu-se conta de que os fatores internos de poder — a burguesia, o exército, as forças políticas, a Igreja católica — haviam retirado seu respaldo ao regime nos últimos meses de 1957 e vanguardas desses fatores ou forças atuavam para precipitar a mudança, a experiência desse capital estrangeiro nestas conjunturas lhe aconselharia, pelo menos, a neutralidade e a expectativa sob a aparente rotina de suas relações com o governo e o poder. De modo distinto, foi ostensiva às vésperas da queda da ditadura a beligerância da burguesia na oposição ao regime e seu entendimento com as forças políticas, elementos das forças armadas e personagens da Igreja para a ação de deposição. O chamado Pacto de Nova Iorque — em dezembro de 1957

80. Em 1972 a taxa de natalidade era de 42 por mil e a de mortalidade, de sete por mil, Cf. *Boletín Trimestral de Estadísticas Demográficas y Sociales*, n.º 48, Ministério de Fomento (DCE y CN).

— entre Rómulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (Copei) e Jóvito Villalba (URD) foi respaldado virtualmente por Eugenio Mendoza, o mais caracterizado representante da burguesia venezuelana. Presumivelmente, esse pacto — orientado secretamente para a derrubada do ditador — gozou do visto favorável do Departamento de Estado norte-americano, para o qual Pérez Jiménez não oferecia naquele momento as melhores seguranças de estabilidade para os interesses estratégicos da potência norte-americana na Venezuela⁸¹. Por razões similares às que possivelmente se formularam os monopolistas do petróleo, Departamento de Estado previa o curso dos acontecimentos e quis garantir para si, dentro do possível, uma canalização controlável do que ia acontecer, já que lhe deve ter ocorrido a eventualidade de um transbordamento popular de curso aleatório, uma vez ocorrido o desenlace da ação derrubadora. Assim, pois, o governo ditatorial estava destinado a desaparecer em virtude dessa confabulação do poder. As forças econômicas — a burguesia concretamente —, que se beneficiaram durante o prolongado período ditatorial, encontraram em 1957 entravados os mecanismos da expansão pela deteriorada situação fiscal, especificamente manifestada na existência de uma enorme dívida irregular que afetava consideravelmente as facilidades financeiras das empresas, pela insolvência das entidades oficiais e pela necessidade de descontar a taxas muito elevadas os documentos probatórios das dívidas; por outro lado, a voracidade de enriquecimento ilícito dos homens do governo e dos favoritos do ditador diminuía as possibilidades de apropriação do excedente pelos receptáculos do capital privado; por último, estava já em vias de fato uma contração dos negócios, vinculada à conjuntura capitalista internacional, com incidência no auge petrolífero que culminou na crise do canal de Suez. É indispensável, ademais, anotar que o processo industrializador do país requeria então uma política de maior decisão e amplitude por parte do governo, e a burguesia industrial não se sentia assistida com suficiente empenho em seus afãs expansivos. O mal-estar da pequena burguesia e das classes trabalhadoras era bastante acentuado, e isso afetava também determinada oficialidade das forças armadas que não desfrutava das suculentas prebendas do poder ditatorial. A Igreja, sensível nas instâncias críticas, auscultou com clareza a emergência e contribuiu para a transição. Nada podia, pois, deter o curso da história que teve seu momento álgido em 23 de janeiro de 1958 com a queda do governo e a fuga do ditador.

A junta de governo, que exerceu o poder político em 1958 até a normalização constitucional do regime democrático representativo, combinou a representação das forças armadas e da burguesia, mas teve que sustentar-se na mas-

81. Pérez Jiménez havia proposto, numa conferência de chefes de Estado no Panamá, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Latino-americano, sem a participação dos Estados Unidos. Em 1957, ante as restrições petrolíferas que começavam a implantar-se nos Estados Unidos, Pérez Jiménez ameaçou fixar restrições à exportação do minério de ferro venezuelano.

sa popular para conseguir uma precária estabilidade. A burguesia obteve posições-chaves no governo e na administração e se beneficiou realmente da transição; foi a classe que atuou com maior consistência e clareza estratégica e tática nesse processo de transição da ditadura à democracia formal, demonstrando cabalmente sua evolução como força dominante interna. As jornadas populares, paradoxalmente, facilitaram essa consolidação do poder, e o que eventualmente pôde transformar-se numa verdadeira reorganização do poder político e numa reforma profunda da base econômica da sociedade venezuelana limitou-se a facilitar uma liberalização das formas de governo, sob a pressão de impedir um regresso à ditadura repressiva e antipopular. Há quem sustente a opinião de que em 1958 - sobretudo nos primeiros meses depois de 23 de janeiro - existiram condições e circunstâncias propícias a uma insurgência revolucionária, e que a falta de uma condução política com perspectiva histórica contribuiu para a frustração dessa possibilidade. Sem deixar de notar que existiu a possibilidade de lograr — mediante a luta popular — progressos consideráveis no político, no econômico e no social, dentro de um processo democrático burguês com participação efetiva das classes trabalhadoras no exercício do poder político, deve-se assinalar que objetivamente não existiram condições necessárias e suficientes para uma revolução. O poder econômico estava alerta e ativo na preservação e no fortalecimento de seu domínio; as forças armadas, longe de comprometerem-se num movimento revolucionário, estavam alertas e decididas a moderar excessos num ou noutro sentido; os partidos políticos, com influência de massas, incluído o PCV, tinham por meta imediata uma normalização institucional a partir da realização de eleições gerais. Tentativas de modificar o curso dos acontecimentos - não precisamente no sentido de um aprofundamento revolucionário — tiveram lugar em duas oportunidades em 1958: uma em julho e outra em setembro, com participação de grupos importantes de militares. Por outro lado, o Pacto de Nova Iorque, que se converteu em Pacto de Ponto Fixo em vésperas das eleições de dezembro de 1958, estava vigente. As concessões às massas populares consistiram em subsídios ao desemprego — sob a forma de um plano de emergência supostamente implementado com a execução de obras e serviços públicos —, aumentos de salários e soldos, repartição de algumas terras entre camponeses e certa amplitude do jogo sindical. Como contrapartida, a burguesia fez com que lhe fossem pagas as dívidas adquiridas durante a ditadura cujos montantes — consideráveis em sua totalidade — foram convertidos em boa parte em divisas estrangeiras, graças a uma surpreendente passividade do governo em tudo o que era relacionado com o regime monetário e cambial.

Em 1959 iniciou-se a etapa dos governos democráticos representativos e formalmente alternativos, com a tomada de posse na presidência da República por Rómulo Betancourt, chefe do partido Ação Democrática. O objetivo prioritário de Betancourt foi sustentar-se no governo durante o período constitu-

cional respectivo (1959-64) e transmitir o posto ao sucessor eleito em sua oportunidade. O objetivo foi alcançado. Para consegui-lo, Betancourt se empenhou sistematicamente em obter o respaldo, ou em todo caso a neutralidade, dos fatores e instrumentos de poder. O Pacto de Ponto Fixo — entre AD, Copei e URD — ajudou-o nos primeiros tempos de seu mandato; A URD se separou em 1960 e mais tarde o Copei adotou uma política dual, de autonomia de ação estando no governo como partícipe, com críticas a determinados aspectos da gestão governamental sob a direta responsabilidade da AD. A gestão de Betancourt se caracterizou por seu serviço aos interesses dominantes, o freio às necessidades e aspirações dos setores populares, uma campanha persistente contra os partidos da esquerda — o Comunista, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), que teve sua origem numa dissidência de um considerável e valioso setor da AD e se orientou ao marxismo, e mais tarde a URD, já separada da coligação governamental —, contra a Revolução Cubana dirigida por Fidel Castro e o Movimento Comunista Internacional, Betancourt — e a ala direitista de seu partido AD — se propôs a todo custo conquistar a confiança do poder econômico (nacional e internacional), exercitando uma política de centro (mais inclinada para a direita), permitindo e estimulando o maior enriquecimento da burguesia, reafirmando as garantias efetivas ao capital estrangeiro, propiciando a conciliação entre os organismos empresariais e sindicais, procurando isolar e segregar toda orientação radicalizante em seu partido e exaltando os valores normativos e operativos da democracia convencional burguesa. Esta política clara e definida de Betancourt, perfilada desde o primeiro momento de seu governo, suscitou a oposição ativa da esquerda. A primeira divisão da AD, que deu origem ao MIR, cujo movimento adotou no começo o nome de Ação Democrática de Esquerda (ADI), fortaleceu consideravelmente a luta popular contra a política de Betancourt. Os êxitos dos partidos de esquerda na opinião pública, na frente sindical e camponesa, na massa estudantil e em setores amplos da pequena burguesia, induziram a uma reação violenta por parte da AD e do governo, até o ponto de manifestações populares serem dissolvidas policialmente, centros sindicais de organizações onde triunfava a oposição serem atacados por militantes oficialistas e em ocasiões haver choques pessoais com saldo de feridos e mortos. As possibilidades de luta democrática se foram restringindo para o movimento revolucionário. A vitória do Movimento Cubano de Libertação, em janeiro de 1959, precisamente quando Betancourt se dispunha a iniciar seu mandato, influenciou profundamente na dinâmica política venezuelana: por um lado, na medida que o processo cubano se radicalizava, a campanha de Betancourt e da “velha guarda” da AD contra esse processo se fazia mais dura; de outro lado, a ação opositora da esquerda se tornou mais radical, tomando auge a idéia da possibilidade de acelerar e precipitar o advento de uma situação revolucionária através de diversas formas de luta.

Sobrevieram alçamentos militares (um em Carúpano e outro em Puerto Cabello) de inspiração esquerdista, que foram dominados rapidamente. De certo modo, pode-se dizer que a atividade da esquerda depois de 1958 — já no governo Betancourt — foi em boa parte como umda réplica diferida ao acontecer político de 1958; durante a transição, como se disse, o Partido Comunista, especificamente, esteve empenhado em sustentar a unidade que tão exitosa havia sido na deposição de Pérez Jiménez, e subordinou a esta política toda meta de aprofundamento do processo democrático; mais ainda, já no governo Betancourt e não obstante sua proclamada e praticada política de isolamento e restrição da esquerda e do auge das massas, o PCV tentou prosseguir uma política de convivência e de oposição “civilizada”; sem embargo, a crescente repressão oficial, os reiterados golpes às aspirações populares de melhoramento sócio-econômico e democracia efetiva, a cerrada campanha anticomunista de Betancourt, sua aberta entrega aos interesses dominantes, eliminaram toda oportunidade de alcançar durante o seu mandato os supostos ideais de 23 de janeiro de 1958. A luta de massas oferecia, contudo, ingentes possibilidades, mesmo enfrentando a repressão governamental. A combatividade de 1958 não se havia apagado no povo. O exemplo da Revolução Cubana atuava como um grande catalisador de energias e vontades na contenda política. O desprendimento de um setor da AD — que logo tomou o nome de MIR — comforça de massas e fator de expectativas de renovação para densos grupos progressistas do país havia enfraquecido e posto em situação difícil o partido de governo e o próprio governo. No mundo todo se desenvolvia um processo ascendente de luta pela libertação, contra o colonialismo e o imperialismo. Os partidos populares venezuelanos então — no lapso 1959-61 — até certo ponto foram vítimas da tática de Betancourt de fazê-los cair em provocações e ciladas para marginalizá-los, paulatinamente, da legalidade formalmente democrática. O recurso do alçamento militar, de inspiração marxista, permitiu ao governo liquidar praticamente uma vigorosa penetração ideológica avançada nas forças armadas, sem nenhum benefício para o movimento popular, muito pelo contrário. A chamada “base ampla” — AD e Copei — garantia o suporte político do sistema, enquanto a política econômica e social do governo servia para obter e conservar o apoio das classes dominantes. A burocracia sindical, camponesa, magisterial e gremial dos partidos do “estabelecimento” — utilizando todos os recursos, inclusive a violência física — cumpria sua tarefa de frear a luta popular em suas manifestações críticas. A ação combinada — nos fatos, é claro — da repressão oficialista, em seu mais amplo sentido, e da impaciência revolucionária por “queimar etapas” para alcançar uma transformação da sociedade venezuelana — visto o fenômeno cubano e não tão recente, mas vivo ainda, o triunfo da luta chinesa —, conduziu, a partir de 1962, à guerra de guerrilhas, nos campos e cidades, convencidas as forças combatentes da eficácia das táticas do “foquismo” então em voga. A luta armada ganhou impulso nesse tempo compreen-

dido entre 1962 e 1967, vigorosa nos primeiros anos, golpeada pelos reveses múltiplos e pela ausência de perspectiva clara nos últimos, combatida sem descanso pelo exército cujos recursos antiguerrilheiros se tornaram cada vez mais eficientes, e carcomida depois internamente pelas divergências e discrepâncias que surgiram dentro das forças políticas coordenadoras da luta armada. Não existiu nunca uma base camponesa de sustentação das frentes guerrilheiras. A Venezuela se converteu durante a década de 60 num país eminentemente “não rural” e, portanto, a luta de massas devia desenvolver-se principalmente nas zonas urbanas. Já em 1969, quando tomou a presidência da República Rafael Caldera, dirigente do Copei (social-cristão), a chamada pacificação — no sentido de redução ao mínimo inoperante da luta armada — era um fato e os partidos de esquerda já estavam convencidos da necessidade de orientarem suas atividades pela via da legalidade democrática condicionada pelo sistema.

Nas eleições gerais de finais de 1963 — ente cujo processo fracassou inteiramente o propósito de frustrá-las violentamente segundo um chamado à obtenção, por parte dos grupos revolucionários em armas — saiu vitorioso uma vez mais o partido AD, com seu candidato presidencial Raúl Leoni, não obstante ter o partido pouco antes sofrido uma segunda divisão, da qual surgiu o partido AD-Oposição, que logo seria denominado Partido Revolucionário Nacionalista (PRN), dirigido por Raúl Ramos Giménez, cuja orientação ideológica não era marxista e estava enquadrada na doutrina original da AD. Esta divisão foi causada pelo descontentamento de um qualificado e numeroso grupo de dirigentes, com influência relativa na militância, frente à gestão político-administrativa do governo de Betancourt, por considerá-la diretrizante e subordinada à oligarquia. O PRN se uniu posteriormente a outro grupo político progressista — de orientação marxista — desprendido por seu turno do partido URD, para formar o que se denominou Partido Revolucionário de Integração Nacionalista (PRIN), de vida breve, por causa das discrepâncias internas, de tal modo que o grupo mais radical se separou e o grupo restante reconstituiu o PRN, dissolvido mais tarde por decisão própria.

O governo de Leoni (1964-69) tentou distinguir-se do anterior por uma gestão mais popular, menos subordinada às classes dominantes e ao capital estrangeiro, mais flexível e até estimulante ante as reivindicações operárias e camponesas, mas sem deixar de ser uma gestão inscrita no sistema, obediente no essencial aos interesses do poder econômico. O confronto mais notável, até certo ponto indicativo de um esforço de independência política ante o poder, ocorreu em 1966, quando o governo apresentou à consideração do Congresso nacional um projeto de reforma tributária progressiva, tendente a cobrar mais impostos sobre o lucro petrolero e mineiro e o dos setores de altas e médias receitas. Esse projeto fracassou em sua forma original ante um ataque a fundo dos fatores e meios de poder, principalmente as companhias petroleiras através de testas-de-ferro submissos a seus interesses, com o pretexto habilmente

aproveitado de que a reforma incidiria negativamente na situação da “classe média”. O governo cedeu e a reforma finalmente aprovada foi de índole conciliatória. Por outro lado, o governo de Leoni assestou os últimos golpes à luta armada e pôs em prática a política chamada de pacificação para brindar uma espécie de anistia a todos os que decidissem recolher-se à legalidade. Também empregou a repressão a fundo contra o movimento revolucionário. Foi invadida a Universidade de Caracas, por forças militares, e detidos numerosos estudantes e ativistas políticos. A polícia secreta cometeu numerosos assassinatos, entre os quais o do dirigente comunista Alberto Lovera estremeceu o país pela forma impiedosa como foi cometido. Pôs-se então em vigência a figura do “desaparecimento” dos detidos políticos, que consistiu na negativa por parte dos diversos corpos policiais de admitir a detenção praticada de um cidadão quando se tinha a convicção, e até a prova, de que a detenção havia sido feita. O detido “desaparecia”, de tal modo que o qualificativo de “morte civil” era mais apropriado, e algumas vezes o desaparecimento culminava no achado do cadáver terrivelmente maltratado. Não foi, portanto, um lapso de governo em que os direitos humanos fossem respeitados. Em verdade, depois de 1958, o respeito aos direitos humanos, consagrados expressamente na Constituição nacional, tem sido quebrado com dolorosa freqüência.

Nas eleições gerais de 1968 triunfou por margem muito estreita o candidato presidencial social-cristão (Copei) Rafael Caldera, que em três ocasiões anteriores havia sido derrotado. O Copei representava uma alternativa do governo dentro do sistema de poder, confiável para os interesses dominantes, dada a índole conservadora do partido, sua proclamada diferenciação do marxismo e sua qualificação como expressão político-ideológica da doutrina social da Igreja católica. Todavia, a derrota da AD se deveu circunstancialmente a sua terceira divisão, ocorrida em 1967, sob a direção de Luis Beltrán Prieto, um dos mais eminentes fundadores da AD, com grande prestígio como educador e considerável influência na militância do partido AD. Esta divisão deu origem ao partido denominado Movimento Eleitoral do Povo (MEP) que participou das eleições com candidato próprio, Luis Beltrán Prieto. A esse respeito deve assinalar-se que a divisão — produzida por divergências em relação à orientação do governo e à democratização da vida pública e da economia — partiu do fato específico de que Prieto — pré-candidato presidencial da AD com força majoritária no seio do partido — foi vítima de uma manobra — atribuída a Rómulo Betancourt — para deslocá-lo como candidato presidencial, em benefício de Gonzalo Barrios. Prieto, como candidato do MEP, obteve uma volumosa votação, a qual, somada à da AD, teria sido suficiente para o triunfo desse partido por ampla margem. O governo de Caldera — com minoria no Congresso em relação com outras forças políticas — se autoproclamou como “nacionalista democrático”, com maior abertura ao diálogo político, com menor atividade repressiva — a luta armada estava reduzida ao mínimo, com muito escassa e esporádica ação

— e maior auge de massas que no-lapso anterior. Caldera tentou mostrar certa independência ante o poder econômico, e nos últimos tempos de seu mandato teve confrontos formais com os organismos representativos desse poder; mas na realidade, a gestão não diferiu da precedente no econômico e no social; devem mencionar-se, todavia, dois aspectos importantes dessa gestão: o aumento considerável da participação fiscal nacional na renda petroleira, sobretudo a partir de 1972, assim como a adoção de medidas de resgate progressivo de fases do negócio petroleiro para o Estado⁸², e o freio às pressões inflacionárias, que então começavam a emergir à superfície do mercado, utilizando para tanto a regulamentação dos preços de bens essenciais e os subsídios. Não obstante, a alta do custo de vida — e a escassez de alguns produtos alimentícios — foi o centro da campanha eleitoral do candidato da AD — Carlos Andrés Pérez — em 1973.

O governo social-cristão foi substituído por um da AD, pela terceira vez depois de 1958, em virtude das eleições de 1973. O candidato vitorioso — Carlos Andrés Pérez — obteve uma imensa maioria de votos sobre seu principal opositor, Lorenzo Fernández, do Copei. Nessas eleições participou pela primeira vez o partido Movimento ao Socialismo (MAS), originado numa divisão do Partido Comunista, por razões ideológicas, estratégicas e táticas. O MAS, com seu candidato José Vicente Rangel, também apoiado pelo MIR (que retornou à legalidade depois de um longo tempo de luta clandestina inclusive armada) obteve uma votação considerável, apesar da feroz campanha que lhe fizeram os fatores de poder que apreciavam nesse movimento um risco para a estabilidade do sistema, e apesar também da incidência negativa da queda de Allende (setembro de 1973, véspera das eleições) muito aproveitada pelos meios de poder. Carlos Andrés Pérez foi beneficiado com uma imagem publicitária eleitoral de dirigente enérgico, mas democrata, com grande capacidade de trabalho e vigor físico e mental para um governo muito dinâmico, em luta contra a inflação, a escassez de alimentos, o desemprego, a má distribuição da renda, o subdesenvolvimento e a pobreza. Sua tomada de posse na presidência da República em março de 1974 foi assistida com grande expectativa por todos os setores. Teve a felicidade de que seu governo se iniciou com um auge fiscal sem precedentes na história do país, graças ao aumento substancial dos valores do petróleo, de modo que ele tem gozado de dois grandes apoios para uma gestão de êxito: maioria decisiva no Congresso e bonança fiscal extraordinária. É claro, porém, que este governo, como os anteriores, está subordinado à realidade do poder econômico e em boa medida sua gestão tem favorecido o desenvolvimento capitalista dependente, com um ritmo mais elevado de acumulação privada.

82. No lapso 1970-73 foram promulgadas as leis seguintes: Lei Reserva ao Estado do Gás Natural e Lei sobre Bens Sujeitos a Reversão nas Concessões Petroleiras.

Contudo, em 1975 foi decidida a nacionalização da indústria de hidrocarburos, fundamental para o país.

7. *As Conjunturas Mais Notáveis*

Em dezembro de 1958 foi decretada uma reforma importante da lei de imposto de renda, pela qual as empresas petroleiras deviam pagar, a partir do mesmo ano de 1958, uma taxa de 45 por cento sobre seus lucros brutos, em lugar dos 26 por cento pagos até então. Esta medida ocasionou uma forte reação negativa dos consórcios petroleiros, habituados a negociarem previamente com o governo qualquer modificação do regime fiscal que os afetasse. Nessa oportunidade o governo tomou a decisão sem consultar às petroleiras, em gozo pleno de soberania política. A represália dos consórcios não se fez esperar, já que a partir de 1959 se desenvolveu uma conjuntura de baixa persistente de preços do petróleo, de desinvestimento e deterioração da posição fiscal do Estado venezuelano, em grande parte induzida pelas manipulações manhosas das próprias companhias, que se estendeu até 1970. Este processo, junto à evasão de capital que começou em 1958 e se prolongou nos dois anos seguintes, ao descenso substancial da indústria de construção e outros aspectos de mal-estar econômico, levou a uma recessão severa, particularmente sentida em 1961 quando o governo decretou um conjunto de medidas econômicas de emergência, entre as quais destacou-se uma rebaixa de 10 por cento nas remunerações do pessoal do setor público (o que se chamou popularmente “lei da fome”). Em 1964 foi desvalorizado o bolívar numa proporção de 36 por cento com relação à paridade firme invariável durante mais de vinte anos. Essa desvalorização favoreceu as companhias petroleiras ao revalorizarem virtualmente seus ativos reais no país. Em 1970 o Congresso ditou uma reforma da lei de imposto de renda pela qual o executivo adquiriu a faculdade de fixar por decisão própria — segundo indicadores da situação petroleira — os valores mínimos de exportação dos hidrocarburos para efeitos de liquidação do citado imposto. Esse foi um importante ponto de partida para o resgate progressivo da indústria petroleira pelo Estado, que culminou com a nacionalização em 1975, efetiva a partir de 1976.

VIII. BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA HERMOSO, Eduardo, *Análisis histórico de la OPEP*, Universidad de Los Andes, Mérida (Venezuela), 1969.
- ÁLVAREZ CHACIN, Francisco, *Secretos petroleros contra Venezuela*, Caracas, 1970
- ARAUJO, Orlando, *Situación industrial de Venezuela*, UCV, Caracas, 1969.
- ARAUJO, Orlando, *Venezuela violenta*, Ediciones Espéridas, Caracas, 1968.
- ARELLANO MORENO, Antonio, *Mirador de história política de Venezuela*, Ediciones Edime, Caracas/Madrid, 1968.

- Asociación Pro-Venezuela, *Un programa para Venezuela*, Caracas, 1971.
- Banco Central da Venezuela, *Memoria e Informe económico*, vários años, Caracas.
- Banco Central da Venezuela, *La economía venezolana en los últimos veinticinco años*, Caracas, 1966.
- BETANCOURT, Rómulo, *Venezuela, política y petróleo*, FCE, México.
- BETANCOURT, Rómulo, *Tres años de gobierno democrático 1959-62*, Caracas, 1962.
- BRITO FIGUEROA, Federico, *Historia económica y social de Venezuela*, 2 ts. UCV, Caracas, 1966.
- CARRERA DAMAS, Germán, *Crítica historia*, Caracas, 1960.
- CARRILLO BATALLA, Tomás E. et alii., *Evaluación de la inversión del ingreso petrolero en Venezuela*, UCV, Caracas, 1968.
- Comisión de Reforma Agraria, *La reforma agraria en Venezuela*, Edición MAC, Caracas, 1959.
- CÓRDOVA, Armando, *Inversiones extranjeras y subdesarrollo*, UCV, Caracas, 1973.
- CROES, Henmy, *El movimiento obrero venezolano (Elementos para su historia)*, Ediciones Movimiento Obrero, Caracas, 1973.
- DE LA PLAZA, Salvador, *El problema de la tierra*, Ed. Fondo Cultural, México, 1947.
- DE LA PLAZA, Salvador, *El petróleo en la vida venezolana*, UCV, Caracas, 1974.
- DE LA PLAZA, Salvador, *La formación de las clases sociales en Venezuela*, Ediciones Rocinante, s/d, Caracas.
- DÍAZ RANGEL, Eleazar, *Cómo se dividió el PCV*, Ed. Domingo Fuentes, Caracas, 1971.
- DÍAZ SÁNCHEZ, Ramón, *Guzmán (Elipse de una ambición de poder)*, Edime, Madrid-Caracas, 1952 (2a.ed.).
- ESCOVAR SALOM, Ramón, *Evolución política de Venezuela*, Monte Ávila Editores, Caracas, 1972.
- FALN, *Por qué luchamos*, Caracas, 1963.
- FERNÁNDEZ Y FERNÁNDEZ, Ramón, *Reforma agraria en Venezuela*, Caracas, 1948.
- FUENMAYOR, Juan Bautista, *1928-1948, Veinte años de política*, Caracas, s/d.
- FUENMAYOR, Juan Bautista, *Historia de la Venezuela política contemporánea, 1899-1969*, 2 ts., Caracas, 1975.
- GIL FORTOUL, José, *Historia constitucional de Venezuela*, 3 vols., Caracas, 1954.
- IRAZÁBAL, Carlos, *Hacia la democracia*, Ed. Pensamiento Vivo, Caracas, 1961.
- IRAZÁBAL, Carlos, *Venezuela esclava y feudal*, Ed. Pensamiento Vivo, Caracas, 1964.
- MACHADO, Gustavo, *En el camino del honor*, Caracas, 1966.
- MALAVÉ MATA, Héctor, *Petróleo y desarrollo económico de Venezuela*, UCV, Caracas, 1962.
- MALAVÉ MATA, Héctor, *Formación histórica del antidesarrollo en Venezuela*, Fondo Editorial Salvador de la Plaza, Caracas, 1974.
- MÁRQUEZ, Pompeyo, *Imperialismo, dependencia, latifundismo*, Ed. La Muralla, Caracas, 1968.
- MATA ZAVALA, D. F., *El tratado de reciprocidad comercial entre Venezuela y los Estados Unidos*, Ed. Venezuela Económica, Caracas, 1952.
- MATA ZAVALA, D. F., *Paradojas venezolanas (Crónicas de economía y angustia social)*, Caracas, 1959.
- MEJÍA ALARCÓN, Pedro, *La industria del petróleo en Venezuela*, UCV, Caracas, 1971.
- MIJARES, Augusto, *Interpretación pesimista de la sociología hispanoamericana*, Madrid, 1952.
- Missão Fox, *Venezuela vista por ojos extranjeros* (informe ao governo da Venezuela), Caracas, 1942.
- MIERES, Francisco, *El petróleo y la problemática estructural venezolana*, UCV, Caracas, 1969.
- MORÓN, Guillermo, *Historia de Venezuela*, 2 ts., Caracas, 1958.
- PARRA LEÓN, Miguel, *El problema agrario en Venezuela*, Editorial Suma, Caracas, 1959.
- Partido Comunista de Venezuela, *Los comunistas y la situación política actual*, Caracas, 1973.
- POCATERRA, José Rafael, *Memorias de un venezolano de la decadencia*, Editorial Élite, Caracas, 1936.
- POLANCO MARTÍNEZ, Tomás, *Historia económica de Venezuela*, 2 vols., Madrid, 1960.
- QUINTERO, Rodolfo, *El petróleo en nuestra sociedad*, UCV, Caracas, 1970.
- RANGEL, Domingo Alberto, *Los andinos en el poder*, Caracas, 1964.
- RANGEL, Domingo Alberto, *La oligarquía del dinero*, Editorial Fuentes, Caracas, 1971.
- RANGEL, José Vicente, *Expediente negro (el caso Lovera)*, La Muralla, Caracas, 1969.
- RIVAS RIVAS, José, *Historia gráfica de Venezuela* (vários volumes), Caracas.
- Partido AD, *Venezuela bajo el signo del terror 1948-1952 (Libro negro de una dictadura)*, Editorial Centauro, México. (Facsimilar, 1974, José Agustín Catalá, editor).
- RONDÓN MÁRQUEZ, R. A., *El autócrata civilizador*, Madrid, 1952.

História de meio século na Venezuela: 1926-1975

- SÁDER PÉREZ, Rubén, *Cartas petroleras*, Ed. Arte, Caracas, 1969.
- SALCEDO BASTARDO, J. L., *Historia fundamental de Venezuela*, Caracas, 1975.
- SISO, Carlos, *Formación del pueblo venezolano*, Madrid, 1953.
- SISO MARTÍNEZ, J. M., *Historia de Venezuela*, Ed. Yocoima, México, 1956.
- Universidade Central da Venezuela, *Estudio de Caracas*, vol. IV, Caracas, 1970.
- VALLENILLA LANZ, Laureano, *Cesarismo democrático*, Ed. Garrido, Caracas, 1952.
- VALLENILLA LANZ, Laureano, *Escrito de memoria*, Versalhes, 1961. vários, *Nacionalización petrolera en Venezuela*, Monte Ávila Editores, Caracas, 1971.
- VELÁSQUEZ, Ramón J., *La caída del liberalismo amarillo*, Ed. Contraloría de la República, Caracas, 1972.
- Venezuela (Estados Unidos da), Serviço Secreto de Investigações, *La verdad de las actividades comunistas en Venezuela*, Caracas, 1936.
- VELOZ, Ramón, *Economía y finanzas de Venezuela*, Caracas, 1945.



Impresso por



Linha Gráfica
Editora Ltda.

SIG Q N LOTES 2327-33 CEP 70610-115 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

VOLUMES JÁ EDITADOS

VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
 - Nicarágua
 - Costa Rica
 - Panamá
 - México
 - Guatemala
 - Honduras
 - Cuba
 - República Dominicana
 - Haiti
 - Porto Rico
-

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2
BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA

“A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas.” Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X